

EBOOK

XXVI ENEG

**ANAIS DO 26º ENCONTRO
NACIONAL DE ESTUDANTES DE
GEOGRAFIA**

**A CAPITAL DE POUCOS, O ENEG PARA TODOS: O PAPEL DA
GEOGRAFIA NO ENFRENTAMENTO AOS DESAFIOS SOCIOESPACIAIS**



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

ANAIS DO XXVI ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA – XXVI ENEG

Alex Rosa Campani, Lucas Mendes Gomes e Reinaldo Gabriel de Souza

Selo editorial da UnB
Brasília-DF
2026



Elaboração e informações

Equipe técnica

Organizadores: Alex Rosa Campani, Lucas Mendes Gomes e Reinaldo Gabriel de Souza.
Arte da capa e cabeçalhos: Stephanny Kawanny Soares Moura.
Prefácio: Valdir Adilson Steinke.

E56a Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia (26.
 : 2025 : Brasília).

 Anais do XXVI Encontro Nacional dos Estudantes
de Geografia [recurso eletrônico] : XXVI ENEG /
Alex Rosa Campani ... [et al.], (organizadores). -
Brasília : Universidade de Brasília, Departamento
de Geografia, 2026.
 381 p. : il.

 Inclui bibliografia.
 Formato PDF.
 ISBN 978-65-985460-1-4.

 1. Geografia - Congressos. 2. Estudantes de
geografia - Congressos. I. Campani, Alex Rosa
(org.). II. Título.

CDU 91

COMISSÃO CIENTÍFICA

Maria Rosângela Mendes – IFB	Jonathan Rodrigues Nunes – UNIVALI
Bernardo Bronzi Rocha – UFF	Gustavo Soares Arrial – UFSM
Ana Paula de Oliveira do Ó – UNESP	Carla Pizzuti Savian – UFSM
Jackeline Franco Rodrigues – UEMS	Derick Martins Borges de Moura – UEG
Leonardo Berté Nunes – UFRGS	Israel de Paula Maia – UNB
D'Jeanine Candido e Souza Carvalho – UERJ	Lourena de Araújo Félix – UNEMAT
Emilly Firmino Oliveira de Lima – UnB	Nicolý Girotto Moraes – UFJ
Wylamys Bernardo Santos de Lima – UFS	Giovana Monteiro Pavanelli – UFU
Fábio William da Silva Pereira – IFB	Nagila Kariny Oliveira Gouveia – UFG
Matheus Sousa Barros – UNICAMP	Silvio Marcio Montenegro Machado – IFBAIANO SANTA INÊS
Ana Paula Neves Lins – MPEG	Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira – UNESP
Marcelo Luiz Rodrigues Lucas de Souza – UNB	Aleksandro Silva Alves – IFB
Caio Santos Rodrigues – UNEB	Matheus Felipe Alves dos Santos Lima – UNB
Victor Alves Santos – UFG	Fernanda Lemos de Oliveira – UFPA
Alícia de Oliveira Moreira Pereira – UFG	Giovanna de Carmen Puebla – UFFS
Vithoria Sampaio Romão – UNICAMP	Edilson da Silva Porto Neto – UECE
Thiago Andrade Gonçalves – UNICAMP	Beatriz Bonfim Santos – UFU
Carlos Roberto Neves Chiaradia – UNESP	

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
A SEGREGAÇÃO RACIAL NO ESPAÇO URBANO A PARTIR DA INFRAESTRUTURA: UM ESTUDO SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA E SEU ACESSO A ESGOTAMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	11
RACISMO NA EDUCAÇÃO: DIFICULDADES DE CONSTRUIR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA VISÃO DE UM GRUPO DE ESTUDOS DESCOLONIAL	15
ANÁLISE DO CRESCIMENTO DE DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: UMA COMPARAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010 A 2022	20
REPRESENTAÇÃO-ESPELHO E DINÂMICAS RACIAIS: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO PRETA NAS CAPITAIS DO SUL DO PAÍS	25
AMÉFRICA LADINA E TERRITÓRIO USADO: AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO- METODOLÓGICAS DE LÉLIA GONZALEZ E MILTON SANTOS EM USOS NÃO HEGEMÔNICOS DO TERRITÓRIO DE COLETIVOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	30
ANÁLISE SOCIOESPACIAL DOS CASOS DE FEMINICÍDIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (RMRJ)	35
A GENTRIFICAÇÃO DA CIDADE TURÍSTICA PELA NEGAÇÃO AO TRANSPORTE PÚBLICO COMO DIREITO: O CASO POÇOS DE CALDAS, MINAS GERAIS	40
USOS DO TERRITÓRIO PELOS SUJEITOS PERIFÉRICOS ORGANIZADOS EM COLETIVOS CULTURAIS NA FEIRA LITERÁRIA DA ZONA SUL (FELIZS) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	45
PLANEJAMENTO URBANO E DINÂMICA CLIMÁTICA: O CASO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE	50
O CONTRASTE DE PAISAGENS NA CIDADE DE SANTOS E A INFLUÊNCIA DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DE ESPAÇO	55
DA LÓGICA CENTRO-PERIFERIA À FRAGMENTAÇÃO URBANA: ANÁLISE DA DINÂMICA IMOBILIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	60
A LUTA DOS CAMELÔS E AMBULANTES NA BUSCA PELO DIREITO AO TRABALHO NO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO	65
SOBRE O ESPAÇO DA CRIANÇA NA METRÓPOLE: CONSIDERAÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ESPAÇO PÚBLICO NO CONJUNTO IAPI EM BELO HORIZONTE – MG	70
RETÓRICA DOS PRATOS VAZIOS: A FOME COMO FERRAMENTA DE PODER E A CONTRA-HEGEMONIA SOLIDÁRIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS BRASILEIROS	75
A ECONOMIA DO FUTEBOL BAIANO NO CONTEXTO DA XENOFOBIA	80
CONHECIMENTO POPULAR: A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE PRODUTOS NATURAIS E PLANTAS MEDICINAIS NA CIDADE DE CAMETÁ-PARÁ	85
TERRITÓRIO E TURISMO: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DE ESCALADA EM COCALZINHO DE GOIÁS - GO	90

A FORÇA DO AGRONEGÓCIO NO TRIÂNGULO MINEIRO	93
A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NA BAÍA DE SÃO JOSÉ – MA	98
ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM SÃO PAULO – SP – BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE SUPERMERCADIZAÇÃO	103
TRABALHO, TRANSPORTE E PRECARIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO AMBULANTE NO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO	108
RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CAMETÁ- PA FRENTE À GLOBALIZAÇÃO	112
TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: SANTUÁRIO DOS PAJÉS E SUA IDENTIDADE COMO LUTA SOCIAL	116
ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS EM CAMETÁ: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PRODUTORES DA COMUNIDADE DE INACHA DURANTE O PERÍODO DE FORTES CHUVAS	121
AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO ESTÁGIO DURANTE A EXECUÇÃO DO PROJETO DE INCENTIVO À LEITURA, REALIZADO NA EMEF RAIMUNDA BARROS, CAMETÁ, PARÁ.	126
VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA E.M.E.F DEMÓSTENES RANIERI, CAMETÁ, PARÁ	131
RELATO DE EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL E TERRITORIAL NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO IFPB-CAMPUS CABEDELO-PB	136
BALCÃO NA EDUCAÇÃO: PROFESSOR TEMPORÁRIO EM UMA REGIÃO DE SIMBOLISMOS FLEXÍVEIS	141
AUSÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO PRÉ COP30: UMA ANÁLISE NA FEIRA DO GUAMÁ EM BELÉM-PA	146
DO QUADRO-BRANCO AO ESPAÇO URBANO: ENSINO DE GEOGRAFIA E DIREITO À CIDADE NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE RISCO - FORTALEZA (CE)	151
DISCURSOS EMPRESARIAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DA MINERAÇÃO EM JUIZ DE FORA-MG	156
EDUCAÇÃO PARA QUEM? AS ESCOLAS EM DISPUTA FRENTE À MINERAÇÃO DE LÍTIO NO VALE DO JEQUITINHONHA	161
VIVÊNCIA COM A LEI 10.639 NO ENSINO EM GEOGRAFIA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PORTO NACIONAL DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	166
AS ESCOLAS RURAIS ESTIGMATIZADAS? UMA ANÁLISE A PARTIR DO IDEB NO GAMA/ DF	170
CULTURA ESCOLAR E CULTURA ORGANIZACIONAL: RUMOS E DESAFIOS PARA OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA REDE BÁSICA DE EDUCAÇÃO	175
A GEOGRAFIA NO ENTRELAÇAR DA INCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS ADAPTADOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS DA AMAZÔNIA TOCANTINA	180

TERRITÓRIOS EDUCOMUNICATIVOS: COMUNICAÇÃO ASCENDENTE E EDUCAÇÃO TRANSGRESSORA COMO POSSIBILIDADE DE FAZER POLÍTICO NOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS	185
A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA: BREVE ANÁLISE PARA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO ESPAÇO ESCOLAR	190
TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: INVESTIGANDO OS DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS COM O GOOGLE MAPS	195
ENCONTROS E TROCAS DE SABERES: RELATOS DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NA UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE EM LAMARÃO-BA	200
PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO A PARTIR DE RECURSOS RECICLÁVEIS PARA AS AULAS DE GEOGRAFIA	206
DIDÁTICA CRÍTICA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA: BACIAS E MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DA ÁREA URBANA DE JATAÍ-GO NO ENSINO FUNDAMENTAL	211
OS MAPAS MENTAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA	216
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE ESCALA CARTOGRÁFICA	221
EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E EJA: DIÁLOGOS COM PAULO FREIRE E MIGUEL ARROYO	226
REGIÃO COMO CONCEITO: REFLEXÕES SOBRE SEU ENSINO E APRENDIZAGEM NA GEOGRAFIA ESCOLAR	231
PRÁTICAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO: MODELO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PRÁTICO SUSTENTÁVEL	236
AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DO ENSINO DE CARTOGRAFIA DO SÉCULO XXI: OS IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA APRENDIZAGEM	241
CARTOGRAFIA HISTÓRICA DA DIVISÃO POLÍTICA-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO	246
ANÁLISE TEMPORAL DA EXPANSÃO DE UMA VOÇOROCA COM DADOS DE VANTS (RPA)	251
IMPACTOS DA MINERAÇÃO NA COBERTURA E USO DO SOLO EM CANAÃ DOS CARAJÁS-PA: UM ESTUDO TEMPORAL DO ANO DE 1997 A 2023	256
MAPEAMENTO DO ÍNDICE DE POTENCIAL EM GEODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA-MG	261
RASTROS DA PAISAGEM: INDÍCIOS DE CAPTURAS FLUVIAIS NA BACIA DO Córrego Belo Vale, Juiz de Fora-MG	266
A EXPANSÃO URBANA NO BAIRRO SUBAÉ E SEU IMPACTO NA LAGOA DO SUBAÉ NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA/BA	271
ANÁLISE DA TEMPERATURA SUPERFICIAL TERRESTRE COM O USO DE SENSORIAMENTO REMOTO NO VERÃO EM LONDRINA/PR	276
ANÁLISE DO USO DO SOLO RURAL NO NORTE DO PARANÁ EM 1970 E 2025	282

ANÁLISE DA MALHA URBANA DO MUNICÍPIO DE MATINHOS A PARTIR DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM SOB A PERSPECTIVA DO CAMPO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (CTS)	287
ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE EMBU DAS ARTES-SP	292
EVOLUÇÃO DO USO E COBERTURA DA TERRA UTILIZANDO O MAPBIOMAS (1993-2023): MICRORREGIÃO SUDOESTE DE MATO GROSSO DO SUL	297
O PENSAMENTO GEOGRÁFICO ESTÁ NA BERLINDA? SÓ QUE NÃO CONTAVAM COM A ASTÚCIA DOS PENSADORES MALDITOS	302
ETNOECOLOGIA, ETNOPEDOLOGIA E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO: CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS	307
ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA CONCEPÇÃO DE NATUREZA	311
QUESTÃO CAMPONESA, IMPERIALISMO E MONOPÓLIO	316
A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM FUNÇÃO DA GEOPOLÍTICA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO PARÁ: RELAÇÕES DE PODER, CONFLITOS TERRITORIAIS E OS IMPACTOS NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	321
VALE DO JEQUITINHONHA E O LÍTIO: CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO	326
A MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2018-2024)	331
TRÁFICO DE DROGAS NO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	336
HIDROCONFLITOS E GEOPOLÍTICA DA ÁGUA: UMA DISPUTA PELO USO DO TERRITÓRIO	341
POLÍTICA, VIOLÊNCIA E MILITARIZAÇÃO: ENTRELAÇANDO DESTINOS NA BAIXADA FLUMINENSE-RJ	346
SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E SAÚDE: DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DA DENGUE EM ITABORAÍ – RJ	351
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DO USO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: EXPERIÊNCIA NA ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR AZEVEDO, EM BELÉM-PA	356
CIDADANIA E DIREITO À CULTURA: O CARNAVAL DE RUA DO PCB EM RIO CLARO/SP	360
GEOGRAFIA DOS SABORES E ESPACIALIDADES CULTURAIS	365
ANÁLISE DA ESTABILIDADE SEDIMENTOLÓGICA DO RIO REAL, NA ESTAÇÃO 50290000, A PARTIR DA METODOLOGIA HIDROLOGIA AVANÇADA EXPERIMENTAL (HAE)	369

PREFÁCIO

Há encontros que não são apenas encontros. São rituais de afirmação de uma geração que ousa escrever sua própria história no corpo vivo da ciência. Assim se apresenta o **XXVI Encontro Nacional de Estudantes de Geografia**, realizado em Brasília em 2025, que ressoou não como uma rotina acadêmica, mas como uma travessia. Ele nasce da coragem de estudantes que se recusaram a esperar por condições ideais ou por autorizações implícitas para agir. São mãos jovens, firmes e persistentes, que desenharam o impossível: mobilizar um país inteiro em nome de uma geografia viva, crítica e plural.

Há, na gênese deste encontro, um gesto que fala por si. Organizar um evento nacional exclusivamente a partir da força discente é como levantar um território inteiro com o peso do entusiasmo. Exige noites longas, debates acalorados, negociações silenciosas e uma convicção íntima de que vale a pena sustentar um sonho coletivo. O que se ergueu em Brasília não é apenas um evento: é um ato político, ético e científico. É um lembrete de que a universidade pública pulsa na juventude que a habita, e que a geografia brasileira encontra, na sua base estudantil, a seiva que a mantém renovada.

Os **anais** que agora repousam diante do leitor não são simples registros burocráticos. São o espelho de um país que se revela em múltiplas escalas e paisagens. Cada página carrega fragmentos de cidades em transformação, de campos em disputa, de rios que respiram e de vozes que resistem. Aqui se cruzam o concreto e o simbólico: as análises de desigualdade urbana se encontram com a poesia das comunidades tradicionais; os mapas digitais dialogam com o rumor dos territórios quilombolas; as reflexões sobre mudanças climáticas caminham ao lado das histórias de professores, estudantes e trabalhadores que habitam os espaços que estudamos.

Ler estes trabalhos é atravessar o Brasil com os olhos de quem não se contenta com o aparente. É perceber que a geografia contemporânea não se limita a descrever o mundo: ela o interpreta, o questiona e, por vezes, o confronta. As pesquisas que aqui se reúnem investigam a cidade que expulsa e abriga, o campo que produz e resiste, a água que nutre e ameaça, o território que cura e fere. E, sobretudo, revelam que não existe neutralidade quando se fala de espaço: cada análise é também um ato de escolha, um posicionamento diante das múltiplas crises e possibilidades do nosso tempo.



Ao percorrer este mosaico de reflexões, emerge uma constatação: a **geografia brasileira** está preparada para dialogar com os dilemas do século XXI. Entre as páginas destes anais, encontram-se sementes que enfrentam as mudanças climáticas, que denunciam injustiças territoriais, que vislumbram alternativas sustentáveis e inclusivas. São vozes que compreendem que o território não é apenas superfície mensurável, mas corpo vivo, feito de relações, histórias e afetos.

E, ao final de cada leitura, paira uma sensação de esperança. Esperança de que a geografia siga sendo uma ciência que se move entre a técnica e a sensibilidade; que se compromete com o rigor da análise sem renunciar ao cuidado com a vida; que reconhece, nas mãos da juventude, a capacidade de redesenhar mapas e destinos.

Que estes anais inspirem cada leitor a compreender que o **XXVI ENEG** não se encerra neste volume. Ele continua em cada sala de aula, em cada campo de pesquisa, em cada território em disputa e, sobretudo, na convicção de que **a geografia que nasce das mãos de seus estudantes é capaz de enfrentar o nosso tempo e de inventar o futuro.**

Prof. Valdir Adilson Steinke

Brasília, agosto de 2025

A SEGREGAÇÃO RACIAL NO ESPAÇO URBANO A PARTIR DA INFRAESTRUTURA: UM ESTUDO SOBRE A POPULAÇÃO NEGRA E SEU ACESSO A ESGOTAMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO¹

Livia Almeida², Helena Rizzatti³

Eixo 1: Geografia, gênero, raça e classe.

RESUMO

Este trabalho analisa a Região Metropolitana de São Paulo de forma interseccional. Mapeando a população por raça e os esgotamentos formais e informais, tendo como fonte os dados dos Censos Demográficos do IBGE de 2010 e 2022, procuramos entender quem são as pessoas mais afetadas com a falta de acesso a esses serviços considerando a hierarquização racial na urbanização. Nota-se, em 2010, a maior presença de pessoas negras nos arredores da capital e nas cidades fronteiriças, e são onde há a maior concentração de esgotamentos informais também. Em 2022, o maior número de domicílios chefiados por negros com esgotamentos formais se encontra no centro expandido de São Paulo e nos municípios ao norte da RMSP. Conclui-se que a segregação racial se reflete na infraestrutura urbana, tornando a população negra mais vulnerável a riscos sanitários.

Palavras-Chave: Urbanização Interseccionalizada. Raça. Esgotamentos sanitários. Indicadores sociais. Desigualdade socioespacial.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca analisar a configuração urbana da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) a partir de uma perspectiva interseccionalizada, ou seja, entendendo que as desigualdades no meio urbano se dão de maneira conjunta e não isolada. A partir desse entendimento, utilizamos os indicadores quantitativos para verificar a concentração da população negra na Região e os tipos de esgotamentos por domicílio.

A RMSP, uma das regiões urbanas mais populosas do mundo, passa por constantes transformações, mas de maneira desigual e segregadora. Isso acontece por um histórico de hierarquização social no Brasil, aliado a um racismo estrutural frequentemente velado, contribuindo para a reprodução das desigualdades e segregações raciais no espaço urbano.

Para tratar da questão de segregação racial no meio urbano através de serviços de consumo coletivos por meio de ações excludentes do Estado e do mercado imobiliário,

¹ Esse trabalho tem apoio do CNPq-Universal/2023 (Processo n° 403548/2023-3) e Fapemig-Universal/2024 (Processo n° APQ-02120-24).

² Graduanda em Geografia, NuGEA/UFJF, liviamatias.almeida@estudante.ufjf.br.

³ Doutora em Geografia, NuGEA/UFJF, Professora do PPGGeo/UFJF, helenarizzatti.ufjf.br.

mobilizamos as ideias de Garcia (2006). A autora afirma que a metrópole moderna tende a hierarquizar racialmente a população e podemos enxergar tal fato a partir da construção de alguns indicadores (ocupação, serviços de consumo coletivo, etc). Segundo Garcia (2006, p. 312), a coleta do lixo e o esgotamento sanitário são “fundamentais para a saúde e o bem-estar da população”.

Garcia (2006) ressalta que, embora a segregação racial no Brasil não seja legalmente institucionalizada, ela se manifesta objetivamente por meio de indicadores sociais e geográficos (Garcia, 2006, p. 320). Dessa forma, as ideias de Santos (2009) são mobilizadas através do conceito de urbanização corporativa, com o qual entendemos que os interesses das grandes empresas são os grandes modeladores das cidades, contribuindo para a periferização e o predomínio das desigualdades em termos de acesso a direitos básicos e infraestruturas.

Por isso, propomos entender a maneira que isso acontece e quem são os mais afetados quanto ao acesso à infraestrutura de saneamento básico. Além disso, analisar a questão sanitária é um forte indicador de precariedade da saúde dessas populações mais afetadas.

MATERIAL E MÉTODOS

Para compreender essa urbanização com as desigualdades raciais, apoia-se no conceito de urbanização interseccionalizada a partir de Rizzatti (2021), onde a autora afirma que para fazer a análise do espaço urbano é necessário entender que existem elementos que reproduzem e perpetuam as desigualdades no espaço urbano.

A metodologia se constituiu a partir da utilização dos dados dos Censos de 2010 e 2022 (IBGE, 2012, 2024) para a confecção de mapas no software QGIS 3.34, utilizando as tabelas referentes à população por cor/raça e tipos de esgotamento sanitários formais e informais. Todos os dados foram trabalhados a partir de setores censitários e classificados por Intervalo Igual.

Como o primeiro Censo de 2010 utilizado (IBGE, 2012) não possuía as informações de raça e esgoto conjuntas, elaboramos primeiro um mapa base de população negra por porcentagem. Como primeiro passo, somamos as variáveis de pessoas pretas e pardas para formar uma só: a de pessoas negras, conforme a classificação do IBGE. Após isso, fizemos a porcentagem com essa nova variável multiplicada por cem e dividida pelo número total de pessoas. Assim, sobrepomos o mesmo com centroides, utilizando os dados de esgotamentos. Esses também foram multiplicados por cem e divididos, dessa vez, pelo número total de domicílios particulares permanentes. Porém, disponibilizamos apenas a proporção de 90 a 100 por cento (%), para que a visibilidade do que estivesse embaixo não fosse afetada.

Já no segundo censo de 2022 (IBGE, 2024), essas variáveis já possuíam intersecção, onde tínhamos variáveis de raça e esgoto juntas. Fizemos a soma das variáveis de domicílios com acesso a esgotamentos formais e com responsável negro(a), e multiplicamos a variável final por cem, seguidamente de uma divisão pelo total de domicílios. Portanto, dessa vez, não precisamos fazer a utilização dos centroides e utilizamos cinco classes para as porcentagens, organizadas de 0% a 100%.

Realizou-se revisão bibliográfica, fichamentos e debates no núcleo de pesquisa NUGEA (Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação) e grupo de pesquisa RELUI (Rede de Pesquisadoras da América-Latina sobre a Urbanização Interseccionalizada) para pensar a relação entre as desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras, com destaque para RMSP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos os quantitativos de raça de 2010 (IBGE, 2012), notamos que sua maior incidência se concentra nos arredores da capital, com grande destaque para o eixo sul e municípios fronteiriços, como Guarulhos, Itapeverica da Serra e Santo André. Nessas áreas a predominância da porcentagem de população negra é de 40% a 60%. Em contraste, as menores porcentagens se concentram no centro expandido de São Paulo e em algumas cidades à leste da Região (Santa Isabel e Salesópolis). Na análise dos esgotamentos informais, notamos maior incidência (90% a 100%) próxima aos limites da capital, nos mesmos municípios vizinhos e em Francisco Morato, localizado no extremo norte da RMSP. A partir desse primeiro mapeamento, concluímos que os esgotamentos informais se concentram onde a população negra é abrangente.

Partindo para o segundo mapeamento, de domicílios com chefia negra e acesso a esgotamentos formais, percebemos que a classe mais abrangente na região seria a de 0 a 20%, focalizado nos municípios mais afastados do centro de São Paulo. Este percentil se concentra na Zona Oeste e no início da Zona Sul, margeando o rio Pinheiros, regiões nas quais há grande concentração de renda. Entretanto, o chamado centro velho da capital paulista já apresenta concentração de até 80% do setor censitário com chefia domiciliar negra com esgotamento formal. Quanto à RMSP, as maiores porcentagens estão localizadas no eixo centro-norte da capital, se estendendo para alguns municípios vizinhos (Diadema, Taboão da Serra, Osasco, Ferraz de Vasconcelos). Um ponto importante a ser observado é a quantidade de setores censitários sem dados em quase todos os municípios da RMSP – representados em cinza claro.

Ao compararmos os dois mapas, é perceptível que eles são contrastantes. Enquanto a informalidade do saneamento se sobrepõe às regiões mais afastadas do centro expandido de

maior população negra, a formalidade se concentra em áreas de maior renda e no centro expandido da capital. Esses resultados evidenciam que a segregação racial no espaço urbano não se manifesta apenas na distribuição espacial da população, mas também no acesso desigual a serviços essenciais de consumo coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento interseccional evidencia desigualdades no processo de urbanização da RMSP, permitindo algumas conclusões. Ao perceber que a informalidade do esgotamento predomina nos arredores da Capital e nos municípios que a cercam e a formalidade, nos centros urbanos, notamos um padrão. Podemos dizer que as pessoas negras são as mais afetadas em termos de infraestrutura, mostrando que os negros e os brancos são atendidos de formas diferentes pelo Estado. A falta de acesso ou de baixa qualidade prejudica seu cotidiano, deixando-os vulneráveis à questão de saúde, por terem contato com esgotamentos de baixa qualidade. A partir disso, notamos que a segregação racial se reproduz no espaço urbano mediante acessibilidade a elementos básicos da vida urbana ainda distantes de se universalizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GARCIA, A. dos S. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/668322.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>. Acesso em: 15 mar. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 15 mar. 2025.

RIZZATTI, H. **Urbanização Interseccionalizada: Uma Análise a Partir da Cidade de Ribeirão Preto/SP**. In: XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 14., 2021, [edição online]. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78355>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2009.

RACISMO NA EDUCAÇÃO: DIFICULDADES DE CONSTRUIR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA VISÃO DE UM GRUPO DE ESTUDOS DESCOLONIAL

Stephany Costa de Oliveira⁴, Keven Douglas Paca Gomes⁵, Reinaldo Gabriel de Souza⁶

Eixo 1: Geografia, gênero, raça e classe.

RESUMO

Este trabalho busca problematizar e apontar as dificuldades acerca de construir uma educação antirracista e a valorização da cultura afro-brasileira dentro da educação básica partir dos currículos educacionais e da Lei 10.639/03. Dentro do âmbito das discussões e debates do grupo de estudos e pesquisa Geografia e Letras-Inglês Integrando Aprendizagens, GELEIA, que busca conceber uma visão descolonial dentro e fora da formação pedagógica dos integrantes do grupo. O trabalho também tenta trazer perspectivas e resoluções para ultrapassar as dificuldades e obstáculos que os educadores enfrentam dentro das escolas, com base nas análises e resultados obtidos pelo debate grupal do GELEIA.

Palavras-Chave: GELEIA. Educação antirracista. Currículos educacionais. Grupo de estudo.

INTRODUÇÃO

Quando falamos de educação antirracista, a primeira coisa normalmente lembrada é a Lei 10.639 (Brasil, 2003), que altera as diretrizes e bases da educação nacional, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo educacional do Ensino Fundamental e Médio. No entanto, será que com a implementação desta lei contribuiu para uma educação antirracista dentro e fora da sala de aula?

Para aprofundar esse debate, este trabalho se baseia nas discussões do grupo de estudo e pesquisa Geografia e Letras-Inglês Integrando Aprendizagens (GELEIA), que busca complementar a formação docente a partir de perspectivas descoloniais. O grupo se dedica ao estudo de correntes de pensamento que se opõem à colonialidade do saber e exploram práticas que rompem com a continuidade das relações sociais estruturadas pelo colonialismo.

Considerando que os integrantes do GELEIA são educadores em formação, é importante destacar essa discussão e analisar os currículos educacionais à luz da Lei 10.639 (Brasil, 2003).

⁴ Graduando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, stephany61902@estudante.ifb.edu.br.

⁵ Graduando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, keven62128@estudante.ifb.edu.br.

⁶ Graduando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, reinaldo61993@estudante.ifb.edu.br.

Esse debate é fundamental para refletirmos sobre como construir uma educação antirracista na educação básica e abordá-la sem reforçar estereótipos ou exotizar a história afro-brasileira. A redução dessa história a uma narrativa de sofrimento contribui para o apagamento de suas ricas contribuições culturais, filosóficas e políticas.

Dessa forma, uma das questões centrais desta pesquisa é a forma como a história afro-brasileira é introduzida nas escolas. Frequentemente, essa história começa pela escravidão, o que leva os estudantes a associarem os povos africanos e afro-brasileiros a uma condição de subalternidade e submissão. Esse recorte influencia diretamente a construção da identidade e da autoestima dos estudantes negros, além de reforçar visões estigmatizadas. Como, então, é possível valorizar a cultura afro-brasileira e construir uma educação antirracista quando a base curricular ainda parte de uma lógica de subalternização?

Em suma, a construção de uma educação antirracista enfrenta desafios significativos em um contexto marcado pelo racismo estrutural, cuja permanência se reflete nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas. Como argumenta Quijano (2005), a subalternização da população negra é um elemento central da colonialidade do poder, sustentando hierarquias que naturalizam a supremacia do conhecimento eurocêntrico e reduzem as contribuições africanas e afro-brasileiras a uma posição periférica. Assim, o cerne da discussão está na necessidade de repensar os currículos e práticas pedagógicas, garantindo que perspectivas historicamente marginalizadas sejam incorporadas de maneira estruturante no ensino. Somente a partir dessa reestruturação será possível construir uma educação que não apenas mencione a diversidade, mas a valorize de forma crítica e emancipatória.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada na obtenção dos dados desta pesquisa foi a observação das reuniões semanais de um grupo de estudos, formado por estudantes de licenciatura em Geografia e Letras-Inglês. Por sua vez, o supramencionado grupo, utiliza como método a leitura e análise textual de obras de alta relevância no escopo da discussão descolonial, no dia do encontro, realizando discussões coletivas e reflexões críticas aproximando os conteúdos dos textos com a realidade da formação docente e experiências educacionais.

Os textos analisados nesta pesquisa contribuem para a ampliação dos conhecimentos dos participantes sobre a necessidade de revisar e ressignificar a base curricular educacional no Brasil à luz dos estudos étnico-raciais. Nesse sentido, foram trabalhadas as obras “*Os estudos étnico-raciais e a ressignificação do currículo da educação básica*” (Backes, 2013) e “*Relações*

étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos” (Gomes, 2012). A primeira obra discute como os currículos escolares podem (ou não) incorporar perspectivas étnico-raciais, problematizando as dificuldades de implementação da Lei 10.639/03 (Brasil, 2003), e propondo caminhos para tornar a educação mais inclusiva. Já a segunda aprofunda o debate sobre a necessidade de descolonizar os currículos, argumentando que a educação brasileira ainda está fortemente enraizada em paradigmas eurocêntricos, o que perpetua desigualdades e invisibiliza saberes e contribuições de populações racializadas.

Além disso, para fomentar a valorização de epistemologias não eurocentradas, foi realizada a leitura de *"A terra dá, a terra quer"* (Santos, 2023). Essa obra propõe uma reflexão sobre os modos de existência e resistência das populações afro-brasileiras, demonstrando que a história e a cultura desses grupos não devem ser reduzidas à escravidão, mas reconhecidas em suas múltiplas formas de organização, produção de conhecimento e práticas culturais. Ademais, este autor demonstra a confluência entre os povos indígenas e africanos, construindo elos de resistência e trocas culturais. A leitura desse texto permitiu ao grupo compreender que a valorização da cultura afro-brasileira na educação básica deve ir além do reconhecimento superficial, buscando um ensino que afirme identidades e rompa com estereótipos e exotizações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das discussões do grupo de estudo revelou que a percepção dos professores em formação é de que a Lei 10.639 (Brasil, 2003) não está sendo efetivamente aplicada nas escolas. Muitos relatam que, apesar da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, os currículos ainda não incorporam essas diretrizes de maneira concreta, perpetuando a marginalização dos saberes africanos e afro-brasileiros. Esse cenário aponta para uma lacuna na formação pedagógica, onde as políticas públicas não se traduzem, de fato, em mudanças práticas nas salas de aula.

Outro ponto discutido foi a dificuldade em mitigar discriminações raciais dentro de sala de aula. Os participantes relataram que as manifestações racistas, embora presentes, são frequentemente furtivas, sendo praticadas de forma velada e não sendo muitas vezes reportadas pelos alunos que sofrem tais agressões. Esse caráter sigiloso do racismo impede que o problema seja adequadamente enfrentado, criando um ambiente em que os estudantes se sentem desamparados. Além disso, a falta de preparo dos educadores para identificar e intervir nesses casos também contribui para a perpetuação dessa violência simbólica.

Os membros do grupo também destacaram a resistência dos alunos da educação básica ao conteúdo que valoriza modos de vida e pensamento dos povos tradicionais, especialmente quando esses saberes entram em confronto com os estereótipos da lógica eurocêntrica. Essa resistência é muitas vezes interpretada como reflexo de um conceito rígido do que é considerado "civilizado", que está enraizado em uma visão de mundo colonial. Os alunos, ao entrarem em contato com saberes afro-brasileiros e indígenas, demonstram dificuldades em reconhecer sua relevância, uma vez que os currículos escolares ainda privilegiam visões e práticas vinculadas ao modelo europeu. Esse fenômeno reflete não apenas o impacto da colonialidade na educação, mas também os desafios enfrentados pelos educadores na tentativa de ressignificar a abordagem sobre as culturas marginalizadas dentro da sala de aula.

Esses pontos revelam a complexidade do processo de implementação de uma educação antirracista, que exige não apenas mudanças nas leis, mas também uma transformação profunda nos paradigmas educacionais e na cultura escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de tratar de um assunto que, para alguns, já soa como “batido” está justamente no fato de que ele se torna repetitivo quando não há mais necessidade de combater algo. No entanto, é fundamental lembrar que esse debate e essa luta ainda são recentes, especialmente quando se considera o tempo em que o Brasil foi um país escravagista e como essa estrutura persiste em nossa sociedade de maneira firme e violenta.

Não podemos permitir que o debate se enfraqueça. A luta e o incômodo que a educação antirracista provoca ao abordar situações e falas racistas devem ser constantes, especialmente nas escolas e durante a formação educacional. Embora a educação possa não transformar toda a sociedade de imediato, ela é capaz de transformar indivíduos, e indivíduos podem, de fato, mudar a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKES, José Licínio. **Os estudos étnico-raciais e a ressignificação do currículo da educação básica**. Contrapontos, Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 15-23, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-71142013000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 mar. 2025

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da



União, Brasília. seção 1, p. 1. 2003. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 17 mar. 2025

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.**

Currículo sem Fronteiras, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em:

<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In:

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em:

https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14118/1/12_Quijano.pdf.

Acesso em: 17 mar. 2025

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023.

ANÁLISE DO CRESCIMENTO DE DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: UMA COMPARAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010 A 2022

Fabianne Paz⁷, Helena Rizzatti⁸

Eixo 1: Geografia gênero, raça e classe.

RESUMO

Esta pesquisa observa o crescimento significativo de domicílios chefiados por mulheres e o analisa junto ao fenômeno da “feminização da pobreza”. O objetivo é compreender como se espacializa este crescimento na Região Metropolitana de São Paulo, sobretudo, nas periferias. Essa relação periferia-centro nem sempre está vinculada à distância geográfica, mas, muitas vezes, refere-se à desigualdade no acesso a infraestruturas e serviços essenciais oferecidas pelo centro. A “feminização da pobreza” está diretamente relacionada à precarização das condições de vida das mulheres responsáveis pelo domicílio, em particular pela sobrecarga da dupla jornada, onde elas acumulam as responsabilidades do trabalho produtivo e reprodutivo. Esse processo pode ser aprofundado pela urbanização interseccionalizada. Para tal análise, foram elaborados mapas de distribuição das mulheres responsáveis por domicílios, em porcentagem, por setor censitário, utilizando dados do Censo Demográfico do IBGE dos anos de 2010 e 2022. Diante dos resultados desses mapeamentos, é perceptível um aumento de mulheres responsáveis por domicílios em 2022.

Palavras-Chave: Urbanização interseccionalizada. Feminização da pobreza. Desigualdades de gênero. Região Metropolitana de São Paulo. Espaço urbano e mulheres.

INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é marcada por uma expressiva população urbana, onde a classe trabalhadora pobre esteve em conflitos com as elites locais disputando as áreas centrais, que por meio da valorização do solo exerce uma política de exclusão. A população de rendas mais baixas foi sendo expulsa para as regiões mais distantes. Este processo representa a expansão territorial da capital e das cidades vizinhas, consolidado através das intencionalidades das corporações que utilizam de investimentos públicos em infraestrutura, como autopistas para instalar suas empresas e facilitar sua logística. Santos (2009) nomeia esse processo como urbanização corporativa. Segundo o testemunho de Kowarick (1987 *apud* Santos, 2009, p. 56), a valorização urbana eleva os custos e exclui a população de baixa renda, que precisa se deslocar para áreas sem infraestrutura, enquanto essas regiões passam a abrigar grupos de maior poder aquisitivo.

⁷ Graduanda em Geografia, NuGea/UFJF, fabianneaparecida.paz@estudante.ufjf.br.

⁸ Professora do PPGeo/UFJF, helena.rizzatti@ufjf.br.

Nesse contexto, as desigualdades de gênero se entrelaçam às dinâmicas de segregação urbana. Para analisar tal processo de urbanização a partir das desigualdades de gênero, mobilizamos a ideia de “feminização da pobreza” (Castro, 2001). A autora aponta a parcialidade das interpretações sobre as desigualdades financeiras, que relacionam a maior presença feminina entre os mais pobres ao aumento de famílias chefiadas por mulheres. Castro (2001, p. 91-92) destaca que essas mulheres não empobrecem apenas pela ausência de um provedor masculino, mas devido a trajetórias com menos oportunidades de trabalho e acesso a recursos, pois “não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado”. Essa desigualdade se manifesta espacialmente na RMSP, onde mulheres, especialmente aquelas em situação de monoparentalidade⁹, são mais propensas a residir em áreas periféricas, onde o custo da moradia é menor, mas o acesso a serviços e oportunidades é limitado.

Com base nisso, consideramos que a urbanização reitera uma organização generificada do espaço urbano, refletindo e intensificando desigualdades sociais já estruturadas pela divisão sexual do trabalho e pelo machismo, reproduzindo dinâmicas que dificultam o acesso das mulheres a melhores condições de moradia e trabalho, o que contribui para o seu empobrecimento (Helene, 2019). Historicamente, a separação entre os espaços produtivo e doméstico reforçou a marginalização das mulheres na esfera pública, limitando sua mobilidade e participação econômica.

No atual cenário analisado a partir dos Censos Demográficos do IBGE de 2010 e 2022 (IBGE, 2012, 2024), observa-se um aumento na concentração de domicílios chefiados por mulheres nas cidades da RMSP situadas ao longo de algumas das principais rodovias da Região Metropolitana, como Anhanguera, Dutra, Raposo Tavares e Anchieta. Observa-se que essa infraestrutura facilita a mobilidade e torna-se um atrativo para acessar os serviços fornecidos pela capital, como saúde e educação.

A partir dessa leitura, conectando a urbanização corporativa com a organização generificada do espaço urbano – além da segregação racial – propomos o conceito de urbanização interseccionalizada. Assim, entende-se que a “compreensão sobre as desigualdades de gênero, raça e classe social que se dão de maneira imbricada situando que a urbanização (...) se constituiu de forma corporativa e interseccionalizada” (Rizzatti, 2021, p. 2).

⁹ Monoparentalidade/Família monoparental ocorre quando apenas uma pessoa assume a parentalidade de outra.
Ex: Mãe e filha, compõe uma família monoparental.

Essa abordagem possibilitou o mapeamento da concentração e distribuição dos domicílios chefiados por mulheres na Região Metropolitana de São Paulo. A pesquisa, que se baseia na análise comparativa dos Censos Demográficos do IBGE de 2010 e 2022 (IBGE, 2012, 2024), revelando que há de fato um aumento de domicílios na região, evidenciando a organização generificada do espaço urbano, com grande concentração dessas residências em áreas periféricas, devido ao baixo valor imobiliário.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização dos mapeamentos foram utilizados dados dos Censos Demográficos do IBGE de 2010 e 2022 (IBGE, 2012, 2024), espacializados através do software QGIS 3.34. Utilizamos o graduado como forma de simbologia para representar a distribuição percentual das chefias domiciliares femininas. A classificação foi definida em cinco intervalos iguais, cada um correspondendo a um aumento de 20% na proporção de domicílios chefiados por mulheres.

Para obter a porcentagem foi utilizado a variável referente a pessoa responsável pelos domicílios do sexo feminino (V064 para 2010) e (V1063 para 2022). Para obter a proporção de chefia feminina, multiplicamos esses valores por 100 e dividimos pelo total de pessoas responsáveis pelos domicílios, independente do sexo (V020 para 2010 e V1063 + V1062 para 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Castro (2001, p. 91) no Brasil entre 1970 e 1995, o número de mulheres chefes de família cresceu, especialmente entre as mães solteiras, embora a maioria delas fosse separada ou divorciada (49%). Já em 1990, “um terço das famílias chefiadas por mulheres viviam abaixo da linha da pobreza” (ibidem). E, entre 1991 e 1997, a proporção de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, tanto pobres quanto não pobres, passou de 21,9% para 24,9% (ibidem).

Acerca disso, é possível afirmar que há um crescimento de mulheres responsáveis por domicílios desde a década de 1990, aumento que também foi observado na comparação dos mapas de 2010 e 2022. Foram elaborados quatro mapas¹⁰: Mapa 1 - Mulheres Responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes por Setor Censitário (2010); Mapa 2 - Mulheres Responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes por Setor Censitário com Classificação de 40 a 60% (2010); Mapa 3 - Mulheres Responsáveis por Domicílios por Setor Censitário

¹⁰ Como não há espaço no resumo para apresentação dos mapas analisados, estes serão apresentados no evento.

(2022); Mapa 4 - Mulheres Responsáveis por Domicílios por Setor Censitário (2022) com Classificação de 40 a 60%.

A partir da análise desses mapas, observa-se um crescimento significativo de chefias femininas em toda a região metropolitana, sem uma concentração mais acentuada em alguma área específica. Esse crescimento ocorre de forma generalizada, inclusive regiões centrais da capital paulista, o que pode estar relacionado às ocupações dos centros urbanos em movimentos de luta por moradia, ou seja, às periferias que se localizam em áreas centrais. Mas tal fenômeno também pode indicar que a chefia feminina aumentou em todas as classes de renda.

Ressaltamos, ainda, o crescimento dessas chefias próximas às rodovias principais do estado, consolidando a hipótese de Santos (2009) de que quando a moradia se torna mais acessível ao pobre é porque está localizada mais distante das áreas onde se concentram infraestruturas e serviços urbanos de qualidade. Logo, a população de baixa renda busca formas de acessar a infraestrutura fornecida pela capital ocupando áreas que detém acesso aos modais de transporte público. É importante salientar que essa estratégia tem aumentado de forma exorbitante, como evidenciado nos mapeamentos com dados de 2022, sobretudo pelas chefias femininas (Mapas 2 e 4), demonstrando como a organização generificada do espaço urbano afeta diretamente as mulheres e suas condições de vida.

Diante dessa responsabilidade, as mulheres se tornam as principais responsáveis pela renda domiciliar tendo que desempenhar o trabalho produtivo, e, além disso, enfrentar a disfuncionalidade da urbanização interseccionalizada. Isto é, essas mulheres moram longe do local de trabalho e distantes de serviços públicos que atendem a demanda de reprodução da força de trabalho (creches, hospitais e entre outros). Assim, precariza-se a qualidade de vida dessas mulheres e de suas famílias.

Outro ponto relevante observado, é que os mapeamentos indicam um empobrecimento do domicílio de chefia feminina, o que pode não apenas refletir um aumento no número de mulheres que se tornam chefes de família, mas também indicar um empobrecimento das que, ao se separarem, viram suas rendas diminuir e também do restante da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos mapeamentos desenvolvidos, observamos que ocorreu um crescimento dos domicílios chefiados por mulheres, tendendo a um possível aprofundamento da feminização da pobreza. Entretanto, essa hipótese só poderá ser melhor analisada quando forem liberados os microdados de renda média mensal domiciliar do Censo de 2022, o que permitirá

uma análise mais detalhada e robusta sobre a questão. Outra observação é a preferência por ocupação em periferias que possuem proximidade com infraestrutura, com destaque para as rodovias que possibilitam melhor mobilidade. A partir dessas observações, notamos um possível aprofundamento da urbanização interseccionalizada, considerando as desigualdades de gênero, raça e classe, que se manifestam de maneira imbricada no espaço urbano, moldando as condições de vida e as escolhas territoriais das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, M. G. **Feminização da pobreza: um cenário neoliberal**. Mulher e Trabalho, Porto Alegre, RS, v. 1, p. 89-96, 2001. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2671/>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- HELENE, D. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- RIZZATTI, H. **Urbanização Interseccionalizada: Uma Análise a Partir da Cidade de Ribeirão Preto/SP**. In: XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2021, João Pessoa-PB. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78355>. Acesso em: 12 mar. 2025.

REPRESENTAÇÃO-ESPELHO E DINÂMICAS RACIAIS: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO PRETA NAS CAPITAIS DO SUL DO PAÍS

Luís Carlos Ribeiro Dutra¹¹

Eixo 1: Geografia, gênero, raça e classe.

RESUMO

A região Sul do Brasil, marcada por uma composição demográfica majoritariamente branca e altos índices de crimes raciais, apresenta um cenário de racismo estrutural que impacta as dinâmicas sociais e políticas locais. Esta pesquisa, desdobramento de estudos anteriores, investiga o possível voto-espelho nas capitais do Sul (Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis) nas eleições municipais de 2020 e 2024. A hipótese central é que regiões com altos índices de crimes raciais tendem a produzir movimentos sociais mais coesos e candidaturas-espelho, resultando em maior eleição de candidatos negros. A metodologia combina análise quantitativa de dados eleitorais do TSE e do IBGE, com foco na distribuição geográfica dos votos e na concentração da população preta, e qualitativa, com revisão bibliográfica e análise de discursos de campanha. Espera-se confirmar que o padrão de Porto Alegre detectado em pesquisas anteriores onde candidatos negros foram eleitos tanto em áreas brancas quanto em regiões com maior concentração de população preta, se repita em Curitiba e Florianópolis. A pesquisa também busca entender como os crimes raciais influenciam a mobilização política e o voto étnico, reforçando a ideia de que o racismo na região Sul não apenas marginaliza, mas também mobiliza a população preta a buscar representação política.

Palavras-Chave: Voto espelhado. Racismo estrutural. Região Sul. Crimes raciais. Representação política.

INTRODUÇÃO

A região Sul do Brasil é marcada por uma composição demográfica majoritariamente branca e com altos índices de crimes raciais. Santa Catarina, por exemplo, liderou o país em registros de injúria racial em 2023 (Borges, 2024), com uma média de seis casos por dia, enquanto o Rio Grande do Sul registrou 2.343 inquéritos relacionados a crimes raciais entre 2016 e 2019, com uma taxa baixa de denúncias formalizadas (Altino; Dias, 2022). Essa realidade expõe um cenário de racismo estrutural que impacta diretamente as dinâmicas sociais e políticas da região.

Ao mesmo tempo, o cenário eleitoral nesse recorte espacial apresenta uma crescente participação e eleição de candidatos negros. Dados do TSE mostram que o número de candidatos autodeclarados negros aumentou significativamente desde 2020 (ano em que a auto

¹¹ Universidade de Brasília, lucardutra@gmail.com.

identificação racial passou a ser registrada oficialmente) (TSE, 2020). Essa pesquisa é um desdobramento da pesquisa de Azevedo (2025) que buscou entender se havia voto étnico no Brasil através de várias capitais estaduais.

Naquele estudo concluiu-se que não há a relação direta entre voto e candidatura-espelho, com exceção de Porto Alegre, sendo um caso atípico no país, já que todos os candidatos negros eleitos na cidade pertenciam a partidos de esquerda, e seus padrões de votação mostraram uma variação interessante: alguns receberam mais votos em áreas predominantemente brancas, enquanto outros foram mais apoiados em regiões com maior concentração de moradores pretos, podendo sugerir que a dinâmica racial e política em Porto Alegre é única e pode refletir uma tendência mais ampla na região Sul, ficando como sugestão de desdobramento de pesquisa para se analisar e estudar esse caso atípico.

Essa pesquisa então busca entender como o voto da população preta se manifestou nas eleições municipais das capitais do Sul do Brasil de 2020 e 2024 e em que medida ele foi influenciado pelos conflitos raciais locais, visto que houve um aumento de candidatos autodeclarados negros participando das eleições em comparação aos anos anteriores e também uma crescente de eleitos. A hipótese central é que regiões com altos índices de crimes raciais tendem a produzir movimentos sociais mais coesos e candidaturas-espelho (candidatos que refletem a identidade e as demandas da comunidade), que são mais eleitos em decorrência dessa mobilização, ou seja, investiga-se se o racismo escancarado na região pode estar levando a um aumento do voto espelhado, em que a população preta vota em candidatos negros como forma de resposta coletiva.

Para contextualizar essa análise, é necessário compreender a historicidade do racismo no Sul, a evolução das candidaturas negras e as dinâmicas eleitorais municipais. Além disso, conceitos de assimetria racial conforme discutido por Guimarães (2001), ajudam a fundamentar a discussão sobre a sub-representação e as barreiras enfrentadas por candidatos negros na região.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa adotará uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, para investigar o voto étnico nas capitais do Sul do Brasil. Será realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, que permitirá compreender o contexto histórico e eleitoral da região, procurando identificar padrões e tendências no comportamento eleitoral da população preta.

A análise quantitativa se baseará em dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com foco no número de candidatos negros eleitos nas eleições municipais de 2020 a 2024, além da distribuição geográfica dos votos por zonas eleitorais. Esses dados serão complementados por informações de censos como os do IBGE, PNAD e SIDRA, a fim de se obter os dados de distribuição dessa população para tanto se contextualizar a desigualdade racial quanto as zonas eleitorais em que essas pessoas se encontram.

Além disso, a pesquisa incluirá uma análise sobre os crimes raciais na região Sul, utilizando dados divulgados pelas polícias estaduais e reportagens que abordam o tema, essa etapa buscará mapear a ocorrência de injúria racial, racismo e outros crimes de motivação racial, com o objetivo de entender como esses eventos impactam a mobilização política da população preta e influenciam o voto espelhado.

A análise qualitativa incluirá uma revisão bibliográfica sobre racismo estrutural, representação-espelho e representação política no Brasil, além da análise de discursos de campanha de candidatos negros, coletados em redes sociais, sites de campanha e entrevistas. Essa etapa buscará entender como as pautas raciais são abordadas (ou evitadas) pelos candidatos e se há diferenças entre discursos de candidatos em partidos de esquerda e direita. Por fim, a pesquisa utilizará ferramentas de geografia eleitoral, como o QGIS, para mapear a correlação entre áreas com maior concentração de população preta e os votos recebidos por candidatos negros, permitindo uma análise espacial detalhada dos padrões eleitorais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados esperados desta pesquisa buscam confirmar (ou não) que o padrão observado em Porto Alegre se repete em outras capitais do Sul, como Curitiba e Florianópolis. A hipótese central é que o racismo estrutural escancarado na região Sul, evidenciado pelos altos índices de crimes raciais, leva a uma mobilização política da população preta, resultando em um crescente voto-espelho (Azevedo, 2025). Este tipo de voto e representação política seriam uma resposta coletiva à exclusão e à violência racial, com eleitores pretos buscando representação política em candidatos que refletem sua identidade e demandas (Tessmann, 2024).

A análise dos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve revelar um aumento significativo no número de candidatos negros eleitos nas três capitais entre 2020 e 2024, especialmente em áreas com maior concentração de população preta. A expectativa é que, assim como em Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis apresentem padrões de votação que

possam correlacionar a eleição de candidatos negros com regiões de maior vulnerabilidade social e racial, a utilização de ferramentas de geografia eleitoral, como o QGIS, permitirá mapear essas correlações, identificando se há uma tendência de voto espelhado em resposta ao racismo estrutural.

A pesquisa também espera confirmar que os crimes raciais, como injúria racial e racismo, têm um impacto direto na mobilização política da população preta, dados das polícias estaduais e reportagens devem mostrar que regiões com maior ocorrência desses crimes apresentam uma tendência mais forte de voto espelhado, com candidatos negros sendo eleitos como uma resposta direta à violência racial. Essa correlação reforçaria a ideia de que o racismo na região Sul não apenas marginaliza a população preta, mas também a impulsiona a buscar representação política como forma de resistência.

A análise dos discursos de campanha de candidatos negros deve revelar diferenças significativas entre partidos de esquerda e direita. Espera-se que candidatos de partidos de esquerda incorporem pautas raciais de forma mais explícita, enquanto candidatos de partidos de direita possam evitar o tema ou adotar uma abordagem mais neutra, essa diferença pode influenciar os padrões de votação, com eleitores pretos tendendo a apoiar candidatos que abordam diretamente as questões raciais, especialmente em áreas com maior concentração de população preta.

Por fim, a pesquisa deve confirmar que a região Sul, como um todo, é marcada por um racismo estrutural escancarado, que se reflete tanto nos altos índices de crimes raciais quanto no comportamento eleitoral da população preta, a confirmação de que o padrão de Porto Alegre se repete em Curitiba e Florianópolis reforçaria a ideia de que o voto espelhado é uma resposta coletiva ao racismo, com a população preta buscando representação política como forma de combater a exclusão e a violência racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa busca investigar se o padrão de voto espelhado observado em Porto Alegre, se repete em outras capitais do Sul, como Curitiba e Florianópolis. Com base nas hipóteses e nos dados preliminares, espera-se que o racismo estrutural escancarado na região Sul, evidenciado pelos altos índices de crimes raciais e pela própria homogeneidade branca de sua população, esteja impulsionando a população preta a buscar representação política por meio do voto em candidatos que refletem sua identidade e demandas. Esse fenômeno, se confirmado, pode ser entendido como uma resposta coletiva à exclusão e à violência racial, reforçando a

ideia de que a região Sul é marcada por uma dinâmica única no país, onde o racismo não apenas marginaliza, mas também mobiliza politicamente a população preta.

A análise dos dados eleitorais e a correlação com os crimes raciais devem revelar, de acordo com as expectativas, uma tendência clara de voto espelhado em áreas com maior vulnerabilidade social e racial. Isso sugere que, em contextos de alta desigualdade racial, a população preta pode estar buscando garantir representação política como forma de resistência e afirmação de seus direitos. Além disso, espera-se que candidatos negros que incorporam pautas raciais em suas campanhas tenham maior sucesso eleitoral, especialmente em regiões com maior concentração de população preta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTINO, Lucas; DIAS, Pâmela. **Por que estados do Sul negam racismo? Entenda histórico social que está por trás de aumento de denúncias**. O Globo, Rio de Janeiro, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/09/dois-casos-no-parana-expoem-peso-historico-e-ameacas-atuais.ghml>. Acesso em: 20 fev. 2025.

AZEVEDO, D. A. **The rise of black representatives in Brazil: ethnic voting?**. Journal of elections, public opinion and parties, [2025]. No prelo.

BORGES, Caroline. **SC tem alta de 51% nos casos de injúria racial e lidera denúncias do crime no país**. G1, Santa Catarina, 19 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2024/07/19/santa-catarina-alta-denuncias-injuria-racial.ghml>. Acesso em: 20 fev. 2025.

GUIMARÃES, A. S. A. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. Tempo Social, v. 13, n. 2, p. 121-142, nov. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000200007>. Acesso em: 20 fev. 2025.

TESSMANN, A. C. O. **Redes sociais como política de escala para a representação política de mulheres negras nas eleições à Câmara Legislativa do DF em 2022**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas eleitorais: candidaturas por raça/cor (2020)**. Brasília: TSE, 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 21 mar. 2025.

AMÉFRICA LADINA E TERRITÓRIO USADO: AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE LÉLIA GONZALEZ E MILTON SANTOS EM USOS NÃO HEGEMÔNICOS DO TERRITÓRIO DE COLETIVOS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Thiago Andrade Gonçalves¹², Vithoria Sampaio Romão¹³

Eixo 2: Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade.

RESUMO

Este trabalho objetiva estudar os usos não hegemônicos do território pelas “Sujeitas e Sujeitos Periféricos” (D’Andrea, 2022) organizados em coletivos culturais nas periferias do município de São Paulo, em especial o Coletivo Cultural Sarau do Binho na zona sul de São Paulo e o Coletivo Cultural Love CT na zona leste de São Paulo, a partir da mobilização conjunta das contribuições teórico-metodológicas de Lélia Gonzalez, sobretudo a categoria “América Ladina”, e Milton Santos com a categoria de “Território Usado”. A pesquisa adota como metodologia o levantamento bibliográfico e documental da formação e dos usos do território nos coletivos culturais Sarau do Binho e Love CT; a construção de propostas interativas de atividades com as Sujeitas e Sujeitos Periféricos do Sarau do Binho e do Love CT que subsidiam a coleta de dados qualitativos e quantitativos; e a observação participante, utilizada de modo sistemático na coleta de dados quantitativos e qualitativos e registro em diário de campo. Tem-se como resultado que as experiências analisadas estão imersas em um conjunto de contradições e conflitos compartilhados entre muitos territórios periféricos da América Ladina.

Palavras-Chave: Usos não hegemônicos do território. Sujeitas e Sujeitos Periféricos. Coletivos Culturais. Periferia de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho mobilizamos a categoria “América Ladina” da intelectual e ativista brasileira Lélia Gonzalez em diálogo direto com a categoria “Território Usado” do geógrafo e intelectual brasileiro Milton Santos.

A categoria América Ladina de Lélia Gonzalez é uma proposta político-cultural com conteúdo históricos, culturais e espaciais pautados em uma dinâmica cultural que conforma uma unidade espacial específica que ultrapassa barreiras nacionais, linguísticas e ideológicas ao referenciar-se em processos de adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas de viver o espaço geográfico que tem como ponto em comum a experiência

¹² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduado em geografia no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (IC-UNIFESP). E-mail: t219106@dac.unicamp.br.

¹³ Professora de geografia da rede municipal de São Paulo, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduada em geografia no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (IC-UNIFESP). E-mail: v225014@dac.unicamp.br.

afrodiaspórica vivida no referido continente, permitindo construir um entendimento mais profundo de toda a América.

O valor metodológico da categoria, segundo a autora, está no fato de permitir o resgate de uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. “Portanto, a Améfrica, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos” (Gonzalez, 1988, p. 77) e que se aproxima dos conteúdos da categoria de Território Usado do geógrafo brasileiro Milton Santos na medida em que a dinâmica cultural de resistências no cotidiano e as formas de organização social livres tem no espaço um dos seus pilares constitutivos, o que caracteriza o uso do território ou o Território Usado entendido por Milton Santos como sinônimo de espaço geográfico. Para o autor, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 2005, p. 137) Ou seja, é o uso que interessa para a análise.

Assim, a hipótese que perseguimos no presente trabalho é de que as contribuições teórico-metodológicas desses dois intelectuais brasileiros, sobretudo a categoria Améfrica Ladina em Lélia Gonzalez e a categoria de Território Usado em Milton Santos, quando mobilizados conjuntamente, são amplificados e potencializados no que tange a compreensão da formação brasileira e da América Latina, num movimento que se relaciona mutuamente, articulando os pensamentos e formas de ver o território brasileiro em relação interestelar com os territórios vizinhos desde experiências não hegemônicas de uso do território que engendram concepções político-culturais, teóricas e epistemológicas críticas.

Acreditamos que essas experiências não hegemônicas de uso do território são manifestadas em movimentos sociais e organizações populares que realizam práticas orientadas por concepções político-culturais, teóricas e epistemológicas críticas que problematizam a racionalidade hegemônica do capitalismo. Além disso, acreditamos que os usos não hegemônicos do território também se dão em coletivos culturais das periferias de São Paulo, através de “Sujeitas e Sujeitos Periféricos” (D'Andrea, 2022) que constituem esses coletivos.

Este trabalho objetiva analisar os usos não hegemônicos do território de dois coletivos culturais de periferia no município de São Paulo, o Coletivo Cultural Sarau do Binho na zona sul de São Paulo e o Coletivo Cultural Love CT na zona leste de São Paulo, através da categoria Améfrica Ladina (Gonzalez, 1988) e da categoria Território Usado (Santos, 2005), entendendo os projetos, concepções político-culturais, teóricas e epistemológicas críticas desses coletivos que caracterizam seus usos do território. Em específico, pretendemos nos atentar com maior

ênfase nas seguintes experiências não hegemônicas desses coletivos: a “Expedición Donde Miras - Caminhada Cultural pela América Latina” realizada pelo Sarau do Binho e a formação do “Sarau da Love” do projeto social Love CT Skateboarding: Inclusão e Resgate.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho adota como métodos o levantamento bibliográfico e documental da formação e dos usos do território nos coletivos culturais Sarau do Binho e Love CT. O trabalho é um esforço de diálogo e aproximação não só entre os referenciais teóricos, mas principalmente entre os sujeitos da pesquisa. Neste sentido, outro recurso metodológico utilizado é a construção de propostas interativas de atividades com as “Sujeitas e Sujeitos Periféricos” do Sarau do Binho e do Love CT que, embasadas nas elaborações sobre comunicação enquanto processo pelo qual os sujeitos transmitem seus conteúdos com significados e significantes dotados de intencionalidade do educador brasileiro Freire (2022), subsidiam a coleta de dados qualitativos e quantitativos, tais como: mapeamentos participativos dos usos do território; oficinas de usos culturais da produção escrita e oral nos poemas e nos saraus periféricos em estreita relação com os usos do território; e mapeamento coletivo das trajetórias de vida e movimentos migratórios das famílias das “Sujeitas e Sujeitos Periféricos” que constituem diferentes usos do território.

Este trabalho adota também como metodologia a observação participante, que não é a simples observação como nos conta O’Leary (2019). Para a autora, é “importante reconhecer a observação como método sistemático de coleta de dados que se vale da capacidade do pesquisador de reunir dados através de seus sentidos” (O’Leary, 2019, p. 327), e permite estudar o que as pessoas fazem de fato, e não apenas o que elas dizem fazer; visitar o lugar e ver tudo o que lá acontece, coletar tanto dados qualitativos aprofundados quanto dados quantificáveis padronizados, coletar dados não verbais e verbais.

A observação participante supõe, segundo a socióloga Valladares (2007), a interação pesquisador/pesquisado. “As informações que se obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado” (Valladares, 2007, p. 154) cotidianamente no lugar. Por isso, uma autoanálise faz-se, portanto, necessária e convém ser inserida na própria história da pesquisa, como defende a autora. Uma autoanálise do pesquisador faz-se imprescindível pelo seu envolvimento na pesquisa e pela acurácia de seu olhar nas interpretações sobre a realidade observada, já que nossa compreensão é limitada por aquilo que conseguimos perceber por meio

de nossos sentidos. Assim, para O'Leary (2019), com essa metodologia não é possível apenas observar o objeto de sua observação, mas a si mesmo também.

Para isso, é necessário tomar nota do que se observa, mas também do que se experimenta. “Isso é essencial para refletir sobre seus processos de observação ao iniciar a coleta de dados” (O'Leary, 2019, p. 331). O registro do que se observa é igualmente imprescindível. A observação como método sistemático de coleta de dados requer planejamento e desenvolver uma rotina de trabalho é fundamental. Mediante notas e manutenção do diário de campo, o pesquisador se autodisciplina a observar e anotar sistematicamente” (Valladares, 2007, p. 154).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A rotina de trabalho com a observação participante dos usos não hegemônicos do território do Sarau do Binho e do Love CT, com a observação sistemática para coleta de dados, manutenção do registro em diário de campo e a realização do levantamento bibliográfico e documental de materiais, documentos, fotografias e registros dos coletivos culturais em livros, sites, redes sociais e no diálogo com os sujeitos envolvidos nos ajudou na compreensão das relações entre América Latina e Território Usado nas periferias do município, sobretudo no entendimento dos usos não hegemônicos do território dos coletivos culturais em diálogo com os territórios vizinhos latino-americanos.

Exemplo disso são as experiências “Expedición Donde Miras - Caminhada Cultural pela América Latina” realizada pelo Sarau do Binho e a formação do “Sarau da Love” do projeto social Love CT Skateboarding: Inclusão e Resgate.

A experiência “Expedición Donde Miras - Caminhada Cultural pela América Latina” foi organizada entre os anos de 2007 e 2008 pelas sujeitas e sujeitos periféricos do Sarau do Binho com o objetivo de promover o intercâmbio cultural entre os artistas caminheiros e as populações de cada cidade visitada. A caminhada foi realizada por um grupo de cerca de 30 pessoas, composto por atores, cineastas, artistas plásticos, músicos, dançarinos, produtores culturais, poetas, educadores e fotógrafos, comprometidos ativamente com a produção e difusão cultural na cidade de São Paulo, principalmente nas periferias.

Já a experiência de formação do “Sarau da Love” pelo projeto social Love CT Skateboarding: Inclusão e Resgate remontam ao ano de 2011 com a promoção de aulas gratuitas de skate à juventude e a organização de saraus com troca de livros em praça pública na periferia da zona leste, com inspiração no Sarau do Binho. Semanalmente durante à noite, esse sarau

mobiliza como instrumento pedagógico a poesia e com isso incentiva a leitura, a escrita e a declamação como manifestações artísticas. Ao atrelar skate e literatura, essa experiência possibilita o protagonismo das crianças e jovens no uso do território de Cidade Tiradentes na periferia da zona leste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas experiências não hegemônicas de uso do território dos coletivos nas periferias da zona sul e zona leste de São Paulo estão imersas em um conjunto de contradições e conflitos compartilhados entre muitos territórios periféricos da América Latina habitados majoritariamente por corpos negros em diáspora que carregam em si a herança da oralidade como expressão de sua cultura cotidiana territorializada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-elia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2025.

O'LEARY, Zina. **Como fazer seu projeto de pesquisa: Guia prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 63, p. 153-155, fev. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/H6CDbCRcfpPK3YmWcrrpw4K/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2025.

ANÁLISE SOCIOESPACIAL DOS CASOS DE FEMINICÍDIO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (RMRJ)

Vitória Martins Bernardes¹⁴

Eixo 2: Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade.

RESUMO

A pesquisa, ainda em andamento, tem por objetivo cartografar os indicadores de feminicídio na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e identificar a relação entre os casos de feminicídio e os demais índices de violência urbana, este resumo se refere à análise dos anos de 2022 e 2023. A metodologia está no levantamento e tratamento de dados quantitativos do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro para a produção cartográfica, feita no software ArcGis. Sendo também parte da metodologia analisar individualmente a metrópole carioca, mais integradamente os demais municípios de sua região metropolitana. Tendo levado em consideração as informações sobre as Circunscrições Integradas de Segurança Pública, foi possível colocar em evidência quais municípios fluminenses se destacam diante da violência urbana e da violência contra mulher, sendo eles: Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé. Este resumo faz referência a uma pesquisa em andamento, onde hipóteses e respostas ainda não se mostram passíveis de apontamentos.

Palavras-Chave: Violência Urbana. Feminicídio. Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Presente no Tribunal Internacional de Crime Contra Mulheres desde 1976, a legislação brasileira reconhece o crime de feminicídio desde 2015, a partir da Lei 13.104 (Brasil, 2015). Sendo a lei recente e a cultura machista, é comum a dificuldade dos profissionais em incorporar a perspectiva de gênero para a correta tipificação do crime, e cada estado brasileiro enfrenta distintos desafios, o Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana não são diferentes.

A análise conduzida abrangeu o período de 2022 a 2023, apresentando mapas que permitiram uma comparação entre os anos e uma visão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro, expondo os registros de casos de feminicídio para tais localidades.

Esse estudo, ainda em andamento, busca representar a necessidade de enxergar a violência contra mulher sob a perspectiva que compreende as relações de sujeito e objeto, dominação e submissão, homem e mulher como dicotomias típicas, contrapartes antagônicas, internas ao patriarcado produtor de mercadorias (Scholz, 2014), isto é, internas à forma social capitalista.

¹⁴ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, vit.bernardes@ufrj.br.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram selecionados os dados de feminicídio dos anos de 2022 e 2023 (ISP, 2025) das Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP), onde a CISP corresponde a áreas territoriais de atuação e responsabilidade conjunta das delegacias distritais da SEPOL e das companhias integradas da Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM). Esses dados obtidos vieram em formato Excel, fornecendo o código da localidade do CISP e os casos registrados de feminicídio dia a dia, mensalmente.

Com o auxílio do software Excel, foi possível realizar uma junção desses dados com outra base de dado correspondente ao local da CISP (ISP, 2019), para assim se obter uma única tabela com valores mensais, código CISP, e o território ao qual este está localizado, além de informações do município, o que possibilitou a identificação para a realização do recorte a nível RMRJ, uma vez que esses dados são correspondentes ao estado do Rio de Janeiro. Filtrados os dados necessários à pesquisa, o software ArcGIS foi utilizado com a finalidade de realização da produção cartográfica com os casos de feminicídio.

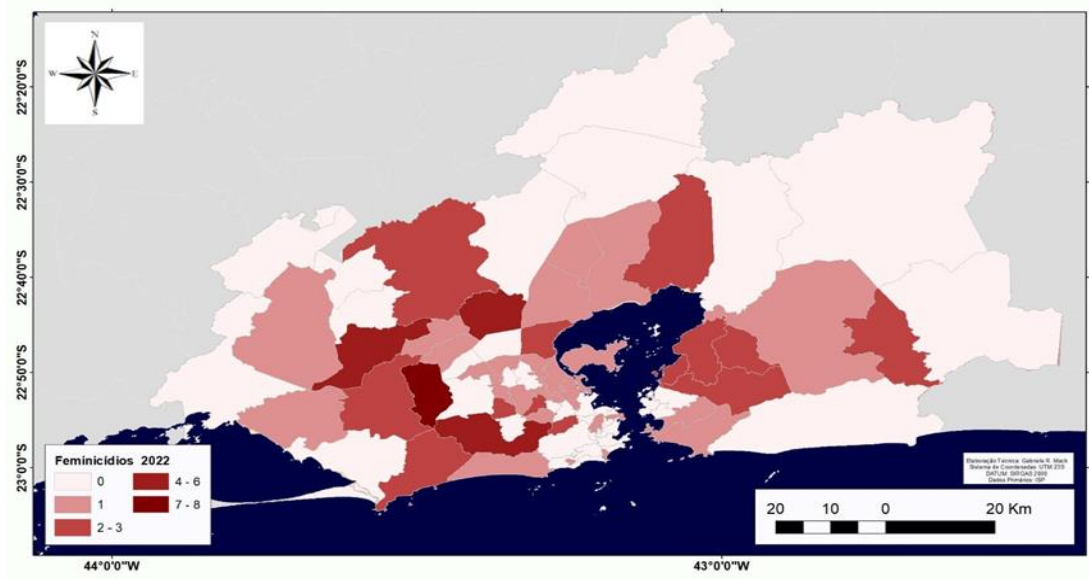
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os dados a respeito da RMRJ foi exposto que os municípios com maiores índices de casos foram: Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé.

Em 2022, o estado do Rio de Janeiro registrou um total de 111 casos de feminicídio, um número alarmante que destaca a gravidade da violência de gênero na região. Desses casos, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) foi responsável por 77 ocorrências, representando 69,4% do total de feminicídios no estado.

A cidade do Rio de Janeiro concentrou a maioria dos casos, com 39 feminicídios registrados. Esse número é expressivamente maior em comparação com outras áreas da RMRJ. A exemplo disso, a cidade aparece marcada com as cores mais intensas (Figura 1), indicando uma alta incidência de feminicídios, conforme representado na legenda que denota 7-8 casos registrados.

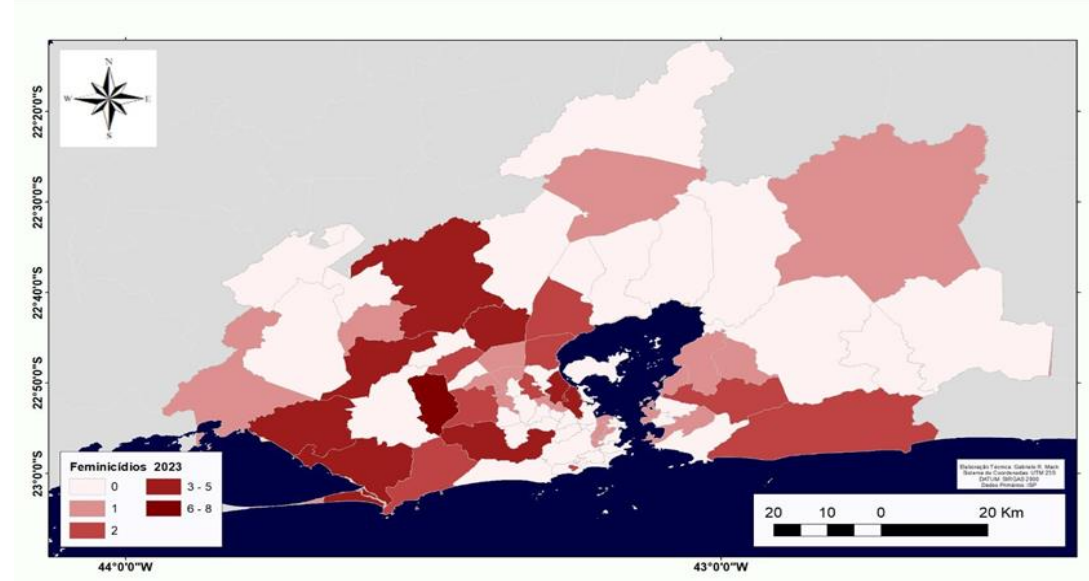
Figura 1. Mapa referente aos casos de feminicídio da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), para o ano de 2022.



Fonte: Mack e Bernardes (2024).

Ao analisarmos o ano de 2023, observamos que a cidade do Rio de Janeiro continuou apresentando o maior número de casos de feminicídio, com um total de 40 ocorrências. Esse valor reflete uma ligeira elevação em relação ao ano anterior, reafirmando a gravidade da violência de gênero na capital. No mapa de 2023 (Figura 2), nota-se algumas mudanças, por exemplo, Maricá, que não teve casos registrados em 2022, registrou 1 caso em 2023. Em contraste, Magé, que registrou 4 casos em 2022, não teve nenhum caso registrado em 2023.

Figura 2. Mapa referente aos casos de feminicídio da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), para o ano de 2023.



Fonte: Mack e Bernardes (2024).

Essas variações (Figura 1 e Figura 2) mostram a dinâmica e a imprevisibilidade dos padrões de violência de gênero em diferentes localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Atlas da Violência de 2024 registra que 15 das 100 cidades com os maiores índices de homicídio por 100 mil habitantes também estão no estado. Fica evidente que a violência urbana se tornou parte elementar do estado (Teixeira, 2024).

Ao retomarmos a discussão em torno dos feminicídios, é importante evidenciar algumas questões; a primeira delas é que, observando a Região Metropolitana, as três CISPs que apresentam os maiores números de casos – Nova Iguaçu, Belford Roxo, Duque de Caxias - são as que contam com a presença de uma Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM). Identifica-se também que os três municípios estão na lista do IPEA como os municípios com maiores números de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil, com Nova Iguaçu e Belford Roxo apresentando uma porcentagem de 35,8 mortes por 100 mil e Duque de Caxias com 39,7 mortes por 100 mil. Taxas consideravelmente elevadas.

Em contrapartida, os municípios que apresentam taxas de homicídios por 100 mil habitantes igualmente altas, mas não contam com a presença de uma DEAM, registraram poucos casos de feminicídios. Como por exemplo, Queimados, com uma taxa de 58,8 mortes por 100 mil habitantes, em 2022 registrou 0 (zero) casos de feminicídios e em 2023 registra 1. O caso se repete em múltiplos municípios da Região Metropolitana do Rio que apresentam altos índices de violência, mas não registram nenhum caso de feminicídio. Itaguaí elucida bem tal narrativa porque está no ranking das 50 cidades mais violentas do país e registra 1 caso em 2023 e nenhum em 2022. Dado o tamanho do objeto amostral, não foi possível apontar uma hipótese para isso.

Sem respostas estabelecidas, enfatizamos o caráter inicial deste estudo e a importância de seu prosseguimento. Com o intuito de incluir e analisar, de maneira abrangente, os dados anteriores que são referentes aos anos de 2016 em diante, os relacionando às questões de desigualdade social presente no estado do Rio de Janeiro. Pretendemos ainda entender o impacto da presença das DEAMs no território fluminense, bem como os critérios de escolha. Junto a isso, pretendemos aprofundar a compreensão teórica a respeito da violência contra mulher e sua relação com o patriarcado capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasil, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 03 ago. 2024.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ISP). **Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP) menor instância de apuração dos indicadores de criminalidade.** Rio de Janeiro: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://geo.mprj.mp.br/portal/home/item.html?id=56c7c3538e10401db9e40c2e632ab250>. Acesso em: 02 jan. 2025.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ISP). **Feminicídio: série histórica mensal por área de delegacia.** Rio de Janeiro: [s. n.], 2025. Disponível em: <https://www.ispdados.rj.gov.br/CrimesVida.html>. Acesso em: 02 jan. 2025.

MACK, G. R.; BERNARDES, V. M. **Análise Socioespacial dos Casos de Feminicídio na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).** In: XVIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 18., 2024, Niterói, RJ. Anais [...]. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2024. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/simpurb/2024/arquivos/GT2_COM_453_714_20240921182652.pdf. Acesso em: 13 fev. 2025.

SCHOLZ, Roswitha. **Patriarchy and Commodity Society: Gender without the Body.** In: LARSEN, Neil. NILGELS, Mathias. ROBINSON, Josh. BROWN, Nicholas (orgs). *Marxism and the Critique of Value*. Chicago: MCM, 2014, p. 123-142.

TEIXEIRA, Pedro. **Atlas da Violência 2024: Rio tem 15 das 100 cidades com maior taxa de homicídios por habitantes no país.** O Dia, Rio de Janeiro, 18 jun. 2024. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/06/6866696-atlas-da-violencia-2024-rio-tem-15-das-100-cidades-com-maior-taxa-de-homicidios-por-habitantes-no-pais.html>. Acesso em: 8 ago. 2024.

A GENTRIFICAÇÃO DA CIDADE TURÍSTICA PELA NEGAÇÃO AO TRANSPORTE PÚBLICO COMO DIREITO: O CASO POÇOS DE CALDAS, MINAS GERAIS

Fernanda Lorena Araujo Baeza¹⁵, Matheus Garcias Gomes¹⁶

Eixo 2: Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade.

RESUMO

Este artigo analisa a segregação socioespacial em Poços de Caldas, enfatizando a desigualdade no acesso ao transporte público e seus impactos na gentrificação do turismo, do lazer e dos serviços públicos. A construção de uma cidade administrativa na região oeste, a mais rica do município, reforça a exclusão dos moradores das zonas leste e sul, que enfrentam dificuldades de deslocamento devido às altas tarifas e à falta de integração entre as linhas de ônibus. O turismo exerce um papel central na gentrificação do centro urbano, afastando moradores de baixa renda devido ao aumento do custo de vida e à priorização de investimentos voltados para o público visitante. A gestão ineficiente do transporte acentua desigualdades espaciais e limita o acesso aos direitos fundamentais, como o direito à cidade e à mobilidade urbana.

Palavras-Chave: Gentrificação. Poços de Caldas. Segregação. Transporte público. Turismo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca responder à seguinte questão: como o transporte público atua como agente de segregação e impulsionador da gentrificação em Poços de Caldas? Para responder, precisamos debater sobre a segregação socioespacial, e o seu caráter marcante nas cidades contemporâneas, refletindo a distribuição desigual dos serviços urbanos e das oportunidades econômicas. Em Poços de Caldas, uma cidade média de relevância turística, essa dinâmica se manifesta de maneira acentuada, especialmente no acesso ao transporte público. O estudo em tela investiga como as tarifas elevadas e a má distribuição das linhas de ônibus contribuem para a exclusão de populações de baixa renda, restringindo seu acesso ao turismo, ao lazer e aos serviços essenciais. Segundo Harvey (2014), a urbanização é um processo estruturalmente desigual, onde o capital se apropria do espaço urbano em benefício das elites, marginalizando grupos sociais mais vulneráveis.

A recente implantação de um complexo administrativo na região oeste, uma das mais ricas da cidade, acentua essa segregação, pois a ausência de uma rede de transporte direta e

¹⁵ Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Poços de Caldas, fernanda.baeza@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

¹⁶ Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Campus Poços de Caldas, matheus.garcias@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

eficaz dificulta o deslocamento da população trabalhadora residente nas zonas leste e sul.

Paralelamente, o turismo tem sido um fator estruturante da gentrificação no centro da cidade, favorecendo empreendimentos voltados para visitantes em detrimento dos moradores. A valorização imobiliária decorrente do turismo tem levado à substituição de comércios tradicionais por estabelecimentos voltados ao público visitante, como ocorreu na alameda Poços, onde carrinhos de lanches populares foram substituídos por empreendimentos de médio e grande porte. Esse cenário desafia a concepção do direito à cidade e evidencia como o transporte pode ser um fator estruturante da desigualdade urbana.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa combinada à revisão bibliográfica, que implica o levantamento de dados socioeconômicos, análise cartográfica e observação empírica. Foram utilizados mapas urbanos, informações da prefeitura e da empresa concessionária de transporte público para compreender a distribuição espacial dos serviços e a organização do sistema de mobilidade urbana. A análise concentrou-se na inter-relação entre a configuração do transporte público, a segregação socioespacial e o papel desses elementos na intensificação da gentrificação nas áreas centrais da cidade. A integração dessas fontes possibilitou a identificação dos principais vetores de exclusão social e espacial relacionados ao transporte em Poços de Caldas.

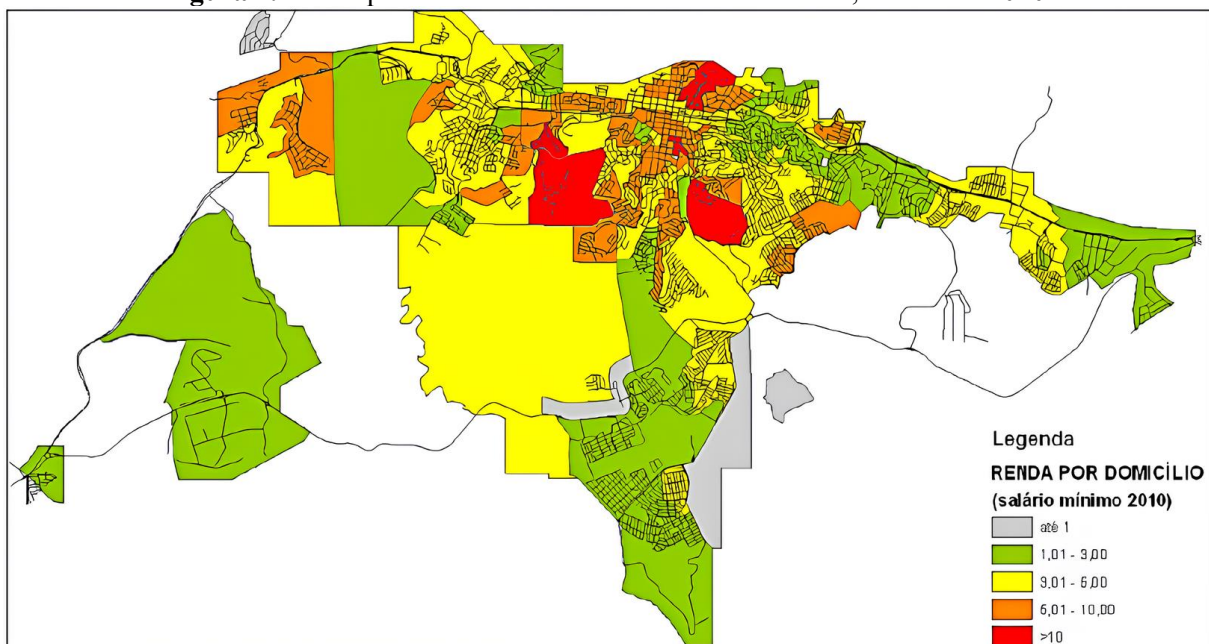
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade que hoje é conhecida como Poços de Caldas se formou, atipicamente, em relação a outras cidades do Brasil, em virtude, principalmente, das suas águas sulfurosas características de seu processo geológico, fator natural que auxiliou no desenvolvimento econômico e na expansão urbana do município para outras regiões de sua área.

As cidades turísticas apresentam padrão histórico de segregação socioespacial, que se perpetua por meio da organização urbana e da distribuição dos serviços. Em Poços de Caldas, a ocupação se deu principalmente pelas aristocracias em virtudes de males que as assombram. Segundo Marras (2004), a história prende-se a um consórcio entre Médicos, Estadistas e Coronéis. Portanto, as classes sociais de alto poder aquisitivo se auto segregam em áreas previamente selecionadas, que apresentam vantagens locacionais e/ou atributos medicinais, como o caso estudado. As classes sociais de baixa renda são induzidas, ou na pior das hipóteses impostas, à segregação em áreas desvalorizadas do espaço urbano (Corrêa, 1997).

Desta forma, a gentrificação inicialmente foi identificada como fenômeno de mudança socioespacial, caracterizada pela chegada de setores de classe média ou atividades comerciais, acompanhada da saída da população de renda mais baixa, através da higienização social (De Marco; Santos; Möller, 2020). Essa dinâmica de segregação é claramente observada na distribuição espacial da cidade. As zonas oeste e central concentram os maiores investimentos em infraestrutura e equipamentos públicos, refletindo uma lógica de valorização imobiliária e de acesso privilegiado a serviços. Por outro lado, as zonas leste e sul, caracterizadas por uma menor oferta de serviços e pela predominância de conjuntos habitacionais, abrigam majoritariamente famílias de menor renda. (Silva, 2021). A Figura 1 ilustra essa divisão espacial.

Figura 1. Renda por domicílio conforme o salário mínimo, no ano de 2010.



Fonte: Adaptado da Prefeitura municipal de Poços de Caldas por Silva (2021).

O sistema de transporte público agrava essa exclusão, visto que as linhas não conectam diretamente essas regiões à zona central. E somada ao alto custo da tarifa, chegando ao valor de R\$ 7. Outro fator é o baixo número de ônibus evidenciando as dificuldades da população trabalhadora para o deslocamento, impactando progressivamente no tempo casa-trabalho na região sul, que pode levar 50 minutos de ônibus. A construção da cidade administrativa na região oeste intensifica o problema, pois a falta de transporte acessível limita o acesso da população mais pobre aos serviços essenciais prestados pelo município.

O centro histórico e comercial de Poços de Caldas, impulsionado pelo turismo, também reflete essa lógica de valorização e exclusão. A especulação imobiliária decorrente do turismo

tem levado à substituição de comércios tradicionais por estabelecimentos voltados ao público visitante. Um exemplo emblemático é a transformação da alameda Poços, historicamente ocupada por carrinhos de lanches familiares e populares, em um espaço dominado por empreendimentos de médio e grande porte, como o Palace Cassino e o Teleférico. Em meados de 2023/24 ocorreu o processo de desmanche dos carrinhos de lanche e sua substituição por construções de alvenaria, aliado à licitação de imóveis a preços substancialmente mais elevados, que impossibilita que as mesmas famílias que antes ocupavam o local continuem ali estabelecidas. Essa dinâmica evidencia como o turismo, embora seja um vetor de desenvolvimento econômico, também pode aprofundar as desigualdades sociais e espaciais.

Outro impacto da precarização do transporte público na cidade está relacionado ao acesso ao ensino superior. As instituições federais de ensino estão localizadas em extremos distintos: o Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) na zona sul e a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) no sentido oeste. Estudantes dessas universidades vêm de diversas partes da cidade e dependem do transporte público para frequentar suas aulas. A falta de integração entre as linhas de ônibus, aliada ao alto custo das tarifas, gera dificuldades no deslocamento diário, contribuindo para a evasão dos cursos, especialmente entre alunos de baixa renda.

No contexto nacional, o movimento social "Tarifa Zero" tem ganhado relevância como uma resposta às desigualdades no acesso ao transporte público. Desde 2013, movimentos sociais têm reivindicado a redução da tarifa do transporte público e a implementação de um sistema de meia-passagem para trabalhadores e estudantes, visando garantir maior acessibilidade e equidade no direito à mobilidade. No entanto, as últimas gestões municipais não demonstraram esforços concretos para assegurar justiça social no transporte. Embora a nova licitação tenha incluído avanços importantes, a empresa atual, Floramar, ignora esses termos sem sofrer sanções significativas. Mesmo com ações em andamento no Ministério Público, a impunidade da empresa reforça um pacto de silenciamento, no qual direitos fundamentais são negligenciados em prol de interesses políticos e privados. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de uma política de mobilidade comprometida com a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise da segregação socioespacial em Poços de Caldas evidencia como o transporte público atua como um instrumento de exclusão social, reforçando desigualdades e limitando o direito à cidade para amplos setores da população. O turismo, embora seja um fator

de desenvolvimento econômico, tem impulsionado a gentrificação, elevando o custo de vida e afastando moradores de baixa renda das áreas centrais. A ausência de integração eficiente entre as diferentes zonas da cidade agrava essa situação, restringindo o acesso a serviços essenciais, incluindo o ensino superior, e impactando diretamente na permanência estudantil.

A falta de comprometimento das últimas gestões municipais com a justiça social no transporte público reforça um cenário de silenciamento e impunidade, no qual a empresa ignora as melhorias previstas no novo contrato de licitação sem sofrer penalizações efetivas. Esse pacto de negligência institucional perpetua a exclusão da população mais vulnerável e limita sua participação em espaços urbanos mais valorizados.

Diante desse contexto, torna-se urgente a formulação e implementação de políticas públicas externas para a democratização da mobilidade urbana. Medidas como a redução das tarifas, a ampliação da integração entre as linhas de ônibus e o fortalecimento da fiscalização sobre as transações são fundamentais para garantir que o transporte cumpra seu papel de conectar a cidade de forma equitativa. A luta por um transporte público acessível e eficiente não é apenas uma questão de mobilidade, mas um componente essencial na garantia do direito à cidade e na reversão das desigualdades socioespaciais que marcam Poços de Caldas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.

DE MARCO, C. M.; SANTOS, P. J. T.; MÖLLER, G. S. **Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta colonizadora**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190253>. Acesso em: 10 fev. 2025.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MARRAS, Stelio. **A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SILVA, E. A. **[Re]produção do espaço urbano e segregação socioespacial em Poços de Caldas, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2021. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1832>. Acesso em: 10 fev. 2025.

USOS DO TERRITÓRIO PELOS SUJEITOS PERIFÉRICOS ORGANIZADOS EM COLETIVOS CULTURAIS NA FEIRA LITERÁRIA DA ZONA SUL (FELIZS) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Thiago Andrade Gonçalves¹⁷

Eixo 2: Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar os usos do território pelos “sujeitos periféricos” (D’Andrea, 2022) organizados em Coletivos Culturais atuantes em lugares da Feira Literária da Zona Sul (FELIZS), no município de São Paulo. Dentre esses lugares, enfoca-se sobretudo a Praça do Campo Limpo e o SESC Campo Limpo. Entende-se que o estudo sobre os usos do território coloca-se como caminho para o entendimento sobre esses lugares onde as interações entre “sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 2002) constituem o espaço geográfico analisado através das categorias relativas à Forma, Função, Processo e Estrutura (Santos, 2008). Essas categorias ajudam a orientar as análises sobre as imbricações entre espaço, cultura, educação popular, sujeitos e fazer político nos Coletivos Culturais periféricos da FELIZS. A pesquisa adota como metodologia a observação participante como método sistemático de coleta de dados e registro em diário de campo, e tem como principais resultados: o entendimento dos “usos do território” pelos “sujeitos periféricos” atuantes na FELIZS; a compreensão da formação histórica e espacial da FELIZS em suas dez edições entre os anos de 2015 a 2024; e o entendimento das “interações entre sistemas de objetos e sistemas de ações” na análise espacial.

Palavras-Chave: Território. Sujeitos. Cultura. Periferia. São Paulo.

INTRODUÇÃO

A Feira Literária da Zona Sul (FELIZS) acontece anualmente desde 2015, geralmente no mês de setembro, e reúne os coletivos culturais da zona sul de São Paulo existentes desde o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 em lugares simbólicos e marcantes para a história social cotidiana dessa parte da cidade, tais como os espaços públicos e privados localizados em importantes equipamentos culturais e educacionais. Entre esses lugares destacam-se a Praça do Campo Limpo e o SESC Campo Limpo.

A FELIZS é uma tentativa de unir potencialidades do movimento cultural periférico nos espaços e observar a grandiosidade e a multiplicidade de propostas que a periferia vem desenvolvendo nas últimas décadas. Segundo o site da organização da Feira:

¹⁷ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e graduado em geografia no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (IC-UNIFESP). E-mail: t219106@dac.unicamp.br.

Queremos nos ver e fortalecer num processo de sinergia, potencializando as ações individuais conectadas ao processo coletivo. O fazer cotidiano é essencial, mas é saudável um respiro para reflexão: pensar sobre os caminhos, identificar nossa grandeza e nossas dificuldades. Há uma produção intensa que precisa ser divulgada, valorizada, e reconhecida: são estas as premissas iniciais para a criação deste evento (FELIZS, 2024).

Nesses espaços se reúnem “sujeitos periféricos”, conforme conceituação de Tiaraju Pablo D’Andrea (2022), atuantes na cena cultural da zona sul em trocas de experiências e reflexões sobre o fazer cotidiano da produção artística e cultural nos coletivos, além da realização de atividades, apresentações e espetáculos de música, dança, sarau, contação de histórias e oficinas de produção literária. Entre esses coletivos participantes, constituídos por “sujeitos periféricos”, destaca-se o Sarau do Binho, um dos coletivos culturais fundamentais para a história do movimento cultural das periferias na zona sul de São Paulo, sendo considerado um dos primeiros saraus periféricos da cidade.

A FELIZS permite a realização do encontro e da festa no espaço urbano periférico. Na FELIZS, o encontro e a festa é tanto uma prática espacial relacionada com a efetivação do direito à cidade, conforme teoria elaborada pelo filósofo francês Henri Lefebvre (1999), quanto um ato político de apropriação do espaço para a constituição de lugares.

Lefebvre (1999), ao tratar do “Direito à cidade” no livro intitulado “A Revolução Urbana”, defende a importância das festas e festividades na cidade em espaços públicos enquanto direitos, que se incluem nos direitos humanos e nos direitos dos cidadãos. O autor acredita que a festa é fundamental para a vida na cidade, pois “os signos do urbano são os signos da reunião: as coisas que permitem a reunião [...] e as estipulações da reunião (praças, luzes, etc.)” (Lefebvre, 1999, p. 111). Propiciar a reunião e o encontro na cidade confere as possibilidades de trocas simbólicas e significativas entre as pessoas que constituem parte dos direitos e componente do “Direito à cidade” de Lefebvre. Assim, a FELIZS vista como festa ou festividade na cidade pode ser entendida como parte das ações e direitos culturais que melhoram a nossa condição cidadã.

A FELIZS vista como festa ou festividade na cidade e entendida como parte das ações e direitos que compõem e melhoram a nossa condição cidadã nos ajuda a compreender seus usos do território. Nossa hipótese é a de que as expressões culturais dialeticamente modificam o lugar em que se encontram através dos usos do território, bem como são resultado das circunstâncias próprias do lugar que as fermentaram. A pertinência deste trabalho está na busca

pelo entendimento das relações entre os movimentos culturais e as rápidas mudanças ocorridas nas periferias de São Paulo desde os anos 1990 até o presente.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo estudar os usos do território pelos “sujeitos periféricos” (D'Andrea, 2022) organizados em Coletivos Culturais atuantes em lugares da Feira Literária da Zona Sul (FELIZS) em São Paulo. Dentre esses lugares, enfoca-se sobretudo a Praça do Campo Limpo e o SESC Campo Limpo. Entende-se que o estudo sobre os usos do território coloca-se como caminho para o entendimento sobre esses lugares onde as interações entre “sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 2002) constituem o espaço geográfico analisado através das categorias relativas à Forma, Função, Processo e Estrutura (Santos, 2008). Essas categorias ajudam a orientar as análises sobre as imbricações entre espaço, cultura, educação popular, sujeitos e fazer político nos Coletivos Culturais periféricos da FELIZS.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa fundamentou-se nos seguintes conjuntos de referências e conceitos: o conceito de espaço geográfico; o conceito de lugar; a categoria território usado e uso do território; as categorias de análise do espaço geográfico Forma, Função, Estrutura e Processo; e a relação entre os sistemas de objetos e sistemas de ações na constituição do espaço geográfico a partir do uso dos territórios realizados por intermédio do lugar no cotidiano social, conforme elaborações do geógrafo Santos (2002, 2004, 2005); a relação entre território e produção cultural trabalhada pela geógrafa Raimundo (2017); as discussões sobre a noção de sujeito, com destaque para o conceito de “sujeitos periféricos” elaborado pelo sociólogo D'Andrea (2022); e as concepções de fazer político, prática política e ação política no lugar elaboradas por Raimundo (2017).

A pesquisa adotou os seguintes métodos: a pesquisa bibliográfica sobre os movimentos de cultura e os espaços periféricos da cidade de São Paulo, particularmente a FELIZS e a periferia da zona sul; o mapeamento e a análise espacial dos “usos do território” nos lugares da edição 2023 e 2024 da FELIZS; a análise documental de materiais impressos e digitais referentes às edições da FELIZS e aos Saraus do Binho e Cooperifa; a observação participante utilizada de modo sistemático na coleta de dados, sobretudo dados qualitativos, relativos à FELIZS 2023 e 2024; e os registros fotográficos e em diário de campo de dados obtidos por meio da observação participante e de conversas informais com os “sujeitos periféricos” da FELIZS 2023 e 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos métodos apresentados anteriormente obteve-se como principais resultados: os mapeamentos dos lugares da edição 2023 e 2024 da FELIZS; o entendimento dos “usos do território” pelos “sujeitos periféricos” atuantes na FELIZS, sobretudo através de sua expressão espacial na Praça do Campo Limpo; a compreensão da formação histórica e espacial da FELIZS em suas dez edições entre os anos de 2015 a 2024; a visualização das redes e relações entre o movimento da literatura marginal periférica, os saraus periféricos, a criação de editoras periféricas e o surgimento de feiras e festividades literárias nas periferias; e o entendimento das “interações entre sistemas de objetos e sistemas de ações” na análise espacial baseadas nas categorias “Forma, Função, Processo e Estrutura” evidenciadas nas imbricações entre espaço, cultura, educação popular, sujeitos e fazer político com os “usos do território” mediados pelos sujeitos nos lugares da FELIZS.

Além disso, pôde-se perceber, na dinâmica de usos dos territórios da FELIZS 2023 e 2024, por meio da observação participante, inúmeros elementos que constituem as interações entre os “sistemas de objetos e os sistemas de ações” (Santos, 2002) na composição do espaço geográfico. Para analisar essas interações observou-se **formas, funções, processos e estruturas** relativos ao espaço geográfico e às ações políticas e culturais realizadas em interação com os seguintes objetos: a “Bicicloteca”, o “Ex-Libris” ou “Livrão da praça”, os Saraus e as Tendas de venda de livros, comidas e bebidas na Praça do Campo Limpo, e as Tendas de shows, oficinas, palestras e eventos no SESC Campo Limpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos “Bicicloteca”, “Ex-Libris” ou “Livrão da praça”, Saraus e Tendas de venda de livros, comidas e bebidas na Praça do Campo Limpo, e as Tendas de shows, oficinas, palestras e eventos no SESC Campo Limpo compõem o espaço geográfico através do arranjo ordenado de objetos com suas **formas** materiais e visíveis ancoradas no espaço da periferia da zona sul de São Paulo no ano de 2023 e 2024, das **funções** desempenhadas por essas formas que conformam as ações humanas e seus sentidos políticos e culturais no que se referem aos direitos do cidadão, dos **processos** contínuos de transformação dos objetos e das ações ao longo das periodizações e das **estruturas** no modo de organização do espaço visto através dos objetos e das ações em inter-relação entre as partes e o todo, da maneira pela qual as partes analisadas - fragmentos do espaço - se relacionam com a totalidade hegemônica do sistema capitalista e

da globalização no modo desigual, contraditório e complexo de organização do espaço geográfico. Tal análise só pode ser feita a partir do lugar, neste caso, dos lugares da FELIZS 2023 e 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Editora Dandara, 2022.

FELIZS. **Feira Literária da Zona Sul**. Disponível em: <http://www.felizs.com.br/music>. Acesso em: 23 abr. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. **Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2017.tde-17042017-104001>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2008.

PLANEJAMENTO URBANO E DINÂMICA CLIMÁTICA: O CASO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE

Fernando Gonçalves Santos Viana¹⁸

Eixo 2: Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade.

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre o planejamento urbano e a dinâmica climática em Aracaju/SE, analisando como a malha urbana contribui para eventos climáticos extremos e é impactada por eles. Utilizando o referencial teórico da Teoria das Localidades Centrais, nos baseamos na análise do Plano Diretor e dados climatológicos do INMET para compreender possíveis lacunas do planejamento urbano e seus impactos na dinâmica climática. Tais fatores aumentam os problemas ambientais e sociais, como alagamentos, agravamento de desigualdades socioespaciais e ocupação de áreas de risco. Observa-se a necessidade urgente de políticas públicas inclusivas e adaptativas, que priorizem infraestruturas verdes e azuis, como áreas verdes e maiores sistemas de drenagem. Conclui-se que estratégias integradas e a participação comunitária são essenciais para fortalecer a resiliência urbana, reduzir os impactos das mudanças climáticas e melhorar a qualidade de vida dos aracajuanos.

Palavras-Chave: Planejamento urbano. Mudanças climáticas. Vulnerabilidade socioambiental. Resiliência urbana. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O planejamento urbano é uma atividade que busca, sobretudo, organizar o espaço urbano de forma eficiente, no que diz respeito às suas infraestruturas, compreendendo diversos serviços essenciais para o bem-estar da população, como: saneamento básico, mobilidade urbana, iluminação pública, entre outras necessidades urbanas (Santos, 2012).

A dinâmica climática refere-se ao estudo das variáveis e processos atmosféricos em diferentes escalas temporais, os conhecimentos são aplicados em áreas como: previsão do tempo, gestão de recursos hídricos, e no planejamento urbano, o enfoque deste estudo. Uma gestão urbana eficaz depende do conhecimento das infraestruturas existentes e da aplicação de estudos sobre a dinâmica climática, o que contribui para a criação de cidades mais resilientes e para a redução dos impactos ambientais causados pelas atividades humanas nas áreas urbanas (Da Silva et al., 2020).

Nesse contexto, discutir o espaço urbano é de fundamental utilidade para a constituição desta pesquisa. No texto *Espaço e Método* (Santos, 1988), entende-se o espaço como uma totalidade formada a partir de elementos e estruturas espaciais, considerando aspectos sociais,

¹⁸ PPGEU/UFS modalidade mestrado, ffernando.nnando@gmail.com.

econômicos, culturais e políticos. Arelado a isto, o direito à cidade, como um direito social, deve abranger toda sociedade. Para Lefebvre (2001), todos os habitantes urbanos precisam ter acesso igualitário aos recursos e serviços urbanos.

Desde a sua fundação em 1855, Aracaju/SE vem passando por transformações urbanas intensas. Tais dinâmicas na cidade vêm causando diversos problemas sociais e ambientais, influenciadas, sobretudo, por um planejamento urbano ineficaz. Segundo Santos (2010), a expansão urbana tem sido marcada por desigualdades no acesso à terra e à infraestrutura urbana, resultando em segregação socioeconômica e precariedade habitacional em várias áreas da cidade.

Atualmente, é amplamente discutido em veículos de imprensa, internet e revistas que a falta de planejamento urbano (como a carência de esgotamento sanitário, iluminação pública, rede viária, drenagem pluvial), têm causado uma série de consequências negativas, incluindo enchentes, transbordamento de rios, e, em casos extremos, mortes. Desta forma, a pesquisa procura responder a seguinte pergunta: *a malha urbana de Aracaju/SE tem influenciado a dinâmica climática local?*

Assim, é essencial compreender a relação entre o planejamento urbano e a dinâmica climática, visto que são necessárias para a melhor gestão ambiental e para uma a construção de uma cidade resiliente diante as possíveis mudanças climáticas.

Busca-se investigar de que maneira a malha urbana de Aracaju/SE contribui para os problemas urbanos somados aos eventos climáticos na cidade. Posteriormente, será proposto um diagnóstico com soluções pensadas para promover um desenvolvimento urbano mais equitativo e sobretudo, adaptável às mudanças climáticas em curso.

MATERIAL E MÉTODOS

Partindo do referencial teórico da Teoria das Localidades Centrais de Christaller (1966), que explica como as cidades se expandem de forma hierárquica, com a formação de centros urbanos e subcentros que oferecem serviços e infraestruturas especializados, estudamos a organização da rede urbana da capital sergipana. Pretende-se consultar o Plano Diretor de 2000 de Aracaju, visto que este instrumento tem por finalidade traçar instruções em relação a produção do espaço urbano. Entretanto, a elaboração atualizada consta em atraso, observa-se que sua última atualização ocorreu no início deste século.

O levantamento de dados climatológicos utilizou informações contidas no banco de dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, 2024) e estudos sobre o clima de Aracaju

de Anjos et al. (2017). Diante deste material, buscamos gerar gráficos que apoiem nossa argumentação.

Será considerado, portanto, o material iconográfico coletado em campo em 27 novembro de 2024, onde registramos áreas vulneráveis a eventos climáticos extremos (como transbordamento de rios e alagamentos) no município aracajuano. Pretendemos apresentar tais materiais, no dia do evento e também na versão completa deste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a classificação climática de Köppen, o clima de Aracaju é caracterizado como tropical úmido. As médias anuais oscilam próximo de 27°C, a pluviosidade acima de 1.300 mm e a umidade relativa do ar em 70%. Os níveis de insolação solar diários, estes variam em média 5 kwh/m²/dia ao longo do ano, o que faz Aracaju ter um ambiente térmico naturalmente quente (Anjos et al., 2017; INMET, 2024). Além disso, a cidade possui elevadas temperaturas ao longo do ano, com duas estações bem definidas (Gráfico 1): uma seca, que ocorre entre os meses de setembro e fevereiro, e outra chuvosa, entre abril e agosto.

Gráfico 1. Precipitação anual no município de Aracaju/SE



Fonte: INMET (2024)

O clima de Aracaju é influenciado pelas massas de ar Polar Atlântica (MPA) e Tropical Atlântica (MTA). A MPA, originalmente fria e seca, ganha umidade e provoca chuvas no litoral brasileiro entre o verão e o inverno. A MTA, quente e úmida, afeta o Brasil durante o ano todo, especialmente as áreas litorâneas (Mendonça; Danni-Oliveira, 2007). Dados do INMET indicam um aumento das temperaturas médias em Aracaju entre 1931 e 2020, agravado pela urbanização descontrolada. Desta forma, o crescimento urbano, marcado pela impermeabilização do solo e pela verticalização, tem potencializado o aquecimento térmico,

dificultado a circulação de ventos e agravado a desigualdade social, além de ampliar a ocupação de áreas de risco.

De 2000 a 2020, foram registrados 149 eventos extremos de chuva na cidade, com tendência de aumento, conforme Duarte, Santos e Castelhana (2021). Esses eventos são influenciados pelos fenômenos El Niño e La Niña (ENOS) e Oscilação Decadal do Pacífico (ODP), que afetam os padrões de precipitação e períodos de estiagem.

Segundo Da Silva et al. (2020), essas oscilações climáticas que atuam de forma direta sobre o regime de chuvas da cidade, são diretamente influenciadas pelos fenômenos ENOS e ODP, alternando entre fases positivas – com aquecimento das águas do Pacífico – e negativas – com resfriamento.

A necessidade de políticas direcionadas ao clima e investimentos para o fortalecimento da resiliência urbana é urgente, incluindo medidas como construção de abrigos, melhorias na drenagem, ampliação de áreas verdes e suporte às populações vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Aracaju/SE apresenta uma série de desafios e oportunidades em seu planejamento urbano diante das mudanças climáticas e da intensificação de eventos extremos, pois o instrumento principal da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, o Plano Diretor, carece de atualização, a última tendo sido realizada em 2000. O crescimento acelerado da cidade, aliado a um planejamento urbano defasado, evidencia a necessidade de abordagens integradas e adaptativas para garantir maior resiliência socioambiental.

A participação pública e o engajamento comunitário são elementos imprescindíveis na formulação de políticas inclusivas e na implementação de medidas eficazes de adaptação. Assim, a conscientização sobre os desafios climáticos em diferentes escalas, associadas à educação ambiental, é essencial para fortalecer uma cultura política ativa entre cidadãos e instituições locais, regionais e nacionais.

Além disso, é importante mais investimentos em infraestruturas verde e azul, como parques urbanos, áreas de permeabilidade do solo e sistemas de drenagem sustentável. Essas medidas não apenas contribuiriam para a mitigação dos efeitos das ilhas de calor e inundações, mas também melhorariam a qualidade de vida da população, proporcionando espaços de lazer e convívio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, M.; LOPES, A.; ALVES, E. D. L.; LUCENA, A. J. **Rede Climatológica Urbana Aplicada ao Estudo da Ilha de Calor em Aracaju/SE**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, MG. v. 18, n. 62, jun. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/37003>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). **Normais Climatológicas do Brasil**. Brasília: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/normais#>. Acesso em: 14 dez. 2024.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, N.J: Prentic-Hall, 1966.

DA SILVA, D. F.; LIMA, M. J. S.; SOUZA NETO, P. F.; GOMES, H. B.; SILVA, F. D. S.; ALMEIDA, H. R. R. C.; COSTA, R. L.; PEREIRA, M. P. S. **Caracterização de eventos extremos e de suas causas climáticas com base no Índice Padronizado de Precipitação Para o Leste do Nordeste**. Revista Brasileira de Geografia Física, Recife, PE, v. 13, n. 2, p. 449-464, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26848/rbgf.v13.2.p449-464>. Acesso em: 14 dez. 2024.

DUARTE, T. L. S.; SANTOS, G. C.; CASTELHANO, F. J. **Eventos de Chuvas Extremas Associados aos Riscos de Inundações e de Alagamentos em Aracaju, Sergipe**. Revista de Estudos Geoeducacionais, UFC, v. 12, n. 01, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5528/552866526019/html/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

SANTOS, A. M. S. P. **Planejamento urbano: para quê e para quem?**. Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 91-119, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rdc.2012.9699>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **As cidades e o espaço nos dois mundos: evolução diferencial e diversidade no século XX**. In: SANTOS, Milton. A Urbanização Desigual: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 109-140.

O CONTRASTE DE PAISAGENS NA CIDADE DE SANTOS E A INFLUÊNCIA DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DE ESPAÇO

Theo Goulart Tavares de Lima Araujo¹⁹, Malcol Fernandes Vilerá², Raul Moura Guimarães Pena³, Gustavo Costa da Fonseca⁴, Maico Eduardo Dias Dias⁵

Eixo 2: Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade.

RESUMO

A verticalização é um processo de mutação na paisagem urbana que ocorre por diversos motivos, gerando assim uma mescla do passado e do presente, um acamamento material no espaço construído e vivido. A especulação imobiliária é um reflexo desse movimento vertical de produção do espaço urbano, que interfere nas relações econômicas espaciais das cidades, um processo que é presente na cidade mais verticalizada do Brasil, Santos no estado de São Paulo. O objetivo dessa pesquisa é analisar e refletir sobre os bairros de maior especulação imobiliária, sua relação com a verticalização exacerbada santista e os conflitos que a produção de espaço capitalista gera na paisagem urbana.

Palavras-Chave: Verticalização. Dinâmicas de Paisagem. Produção de Espaço Capitalista.

INTRODUÇÃO

Conforme o desenvolvimento das cidades e o processo de urbanização, alguns padrões foram sendo adotados para que o crescimento populacional não causasse crises urbanas, um desses processos foi a verticalização, fomentando maior alcance de moradia nas cidades que possuem elevada população. Porém essa verticalização não é apenas um movimento que possui o advento das transformações urbanas populacionais, mas sim, da concretização do capital como agente de produção do espaço. De acordo com Lapa (2013, p. 1) a verticalização é “[...] uma consequência natural da demanda por espaços para construção, no meio urbano”.

Seguindo nessa visão sobre a verticalização, entende-se que esse processo muda as dinâmicas urbanas, políticas, sociais e econômicas das cidades. Santos, uma cidade do litoral de São Paulo que possui 146.756 domicílios destes 63,4% da população residente em prédios, sendo assim classificada a cidade com a maior quantidade de população por apartamentos, ou

¹⁹ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, theo.goulart.tavares@uel.br.

² Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, malcol.fernandes@uel.br.

³ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, raul.mouragpena@uel.br.

⁴ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, gustavo.costa.dafonseca@uel.br.

⁵ Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, maico.eduardo.dias@uel.br.

seja, a cidade mais verticalizada por habitante do Brasil, assim afirma o último censo feito pelo IBGE (2022). Esse processo impacta de forma estrutural uma das cidades mais relevantes no ponto de vista portuário brasileiro, que no presente momento passa por uma mutabilidade de sua paisagem permeada pelo decorrer de seu processo de urbanização.

Essa transformação urbana se desdobra em algumas outras problemáticas, como as dinâmicas da paisagem, e a especulação imobiliária, que advém de um caminho livre para usar e explorar o que for mais lucrativo, dos terrenos urbanos, fomentado por uma política urbana neoliberal, gerando recursos para pólos empresariais mais dinâmicos. A concretização dessa política é visível nos investimentos em uma área localizada próxima ao empreendimento imobiliário, criando uma sequência de valorização da inicial terra investida, fazendo assim um sistema de escoamento e um ciclo de especulação e bolha imobiliária. Esse movimento vertical de construção em cidades de alta densidade populacional é comum em países desenvolvidos e essa ideia, como boa parte da maioria, foi globalizada para o Brasil que aderiu de forma lenta, mas contínua, sendo mais um dos sintomas da globalização (Santos, 2000).

A paisagem contempla um dos elementos do espaço, a paisagem pode ser composta por divergentes elementos de uma forma intrínseca aos outros elementos, a verticalização hoje é o ápice da paisagem capitalista moderna, desvelando no horizonte habitações em cima de habitações, o lucro em cima do lucro, o desenvolvimento planejado da produção de espaço pelo capital, conforme (Santos, 2012, p. 54):

Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção. A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa, foram utilizados os dados referentes a verticalização de Santos, levantamento feito pelo último censo do IBGE em 2022, trabalho de campo para observar in loco as dinâmicas da paisagem e seu acabamento sequencial imposto pela mutabilidade do espaço movido pelo capital e revisões bibliográficas com o enfoque em compreender a produção de espaço capitalista e suas alterações na paisagem urbana, e também uma pesquisa com empresas corretoras de imóveis da cidade de Santos. Além da produção de

um mapa com enfoque nas regiões dos bairros com maior valor imobiliário, após o resultado da coleta de dados secundários com as corretoras de imóveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observando a Figura 1, percebe-se a dualidade material de constituições da paisagem, com o seguimento da paisagem capitalista os grandes prédios tomam conta desse horizonte urbano, mas ao mesmo tempo que essas grandes construções existem, a permanência de arquiteturas e estéticas mais antigas acabam se desvelando timidamente na paisagem.

Figura 1. Foto do bairro Gonzaga



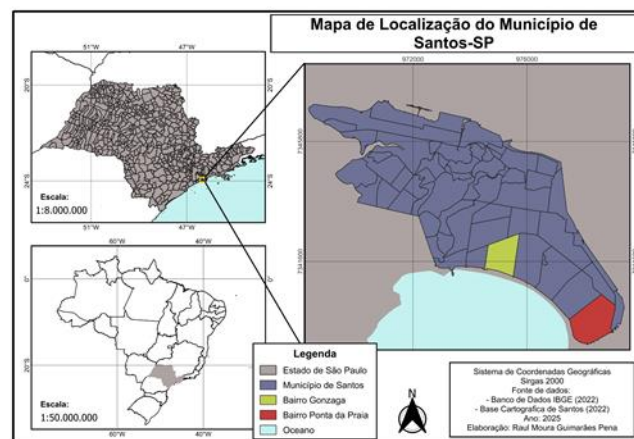
Fonte: elaboração própria.

Outro ponto é a valorização do capital referente ao espaço produzido, um ponto chave na valorização do capital imobiliário é sua posição no espaço geográfico, ou seja, por exemplo os prédios mais próximos ao centro de uma cidade possuem um valor mais alto do que os que possuem uma localização mais afastada. O capital existe de forma completa tanto na infraestrutura quanto na superestrutura, a verticalização é um processo que acompanha essa existência capitalista nas esferas estruturais. Conforme o desenvolvimento do capitalismo na produção de espaço a construção de prédios e imóveis que comportem a maior quantidade de pessoas por metro quadrado foi sendo necessária, pois na lógica do espaço capitalista imobiliário gera mais lucro. Porém essa verticalização guiada por essa lucratividade em muitos dos casos fomenta uma variabilidade no preço dos imóveis, esse fenômeno é conhecido como especulação imobiliária. Essa especulação está no controle de uma burguesia, que detém o monopólio no ramo imobiliário, eles quem ditam qual metro quadrado deve ser mais valorizado e qual deve ser desvalorizado, junto ao desenvolvimento das cidades e como o capital se transpassa e se aloca nas remodelagens do espaço (Deák, 1985, p. 211-217).

[...]. Tudo que resulta, portanto, é um conflito entre grupos relativamente homogêneos de usos ou usuários e que não tem solução a esse nível: um grupo de usuários pretende mudar-se para localizações ocupadas por outro grupo que não quer abandoná-las. Essa situação poderá dar origem a 'grupos de interesse', no entanto um confronto direto entre estes resultará ainda em crescimento anárquico -- a não ser que o Estado intervenha. Isso, para não falar do fato de que, mesmo se o conflito colocado nessa forma fôr resolvido, o resultado ainda será apenas o deslocamento de um uso por outro, vale dizer, uma re-localização da produção, que ainda exigirá a transformação do espaço pela provisão de infra-estrutura em consonância com os novos requisitos da produção.

Na cidade de Santos esse ponto não é diferente (Figura 2), as regiões com maior valor no metro quadrado são as que possuem uma localização geográfica mais próxima a centros de entretenimento como shoppings e restaurantes, ou regiões mais próximas à praia, como a região do bairro da Ponta da Praia e o bairro do Gonzaga, essa análise dos valores referentes a posição geográfica foi feita em duas corretoras de imóveis alocadas na cidade de Santos, a primeira sendo a Lopes Conceitos e a segunda a R3 Imoveis.

Figura 2. Mapa de localização de Santos e dos bairros de Gonzaga e Ponta da Praia



Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que com essa disputa pelo controle dos espaços de maior lucratividade no setor imobiliário, algumas cidades possuem seu planejamento urbano mobilizado a esses espaços de concentração burguesa, evidenciando que onde o capital se aloca as concentrações tanto públicas quanto privadas em termos de infraestrutura urbana são existentes, e quem detém capital excedente ou acumulado, investe em estruturas que futuramente valorizem esse espaço de seu futuro investimento em forma de capital fixo como afirma Harvey (2013, p. 358):

A formação da terra e dos mercados imobiliários tem um impacto extremamente importante na circulação do capital através do ambiente construído em geral. Uma taxa de rentabilidade sobre o capital monetário pode ser obtida investindo-se em propriedades velhas assim como na construção de novas. O capital monetário ocioso pode muito facilmente ser emprestado tanto como propriedade quanto sob a forma de dinheiro. Como uma parte do valor do uso de uma propriedade depende de sua localização relativa, os capitalistas monetários podem igualmente investir na terra e na futura renda que ela possa produzir.

Outro ponto importante para concluir essa análise é a forma que a produção de espaço capitalista deixa suas rugosidades na paisagem e seus anacronismos no horizonte urbano, diferentes formas e estruturas como prédios com uma estética brutalista feitos nos anos de 1980 até os grandes edifícios burgueses com inúmeras áreas de lazer e alturas exacerbadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEÁK, Csaba. **Sobre especulação imobiliária**. In: DEÁK, Csaba. Rent theory and the price of urban land. Cambridge: King's College, 1985. p. 211-217.

HARVEY, David. **Dinheiro, Crédito e Finanças**. In: HARVEY, David. Os Limites do Capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1 mar. 2025.

LAPA, Tomás de Albuquerque. **Verticalização Urbana e Especulação Imobiliária Face aos Paradigmas da Cidade Compacta e da Cidade Espreada**. In: XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 15., 2013, Recife, PE. Anais [...]. Recife, PE, 2013. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/541/529>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 30. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

DA LÓGICA CENTRO-PERIFERIA À FRAGMENTAÇÃO URBANA: ANÁLISE DA DINÂMICA IMOBILIÁRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Javier Gonçalves Marta Hernandez²⁰, José Gilberto de Souza²¹

Eixo 2: Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade.

RESUMO

São José do Rio Preto (SP), localizada no interior do estado, se caracteriza por ser uma cidade média. Buscou-se analisar a fragmentação da lógica centro-periferia que estava presente na cidade a partir de dados secundários obtidos pela Fundação SEADE, cotejados com dados dos Classificados do Jornal Diário da Região, corrigidos pelo IPCA 1980, e observações empíricas. A subversão está relacionada à década de 1990, com a expansão dos condomínios fechados no município, em decorrência da fragmentação urbana da cidade, ocasionada pela criação de novas centralidades e pela especulação de novos loteamentos. É preciso relacionar esta conjuntura com a Teoria Marxista da Renda da Terra e suas variáveis. Assim, nas zonas sul e leste da cidade concentram as melhores estruturas, serviços e maiores médias de preços da terra em virtude da presença de segurança, de prestígio social e a localização privilegiada. A isso, relaciona-se a consolidação da alteração na morfologia do preço do solo, que revelam a valorização imobiliária e também a ruptura de processos de sociabilidade.

Palavras-Chave: Teoria Marxista da Renda da terra. Fragmentação urbana. Segregação socioespacial. São José do Rio Preto/SP.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tanto o debate do valor, quanto as relações de produção do espaço, passaram a ser analisadas pelos processos de fragmentação do espaço urbano, em que os novos mecanismos de uso, produção e, sobretudo, consumo, passaram a ser determinantes na forma de produção espacial. (Sposito, 2019). Desta feita o trabalho tem como objetivo analisar, de forma histórica, conceitual e empírica a dinâmica da produção urbana e sua alteração morfológica e estrutural da relação centro-periferia à fragmentação urbana (Sposito, 2019), tendo como estudo analítico o município de São José do Rio Preto, com base nos preços imobiliários. (Melazzo, 2019).

Os Classificados do Jornal Diário da Região, analisados entre 1980 e 2020, foram fundamentais para a coleta de dados imobiliários na cidade e possibilitaram a compreensão da evolução de preços/m² na cidade. Posteriormente, os preços foram corrigidos com auxílio da

²⁰Universidade Estadual Paulista (UNESP, Rio Claro) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), javier.hernandes@unesp.br.

²¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP, Rio Claro), jg.souza@unesp.br.

Calculadora do Cidadão – BACEN nos valores de julho de 2024 pelo IPCA 1980 e os dados georreferenciados com o uso da ferramenta QGIS 3.34.

O município de São José do Rio Preto (SP), noroeste paulista, localizado a 450km da capital, é considerado de médio porte, com um contingente populacional de 480.439 habitantes. O município assume as características de uma cidade média segundo Catelan (2013), sendo o maior e mais dinâmico centro regional do noroeste paulista, cuja influência se estende até o sudeste de Minas Gerais, Sul de Goiás, e noroeste do Mato Grosso do Sul.

O zoneamento da cidade na década de 1950 possibilitou sua divisão em “zonas sociais”, perdurando até hoje. Esse fato é reforçado pela ilegalidade característica do processo de ocupação da zona norte do município, o qual a população de menor renda foi direcionada, gerando movimento de periferização (Alcantara, 2013, p. 71). Uma vez que a localização no ambiente urbano está diretamente ligada às condições de consumo, deslocamento de pessoas, mercadorias e de comunicação. Estes fatores associados à rede de infraestrutura possibilitam o surgimento das melhores localizações na cidade (Villaça, 2001, p. 23).

Essa conjuntura possibilitou aos moradores da cidade, a partir da década de 1990, o privilégio de morar no subúrbio, em especial nas zonas sul e leste da cidade, devido às suas condições de segurança reforçada, ao acesso às vias de locomoção, os serviços próximos e o status social agregado. Desse modo, a cidade não é mais produzida pelo Estado, mas é conduzida pelos interesses do capital financeiro e busca-se parcerias com o setor público-privado. Isso se traduz na construção de uma cidade altamente capitalizada com expectativas de retorno financeiro.

Visto que o município de São José do Rio Preto tem uma relação singular com a questão imobiliária, é preciso definir que o conceito de centro-periferia reside nas relações em que “as áreas centrais eram caracterizadas como as melhor equipadas e as periféricas pelo uso residencial dos segmentos de menor poder aquisitivo, marcadas pela precariedade de condições de vida individual e coletiva”. (Silva; Whitacker, 2021, p. 227). A isso, relaciona-se a Teoria da Renda da Terra e suas variáveis, caracterizada pelo simples fato de quem possuir a terra ter a capacidade de gerar renda com a mesma. (Lenz, 1992, p. 66).

Desse modo, atrelado à comercialização dos lotes, temos a construção de condomínios fechados, em especial nas zonas sul e leste do município de São José do Rio Preto. Esse tipo de negócio gera, invariavelmente, baixa integração territorial, já que poucos têm acesso a esses empreendimentos imobiliários, assim, pertencer e não pertencer a cidade se caracteriza como um tipo de fragmentação urbana. (Sposito, 2003). Além do mais, a área central não perde sua

importância, já que segue competindo com outras centralidades e também possui preços imobiliários consideravelmente elevados.

MATERIAL E MÉTODOS

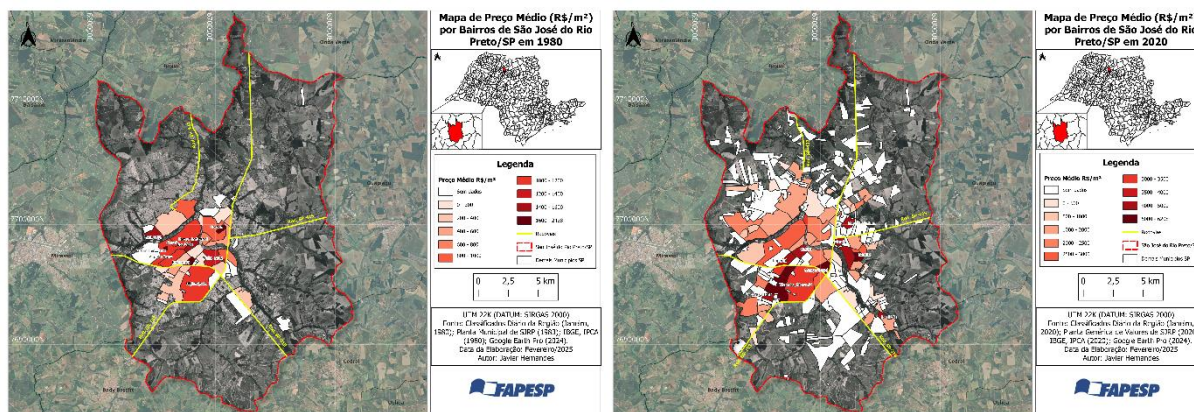
A pesquisa teve os seguintes encaminhamentos metodológicos: a) Levantamento Bibliográfico e análise de conceitos fundamentais da temática; b) Levantamento, sistematização e análise quantitativa dos valores imobiliários na cidade a partir de jornais do município, no período de 1980 a 2020, considerando venda de imóveis, em intervalos decenais; c) Georreferenciamento e mapeamento dos preços de terras e imóveis; d) Identificação dos desdobramentos sobre o mercado imobiliário a partir dos dados sistematizados com a literatura e bases informacionais dos anúncios classificados e cotejando com as principais transformações urbanas operacionalizadas por capitais privados (condomínios fechados, shoppings) e intervenções públicas (conjuntos habitacionais, projetos de infraestrutura interna e ou externa - rodovias, por exemplo).

As bases de dados secundárias foram obtidas com a Fundação SEADE, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica e o Arquivo Público Municipal, os dados primários se constituem pelo levantamento de Classificados do Jornal Diário da Região entre os anos de 1980 e 2020. Entre as especificações e detalhes analisados estão: Bairro, preço e tipo do imóvel, corrigidos pelo IGPM (FGV), Calculadora do Cidadão – BACEN nos valores de julho de 2024 pelo IPCA 1980, metragem do imóvel, preço do m² (em Reais).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de São José do Rio Preto apresenta bons padrões econômicos, estruturais e sociais. Assim, com base nesses dados, aliados aos dados estruturados da média de preços/m² e suas variações no período, é possível realizar análises de valorização e desvalorização de imóveis, além de demonstrar a fragmentação urbana nas diferentes zonas da cidade.

Figura 1. Mapas de Preços Médios por bairros de São José do Rio Preto/SP, 1980 e 2020.



Fonte: Planta Municipal de São José do Rio Preto (1983), Planta Genérica de Valores de São José do Rio Preto (2020). Elaboração própria.

No período de 1980, observa-se que alguns bairros da cidade apresentam picos de preços médios/m². Como é o caso dos bairros Boa Vista, Bordon, Jardim Herculano e São Francisco predominantemente residenciais, e o bairro da Redentora, por estar localizado na área central, nobre da cidade e com prestígio social. Por fim, a média de todos os bairros em 1980 se traduz no menor preço entre os analisados: R\$ 741,39 confirmando que ocorreu valorização e especulação imobiliária na cidade em geral nos anos seguintes.

No ano de 2020, verifica-se que os maiores preços médios/m² estão localizados, nas zonas leste e sul, em decorrência da implantação de condomínios fechados, supermercados, academias e o fácil acesso a rodovias que passam pela cidade, como o caso da BR-153 e da rodovia estadual SP-310. Em outro aspecto, os menores preços médios/m² se concentram na porção norte e sudeste da cidade, em decorrência de menores investimentos nessas áreas, gerando fragmentação urbana. A média de preço/m² em todos os bairros analisados em 2020 atingiu R\$ 2025,59. A dinâmica imobiliária desigual em diferentes partes da malha urbana da cidade, associadas principalmente à função do local, às condições presentes, e às estruturas que possibilitam ou dificultam o uso urbano pela população, isso caracteriza a cidade fragmentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica centro-periferia presente na cidade até a década de 1980 é subvertida na década de 1990 com o surgimento de novas centralidades. Com isso, desencadeia-se na cidade o processo de fragmentação urbana, que anteriormente marcada pela unicentralidade, produz novas subcentralidades nas zonas leste e sul da cidade apresentam maiores e melhores infraestruturas associadas aos empreendimentos, enquanto outras apresentam menos.

Tal processo de crescimento e expansão urbana consolidou alteração na morfologia do preço do solo, de uma curva do sino, para múltiplos de preços, que revelam não apenas uma estrutura de valorização imobiliária, mas uma forma de ruptura de processos de sociabilidade em que a fragmentação do espaço urbano reverbera em mecanismos de segregação, de perda de direito à cidade, de divisão da cidade em “zonas sociais”, consolidando-a como um espaço essencialmente corporativo baseado na material do valor de diferentes formas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, D. M. de. **Mudanças na produção do espaço urbano de Londrina (PR), São José do Rio Preto (SP) e Uberlândia (MG): análise comparativa da dinâmica imobiliária recente.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/96685>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CATELAN, M.J. **Heterarquia urbana: Interações espaciais interescolares e cidades médias.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (Coleção PROPG Digital - UNESP).

LENZ, M. H. **A categoria econômica renda da terra.** Porto Alegre, RS: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992. (Secretaria do Planejamento e da Administração). Disponível em: https://cdn.fee.tche.br/teses/digitalizacao/teses_1.pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

MELAZZO, E. S. **Terra urbana e dinâmica imobiliária. Elementos de uma interpretação crítica no Brasil.** Semestre Econômico, Medellín, Colombia, v. 22, n. 50, p. 71-86, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22395/seec.v22n50a4>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SILVA, L. Y. W.; WHITACKER, A. M. **Centro, centralidade e o par centro-periferia: a distribuição espacial de estabelecimentos de ensino e estabelecimentos de saúde em Presidente Prudente/SP, Brasil, a partir da metodologia CNEFE-CNAE.** Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, SP, v. 19, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/estgeo.v19i3.16268>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SPOSITO, M. E. B. **A cidade dentro da cidade. Uma edge city em São José do Rio Preto.** Scripta Nova. Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales, Barcelona, Espanha, v. 7, n. 146(045), ago. 2003. Disponível em: [https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(045\).htm](https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(045).htm). Acesso em: 10 fev. 2025.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Da diferenciação à fragmentação socioespacial.** In: GÓES, E. M. et al. (org.) Consumo, crédito e direito à cidade. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. p. 77-104.

VILLAÇA, F. J. M. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

A LUTA DOS CAMELÔS E AMBULANTES NA BUSCA PELO DIREITO AO TRABALHO NO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO

Paulo Henrique Maia de Moura²², Lucas Cortez Tavares²³, Bruno Faria Gomes²⁴.

Eixo 2: Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade.

RESUMO

Este trabalho apresenta a luta dos camelôs e ambulantes, que trabalham nas ruas comercializando produtos, sejam eles de revenda ou feitos artesanalmente, geralmente pelo próprio vendedor ou algum membro da família. Aqui serão apresentados inúmeros desafios enfrentados por esses trabalhadores e trabalhadoras nas ruas do Rio de Janeiro, sobretudo frente à marginalização e à opressão. Será usada como base a atuação do MUCA (Movimento Unido dos Camelôs), movimento social que atua na cidade desde 2003, sendo organizado por esses próprios trabalhadores e liderado principalmente por mulheres. O movimento tem como principais objetivos a união dos demais trabalhadores dessa mesma categoria, enfrentar a precarização do trabalho, lutar por moradia, pelo reconhecimento digno da profissão e pelo fim da repressão contra esses trabalhadores.

Palavras-Chave: Movimento Unido dos Camelôs (MUCA); Movimento social; Geografia Urbana.

INTRODUÇÃO

A informalidade no trabalho urbano, fenômeno estrutural em sociedades atravessadas por desigualdades profundas, revela-se não apenas como uma estratégia de sobrevivência, mas como um campo de disputa política e simbólica. No Brasil, a criminalização de atividades como a camelotagem e a venda de produtos populares, frequentemente estigmatizados como piratas, expõe tensões entre a lógica excludente do capital e o direito à cidade (Lefebvre, 2001). Este trabalho, ancorado em uma prática extensionista junto ao Movimento Unido dos Camelôs e Ambulantes (MUCA), no Rio de Janeiro, busca desvendar as contradições que cercam a repressão a trabalhadores informais, articulando-as a processos mais amplos de gentrificação, precarização laboral e concentração de renda. Partindo do referencial teórico de Santos (2023a; 2023b), que analisa a divisão técnica do espaço e a dualidade entre circuitos superiores e inferiores da economia, e de Lefebvre (2001), que defende o direito à cidade como expressão de cidadania plena, a pesquisa problematiza a criminalização dessas práticas como mecanismo

²² Estudante de Graduação em Geografia UERJ/FFP, paulohenrique_mdm@hotmail.com.

²³ Estudante de Graduação em Geografia UERJ/FFP, lucascortez@uerj@gmail.com.

²⁴ Estudante de Graduação em Geografia UERJ/FFP, brunofgomes92@gmail.com.

de manutenção de privilégios econômicos, além de explorar as estratégias de resistência construídas por esses grupos marginalizados.

Este debate reside na urgência de desnaturalizar narrativas hegemônicas que associam a informalidade à ilegalidade, ocultando seu papel como alternativa vital para populações excluídas do mercado formal (Bonan, 2023). A perseguição aos camelôs, especialmente imigrantes que comercializam produtos de preço popular, contrasta com a tolerância a empresas que vendem mercadorias similares, revelando uma seletividade que reforça desigualdades. A pesquisa emerge, assim, da necessidade de dar visibilidade a essa *seletividade sócio espacial*, evidenciando como a repressão estatal, potencializada por projetos como o de armamentização da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, atua em sintonia com interesses de elites econômicas, que buscam controlar o espaço urbano em detrimento de direitos básicos.

A repressão, contudo, não os silencia. O MUCA, ao ocupar as ruas e utilizar plataformas digitais para denunciar abusos e mobilizar apoio, transforma a *tecnosfera* — espaço dominado por interesses hegemônicos — em ferramenta de luta (Castells, 2017), reivindicando o direito de existir na cidade. A ocupação Gilberto Domingos exemplifica essa resistência dupla: ao mesmo tempo que garante moradia, confronta a gentrificação que expulsa pobres de áreas centrais sob a falsa promessa de “revitalização”, algo constante no Rio de Janeiro, sobretudo na última década.

Defender o direito à cidade, neste contexto, implica reconhecer a rua como espaço de reprodução da vida para milhões, legitimando práticas que desafiam a ordem excludente. O MUCA, ao articular resistências físicas e digitais, demonstra que a ocupação do espaço geográfico é, em si, um ato político de reinvenção da cidade (Tavares; Moura; Ribeiro; 2024).

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada pela pesquisa bibliográfica e através desta foram observados: O Circuito inferior da economia (Santos, 2023b); O direito à cidade (Lefebvre, 2001); O mercado socialmente necessário (Ribeiro, 2013). Além de discorrer os vários usos da Psicosfera (Santos, 2023a), sobretudo na disputa de narrativas espaciais. Ideias marxistas que tangem a divisão do trabalho e a exploração dos trabalhadores por agentes burgueses e a precarização do trabalho em detrimento da acumulação por espoliação (Harvey, 2014).

Além disso, o trabalho fundamenta-se a partir de algumas pesquisas de campo, realizadas na Rua Uruguaiana, principal local de atuação do MUCA. Os camelôs são tão

tradicionais na região que ao ser pronunciado o nome da rua no cotidiano carioca, automaticamente remete-se ao pólo comercial de produtos populares vigente na mesma.

Destacam-se as pesquisas de campo realizadas em abril e maio de 2024, as quais tornaram possível realizar a análise de dois cenários no mesmo espaço, o de pré e pós-credenciamento dos camelôs pela Prefeitura do Rio de Janeiro, algo recente. Credenciamento esse, que se escorou na psicosfera hegemônica que atinge os camelôs, fornecendo e liberando o direito ao trabalho para cerca de 1/3 dos trabalhadores que antes ocupavam aquele espaço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A marginalização de trabalhadores informais no Rio de Janeiro – profissão de raízes coloniais (Freitas, 2016) – ressurge hoje sob novas roupagens, mas com velhos objetivos: privilegiar setores hegemônicos e reforçar ideais de "limpeza urbana", como ocorreu na Reforma Pereira Passos. Nas observações de campo, contudo, revelam estas contradições: entrevistados afirmaram que as ações de fiscalização, embora justificadas por discursos de ordenamento territorial, têm como efeito prático a inviabilização de seu sustento. Essa dinâmica ecoa o conceito de higienização social, agora atualizado por mecanismos de exclusão vinculados a megaeventos e especulação imobiliária. Diante disso, os questionamentos centrais ganham materialidade: para quem se planeja a cidade? A análise das intervenções urbanas recentes aponta que estas ocorrem preferencialmente em áreas de interesse econômico elitizado, enquanto regiões periféricas permanecem à margem de políticas estruturantes. Assim, o que se observa não é apenas uma continuidade histórica, mas a intensificação de um projeto que transforma o espaço urbano em palco de desigualdades.

Com essas medidas tomadas pela prefeitura, sobretudo do enobrecimento de regiões que compõem o Centro do Rio de Janeiro, como é o caso da revitalização do Porto Maravilha, os trabalhadores das ruas são um dos primeiros a serem privados e inviabilizados de ocupar esses espaços. Vale ressaltar que os camelôs e ambulantes são categoria fundamental da cidade e há de se pensar a mesma a partir desses trabalhadores que compõem uma luta fundamental para a construção de um espaço democrático, visto de baixo para cima. “Todos os tipos de comércio como ambulantes, itinerantes e mascates compartilham elementos associados ao circuito inferior da economia urbana” (Santos, 2000 *apud* Ribeiro, 2012, p. 100).

A socióloga Ribeiro (2013), aponta a necessidade de construção do mercado socialmente necessário, distinto do mercado hegemônico capitalista, ocupado por “sujeitos corporificados”, pessoas que compõem a luta dos vendedores ambulantes e camelôs no espaço

banal, sobretudo nos grandes centros urbanos, onde essas pessoas ocupam o circuito inferior da economia urbana (Santos, 2023b).

Ademais, como supracitado, a região central do Rio de Janeiro vem sendo gentrificada há mais de uma década, através de medidas neoliberais por parte da Prefeitura e do Governo do Estado, visando favorecer grupos empresariais os quais almejam ver as ruas livres desses trabalhadores. Tais medidas governamentais visam mascarar as problemáticas da cidade e investir cada vez menos em pautas de cunho social, direcionando cada vez mais poder de decisão aos que lideram o mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho encontra-se em fase de desenvolvimento, tendo alguns relatórios de campo consideravelmente esclarecedores que servem de base para a temática, realizados em diferentes ocasiões, servindo como base empírica que fundamenta o trabalho junto da contribuição de inúmeros teóricos da geografia e de demais ciências sociais. Tais referenciais vem sendo utilizados como referência ao decorrer do trabalho, nos auxiliando a compreender e apresentar a dinâmica dos espaços urbanos, sobretudo do Rio de Janeiro e a luta de seus trabalhadores informais por direitos básicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONAN, Anna Cecilia Faro. **O Movimento Unido dos Camelôs e a luta por direitos: o direito em disputa no contexto de repressão e criminalização dos camelôs no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/64513/64513.PDF>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era da internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

FREITAS, Fernando. **As negras quitandeiras no Rio de Janeiro do século XIX pré-republicano: modernização urbana e conflito em torno do pequeno comércio de rua**. Tempos Históricos, Rio de Janeiro, v. 20, p. 189-217, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6806628>. Acesso em: 19 mar. 2025.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Itapevi, SP: Editora Centauro, 2001.

MOURA, Paulo Henrique Maia de. **Relatório de trabalhos de campo do Grupo de Pesquisa e Extensão: Território, Técnica e Inteligências Socioespaciais TETIS**



(FFP/UERJ) realizados no Centro de Referência dos Trabalhadores Ambulantes (CRTA) do Movimento Unido dos Camelôs. Rio de Janeiro; São Gonçalo, 2024. (Material restrito, acervo do grupo de pesquisa).

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário.** In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 2, p. 293-304.

RIBEIRO, Luis. **Os dois circuitos da economia urbana em Campinas: comércio luminoso de eixo e comércio aglomerado na rua.** Geonordeste, Sergipe, v. 23, n. 1, 2012. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/geonordeste/article/view/4380/3631>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 4. ed. 11. reimpr. São Paulo: Edusp, 2023a.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2023b.

TAVARES, Lucas Cortez; MOURA, Paulo Henrique Maia de; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. **#CamelôÉTrabalhador e #GuardaArmadaNão – escritas, redes digitais e luta pela cidade no período popular da história.** SIGEOLITERART, TETIS (FFP/UERJ), Rio de Janeiro; São Gonçalo, 2024.

SOBRE O ESPAÇO DA CRIANÇA NA METRÓPOLE: CONSIDERAÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ESPAÇO PÚBLICO NO CONJUNTO IAPI EM BELO HORIZONTE – MG

Bernardo de Pinho Tavares Dornela²⁵, Igor Rafael Torres Santos²⁶

Eixo 2: Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade.

RESUMO

O processo de urbanização das cidades brasileiras, notadamente em sua forma metropolitana, gera uma série de impactos nos sujeitos que as habitam. Nesse contexto, as crianças representam um segmento permeado por fragilidades e potencialidades que marcam sua relação com o espaço público, que sofre grandes modificações ao longo do processo histórico. Em Belo Horizonte, essa situação tem um marco importante na construção do Conjunto IAPI, primeiro conjunto de habitação popular da cidade, em área já tomada pela habitação desordenada que extrapolou os limites do centro planejado. Esse trabalho, apresentado em 2023 como Trabalho de Conclusão de Curso do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, busca apresentar considerações sobre como as crianças parecem ou não se apropriar do espaço público desse conjunto, elaboradas a partir da observação empírica amparada por um referencial teórico diverso.

Palavras-Chave: Criança. Espaço público. Metrópole. Infância. Metropolização.

INTRODUÇÃO

A urbanização das cidades brasileiras impacta diretamente a vida dos seus habitantes, especialmente das crianças, cuja relação com o espaço público é mediada por processos históricos, sociais e urbanísticos. A transformação das cidades em metrópoles acentuou a segregação espacial e restringiu o acesso das crianças aos espaços públicos, reduzindo as oportunidades para a construção de sociabilidades e para o desenvolvimento de experiências lúdicas. No contexto das cidades modernas, observa-se a crescente privatização dos espaços urbanos e a fragmentação do território, o que afeta a mobilidade e a autonomia infantil. Segundo Lefebvre (2008, p. 30), “a cidade contemporânea tende a funcionalizar o espaço, reduzindo a espontaneidade e o encontro”. A experiência da infância nas metrópoles é, portanto, moldada por um planejamento urbano que, muitas vezes, exclui as crianças das ruas e das áreas públicas, relegando sua presença a espaços delimitados e controlados.

²⁵ Mestrando em Ensino de Geografia pelo Instituto Federal de Minas Gerais – *campus* Ouro Preto, bernardodornela@gmail.com

²⁶ Doutor, Mestre e Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto, igor.santos@ifmg.edu.br

O Conjunto IAPI, em Belo Horizonte, exemplifica essas dinâmicas urbanas. Construído como um projeto de habitação popular na década de 1940, o conjunto se tornou um ambiente autocentrado, onde a arquitetura modernista visava organizar a vida comunitária. Entretanto, essa organização espacial pode restringir a apropriação infantil do espaço público, limitando as possibilidades de interação e de uso espontâneo dos espaços comuns.

Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar como as crianças do Conjunto IAPI interagem com o espaço público disponível e de que forma fatores como planejamento urbano, segurança e segregação de gênero influenciam essa apropriação. O estudo busca compreender, a partir da observação empírica, se as crianças se apropriam dos espaços públicos disponíveis ou se há limitações impostas pelo desenho urbano e pela dinâmica social do local.

A pesquisa utilizou a observação direta como metodologia, registrando a interação das crianças com a Praça Professor Corrêa Neto, principal espaço público do Conjunto IAPI. Conclui-se que, apesar das dificuldades impostas pelo espaço urbano, as crianças demonstram capacidade de ressignificar e ocupar os espaços disponíveis, subvertendo, em certa medida, as restrições impostas pelo planejamento urbano. No entanto, a falta de políticas públicas voltadas para o lazer infantil e a segregação dos espaços do brincar ainda são desafios a serem superados para garantir um ambiente urbano mais inclusivo para as crianças.

MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente, a pesquisa previa a realização de grupos focais com crianças, abordagem considerada eficaz por Gaspar et al. (2008) para compreender suas percepções. No entanto, dificuldades burocráticas inviabilizaram essa metodologia, levando à adoção da observação direta. Entre setembro e novembro de 2023, a Praça Professor Corrêa Neto, no interior do Conjunto IAPI, foi escolhida como principal local de observação, por ser um espaço amplamente utilizado pelos moradores do conjunto. Foi realizada uma reunião com a associação de moradores do conjunto, onde a proposta foi apresentada, e *flyers* de divulgação foram compartilhados através de grupos de *WhatsApp* para que a comunidade estivesse ciente da presença do pesquisador no local.

As observações foram realizadas em diferentes dias da semana e horários, a fim de capturar padrões de uso do espaço público infantil. As interações das crianças com os diferentes equipamentos urbanos foram registradas em diário de campo, incluindo a observação da ocupação das quadras esportivas, áreas verdes e mobiliário urbano. Os registros foram

analisados com base em referenciais teóricos da Geografia Urbana, sobretudo de base materialista histórico-dialética e dos estudos sobre a infância, sendo comparados a outras pesquisas sobre apropriação infantil do espaço público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do ponto de vista teórico, começou-se por discutir as concepções de criança e infância. A reflexão inicial se dá sobre a distinção entre "criança" e "infância", conforme proposta por Seabra (2004), que considera a primeira como uma manifestação de espontaneidade e apropriação do espaço, enquanto a segunda pode ou não abarcar essa vitalidade. A autora argumenta que a organização social pode reprimir essa espontaneidade. Na sociologia, Berger e Berger (1994) destacam o processo de socialização infantil como uma imposição estrutural da sociedade sobre as crianças. Os autores enfatizam que a criança, ao nascer, desconhece outras formas de organização social e se vê subjugada pelo poder dos adultos, que determinam seus padrões de comportamento desde aspectos básicos, como o horário das refeições, até regras complexas de convivência social. Contudo, eles alertam que a criança não é um ser passivo nesse processo e pode resistir e reinterpretar as normas impostas.

Cohn (2005, p. 8) aborda a questão através da perspectiva da criança atuante. Segundo a autora, ao reconhecer a criança dessa forma, com atuação ativa no processo de constituição dessas relações sociais das quais faz parte, mudamos a maneira de enxergar seu papel dentro da sociedade, de forma que fazer isso “(..) é assumir que ela não é um "adulto em miniatura": ou alguém que treina para a vida adulta.”, mas alguém que “interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações”.

Lima (1989) contribui para essa análise ao destacar que a organização do espaço urbano é utilizada como instrumento de dominação social. A autora aponta que a distribuição espacial das cidades frequentemente limita os movimentos infantis e reforça práticas de disciplinamento social, condicionando as crianças a padrões de comportamento desejados pela sociedade adulta. Nesse sentido, o planejamento urbano não apenas estrutura fisicamente o espaço, mas também regula e influencia o modo como as crianças interagem com a cidade.

As observações revelam que a apropriação do espaço público pelas crianças no Conjunto IAPI é influenciada pela organização urbana, pelo tempo escolar e pelas dinâmicas familiares. Durante a semana, a maior circulação infantil ocorre no período da tarde, enquanto

nos finais de semana há uma redução significativa, sugerindo uma restrição no uso do espaço público.

Foi observado que as quadras esportivas são predominantemente utilizadas por meninos, enquanto as meninas apresentam menor presença nos espaços de lazer, evidenciando desigualdades de gênero. A presença de adultos também influencia na ocupação do espaço, pois as crianças tendem a brincar sob supervisão, demonstrando um controle indireto do uso do espaço. Além disso, a preocupação com segurança levou à instalação de grades e barreiras físicas, dificultando a mobilidade infantil dentro do conjunto habitacional.

Jacobs (2011, p. 63), em *Vida e Morte das Grandes Cidades*, problematiza a remoção das crianças das ruas para espaços predefinidos, argumentando que "as crianças precisam de locais abertos, onde possam brincar sem um fim específico". Essa questão se reflete no IAPI, onde a estrutura do conjunto e as preocupações com segurança limitam a livre circulação infantil. Além disso, a arquitetura modernista do IAPI, concebida para criar um ambiente autocentrado, pode contribuir para uma segregação espacial que restringe a autonomia das crianças, refletindo em constatações de Caldeira (2003) sobre a "cidade de muros" e seus impactos na vida urbana.

O estudo aponta que as crianças, apesar das barreiras impostas pelo espaço urbano, demonstram grande criatividade para transformar os locais disponíveis em espaços de brincadeira. Elementos urbanos como bancos, escadas e equipamentos de ginástica ao ar livre são frequentemente ressignificados como brinquedos e espaços de brincadeira pelas crianças, sugerindo uma tentativa de adaptação aos espaços existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indica que, apesar das restrições urbanas e sociais, as crianças do Conjunto IAPI demonstram resiliência ao ressignificar os espaços disponíveis, constatando sua potência como agentes atuantes e transformadoras do espaço urbano. No entanto, a falta de infraestrutura voltada para o lazer infantil e as desigualdades de acesso ao espaço público limitam suas possibilidades de interação e desenvolvimento, e não podem deixar de ser encaradas como um problema sintomático do planejamento urbano das cidades brasileiras.

O estudo reforça a necessidade de políticas urbanas que incluam as crianças no planejamento da cidade, promovendo a criação de espaços públicos mais acessíveis e adequados para a infância. A segregação espacial imposta pelo planejamento urbano e as preocupações com segurança devem ser repensadas, a fim de garantir maior liberdade e

autonomia para as crianças no espaço público. Nesse sentido, é importante fundamentar essas propostas em outras experiências bem sucedidas, como a da Praça Jerimum, em Belo Horizonte, conforme trabalho de Lansky (2006).

Sugere-se que futuras pesquisas incorporem metodologias que permitam ouvir diretamente as crianças, aprofundando a compreensão sobre suas experiências no espaço urbano e permitindo a formulação de políticas mais eficazes para a inclusão infantil nas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. **Socialização: como ser um membro da sociedade.** In: FORACCHI, Marialice M. e MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. 17. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994. cap. 12, p. 169-181.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** 2. ed., São Paulo: Edusp, 2003.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GASPAR, T.; PAIS RIBEIRO, J. L.; MATOS, M. G.; LEAL, I. **Promoção de qualidade de vida em crianças e adolescentes.** Psicologia, Saúde & Doenças, v. 9, n. 1, p. 55-71, 2008. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19804>. Acesso em 18 de março de 2025.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LANSKY, Samy. **Praça Jerimum: cultura infantil no espaço público.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-85TN2W>. Acesso em 18 de março de 2025.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins e Revisão Técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. **A cidade e a criança.** São Paulo: Nobel, 1989

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Notas sobre a problemática do espaço da criança na urbanização contemporânea.** São Paulo, 2004. 8 f. Mimeografado. Texto compartilhado pela autora por ocasião do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, ocorrido em Goiânia, de 18 a 23 e julho de 2004.

RETÓRICA DOS PRATOS VAZIOS: A FOME COMO FERRAMENTA DE PODER E A CONTRA-HEGEMONIA SOLIDÁRIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS BRASILEIROS

Emilly Firmino Oliveira de Lima²⁷

Eixo 2: Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade.

RESUMO

Este estudo consiste na análise sobre a relação entre o fenômeno da fome, a batalha ideológica, o desenvolvimento de políticas públicas e a luta por soberania alimentar no Brasil. Com isto, visa-se um confronto entre os discursos utilizados pelo agronegócio e os pelos movimentos socioterritoriais brasileiros no contexto das oscilações do acesso qualitativo e quantitativo à comida no país. Para tratar desta temática e realizar a análise proposta, o trabalho está dividido em três momentos da realidade brasileira: contextualização histórica do fenômeno da fome; trajetória das políticas públicas de alimentação; e análise das ações dos movimentos socioterritoriais através da sistematização de notícias através do google alerts e jotform.

Palavras-Chave: Fome. Movimentos Socioterritoriais. Políticas Públicas. Solidariedade.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da fome é uma realidade histórica e mundial, com maior ou menor incidência a depender das relações geopolíticas e das condições da luta de classes que caracterizam os territórios em que ela se materializa. No Brasil, por muitos anos, ela manifestou-se como um traço da miséria do sertão brasileiro, explicitada em campos de concentração (Brasil, 2017), nos dados de mortalidade por doenças provenientes da subnutrição e inanição (Westin, 2021) e também na literatura, através de obras como *O Quinze*, de Rachel de Queiroz (1910); *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (1956); *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto (1995).

Estas histórias da fome, que atravessam teorias, dados e literaturas, mundialmente eram acompanhadas pela demarcação territorial como retórica para afirmar que a fome existia porque era condição de determinados tipos de territórios. Ou seja, como uma consequência de adversidades naturais, como a seca, o solo infértil, o frio extremo, maior tendência a pragas etc. Todavia, ainda que as incidências naturais de fato impactam na produção e no acesso da população ao alimento, esse discurso passa a cair por terra a partir de 1930, em especial a partir

²⁷Doutoranda em Geografia na Universidade de Brasília, firmino.emilly@gmail.com.

de 1980, quando autores como Josué de Castro (2022, p. 287), apontam que a sua causa passa muito mais por uma escolha política do que por causas naturais.

Mais do que um salto teórico, o início dos anos de 1980, quando o Brasil atravessava uma de suas piores fases de crescimento da miséria e da fome, vê-se um processo de intensificação do surgimento entres os movimentos socioterritoriais e socioespaciais, como a *Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida*; o *Movimento Custo de Vida e Contra a Carestia*; as *Pastorais da Terra*. Estas se conectam pela compreensão da fome como um dos frutos de um “desenvolvimento anômalo, setorial, limitado a alguns setores mais rendosos, de maior atrativo para o capital especulativo, deixando no abandono outros setores básicos, indispensáveis ao verdadeiro progresso social” (Castro, 2022, p. 287). Desvela-se, assim, uma retórica por trás dos pratos vazios, uma fome que não é natural, mas uma ferramenta de poder da burguesia, onde a comida é uma moeda do capital e o alimento uma *commodity*, onde o que está em jogo é o lucro (Sefras, 2002, p. 7).

Com o acirramento da luta de classes, do aprofundamento das desigualdades sociais e da maior pressão por conta da população e das organizações populares que sofriam com os impactos da miséria, o problema da fome entra na agenda do governo como um problema de ordem pública, e passa a ser vista como responsabilidade do Estado. Assim, mais do que a reafirmação desta como uma consequência de ordem nutricional e da falta de acesso ao alimento, resolvê-la passa a ser um compromisso com a defesa da democracia (Amaral; Basso, 2016).

É nesse contexto que experiências como o Governo Paralelo²⁸ e das campanhas promovidas pela Ação Cidadania começam a ser gestados os primeiros passos para a construção de políticas públicas de caráter multidimensional e que de fato, olhavam para a fome como um fenômeno produzido socialmente a partir das disputas socioterritoriais existentes, estando relacionada aos processos políticos e econômicos de cada conjuntura. Mais especificamente através do Governo Paralelo, nasceu uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, que foi absorvida por Itamar Franco após o impeachment de Collor, em 1993. É esta mesma plataforma que coloca a luta contra a fome como centro da campanha de Lula em 2002 e, em 2003, dá vida ao Programa “Fome Zero”.

É esta união entre pressão popular e a institucionalização de políticas públicas de caráter popular que tiram o Brasil do mapa da fome e mostram na *práxis* que lidar com o problema

²⁸ Sob a liderança de Lula (PT), entre 1990 e 1992, teve como objetivo apontar alternativas de políticas públicas mediante a avaliação negativa do governo de Fernando Collor de Mello.

deste fenômeno passa pela construção de iniciativas que garantam o acesso quantitativo e qualitativo do alimento. De igual maneira, após o golpe que levou ao impeachment de Dilma, com os cortes orquestrados pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, viu-se rapidamente a expressão da ausência de tais políticas públicas, levando o Brasil rapidamente ao período pré “Fome Zero”.

Assim, o país que, através das propagandas do agronegócio se vangloria de ser o “maior produtor de alimentos”, volta a alimentar diversos outros povos, menos o seu próprio povo. Na contramão do agronegócio e de grupos conservadores, que priorizam o lucro e atacam programas como o *Fome Zero* e o *Bolsa Família*, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais colocam a luta contra a fome como centro de sua ação, vendo na solidariedade uma saída para as contradições da crise que aflige a população brasileira. Entretanto, estes passam a ser duramente retaliados por grupos conservadores, como pode ser visto quando grupos bolsonaristas tentaram incriminar o Padre Julio Lancellotti por conta de suas ações de solidariedade na Cracolândia, em São Paulo (Carmo, 2024). Assim como, desde a implementação do Programa Cozinha Solidária, em 2023, o governo federal tem sido acusado de utilizar da política pública para beneficiar organizações populares (Firmino, 2025).

Se em períodos como o Natal, por exemplo, vemos o incentivo às ações de caridades como sopões e doações de alimentos pelos mais diversos grupos - em especial aqueles embasados na caridade de fundo cristão -, porque ao longo do ano, aqueles que fazem a manutenção da solidariedade - os movimentos sociais - são atacados por manter a prática como um valor cotidiano? A prática da solidariedade é exclusiva para alguns grupos restritos ou o acesso ao alimento só é interessante nos períodos que a burguesia entende como conveniente? O que se vê, é que entre as tipologias da fome (Castro, 2022) e o que se entende como segurança alimentar há um plano de fundo de diversas narrativas, que passam tanto pelos interesses e crenças da burguesia, quanto pelos interesses e necessidades da classe trabalhadora; todos com uma relação direta com a luta de classes e a disputa territorial.

Com base nisto, o objetivo deste trabalho é analisar as ações coletivas de solidariedade executadas pelos movimentos socioterritoriais urbanos em parceria com os movimentos socioterritoriais rurais no combate à fome no Brasil, seja cotidianamente ou em situações de emergência, como ocorreu durante as enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul no final de abril de 2024 (Firmino; Moreno, 2024). Através do estudo das Cozinhas Solidárias e do Programa Cozinha Solidária, visa-se corroborar o alimentar e o comer como ato político, compreendendo as relações políticas, econômicas, sociais, culturais etc., e revelando as

contradições do capitalismo em torno da questão da fome. Outrossim, deseja-se também refletir o impacto dessas ações para a organização interna dos movimentos e no diálogo com a população local.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do presente trabalho, compreende-se a fome enquanto fenômeno social geograficamente universal, tomando como objeto de estudo as Cozinhas Populares dos movimentos socioterritoriais brasileiros. Para tal, realizou-se a análise de notícias jornalísticas - entre dezembro de 2024 e março de 2025 - através do uso do Google Alert e do Jotform, considerando a metodologia de pesquisa utilizada pelo Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios (DATAUTA). De igual maneira, as reflexões abordadas aqui têm como base também uma visita de campo realizada no Rio Grande do Sul durante o período pós enchentes em 2024, através do acompanhamento do trabalho da 'Brigada Nacional de Solidariedade ao Povo Gaúcho', promovida Movimento Brasil Popular (MBP), Levante Popular da Juventude, Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através dos dados coletados, foi possível identificar uma diferença de teor entre as ações contra a fome realizadas por grupos conservadores, que endossam a ideologia burguesa através das narrativas implementadas pelo agronegócio e pelo bolsonarismo; e as ações realizadas pelos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Entre os primeiros, vê-se majoritariamente uma solidariedade assistencialista e passiva, em que o alimento apenas é entregue, sem um compromisso para a qualidade do alimento fornecido e para a construção de autonomia dos indivíduos assistidos. Por sua vez, entre os segundos, vê-se uma relação entre o exercício da solidariedade e a educação popular, onde a cozinha não é apenas um território onde os sujeitos acessam o alimento, mas também de organização social; geração de emprego e renda; projeção da organização; e manutenção da existência do movimento e do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o estudo das Cozinhas Populares, é possível compreender a relação entre a manifestação do fenômeno da fome e as disputas territoriais no Brasil, onde o alimento - em sua presença e/ou ausência - é utilizado tanto como forma de manutenção do empobrecimento

da classe trabalhadora quanto de sua libertação enquanto classe soberana. Assim, olhar para as ações dos movimentos sociais, que utilizaram-se destas ferramentas enquanto territórios de resistência, permite afirmar as cozinhas como uma das mais inovadoras experiências de auto-organização via luta social e institucional: a construção da política de solidariedade como força motriz para a organização e transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Volmir Ribeiro do; BASSO, David. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica**. FACCAT, v. 13, n. 1, 2016. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/386>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. **A grande seca de 1915: mortos de fome no caminho para os campos de concentração no Ceará**. Governo Federal, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/documentarios-e-estudos-sobre-as-secas/a-grande-seca-de-1915-mortos-de-fome-no-caminho-para-os-campos-de-concentracao-no-ceara-maio-2017>. Acesso em: 07 mar. 2025.

CARMO, Wendal. **Arquidiocese de São Paulo arquiva investigação contra o Padre Júlio Lancellotti**. Carta Capital, 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/arquidiocese-de-sao-paulo-arquiva-investigacao-contra-o-padre-julio-lancellotti/>. Acesso em: 07 mar. 2025.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. São Paulo: Todavia, 2022.

FIRMINO, Emilly. **O ataque ao Programa Cozinha Solidária é um pacto com a fome**. Brasil de Fato, 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/brasil-popular/2025/02/26/o-ataque-ao-programa-cozinha-solidaria-e-um-pacto-com-a-fome/>. Acesso em: 07 mar. 2025.

FIRMINO, Emilly; MORENO, Vinicius. **Alimentar a esperança: os movimentos populares e a Brigada Nacional de Solidariedade ao povo Gaúcho**. Movimento Brasil Popular, 2024. Disponível em: <https://brasilpopular.org/artigo-alimentar-a-esperanca-os-movimentos-populares-e-a-brigada-nacional-de-solidariedade-ao-povo-gaucha/>. Acesso em: 07 mar. 2025.

SEFRAS. Ação Social Franciscana. **Fome e assistência alimentar na pandemia**. São Paulo: Paulus, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/365126622_Fome_e_assistencia_alimentar_na_pandemia. Acesso em: 11 mar. 2025.

WESTIN, Ricardo. **500 mil mortes, doença, fome, desvio de verbas e pedido de CPI: o retrato da Grande Seca do Império**. Agência Senado, 01 de out. de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/500-mil-mortes-doenca-fome-desvio-de-verbas-e-pedido-de-cpi-o-retrato-da-grande-seca-do-imperio>. Acesso em: 07 de mar. 2025.

A ECONOMIA DO FUTEBOL BAIANO NO CONTEXTO DA XENOFOBIA

Lucas Vinícius Dórea de Souza²⁹, João Vitor Oliveira da Silva³⁰

Eixo 3: Geografia Econômica e Transformações no Trabalho.

RESUMO

Este estudo analisa a economia do futebol baiano no contexto das desigualdades regionais, observando os impactos da xenofobia estrutural que marginaliza clubes e trabalhadores do esporte no estado. O trabalho discute como a economia do futebol na Bahia se diferencia dos centros hegemônicos do Sudeste e Sul, com menor investimento, menor visibilidade midiática e distribuição desigual de cotas de televisão, influenciando diretamente as oportunidades de trabalho e desenvolvimento econômico local. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica e análise de dados econômicos do setor. Os resultados apontam que o futebol baiano é um reflexo das desigualdades regionais do Brasil, onde o capital e os meios de produção se concentram em regiões específicas, perpetuando um cenário de periferização do esporte nordestino.

Palavras-Chave: Bahia. Economia. Futebol. Xenofobia.

INTRODUÇÃO

O futebol é, indiscutivelmente, uma grande paixão nacional, o esporte mobiliza multidões e desperta sentimentos intensos, segundo a afirmação de Foer (2005, p. 9), o futebol é algo que “frequentemente provoca um sentimento mais profundo que a religião, e tal como esta, é uma parte do tecido comunitário, um repositório de tradições”.

O estado da Bahia foi um dos pioneiros no futebol brasileiro, é casa de diversos clubes tradicionais, ricos de história e possuem torcidas fervorosas, no entanto, a grande maioria desses clubes baianos, mesmo com essa história rica, enfrentam dificuldades econômicas em comparação com times de outras regiões e estados. Um dos fatores que contribuem para essa realidade é a xenofobia dentro do futebol brasileiro, que afeta diretamente a valorização, as oportunidades e as receitas dessas equipes.

O trabalho abrange o estudo sobre a economia do futebol da Bahia e como ela é impactada pela xenofobia, trazendo à tona causas para que ela seja tão aquém daquilo que se

²⁹ Discente do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana, vinedorea@gmail.com

³⁰ Discente do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana, vitor2377@gmail.com

tinha expectativa sobre a mesma. Da mesma forma, o trabalho foi feito, principalmente para os baianos; os que gostam ou não de futebol, para se entender um pouco sobre sua região de vivência e como funciona a realidade desta região.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada inclui a análise da história do futebol baiano, os períodos de crescimento e crise econômica dos clubes e a influência da xenofobia na captação de investimentos, patrocínios e reconhecimento nacional. Através dessa abordagem, pretende-se destacar os desafios enfrentados pelas equipes da Bahia e a necessidade de um olhar mais equitativo sobre o futebol no Brasil.

A pesquisa se utilizou de revisão bibliográfica em artigos acadêmicos, relatórios econômicos e documentos de órgãos oficiais sobre a economia do futebol baiano. Além disso, foram analisados dados de cotas de transmissão de TV, público nos estádios, valorização de jogadores e participação dos clubes baianos em competições nacionais e internacionais.

A abordagem metodológica fundamenta-se na Geografia Econômica, que permite entender as relações entre mercado, capital e território, enfatizando a desigualdade regional na distribuição dos recursos. A organização do espaço econômico evidencia como os investimentos se concentram de forma desigual, favorecendo grandes centros urbanos em detrimento de áreas periféricas. Esse processo está ligado à urbanização capitalista, que historicamente transforma o território ao estabelecer novas fronteiras de acumulação e promover a exclusão de determinados grupos sociais, resultando em impactos profundos na economia e na estrutura social das regiões menos favorecidas (Carlos, 2020).

Para reforçar a análise quantitativa, utilizou-se bases de dados da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), evidenciando a distribuição assimétrica das cotas de televisão entre os clubes nordestinos e os do Sudeste. As dinâmicas territoriais do futebol refletem a concentração de investimentos em pólos estabelecidos, o que dificulta o desenvolvimento de regiões periféricas no cenário esportivo nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O futebol brasileiro tem a concentração de investimentos nos estados do Sul e Sudeste. Em 2019, clubes de menor expressão do Sudeste receberam cotas de TV superiores às de Bahia e Vitória, os dois principais times do estado da Bahia. Essa diferença compromete a capacidade de contratação e investimento em infraestrutura, dificultando a ascensão e promoção do futebol

baiano no cenário nacional. Dados de Capelo (2019) do relatório no Globo Esporte (GE), indicam que enquanto o Flamengo, Athletico Paranaense, Grêmio e Palmeiras receberam mais de R\$ 60 milhões em cotas de TV cada, já Bahia e Vitória ficaram abaixo dos R\$ 40 milhões.

Além disso, deve-se considerar a xenofobia como ponto de pauta dessa discussão. Os estereótipos criados pela mídia de fora da Bahia, reforçam a marginalização do futebol baiano, perpetuando uma imagem depreciativa dos clubes e atletas locais. Vieira (2022) aponta que a xenofobia no Brasil não se limita somente a estrangeiros, mas também se manifesta internamente, atingindo populações e identidades regionais, os baianos e nordestinos. Essa marginalização se dá por meio da construção de discursos que vinculam a Bahia a um atraso econômico e cultural, alimentando a ideia de inferioridade. No futebol, essa lógica se manifesta na forma como os clubes baianos são frequentemente retratados como menos competitivos, mesmo quando apresentam desempenhos satisfatórios em campeonatos nacionais.

Essa situação não se restringe à percepção externa: os próprios baianos, influenciados por essa narrativa midiática, acabam por reproduzir o discurso de inferioridade. Como também coloca Vieira (2022), a internalização de discursos xenófobos pode levar alguns grupos a adotarem posturas que venham a reforçar sua própria exclusão, muitas vezes por acreditarem que essa hierarquia regional é natural ou imutável. No contexto do futebol, isso se reflete na falta de apoio local às equipes da Bahia, na valorização excessiva de times do eixo Sul-Sudeste e na aceitação passiva da distribuição desigual de investimentos e cotas de televisão.

Para entender como a xenofobia se manifesta e funciona, Ribeiro (2020, p. 291) coloca:

A xenofobia no Brasil vem historicamente aliada ao fenômeno do racismo sistêmico que constitui os traumas da cultura brasileira e está assentado nas nossas memórias silenciadas quando a imagem do brasileiro cordial é um mito que precisa ser discutido, repensado, trazido às falas públicas, aos textos, à academia, a grupos de estudos, reuniões, congressos e encontros científicos, às universidades brasileiras e estrangeiras.

Podemos conceber que a indústria do turismo fez a apropriação de símbolos e elementos da cultura afro-descendente como propaganda do estado Bahia como um lugar de férias eternas onde o povo baiano é estereotipado como um preguiçoso incapaz de trabalhar, e esse estereótipo é corroborado e banalizado pela mídia nacional, mostrando a concepção que o povo baiano é inferior (Zanlorenzi, 1999).

A xenofobia também influencia a percepção do futebol no Nordeste, já que a mídia nacional frequentemente ignora clubes e campeonatos da região, reduzindo sua visibilidade e potencial de captação de patrocínios. A identidade nacional brasileira no futebol é construída a

partir de um eixo Sul-Sudeste, marginalizando as demais regiões. Esse fenômeno se reflete no mercado de trabalho esportivo, onde profissionais do Nordeste encontram menos oportunidades e remuneração inferior em comparação a estados do Sudeste.

Como colocado por Moraes (2021, p. 6):

A xenofobia criada contra o Nordeste ultrapassa as questões sociais e chega ao futebol de maneira que afeta o desenvolvimento dos clubes da região, impedindo que estes alcancem patamares de destaque dentro do esporte, tudo isso graças ao racismo e a cultura do ódio contra os migrantes, o Brasil 'nocauteia' o Nordeste e o Nordeste assiste seu futebol ser 'silenciado' diariamente devido a toda sua exclusão.

O futebol brasileiro não é apenas uma prática esportiva, mas um reflexo das desigualdades regionais e econômicas do país. Clubes do Sul e Sudeste concentram a maior parte dos investimentos, patrocínios e visibilidade, enquanto times de outras regiões, como o Nordeste, enfrentam dificuldades estruturais devido à distribuição desigual de cotas televisivas e ao acesso limitado a investidores. Como aponta Costa (2023), a mercantilização do futebol e o modelo de Sociedade Anônima do Futebol (SAF) reforçam esse cenário, favorecendo clubes já consolidados e ampliando a disparidade financeira. Essa lógica cria uma barreira econômica quase intransponível para clubes periféricos, refletindo no esporte a estrutura socioeconômica do Brasil, onde o acesso desigual a recursos dificulta a ascensão de setores menos privilegiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o futebol da Bahia ainda está longe dos padrões financeiros dos times tradicionais do Sul e Sudeste brasileiro, e caminha a passos lentos para uma evolução. Para baianos e nordestinos, é importante saber que o caminho é difícil e a batalha é sempre longa, mas que não se deve desistir.

A xenofobia é um grande obstáculo para o desenvolvimento da economia do futebol na Bahia, impactando diretamente o nível competitivo dos clubes locais. Enquanto times sem divisão recebem cotas de televisão e investimentos superiores, equipes baianas que disputam a primeira divisão do Campeonato Brasileiro enfrentam dificuldades financeiras. Essa disparidade evidencia uma injustiça estrutural que impede o crescimento do futebol nordestino.

A Bahia e o Nordeste possuem capacidade para manter um futebol de alto nível e competir de igual para igual com os times do Sul-Sudeste. No entanto, para que isso aconteça, é essencial o engajamento da própria população. O apoio aos clubes locais, sejam da capital ou do interior, é fundamental para fortalecer o cenário esportivo regional.

Atualmente, o futebol baiano e a identidade esportiva do estado são frequentemente invisibilizados pela mídia e pelo mercado futebolístico do eixo hegemônico. Para mudar essa realidade, é necessária uma mobilização coletiva que valorize e reforce a presença dos clubes baianos no cenário nacional. A resistência e a promoção ativa desse futebol são passos essenciais para romper com essa marginalização histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELO, Rodrigo. **Novo modelo de distribuição aproxima cotas de TV aberta e fechada no futebol brasileiro em 2019. Pay-per-view desequilibra.** Globo Esporte, São Paulo, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://shre.ink/xdRr>. Acesso em: 21 fev. 2025.

CARLOS, A. F. A. **O urbano “desigual e combinado”: uma interpretação, possível, da urbanização brasileira.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.). *Brasil, presente!*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 19-49. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/618>. Acesso em: 30 mar. 2025.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia do Futebol.** Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 452, jun. 2023. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD452.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025

FOER, Franklin. **Como o Futebol Explica o Mundo: um Olhar Inesperado Sobre a Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

RIBEIRO, J. **Xenofobia e discurso de ódio ao estrangeiro no espaço de enunciação da tríplice fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai).** In: LIMA, M. E. O. *et al.* (org.). *Processos psicossociais de exclusão social*. São Paulo: Blucher, 2020.

MORAIS, Thayná. **Xenofobia e o Futebol Nordestino: “Olha o sambão, aqui é o país do futebol”, mas então porquê tentar excluir o Nordeste?.** [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/406824.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VIEIRA, P. S. T. **Xenofobia no Brasil: revisão de literatura e relato de experiência.** Monografia (Graduação em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/17057>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ZANLORENZI, E. **Banalização da preguiça.** XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, INTERCOM, 1999. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/24ee909a564a82ff795016dc2b8165d5.PDF>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CONHECIMENTO POPULAR: A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE PRODUTOS NATURAIS E PLANTAS MEDICINAIS NA CIDADE DE CAMETÁ-PARÁ

Joiciele de Souza Gama³¹, Gracilene Wanzeler Moraes³², Jamilly Karoline Marques de Freitas³³, Kevem Marcel da Silva Martins³⁴, Maria de Jesus Américo dos Santos³⁵

Eixo 3: Geografia econômica e transformação no trabalho.

RESUMO

O presente trabalho advém de uma pesquisa proposta na disciplina Geografia Econômica na Universidade Federal do Pará, Campus Cametá (UFPA). Busca apresentar a utilização de plantas medicinais e comercialização de produtos naturais no município de Cametá-PA, que ganhou destaque principalmente no período da pandemia COVID-19. A comercialização desses produtos foi o meio mais eficaz de manter o sustento de inúmeras famílias, haja vista, que essas práticas se mantêm até os dias atuais sendo principal meio de rentabilidade, pois, a procura por esses produtos também intensificou devido à crescente demanda e as restrições de medicamentos farmacêuticos. Contudo, o trabalho busca identificar a importância e eficácia dessas práticas e comercialização desses múltiplos produtos, visando extrair informações que podem ser benéficas sobre o uso de espécies de plantas. A metodologia iniciou-se pelo contato com a bibliografia sobre a temática estudada, consultas referentes a artigo, entrevista semiestruturada com proprietário de casas de Ervas e as responsáveis por cultivar plantas de uso medicinais.

Palavras-Chave: Comunidade Tradicional. Etnosaber. Comercialização. Plantas Medicinais.

INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta diversidade de plantas que estão distribuídas em diferentes ecossistemas com fins medicinais. Segundo Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), as plantas com finalidade medicinal são eficientes no tratamento ou cura de enfermidades, sendo utilizadas como medicamentos naturais pela população, e quando estas plantas são sujeitas ao processo de industrialização para obtenção de medicamentos, resulta-se em fitoterápico (ANVISA, 2022).

Partindo desse pressuposto, nota-se que, mesmo com avanços científicos e tecnológicos existentes na atualidade, essa prática milenar ainda permanece se reproduzindo, pois, de certa forma corresponde a expectativa da população Mota *et al.* (2022). Sendo assim, os produtos

³¹ Graduanda em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA), joicielesouza18@gmail.com.

³² Graduanda em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA), gracilenewanzeler24@gmail.com.

³³ Graduanda em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA), jamillykarolinefreitas@gmail.com.

³⁴ Graduando em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA), marcelmartins100@gmail.com.

³⁵ Graduanda em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA), mariadejesusamerico216@gmail.com.

como óleos, cápsulas de ervas, vitaminas, xarope, etc. juntamente com os conhecimentos populares sobre plantas medicinais nem sempre estão sistematizadas de acordo com os parâmetros utilizados nas instituições de pesquisa, porém isso não se constituiu enquanto obstáculo para sua reprodução. Os ensinamentos são repassados de geração para geração e está presente no cotidiano e esteve contribuindo principalmente no tratamento da COVID-19 enquanto se restringia a venda de medicamentos farmacêuticos.

O trabalho é de suma relevância pois busca compreender a dinâmica de comercialização, compilando as plantas reconhecidas como recursos medicinais, sua forma de preparo, sua parte utilizada e sua indicação popular. Compreendendo assim, as dimensões da cidade de Cametá bem como suas áreas rurais e ribeirinhas.

MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente, para o levantamento de dados fez-se necessário contato com a bibliografia sobre a temática estudada, consultas referentes a artigo, uso de entrevista semiestruturada com comerciantes nas farmácias da cidade do Baixo Tocantins Cametá/Pará, a técnica de observação serviu para alicerçar ainda mais nossa pesquisa. De acordo com Severino (2007) “A observação e todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É uma etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa”.

Nesse sentido as principais referências foram: Diniz (2019) o qual discute a conceituação do “etno-saber” e “etnocultural” além de abordar a fundamentação destes na geografia buscando construir o paralelo com a comunidade tradicional, e ANVISA (2022), Mota et al., (2022) para compreensão da cartilha de plantas e orientação destas para o uso das comunidades tradicionais como comercialização das plantas medicinais.

A pesquisa nos possibilitou identificar uma gama de variedades de produtos vendidos em farmácia de produtos naturais. Em seguida, entrevistamos Dona Lordes Maciel, matriarca da comunidade de Jenipapo, área ribeirinha de Cametá, onde é muito comum o método de uso de algumas espécies de plantas como recursos medicinais, através dela foram repassados todo processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, a economia da região de Cametá é a base do extrativismo vegetal, agricultura familiar e da pesca artesanal, complementada por outras rendas como auxílios

governamentais, serviços públicos na área educacional, da saúde e no setor informal, o qual pode-se destacar as lojas de produto fitoterápicos, chás e ervas.

Destaca Gasparetto et al. (2012) “no passado, as populações humanas utilizavam os recursos naturais, incluindo plantas, animais e minerais, como único meio de tratamento de doenças”. Embora a indústria farmacêutica tenha evoluído a partir do avanço tecnológico e industrial é perceptível que o legado etnocultural possibilitou/possibilita saberes tradicionais que contribuíram/contribuem e continuam sendo usados na intervenção de diversas doenças.

Segundo levantamento, a cidade possui diversas lojas de produtos fitoterápicos, com isso vale destacar sua importância para o setor econômico, pois, os ajuda na criação de emprego e sustento de múltiplas famílias. Porém, os remédios industrializados geralmente são mais caros, impossibilitando que alguns indivíduos consigam comprar, possibilitando por outro lado, a continuidade do manuseio de produtos medicinais a partir do “conhecimento popular” e intitulado por Diniz (2019) como etnosaberes culturais das comunidades tradicionais. Assim:

Desse modo, diversos fatores contribuem para o fato de grande parte da população brasileira utilizar plantas para fins terapêutico e medicinal, como o alto custo dos medicamentos industrializados, difícil acesso à assistência médica e a facilidade de aquisição de plantas medicinais (Moreira et al., 2020, p. 4).

Nesse sentido, é imprescindível destacar os benefícios que traz à saúde, bem como a prevenção de doenças e melhoria na qualidade de vida e a valorização de saberes etnoculturais.

1. A comercialização de produtos naturais

Através da coleta de informações com a dona do estabelecimento de produtos fitoterápicos, a vendedora ressalta que devido acontecimentos recorrentes a COVID-19 os produtos foram mais reconhecidos na sociedade. Pois, foi devido à falta de emprego que viu como alternativa a comercialização desses produtos para manter o sustento de sua família. Hoje ela possui duas lojas na cidade na qual pretende expandir ainda mais seu negócio.

2. O uso das plantas medicinais

As plantas ou recursos medicinais são usados para o tratamento de doenças mais simples (dor de cabeça e resfriados), perpassando pelas mais complexas (gastrite, infecções renais e pulmonares), ou seja, a população possui vasto conhecimento a respeito das espécies citadas. A maior parte é encontrada nas próprias comunidades do município, enquanto os recursos, como seivas, óleos e cascas de árvores nativas, são encontrados nas matas do entorno e os produtos nas farmácias naturais da cidade de Cametá/Pará.

Por meio de pesquisa nas áreas ribeirinhas, encontramos a matriarca de uma família tradicional no qual ela vem ressaltar a importância das plantas medicinais que são utilizados no tratamento de doenças (Quadro 1), pois, devido à falta de recursos financeiros da comunidade e a ausência de investimento na saúde por parte de gestão municipal e o difícil acesso a serviços na cidade, acabam encontrando nessas práticas, alternativas para reparos na saúde.

Quadro 1. As plantas medicinais e seus conhecimentos relacionados

Nome popular	Nome Científico	Indicação Popular	Parte Utilizada	Forma Preparo
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis L</i>	Tosse, asma, gripe e dores reumáticas	Folhas	Chá, maceração e banhos.
Algodoeiro	<i>Gossypium hirsutum L</i>	Antibiótico natural, cólicas menstruais, dores do parto	Folhas	Sucos e chá.
Andiroba	<i>Carapa guianensis Aubl</i>	Dor de garganta, ferimentos e dores superficiais	Cascas, frutos de onde retira-se o óleo	Banhos e óleo.
Arruda	<i>Ruta graveoleons L</i>	Dor de cabeça reumáticas, auxilia no tratamento das sequelas causadas por derrame	Folhas	Chá macerado com álcool.
Boldo	<i>Pomos boldus A</i>	Utilizado para dores no estômago, hepatite crônica e aguda.	Folhas	Chá.
Buiçu	<i>Ormosia coutinhoi Ducke</i>	Dor de cabeça e gripe	Casca	Solução hidroalcoólica.
Catinga de mulata	<i>Tanacetum vulgare L</i>	Alergia e dor de cabeça	Folhas	Chá, banho, maceração e solução hidroalcoólica.
Copaíba	<i>Copaifera officinalis L</i>	Cicatrizante e estimula a saída de secreções	Óleo e casca. Preparo	Chá, banho e azeite.
Jatobá	<i>Hymenaea courabril L</i>	Infecção e gripe e expectorante	Casca e seiva. Preparo	Chá, xarope e banho.
Hortelã	<i>Mentha piperita L</i>	Dor de garganta e dor no estomago	Folhas	chá e maceração.
Manjerona	<i>Origanum majorana L</i>	Dor de cabeça	Folhas	Maceração e solução hidroalcoólica.
Mentruz	<i>Chenopodium ambrosioides L.</i>	Gripe e infecção pulmonar	Folha	Suco e Chá.

Fonte: elaboração própria.

Desse modo, é de suma importância a permanência dos etno-saberes para as culturas tradicionais, e sobretudo para a sociedade na conservação de espécies da fauna e da flora e de seus ecossistemas, relacionados aos usos da biodiversidade em práticas medicinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento popular e a transmissão deles são fundamentais para o aprendizado das futuras gerações, que implica não só nos saberes tradicionais acumulados por uma população, mas em novas formas de relacionar-se com a natureza, sendo assim, é perceptível sua importância para o ambiente, saúde, economia e cultura. Portanto, a pesquisa é de suma importância pois resultam em descobertas de espécie vegetais de uso medicinal que só fazem enriquecer o acervo da medicina popular trazendo benefício a saúde e compilando financeiramente com as famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Orientações sobre o uso de fitoterápicos e plantas medicinais**. [S. l.]: ANVISA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de-fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

DINIZ, Raphael Fernando. **Etnosaberes e culturas tradicionais afrobrasileiras: farmacopeia, magia e reprodução material e simbólica de comunidades quilombolas do Vale do Jequitinhonha-MG**. Geographia, v. 21, n. 47, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/28178>. Acesso em: 17 fev. 2025.

GASPARETTO, J. C.; MARTINS, C. A. F.; HAYASHI, S. S.; OTUKY, M. F.; PONTAROLO, R. **Ethnobotanical and scientific aspects of *Malva sylvestris* L.: a millennial herbal medicine**. Journal of Pharmacy and Pharmacology, v. 64, Issue 2, p. 172-189, fev. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.2042-7158.2011.01383.x>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MOREIRA, L. P. et al. **Levantamento etnofarmacológico de plantas medicinais utilizadas pela população local da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una, Brasil**. Research, Society and Development, v. 9, n. 10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8571>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MOTA, L. A. et al. **Etnofarmacologia de plantas medicinais utilizadas pela população rural e ribeirinho município de Itacoatiara-AM**. Research, Society and Development, v. 11, n. 5, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.27735>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 122-124.

TERRITÓRIO E TURISMO: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DE ESCALADA EM COCALZINHO DE GOIÁS - GO

João Augusto Guimarães Carvalho³⁶

Eixo 3: Geografia Econômica e Transformações no Trabalho.

RESUMO

Este trabalho analisa os impactos econômicos do turismo de aventura e da prática da escalada em Cocalzinho de Goiás (GO). Foram utilizados três métodos principais: pesquisa bibliográfica, análise de dados primários e secundários, e trabalho de campo com aplicação de questionários. Os resultados indicam que o turismo de aventura impulsiona a economia local, dinamizando setores como hotelaria, alimentação e serviços. O consumo dos visitantes fomenta mudanças territoriais e estruturais na cidade, ampliando estabelecimentos e criando oportunidades de negócios. No entanto, há pouca intervenção do poder público para potencializar esses benefícios.

Palavras-chave: Território. Turismo de Aventura. Escalada. Impactos Econômicos.

INTRODUÇÃO

O turismo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social, mas também pode gerar impactos ambientais e culturais. O estudo de Cocalzinho de Goiás se justifica pelo crescimento da escalada na região, que atrai visitantes e impulsiona setores como comércio e hospedagem. A proximidade do Parque Estadual dos Pirineus torna o município um destino popular entre escaladores, principalmente de Brasília e Goiânia. O objetivo do estudo é analisar como o turismo de aventura influencia a economia e o território local, destacando os principais desafios e oportunidades.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa combinou análise bibliográfica, levantamento de dados primários por meio de questionários aplicados a escaladores e entrevistas com comerciantes locais, além de consulta a dados secundários de órgãos públicos. O questionário foi respondido por 128 escaladores de diferentes estados, permitindo traçar um perfil do público e de seu impacto na economia local. As entrevistas com comerciantes buscaram compreender a percepção dos empreendedores sobre a presença dos escaladores e a adaptação de seus negócios para atender essa demanda crescente.

³⁶ Universidade de Brasília, joaoaugustogcarvalho@gmail.com

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de território é central para compreender as dinâmicas do turismo de aventura em Cocalzinho de Goiás. Raffestin (1980) argumenta que o território não se restringe à sua delimitação geográfica, mas é um espaço produzido e transformado pelos fluxos de informação, trabalho e poder. Ele destaca que o território é um espaço onde se projeta energia e informação, resultando em relações marcadas pelo poder. Complementando essa visão, Santos e Silveira (2001) discutem a relação entre a materialidade do espaço e seu uso social no Brasil, destacando aspectos econômicos e políticos que influenciam sua organização. Nesse sentido, o turismo altera a organização do território ao reconfigurar sua infraestrutura e introduzir novos agentes econômicos. Queiroz (2014) reforça essa perspectiva ao indicar que o território é formado pela interação entre agentes internos e externos, que moldam suas estruturas e influenciam suas transformações. Já Fuini (2017) destaca que o território possui uma dimensão econômica evidente, sendo tratado como um recurso de valor de troca, cuja configuração reflete interesses de grupos hegemônicos. Dessa forma, a prática da escalada em Cocalzinho de Goiás demonstra como diferentes agentes — setor público, empresários e visitantes — se apropriam do território e reconfiguram sua economia, reafirmando sua importância dentro da Geografia Econômica.

Os dados indicam que a maioria dos escaladores vem do Distrito Federal e Goiás, visitando Cocalzinho com frequência semanal ou quinzenal. Cerca de 48% permanecem na cidade por mais de um dia, o que impulsiona a demanda por hospedagem e serviços locais, além de gerar novas oportunidades de emprego e transformação do mercado de trabalho local. Os principais gastos incluem alimentação, estadia e compras em comércios da região, o que evidencia a importância do turismo como um vetor de dinamização econômica. Para atender a esse fluxo crescente, restaurantes e supermercados têm ajustado seu funcionamento, enquanto pequenos negócios surgiram para suprir essa nova demanda. No entanto, a infraestrutura pública não tem acompanhado esse crescimento, impactando diretamente a capacidade da cidade de absorver esse desenvolvimento econômico de maneira sustentável. Esse cenário reforça a necessidade de políticas de incentivo que garantam a organização territorial e o fortalecimento da economia local, alinhando-se ao contexto da Geografia Econômica e Transformações no Trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de aventura, impulsionado pela escalada, tem impactos significativos na

economia de Cocalzinho de Goiás, dinamizando setores de alimentação, hospedagem e serviços. Pequenos empreendedores locais souberam aproveitar esse nicho, adaptando-se às demandas dos visitantes. No entanto, o poder público ainda não atua de forma efetiva para fomentar essa atividade, deixando de aproveitar seu potencial de desenvolvimento sustentável.

Para que esse impacto seja ampliado e consolidado, é necessário um planejamento territorial que contemple a infraestrutura necessária para receber os turistas de forma sustentável, garantindo benefícios a longo prazo para a população local. A continuidade dessa tendência dependerá da manutenção do fluxo de visitantes e do desenvolvimento de estratégias que integrem a comunidade local no aproveitamento desse crescimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

QUEIROZ, T. A. N. **Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos**. Para Onde!?, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154-161, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-0003.61589>. Acesso em: 14 nov. 2019.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

FUINI, L. L. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações**. Geografia, Ensino & Pesquisa, v. 21, n. 1, p. 19-29, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499422589>. Acesso em: 16 nov. 2019.

A FORÇA DO AGRONEGÓCIO NO TRIÂNGULO MINEIRO

Luan Martins Ferreira³⁷

Eixo 3: Geografia Econômica e Transformações no Trabalho.

RESUMO

O agronegócio desempenha um papel fundamental na economia brasileira, sendo responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos e das exportações do país. No Triângulo Mineiro, essa atividade tem se consolidado como um dos principais pilares do desenvolvimento socioeconômico, impulsionada por condições climáticas favoráveis, vastas extensões de terras férteis e o uso de tecnologias modernas. Este trabalho tem como objetivo analisar a força do agronegócio nessa região, destacando sua relevância para a produção de grãos, pecuária e o comércio internacional. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, a partir da qual se observou a importância das grandes empresas agroindustriais e cooperativas locais, que atuam no processamento e exportação de *commodities* como soja, cana-de-açúcar e carnes. Além disso, são discutidos os desafios relacionados à sustentabilidade e à preservação ambiental, que permeiam o desenvolvimento do agronegócio na região. Os resultados indicam que o Triângulo Mineiro é um ator estratégico no agronegócio nacional, contribuindo significativamente para a geração de empregos, arrecadação de impostos e crescimento econômico regional.

Palavras-Chave: Agronegócio. Triângulo Mineiro. Exportações. Desenvolvimento Regional.

INTRODUÇÃO

O agronegócio no Brasil emerge como uma força essencial para a economia nacional, desempenhando um papel preponderante na produção de alimentos, na geração de riqueza e no desenvolvimento socioeconômico. Com uma extensão territorial vasta e ecossistemas diversificados, o país se destaca como um dos principais protagonistas globais no setor agrícola.

A modernização agrícola pela qual passou o Brasil, notadamente a partir de 1964, apresentou um viés produtivista, baseado no tripé latifúndio, monocultura e exportação, que atendeu os interesses do capital financeiro que, por conseguinte, passou a sobrepor o capital agroindustrial, constituindo o que se convencionou chamar de agronegócio (Souza, 2012).

A riqueza da biodiversidade brasileira reflete-se na variedade de culturas agrícolas que abrangem desde grãos como soja, milho e café até produtos tropicais como açúcar, frutas e carne bovina. Além disso, a pecuária desempenha um papel significativo na produção de carne, leite e derivados. A combinação de fatores como clima favorável, extensas áreas de terras

³⁷ Graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, luan.martins@estudante.ufjf.br.

cultiváveis e avanços tecnológicos tem impulsionado a produtividade e a competitividade do agronegócio brasileiro.

O país não apenas atende às demandas internas de uma população crescente, mas também desempenha um papel crucial no mercado global, sendo um dos principais exportadores de commodities agrícolas. A soja brasileira, por exemplo, é uma peça-chave na oferta mundial. A presença de empresas inovadoras, cooperativas agrícolas e uma infraestrutura logística eficiente contribuem para fortalecer toda a cadeia produtiva.

Assim, o agronegócio no Brasil transcende a mera produção agrícola, sendo um pilar fundamental na construção do presente e do futuro do país, influenciando não apenas a economia, mas também a dinâmica social e ambiental.

O presente estudo tem como objetivo analisar a força do agronegócio no Triângulo Mineiro, uma região de grande relevância para a produção agropecuária do Brasil, e discutir suas implicações econômicas e sociais. Já a justificativa para a realização deste estudo se baseia na crescente importância do agronegócio para a economia brasileira e, em particular, para o Triângulo Mineiro, que se consolidou como um polo estratégico para a produção de grãos, pecuária e exportação de *commodities*.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia deste trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica, com o objetivo de compreender e analisar o papel do agronegócio no Triângulo Mineiro. Foram selecionados artigos científicos e relatórios de organizações governamentais e não governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa) e a Exportaminas. Essas fontes proporcionaram dados para fundamentar a análise. Além disso, a pesquisa contou com o suporte teórico de autores como Souza (2012) e Pereira (2012), que discutem as transformações territoriais e econômicas ligadas ao agronegócio. Essa metodologia permitiu construir uma visão abrangente sobre o papel do agronegócio no Triângulo Mineiro, fundamentando as discussões em fontes teóricas e dados estatísticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Triângulo Mineiro, localizado no estado de Minas Gerais, destaca-se como uma região de grande importância no cenário do agronegócio brasileiro. A força econômica e produtiva dessa área é indissociável da relevância do setor agrícola, que desempenha um papel

fundamental na dinâmica socioeconômica da região. O desenvolvimento do agronegócio no Triângulo Mineiro tem sido impulsionado por uma combinação de fatores, incluindo as condições climáticas favoráveis, a disponibilidade de terras férteis e a aplicação de práticas agrícolas modernas.

O setor agrícola na região abrange uma diversidade de atividades, desde a produção de grãos, como soja, milho e feijão, até a pecuária, com destaque para a criação de gado de corte e leiteiro. A presença de tecnologias inovadoras, a utilização de maquinário agrícola avançado e a adoção de técnicas sustentáveis têm contribuído para aumentar a eficiência e a produtividade no campo.

Segundo Souza (2012), a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, possui atualmente grande destaque a nível nacional no que tange a produção de grãos, cana-de-açúcar e criação de gado tanto de corte quanto leiteiro. Grande parte do que é produzido no estado é destinado ao mercado externo, assim, pode-se afirmar que a região é tida como estratégica na expansão do agronegócio brasileiro. Vários fatores levaram o Triângulo Mineiro a ocupar esta colocação, dentre eles sua localização geográfica, no centro do país; condições de ordem geomorfológica de relevo plano apto para agricultura mecanizada e a presença e poder político notório da União Democrática Ruralista – UDR na região, ao que contribui ainda mais para a manutenção da concentração da terra e da perpetuação de relações sociais calcadas no patriarcalismo e patrimonialismo rurais.

Além do impacto positivo na produção de alimentos, o agronegócio no Triângulo Mineiro exerce influência significativa na geração de empregos, na arrecadação de impostos e no desenvolvimento das comunidades locais. A presença de agroindústrias e cooperativas fortalece a cadeia produtiva, promovendo a agregação de valor aos produtos e a diversificação da economia regional.

Outro aspecto relevante é a contribuição do agronegócio do Triângulo Mineiro para as exportações brasileiras, uma vez que a região desempenha um papel estratégico na oferta de commodities agrícolas para o mercado internacional. A busca por práticas sustentáveis e a responsabilidade ambiental também têm sido temas crescentes, refletindo uma preocupação em conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais.

Para se ter uma ideia da força do agronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, esta foi entre as mesorregiões, em 2015, que teve a maior participação na produção da cana-de-açúcar (71,4%), soja (52,4%), milho (39,1%), sorgo (66,9%), trigo (58,8%), laranja (73,1%), girassol (79,9%), abacaxi (93,8%), amendoim (94,7%), alho (93,2%), cebola (95,4%) e

borracha (93,2%) no estado de Minas Gerais. Também foi a que teve maior participação na criação do rebanho bovino (25,3%), suíno (38,8%), ovino (25,3%), equino (15,4%) e de galináceos (27,2%). Além disso, a mesorregião foi responsável pelo maior PIB Agropecuário de Minas Gerais (mais de 6,7 bilhões de reais, ou seja, 28% do total do estado) e abriga seis dos dez municípios mineiros que mais obtiveram valor agregado nas atividades agropecuárias em 2015: Uberaba (2°), Uberlândia (3°), Coromandel (5°), Nova Ponte (6°), Patrocínio (8°) e Perdizes (IBGE, 2017).

Em relação às exportações, alguns dados do Exportaminas (2016) mostram que os principais produtos do agronegócio exportados pela região em 2015 foram os do complexo sucroenergético, do complexo soja, carnes e café. Já o Panorama de Comércio Exterior do Agronegócio de 2016 (SEAPA, 2016) aponta que entre os seis maiores municípios exportadores de Minas Gerais, três eram do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, isto é, Araguari (4° lugar, tendo as carnes como principal produto comercializado), Uberlândia (5° lugar, com a soja) e Patrocínio (6° lugar, com o café).

Para Pereira (2012), essa vocação da região no que tange à alta produção, beneficiamento/processamento e comercialização de produtos agropecuários se deve, além da atuação do Estado no fortalecimento do agronegócio mediante vários estímulos (fiscal, financeiro, infraestrutura, institucional, etc.), à presença de grandes empresas nacionais e transnacionais que controlam a maior parte dessas atividades, como a Cargill, a Archer Daniels Midland (ADM), a Bunge, a JBS, a BRF, a Algar Agro, entre outras.

Dessa forma, a importância e a força do agronegócio no Triângulo Mineiro não se limitam apenas à produção de alimentos, mas se estendem a uma complexa rede de atividades que impulsionam o crescimento econômico e a sustentabilidade na região, consolidando-a como um pilar fundamental no contexto agroindustrial do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a importância do agronegócio no Triângulo Mineiro é incontestável, marcando-se como um elemento vital na estrutura econômica e social dessa região. Ao longo do tempo, o setor agrícola tem demonstrado sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento, gerar empregos e contribuir significativamente para a produção de alimentos no Brasil. A combinação de fatores como as condições climáticas favoráveis, a qualidade das terras e a adoção de práticas agrícolas avançadas converte o Triângulo Mineiro em um polo de excelência no agronegócio.

Além de todas as iniciativas de desenvolvimento e atração de investimentos do Triângulo Mineiro, a localização estratégica dos municípios é relevante, que garante competitividade a este importante polo de expansão do agronegócio no Brasil. Além disso, com a oferta de produtos de qualidade e preços competitivos no cenário internacional, há uma expectativa positiva do mercado para que a região continue aumentando as exportações e conquiste novos mercados para os produtos do agronegócio do Brasil e do Triângulo Mineiro. O resultado é a continuidade no crescimento do setor e o desenvolvimento econômico e social da região (KPMG, 2021).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- EXPORTAMINAS. **Panorama do Comércio Exterior de Minas Gerais 2016**. Belo Horizonte: Exportaminas, 2016. Disponível em: <http://www.exportaminas.mg.gov.br/images/documentos/Panorama%20do%20Comercio%20Exterior%202016.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto Municipal (PIB MUNICIPAL)**. 2017. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- KPMG. **A força do agronegócio no Triângulo Mineiro**. Portal do Agronegócio, 2021. Disponível em: <https://www.portaldoagronegocio.com.br/gestaorural/analise-de-mercado/noticias/a-forca-do-agronegocio-no-triangulo-mineiro>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- PEREIRA, M. F. V. **Os agentes do agronegócio e o uso do território no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da moderna agricultura de grãos à expansão recente da cana-de-açúcar**. Revista do Departamento de Geografia – USP, v. 23, p. 83-104, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.2012.0023.0004>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- SEAPA. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS. **Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio 2016**. Belo Horizonte: SEAPA, 2016. Disponível em: https://www.mg.gov.br/system/files/media/agricultura/documento_detalhado/2023/publicacoes/panorama-do-comercio-exterior-do-agronegocio/panorama_2016_0.pdf. Acesso em: 02 fev. 2025.
- SOUZA, L. C. **O agronegócio no Triângulo Mineiro e o impacto das políticas públicas nas últimas décadas**. In: Anais do V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais – Políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento. São Paulo, 2012. Disponível em: https://m.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1F/04_Luciana_Souza.pdf. Acesso em: 02 fev. 2025.

A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NA BAÍA DE SÃO JOSÉ – MA

João Leonardo Carvalho Araujo Sousa³⁸, Ana Katarina Diniz Santos³⁹, Thalia Vitoria Pinheiro Silva⁴⁰, Nixon Jorge Vieira Moraes Junior⁴¹, Rayanderson Marinho Barros⁴²

Eixo 3: Geografia Econômica e Transformações no Trabalho.

RESUMO

A pesca artesanal é uma atividade econômica tradicional e de grande importância no Maranhão, especialmente em São José de Ribamar, na Baía de São José. Este artigo busca analisar a forma de organização dos pescadores artesanais deste município, bem como os desafios que enfrentam, utilizando o conceito de cadeia produtiva. A pesca artesanal, passada de geração em geração, é a principal fonte de sustento para muitas famílias na região, incluindo as do município vizinho de Paço do Lumiar. A pesquisa realizada, através do método de pesquisa-ação, busca entender a fundo os problemas enfrentados pela cadeia produtiva da pesca artesanal na Baía de São José, com foco nos bairros de Pau Deitado e Centro em São José de Ribamar. O objetivo é criar um sistema de diagnóstico que auxilie o poder público municipal e a colônia de pescadores a identificar pontos críticos e desenvolver a pesca artesanal de forma sustentável e rentável, beneficiando todos os produtores da região.

Palavras-Chave: Cadeia produtiva. Pesca artesanal. Baía de São José.

INTRODUÇÃO

O Brasil, com sua extensa Zona Econômica Exclusiva e costa marítima de 8.500 km, possui grande potencial para se tornar um líder na produção de pescado, tanto para o mercado interno quanto para o mercado global. O país possui recursos naturais abundantes, como água doce, condições climáticas favoráveis e mão de obra disponível, além de uma localização estratégica para exportação e um amplo mercado consumidor interno (Ximenes, 2021).

A pesca, especialmente a artesanal, desempenha um papel socioeconômico crucial no Nordeste do Brasil, gerando empregos, renda e garantindo o acesso à proteína animal para a população de baixa renda (Vidal, 2008). A pesca artesanal marinha é a atividade mais expressiva na região, complementada pela aquicultura marinha e continental.

No cenário nacional, a produção de pescado tem apresentado um crescimento notável da aquicultura, impulsionada pela crescente demanda global por pescado e seus benefícios para

³⁸ Graduando em Geografia Bacharelado pela UEMA, joaocarvalholeonardo@gmail.com.

³⁹ Graduanda em Geografia Bacharelado pela UEMA, ana.katarina1509@gmail.com.

⁴⁰ Graduanda em Geografia Bacharelado pela UEMA, thalia.pinheiro1509@gmail.com.

⁴¹ Graduando em Geografia Bacharelado pela UEMA, nixonjorge@hotmail.com.

⁴² Graduando em Geografia Bacharelado pela UEMA, rayandersonmbarros@gmail.com.

a saúde (Ximenes, 2021). O Nordeste se destaca como o maior produtor de pescado do Brasil, com destaque para os estados da Bahia, Ceará e Maranhão, onde a pesca artesanal é fundamental para a produção total (Vidal, 2008).

A pesca artesanal, que responde por grande parte do abastecimento do mercado interno, é caracterizada pela produção familiar e pelo uso de embarcações de pequeno porte (Vidal, 2008). No entanto, o setor enfrenta desafios como a falta de infraestrutura adequada, a necessidade de modernização tecnológica e o envelhecimento da mão de obra (Pereira *et al.*, 2010). O estado do Maranhão, com sua extensa costa e condições naturais favoráveis, possui um grande potencial para a pesca e a aquicultura (Pereira *et al.*, 2010). A região se destaca pela alta produtividade, impulsionada pela presença de rios, reentrâncias, plataforma continental e áreas estuarinas. (Monteles, 2010).

A pesca artesanal no Maranhão é praticada de forma tradicional, com técnicas de captura e embarcações rudimentares, transmitidas de geração em geração. A atividade possui grande importância econômica e social para o estado, envolvendo cerca de 200 mil pescadores artesanais (Pereira *et al.*, 2010). A Baía de São José, localizada no Maranhão, é um exemplo da importância da pesca artesanal para a economia local e a subsistência de milhares de famílias.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo qualitativo, baseado em Minayo (2001), explora aspectos não quantificáveis da realidade, buscando compreender as dinâmicas das relações na cadeia produtiva da pesca artesanal. O modelo de identificação e delimitação de cadeias produtivas, originalmente utilizado no agronegócio, é adaptado para analisar as interações no processo de produção, desde a matéria-prima até o produto final (Minayo, 2001).

A pesquisa-ação é adotada como método, abrangendo diversas técnicas de pesquisa para construir uma estrutura coletiva e participativa de coleta de informações, envolvendo os indivíduos no problema investigado (Franco, 2005). A abordagem sistêmica, flexível e adaptável, juntamente com a interação prática e o ordenamento estrutural.

Este método intervencionista permite aplicar hipóteses à problemática, intervir e avaliar os resultados, posicionando o pesquisador de forma ativa no estudo do fenômeno (Lingdgren *et al.*, 2004 *apud* Vassali *et al.*, 2011). A pesquisa-ação combina pesquisa social aplicada com a resolução de um problema prático, através de um diagnóstico colaborativo entre agente social e pesquisador, aprimorando o conhecimento com base em resultados empíricos (Bryman, 1989).

Na pesquisa-ação, os termos "pesquisa" e "ação" se referem à produção de conhecimento e à modificação intencional da realidade, respectivamente. O conhecimento é produzido e a realidade é modificada simultaneamente, em um processo de pesquisa onde um ocorre devido ao outro, assim, parafraseando Thiollent (2007), enfatizam a importância de equilibrar a produção de conhecimento e a resolução de problemas práticos na pesquisa-ação.

A coleta de dados envolveu, inicialmente, a pesquisa bibliográfica sobre o tema. Em seguida, foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas com representantes da cadeia produtiva: os pescadores, intermediários e fabricantes de embarcações. Os questionários coletaram informações objetivas sobre o rendimento mensal e o processo de trabalho, enquanto as entrevistas exploraram aspectos socioeconômicos e as percepções dos pescadores. Os dados foram analisados de forma interpretativa para caracterizar os resultados comparativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesca, principalmente a artesanal, é um dos ramos mais antigos da economia de São José de Ribamar, com técnicas rudimentares que se perpetuam ao longo do tempo. A pesca artesanal na Baía de São José é realizada em pequenas embarcações, movidas a remo, vela ou motor, com tamanhos que variam de 5m a 15m de comprimento. Os pontos de pesca mais frequentados são recifes, foz de rios, margens de manguezais, rios, igarapés e canais, devido à sua maior produtividade marinha.

Os pescadores praticam a atividade de acordo com o horário da maré, utilizando materiais de pesca que, em sua maioria, são fabricados pelos próprios pescadores, transmitindo o conhecimento de geração em geração. A duração da pescaria é variável, podendo ser de "bate e volta" ou de até 15 dias em mar aberto. A organização produtiva da pesca artesanal na Baía de São José envolve diversos agentes, desde o fornecimento de bens e insumos até a comercialização do pescado. Destacam-se o armador, o produtor de embarcações, as empresas de pesca industrial e os pescadores artesanais. A mão de obra é composta por homens entre 35 e 75 anos, com baixa escolaridade e conhecimento básico em finanças.

O pescado capturado é comercializado por intermediários, que agregam valor ao produto, ou pelos próprios pescadores artesanais. Os pontos de venda mais populares são a feira do Jota Câmara, o mercado público do Jota Câmara, e os portos do Barbosa e Vieira, além dos portos de Iguaíba e Mocajutuba no Paço do Lumiar. Na Tabela 1 tem-se as espécies de pescado mais exploradas na Baía de São José são a Corvina, o Peixe pedra, a Pescada, a Uritinga, a Tainha e o Pampo.

Tabela 1. Principais pontos de pesca na Baía de São José e respectivas espécies exploradas.

Pontos de pesca	Espécies exploradas
Praia de São José de Ribamar	Uritinga; Bandeirado; Corvina;
Porto do Barbosa	Peixe-serra; Tainha; Pescada; Pampo; Corvina
Praia do Jararaí	Peixe-pedra;
Praia da Raposa	Tainha; Pescada; Pampo; Corvina
Praia de Curupu	Sardinha; Guaravira; Peixe-pedra; Bagre; Pescada
Praia de Panaquatira	Pescadinha; Jurupinga, Tainha; Peixe-serra; Peixe-pedra
Porto Tajaçuaba	Peixe-serra; tainha; Pescada
Porto do Sururutuia	Gurijuba; Pacamão; Uritinga; Pescada

Fonte: elaboração própria.

As técnicas de pesca variam de acordo com a espécie a ser capturada, incluindo o curral, a caçoeira, a sajuabeira, o espinhel e a tarrafa. Os equipamentos de pesca são adquiridos em estabelecimentos especializados ou confeccionados pelos próprios pescadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca na Baía de São José, nos bairros de Pau Deitado e na sede de São José de Ribamar, tem um papel importante na economia do Maranhão, gerando renda para milhares de pescadores. A atividade é principalmente artesanal e envolve diversos agentes, desde a captura até o consumidor final. A análise da organização produtiva da pesca artesanal na área de estudo revela a complexidade do sistema, identificando fatores que limitam seu desenvolvimento. As espécies mais exploradas são a corvina, pescada e peixe-pedra, e as técnicas de pesca utilizadas são rudimentares, como o curral, a linha e anzol, a tarrafa, o espinhel e a caçoeira.

A cadeia produtiva da pesca enfrenta problemas como a alta presença de intermediários, que elevam os preços e prejudicam os pescadores. Uma possível solução seria reduzir a intermediação, fortalecendo a colônia de pescadores. Em conjunto a isto, irregularidades no armazenamento e nos locais de tratamento e venda durante o manejo do pescado são fatores que incidem na qualidade do produto, fator prejudicial. A falta de estrutura em portos e embarcações adequadas resultam em condições de trabalho desfavoráveis e, simultaneamente, gera desinteresse nos jovens pescadores, resultando em um envelhecimento da mão de obra.

O estudo ainda está em fase inicial e possui algumas limitações, como o alcance restrito de informações sobre as interações entre os pescadores associados à colônia e o funcionamento dos demais segmentos da cadeia produtiva. No entanto, os resultados obtidos sobre o quadro geral da organização produtiva da pesca artesanal e o rendimento mensal do mercado são considerados satisfatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRYMAN, A. **Research methods and organization studies (contemporary social research)**. 1. ed. London: Routledge, 1989.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da pesquisa-ação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300011>. Acesso em: 08 dez. 2024.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 19. ed. Vozes: Petrópolis, 2001.

MONTELES, J. S.; FUNO, I. C. A.; CASTRO, A. C. L. de. **Caracterização da pesca artesanal nos Municípios de Humberto de Campos e Primeira Cruz- Maranhão**. Boletim do Laboratório de Hidrobiologia, v. 23, n. 1, p. 65-74, 2010. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/blabohidro/article/view/1879>. Acesso em: 08 dez. 2024.

PEREIRA, T. J. F.; FERREIRA, L. K. S.; EVERTON, F. A.; FRAZÃO, F. B.; LIMA, M. F. V. **Comercialização de pescado no portinho em São Luís, Estado do Maranhão, Brasil: uma abordagem socioeconômica dos trabalhadores**. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca, v. 5, n. 3, p. 1-8, 2010. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/REPESCA/article/view/313>. Acesso em: 08 dez. 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VASSALI, H.; LOOSE, L.; ALVES, V. T.; SILUK, J. C. M.; WEISE, A. D. **A importância da cadeia produtiva da pesca artesanal para a região central do Rio Grande do Sul**. I Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção, Ponta Grossa, PR, Brasil, 2011. Disponível em: <https://anteriores.aprepro.org.br/conbrepro/2011/anais/artigos/Gestao%20da%20producao/Gestao%20de%20processos%20produtivos/A254.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2024.

VIDAL, M. F.; GONÇALVES, M. F. **O segmento da pesca extrativa marinha na costa do nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 2, n.11, nov. 2008. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/1654>. Acesso em: 29 dez. 2024.

XIMENES, L. F. **Produção de pescado no Brasil e no Nordeste brasileiro**. Caderno Setorial ETENE. Ano 5, n. 150, p. 1-16, jan. 20. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/649>. Acesso em: 29 dez. 2024.

ABASTECIMENTO ALIMENTAR EM SÃO PAULO – SP – BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE SUPERMERCADIZAÇÃO

Miguel Guedes Argenta⁴³, Giulia Tosto Lamellas⁴⁴

Eixo 3: Geografia Econômica e Transformações no Trabalho.

RESUMO

São Paulo é a metrópole nacional com maior destaque em termos econômicos e seu processo de supermercadização é um dos mais antigos da América Latina. Atualmente, existem mais de 360 empresas de supermercados sediadas no estado de São Paulo, com destaque para a capital como maior centro de consumo. A complexidade do tema torna-se evidente a partir da centralidade dos supermercados no abastecimento alimentar urbano da população e da disputa comercial envolvida com a presença simultânea de grupos multinacionais, nacionais, regionais e locais. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar o uso do território pelos agentes corporativos do setor supermercadista em São Paulo a partir da sua topologia, bem como a qualificação dos diferentes formatos de loja com maior inserção na malha urbana, revelando, assim, as estratégias espaciais adotadas pelas empresas.

Palavras-Chave: Supermercadização. Abastecimento Alimentar. São Paulo.

INTRODUÇÃO

Os supermercados, atualmente, são centro de grande parte do fenômeno do consumo, tornando-se parte do *ethos urbano*, devido a sua importância comercial e urbana. A dependência da sociedade dos supermercados para o abastecimento alimentar evidenciou a centralidade do setor nas cidades (Bezerra, 2023). A partir dessa centralidade, é perceptível o crescimento desse setor nos centros urbanos de todo o mundo, fenômeno este conhecido como supermercadização. O fenômeno, iniciado nos países ricos, ganhou novo impulso na década de 1990 a partir da rápida expansão para o sul global com destaque para a América Latina (Humphrey, 2007).

São Paulo é a metrópole nacional com maior destaque em termos econômicos e demográficos. Carlos (2006) a classifica como um produto da expansão capitalista, sendo necessário entender seu crescimento econômico para estudar seu crescimento urbano. Nesse sentido, além do processo de supermercadização da cidade ser um dos mais antigos da América Latina, Pintaui (1981) destaca a evolução do setor varejista na cidade desde o início de sua implementação. São Paulo foi o berço de grandes grupos de supermercados nacionais, internacionalizados posteriormente, como o Grupo Pão de Açúcar (GPA). A cidade também foi

⁴³ Universidade de Brasília, miguelgargenta@gmail.com.

⁴⁴ Universidade de Brasília, giulialamellas@gmail.com.

a primeira no país a receber redes multinacionais, como o Grupo Carrefour. Atualmente, existem mais de 360 empresas de supermercados sediadas no estado de São Paulo e dezenas de redes nacionais e estrangeiras atuando em sua capital.

A importância de se estudar a expansão do setor supermercadista na capital paulista, se mostra importante uma vez que o fenômeno de supermercadização e seus processos são acentuados em uma cidade tão grande geográfica e demograficamente. Por conseguinte, o objetivo desta pesquisa é analisar o uso do território pelos agentes corporativos do setor supermercadista em São Paulo a partir da sua topologia, bem como qualificar os formatos de loja com maior inserção no espaço urbano, revelando estratégias espaciais corporativas. Este trabalho deriva de um projeto de pesquisa, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), intitulado “Abastecimento Alimentar Urbano na América Latina: uma análise do processo de supermercadização”.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada partiu da elaboração de uma planilha que identifica as principais empresas e grupos de supermercado presentes no recorte territorial. Para tanto, os dados referentes à dimensão quantitativa das empresas foram consultados na revista SuperHiper (2023), disponível no site oficial da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), especificamente na edição 558, de maio de 2023, que apresenta o 'Ranking ABRAS 2023', organizado em termos de faturamento anual.

Nesse sentido, foram isoladas da lista as empresas com estabelecimentos na capital paulista, e outras duas redes externas a essa lista foram adicionadas devido ao grande número de estabelecimentos na cidade: Oxxo e St. Marche. Em seguida, as 6 empresas com maior número de lojas na metrópole passaram por uma análise com relação aos históricos administrativos, comerciais e burocráticos.

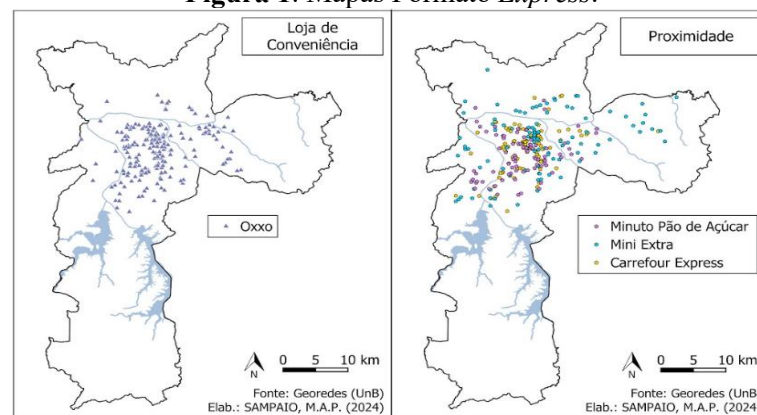
Por fim, com o intuito de gerar mapas para a observação da disposição territorial das lojas de cada grupo, um banco de dados contendo o endereço e o arquivo KMZ/KML de cada loja foi construído. Para tal, se utilizou os sites das empresas e o Google Earth, simultaneamente a criação desses arquivos, uma tabela foi desenvolvida contendo: o nome da unidade, a bandeira da loja, o grupo pertencente, o formato e o endereço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das análises referentes às empresas com estabelecimentos na capital paulista, foi possível desenvolver mapas com a geolocalização das lojas. Bezerra (2022) ressalta a importância de entender o consumo a partir dos processos e dos espaços que ele ocupa. Nesse sentido, os supermercados se adequam a partir das lógicas espaciais, dependendo do público-alvo de cada formato de estabelecimento (atacarejo, express, hipermercado, etc.).

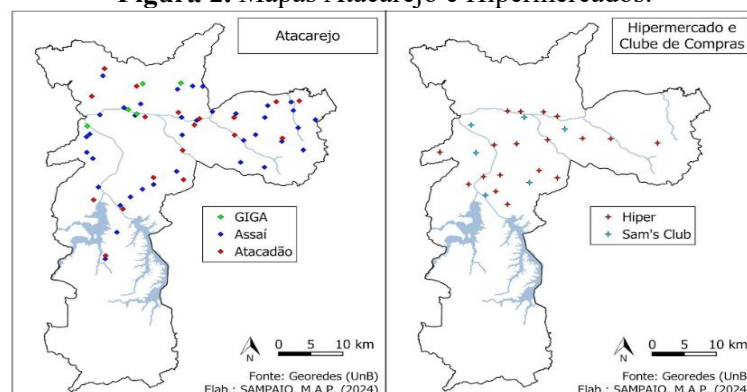
Analisando a espacialidade dos diferentes formatos pela cidade de São Paulo, é possível notar a maior presença do formato express (a partir de lojas de proximidade) na zona central, com uma expansão para a zona oeste, perceptível nos mapas da Figura 1. Por outro lado, os formatos de atacarejo e hipermercado se encontram principalmente nas áreas de rodovia, com maior capilaridade entre as regiões da cidade, apesar da pouca quantidade de estabelecimento na zona central, como exemplificam os mapas da Figura 2.

Figura 1. Mapas Formato *Express*.



Fonte: Georedes (UnB) – elaboração própria.

Figura 2. Mapas Atacarejo e Hipermercados.

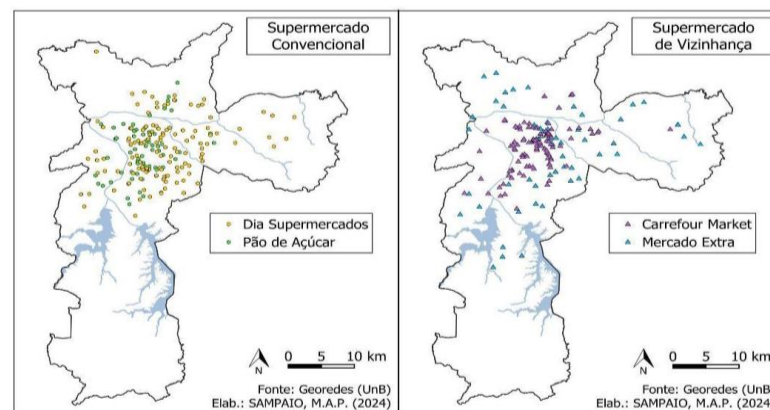


Fonte: Georedes (UnB) – elaboração própria.

Com relação aos supermercados convencionais é importante destacar a diferença da localização a partir do público-alvo dos grupos de supermercado. Pão de Açúcar e Extra são do

grupo Casino, mas seus estabelecimentos estão em diferentes pontos da cidade. As lojas do Pão de Açúcar, conhecidas pelo alto valor dos produtos, estão mais localizadas a centro e oeste, enquanto as lojas do Mercado Extra (consideradas populares) se capilarizam pelas demais regiões, na Figura 3 esse fato é evidenciado nos mapas.

Figura 3. Mapas Supermercados Convencionais.



Fonte: Georedes (UnB) – elaboração própria.

A partir dos resultados obtidos, é possível compreender empiricamente a relação entre as lógicas espaciais e o processo de consumo (Bezerra, 2022). A análise dos espaços ocupados por diferentes grupos de supermercados e seus diferentes formatos permite entender como o fator da localização influencia nas decisões do setor supermercadista e destaca a complexidade deste setor, em números de unidades, diversificação de formatos, diferentes tipos de capital e competitividade entre as redes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente do setor supermercadista na América Latina, São Paulo se coloca como a metrópole pioneira e com grande expoente de diferentes redes e formatos, do capital multinacional, nacional, regional e local. Os dados coletados revelam parte da magnitude do processo de supermercadização da cidade e a complexidade do abastecimento alimentar em uma das principais cidades da América Latina.

Os múltiplos formatos exemplificam grande parte dessa complexidade e apontam as tendências que vêm sendo seguidas e ditadas pelo setor. Os dados ratificam o aumento das lojas em formatos express, principalmente com a ascensão da rede Oxxo.

Além disso, é preciso destacar a localização dos diferentes formatos de supermercados na cidade de São Paulo. Pintaudi (1981) analisou como as redes se posicionam a partir das

dinâmicas locais e esse fator pode ainda ser observado na distribuição dos formatos. As redes express se localizam em sua maioria na parcela central e oeste, enquanto os hipermercados e atacarejos se dispersam nas demais zonas, com uma menor dinâmica de movimento da cidade.

Em suma, esse estudo demonstra a cautela do setor no investimento de cada formato das suas redes, reforçando que a análise territorial é um elemento chave nos processos decisórios que envolvem o setor supermercadista na cidade de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Concentração no varejo alimentar brasileiro: o grupo Carrefour na encruzilhada?**. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 60, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.53285>. Acesso em: 14 mar. 2025.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Geografia, comércio e consumo: os supermercados como tema geográfico**. Revista Espaço e Geografia, v. 23, n. 2, p. 143:161, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40246>. Acesso em: 14 mar. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo**. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (org.). América Latina: cidade, campo e turismo. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 75-88. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/04alessand.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

HUMPHREY, John. The supermarket revolution in developing countries: tidal wave or tough competitive struggle? **Journal of Economic Geography**, v.7, n.4, p. 433–450, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jeg/lbm008>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PINTAUDI, Silvana Maria. **Supermercados na grande São Paulo: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles**. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000710974>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SUPERHIPER. **Ranking ABRAS 2023**. SuperHiper, edição 558, maio 2023. Disponível em: <https://www.abras.com.br/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

TRABALHO, TRANSPORTE E PRECARIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO AMBULANTE NO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DO RIO DE JANEIRO

Renata Braga dos Santos⁴⁵

Eixo 3: Geografia Econômica e Transformações no Trabalho.

RESUMO

Este trabalho investiga as dinâmicas socioeconômicas do trabalho informal no transporte ferroviário da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com foco nos vendedores ambulantes. O problema central reside na precarização das condições de trabalho intensificadas pela flexibilização das leis trabalhistas e pela crise econômica agravada pela pandemia da COVID-19. A hipótese é considerar que a informalidade no transporte ferroviário reflete não apenas a ausência de políticas públicas efetivas, mas também a reprodução de desigualdades socioespaciais. O objetivo é analisar como a crise do trabalho, caracterizada pela expansão do precariado e pelo subemprego, impacta diretamente os trabalhadores informais. A metodologia adotada inclui pesquisa bibliográfica, análise de dados empíricos e trabalho de campo sobre o transporte e o mercado de trabalho informal. Os resultados indicam que a comercialização informal se tornou uma alternativa de sobrevivência para aqueles excluídos do mercado formal, evidenciando a necessidade de políticas públicas inclusivas. Conclui-se que o transporte ferroviário, além de representar um eixo de segregação urbana, reflete as transformações econômicas contemporâneas que aprofundam a precarização do trabalho.

Palavras-Chave: Precarização. Trabalho Informal. Transporte Ferroviário.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma análise sobre as dinâmicas sociais e espaciais do mundo do trabalho na periferia do sistema capitalista, com foco específico no trabalho ambulante no transporte ferroviário da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A temática se enquadra na precarização das relações de trabalho, marcado pela expansão da informalidade e pela crise estrutural do capitalismo, acentuada pelos impactos socioeconômicos da pandemia de COVID-19. Nesse aspecto, a pesquisa explora conceitos como subemprego, trabalho por conta própria, crise do trabalho, precariado e informalidade. A pesquisa pretende compreender as novas formas de exploração e sobrevivência impostas pela flexibilização das leis trabalhistas e pelas mudanças no sistema capitalista.

A escolha do transporte ferroviário como objeto de estudo justifica-se pela sua relevância histórica na organização do espaço urbano fluminense e pela intensa presença de

⁴⁵ Mestranda pelo Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO-UFRJ). E-mail: renatiinhaabraga@gmail.com.

trabalhadores informais nesse modal. O comércio ambulante configura-se não apenas como um meio de sobrevivência para milhares de pessoas à margem do mercado formal, mas também como uma manifestação dos dois circuitos da economia urbana, conforme discutido por Santos (2008). A teoria dos dois circuitos da economia urbana permite compreender como coexistem atividades modernas e não modernas, expondo as contradições e desigualdades socioeconômicas que caracterizam o espaço urbano do Rio de Janeiro.

Para Antunes (2020) o avanço do capitalismo financeiro promoveu uma redução significativa na configuração do operariado industrial tradicional, dando origem a novas modalidades ocupacionais, principalmente no setor de serviços. A emergência e ampliação de uma nova classe trabalhadora subproletariada, caracterizada por ocupações parciais, precárias, temporárias e terceirizadas no âmbito global, decorrem as características do desemprego estrutural, que, por sua vez, engendra novas formas de engajamento profissional em virtude da exclusão da força de trabalho dos processos produtivos. Segundo Braga (2017) a informalização do mercado de trabalho é fruto do proletariado precarizado, que está inserido em condições degradantes de trabalho e submetido a espoliação dos direitos sociais, sem nenhuma seguridade social. A partir de uma perspectiva subalterna, o autor busca compreender os reflexos da crise da globalização capitalista de 2008. Diante desse cenário, o desemprego tornou-se um fator determinante para muitos cidadãos, contribuindo para a crescente presença da pobreza e da exclusão na vida das populações mais vulneráveis.

O objetivo central da pesquisa é analisar as condições de trabalho dos vendedores ambulantes, suas estratégias de sobrevivência e a relação entre informalidade e precarização mediante as transformações que perpassam sobre o mundo do trabalho. A partir disso, busca-se responder como a flexibilização das leis trabalhistas e a crise do emprego têm impactado a vida desses trabalhadores. Entre os objetivos específicos, destacam-se: investigar a organização interna dos vendedores ambulantes nos diferentes ramais ferroviários; compreender as dinâmicas de comércio, consumo e circulação de mercadorias nesse espaço; e explorar as percepções dos próprios trabalhadores sobre sua condição laboral e suas perspectivas de futuro.

Metodologicamente, a pesquisa desenvolveu uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica com trabalho de campo realizado em estações estratégicas da Supervia, como Madureira e Maracanã. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vendedores ambulantes, permitindo uma compreensão mais detalhada de suas trajetórias, dificuldades e percepções sobre o trabalho informal. Além disso, dados estatísticos do IBGE e da PNAD

relacionados ao desemprego e a ocupação foram utilizados para contextualizar o impacto da pandemia no mercado de trabalho informal e nas taxas de desocupação no Rio de Janeiro.

Os resultados indicam que a prática do comércio ambulante transcende a mera subsistência, representando uma forma de resistência frente à precarização crescente das relações de trabalho. Uma pesquisa evidenciou que os vendedores ambulantes enfrentam múltiplos desafios, desde a criminalização de suas atividades até a falta de acesso aos direitos trabalhistas básicos.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo utilizou uma abordagem qualitativa para analisar as dinâmicas do trabalho ambulante no transporte ferroviário da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Foram empregadas técnicas de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com vendedores ambulantes, buscando compreender as condições de trabalho, estratégias de sobrevivência e os impactos da precarização laboral. A coleta de dados foi realizada entre os anos de 2022 e 2024, abrangendo as estações do Maracanã e Madureira operadas pela Supervia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que a precarização do trabalho dos ambulantes no transporte ferroviário da Região Metropolitana do Rio de Janeiro está profundamente ligada às mudanças e crises do mercado de trabalho, especialmente no cenário pós-pandêmico. Através da análise dos dados coletados, foi possível identificar uma dimensão central composta por três características essenciais: o aumento da informalidade, a desigualdade socioespacial e a exploração sistemática dos trabalhadores informais.

A falta de políticas públicas direcionadas à proteção desses profissionais evidenciou uma vulnerabilidade econômica e social significativa, ressaltando a informalidade como uma saída para um mercado de trabalho formal que não consegue acomodar toda a mão de obra disponível. A desigualdade socioespacial, por sua vez, foi um elemento crucial no agravamento da precarização do trabalho. Essa desigualdade se reflete também na distribuição geográfica dos ambulantes ao longo das linhas ferroviárias.

A caracterização do emprego dentro do circuito inferior é uma tarefa desafiadora devido à sua abrangência, englobando desde ocupações mal remuneradas até aquelas de natureza temporária ou instáveis. Devido à disparidade marcada na distribuição de renda, é principalmente por meio dos serviços que uma parcela significativa da população contribui para

uma acumulação que se materializa no contexto urbano. O setor de comércio, em particular, representa uma ocupação significativa para um número específico de indivíduos. Os elementos fundamentais que caracterizam o funcionamento do circuito inferior compreendem o crédito, os intermediários financeiros e a liquidez monetária (Santos, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de regulamentações claras que assegurem os direitos fundamentais dos trabalhadores em geral e principalmente, dos ambulantes revela como o sistema capitalista enfatiza e favorece a precarização do trabalho. Nesse panorama, a informalidade surge não apenas como uma solução econômica, mas também como um reflexo das limitações estruturais do mercado de trabalho, intensificadas por políticas neoliberais que aumentam a exclusão e a marginalização nas áreas periféricas.

Em vista disso, é crucial a criação de políticas públicas que ofereçam proteção aos trabalhadores informais e incentivem a regulamentação de suas atividades sem tratá-las como atividades criminosas. O comércio informal no transporte ferroviário da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) ao mesmo tempo, em que é declarado como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, é perseguido e criminalizado constantemente.

A era digital e a globalização trouxeram novos desafios e possibilidades, transformando o mercado de trabalho com a introdução de tecnologias avançadas e a emergência de novas formas de emprego. No entanto, apesar desses avanços, a persistência de desigualdades econômicas e sociais evidencia a necessidade de medidas de inclusão e de justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Painel – PNAD Contínua**. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. 1. reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.

RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CAMETÁ-PA FRENTE À GLOBALIZAÇÃO

Moisés Moraes Corrêa⁴⁶, Carlos Ewerton Viana e Viana⁴⁷, Mayany Soares Salgado⁴⁸

Eixo 4: Povos e Comunidades Tradicionais e as Lutas Sociais.

RESUMO

O trabalho objetiva analisar as formas de resistência e adaptação das comunidades tradicionais de Cametá, no Pará, frente à globalização, com ênfase no samba de cacete como expressão cultural importante para a Região do Baixo Tocantins. A pesquisa destaca a importância da tradição na preservação das identidades locais em meio à crescente homogeneização cultural promovida por fluxos globais. Lideranças como Dona Iolanda têm desempenhado papel central na manutenção dessa tradição, enfrentando desafios como a desvalorização cultural, a ausência de políticas públicas e o baixo engajamento da juventude. A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com lideranças locais e análise documental de registros históricos e acadêmicos. Como resultado o estudo ressalta que, além de sua dimensão artística, o samba de cacete contribui para a memória coletiva, reafirmação territorial e fortalecimento de laços sociais. Aponta-se a necessidade de políticas públicas que valorizem as culturas populares e a importância do engajamento comunitário para garantir a continuidade dessa herança cultural. Portanto, o samba de cacete emerge como um símbolo de resistência e adaptação frente às adversidades impostas pela globalização.

Palavras-Chave: Samba de cacete. Resistência cultural. Globalização. Identidade local. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A globalização tem provocado profundas transformações nas dinâmicas culturais globais e locais, desafiando a preservação de tradições e identidades regionais (Hall, 2006; Oliven, 2006). No contexto cametaense, o samba de cacete, manifestação cultural tradicional, exemplifica a resistência local frente aos fluxos homogeneizadores da cultura global. Essa expressão vai além da música, representando a memória coletiva, as narrativas do cotidiano e o fortalecimento dos laços comunitários. Lideranças como Dona Iolanda desempenham papel crucial na manutenção dessa tradição, enfrentando desafios como a desvalorização cultural e a falta de apoio institucional.

Este estudo tem como objetivo analisar as formas de resistência e adaptação das comunidades tradicionais de Cametá, com foco no papel do samba de cacete. Busca-se

⁴⁶ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, moiseskane214@gmail.com.

⁴⁷ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, caelosv90@gmail.com.

⁴⁸ Professora da Universidade Federal do Pará/Campus Cametá – UFPA, mayany_salgado@yahoo.com.br.

compreender como essa manifestação cultural contribui para a afirmação das identidades locais e para a resistência frente às dinâmicas impostas pela globalização.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi conduzido a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando duas entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias, sendo a Dona Iolanda Gomes dos Santos, conhecida como Iolanda do Pilão da Comunidade de Pilão e o seu Manoel Raimundo da Comunidade Quilombola Terra da Liberdade, foi feita uma análise documental de registros históricos e acadêmicos sobre o samba de cacete. Foram realizadas observações de campo em rodas de samba de cacete na comunidade de Pilão, em Cametá, onde foram analisados os elementos simbólicos, as narrativas presentes nas letras das músicas e as dinâmicas sociais envolvidas. A metodologia também incluiu a revisão de literatura sobre os impactos da globalização em culturas tradicionais (Canclini, 1995).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados de forma detalhada e minuciosa evidenciam de maneira clara e enfática que o samba de cacete desempenha um papel central, indispensável e significativo na reafirmação das identidades culturais e locais, bem como na resistência ativa e contínua à homogeneização cultural promovida de forma massiva e globalizada pela globalização.

Eu vim de longe; Eu vim de Cametá; Eu vim dar batidão em Belém do Pará; Em Belém do Pará; Em Belém do Pará; Eu vim dançar o Samba em Belém do Pará. (Música cantada pela Dona Iolanda na entrevista)⁴⁹.

As músicas narram experiências do cotidiano, desafios e conquistas das comunidades, contribuindo para a valorização da memória coletiva e para o fortalecimento dos laços sociais. No entanto, foram identificados desafios significativos, como a falta de apoio governamental e o baixo engajamento da juventude, o que compromete a transmissão intergeracional dessa tradição.

Porque eu me entendi conhecendo o Samba, então não tinha grupo, quando iam plantar roça, aqueles que queriam, olha hoje é aniversário do Fulano! Vamos bater o Samba. (Iolanda Gomes)⁵⁰.

⁴⁹ A entrevista foi realizada com o consentimento prévio de Iolanda Gomes dos Santos, que autorizou sua gravação e utilização para fins acadêmicos, respeitando os princípios éticos de confidencialidade e transparência.

⁵⁰ A entrevista foi realizada com o consentimento prévio de Iolanda Gomes dos Santos, que autorizou sua gravação e utilização para fins acadêmicos, respeitando os princípios éticos de confidencialidade e transparência.

O samba surgiu como uma manifestação cultural ligada à coletividade e ao cotidiano das comunidades, desempenhando papel central na integração social. Frequentemente associado a celebrações e atividades coletivas, como aniversários e o plantio de roças, reflete suas raízes africanas na musicalidade e na valorização da convivência comunitária. Sua espontaneidade e informalidade evidenciam tanto a riqueza cultural quanto a resiliência das tradições populares.

As iniciativas de lideranças como Dona Iolanda destacam a importância da organização comunitária e da autonomia na manutenção do samba de cacete. Contudo, a ausência de políticas públicas voltadas ao fomento das tradições populares limita o potencial de expansão e sustentabilidade dessa prática cultural. Observou-se que as manifestações culturais locais não são apenas formas de resistência, mas também de adaptação, incorporando elementos contemporâneos sem perder suas características essenciais (Canclini, 1995).

A globalização, com sua ampla disseminação de tecnologias, valores e produtos culturais, tem impactado significativamente as tradições culturais locais, como propriamente o samba de cacete. A introdução massiva de materiais eletrônicos e novas formas de entretenimento, como mídias digitais, aplicativos de música e redes sociais, muitas vezes substitui as práticas tradicionais, especialmente entre as gerações mais jovens.

A tecnologia trouxe para nós o enfraquecimento em relação a nossa cultura, a gente começou ver rádio gravador, começaram a comprar rádio gravador, botava a fita e ficava escutando, já mudava, quer dizer que aquela organização que se tinha antes que se organizava para fazer o samba de cacete, por exemplo, que a gente viveu e conviveu muito com isso na véspera do plantio de roçado, de plantar manivas, que a gente chama de convidados, fazia os convidados e na véspera a gente fazia o Samba de Cacete, isso foi enfraquecendo e o samba foi dando lugar a um brega, pagode e que influenciou muito principalmente as pessoas mais nova, hoje por exemplo se faz o samba de cacete, já não se ver muito jovem. (Parte da entrevista feita com o entrevistado Manoel Raimundo)⁵¹.

Isso gera preocupações e receios entre as comunidades que preservam essas tradições, que temem o enfraquecimento e, eventualmente, o desaparecimento dessas manifestações culturais. Esse processo de substituição reflete a pressão da homogeneização cultural, que, ao oferecer alternativas modernas e globalizadas, pode marginalizar práticas que dependem da interação direta, da oralidade e da vivência coletiva. A resistência a essa influência se torna,

⁵¹ A entrevista com Manoel Raimundo foi realizada com seu consentimento prévio, autorizando a gravação e utilização das informações para fins acadêmicos, em conformidade com os princípios éticos de confidencialidade e transparência.

portanto, um ato não apenas de preservação cultural, mas também de reafirmação identitária em um mundo cada vez mais uniformizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O samba de cacete, como expressão cultural de resistência, transcende a dimensão artística, atuando como elemento central na afirmação das identidades locais e na consolidação do território cametaense como um espaço culturalmente rico e relevante. Para garantir a continuidade dessa herança cultural, é fundamental a formulação de políticas públicas que promovam o financiamento de projetos culturais, a inserção do samba de cacete nos currículos escolares e a realização de eventos que celebrem as tradições locais.

Além disso, é indispensável o engajamento das comunidades locais, especialmente dos jovens, para que essa tradição seja perpetuada e ressignificada ao longo do tempo. Valorizar o samba de cacete significa reafirmar as raízes e as histórias de um povo, garantindo que essa riqueza cultural permaneça viva e seja compartilhada entre gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1995.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEN, R. G. **A parte e o todo: a diversidade no Brasil nação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: SANTUÁRIO DOS PAJÉS E SUA IDENTIDADE COMO LUTA SOCIAL

Stephany Costa de Oliveira⁵², José Vandério Cirqueira Pinto⁵³

Eixo 4: Povos e Comunidades Tradicionais e as Lutas Sociais.

RESUMO

Este trabalho constrói uma retomada do passado e comparação entre o presente no espaço dentro do Cerrado que atualmente é denominado como Distrito Federal, trazendo um recorte da terra indígena do Santuário dos Pajés, localizada no Setor Noroeste. Com a retomada de caminhos passados e presentes, busca aprofundar a história do Santuário dos Pajés como um território de re-existência em uma cidade com constante expansão urbana e que desde seu planejamento e relocação tem em sua estruturação e seu planejamento, a desterritorialização dos povos indígenas de seu ponto de encontro e habitação, com isso construindo uma constante luta social e territorial dos povos originários para continuar a reterritorialização do seu território sagrado.

Palavras-Chave: Santuário dos Pajés. Território. Povos Indígenas. Distrito Federal. Cerrado.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa fazer uma rememoração dos fatos geográficos ancestrais anteriores à interiorização do país, em espaços que hoje compõem o território do Distrito Federal.

Um local com uma vasta biodiversidade, clima ameno, um terreno com elevada altitude sem preocupação de grandes alagamentos, banhado por diversos corpos hidrográficos, sendo berço de nascentes das principais bacias hidrográficas do país, essa região foi palco privilegiado de presença dos povos originários da nação Macro-Jê. Estes fatores contribuíram para o Cerrado ser a escolha de passagem e habitação dos povos originários, somado a decorrência da invasão e ocupação do litoral do país a partir do período colonial.

Barbosa (2002) vai destacar esses fatores como privilegiados da presença dos povos originários na região do cerrado, bem como geograficidade propositora da dispersão territorial, buscou-se chamar de Andarilhos da Claridade. A fitofisionomia do cerrado espaçada e aberta, a geomorfologia tabular com modelados de dissecação aplainados, além da rica biodiversidade e abundância de fontes de alimento estimularam a presença e a mobilidade desses povos aqui na região, constituindo uma geografia arqueológica rica, com presença culturalmente diversa.

⁵² Discente de licenciatura em Geografia no Instituto Federal de Brasília, stephany71902@estudante.ifb.edu.br.

⁵³ Docente de Geografia no Instituto Federal de Brasília, jose.vanderio@ifb.edu.br.

Por isso tratar nesta pesquisa dos tortuosos caminhos que estes povos originários empenharam ao longo do tempo, refazer essa cartografia do passado, refletindo acerca de seus itinerários migratórios, bem como, a presença dos mesmos no Planalto Central, é fundamental para compreender a atual permanência de povos originários nos dias de hoje na região da menor unidade federativa do Brasil. O Santuário dos Pajés se configura como esse território de resistência ancestral de povos originários no Distrito Federal (DF), se mantendo mesmo após iniciativas do capital imobiliário ao expandir condomínios habitacionais para seu território.

O Distrito Federal com a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, foi criado numa região já fortemente marcada pelas políticas espaciais de desterritorialização dos povos originários. Desde o século XVIII com a expansão colonial portuguesa e a exploração de metais preciosos por bandeirantes em terras da província de Goyaz, a constituição do modelo agrário-exportador seguido da decadência do ouro, conforme demonstram Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2004), vão atingir diretamente os territórios indígenas e vão empreender extermínio dos mesmos, deslocamentos forçados e desterritorialização. Os múltiplos territórios indígenas, usando expressão de Haesbaert (2004) que ali se configurava, vão ser gradualmente substituídos pelos territórios da monocultura da expansão colonial, com suas monoculturas da mente, usando expressão de Shiva (2003).

Quando Brasília é criada, já em meados do século XX, sobram aqui diminutas populações remanescentes. Mesmo assim estas resistiram ao avassalador processo de desterramento. Identificar e cartografar esses caminhos e a presença dos povos originários aqui no Distrito Federal nos dias de hoje é o objetivo central desta pesquisa. Para isso, é necessário refazer essa cartografia do passado para poder comparar com a presença atual, onde estão aqui no DF, quem são eles e como resistiram até então. Desse modo, desenvolver pesquisa de mapeamento e identificação do Santuário dos Pajés é fundamental para compreender esses caminhos dos povos originários no cerrado resistindo até os dias de hoje.

MATERIAL E MÉTODOS

Fazendo um comparativo entre passado e presente, vamos analisar os caminhos e pontos de concentração desses povos após a construção de Brasília, para poder avaliar os elementos que condicionaram a dispersão destes povos originários e suas estratégias de resistência numa sociedade urbana e metropolitana. Sabemos que o Santuário dos Pajés representa esse modelo de resistência, por isso está dotado de diversos povos oriundos de regiões distantes. Fica a questão central: o que houve com os povos originários do tronco Macro-Jê? Como os caminhos

do passado contribuíram com a chegada de novos povos no presente recente? De que forma o Santuário dos Pajés mantém as tradições e cultura indígena em meio à capital federal?

Nesta perspectiva, tomaremos como fundamento teórico também os trabalhos de Porto-Gonçalves (2006), seja na discussão do sistema mundo moderno colonial e na discussão da re-existência e seus territórios de resistência, como exemplo também Zibechi (2015), para dar subsídios ao debate levantado do Santuário dos Pajés como espaço de re-existência. No que tange ao conceito de território, utiliza-se a perspectiva do território (i)material de Saquet (2013). O trabalho de Haesbaert (2021) será base para a perspectiva descolonial de território. Já o importantíssimo trabalho de Ferreira (2021), *Por terra e território*, da Teia dos Povos, em que, juntamente com Erahsto Felício, será fundamental ao demonstrar os caminhos dos povos na terra, seja indígenas, pretos e camponeses para construir alternativas de luta e resistência no território contra os modelos hegemônicos de exploração da terra e dos homens.

No campo dos estudos indígenas e do debate etnográfico, utilizaremos *Futuro Ancestral*, de Krenak (2022) e *Metafísicas Canibais* (Castro, 2018), além de *A inconstância da alma selvagem*, de Levi-Straus (1989) e *Sociedade contra o Estado* (Clastres, 2013) como fundamentos antropológicos e etnográficos dos estudos indígenas.

Para a construção deste mapeamento devemos utilizar a fenomenologia, buscando analisar e comparar esses fenômenos ocorridos com a dispersão dos povos originários pelo Cerrado anterior e posterior a construção de Brasília. Como fundamento teórico dos estudos culturais e fenomenológicos na geografia teremos como base os trabalhos de Claval (2007).

O levantamento dessas informações deve ser obtidas através dos órgãos que obtêm dados sobre a demografia indígena registrada no Cerrado Brasiliense, os registros históricos dos povos originários que serão o foco deste estudo, como, por exemplo, os povos Xavante, Xerente, Xakriabá, Krahô/Craô e Karajá, que foram os povos que estavam e passaram por esta localização; os povos Fulni-ô Tapuya, Tuxá, Kariri-Xocó, Guajajara e Tupinambá, a qual são os povos residentes no Cerrado brasiliense no presente.

Ainda com base nos dados bibliográficos, serão consultadas teses, dissertações e monografias sobre o tema dos povos indígenas no cerrado, bem como os trabalhos dessa natureza sobre o Santuário do Pajés, além de matérias de jornais e demais artigos sobre o tema.

A pesquisa se desenvolverá em três etapas: **1 - visitas de campo**. Pretendemos realizar três visitas no Santuário dos Pajés. Uma para reconhecimento e aproximação, outra para levantamento de dados e participação dos rituais, outra para integração e aplicação de questionários e entrevistas, finalizando o levantamento de dados. **2 - levantamento**

bibliográfico e documental sobre santuário dos Pajés e acerca dos povos indígenas no cerrado.

3 - mapeamento do território indígena no DF e tratamento dos dados levantados, gráficos, tabelas, fotos e relatos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos a partir disso concluir que a terra indígena dentro de Brasília já está subjugada para a margem e em constante perigo de perda, e sua permanência já se torna um território de resistência numa capital de segregação, que quando não joga seu povo para a margem, os encurrala em suas próprias terras até saírem sozinhos. Essa constatação pode ser observada com o território do Santuário, em que no estudo de discussão da Queiroz (2021), quando os povos indígenas ocuparam onde é consagrado o Santuário dos Pajés, ele tinha 50 hectares e atualmente tem apenas 32 hectares, podendo ainda estarem em maior risco de perda territorial com a formação e ampliação do setor Noroeste e com a letargia na demarcação de suas terras.

Mas indago, a partir deste resultado, mesmo com uma terra declarada isto lhe torna em segurança? Uma sociedade que é naturalmente contra o Estado, como afirma Clastres (2013), não teria sempre um Estado contra ela e ele próprio poderia lhe assegurar sua terra sem constante luta?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das discussões levantadas, pode-se afirmar que a permanência dos povos indígenas em um estado que antemão a sua construção e partir dela é uma localidade de exclusão e segregação, ademais a crescente mancha urbana em cima de outrora era sua totalidade de seu território, é uma luta e um símbolo de resistência sem igual, principal por ocuparem e habitarem uma região conhecida por habitar um tronco linguístico, os Macro-Jê, que não se encontra em meio aos povos habitantes do santuário.

Por isso, devemos retomar as histórias indígenas e como territórios contados somente a partir da construção de um território urbano tinha uma história existindo e re-existindo, que continua sendo contada e vivida com a re-existência dos povos Fulni-ô Tapuya, Tuxá, Kariri-Xocó, Guajajara e Tupinambá no Santuário dos Pajés.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Altair Sales. **Andarilhos da Claridade: Os primeiros habitantes do Cerrado**. Goiânia. Universidade Católica de Goiás. Instituto do Trópico do Subúmido. 2002.

BARBOSA, Altair; TEIXEIRA NETO, Antônio; GOMES, Horieste. **Geografia: Goiás – Tocantins**. Goiânia: UFG, 2004.

BRAYNER, Thais Nogueira. **É terra indígena porque é sagrada: Santuário dos Pajés – Brasília/DF**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14628>. Acesso em: 14 mar. 2025.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas canibais**. São Paulo: Ubu: n-1 edições, 2018.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosacnaify, 2013.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3 ed. Florianópolis: EdUFSC, 2007.

FERREIRA, J. **Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil**. Arataca, BA: Teia dos Povos, 2021.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

KRENAK, Ailton. **"Brasília não acolhe os povos indígenas", afirma Ailton Krenak**. [Entrevista cedida a] Samanta Sallum. Correio Braziliense, 16 jun. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/06/6878586-brasilia-nao-acolhe-os-povos-indigenas-afirma-ailton-krenak.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LÉVI-STRAUSS, P. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 1989.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUEIROZ, P. T. Q. **Patrimônio-territorial Indígena na era urbana latino-americana: O Santuário dos Pajés, Distrito Federal**. Texto para Discussão – TD, n. 78. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/xkl3>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

ZIBECHI, R. **Territórios em Resistência: Cartografia política das periferias latino-americanas**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS EM CAMETÁ: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PRODUTORES DA COMUNIDADE DE INACHA DURANTE O PERÍODO DE FORTES CHUVAS

Cleicyellen Patricia Martins Portilho⁵⁴, Andrena Miranda de Almeida⁵⁵, Deusiane Moia Viana⁵⁶, Wender Willan Marques Ferreira⁵⁷, Cassiano Pinto Nunes⁵⁸

Eixo 4: Povos e Comunidades Tradicionais e as Lutas Sociais.

RESUMO

Este resumo apresenta uma investigação sobre os desafios enfrentados pelos produtores de hortaliças da comunidade de Inacha, em Cametá, Pará, especialmente durante o período de alta pluviosidade. A pesquisa, de abordagem qualitativa, envolveu entrevistas com agricultores locais, abordando práticas de manejo, organização familiar, papel das mulheres e condições de escoamento da produção. Observou-se que os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são amplamente adotados, promovendo sustentabilidade e diversidade de culturas. Contudo, a ausência de pavimentação e infraestrutura adequada nas estradas compromete significativamente o transporte e a comercialização, exigindo ajustes nas rotinas dos produtores. Conclui-se que investimentos em infraestrutura são essenciais para melhorar o escoamento da produção e a qualidade de vida dos agricultores.

Palavras-Chave: Hortaliças. Sistemas Agroflorestais. Produção agrícola. Pluviosidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada pelos alunos da Universidade Federal do Pará, campus Cametá, como parte das atividades avaliativas da disciplina Geografia Agrária, ministrada pelo professor Dr. Rosivanderson Baia. O estudo, intitulado “Escoamento da Produção de Hortaliças em Cametá: Desafios Enfrentados pelos Produtores de Inacha Durante o Período de Fortes Chuvas”, tem como objetivo compreender a rotina e os desafios enfrentados pelos produtores de hortaliças da comunidade de Inacha, desde o processo de produção até a comercialização dos produtos.

A metodologia adotada para a pesquisa foi de caráter qualitativo, com ênfase em pesquisa de campo, visando conhecer a realidade vivida pelos agricultores locais durante o período de intensas precipitações pluviais, que impactam diretamente o escoamento da

⁵⁴ Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins/Cametá, e-mail patriciamartins1220@gmail.com.

⁵⁵ Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins/Cametá, e-mail andrena.miranda.04@gmail.com.

⁵⁶ Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins/Cametá, e-mail moiadeusianne@gmail.com.

⁵⁷ Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins/Cametá, e-mail wendermarques87@gmail.com.

⁵⁸ Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins/Cametá, e-mail cassianopinto00@gmail.com.

produção até a Feira da produção agroecológica e economia solidária em Cametá, comumente conhecida como Feira da agricultura familiar e/ou Feira agroecológica que ocorre todo sábado na praça Nossa Senhora das Mercês em Cametá.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi conduzida na comunidade de Inacha, localizada no município de Cametá, Pará, como pode ser observado no mapa da Figura 1 abaixo, cerca de 17km distante do centro urbano da Cidade.

Figura 1. Mapa de Localização da Comunidade de Inacha em Cametá-PA



Fonte: elaboração própria.

Foi utilizada uma abordagem qualitativa, com entrevistas e questionários aplicados aos agricultores sobre os desafios enfrentados no escoamento da produção durante a alta pluviosidade. Os dados coletados abrangeram os tipos de hortaliças cultivadas, o papel das mulheres na produção, bem como as condições das estradas e o impacto no transporte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa ocorreu no mês de novembro do ano de 2023, na Comunidade de Inacha, localizada na zona rural do município de Cametá-PA. A pesquisa contou com três famílias agricultoras para serem entrevistadas, sendo os membros com idades entre 20 a 60 anos.

No primeiro momento, os alunos direcionaram as perguntas, de forma geral, aos membros das famílias sobre suas rotinas nas propriedades. As três famílias entrevistadas apresentaram respostas semelhantes às questões levantadas. A organização familiar ocorre em etapas— plantio, colheita, transporte e venda—, e os entrevistados relataram que, geralmente, todos os membros participam de todas ou quase todas essas etapas. O cultivo abrange uma variedade de hortaliças, como couve, alface, cheiro-verde, repolho e tomate, além de diferentes espécies de frutas. As propriedades visitadas utilizam Sistemas Agroflorestais (SAFs), que promovem sustentabilidade e diversidade agrícola por meio do manejo integrado de cultivos e da conservação ambiental (Senar, 2017). Dessa forma, o manejo do solo segue princípios agroecológicos, com irrigação manual e controle natural de pragas (Brasil, 2024).

No segundo momento, as perguntas do questionário se direcionaram para as mulheres das famílias. Todas as mulheres presentes na entrevista relataram que atuam desde o plantio até a venda na feira, além disso, são responsáveis pelo trabalho doméstico. Assim, apesar da importante participação dessas mulheres nesse contexto, notou-se que acumulam funções, visto que conciliam o trabalho agrícola com as demandas domésticas, o que resulta em sobrecarga de trabalho.

No terceiro e último momento, os alunos direcionaram as perguntas para as famílias sobre o trajeto que percorrem de suas propriedades até o centro urbano da Cidade de Cametá, para a comercialização da produção na feira agroecológica. Os entrevistados relataram que o escoamento da produção enfrenta dificuldades devido à ausência de pavimentação na estrada de acesso, como pode ser observado na Figura 2. Durante o período chuvoso, a estrada se torna escorregadia e repleta de buracos, aumentando o tempo e a dificuldade do trajeto. Dados pluviométricos indicam que, entre janeiro e maio, Cametá registra volumes de precipitação entre 324 mm e 435 mm (Viana et al., 2024), agravando a situação. Para minimizar os impactos e garantir a comercialização de seus produtos, os produtores iniciam suas atividades às três horas da madrugada, a fim de lidar com as difíceis condições da estrada e imprevistos, como atolamentos, que possam atrasar ainda mais o trajeto.

Figura 2. Registro da Estrada do Juaba, próximo a uma das propriedades visitadas.



Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores da comunidade de Inacha desempenham um papel fundamental no fornecimento de alimentos saudáveis para o município de Cametá na Feira da produção agroecológica e economia solidária. Destacamos a importância dos agricultores que integram os Sistemas Agroflorestais (SAFs), visto que apresentam uma diversidade de cultivos, o que contribui para uma alimentação equilibrada e saudável dos visitantes da feira. Além disso, destacamos a participação ativa das mulheres em todo o processo produtivo, além disso, apontamos para uma possível pesquisa que se aprofunde no acúmulo de tarefas desempenhadas por essas mulheres, o que evidentemente causa sobrecarga de trabalho.

Destacamos também os desafios enfrentados pelos produtores durante o período chuvoso, especialmente a precariedade das estradas que limitam o escoamento da produção e prejudicam a rotina dos agricultores. A pesquisa demonstra a urgência de melhorias na infraestrutura da região, como a pavimentação das vias de acesso, sistemas de drenagem adequados e a manutenção regular das estradas. Tais investimentos são necessários não apenas para fortalecer a economia local, mas também para proporcionar melhores condições de trabalho aos agricultores, permitindo que a produção sustentável continue a se expandir e beneficiar a população de Cametá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR (MDA). **Dia Nacional da Agroecologia: um modelo de produção e uma escolha de vida.** MDA, Brasília, 03 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/dia-nacional-da-agroecologia-um-modelo-de-producao-e-uma-escolha-de-vida>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SENAR. **Sistemas Agroflorestais (SAFs): conceitos e práticas para implantação no bioma Amazônico.** 1. ed. Brasília: SENAR, 2017. (Coleção SENAR, 199). Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacaucultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

VIANA, C. E. V.; CORRÊA, M. M.; CALDAS, R. dos S.; CUNHA, R. S.; PAES, J. P.; VIEIRA, L. P.; SILVA, I. A. de S. **Análise pluviométrica do município de Cametá, Pará.** XX Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 20.; IV ELAAGFA - Encontro Luso-Afro-Americano de Geografia Física e Ambiente, 4., 2024, João Pessoa, PB. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/118181>. Acesso em: 10 jan. 2025.

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO ESTÁGIO DURANTE A EXECUÇÃO DO PROJETO DE INCENTIVO À LEITURA, REALIZADO NA EMEF RAIMUNDA BARROS, CAMETÁ, PARÁ

Moisés Pompeu Pereira⁵⁹, Lahilson Pantoja Vieira⁶⁰, Maria de Jesus Américo dos Santos⁶¹

Eixo 5: Geografia, formação e a questão profissional.

RESUMO

O estágio é o período mais esperado na vida dos estudantes de licenciatura, pensar que um tempo atrás estávamos sentados na condição de aluno e agora como professor/mediador, é algo único e que demanda muita responsabilidade e comprometimento. Porém, é importante ressaltar as dificuldades e problemas enfrentados na implementação do projeto de incentivo à leitura, visto que a escola enfrenta problemas estruturais, pedagógicos, sociais e políticos, além da falta de interesse e motivação dos alunos pelos estudos. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo abordar as dificuldades enfrentadas durante o estágio III na execução do projeto “Conhecendo os conceitos de lugar e paisagem para entender o mundo a partir do “meu espaço de vivência”, realizado na E.M.E.F Raimunda da Silva Barros, em Cametá, região nordeste do Pará, na margem esquerda do rio Tocantins. Para a investigação deste trabalho, adotou-se o levantamento bibliográfico sobre o tema, fez-se uso da aplicação de questionários, além do trabalho de campo realizado na escola e a observação. Os resultados constataram que as dificuldades enfrentadas durante a aplicação do projeto na escola foram inúmeras, isso por falta de interesse dos alunos, materiais pedagógicos e falta de estrutura do ambiente escolar que carece de investimentos e atenção por parte do poder público. Portando, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, o estágio nos proporcionou um grande aprendizado.

Palavras-Chave: Estágio. Dificuldades. Projeto.

INTRODUÇÃO

Podemos afirmar veementemente que o estágio é o período mais esperado na vida dos estudantes de licenciatura, pensar que um tempo atrás estávamos sentados na condição de aluno e agora como professor/mediador, é algo único e que demanda muita responsabilidade e comprometimento. É no estágio que temos a oportunidade de nos aproximar do nosso futuro ambiente de trabalho, ele nos proporciona, segundo Pimenta e Gonçalves (1992), uma aproximação da realidade na qual atuaremos. É importante ressaltar que o estágio não é apenas teoria ou prática. Para Pimenta e Lima (2004), a dissociação entre teoria e prática resulta em

⁵⁹ Moisés Pompeu Pereira, Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA. moisespompeu133@gmail.com.

⁶⁰ Lahilson Pantoja Vieira, Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA. lahilsonpantojavieira@gmail.com.

⁶¹ Maria de Jesus Américo dos Santos, Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA. mariadejesusamerico216@gmail.com.

um empobrecimento das práticas nas escolas, evidenciando a necessidade de explicar por que o estágio é teoria e prática (não teoria ou prática). Pois, a dissociabilidade fragiliza o ensino e, conseqüentemente, irá gerar uma grande lacuna e defasagem no ensino e aprendizagem.

Mas, convenhamos que o medo de encarar uma sala de aula era gritante, não apenas pelo fato de nunca termos tido essa experiência, mas também pelo receio de não sermos bem recebido pelos alunos, professores e pela equipe gestora. A tarefa foi ainda mais desafiadora, pois, além da regência, tínhamos o grande desafio de implementar um projeto voltado para algum problema identificado nos estágios de participação executado anterior a este. Dentre os problemas, optamos por resolver ou minimizar o mais urgente, que era a dificuldade de leitura. Pois, para solucionar esse problema (dificuldade de leitura), resolvemos envolver a geografia, mais precisamente os conceitos de lugar e paisagem, fazendo uso de metodologias inovadora, muita leitura, jogos, produção de textos, entre outros. Porém, enfrentamos diversas dificuldades na implementação do projeto, não apenas pelos imprevistos que surgiram e pela falta de estrutura da escola, mas também pela falta de interesse por parte dos alunos.

Este trabalho objetiva abordar as dificuldades enfrentadas durante o estágio III na execução do projeto “Conhecendo os conceitos de lugar e paisagem para entender o mundo a partir do “meu espaço de vivência”, realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Raimunda da Silva Barros, em Cametá, região nordeste do Pará, na margem esquerda do rio Tocantins. Atende a periferia da cidade de Cametá – alunos do Ensino Fundamental II não são atendidos por transporte escolar e precisam caminhar até a escola, enfrentando sol e chuva.

MATERIAL E MÉTODO

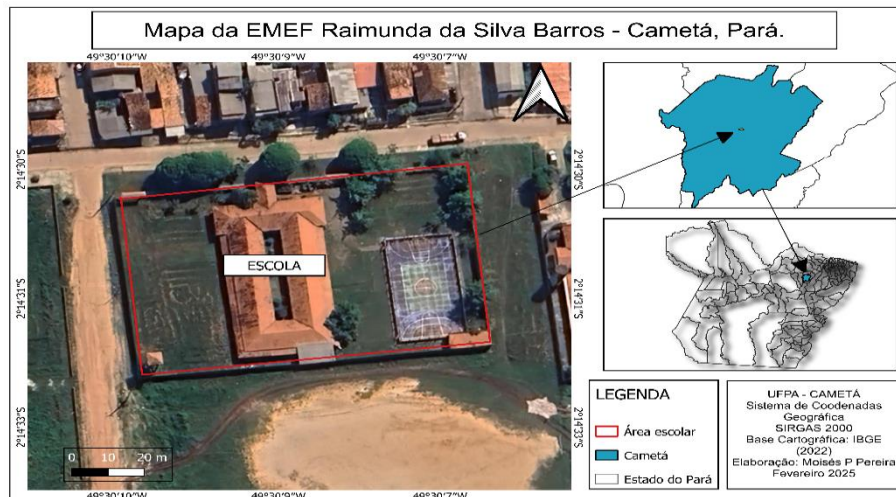
No que concerne ao tipo de pesquisa utilizada no trabalho em questão, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, fornecendo uma base teórica sólida para a efetivação deste trabalho. A metodologia adotada baseou-se na aplicação de questionário com a equipe gestora da escola afim de ficar à par sobre as dificuldades que a escola vem enfrentando ultimamente, além do trabalho de campo realizado na escola. Também foi utilizada a técnica de observação, o que foi crucial para o fortalecimento da pesquisa. A observação é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados (Severino, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As dificuldades enfrentadas na implementação do projeto “Conhecendo os conceitos de lugar e paisagem para entender o mundo a partir do “meu espaço de vivência”, realizado na

EMEF Raimunda da Silva Barros, em Cametá, Pará (Figura 1). Sabemos que as escolas brasileiras vêm passando por inúmeros problemas e isso não é recente, pois acabam refletindo no ensino e aprendizagem dos alunos.

Figura 1. Localização da E.M.E.F Raimunda da Silva Barros – Cametá, Pará.



Fonte: elaboração própria.

Aliado a isso, a carreira docente vem cada vez mais sendo ameaçada e sofrendo cortes, vemos alunos de graduação deixando seus cursos porque estão observando que a profissão de professor não está recebendo o devido valor:

E no Brasil, ao contrário do que seria de se esperar em face da desvalorização do ensino e da carreira docente, falta de recursos nas escolas, dos baixíssimos salários pagos aos professores em geral-essa riqueza e pluralidade é maior ainda do que nas demais sociedades nacionais. (Vesentini, 2004, p. 221).

Durante o período do estágio e da implementação do projeto de incentivo à leitura, constatamos que a escola enfrenta problemas estruturais, pedagógicos, sociais e políticos, que dificultam para um ensino de boa qualidade e para a realização de atividades desenvolvidas por estagiários que optam em implementar algum tipo de projeto na escola, problemas esses carecendo de políticas públicas eficazes.

Quando pensamos em desenvolver o projeto, contávamos com uma sala de aula climatizada, carteiras, apoio pedagógico e alunos bastantes motivados e empenhados em aprender, tudo isso para que pudéssemos terminar no prazo estipulado e ter bons resultados. Porém, na prática a realidade foi outra, pois, encontramos uma escola sem salas disponíveis porque não tinha carteiras, mesas, lousa, ar-condicionado e nem materiais básicos como apagador e caneta atômica. Deparamo-nos com alunos desmotivados, não querendo frequentar

a escola e sem vontade em aprender, quando passávamos algo escrito, não copiavam dizendo que os dedos estavam doloridos, que as mãos estavam doendo (sem falar na bagunça durante a explicação e no quanto o celular que eles levavam atrapalhavam na sala de aula), ou seja, uma série de desculpas para deixar de fazer suas atividades, algo que é essencial, afinal, essa foi das formas de minimizar o problema, pois, o ato de copiar/escrever ajuda no incentivo a leitura, melhora a escrita (já que tinham letras praticamente incompreensíveis) e desenvolve a parte motora. Faz-se necessário ressaltar, os jogos que utilizamos, como bingo, amarelinha, caça-palavra (tudo baseado nos conceitos de lugar e paisagem), chamou bastante atenção desses alunos, que inclusive fez com que eles não faltassem nos dias que eram executados o projeto (dois dias na semana). Isso deixa claro a importância da utilização de jogos nas aulas.

A escola precisou escalonar as aulas por falta dos materiais já destacados (carteiras, mesas, ar-condicionado, entre outros), como estava em período de eleições municipais e reforma da escola, a secretária mandou buscar todos esses materiais dizendo que em breve chegaria novos, mas não foi o que aconteceu porque a demora foi tanto que precisamos levar ventiladores de casa durante a implementação do projeto, pois, sem esse objeto seria inviável dar continuidade – salas eram muito quentes e cheias de carapanã. Isso dificultou bastante no andamento do projeto, precisou-se mudar os dias da implementação, já que no contraturno os alunos não estavam frequentando, em função do atraso por parte da direção no repasse com antecedência da escala da semana. Então, é uma série de coeficientes que interferem na aprendizagem. Para Miranda, Pereira e Rissetti (2016), muitos fatores podem influenciar na aprendizagem, um deles é o espaço escolar, especificadamente a sala de aula. Esse ambiente influencia na dinâmica de aprendizagem, pois além da questão de aparência, há a questão de disponibilização de recursos didáticos. Isso deixa claro que, antes de se exigir dos profissionais da educação, bons resultados e um ensino de qualidade, é preciso adequar o espaço escolar e disponibilizar recursos, pois, só assim podemos pensar em uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do projeto em tela, testou nossos limites, colocando-nos diante de grandes desafios e obstáculos, testando o tempo todo até onde eramos capazes de suportar, conviver e lidar com problemas. Embora as escolas públicas brasileiras apresentem diversos problemas e lacunas, a escola em questão não foi diferente, apresentando problemas desde sua infraestrutura até nas questões das práticas pedagógicas, isso, certamente afeta diretamente na qualidade do ensino e na motivação dos estudantes, pois, ninguém deseja estar todos os dias em

um ambiente que não lhe oferece conforto. Essas precárias condições desmotiva os estudantes em querer ir à escola. Há estudos sobre as condições desfavoráveis do ambiente e da causa do mal desempenho dos alunos nas escolas. Elali (2003) afirma que a disposição da mobília e as condições ambientais da classe, como a acústica da sala, a ventilação, temperatura e luminosidade, podem interferir no desempenho do aluno e, conseqüentemente, na saúde deles.

Vale ressaltar também que, escolas que enfrentam problemas parecidos ao deste trabalho, deixa os estagiários na dúvida e inseguros. Por exemplo, quando optamos em realizar nosso estágio e implementar o projeto em questão na EMEF Raimunda da Silva Barros, pensávamos que iríamos encontrar um ambiente confortável para que pudéssemos realizar nossas atividades com êxito, mas não foi o que aconteceu, daí a importância do estágio se fazer presente na grade curricular desde o início da graduação para que os estudantes de licenciatura decidam se é realmente essa profissão que deseja seguir, tendo em vista os inúmeros desafios presentes no ambiente escolar da educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELALI, G. A. **O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil**. Estudos de Psicologia, v. 8, n. 2, p. 309-319, ago. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000200013>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- MIRANDA, Pauline Vielmo; PEREIRA, Ascísio dos Reis; RISSETTI, Gustavo. **A influência do ambiente escolar no processo de aprendizagem de escolas técnicas**. In: II Fórum Internacional de Educação, 2., 2016, Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Anais [...]. Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sepedu/article/view/14918/>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- PIMENTA, Selma Garrido; GONÇALVES, Carlos Luiz. **Reverendo o ensino de 2º grau: propondo a formação de professores**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1992.
- PIMENTA, Selma Garrido, LIMA, Maria Socorro Lucena: **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- VESENTINI, José William. **Realidade perspectivas do ensino de geografia no Brasil**. In: VESENTINI, José William. (org.). O ensino de geografia no século XXI. Campinas, SP: PAPIRUS, 2004.

VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS A PARTIR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA E.M.E.F DEMÓSTENES RANIERI, CAMETÁ, PARÁ

Maria de Jesus Américo dos Santos⁶², Mário Júnior de Carvalho Arnaud⁶³, Gracilene Wanzeler Moraes⁶⁴, Kevem Marcel da Silva Martins⁶⁵, Joiciele de Souza Gama⁶⁶

Eixo 5: Geografia, formação e a questão profissional.

RESUMO

O presente trabalho apresenta as vivências e experiências formativas, a partir do estágio supervisionado na E.M.E.F. Demóstenes Ranieri, zona rural, localidade da fazenda localizada no município de Cametá, no estado do Pará, as margens direitas do rio Tocantins, aproximadamente 30 minutos da sede do município. O estágio é um ato educativo escolar supervisionado e desenvolvido no ambiente do trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo dos estudantes. Dessa forma, o estágio é um alicerce na formação docente, trazendo oportunidades de interagirmos com o contexto escolar de forma a contribuir na formação acadêmica pois, a escola também educa e capacita para à vida além dos muros da escola, fazendo com que estejamos preparados para enfrentarmos os desafios que possa surgir durante a trajetória docente. Para a investigação científica, buscou-se fazer o levantamento bibliográfico sobre o tema, fez-se uso de questionários e a técnica do Trabalho de campo na escola estudada, além de entrevistas semiestruturadas e uso da técnica observação. Sendo assim, abordaremos as vivências e experiências proporcionadas pela disciplina do estágio I do quinto período do curso de licenciatura em Geografia, na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/ Cametá-Pará.

Palavras-Chave: Estágio supervisionado; Demóstenes Ranieri; Vivências e experiências formativas.

INTRODUÇÃO

O processo da formação docente e do ensino-aprendizagem tem sido objeto de conhecimento para constantes debates sobre a qualidade da educação. Sendo assim,

o estágio docente é um componente curricular dos cursos de licenciatura e apresenta-se como fundamental para a qualificação profissional de professores graduandos, pois dentre outras coisas, [...] realiza integração de conhecimentos, problematiza melhor e de modo fundamentado as práticas observadas e vivenciadas, provoca debates sobre

⁶² Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, mariadejesusamerico216@gmail.com.

⁶³ Docente da UFPA, Campus de Cametá, marioarnaud@ufpa.br.

⁶⁴ Graduanda em geografia, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, gracilenewanzeler24@gmail.com.

⁶⁵ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, marcelmartins100@gmail.com.

⁶⁶ Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA, joicielesouza18@gmail.com.

a profissão. Entretanto, realiza sínteses teórico-práticas que vão compondo seus saberes profissionais” (Cavalcanti, 2011).

Nesse viés, o presente trabalho trás o quão é importante o estágio para a vivência da docência, levando-nos a realidade da teoria e prática, de questionamentos e reflexões, tornando-se um passo fundamental para a formação docente. Contudo, o estágio faz uma correlação da teoria e prática, sendo a teoria uma etapa de leitura de textos, provocações, debates e discussões de como enfrentar diversas situações e realidades encontradas no âmbito escolar. A segunda etapa se dá por meio de aulas teóricas, que são; observação, planejamento, avaliação e eventos. Esses critérios são necessários para conseguir aprender a rotina escolar, seu ambiente, cronograma de conteúdo, realização de provas, convivência com os alunos e como ministrar aulas entre outros. Portanto, o estágio se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico e que, além disso “o estágio poderá se constituir em atividade de pesquisa” (Pimenta; Lima, 2004).

Nessa lógica, o trabalho tem como objetivo relatar as vivências e experiências através do estágio supervisionado realizado na etapa do Ensino Fundamental II, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Demóstenes Ranieri que está localizada na comunidade de Fazenda, zona rural do município de Cametá margens direita do rio Tocantins, distante à 30 min (trinta minutos) da sede da cidade, tem acesso pela vicinal conhecida como Vacajó, trata-se da junção dos nomes das comunidades de Ajó e Vacaria, a vicinal não é asfaltada e corta a comunidade de Fazenda até dar acesso a estrada principal da vila de Juaba. O seu acesso também pode ocorrer por via fluvial através do rio Tocantins.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a investigação científica, sobre as vivências e experiências formativas, a partir do estágio supervisionado na E.M.E.F. Demóstenes Ranieri, localidade da fazenda zona rural do município de Cametá, Pará, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica acerca da temática em estudo, dando assim uma base teórica e sólida para o desenvolvimento deste trabalho. A metodologia empregada incluiu a aplicação de questionários, bem como executou-se trabalho de campo na escola e entrevistas semiestruturadas. Também foi utilizada a técnica de observação, que desempenhou um papel fundamental o fortalecimento da pesquisa. De acordo com Severino (2007), a observação e todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As vivências e experiências formativas proporcionadas pelo estágio supervisionado desempenham um papel crucial na formação inicial dos futuros professores, especialmente no contexto das escolas do campo no qual a E.M.E.F. Demóstenes Ranieri (Figura 1) está inserida.

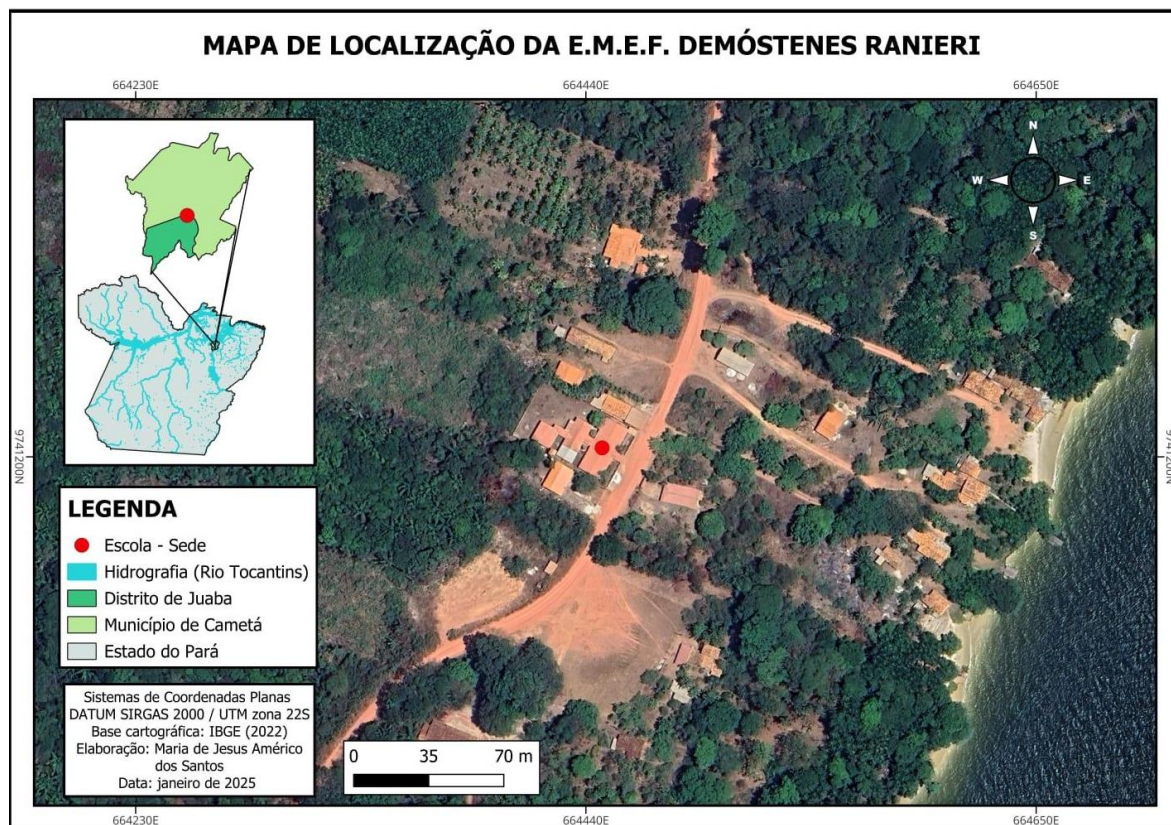


Figura 1. Localização da E.M.E.F. Demóstenes Ranieri – Cametá, Pará.

Fonte: Elaboração própria.

Esse espaço formativo permite a imersão em realidades educacionais que frequentemente enfrentam desafios estruturais, pedagógicos e sociais, decorrentes, em grande parte, da ausência de políticas públicas específicas e eficazes. Essas escolas, embora carreguem uma riqueza cultural e social significativa, são marcadas por limitações que comprometem a qualidade do ensino e a valorização da prática docente.

E no Brasil, ao contrário do que seria de se esperar em face da desvalorização do ensino e da carreira docente, falta de recursos nas escolas, dos baixíssimos salários pagos aos professores em geral-essa riqueza e pluralidade é maior ainda do que nas demais sociedades nacionais (Vesentini, 2004, p. 221).

Nesse contexto, o estágio supervisionado emerge como um instrumento essencial para à formação acadêmica e profissional, ao proporcionar experiências que vão além da observação.

Ele exige do estagiário um comprometimento ético e profissional, além de fomentar habilidades como a reflexão crítica, a capacidade de adaptação e a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos na academia. Por meio dessas vivências, é possível não apenas compreender os desafios enfrentados no cotidiano escolar, mas também desenvolver estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa e inclusiva. A prática de estágio também contribui para a construção da identidade docente.

O estágio trabalha também com a investigação sobre a identidade e a memória docente, as ações pedagógicas, o trabalho docente e as práticas institucionais, a escola, sua organização e movimento, situados em contextos sociais, históricos e culturais. (Almeida; Pimenta, 2014, p. 48).

Dessa forma, o estágio não é apenas uma etapa curricular obrigatória, mas uma oportunidade de aprofundar a compreensão sobre o papel social da educação e o impacto da docência na transformação das realidades locais.

Ademais, é preciso destacar que a docência, enquanto profissão, enfrenta desafios históricos relacionados à desvalorização social e econômica. No entanto, a perspectiva de valorização do magistério é fundamental para reverter esse cenário. Reconhecer o papel estratégico da educação na formação de todas as outras profissões e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa é um passo necessário para que a carreira docente seja efetivamente reconhecida como uma das mais relevantes e transformadoras.

Por fim, o estágio supervisionado deve ser visto como um momento de articulação entre teoria e prática, no qual o futuro professor vivencia a complexidade e a riqueza do ambiente escolar, pois não possibilita apenas a aplicação de conhecimentos adquiridos, mas também promove o desenvolvimento de competências mediadoras dos processos de aprendizagens. Assim, o estágio contribui para que o futuro educador esteja preparado para enfrentar os desafios da docência com criatividade, ética e compromisso social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos acompanhamentos e observações realizadas no período de estágio na E.M.E.F. Demóstenes Ranieri, zona rural, localidade da fazenda localizada no município de Cametá, no estado do Pará, consideramos que ele é de suma importância para o graduando em licenciatura, pois possibilita aos alunos a vivência com a comunidade escolar além da experiência em sala de aula. Sabemos que ser professor no Brasil implica inúmeras dificuldades, assim o estágio nos proporciona refletirmos sobre essa profissão. Ressaltamos o

quão foi importante para nossa jornada acadêmica o estágio supervisionado, a participação é relevante e notória a experiência que adquirimos dentro e fora da sala de aula, proporcionando o primeiro contato com a sala de aula, e com a rotina de uma escola da zona rural, haja vista que a educação não acontece apenas em espaços que compõe uma escola, sendo assim, é preciso compreender os fatores externos que interferem diretamente na rotina de uma escola e que tais situações fazem parte do processo da formação docente. Dessa forma, o estágio proporciona uma familiarização dos discentes em formação com o ambiente escolar, passando a ter um olhar dinâmico e crítico para além da academia. Portanto, o estágio supervisionado é uma oportunidade de novos conhecimentos e vivências a partir das práticas cotidianas na escola, o qual está nos moldando para sermos bons profissionais comprometidos com uma educação qualificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. **Estágios supervisionados na formação docente**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

CAVALCANTI, L. S. **O lugar como espacialidade na formação do professor de Geografia: breves considerações sobre práticas curriculares**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2011. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/39>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo. Cortez Editora, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. p. 122 e 124

VESENTINI, José William. **Realidade perspectivas do ensino de geografia no Brasil**. In: VESENTINI, José William (org.). O ensino de geografia no século XXI. Campinas, SP: PAPIRUS, 2004.

RELATO DE EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL E TERRITORIAL NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO IFPB-CAMPUS CABEDELO-PB

Venâncio Severiano Dantas Neto⁶⁷; Gabrielle Diniz dos Santos⁶⁸; Carlos Roberto Albuquerque Alves⁶⁹

Eixo 5: Geografia, formação e a questão profissional.

RESUMO

O presente trabalho se trata de relato de experiência que pôde ser vivenciado a partir da participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Cabedelo. Esse programa é uma iniciativa do Ministério da Educação, o qual visa aprimorar a formação de professores e contribuir para a melhoria da educação básica pública no Brasil. A participação no programa permite uma imersão no cotidiano escolar, proporcionando uma compreensão mais profunda da dinâmica entre professores e alunos, bem como do funcionamento das escolas públicas. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo relatar as atividades realizadas, incluindo visitas a escolas, aulas práticas em laboratórios, participação em eventos educacionais e a realização de um estudo do meio para compreender a realidade dos alunos que se deslocam de Lucena para Cabedelo. A experiência evidenciou a importância do planejamento de aulas, da relação professor-aluno e da necessidade de considerar o contexto socioeconômico dos estudantes no processo educativo. Tendo em vista que o professor não é apenas um transmissor de conhecimentos, mas assume o papel de facilitador na construção do saber para os alunos, assim o PIBID se torna uma ferramenta valiosa para a formação dos futuros professores.

Palavras-Chave: PIBID. Educação Básica. Escolas Públicas. Construção do saber. Educação.

INTRODUÇÃO

A sala de aula é um ambiente que se torna parte da vida dos jovens, pelo fato de passarem a maior parte de suas vidas dentro dela, adquirindo conhecimento e novas vivências. Nesse sentido, Almeida (1994, p. 39) nos diz a seguinte afirmação:

O cotidiano da sala de aula caracteriza-se como fonte inesgotável de conhecimentos, e desta fonte que deverão ser retirados os elementos teóricos que permitem compreender e direcionar uma ação consciente que procure superar as deficiências encontradas, e recuperar o real significado do papel do professor, no sentido de apropriar-se de um “fazer” e de um “saber fazer” adequados ao momento que vive a escola atual.

⁶⁷ Estudante de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, venanciodantas6@gmail.com.

⁶⁸ Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, gabrielledsantos90@gmail.com.

⁶⁹ Especialista em educação, Universidade Estadual da Paraíba, paicarlosrobertoxango@gmail.com.

Nesse pensamento, podemos dizer que a docência é construída a partir dos saberes e vivências refletidas que engendram uma “personalidade” docente, podendo ter o seu início entendido “como um continuum, do qual faz parte a experiência acumulada durante a passagem pela escola enquanto estudante, a formação profissional específica – que tem sido denominada formação inicial -, a iniciação na carreira e a formação contínua” (Lima, 2004, p. 1).

Dentro desse contexto, é possível citar como um grande apoio para a formação desses profissionais, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o qual faz parte da Política Nacional de Formação de Professores, sendo promovido pelo Ministério da Educação com o objetivo de incentivar a iniciação à docência para estudantes de licenciatura.

O programa busca melhorar a formação de professores em nível superior, além de contribuir para a qualidade do ensino na educação básica pública brasileira. Através desse programa, os alunos de licenciatura têm a oportunidade de vivenciar o cotidiano das escolas públicas de educação básica, tornando-se uma oportunidade que capacita e enriquece sua formação. Segundo Pimenta e Lima (2012), o PIBID é fundamental para a formação docente, pois permite aos licenciandos vivenciar o ambiente escolar, observar as relações educativas e refletir criticamente sobre a prática pedagógica, articulando teoria e prática.

Podemos então afirmar que a educação de qualidade é um direito fundamental, mas, muitas vezes, o acesso a essa educação é marcado por desafios diários, especialmente para estudantes que vivem em áreas mais afastadas dos centros urbanos.

Sendo assim, este relato de caso tem a finalidade de evidenciar as vivências e as atividades realizadas no Instituto Federal da Paraíba campus Cabedelo a partir da participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a qual proporcionou momentos de intensos ensinamentos, contato no âmbito escolar e observar a relação professor e aluno, proporcionando uma visão acadêmica elencando o futuro profissional da educação e podendo observar essas dinâmicas e situações vividas pelo professor, observando também o comportamento dos alunos, acompanhar esse processo de aprendizagem e entender mais sobre o espaço da escola e seu funcionamento, a trajetória de cada aluno e suas relações sociais.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho se enquadra em uma pesquisa qualitativa com relato de caso e pesquisa bibliográfica. Diante dos conceitos de Minayo (2014), os estudos qualitativos permitem compreender os fenômenos educacionais em sua complexidade, valorizando especialmente a perspectiva dos participantes e o contexto social em que estão inseridos. A

pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de buscas em plataformas digitais, buscando sempre artigos e livros em periódicos que permeassem o tema da presente pesquisa (Gil, 2002).

O local de realização das atividades propostas é Instituto Federal da Paraíba (IFPB) - Campus de Cabedelo, que se localiza na Rua Santa Rita de Cássia, 1900 – Jardim Camboinha, Cabedelo-PB, 58103-772. O instituto oferece cursos técnicos com duração de 3 anos, como recursos pesqueiros, designer, entre outros que promovem uma maior qualificação na vida dos estudantes que podem se engajar nos projetos de pesquisa e nos projetos de extensão.

Num primeiro contato, foi possível entender o perfil socioeconômico dos alunos que fazem parte do corpo de estudantes do instituto. Esse ato foi primordial, “pois o diagnóstico da realidade dos estudantes e constitui etapa fundamental para o planejamento de ações pedagógicas significativas, pois permite ao educador estabelecer pontes entre o conteúdo escolar e o universo vivido pelos alunos” (Charlot, 2000, p. 56).

Os encontros semanais aconteceram no Departamento de Geociências no Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), na Universidade Federal da Paraíba, onde os alunos do PIBID de Geografia se reuniam juntamente com a coordenadora para rodas de conversas para que todos relatassem suas experiências semanais dentro da sala de aula por meio da observação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o resultado das observações sobre a realidade socioeconômica dos alunos do instituto, foi possível entender que uma grande quantidade de alunos reside e se desloca da cidade de Lucena-PB até a cidade de Cabedelo-PB para estudar.

Através do trabalho de campo, pôde-se observar a distância e o trajeto feito por esses alunos diariamente, buscando entender a realidade desses estudantes que precisam se locomover de Lucena até a cidade de Cabedelo em busca de uma melhor educação, evidenciando a precarização dos transportes públicos e até mesmo da educação.

Foi possível observar, graças ao projeto, a relação professor e aluno, entender melhor essa dinâmica, mudando a percepção que já não é mais de um aluno do ensino médio, agora como licenciando, é possível entender melhor essas relações; entender que é muito importante passar conteúdo, e que existe também o método que vai direcionar a forma como vai ser transmitido esse saber (Pimenta; Lima, 2012). Entender o funcionamento orgânico das escolas e, claro, observar as atividades e a importância da partilha de vivências.

Foi fundamental para o desenvolvimento de uma melhor comunicação com os alunos, diante de todas as atividades realizadas e rodas de conversa e com o estudo do meio, podendo

se colocar no lugar de alguns estudantes que percorrem longos trajetos até a escola, pois parte dos alunos do instituto reside na cidade de Lucena-PB. Essas duas cidades possuem uma média de 60 km de distância entre si, pelo rio Paraíba que as separa, e uma média de 20km pela BR-230 e PB-025. Entender esse percurso é também entender o aluno e a realidade na qual ele está inserido. Para Pimenta e Lima (2012), as rodas de conversa entre licenciandos e educadores experientes configuram-se como espaços privilegiados de formação docente, onde a reflexão sobre a prática possibilita a reconstrução de saberes pedagógicos.

Foi observado que muitos desses alunos podem chegar já cansados na escola e talvez não tenham um bom desempenho por questões exteriores. Entender também que cada aluno é único, mas que ali é um espaço coletivo do qual todos devem se sentir abertos a compartilhar experiências e fazer contribuições. Nesse contexto, é possível resgatar a fala de Paulo Freire, em que ele diz: “O verdadeiro ato educativo só se completa quando o educador se coloca no lugar do educando, compreendendo seu universo sociocultural e as condições materiais que influenciam seu processo de aprendizagem” (Freire, 1996, p. 47).

Portanto, se torna fundamental entender que o professor não é o único que detém conhecimento, que de fato existe uma troca de saberes que, se for incentivada, gera grandes debates e fortes ideias que auxiliam para que os alunos consigam se expressar mais e melhor, se sentirem mais seguros de falar e de expor seus pensamentos.

Quanto a Paulo Freire, ele disse certa vez: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 25). Essa ideia ressoa, mostrando que ser professor é mais do que dar informações, é incentivar os alunos a construir seu próprio entendimento, suas próprias ideias, ajudar no crescimento dos alunos como seres críticos na nossa sociedade para que possam observar e, se necessário, questionar, ter um olhar mais crítico.

As rodas de conversa realizadas semanalmente no Departamento de Geociências do CCEN/UFPB constituíram espaços fundamentais para a formação docente, permitindo aos bolsistas do PIBID de Geografia refletirem coletivamente sobre suas observações em sala de aula. Essa prática dialoga com o pressuposto de que “a observação participante permite ao futuro professor desenvolver um olhar investigativo sobre as dinâmicas escolares” (Lüdke; André, 1986, p. 34).

Contamos também com o evento nacional de rede de pesquisa, espaço, sujeito e existência; recebemos na UFPB o grupo “Dona Alzira” (Espaço, Sujeito e Existência - CNPq), professores da UFG de Goiás e alguns professores da UFPE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer parte do projeto foi fundamental para proporcionar melhores percepções em relação ao ato de educar por meio da observação e entender que ser professor vai muito além de passar conteúdos e realizar avaliações, é um ato de conexão, é se conectar com os alunos e com o ambiente de ensino onde se desenvolve a prática do saber, além de trazer o despertar para que eles possam entender como devem seguir seus passos na vida acadêmica.

A partir de tudo que foi realizado, foi possível, enquanto aluno de graduação, entender melhor o planejamento de aulas, bem como o funcionamento das escolas e, após o estudo do meio, também entender o trajeto dos alunos até o instituto.

O PIBID, sem dúvidas, auxiliou muito no desenvolvimento como licenciando, permitindo ter esse contato com os alunos, professores, espaços, reuniões e eventos. Todo conhecimento debatido e adquirido, ao longo do projeto, fará parte da caminhada como licenciando, afinal, tudo isso faz parte da construção pessoal como professor em formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. S. **Estágio supervisionado em prática de ensino: relevância para a formação ou mera atividade curricular**. Revista ANDE, São Paulo, v. 13, n. 20, p. 39-42, 1994.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, E. F. **A construção do início da docência: reflexões a partir de pesquisas brasileiras**. Educação, Santa Maria, RS, v. 9, n. 2, p. 85-98, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3841>. Acesso em: 20 jan. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

BALCÃO NA EDUCAÇÃO: PROFESSOR TEMPORÁRIO EM UMA REGIÃO DE SIMBOLISMOS FLEXÍVEIS

Jhon Leno Figueiredo da Silva⁷⁰, Marcel Ribeiro Padinha⁷¹

Eixo 5: Geografia, formação e questão profissional.

RESUMO

Este trabalho destaca aspectos sobre as relações de trabalho baseadas em temporariedade e flexibilidade, que pelo uso recorrente do “excepcional interesse público” na educação. A obra está ancorada em revisão bibliográfica do tema, fundamental para compreender os impactos da contratação temporária dos docentes na educação e suas finalidades outras. No Brasil, estabilidade é uma palavra que simboliza uma relação estável de vínculo trabalhista, sobretudo na área da educação. Onde impera a contratação flexível, temporária, fomentando desvalorização da profissão docente. Os vínculos flexíveis afetam o processo contínuo de ensino-aprendizagem, contribuindo para resultados pouco exitosos em exames de conhecimento baseados em conhecimentos matemáticos e de linguagem. Os professores temporários, para manter o vínculo, mesmo sem muitos direitos, trabalham embora com problemas de saúde, para serem chamados novamente. Esses profissionais estão sujeitos a violências simbólicas, e sua contratação é tida como moeda de troca, em especial em cidades médias e pequenas da Amazônia. Fundamental a realização periódica de concursos públicos e valorização dos temporários.

Palavras-Chave: Professor temporário. Contrato flexível. Simbolismo. Discurso.

INTRODUÇÃO

No Brasil, estabilidade é uma palavra que simboliza um oásis na relação entre os contratos de trabalho e a Administração Pública. Imperando as relações de trabalho baseadas em temporariedade e flexibilidade. A relação entre o Estado e os professores temporários é a mais recheada de amarras que resguardam o primeiro, no entanto, essa proteção não se aplica em igual medida aos docentes, deixados ao ar livre no campo de batalha (sem concursos periódicos). E toda essa falta de vínculo protetivo reflete na saúde, violência simbólica, desempenho dos discentes, relação dos professores com a máquina pública e nas relações nos municípios que invocam descompassadamente o dispositivo do excepcional interesse público previsto pela Constituição de 1988, afetando a educação de municípios médios, pequenos que tem significativa parcela de moradores em zona rural em regiões distantes do centro econômico

⁷⁰ Graduando em Licenciatura em Geografia UFPA Campus Universitário do Tocantins/Cametá, figueiredojhonleno@gmail.com.

⁷¹ Docente da Faculdade de Geografia UFPA Campus Universitário do Tocantins/Cametá, marcelpadinha@yahoo.com.br.

e político do Brasil, como a região Norte. Nesse contínuo desenvolvimento descontínuo, os professores são conduzidos a relações estritas com a máquina pública. Nesses ambientes, direitos não são garantidos e instabilidade é a regra. Os trabalhadores comungam das flexíveis relações de contratação em vista do desemprego ser um problema estável no Brasil, que oferta concursos públicos para sanar vagas na rede pública de forma esparsa e descompassada. A construção de obras sobre a precariedade do vínculo de professores é ampla, sendo este trabalho fruto de revisão bibliográfica do tema, ancorado nas premissas de investigar os impactos da contratação temporária na educação, assim como verificar suas finalidades de invocação.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho está amparado por revisão bibliográfica do tema, com a utilização de pesquisa por meio de consultas de portais de instituições de ensino, bibliotecas, assim como da visita e utilização de material disponibilizado em ferramentas de armazenamento digital de trabalhos acadêmicos online SciELO e Google acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na educação da região Norte do Brasil, destaca-se a marca de ser um território continental, abrangendo a maior floresta tropical do mundo – a Amazônia –, onde rios, ilhas e igarapés integram o cenário educacional e influenciam o planejamento da gestão pública, que nessas áreas tem a contratação como moeda de troca. Com o avanço das políticas de financiamento, especialmente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em 1996, posteriormente substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2006 e reformulado para o FUNDEB permanente em 2020, houve uma reconfiguração na gestão e no financiamento da educação (Feldman; Gouveia, 2022). Esses fundos injetam recursos nos 144 municípios paraenses, que possuem autonomia para regular a contratação de seus profissionais de educação por meio das leis orgânicas municipais, planos municipais de educação, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração. Essas legislações definem as diretrizes na criação e vigência dos contratos temporários (Feldman; Gouveia, 2022). Ao analisar o município de Cametá entre 2011 e 2018, observa-se que, em média, 94% dos professores com vínculo temporário estavam lotados na zona rural (Feldman; Gouveia, 2022). Essa alta concentração de temporários nas áreas rurais reflete tanto a falta de atratividade para profissionais efetivos, em razão de desafios territoriais

e longos deslocamentos, quanto fatores políticos ligados ao controle de postos de trabalho. Silva e Gurgel (2024) destacam que a administração pública exerce um impacto econômico significativo, Feldman e Gouveia (2022) a indicação de professores temporários tem se tornado uma “moeda de troca” política nos municípios, especialmente nas zonas rurais. Essa prática revela um uso da contratação flexível não apenas para suprir demandas emergenciais, mas também como ferramenta de influência política.

No mundo da educação, regido pela administração pública brasileira, o discurso é uma ferramenta constante, especialmente quando se trata de formas de contratação distintas daquelas realizadas por meio de concursos públicos. Desde 1993, a legislação permite a contratação de professores em regimes diversos, como os efetivos e os contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho com período máximo de dois anos (Freund; Biar, 2017, p. 4). Essa possibilidade, efetivada em 1993, foi pavimentada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que introduziu a contratação por "excepcional interesse público". No entanto, essa flexibilidade tem sido frequentemente utilizada de forma discursiva para mascarar processos de desvalorização dos trabalhadores da educação. O discurso, ao moldar a percepção social, carrega intencionalidades na criação de rótulos atrativos e populares. A ausência de concursos públicos regulares, o acúmulo de demandas por professores e fatores como aposentadorias e crescimento das redes de ensino contribuem para a persistência desse modelo. Assim, os profissionais temporários tornam-se a linha de frente de um sistema flexível de contratação, frequentemente associados a conotações negativas, como "menos experientes" e "mais frágeis", o que afeta sua autoestima e posicionamento social (Freund; Biar, 2017). Essa realidade, marcada pela precarização e desigualdade, abre portas para a categorização simbólica, influenciando como as pessoas percebem e reagem ao tema. Rotular comportamentos ou profissionais como "inferiores" ou "menos qualificados" impacta diretamente na percepção social, mascarando as verdadeiras causas estruturais por trás dessas disparidades (Resende; Ramalho, 2011).

Não obstante a violência simbólica, carregada de intencionalidades às quais os professores com vínculos precários estão cotidianamente expostos, há um conjunto de práticas que levam esses profissionais a reduzir os cuidados com a própria saúde na busca por manter as portas abertas para a renovação de seus contratos, sendo constantemente "chamados" a trabalhar na educação. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) classifica a docência como uma profissão de alto risco para a saúde física e mental. Entre os principais agravos físicos, destacam-se os problemas vocais e os distúrbios osteomusculares, relacionados às exigências do cotidiano profissional (Martins; Araújo; Amorim, 2022). No Brasil, esses agravos

à saúde físico-psicossocial afetam todos os níveis da educação, com maior incidência no ensino básico. No caso dos professores temporários da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, o número de pedidos de licença médica é menor em comparação aos efetivos. No entanto, o tempo de afastamento é significativamente mais prolongado, indicando que os temporários adoecem de forma mais grave, provavelmente em razão da demora em buscar auxílio médico (Martins; Araújo; Amorim, 2022). Essa gravidade está diretamente relacionada à forma precária de contratação, que coloca os professores como apenas profissionais, cuja presença constante em sala de aula é uma exigência fundamental, mesmo em condições de saúde debilitada. Quatro dos cinco entrevistados no estudo de Martins, Araújo e Amorim (2022) – dois professores temporários, um efetivo e um psicólogo perito – afirmaram que os temporários evitam buscar licenças médicas por receio de não terem seus contratos renovados.

O desempenho na educação é comumente medido por exames de avaliação de larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esses exames enfatizam habilidades de linguagem e conhecimentos matemáticos, relegando outras áreas do saber a um papel secundário no processo de construção do conhecimento dos alunos. A partir desses resultados, os professores são frequentemente avaliados (os alunos recebem notas que impactam sua escola e seus docentes). Esses exames, entretanto, abrem margem para questionamentos sobre sua real capacidade de mensurar o aprendizado de forma ampla e integral. No entanto, no contexto da avaliação docente e do desempenho discente, eles se consolidaram como o principal instrumento de análise disponível, ainda que apresentem limitações. Ao considerar o desempenho escolar, é necessário compreender as condições de trabalho dos professores. O docente efetivo possui a segurança de sua permanência na instituição, o que lhe permite conhecer o ambiente escolar e a comunidade ao redor de forma mais aprofundada. Esse conhecimento facilita o planejamento de aulas que consideram as especificidades dos alunos e os objetivos educacionais, especialmente em relação às metas dos exames de desempenho. Essa instabilidade reduz suas possibilidades de se integrar ao contexto escolar e comunitário, prejudicando o vínculo com os estudantes e a continuidade pedagógica. Os alunos chegam à escola com um repertório de conhecimentos adquiridos em suas realidades sociais. Cabe à escola e aos professores potencializar esse saber, conectando-o ao currículo formal e às exigências de exames como SAEB e ENEM. No entanto, essa continuidade é prejudicada quando há troca de professores no meio do ano letivo ou até mesmo durante um semestre, comprometendo a construção gradual do aprendizado e a consolidação de metodologias de ensino eficazes. A educação escolar é um

sistema interdependente, no qual os resultados esperados dependem de uma complexa rede de fatores, como o vínculo estável dos professores, condições socioeconômicas dos alunos e suporte institucional. Se essa rede de fatores não for garantida, os impactos continuarão afetando o processo da educação no Brasil, e em especial em regiões distantes do centro econômico e político como a região Norte, e dentro desse já afetado espaço os municípios médios e pequenos com parcela significativa em área rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um processo longo e contínuo, cada etapa de valorização de premissas ligadas a edificar, estabilizar, construir uma educação com educadores amparados pelos resguardos legislativos é uma peça na montagem do tabuleiro da educação, visando alcançar a culminância de valorização profissional, enriquecimento do ensino-aprendizagem e destaque da profissão, que passa pela realização periódica de concursos públicos, valorização dos professores temporários como parte do sistema educacional e a utilização do “excepcional interesse público” para ações pontuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FELDMAN, Ariel; GOUVEIA, Andréa Barbosa. **Os professores temporários nas redes municipais do estado do Pará (2011-2020)**. Educação em Revista, Belo Horizonte, MG, v. 38, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469838517>. Acesso em: 09 fev. 2025.

FREUND, Cristina Spolidoro; BIAR, Liana de Andrade. **Gerenciando o estigma do professor contratado: uma análise de discurso crítica**. Educação em Revista, Belo Horizonte, MG, n. 33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698166838>. Acesso em: 09 fev. 2025.

MARTINS, Ralf Felipe; ARAÚJO, Ana Luiza Gomes de; AMORIM, Marina Alves. **Vínculo de trabalho & adoecimento docente: análise das licenças dos professores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais**. Educação em Revista, Belo Horizonte, MG, v. 38, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698-26976>. Acesso em: 09 fev. 2025.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. C. **Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

SILVA, Elaine Barbosa da; GURGEL, Claudio Roberto Marques. **Sem vínculo permanente- condições de trabalho dos contratados na administração pública dos estados brasileiros**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v29.89159>. Acesso em: 09 fev. 2025.

AUSÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO PRÉ COP30: UMA ANÁLISE NA FEIRA DO GUAMÁ EM BELÉM-PA

Luisa Conceição Nunes da Silva⁷², Rita Denize de Oliveira⁷³, Iranildo Carvalho do Carmo⁷⁴, João Vitor Santos e Silva⁷⁵, Johnny Ruan Santiago dos Santos⁷⁶

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

O referido trabalho busca compreender o entendimento das percepções ambientalistas a partir dos sujeitos que trabalham na feira e, posteriormente, analisar as ações desses sujeitos no espaço. Como procedimento metodológico, adotou-se entrevistas e aplicação de questionário com perguntas objetivas. Como resultado, pode ser verificado que há a necessidade em discutir a importância da Educação Ambiental (E.A), mas que tal assunto ainda é um desafio para garantir a importância das problemáticas relacionadas a falta da prática educacional relacionado ao meio ambiente, visto que, a ausência educacional decorre principalmente por muitas áreas periféricas, a exemplo da Feira do Guamá, em Belém-PA. A pesquisa, aqui executada, faz parte do grupo de bolsistas e voluntários do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID Interdisciplinar), vinculados à Universidade Federal do Pará. Abordar o tema da Educação Ambiental, além de revelar a ação governamental local, estabelece a necessidade em criar diálogos amplos com feirantes sobre o assunto. O objetivo primordial é com a participação social. Portanto, percebe-se a importância de entidades públicas e científicas no fomento à temática, principalmente durante os meses que antecedem a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima (COP30), onde terá como capital anfitriã Belém-PA.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. Periferia. COP30.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os impactos gerados pela ausência da Educação Ambiental na Feira do Guamá, em Belém-PA. O objetivo principal foi compreender a percepção dos trabalhadores sobre a Educação Ambiental relacionados ao descarte irregular de lixo e, secundariamente, analisar as ações desses sujeitos no espaço, considerando as contribuições de Bortolon e Mendes (2014) ao afirmarem que a consciência ecológica está intimamente ligada à preservação do meio ambiente. Essa pesquisa parte do grupo de bolsistas e voluntários do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID Interdisciplinar) da Universidade Federal do Pará.

⁷² Universidade Federal do Pará, luh.nunesgeo42@gmail.com.

⁷³ Universidade Federal do Pará, denize40geotm@gmail.com.

⁷⁴ Universidade Federal do Pará, iranildocarvalho55@gmail.com.

⁷⁵ Universidade Federal do Pará, jv.ssilva2005@gmail.com.

⁷⁶ Universidade Federal do Pará, johnnyruanufpa@gmail.com.

Metodologicamente, foi necessário a realização de trabalho de campo acompanhado de entrevistas com perguntas objetivas direcionadas aos feirantes. Problema pertinente na feira, concluiu-se que, ao mesmo tempo em que é reconhecido o descarte irregular de resíduos (Figura 1), os trabalhadores ressaltam a atuação deficitária do Governo Municipal frente a coleta dos materiais e ainda que as palavras “Educação Ambiental” tenha sido interpretada como uma novidade, esses sujeitos têm consciência da necessidade de descartar adequadamente aquilo que é utilizado. Portanto, a pesquisa, além de apresentar esses desafios, considera que é necessário a promoção de uma discussão sobre a temática nesses locais, a fim de que promova uma educação ambiental (Dickmann; Carneiro, 2012) segura e coletiva para a comunidade que utiliza o espaço público.

Figura 1. Descarte irregular de resíduos.



Fonte: elaboração própria.

MATERIAL E MÉTODOS

No percurso da pesquisa ao analisar a historicidade das relações sociais do povo guamaense com o espaço, foi possível verificar os pontos negativos que os costumes culturais paraenses, deu-se como produto diversas paisagens sujas. Inicialmente, foram necessários pesquisas bibliográficas sobre o bairro do Guamá e de trabalhos que contém experiências sobre Educação Ambiental em áreas de periferia. Além disso, foi realizado um trabalho de campo acompanhado de aplicação de questionário direcionado aos trabalhadores da feira. Nesse questionário, havia as seguintes perguntas: (1) Qual seu nome e idade? (2) Há quanto tempo você trabalha na feira? (3) Você já ouviu falar em Educação Ambiental? (3) O que você entende por Educação Ambiental? (4) Qual é a sua perspectiva em relação ao poder público e a coleta

de resíduos sólidos e orgânicos? (5) Quais ações você adota para preservar o meio ambiente?
(6) Qual é a sua perspectiva futura em relação a preservação do meio ambiente?

Portanto, foi entrevistado um homem trabalhador da prefeitura da cidade de Belém-PA:” não pratico educação ambiental, não sei o que é isso. Só faço meu trabalho e vou embora para minha casa”. Além disso, foi feito registros dos locais onde são pontos de descartes de lixo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O intuito da educação ambiental é formar cidadãos com consciência de preservação do meio ambiente para que haja uma sociedade comprometida com a qualidade de vida, bem de uso comum do corpo social e sua sustentabilidade. A pesquisa busca compreender o entendimento dos feirantes do bairro do Guamá, onde foi realizado a pesquisa em relação ao conhecimento acerca da E.A (Educação Ambiental), a mesma é capaz de transformar a vida em sociedade e dessa forma modificar de maneira positiva em relação ao homem e natureza, que ao longo do ecúmeno habitado possui episódios conflitantes, logo a E.A (Educação Ambiental) vem com o intuito de mudar a realidade ambientalista e a paisagem da região metropolitana.

Embora o tempo médio de trabalho dos feirantes estejam entre 10 e 30 anos, os entrevistados responderam que as palavras “Educação Ambiental” ainda é uma novidade. Mesmo diante disso, esses sujeitos compreenderam a importância dessa temática diante do cenário que a cidade estava vivenciando. Ao serem perguntados sobre as ações, por eles adotadas, capazes de estimular a preservação do meio ambiente, foi dito que, cotidianamente, não adotam práticas com essas finalidades. Isso está relacionado tanto com o desconhecimento sobre o descarte adequado de resíduos sólidos e orgânicos (Figura 2), quanto com o próprio serviço de coleta que dificilmente é realizado.

Portanto, é assinalado que abordar o assunto dentro desses espaços é necessário, mesmo que a gestão municipal ainda tenha que percorrer longos caminhos para considerar o problema. Ainda que os trabalhadores direcionem a culpa dessa questão à prefeitura de Belém, é importante enfatizar que, para que práticas sustentáveis e de preservação ao meio ambiente sejam amplamente discutidas e implementadas, é necessário considerar o papel da sociedade civil, de órgãos ambientais e da própria comunidade científica sobre o tema.

Figura 2. Descarte irregular de resíduos.



Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entenderem os conceitos de E.A (educação ambiental), os discentes perceberam que é parte das entidades públicas promover uma discussão com os trabalhadores das feiras da região metropolitana e colocar em categoria um enfoque maior no campo escolar para que os sujeitos tenham a formação complementar a respeito da E.A (educação ambiental), cuidado e educação com o meio ambiente. Falar sobre Educação Ambiental em um período marcante na cidade de Belém, onde diálogos sobre sustentabilidade vêm acontecendo em decorrência da COP30, é de suma importância. Antes mesmo de ser oficializado, em maio de 2023, a realização da 30ª Conferência das Partes na capital paraense, já era possível observar as dinâmicas da própria Universidade Federal do Pará sobre o tema. Esse momento pulsante na cidade, fortalecida pelo noticiário local, enaltece uma significativa análise para a compreensão da participação social frente a essas dinâmicas. Não dialogar com esse público estimula os desafios para superar os problemas ocasionados pela ausência da Educação Ambiental, principalmente ao desconsiderar que essa abordagem também é crucial nos debates que norteiam os objetivos a serem atingidos pelas Conferências das Partes que, historicamente, buscam alternativas para conter os efeitos das mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BORTOLON, Brenda; MENDES, Marisa Schmitt Siqueira. **A Importância da Educação Ambiental para o Alcance da Sustentabilidade**. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI, v. 5, n. 1, p. 118-136, 2014. Disponível em: <https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/lists/artigos/attachments/984/arquivo%206.pdf>. Acesso em: 07 jan 2025.

DICKMANN, I.; CARNEIRO, S. M. M. **Paulo Freire e educação ambiental: Contribuição a partir da obra pedagógica da autonomia**. Revista de Educação Pública, Cuiabá, MT, v. 21, n. 45, p. 87-102, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/334>. Acesso em: 07 jan. 2025.

DO QUADRO-BRANCO AO ESPAÇO URBANO: ENSINO DE GEOGRAFIA E DIREITO À CIDADE NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE RISCO - FORTALEZA (CE)

Natanael Domingos Martins da Silva⁷⁷

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, trazer a importância do ensino das cidades pautado na cidadania para a educação básica, e debater como as escolas da rede pública da cidade de Fortaleza, localizadas em áreas de risco de alagamento, atingem diretamente o direito à cidade dos alunos. Além disso, também analisar como essa temática pode ser abordada em sala de aula de forma crítica, em que o professor não dependa inteiramente do livro didático, e construa o aprendizado em sala de forma dialogada, didática e crítica. Trata-se de um tema, que está diretamente ligado às suas vivências no cotidiano urbano, evidenciando a importância do ensino dessa temática na educação básica de forma que explicita as desigualdades que circundam o cotidiano dos alunos.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia. Direito à cidade. Escola Pública. Zonas de Risco. Fortaleza.

INTRODUÇÃO

O componente curricular de Geografia, na educação básica em tese, deve cumprir o papel de fazer com que os alunos analisem, reflitam e compreendam o espaço, de modo que os estudantes sejam capazes de ler o cotidiano urbano e o mundo. A partir do tema de ensino da cidade e direito à cidade, pelo componente curricular Geografia no espaço escolar, temos a importância do ensino do direito à cidade para alunos de classes menos favorecidas, e que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Portanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar como o ensino da temática direito à cidade nas aulas de Geografia, pode contribuir para a leitura do espaço vivido de alunos em situação de vulnerabilidade social na cidade de Fortaleza (CE). O presente trabalho, se justifica ao escopo da formação de uma noção crítica dos alunos das escolas públicas, com o intuito de fazer com que eles desenvolvam um olhar apurado da cidade, entendendo sobre as desigualdades, sua cidadania e o direito à cidade.

MATERIAL E MÉTODOS

⁷⁷ Estudante de graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), e-mail: natanael.domingos@aluno.uece.br.

O método utilizado nesse trabalho, foi quali-quantitativo, se ancorando em uma revisão bibliográfica realizada a partir da leitura de diversos autores do ensino, sobretudo o ensino de Geografia, como Cavalcanti (1999), Kaercher (2007), Menezes (2015). Arelado também a autores clássicos da Geografia Urbana, que reforçam esse diálogo como Santos (2006) e Lefebvre (2011). Foi utilizado o uso da ferramenta de Sistema de Informação Geográfica (SIG) QGIS, a qual se destinou a produção de um mapa, a partir de dados quantitativos da localização das escolas (SME), áreas em zonas de risco de alagamento (IBGE), e localização de corpos hídricos (ANA) que auxiliam no entendimento da discussão abordada no texto. O objetivo do mapa é, compreender, como as escolas públicas da capital Fortaleza (CE) estão espacializadas no seu contexto urbano, e identificar como a localização destas afetam o direito à cidade dos alunos e ferem sua cidadania.

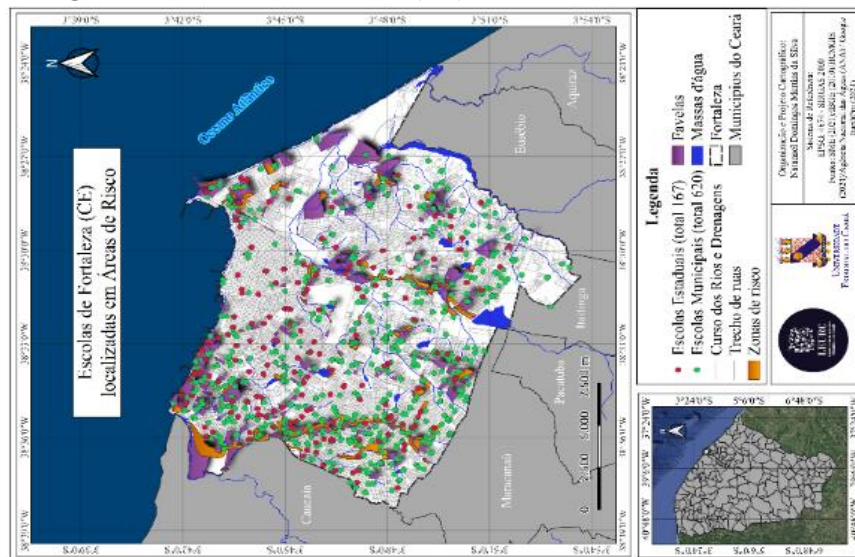
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola tem a função de formação de cidadania, e cabe a Geografia trabalhar com os conceitos que orbitam esse tema, como cidadania e cidade (Cavalcanti, 1999). A noção de cidadania está ligada, sobretudo, a democracia política, econômica e social, interpretando-a como aquela que garante, acima de tudo, igualdade de condições de vida a todos (Cavalcanti, 1999). “Está vinculada com a prática da vida coletiva e pública, ou com o exercício coletivo da vida, com associação forte aos direitos e deveres inerentes ao exercício político democrático da vida em sociedade.” (Cavalcanti, 1999, p. 44). Para que as crianças nas escolas terminem o ensino básico tendo noção de sua cidadania, elas precisam desenvolver uma noção crítica sobre a cidade, precisam conhecê-la, compreendê-la, e decifrar seus símbolos, pois assim, elas irão reconhecer as desigualdades e poderão lutar para conquistar seus direitos cívicos e sociais.

O conceito de cidade, segundo Santos (2006), está atrelado como um espaço dinâmico, produto da interação dialética entre as forças sociais, as técnicas e a própria natureza. Entendendo-a não como um mero arranjo de objetos, tecnicamente orientados, ou palco onde se realizam as ações humanas. A cidade cresce e se desenvolve, na proporção das demandas daqueles que a habitam, entretanto, há nas cidades um fator que as corrompe. O capitalismo, atribui às cidades modernas um desenvolvimento a partir dos interesses do poder hegemônico, voltado a uma pequena parcela da população que detém o poder de modificá-la ao seu bel prazer. Cabe ressaltar a discussão do direito à cidade, que é entendido como uma reivindicação que vai além do acesso físico aos espaços urbanos. O direito à cidade, implica a participação ativa dos cidadãos na produção e transformação espaço urbano (Lefebvre, 2011). Não se trata

apenas de ter uma moradia e/ou utilizar os serviços da cidade, mas de poder influenciar e modificar a forma como ela é organizada, de modo que atenda às necessidades coletivas dos seus habitantes. No mapa a seguir, veremos como as escolas públicas de Fortaleza (CE) estão espacializadas no seu contexto urbano.

Figura 1. Escolas de Fortaleza (CE) localizadas em Áreas de Risco.



Fonte: elaboração própria.

A partir da cartografia, percebemos que no caso da cidade de Fortaleza, esta cumpre com a questão do acesso à educação das pessoas que moram em comunidades, tendo escolas públicas próximas, mas isso nos leva a indagação de “Até que ponto ela cumpre esse direito?” É perceptível que, boa parte das escolas mapeadas estão localizadas próximas a áreas de risco, a concepção adotada para essas áreas, é de uma porção do território que, devido às suas características de instabilidade geomorfológica, agravadas pelo modo de ocupação antrópica, apresenta alta probabilidade de ocorrer eventos desastrosos (Oliveira 2004). Fortaleza é uma cidade atravessada por dois rios, sendo eles o Rio Cocó e o Rio Ceará. Seu desordenado processo de urbanização, resultou a ocupação irregular às margens dos rios. Portanto, as crianças que estão matriculadas nas escolas públicas – municipais e estaduais – próximas as essas áreas, estão sujeitas às intempéries, e isso por si só, fere a cidadania dessas crianças e não lhes garante um direito à cidade. Essa realidade, atravessa o cotidiano de boa parte dos alunos e, ao se deparar com o ensino das cidades, o professor deve buscar relacionar a temática ao cotidiano dos alunos, instigando seu pensamento crítico com indagações, por exemplo: “Como vocês percebem as desigualdades sociais no seu dia a dia?” “Como a cidade atende às pessoas em diferentes bairros de distintas classes sociais?” Dessa forma, o professor está fazendo com

que os alunos desenvolvam uma noção crítica, além de considerar seus saberes prévios, que deve ser sempre o ponto de partida do educador (Santos et. al., 2022).

A dialética de um ensino crítico busca não apenas questionar o conhecimento estabelecido, mas estimular uma reflexão profunda sobre a realidade em si, evidenciando contradições e desafiando o status quo. É importante que o professor esteja atento, pois o ensino de Geografia possui intencionalidades. Se o professor se atém a um ensino de Geografia tradicional, e não contribui para um pensamento crítico, visando a progressão social do estudante, ele conseqüentemente contribui para sua alienação, tornando-o uma criança acrítica, inserida em um sistema desigual e que engole a ela e seus semelhantes cada vez mais. Concordando com o que afirma Menezes (2015, p. 354) ao dizer que:

A Geografia Tradicional abarca estas características e assim foi reproduzida no ensino devido à algumas intencionalidades. Sua aparente despolitização foi construída propositadamente, visando atingir determinados fins. Portanto, não se pode desconsiderar o caráter político da Geografia e o papel que exerce na escola.

Desta forma, não podemos desconsiderar o papel fundamental que a Geografia escolar desempenha na formação política do aluno. Assim concordo ao que afirma Albuquerque (2021, p. 44) “O desdobramento deste processo, resultante de uma postura acrítica, é a negação das especificidades inerentes à docência, colocando em xeque sua própria existência no trabalho escolar”. Por fim, para que o professor construa em sala, uma educação ancorada a uma pedagogia crítica de forma consciente, é necessário que o professor esteja ciente de suas bases epistemológicas. Um problema que se tornou nítido é a pobreza do conhecimento de muitos docentes em suas próprias bases epistemológicas, se assemelhando ao que afirma Kaercher (2007, p. 30) como um “Gigante dos pés de barro”, onde de nada vale sua enorme forma e intencionalidade se não possui uma base bem consolidada.

Para tal, a prática docente dos professores não deve se restringir apenas a aplicação de técnicas ou métodos, mas deve estar fundamentada em uma base epistemológica bem consolidada. E para isso, deve ser feito pelo profissional a constante indagação “O que é Geografia, para que(m) serve, por que ensiná-la” (Menezes 2015). Além de estar alicerçada a uma corrente de pensamento da Geografia que embasa a ação pedagógica do docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as discussões levantadas, podemos concluir que os alunos da rede pública da cidade de Fortaleza enfrentam uma série de desafios e, dentre estes, está a falta de estrutura das

escolas. Esse é um problema que atravessa gerações e fere o direito à cidade e cidadania dos alunos e professores que estão sujeitos a condições insalubres. Portanto, é interessante que o professor de Geografia, ao trabalhar a temática urbana em sala, busque relacionar com o cotidiano dos alunos, problematizando como as desigualdades estão presentes no seu cotidiano. É de suma importância que o professor mantenha uma postura crítica durante esse diálogo para que os alunos também desenvolvam uma noção crítica e sejam capazes de, após sua formação escolar, ver e denunciar essas desigualdades, e de forma coletiva reivindicar seus direitos, pois apenas a luta do coletivo, traz uma transformação social significativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M. A. M. *et al.* **Reformas neoliberais e inovações do passado: as metodologias ativas e a interdição da escola emancipatória.** In: ALBUQUERQUE, M. A. M. (org.). Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2021.

CAVALCANTI, L. de S. **A cidadania, o direito à cidade e a geografia escolar. Elementos de geografia para o estudo do espaço urbano.** Revista Geosp, n. 5, p. 41-55, 1999. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/e3fd0ded-8520-478f-8f9c-9be11e24b2f5/content>. Acesso em: 20 fev. 2025.

KAERCHER, N. A. **A Geografia escolar: gigantes de pés de barro comendo pastel de vento num fast food.** Terra Livre, Presidente Prudente, v. 1 n. 28. 2007. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/220/204>. Acesso em: 12 fev. 2025.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5. ed. 3. reimpr. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

MENEZES, V. S. **A historiografia da Geografia acadêmica e escolar: uma relação de encontros e desencontros.** Geographia Meridionalis v. 1, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Geographis/article/view/6188/4924>. Acesso em 12 jan. 2025.

OLIVEIRA, E. L. de A. **Áreas de risco geomorfológico na bacia hidrográfica do Arroio Cadena, Santa Maria/RS: zoneamento e hierarquização.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11321/000474761.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 jan. 2024.

SANTOS, L. P. dos; KAERCHER, N. A.; COSTELLA, R. Z.; MENEZES, V. S. **Os caminhos passam pel@s alun@s: saberes e (des)construções nas aulas de Geografia.** Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

DISCURSOS EMPRESARIAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DA MINERAÇÃO EM JUIZ DE FORA- MG

Marco Antonio Pizzano Filho⁷⁸, Lara Aparecida de Souza Ribeiro⁷⁹, Viviane Amélia Ribeiro Cardoso⁸⁰

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

O presente trabalho é fruto de análises oriundas de uma pesquisa em andamento que busca compreender os discursos empresariais da mineração capazes de sustentar modos de pensar e praticar a educação ambiental em projetos voltados às escolas e comunidades. O estudo concentra-se na Nexa Resources, empresa mineradora com atividades em expansão em Juiz de Fora, Minas Gerais, dedicada ao beneficiamento de minérios. Para este artigo, foram examinados os discursos educativos veiculados pela empresa em suas redes sociais, como o Instagram, e em seu site oficial, no período de maio a dezembro de 2024. A análise desses conteúdos se dá pela necessidade de compreensão de qual tipo de educação ambiental está sendo desenvolvida com a comunidade local, e junto, às suas intencionalidades. Tendo em vista que uma educação ambiental de caráter pragmático pode individualizar a culpa dos impactos ambientais nos indivíduos que cercam esses grandes empreendimentos, o trabalho busca assimilar quais são os objetivos desses programas educativos e relacionar com uma provável acumulação de capital social.

Palavras-Chave: Educação ambiental. Empresas de Mineração. Conflitos Socioambientais. Licença para Operar.

INTRODUÇÃO

Juiz de Fora é um dos grandes centros urbanos do Estado de Minas Gerais. Além de ser um ponto de conexão entre as principais capitais do sudeste, a cidade possui uma ligação ferroviária e uma proximidade com a BR-040, se tornando um dos principais centros industriais no século XIX e XX, recebendo o epíteto de “Manchester Mineira” em alusão a sua vocação industrial e desenvolvimento econômico (Bastos, 2002). Com a construção da linha férrea que cruza a cidade, abriram-se as portas para a operação da Companhia Paraibuna de Metais (CPM) em 1984. Logo em 2002, essa empresa passou a ser adquirida pela Votorantim Metais e Zinco (VMZ). Nessas circunstâncias, surge em 2016 a Nexa Resources como fusão da antiga Votorantim e da empresa peruana Milpo, que já atuava no ramo de zinco na América Latina.

⁷⁸ Estudante da graduação de geografia Universidade Federal de Juiz de Fora, antonio.pizzano@estudante.ufjf.br.

⁷⁹ Estudante da graduação de geografia Universidade Federal de Juiz de Fora, lara.souza@estudante.ufjf.br.

⁸⁰ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora, vivianearcardoso@gmail.com.

Partindo de um contexto em que processos minerários têm ocasionado impactos e conflitos socioambientais em municípios de Minas Gerais, esta pesquisa tem como foco a análise dos discursos produzidos em projetos de educação ambiental pela empresa mineradora Nexa Resources em Juiz de Fora, MG. Segundo Fernandes (2017), no território de Juiz de Fora os conflitos ambientais presentes resultam do tensionamento causado pelo uso e ocupação do solo entre os moradores do bairro Igrejinha, onde a Nexa está localizada, gerando impactos socioambientais, como a contaminação do ar e da água. Grandes corporações, quando vão atuar em um território, necessitam de uma “licença social” para operar, conforme afirmam Acselrad e Pinto (2009, p. 58): “não se refere apenas à licença dos órgãos públicos, mas fundamentalmente à “licença social”, ao apoio da sociedade local ao empreendimento, ao ambiente estável à sua realização”. Os autores argumentam que, frequentemente, esta licença é adquirida através da acumulação de capital social, que pode ser considerado como a transformação de um risco social, a exemplo de conflitos, para algo controlado pela empresa a partir da busca de uma boa relação com a comunidade, transformada em um ativo financeiro. Deste modo, a Educação Ambiental promovida pelas empresas de mineração desperta-se como prováveis estratégias empresariais que buscam, a partir de programas educativos, consolidar a aceitação dos passivos socioambientais e silenciar os impactos e conflitos gerados nos territórios (Cardoso, 2024). Tendo isto em vista, a presente pesquisa tem por objetivo investigar prováveis sentidos discursivos da Nexa sobre Educação Ambiental (EA) em suas mídias de divulgação digital, o Instagram e o site, buscando elucidar como são divulgados as ações e programas de EA dessa empresa que se encontra em expansão no território.

Levando em consideração que a produção da globalização representa um processo de internacionalização do mundo capitalista, a utilização dos meios de comunicação, como a internet e as redes sociais, pode ser analisada a partir da ótica de Santos (2001). Segundo o autor, a produção da unicidade dessas técnicas tem gerado a existência de um motor único na história, implicado em discursos ideológicos centrados na acumulação da mais-valia mundial, ou seja, do dinheiro, da competição e da exploração. Sob a perspectiva da educação, conforme Brandão (2007, p. 60) “do ponto de vista de quem controla, muitas vezes definir educação e legislar sobre ela implica justamente em ocultar a parcialidade destes interesses, ou seja, a realidade que eles servem a grupos, a classes sociais determinadas”. Partindo da conjuntura de discursos centralizados na exploração do ser humano pelo ser humano e da educação como uma ferramenta de controle da classe dominante. A EA praticada por grandes empreendimentos, por muitas vezes, buscam o objetivo de apaziguar os conflitos em nome do capital, na perspectiva

de Layrargues (2018, p. 25): “em nome da salvação da natureza, difunde-se a propaganda doutrinadora do capital e do apaziguamento social. Assim feita essa associação subliminar, o caminho da salvação da natureza necessariamente passa pelo mercado”. Por sua vez, Loureiro (2012) sustenta que nenhum discurso é neutro e que, por meio do discurso como prática social, são expostas relações de poder, hegemonia e a qualificação de posições e projetos políticos em disputa na sociedade. Desta forma, a EA se configura como um campo em disputa entre práticas emancipatórias e aquelas que visam manter as estruturas dominantes e perpetuar as injustiças.

MATERIAL E MÉTODOS

O caminho metodológico percorrido nesta pesquisa foi, principalmente, a revisão bibliográfica de um conjunto considerável de pesquisas que tratam sobre educação, educação ambiental, estratégias empresariais da mineração e licença social. Ademais, foram realizadas pesquisas no site e na rede social Instagram, em busca de materiais relacionados à educação ambiental e com o intuito de compreender como a empresa se comunica em suas redes sociais.

Realizamos, a partir dos dados do Instagram, a criação de uma tabela para o estudo da frequência de palavras pertinentes à Educação Ambiental e que se relacionam às ações propostas para a comunidade de Juiz de Fora, buscando aproximações e distanciamentos com o site da empresa. Visto a permanência de alguns sentidos discursivos nestas palavras, buscamos, a partir das concepções teóricas estudadas, discutir a intencionalidade educativa do uso desses discursos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A conta da empresa Nexa Resources no Brasil na plataforma do Instagram possui o número de 19,1 mil seguidores, e 535 postagens (até a data de 20 de novembro de 2024), a maioria das publicações estão relacionadas com campanhas de conscientização, premiações e ações sociais que a empresa realiza nas comunidades que está inserida, sinalizando, nestes discursos, como ela é benéfica para aquelas pessoas que ali vivem. Esses discursos ressaltam estratégias empresariais de construção de convencimento e da imagem positiva da empresa perante a sociedade (Acseirad; Pinto, 2009; Cardoso, 2024).

Por sua vez, o site possui uma proposta diferente do Instagram. O site apresenta uma linguagem e imagem mais formal, buscando apresentar a política da empresa junto à sua história, expondo como a extração de zinco é indispensável para um futuro de “energia limpa” e como ele é necessário para a fabricação de diversos produtos. O principal slogan da empresa

é “a mineração que muda o mundo”, buscando consolidar uma imagem de sustentabilidade, sendo a exploração da mineração algo determinante para a produção da energia sustentável. Esses discursos se amparam nos discursos dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) (Loureiro, 2012; Cardoso, 2024). O Instagram, como uma mídia social, busca aproximar a população através da propaganda. A seguir, destacamos a Tabela 1 que elenca as principais palavras produzidas por esses discursos.

Tabela 1. Frequência de palavra nas postagens na rede social Instagram da empresa Nexa, entre o dia 29/05 até 28/12 (imagens e legendas)

PALAVRAS	FREQUÊNCIA
Mineração	20
Inovação/inovadoras	14
Comunidade	14
Práticas sustentáveis/ sustentável	11
Desenvolvimento	10
ESG/ Sustentabilidade	8
Socioambiental	3
Legado positivo	3
Impacto positivo	3
Educação ambiental	2

Fonte: elaboração própria.

Observamos como as palavras ligadas às práticas sustentáveis e “desenvolvimento” aparecem com maior frequência, isso pode nos indicar uma política voltada ao desenvolvimento sustentável. Segundo o campo da EA, os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade podem representar uma apropriação do capital, que busca garantir espaços de consenso e silenciar assimetrias de poder, bem como as injustiças socioambientais (Loureiro, 2012; Cardoso, 2024). Por sua vez, “Inovação”, “socioambiental”, “legado positivo” e “impacto positivo” são palavras que podem ser vistas como uma tentativa da empresa de se vender como algo, seja como algo moderno através da inovação, interessada nas comunidades que ela se adentra, ou até mesmo, através do socioambiental, como agente atuante na comunidade, capaz de fomentar um impacto social positivo (Acselrad; Pinto, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte de uma pesquisa em andamento, os dados iniciais destacam estratégias empresariais da mineração que, através da divulgação de ações de educação ambiental, buscam consolidar uma “licença social para operar”. A partir de pesquisas bibliográficas e da análise dos discursos da mineradora Nexa Resources, em seu site e na rede social Instagram,

destacamos operações discursivas que sustentam sentidos associados ao discurso do desenvolvimento sustentável e à ideia da mineração como elemento essencial para a produção de energia sustentável. Assim, é importante salientar que esses discursos podem silenciar conflitos e impactos gerados pelas grandes corporações nos territórios onde atuam, promovendo o consenso e o convencimento em torno de suas operações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H.; PINTO, G. R. **A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica.** Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 51-64, jul./dez. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281188481_A_gestao_empresa_risco_social_e_a_neutralizacao_da_critica. Acesso em: 06 mar. 2025.
- BASTOS, S. Q. A. **Juiz de Fora: análise do desenvolvimento industrial e dos desafios colocados pela implantação da Mercedes-Benz.** In: X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002. Anais [...]. Diamantina, MG, 2002. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D38.PDF>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CARDOSO, V. A. R. **A educação ambiental na formação de lideranças jovens em territórios atingidos pela mineração: o desastre como negócio e o empreendedorismo como propósito.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/18054>. Acesso em: 06 mar. 2025.
- FERNANDES, D. A. A. O. **A produção capitalista do espaço e as repercussões socioambientais: caso Igrejinha.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5880>. Acesso em: 06 mar. 2025.
- LAYRARGUES, P. P. **Educação ambiental nas sociedades capitalistas.** Revista Novamerica, Rio de Janeiro, n. 157, p. 24-30, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.novamerica.org.br/ong/?p=603>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

EDUCAÇÃO PARA QUEM? AS ESCOLAS EM DISPUTA FRENTE À MINERAÇÃO DE LÍTIO NO VALE DO JEQUITINHONHA

Letícia Honorato de Oliveira⁸¹, Aline Weber Sulzbacher⁸²

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia, e Produção do Espaço.

RESUMO

O Estado de Minas Gerais, desde o final do século XX, é marcado por um intenso processo de apropriação e exploração de seus recursos naturais, sobretudo, através da implementação de Grandes Projetos Desenvolventistas, como a mineração no Vale do Jequitinhonha. Os reflexos dessa atividade na região, no entanto, não se restringem apenas aos impactos socioambientais e territoriais, mas, estendem-se também à educação escolar. Logo, este estudo investiga a relação entre a mineração e a educação nos municípios de Araçuaí e Itinga, no médio Jequitinhonha, com foco na mineração de lítio. Para tanto, tem-se por objetivo, analisar a influência exercida pelas empresas do setor minerário sobre as escolas, a partir de uma metodologia que baseia-se na revisão bibliográfica e na análise de dados disponibilizados em canais de comunicação (redes sociais). Os resultados preliminares indicam que há nesses municípios uma tendência ao silenciamento pedagógico sobre os impactos socioambientais da mineração, o que restringe o desenvolvimento de uma abordagem crítica sobre o tema entre estudantes e docentes. Por fim, destaca-se a necessidade de uma reestruturação curricular e formações continuadas que ampliem o debate da mineração, para que o ambiente escolar não reproduza discursos hegemônicos, mas atue como um espaço de emancipação social.

Palavras-Chave: Mineração. Educação. Escola Pública. Silenciamento pedagógico. Lítio.

INTRODUÇÃO

A relação entre a mineração e os direitos humanos e territoriais dos povos e comunidades tradicionais (PCTs) que vivem no Vale do Jequitinhonha, no nordeste do estado de Minas Gerais, tem se consolidado ao longo dos anos como um tema central em debates e reflexões. Esse processo é impulsionado pela intensificação dos conflitos territoriais, sociais e ambientais desencadeados pela sucessiva implementação de empreendimentos ancorados na lógica do desenvolvimento, especialmente, a mineração. Desde o final do século XX, o estado de Minas Gerais, em especial a região do Vale do Jequitinhonha, tem sido marcada por um intenso processo de apropriação e exploração de seus recursos naturais, orientado, sobretudo, pela implementação dos Grandes Projetos Desenvolventistas (Alentejano; Tavares, 2019, p. 194), consolidando um modelo econômico que aprofunda disputas territoriais e impactos socioambientais (Honorato, 2024).

⁸¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, leticia.honorato@ufvjm.edu.br.

⁸² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, aline.weber@ufvjm.edu.br.

O *boom* mineral associado a minerais estratégicos na região (Honorato; Sulzbacher, 2024), em especial à substâncias que contém lítio, amplificou esses conflitos, principalmente em torno das disputas por bens comuns como à água, à terra, ambientes e etc. No entanto, esses impactos não se restringem apenas ao âmbito socioambiental, mas estendem-se também a educação escolar⁸³. As escolas se tornaram espaços estratégicos, trunfos, a serem disputados pelos empreendimentos minerários, que passaram a angariar validação social por meio da promoção de ações educativas, voltadas à educação ambiental, investimentos em infraestrutura, dentre outros. Esses efeitos são evidentes em comunidades atingidas pela mineração, onde a exploração mineral afeta não apenas o cotidiano e a infraestrutura, mas as perspectivas educacionais das populações locais e a ligação com o território em que vivem (Rocha; Melo Hunzicker, 2022).

Diante dessa conjuntura, aponta-se uma tendência à prática do “silenciamento pedagógico” nos territórios do Jequitinhonha – dinâmica semelhante à vivenciada em Bento Rodrigues, Mariana (MG), após o crime ambiental ocorrido em 2015 (Silva et al., 2018). Esse conceito, conforme definido por Rocha e Melo Hunzicker (2022, p. 6)⁸⁴, acentua a desconexão entre o currículo e as dinâmicas territoriais onde estão inseridas as escolas, contribuindo para o enfraquecimento do papel da educação como agente de ação e transformação social. E em especial, impacta a Geografia enquanto área de conhecimento, uma vez que sua contribuição passa, justamente, pela compreensão crítica das relações entre sociedade e território.

Por fim, tem-se como objetivo principal investigar a relação entre a atividade minerária e o contexto educacional a partir do conceito de silenciamento pedagógico nos territórios do médio Jequitinhonha, nos municípios de Araçuaí e Itinga. A análise se concentrará na sistematização e caracterização das ações, eventos, programas e atividades realizadas pelas empresas de mineração no ambiente escolar. As questões e resultados preliminares apresentados têm por base atividades de ensino, pesquisa e extensão em andamento.

MATERIAL E MÉTODOS

Os dados e discussões que serão apresentadas ao longo deste texto compõem o projeto de iniciação científica intitulado “Conflitos territoriais e processos minerários no Semiárido

⁸³ Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

⁸⁴ “[...] denomina situações que remetem à pouca presença, nas práticas escolares, de temas relacionados aos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais vinculados às atividades econômicas de grandes proporções” (Rocha; Melo Hunzicker, 2022, p. 6).

Mineiro", financiado pela FAPEMIG, e desenvolvido junto ao Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro – grupo interdisciplinar de pesquisa, ensino e extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em dois eixos metodológicos principais: a análise teórica e a análise documental. A primeira baseou-se na discussão teórica sobre os efeitos e impactos socioambientais da mineração, o conceito de silenciamento pedagógico e as estratégias empresariais voltadas para a educação. Já a segunda, consistiu na análise de materiais institucionais, campanhas midiáticas e publicitárias, produzido por empresas mineradoras, com o intuito de identificar padrões de atuação e formas de influência sobre a educação escolar nos municípios de análise – Araçuaí e Itinga.

Além da revisão teórica e documental, a pesquisa prevê, em etapas futuras, a realização de trabalhos de campo com observações participantes e entrevistas com professores e lideranças comunitárias, visando aprofundar o entendimento das dinâmicas socioeducativas em contextos afetados/impactados pela mineração, além da coleta de dados primários. A combinação dessas etapas permitirá analisar como as práticas pedagógicas e as atividades promovidas no ambiente escolar têm sido afetadas, e para além, identificar possíveis estratégias de resistência e conscientização nos municípios de Araçuaí e Itinga.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os impactos da mineração de lítio nos municípios de Araçuaí e Itinga, refletem dinâmicas territoriais, socioambientais e educacionais que, por vezes, desconsideram as especificidades locais. Ou seja, há uma desconexão entre as iniciativas educacionais e as realidades locais, tal qual como as necessidades das comunidades, o que limita o potencial do ambiente escolar de fomentar e promover uma compreensão crítica frente os impactos da mineração (Rocha; Melo Hunzicker, 2022).

As atividades educacionais promovidas por empresas mineradoras nos municípios de análise, tendem a seguir três eixos principais de atuação: (1) investimentos conjuntos com o poder público em reformas e revitalizações de escolas públicas; (2) implementação de programas voltados à educação ambiental; e, (3) a propagação de supostos benefícios da mineração, como a geração de empregos e avanços tecnológicos, enquanto minimizam ou omitem os impactos ambientais e sociais dessa atividade, utilizando-se de grandes canais de comunicação (redes sociais) (Honorato; Teodoro; Carneiro Santos, 2023). No entanto, essa

estratégia reforça um discurso que naturaliza a minério-dependência (Coelho, 2017, p. 2)⁸⁵ desconsiderando alternativas sustentáveis para o desenvolvimento regional.

Diante desse cenário, nota-se a urgente necessidade de se reestruturar as práticas pedagógicas e, paralelamente, investir em formações continuadas para educadores, garantindo que o debate sobre os impactos da mineração esteja presente nas escolas de maneira efetiva. Tendo em vista que, muitos docentes enfrentam dificuldades e desafios para abordar criticamente o tema, seja pela falta de materiais didáticos adequados, ou pela influência direta das empresas dentro das instituições de ensino, o que compromete a autonomia pedagógica (Rocha; Melo Hunzicker, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, percebe-se que a atuação das empresas mineradoras em Araçuaí e Itinga, não se limita apenas ao território e a economia local, mas influencia diretamente o ambiente escolar. Suas ações, embora vestidas com roupagens à responsabilidade social, reforçam discursos que minimizam os impactos socioambientais da mineração e naturalizam a minério-dependência. Os efeitos sobre o ambiente educacional – através de investimentos em infraestrutura, programas de educação ambiental e campanhas midiáticas – desconsideram as particularidades locais, enfraquecem a autonomia pedagógica e fortalecem a ausência de debates críticos sobre o território pelas instituições escolares. Como consequência, a formação dos estudantes é comprometida e os professores, por sua vez, vivenciam desafios estruturais que comprometem a construção de uma educação crítica e emancipadora (Rocha; Melo Hunzicker, 2022). Essa realidade evidencia uma desconexão entre o currículo e as necessidades das comunidades atingidas.

Diante desse contexto, há a necessidade de se implementar políticas públicas que reestruturem as práticas pedagógicas, promovam formações continuadas e incentivem o debate crítico sobre a mineração, os direitos humanos e territoriais. A inclusão destes temas ao currículo fortalece a consciência crítica dos estudantes e contribui para que as comunidades desenvolvam maior autonomia na defesa de seus territórios, de seus direitos e na construção de um outro modelo de mineração.

⁸⁵ “[...] defino a minério-dependência enquanto situação na qual, devido à especialização da estrutura produtiva de um município, região ou país na extração de minerais, os rumos da estrutura local são definidos em centros decisórios externos. [...]. Esta relação de subordinação faz com que as decisões sobre o que ocorrerá na estrutura produtiva local sejam tomadas em centros políticos externos, sejam eles empresas multinacionais mineradoras e/ou mercados de commodities minerais, sejam centros consumidores dentro de um mesmo país ou internacionais” (Coelho, 2017, p. 2).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; TAVARES, Eduardo. **Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia**. Terra Livre, São Paulo, v. 52, p. 190-233, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1620>. Acesso em: 20 mar. 2025.

COELHO, T. P. **Minério-dependência e alternativas em economias locais**. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 3, p. 1-8. 2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/wp-content/uploads/sites/513/2017/04/Coelho-2017-Min%C3%A9rio-depend%C3%Aancia-e-alternativas-em-economias-locais-Versos.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2025.

HONORATO, Letícia de Oliveira. **Entre serras, minas e comunidades: reflexões sobre a mineração em Conceição do Mato Dentro-MG sob a ótica da questão agrária brasileira**. In: Colóquio Internacional Sobre Povos e Comunidades Tradicionais, 2024, Montes Claros, MG. Anais [...]. Montes Claros: UNIMONTES, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viicoloiopcts/923812-entre-serras-minas-e-comunidades--reflexoes-sobre-a-mineracao-em-conceicao-do-mato-dentro-mg-sob-a-otica-da-ques/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

HONORATO, Letícia de Oliveira; SULZBACHER, Aline Weber. **Mineração e conflitos territoriais no Semiárido Mineiro: uma análise dos processos minerários**. In: Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos, 2024, São Paulo, SP. Anais [...]. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2024. Disponível em: https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727923633_ARQUIVO_2405ed17996c3eae0b450a97bf86057c.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

HONORATO, Letícia de Oliveira; TEODORO, Pacelli Henrique Martins; CARNEIRO SANTOS, Izabella Alexia. **A redescoberta do Vale do Jequitinhonha no século XXI: a mineração de lítio sob a ótica dos conflitos ambientais**. In: X Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 10.; XI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 11., 2023, São Paulo. Anais [...]. São Paulo, USP, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1a_fwJ68I_w9WShKh7EiRBLQ0ZK1kR/view. Acesso em: 20 mar. 2025.

ROCHA, Maria Isabel Antunes; MELO HUNZICKER, Adriane Cristina de. **A prática do silêncio pedagógico no contexto mineiro**. Revista Brasileira de Educação Básica, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/68356>. Acesso em: 07 mar. 2025.

SILVA, B. G.; SANTOS, H. C. C.; SILVA, A. W. P.; COELHO, A. L. A. L.; OLIVEIRA, B. N. F.; PELLIZZONI, L. N.; NETO, J. S. M.; SABINO, F. H. P. S. **Análise do discurso de sustentabilidade da empresa Samarco a partir de materiais visuais**. Revista Eletrônica Multidisciplinar FACEAR, Araucária, PR, v. 1, n. 7, p. 1-10, abr. 2018. Disponível em: <https://revista.unifacear.edu.br/rem/article/view/263>. Acesso em: 07 mar. 2025.

VIVÊNCIA COM A LEI 10.639 NO ENSINO EM GEOGRAFIA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PORTO NACIONAL DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Wanderson Cardoso de Oliveira Anastácio⁸⁶, Francislene Alves Bezerra⁸⁷

Eixo 6: Educação, Ensino da Geografia e Produção de Espaço.

RESUMO

O trabalho descreve a experiência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), exercido no ano de 2024 na Escola Família Agrícola de Porto Nacional (EFAPN). As atividades foram desenvolvidas com foco na aplicação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. A Lei visa combater o racismo e valorizar a contribuição dos afro-brasileiros para a formação da sociedade. Durante o PIBID, tivemos discussões e leituras de materiais sobre cultura afro-brasileira e sua importância para o ensino de Geografia nos encontros de planejamento das atividades na Universidade, e, foi desenvolvido uma atividade prática com a dinâmica da música “Frutos da Terra”, para discutir o tema “Identidade” com alunos da EFAPN. A experiência revelou entendimento sobre as culturas locais e regionais por parte dos educandos, avanços na inclusão da cultura afro-brasileira a partir dos novos livros didáticos, e a importância de uma educação que valorize a diversidade e promova a inclusão de diferentes culturas. A vivência no PIBID me permitiu perceber o impacto da Lei no combate ao racismo e na formação de cidadãos críticos e conscientes, reforçando a necessidade de uma educação mais justa e igual.

Palavras-Chave: Lei 10.639/2003. PIBID. Ensino de Geografia. Cultura Afro-Brasileira.

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639/2003, sancionada em 9 de janeiro de 2003, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio. Seu objetivo é valorizar as contribuições dos afro-brasileiros para a formação da sociedade e combater o racismo nas instituições educacionais. A inserção da temática no currículo escolar representa um passo fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva e diversa, promovendo a conscientização sobre a importância da cultura afro-brasileira (Brasil, 2003).

No entanto, sua implementação no ensino de Geografia tem enfrentado desafios significativos, como a resistência de alguns educadores, a falta de materiais didáticos apropriados e a ausência de formação específica para os professores. Este trabalho foi realizado durante a participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID),

⁸⁶ Universidade Federal do Tocantins-UFT, wanderson.oliveira@mail.uft.edu.br.

⁸⁷ Escola Família Agrícola de Porto Nacional-TO, francislenezbezer@educ.to.gov.br.

teve como objetivo investigar como a Lei 10.639/2003 tem sido aplicada no ensino de Geografia, identificando os avanços e as dificuldades encontradas pelos professores.

Apesar dos esforços para incluir a cultura afro-brasileira no currículo, ainda existem obstáculos, como a falta de recursos adequados e a escassez de formação docente. No entanto, as atividades realizadas no PIBID demonstraram que é possível superar esses desafios por meio de novos recursos pedagógicos, como livros didáticos atualizados, filmes e documentários. Ao trabalhar a cultura afro-brasileira no ensino de Geografia, os alunos não apenas ampliam seus conhecimentos sobre o Brasil, mas também valorizam suas próprias raízes culturais e a refletir criticamente sobre as questões raciais na sociedade.

O trabalho evidenciou que a Lei 10.639/2003, promove avanços na valorização da cultura afro-brasileira, mas sua implementação plena ainda enfrenta desafios. A adaptação dos materiais didáticos e o uso de metodologias ativas mostraram-se estratégias eficazes para um ensino mais inclusivo. A experiência no PIBID foi essencial para minha formação como futuro professor, permitindo-me compreender a importância de uma educação que valorize a diversidade e combata o racismo de forma efetiva.

MATERIAL E MÉTODOS

As atividades desenvolvidas no PIBID tiveram como foco a aplicação da Lei 10.639/2003 no ensino de Geografia na Escola Família Agrícola de Porto Nacional (EFAPN), com ênfase nos desafios e avanços desse processo.

A metodologia adotada combinou abordagem teórica e prática, incluindo análise de artigos, uso de recursos didáticos e uma atividade pedagógica em sala de aula. Realizamos visitas à EFAPN, leitura e discussões sobre os artigos de Renato Emerson dos Santos e a elaboração de uma atividade baseada na música Frutos da Terra, aplicada aos alunos do 1º e 2º ano do ensino médio. A atividade seguiu o formato de aula expositiva dialogada.

Os artigos analisados foram discutidos durante encontros entre os bolsistas e a professora supervisora na Universidade Federal do Tocantins, campus Porto Nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o PIBID, as leituras dos artigos de Santos (2011, 2024) evidenciaram que a Lei 10.639/2003 tem potencial transformador, mas sua implementação enfrenta barreiras estruturais. Segundo o autor, “o eurocentrismo ainda domina a grade curricular, dificultando a inserção de conteúdos que valorizem a cultura afro-brasileira no ensino de Geografia”. Essa

perspectiva se confirmou na prática, pois percebemos que muitos professores ainda enfrentam dificuldades. Buscando superar esses desafios, utilizamos os livros didáticos (Figura 1) com conteúdo diversificado sobre a história e cultura afro-brasileira, especialmente no contexto histórico do Tocantins. Os materiais didáticos ajudaram na elaboração das atividades e estratégias pedagógicas para abordar a Lei 10.639/2003 em sala de aula.

Figura 1. Execução da atividade em sala de aula e livros didáticos utilizado.



Fonte: elaboração própria.

Santos (2011) defende a necessidade de metodologias como a pesquisa-ação para desenvolver práticas pedagógicas que articulem conteúdos geográficos com a temática afrodescendente. Durante a execução da atividade na EFAPN, buscamos essa integração ao relacionar a música *Frutos da Terra* à identidade dos alunos, discutindo a influência dos povos africanos e quilombolas na cultura e na geografia do cerrado. A experiência demonstrou que estratégias didáticas inovadoras favorecem o engajamento dos alunos e ampliam sua percepção sobre a diversidade cultural, pois eles interagiram demonstrando ter conhecimento de alguns frutos ou animais originais do cerrado, a partir da discussão gerada sobre o tema, deu-se abertura para dialogarmos com as questões culturais, locais e regionais de cada aluno ali presente que se sentiram a vontade em participar da dinâmica.

Além disso, discutimos com os alunos a importância do ingresso no ensino superior, abordando políticas públicas que garantem acesso às universidades. Essa abordagem reforça o

argumento de Santos (2024), que afirma: “A valorização da cultura afro-brasileira no ensino básico deve estar aliada a políticas de permanência e inclusão no ensino superior, garantindo que os estudantes negros tenham acesso à educação de qualidade em todos os níveis”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no PIBID foi crucial para minha formação docente, permitindo a aplicação prática do que aprendi na universidade e ampliando minha compreensão sobre a importância de uma educação inclusiva. Ao trabalhar com a Lei 10.639/2003, percebi como ela pode ser uma ferramenta poderosa para valorizar a cultura afro-brasileira e combater o racismo.

Troca de experiências entre professores, alunos e universidade reforçou a importância de um trabalho interdisciplinar, como propõe Santos (2011), ao afirmar que “o diálogo entre diferentes atores da educação é essencial para fortalecer práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural brasileira”. Além disso, a leitura de seus artigos demonstrou que a história e cultura afro-brasileira devem ser abordadas de forma crítica e integrada ao currículo, evitando sua marginalização como tema secundário.

O papel do professor vai além da transmissão de conteúdos; ele é um agente de mudança. Para Santos (2024) “o ensino da cultura afro-brasileira não deve ser um conteúdo eventual, mas sim uma perspectiva constante na formação dos alunos, ajudando-os a reconhecer e valorizar sua identidade”. Inspirado nessa visão, quero atuar como educador que promova a diversidade, fomente a reflexão crítica e contribua para uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

SANTOS, R. E. **A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação.** Revista Tamoios, São Gonçalo, RJ, v. 7, n. 11, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2011.1702>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SANTOS, R. E. **Vinte anos da Lei 10.639: quais os desafios para o ensino de Geografia.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 1, n. 111, p. 14-31, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.61636/bpg.v1i111.3114>. Acesso em: 14 mar. 2025.

AS ESCOLAS RURAIS ESTIGMATIZADAS? UMA ANÁLISE A PARTIR DO IDEB NO GAMA/ DF

Lucas Mendes Gomes⁸⁸, Luís Eduardo Ribeiro dos Santos⁸⁹

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

As escolas rurais, por grande parte da população, são vistas como ruim ou de qualidade inferior, não somente pela sua estrutura, mas principalmente por uma falsa ideia de desenvolvimento associado às cidades. Sendo assim, a ideia de progresso consiste em idealizar as escolas urbanas e estigmatizar as escolas rurais. Diante dessa constante estigmatização, o objetivo é utilizar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para comparar as escolas rurais e urbanas, mostrando que a realidade no ensino dessas escolas é outra. A pesquisa possui método comparativo, analisando o Ideb entre as escolas rurais e urbanas. O principal resultado é que, apesar do Ideb ser um bom indicativo, ainda se fazem necessárias outras formas de análise na qualidade final da educação. Como conclusão, contradiz-se a estigmatização perante as escolas rurais e sua qualidade de ensino.

Palavras-Chave: Ideb. Escolas Rurais. Política Pública. Educação.

INTRODUÇÃO

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um dos principais indicadores de qualidade da educação no Brasil, permitindo avaliar o desempenho das escolas e direcionar políticas públicas para a melhoria do ensino. No contexto do Distrito Federal, a Região Administrativa do Gama apresenta uma diversidade educacional significativa, com escolas localizadas em áreas urbanas e áreas rurais. Comparando o Ideb nos anos finais do Ensino Fundamental, que são dos sextos aos nonos anos, entre as escolas públicas urbanas e rurais do Gama, os resultados obtidos indicam que, apesar das diferenças estruturais entre as escolas urbanas e rurais, o desempenho no Ideb é relativamente semelhante. A escola com o Ideb mais alto e a escola com o Ideb mais baixo estão localizadas na área urbana, sugerindo que, enquanto o desempenho das escolas das duas áreas não apresenta grandes disparidades, há fatores específicos nas escolas urbanas que influenciam esses resultados.

As políticas públicas voltadas para o campo são estruturadas, de acordo com Santos (2006, p. 70), “a partir das determinações do modo de produção capitalista, e também a partir de uma educação vista sob a ótica urbana, porque é considerada mais desenvolvida”. Essa visão

⁸⁸ Universidade de Brasília, luquinhasmgomes@gmail.com.

⁸⁹ Universidade de Brasília, eduardoribeiro2006679@gmail.com.

reflete a tendência histórica de considerar o espaço urbano como modelo de progresso e qualidade educacional, enquanto o meio rural é tratado como defasado. Esse pensamento influencia a formulação de políticas educacionais que muitas vezes não contemplam as especificidades das populações do campo, impondo-lhes modelos urbanos de ensino.

Diante disso, confrontando a visão estigmatizada das escolas rurais, identifica-se e compara-se o Ideb entre as escolas públicas rurais e urbanas do Gama, no Distrito Federal, enfatizando que o território do Gama apresenta uma dualidade territorial entre o desenvolvimento urbano planejado e a permanência de práticas e modos de vida característicos do campo, que persistem até os dias atuais, mantendo uma forte presença de áreas rurais, onde o deslocamento dos estudantes torna-se dificultoso.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa constituiu-se em delimitar uma área de estudo, a qual é uma região administrativa do Distrito Federal. A região do Gama é característica por possuir grande área rural e parcelamentos urbanos isolados, o que contribuiu para os andamentos da pesquisa. Diante da questão rural e urbana na educação, priorizou-se os estudos dos rendimentos e qualidades de ensino entre as escolas rurais e urbanas, o que foi identificado a partir do Ideb, realizada pelo Ministério da Educação (MEC) a partir do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os quais foram as fontes dos dados utilizados na pesquisa. Nesse caso, utilizou-se a nota média obtida no Ideb entre 2019, 2021 e 2023 nas escolas com os anos finais do ensino fundamental, que são dos sextos aos nonos anos. A escolha se deu pelo motivo de não existir ensino médio nas escolas na área rural do Gama.

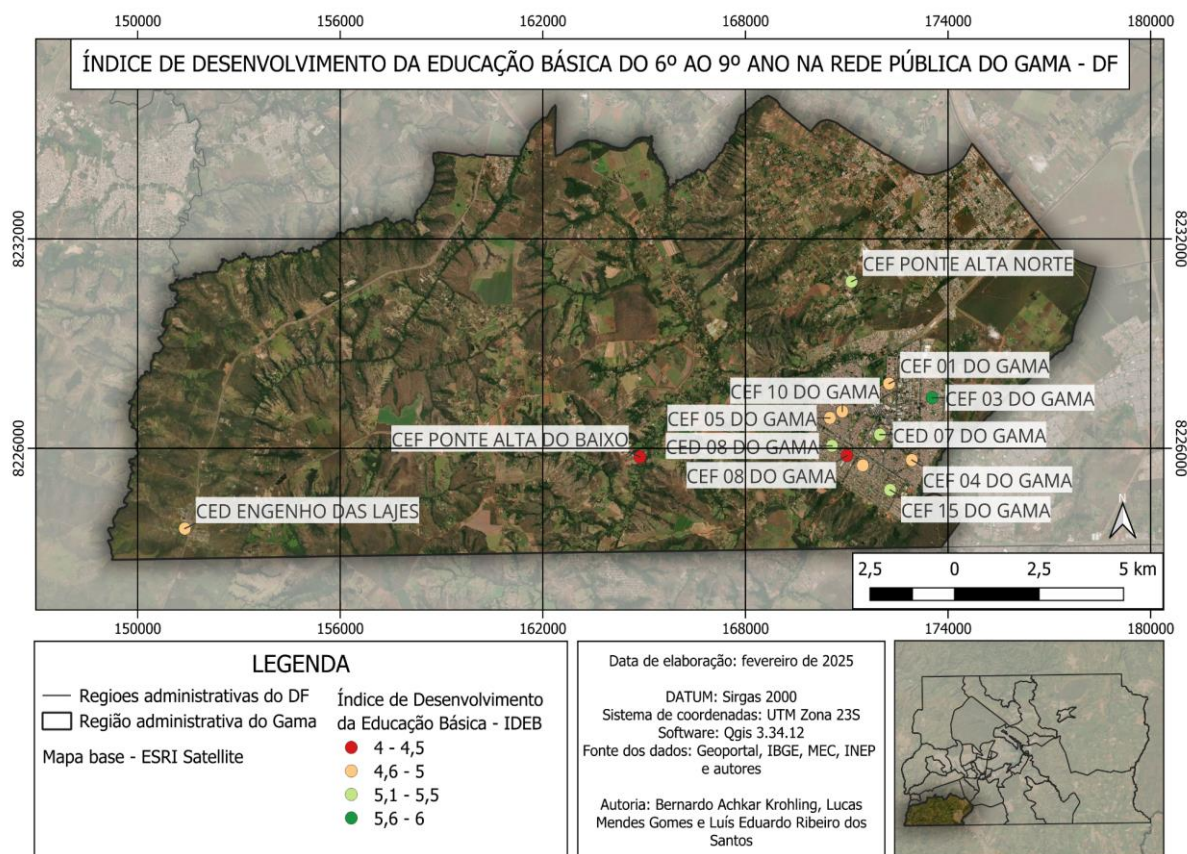
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A transformação do espaço rural em urbano se dá, não só por características físicas, mas também simbólicas. O processo de urbanização é reivindicado pelos habitantes de uma região, onde, de acordo com Filho (2020), nesse processo, está intrínseco o surgimento de desigualdades no acesso aos bens materiais, os quais, nesse caso, se dão pelos equipamentos urbanos e mais especificamente no acesso à educação.

Em tese, de acordo com Paviani (2007), a dinâmica demográfica do Distrito Federal é um continuado povoamento esparsa, o que pode ser observado no Gama, especialmente na área rural. Nota-se, por exemplo, parcelamentos urbanos isolados, onde são ideias para visualizar a reivindicação de infraestrutura na área urbana, principalmente no quesito da educação. Sendo

assim, nota-se a presença de escolas rurais (Figura 1) apenas nesses parcelamentos, o que dificulta o acesso, dos estudantes de áreas mais remotas, à educação, como pode ser observado.

Figura 1. Ideb do 6º ao 9º ano na rede pública do Gama - DF.



Fonte: elaboração própria.

Historicamente, as escolas rurais, de acordo com Marques (2024), sofrem preconceito, segregação e falta de investimentos. Processos esses que ocorreram com as escolas rurais do Gama, onde, pela falta de investimento, diversas escolas reduziram seus atendimentos ou fecharam. Em todas as escolas rurais do Gama há, somente, ensino fundamental. Todo o atendimento para o ensino médio foi encerrado.

Nesse viés, os resultados indicam que, embora o Ideb médio entre as escolas rurais e urbanas seja semelhante, o melhor e o pior índice estão localizados no meio urbano do Gama, como pode-se observar na Tabela 1, além de não existir tanta disparidade entre eles, visto que o Ideb é uma escala entre um e dez. Pode-se, a partir disso, destacar que o ensino aplicado em meio rural é estigmatizado como sendo de baixa qualidade. Quando, mesmo com tantos desafios, as escolas rurais conseguiram permanecer na média.

Tabela 1. Nota média do Ideb nas escolas urbanas e rurais do Gama com ensino dos 6º aos 9º anos.

ESCOLAS	NOTA MÉDIA IDEB	CLASSIFICAÇÃO
CEF 03 do Gama	5,7	Urbana
CED 07 do Gama	5,5	Urbana
CEF 15 do Gama	5,2	Urbana
CED 08 do Gama	5,2	Urbana
CEF Ponte Alta Norte	5,1	Rural
CEF 10 do Gama	5,0	Urbana
CEF 01 do Gama	5,0	Urbana
CEF 04 do Gama	4,9	Urbana
CEF 11 do Gama	4,8	Urbana
CEF 05 do Gama	4,8	Urbana
CED Engenho das Lajes	4,7	Rural
CEF Ponte Alta do Baixo	4,5	Rural
CEF 08 do Gama	4,2	Urbana

Fonte: MEC, Inep e IBGE.

Nesse caso, o problema não se restringe apenas à diferenciação entre rural e urbana, mas uma estrutura histórica de investimento estatal, como é apontado por Santos (2006), o que poderia ser estudada e planejada para a aplicação de políticas públicas que visam a melhoria estrutural de acesso aos direitos fundamentais. Assim, apesar do Ideb ser importante para a avaliação da qualidade de ensino, não pode ser a única forma utilizada para isso. O estudo deve ser realizado de forma preventiva e participativa nas escolas, visando a integração de alunos na decisão de políticas públicas que visem a garantia de seus direitos.

A estruturação da educação no campo é definida por Marques (2024): a terra como espaço de existência, o trabalho como a produção material para a existência, a organização coletiva como identidade do sujeito social, a matriz histórica como memória, a cultura como articuladora de diferentes matrizes, o conhecimento popular como ciência de saberes e as vivências de opressão como marcas de práticas subalternas.

Nesse viés, a educação do campo deve ser vista de forma diferente da urbana, pois deve-se considerar uma valorização do território e suas vivências. Para isso, é necessário qualificação adequada, que atualmente é dada por licenciados em educação do campo. Área de atuação que está ganhando espaço nas universidades e sendo valorizada no mercado de trabalho. Diante disso, faz-se a urgência em realizar pesquisas que compreendam as particularidades do campo,

como apresenta Paviani (2007), e aplicar isso à realidade desses estudantes que vivem no campo, a partir da perspectiva de Filho (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Ideb nas escolas públicas rurais e urbanas do Gama revelou que a diferença no desempenho escolar entre os dois contextos não é tão acentuada quanto se poderia supor. Apesar da maior infraestrutura das escolas urbanas, as escolas rurais demonstraram capacidade de manter um desempenho semelhante, o que indica que a infraestrutura não é o único fator importante, sendo que o engajamento escolar e as estratégias de ensino também fazem efeito. No entanto, os desafios persistem, especialmente para as escolas rurais, que enfrentam dificuldades como transporte inadequado. A região do Gama não faz parte do projeto Caminho das Escolas e grande parte de suas vias rurais não foram asfaltadas, além da ausência de oferta de ensino, já que a maioria das escolas rurais só fornecem o ensino infantil.

Torna-se essencial a implementação de políticas públicas que valorizem a educação no campo, promovendo igualdade e garantindo condições adequadas de ensino. Sendo assim, estudos futuros podem aprofundar essa abordagem, investigando outros aspectos da educação rural e urbana e suas interseções com fatores socioeconômicos e políticos. Sendo assim, estudos futuros podem aprofundar essa abordagem, investigando outros aspectos da educação rural e urbana e suas interseções com fatores socioeconômicos e políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARQUES, V. B. P. **A escola do campo devorada pela cidade: impactos do crescimento urbano irregular na Ponte Alta Norte - Gama/DF**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/48270>. Acesso em: 16 de jan. de 2025.

PAVIANI, Aldo. **Geografia Urbana do Distrito Federal: Evolução e tendências**. Revista Espaço & Geografia, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/2236-56562007e39785>. Acesso em: 2 fev. 2025.

SANTOS, Franciele Soares dos. **Educação do campo e educação urbana: aproximações e rupturas**. Educere et Educare, Cascavel, PR, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1006>. Acesso em: 2 fev. 2025.

FILHO, José Sobreiro. **Um breve ensaio sobre a ideia de produção na teoria da produção do espaço: de Marx a Lefebvre**. Formação (Online), v. 27, n. 51, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33081/formacao.v27i51.6406>. Acesso em: 4 fev. 2025.

CULTURA ESCOLAR E CULTURA ORGANIZACIONAL: RUMOS E DESAFIOS PARA OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA REDE BÁSICA DE EDUCAÇÃO⁹⁰

Reinaldo Gabriel de Souza⁹¹, Renan Amabile Boscariol⁹²

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

Os estudos da Cultura Escolar e a Cultura Organizacional ganharam bastante notoriedade e relevância no século XX. No que tange essa área do campo acadêmico reflete as mudanças estruturais do mundo e como ela se refletia nas unidades escolares, definindo e redefinindo a forma de criar identidade e símbolos nas gestões organizacionais das escolas. Este trabalho irá explorar bibliografias sobre cultura e organização, para construir uma linha de raciocínio para as conceituações de cultura escolar e cultura organizacional. Em seguida, será apresentado trabalhos importantes sobre o debate em questão, para que na seguinte etapa discutir a formação dessas culturas das unidades escolares e como elas refletem nos problemas estruturais da educação brasileira.

Palavras-Chave: Cultura Escolar. Cultura Organizacional. Educação.

INTRODUÇÃO

A interação do homem com o meio desde a antiguidade cria identidades, símbolos e significados. Claude Lévi-Strauss considera que a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma (Laraia, 2001). O ser humano se torna socialmente construído ao adentrar-se na cultura do meio que ele convive, e para de ser apenas organismo (Santos, 2019).

Historicamente os ritos, aprendizagens e o saber são passados para toda a comunidade, principalmente dos mais velhos para os mais novos, e essa passagem e construção de conhecimento, e pensando nas sociedades e grupos mais antigos, aqui começa o ponto de partida para uma cultura de ensinar.

O entendimento de conceitos sobre cultura acrescenta nos estudos sobre questões organizacionais, pois possibilita uma percepção carregada de influência do agente humano carregado da sua bagagem cultural (Teixeira, 2002, p. 20). Complementando com a mesma

⁹⁰ Este trabalho tem financiamento da FAP/DF, através do projeto PIBIC IFB 2024-2025.

⁹¹ Discente do curso de licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), desouzareinaldogabriel@gmail.com

⁹² Docente do curso de licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), renan.boscariol@ifb.edu.br

autora “é a cultura da sociedade, que exerce sua influência sobre a organização. Ela é vista como produzida fora e transplantada para a organização, que se constitui como reflexo da estrutura social” (Teixeira, 2002, p. 21).

O estudo sobre gestão organizacional visa compreender as suas fragilidades e potencialidades dentro do espaço em questão, para discutir políticas de aprimoramento da organização. Com isso, busco dialogar com os diferentes conceitos de Cultura Escolar e Cultura Organizacional, a fim de entender a importância desse campo de estudos, visando promover debates sobre a estrutura escolar brasileira.

MATERIAL E MÉTODOS

Os materiais e métodos utilizados são análises conceituadas de pesquisadores da área da educação, que tange a cultura escolar e cultura organizacional das escolas. As principais referências que irão perpetuar nesse trabalho sobre o debate da organização e cultura das escolas são os seguintes pesquisadores: Lucia Helena Gonçalves Teixeira, com seu livro *Cultura Organizacional em Escolas Públicas*; Mária Esther Elías com seu artigo *La cultura escolar: Aproximación a un concepto complejo* [A cultura escolar: Aproximação a um conceito complexo]; e Gilberto Lima dos Santos, com sua obra *Docência e cultura escolar: Sabotando a sabotagem*.

Através desses autores, a pesquisa irá se atentar em debater seus pontos de vista sobre o assunto, e correlacionando com a realidade posta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A importância dos estudos da cultura escolar é discutida por Elías (2015, p. 286, tradução nossa):

Os estudos sobre a cultura escolar têm alcançado um importante desenvolvimento na última parte do século XX, na medida que permite dirigir os olhares ao interior dos processos escolares para descobrir e compreender os problemas que estes processos representam. O estudo de questões escolares como as relações entre distintos atores, os rituais, os procedimentos, as normas, geralmente consideradas partes da cultura escolar, tem uma grande relevância tanto de um ponto de vista acadêmico como desde a definição de políticas educativas. Em especial, porque há um generalizado acordo entre pesquisadores e responsáveis de gestão e política educativa que a cultura escolar é uma condição que influencia muito as possibilidades de produzir mudanças em as instituições em sua orientação (Owens, 2001)⁹³.

⁹³ *Los estudios sobre la cultura escolar han alcanzado un importante desarrollo en la última parte del siglo XX, en la medida en que permiten dirigir la mirada al interior de los procesos escolares para describir y comprender los problemas que estos procesos representan. El estudio de cuestiones escolares como las relaciones entre los distintos actores, los rituales, los procedimientos, los valores, las normas, generalmente consideradas parte de la*

Os estudos sobre o conceito vêm de encontro quando ligamos cultura e escola, e reconhecemos a escola como lugar de símbolos, rituais, sistemas simbólicos que reinterpretem e interpretem a realidade e sua memória. (Teixeira, 2002, p. 40). Portanto, a escola é produtora e reprodutora da sua própria norma, e por mais que há tentativa por parte do Estado da homogeneização da gestão organizacional das escolas, elas acabam sempre se diferenciando entre si, por serem instituições com identidades próprias (Teixeira, 2002, p. 40) baseado no espaço e o meio que estão inseridos.

Podemos observar isso com a cultura escolar e organizacional do Brasil, que foi historicamente marcada pela Pedagogia brasílica⁹⁴, trazida pelos portugueses a sua nova colônia, e depois foi marcada fortemente pela revolução industrial, moldando o ensino bancário e apenas técnico na formação de mão de obra, se intensificando ainda mais no século XX a educação como ferramenta de criação de mão de obra para o capital nacional e neoliberal (Saviani, 2005).

Por isso a cultura escolar como campo de pesquisa ganhou bastante pesquisadores, pois como a escola como instituição inserida no mundo globalizado, refletirá internamente as contradições desse meio.

Nos aprofundando nos conceitos de cultura escolar para acrescentar ainda mais na discussão, citaremos Santos (2019), que retrata a cultura escolar sendo dividida em quatro: Cultura organizacional, cultura geral, cultura política e cultura acadêmica. A cultura organizacional é a que contém os arranjos, símbolos, DNA, ritos e normas de uma instituição, e ela está diretamente ligada à escola, não tendo como separá-las. Ela é essencialmente histórica e contém os elementos que conhecemos do que é uma escola a partir dela. A cultura geral, também essencialmente histórica, se atualiza sempre pois o cotidiano está sempre em mudança, adentrando nas escolas. A cultura política influencia nas políticas públicas de organização do sistema educacional, e ela vai impactar diretamente na Cultura acadêmica, pois ela está ligada a formação de professores, e ela cria a Cultura Docente, pois os professores carregam com eles aspectos da cultura geral e cultura acadêmica, e isso dá corpo e novas individualidades para a

cultura escolar, tienen una gran relevancia tanto desde un punto de vista académico como desde la definición de políticas educativas. En especial, porque hay un generalizado acuerdo entre personal investigador y responsable de gestión y política educativa que la cultura escolar, es una condición que influye muy poderosamente en las posibilidades de que se produzcan cambios en las instituciones educativas y en su orientación.

⁹⁴ Denominado assim por Saviani (2005), pois era uma pedagogia católica que almejava se adequar às especificações da colônia.

escola. Então chegamos na escola que devido aos seus movimentos e sua existência, formam a totalidade de todas essas culturas citadas, a Cultura escolar.

Adentrando na análise dentro da unidade da escola, devemos considerar as distintas percepções e hierarquias da sua organização, e ela irá se constituir como o clima escolar. Gomes (1993) descreve quatro tipos de climas: o clima controlado, que é o processo da tomada de decisões e seu funcionamento hierarquizado, endurecendo as relações da escola pela sua gestão autoritária, o clima consultivo que são as tomadas do Estado na escola, mantendo a autoridade tradicional e formal, o clima separatista que consiste na ação docente na transformação das escola e o clima participativo que são os momentos de participação e autonomia junto até com valores individuais dos membros da escola.

Teixeira (2002), marca a questão que a cultura organizacional das escolas não é despreendida da cultura geral da população, e elas sempre irão refletir dentro da unidade escolar. A forma de centralizar a administração, burocratizar ao máximo e o gerenciamento de forma autoritária tem suas origens no período colonial e marcou a cultura do Brasil. Os efeitos que temos é a escola distante da população, e a população distante dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a questão estrutural das gestões organizacionais e como ela reflete nas unidades escolares, é importante para desvendar as rachaduras sistêmicas que perduram os problemas estruturais da educação, que refletem no todo nos problemas gerais do país.

As gestões autonomistas e desburocratizadas de vários povos tradicionais sempre perduraram pela história e continua existindo e são poucos faladas e são pressionadas pelo Estado ao se adequarem ao modelo vigente. O autoritarismo e a hierarquia vertical aniquilam momentos de solidariedade e compartilhamento, principalmente no ambiente escolar, que é marcado como lugar que está distanciado de seus indivíduos que as compõem e dão significado.

A escola, uma entidade tão antiga e criticada, carece de entendimento de sua organização e sua cultura (Teixeira, 2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELÍAS, M. E. **La cultura escolar: Aproximación a un concepto complejo**. Revista Electrónica Educare, v. 19, n. 2, p. 285-301, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15359/ree.19-2.16>. Acesso em: 07 fev. 2025.



GOMES, Rui. **Em busca de uma identidade perdida: o estudo qualitativo das culturas da escola**. Sociologia – Problemas e Práticas, Lisboa, n. 14, p. 105-126, 1993. Disponível em: <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/26/260.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

OWENS, R. G. **Organizational Behavior in Education: Instructional Leadership and School Reform**. 7. ed. Boston: Allyn and Bacon, 2001.

SANTOS, Gilberto Lima dos. **Cultura Escolar**. In: SANTOS, Gilberto Lima dos. Docência e cultura escolar: sabotando a sabotagem. Timburi, SP: Editora Cia do eBook, 2019. *E-book*.

SAVIANI, D. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Projeto 20 anos do Histedbr, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/as-concepcoes-pedagogicas-na-historia-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 08 fev. 2025.

TEIXEIRA, Lucia Helena Gonçalves. **Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: ANPAEA; UMESP, 2002.

A GEOGRAFIA NO ENTRELAÇAR DA INCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS ADAPTADOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS DA AMAZÔNIA TOCANTINA

Kevem Marcel da Silva Martins⁹⁵, Maria de Jesus Américo dos Santos⁹⁶, Joiciele de Sousa Gama⁹⁷, Gracilene Wanzeler Moraes⁹⁸, Letícia dos Santos Furtado⁹⁹

Eixo 6: Geografia, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

O presente trabalho é resultado de observações realizadas durante o desenvolvimento das disciplinas: Educação Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais. As disciplinas possuem temáticas acerca da educação inclusiva na perspectiva do ensino de Geografia, da mesma Faculdade, na Universidade Federal do Pará, Campus Cametá/PA (UFPA). É notável que durante a história os direitos para pessoas com deficiência ganharam destaque no campo educacional, no entanto, é desafiador para os professores em atuação direcionarem a construção e aplicação de práticas inclusivas para alunos com deficiência, por conta da carência disciplinar inclusiva que antecederam sua formação. Logo, objetiva-se contribuir com formação de professores de Geografia no desenvolvimento de metodologias inclusivas partindo do diagnóstico das duas disciplinas. Justifica-se na ausência de um currículo Universitário mais abrangente a outras deficiências e as suas especificidades no ensino, afim de desenvolver ações que atendam as especificidades com o ensino de Geografia para este público-alvo. A metodologia se constituiu no levantamento bibliográfico de artigos e livros no âmbito da inclusão e surdez na observação das aulas das disciplinas e na experiência de dois sujeitos surdos. Alinhando as disciplinas foram construídos quatro seminários, todos adaptados e três metodologias inclusivas baseadas no ensino de geografia para o sujeito surdo amazônida.

Palavras-Chave: Geografia. Práticas Inclusivas. Formação de professores.

INTRODUÇÃO

Atualmente muito se discute panoramas, perspectivas, caminhos e desafios acerca da educação inclusiva, visto que é uma realidade desafiadora, presente e crescente nos âmbitos escolares e na sociedade em geral em garantir direitos para pessoas que possuem deficiências.

A partir do cenário histórico mundial, em 1994 ocorreu a Declaração de Salamanca na Espanha, dando base ao Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial pela Organização das Nações Unidas (ONU); considerado por muitos países o processo inicial para a garantia da educação inclusiva. Dessa forma, no âmbito brasileiro, a

⁹⁵ Graduando em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA), marcelmartins100@gmail.com.

⁹⁶ Graduanda em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA), mariadejesusamerico216@gmail.com.

⁹⁷ Graduanda em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA), joicielesouza18@gmail.com.

⁹⁸ Graduanda em Geografia na Universidade Federal do Pará (UFPA), gracilenewanzeler24@gmail.com.

⁹⁹ Doutoranda em Educação na Universidade Estadual do Pará (PPGED/UEPA), leh.ticiasantos15@gmail.com.

perspectiva é impulsionada a partir da Constituição Federal nos seus Artigos 204 e 215 (Brasil, 2023), e com a Lei Federal nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), dando caminho e suporte ao que conhecemos hoje de Educação Inclusiva.

Então, a partir de duas disciplinas curriculares ocorridas em Novembro de 2024 do curso de Geografia (Licenciatura): “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva” e “Linguagem Brasileira de Sinais” – Libras na Universidade Federal do Pará, no Campus universitário do Tocantins/Cametá, percebe-se que ao passo que Direitos foram dando caminho a “educação inclusiva” permearam desafios para se cumprir, no entanto, detectei as problemáticas, tendo em vista a: formação de professores de Geografia dentro e fora do âmbito universitário, currículo e práticas metodológicas voltadas a especificidade do alunado. Por isso, o objetivo deste trabalho é contribuir com graduandos e professores de Geografia, formados ou não na aplicação, diante o exposto nas disciplinas, em utilizar metodologias voltadas a perspectiva inclusiva para alunos cegos e com Baixa visão, tendo em vista a justificativa de minimizar as dificuldades nesse processo com os conteúdos geográficos para os docentes em geografia e incluir os alunos deficientes no processo formativo.

Nesse sentido, a metodologia que se fez, em primeiro momento, no levantamento de bibliografias com a temática “Geografia e Educação Inclusiva”, além da observação das aulas nas duas disciplinas, sendo as mesmas como suporte a criação deste trabalho e desenvolvimento de algumas propostas pedagógicas inclusivas. Nos resultados e discursões, é detalhado o que foi proposto a se fazer durante as disciplinas bem como os materiais pedagógicos que deram suporte para a turma em “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva” e para alunos surdos de outra Licenciatura, na disciplina “Linguagem Brasileira de Sinais” (LIBRAS).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia deste trabalho perpassou pela busca de bibliografias, artigos e periódicos com a temática “Geografia e Educação Inclusiva” para entendimento dos desafios, e caminhos relacionadas ao tema, tendo em vista que é uma pesquisa recente discutida e analisada pela geografia. Com isso, para entendimento das Bases Legislativas foram usadas parte do texto Constitucional Federal do Brasil (Brasil, 2023) afim de dar apoio ao processo educacional e seu marco legal, a Lei Federal de Inclusão (Brasil, 2015), que possibilitou a garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE), visando principalmente, inclusão social e a garantia do acesso a Educação e Saúde para os deficientes, e a Declaração de Salamanca (1994) posto na Unesco com a finalidade de respaldo do processo inclusivo Internacional.

Entretanto, as principais referências usadas para a construção da base teórica geográfica foram: Regis (2021) é a qual melhor discute e analisa os caminhos e possibilidades dessa vertente, em contrapartida a Carneiro (2016) apresenta a escola contemporânea e os aspectos da inclusão na atualidade e a Cavalcanti (1999) como Geógrafa que abrange estas questões diante do sistema escolar em contrapartida com a sociedade: limitações, direitos e caminhos diante do espaço urbano.

Por fim, enquanto discente foi possível fazer observações e análises durante as duas disciplinas que ocorreram na Universidade Federal do Pará (UFPA) - Campus de Cametá, para traçar caminhos acerca de propostas pedagógicas a serem usadas como avaliação das disciplinas e futuras propostas, além de perguntas e textos pertinentes a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É pertinente destacar como parte dos resultados e discussões deste trabalho algumas pontualidades acerca do tema: as disciplinas “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva” e “Libras” como suporte ao entendimento dos desafios da educação inclusiva e práticas inclusivas tanto na universidade como no sistema escolar, a educação inclusiva no contexto atual e como pensar formas de amenizar a construção de atividades adequadas ao público alvo na perspectiva de graduandos e graduados em Geografia.

Ainda no contexto, pontua Carneiro (2016) no que consiste a formação inicial dos professores, conteúdos e práticas que contemplem elementos capazes de levar o futuro docente a ter um conhecimento teórico-prático condizente com a sua atuação. É importante pontuar que docentes já possuem dificuldade em relação a metodologia inclusiva desde a Universidade, posto que o currículo acadêmico apresenta lacunas diante da temática, então a política dita como inclusiva termina por tornar-se mais um elemento complicador para a equipe escolar, com destaque para o professor cuja formação tem apresentado lacunas mesmo em sua área de ensino.

Outro desafio são as escolas da Amazônia que consiste em ribeirinha e quilombola a qual estão localizadas as margens do rio e apresentam dificuldades, tanto estrutural quanto geográfica, e (im)possibilita a chegada dos alunos e professores, mas que carrega consigo saberes multiculturais com a chegada da tecnologia e oportuniza o ensino de geografia a partir de sua realidade vivenciada. Como afirma Cavalcanti (1999), “estes saberes ampliam a capacidade de crianças e jovens compreenderem o mundo em que vivem e atuam”, a qual está posta na Figura 1, como construção de atividade pedagógica para o aluno ribeirinho surdo.

Figura 1. Jogo Ribeirinho, (UFPA), Cametá.



Fonte: elaboração própria.

Na Figura 2, a construção do “jogo quilombola” também como construção de atividade pedagógica para alunos que estão na graduação, que são quilombolas e apresentam surdez.

Figura 2. Jogo Quilombola, (UFPA), Cametá.



Fonte: elaboração própria.

Nesse sentido, é possível destacar que a importância das duas disciplinas para entender os caminhos e saberes acerca da educação inclusiva, a formação de professores e seus desafios em contraponto com a realidade. Assim, essas atividades além de atender o aluno surdo, ainda abrange outras especificidades como baixa visão e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), configurando-se, assim, no imaginário coletivo como uma possibilidade que poderia atender, se não a totalidade, a maior parte dos estudantes inseridos no ambiente regular de ensino (Regis, 2021). Portanto, tendo essas metodologias como possibilidade para construção de atividades lúdicas para graduando e alunos deficientes da rede

regular de ensino da/na Amazônia Tocantina e possibilidade para professores de Geografia na elaboração de material de apoio inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve ser destacado, portanto, que as disciplinas não foram em conjunto, porém uma possibilitou práticas pedagógicas/metodológicas para com a outra. Compreensão das bases legais, garantia, direitos e deveres, oferta de matrículas, contexto real e geográfico, deram base para entendimento desse processo e atividades pedagógicas para graduandos em Geografia, professores formados e estudantes de outras licenciaturas em elaborar propostas inclusivas.

Os marcos legais para com a educação inclusiva implicaram/implicam na mudança de paradigmas: currículo acadêmico e escolar, praticas acadêmicas e escolares pensamentos sociais, saberes e experiencias voltadas a formação inicial e continuada de professores e outros profissionais do sistema escolar e sobretudo em romper com ensino tradicional -apenas repasse de ensino por meio monótono- são questões que deveremos pensar e repensar quando o assunto destaque for formação de professores e educação inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 03 mar. 2025.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Educação Especial e Inclusão Escolar: Desafios da Escola Contemporânea**. Cadernos de Pesquisa em Educação, Vitória, ES, n. 43, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/14309>. Acesso em: 03 mar. 2025.

CAVALCANTI, L. S. **A cidadania, o direito a cidade e a geografia escolar: elementos de Geografia para o estudo do espaço urbano**. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), v. 3, n. 1, p. 41-55, 1999. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/items/c703dc69-4ddb-44ac-b7e4-f5f2d8922393>. Acesso em: 27 fev. 2025.

REGIS, T. C. **Práticas pedagógicas inclusivas na formação inicial de professores de geografia**. In: MARTINS, R. E. M. W.; PREVE, A. M. H.; CHAVES, A. P. N. Educação geográfica em movimento 2. Goiânia, GO: C&A Alfa Comunicação, 2021. cap. 8, p. 125-139. (Educação geográfica em movimento, v. 2).

TERRITÓRIOS EDUCOMUNICATIVOS: COMUNICAÇÃO ASCENDENTE E EDUCAÇÃO TRANSGRESSORA COMO POSSIBILIDADE DE FAZER POLÍTICO NOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

Laura da Silva Biaggioli¹⁰⁰

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

A pesquisa adota como problema central a invisibilização das periferias pela mídia hegemônica, formulando a hipótese de que os coletivos de jornalismo periférico desenvolvem estratégias comunicacionais que se contrapõem a essa lógica, uma vez que se baseiam na horizontalidade e valorização de saberes locais. O objetivo é analisar essas dinâmicas a partir da Teoria Crítica do Espaço, de Milton Santos, e das concepções de educação transgressora de Paulo Freire e Bell Hooks, investigando de que maneira tais iniciativas ressignificam a comunicação como ferramenta educacional e de incidência política. Metodologicamente, o trabalho se baseia em uma revisão bibliográfica, com a sistematização dos conceitos fundamentais na intersecção entre comunicação, educação e território. Os resultados indicam que o jornalismo periférico opera por meio de uma comunicação ascendente e dialógica, fortalecendo a identidade periférica e fomentando a formação de sujeitos críticos. Conclui-se que essas práticas não apenas contestam as narrativas midiáticas dominantes, mas também são instrumentos essenciais para a democratização da comunicação e para a transformação social.

Palavras-Chave: Teoria Crítica do Espaço, Geografias da comunicação, Comunicação periférica, Educação transgressora.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho articula os conceitos de Santos (1994, 2000, 2006, 2007, 2008) e a educação transgressora de Freire (1974, 2011) e Hooks (2020) para analisar as dinâmicas comunicacionais dos coletivos de jornalismo dos territórios periféricos paulistanos. Busca-se, então, entender quais as suas estratégias no enfrentamento da hegemonia nos meios de comunicação. Para isso, foram elaborados fluxogramas e tabelas que sistematizam os aportes da Teoria Crítica do Espaço para apreensão das dinâmicas territoriais da comunicação e suas aproximações com a pedagogia freireana.

Santos (2007) afirma que “a distância geográfica é duplicada pela distância política”. Apesar da distribuição desigual das técnicas, do controle midiático por agentes hegemônicos e da invisibilização das periferias na grande mídia, o jornalismo periférico vem disputando a comunicação como meio de transformação social. Por meio de uma comunicação ascendente e

¹⁰⁰ Universidade Federal de São Paulo, laura.biaggioli@unifesp.br.

dialógica, enraizada nos lugares, e de uma educação midiática baseada na horizontalidade, essas iniciativas promovem a emancipação de territórios e populações marginalizadas.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo tem como base teórica a ‘Teoria Crítica do Espaço’ Santos (1994, 2000, 2006, 2007, 2008), que enfatiza o papel central da informação no contexto do mundo globalizado. Para ilustrar as contribuições dessa abordagem na compreensão das dinâmicas territoriais da comunicação, foi desenvolvido um mapa conceitual. O objetivo dessa representação-síntese é organizar e sistematizar os conceitos-chave da teoria.

Considerando o caráter educativo das iniciativas de comunicação periférica, julgou-se pertinente examinar também as aproximações do referencial miltoniano à pedagogia freireana, já que a educação midiática promovida por esses coletivos visa uma formação crítica dos sujeitos, com foco na emancipação dos territórios e populações marginalizadas.

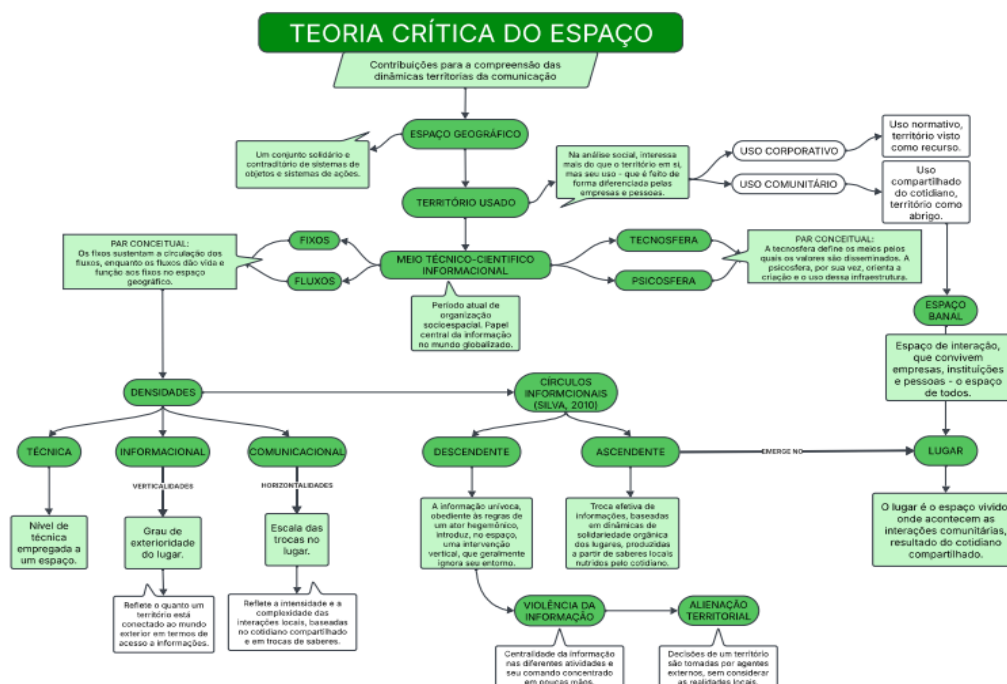
Por fim, analisou-se como essa imbricação teórica se conecta às mobilizações das iniciativas de jornalismo periférico na cidade de São Paulo. Nesse sentido, tomaram-se como base materiais elaborados por alguns desses coletivos, como os livros *"Repórter da Quebrada: Experimentações Marginais nas Práticas Jornalísticas"* (Rodrigues, 2022), do Periferia em Movimento; *"Você Repórter da Periferia: Visões e Vivências do Jornalismo nas Periferias"* (Vilhena, 2018), do Desenrola e Não Me Enrola; e o documentário *"Doc Cidade – Comunicação & Cultura"*, produzido pela Énois e A Visionária Lab. (Doc, 2022), sobre jornalismo periférico, entre outras produções jornalísticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A etapa inicial da pesquisa consistiu na sistematização das contribuições teóricas da Teoria Crítica do Espaço para a reflexão sobre comunicação e território. Para tanto, foi elaborado um mapa teórico (Figura 1), um material de apoio fundamental para a pesquisa e que está em constante atualização.

Além Santos (1994, 2000, 2006, 2007, 2008), essa sistematização se baseia em Pasti (2024), cuja produção se destaca na interface entre comunicação e território. Também merece menção a tese de Silva (2010), sobre os círculos informacionais, além dos trabalhos do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação, da Intercom. Este mapa teórico (Figura 1) evidencia conceitos importantes para o campo interdisciplinar entre Geografia e Comunicação Social.

Figura 1. Mapa conceitual das contribuições da Teoria Crítica do Espaço



Fonte: elaboração própria.

Para o esforço teórico de aproximação da Teoria Crítica do Espaço e o referencial freireano, foi produzida a Tabela 1 (também em processo de construção):

Tabela 1. Aproximações entre a Teoria Crítica do Espaço e a Educação Transgressora

Educação Libertadora-Transgressora	Teoria Crítica do Espaço	Relação
Educação Bancária¹	Densidades Informacionais²	A educação bancária reflete um modelo vertical de transmissão de conhecimento, no qual o conhecimento é imposto aos estudantes e não dialoga com as suas realidades. De forma similar, a densidade informacional é a informação que vem de cima para baixo, corresponde a ação hegemônica no espaço.
Educação Dialógica³	Densidades Comunicacionais³	A educação dialógica acredita que o conhecimento é construído através da troca e do diálogo, o que se alinha diretamente com o conceito de densidades comunicacionais. Ambos enfatizam a interação ativa e horizontal entre os indivíduos, em que o conhecimento não é unidirecional, mas construído coletivamente.
Comunidade de Aprendizagem⁴	Comunicação Ascendente⁴	Ambos os conceitos se opõem à verticalização da informação e reconhecem a potência de sujeitos historicamente excluídos dos espaços de fala e decisão serem protagonistas na construção de conhecimentos e narrativas, como prática de acolhimento e resistência, visando a transformação social.

¹FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

²SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

³HOOKS, Bell. Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

⁴SILVA, Adriana Bernardes da. Círculos de informações e novas dinâmicas do território brasileiro. Porto Alegre: AGB, 2010.

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 1 compara conceitos da Teoria Crítica do Espaço com proposições ligadas à pedagogia de Freire (1974, 2011) e Hooks (2020). A partir dessas aproximações, pode-se pensar em uma “Comunicação bancária” promovida pela informação descendente, que deposita ideias hegemônicas nos lugares. Da mesma forma, pode-se considerar uma “Comunicação dialógica” produzida por iniciativas de jornalismo periférico, uma vez que produzem conteúdo a partir do lugar, dialogando com a realidade da comunidade e criando uma comunidade de aprendizagem mediante a educação midiática, haja vista a formação de comunicadores críticos e engajados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais, as mídias vêm tomando um lugar central na transmissão de conteúdo para as grandes massas. O sociólogo Porcher (1977) nomeou este fenômeno como “escola paralela”, todavia, levando em conta a concentração hegemônica dos meios de comunicação, torna-se fundamental problematizar a mídia convencional e criar alternativas contra-hegemônicas de comunicação. Dentre muitos contextos, o que destacamos aqui é a atuação dos coletivos de jornalismo das periferias de São Paulo.

Isso porque, essa centralização do poder midiático gera diversos impactos negativos, sobretudo para as periferias, entre eles: a falta de acesso à informação, que afasta essa população de direitos básicos; o apagamento histórico de grupos marginalizados, dificultando o reconhecimento de suas histórias, demandas coletivas e representatividade; e a desinformação, uma das principais problemáticas do nosso tempo. Como afirma Santos (2000): “o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde”.

Mesmo com uma tecnosfera reforçada pela desigualdade socioespacial, tanto na difusão seletiva das infraestruturas comunicacionais, enquanto em uma psicosfera controlada pelos agentes hegemônicos através da comunicação (Pasti, 2024, p. 10), essas iniciativas de jornalismo periférico fazem uma comunicação ascendente, que disputa o acesso às técnicas e desafia a hegemonia comunicacional, agindo a favor de uma psicosfera de resistência e valorização das diversidades.

Esse é um processo de suma importância, na qual a educação midiática e educomunicação são utilizadas como estratégias essenciais na luta pela democratização da comunicação, com destaque para o seu papel no fortalecimento das subjetividades, formando sujeitos periféricos (D’Andrea, 2022) críticos e engajados na promoção da justiça social nos territórios à margem - configurando-se, portanto, como um ato político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Dandara, 2022.

DOC Cidade – **Comunicação & Cultura**. Direção: Ana Carolina Martins. São Paulo: Énois; A Visionária Lab., 2022. Full HD MP4.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOOKS, Bell. **Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

PASTI, A. B. **Comunicação e território: fundamentos conceituais a partir da Teoria Crítica do Espaço**. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, Porangatu, GO, v. 13, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/15309>. Acesso em: 19 jan. 2025.

PORCHER, Louis. **A escola paralela**. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

RODRIGUES, Aline. **Repórter da Quebrada: Experimentações marginais nas práticas jornalísticas**. São Paulo: Periferia em Movimento, 2022. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/livrordq2022lançamento/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e o meio técnicocientífico informacional**. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Adriana Maria Bernardes. **Círculos de informações e novas dinâmicas do território brasileiro**. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 16., 2010, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: AGB, 2010.

VILHENA, E.; LOPES, F.; CRUZ, J.; MATOS, R.; SIQUEIRA, T. **Você Repórter da Periferia: Visões e Vivências do Jornalismo nas Periferias. Desenrola e Não Me Enrola**. São Paulo: Editora FiloCzar, 2018.

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA: BREVE ANÁLISE PARA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO ESPAÇO ESCOLAR

Elysson Carlos da Silva Araujo¹⁰¹, Patrícia Gomes Nunes¹⁰²

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

A educação exerce um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e participativos, para além da simples transmissão de conteúdos, pois ela tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento de valores sociais e éticos, promovendo o aprendizado significativo e fortalecendo a relação do indivíduo com a sociedade. Todavia, quando se depara no contexto escolar, percebe-se que muitos estudantes encaram o aprendizado como uma obrigação escolar, desvinculando-o de sua relevância prática e social. Portanto a pesquisa tem como objetivo geral analisar como a educação pode contribuir para a formação de indivíduos como cidadãos críticos e seres sociais, e, como objetivos específicos, busca: compreender a importância da educação na construção social do estudante como indivíduo; analisar o significado e os desafios contemporâneos no processo de ensino-aprendizagem no espaço escolar; investigar estratégias pedagógicas que integrem conteúdos ao aprendizado significativo. A pesquisa adotou procedimentos metodológicos, articulados a abordagens qualitativa, empírica e fenomenológica, através da revisão bibliográfica com base em Santos (2014); Onofri et al. (2023). Conclui-se, que a educação deve ser vista como uma prática significativa, formando indivíduos conscientes e preparados para atuar como protagonistas de suas vivências.

Palavras-Chave: Estratégia Pedagógica. Formação. Valores. Aprendizagem significativa.

INTRODUÇÃO

O processo educativo é uma etapa essencial na participação e formação de cidadãos críticos na compreensão de suas vivências e da realidade na qual estão inseridos, além de ser ativamente participativo na construção de sua identidade. Portanto, a educação escolar ultrapassa a ação de apenas compartilhar temas e conteúdos, possuindo a função de nutrir os valores sociais e éticos, promovendo o protagonismo estudantil e vinculando a relação entre o indivíduo e a sociedade.

A justificativa da pesquisa parte do tema em debate que tem sido amplamente desenvolvido por autores como Santos (2024), Da Silva (2019) e De Andrada et al. (2018) que discutem o contexto e analisam o desinteresse escolar compreendendo os desafios como a culpabilização do aluno, culpabilização do professor e questões institucionais, presentes no

¹⁰¹ Graduado em Licenciatura Plena de Geografia pela Universidade Estadual do Piauí, elysson.araujo31@gmail.com.

¹⁰² Graduada em Licenciatura Plena de Geografia Universidade Estadual do Piauí, pnunes111423@gmail.com.

cotidiano escolar. Evidenciando a importância de debater sobre o papel da educação na atualidade com o intuito de compreender e superá-los visando um aprendizado significativo.

Na contemporaneidade, no contexto escolar, é notório que os estudantes encaram o aprendizado como uma obrigação, sem estabelecer uma conexão com sua relevância prática e social. Por isso, torna-se fundamental apresentar aos alunos a utilização e aplicabilidade dos conteúdos trabalhados em sala, de forma que possam compreender e atribuir valor ao que está sendo ensinado, reconhecendo sua importância para a vida cotidiana e para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Este estudo tem como objetivo geral analisar como a educação pode contribuir para a formação de indivíduos como cidadãos críticos e seres sociais. E como objetivos específicos compreender a importância da educação na construção social do estudante como indivíduo; analisar o significado e os desafios contemporâneos no processo de ensino-aprendizagem no espaço escolar; investigar estratégias pedagógicas que integrem conteúdos ao aprendizado significativo.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, empírica e fenomenológica com foco em compreender a educação para além da simples transmissão de conteúdos, enfatizando sua influência na formação de cidadãos conscientes e engajados. Os procedimentos metodológicos utilizados incluem as revisões bibliográficas de autores que discutem o tema em análise; abordagem empírica para compreender como os estudantes percebem a educação e sua relação com valores sociais e éticos e estratégias pedagógicas que contribuem para uma educação mais significativa e conectada à realidade dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Onofri et al. (2023, p. 4) destacam o papel fundamental do ensino-aprendizagem no âmbito escolar, afirmando que “o espaço escolar é entendido como um espaço que oportuniza diferentes formas de relacionamentos e interações que possibilitam a formação de sujeitos críticos e autônomos. Portanto, o trecho fortalece a concepção sobre o papel do espaço escolar na formação social dos estudantes que estendem suas relações em sociedade.

Santos (2014, p. 96) já discutia a importância da troca de experiências e vivências e como faz parte da criação do espaço geográfico. Sobre a troca de experiências, relatava que:

aprendizado prévio, o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende. A riqueza do ensinamento da natureza é proporcional à ação do homem sobre ela; quanto maior a troca com a natureza, maior o processo de intercâmbio entre os homens. A relação entre o homem e o seu entorno é um processo sempre renovado, que modifica tanto o homem como a natureza.

Segundo Santos (2014), a aprendizagem é um componente essencial na relação homem-natureza pois age sobre o espaço e seus desdobramentos, o homem precisa primeiro entendê-la. Esse entendimento gera um ciclo virtuoso, no qual o aprendizado permite o domínio sobre suas alterações, e esse domínio, por sua vez, alimenta novos aprendizados. A relevância desta interação está no avanço coletivo, fortalecendo os laços sociais e promovendo um diálogo de experiências e conhecimentos.

Portanto, é importante estimular a consciência crítica dos alunos sobre sua realidade e o espaço no qual vivencia, compreendendo que o processo de ensino-aprendizagem pode ser aproveitado através da reflexão dos conteúdos da Formação Geral Básica, alinhado a situações de sua rotina, em busca de desconstruir o desinteresse dos estudantes pelo processo escolar.

De Andrada et al. (2018) evidencia fatores que influenciam o distanciamento entre jovens e a escola, em que perpassa entre o desinteresse pela escola, relações interpessoais, metodologias da aula e a infraestrutura, no contexto do ensino-médio, mas que reflete a realidade das demais etapas de ensino. A autora aponta a necessidade de estabelecer laços entre o espaço cognitivo, afetivo e ético, através de reconhecer o perfil do alunado visando identificar e reconhecer seus objetivos, suas necessidades e expectativas sobre o que esperam da escola e para além dela.

Diante disso, reforça o discurso de Santos (2024), em que, quando é estabelecido uma relação de sentido e significado para o estudante, entre sua realidade em que o processo será sempre renovado através do aprendizado adquirido e possibilitando a apreensão sobre seu contexto, permitindo a ação de mudança adequada aos seus objetivos de forma crítica que atenda a sua necessidade.

Pimenta (2024), desperta reflexões sobre como ensinar, no qual aborda, a escola, a aula, o professor e o aluno como elementos correlacionados no processo de ensinar, em que não dá fórmulas ou sequências precisas, mas estimula o raciocínio crítico sobre como mediar as aulas e os conteúdos programáticos para que se obtenha um sentido dentro dos diversos contextos que coexistem no ambiente escolar.

A escola desempenha um papel essencial na mediação entre o conhecimento teórico e a vivência prática dos alunos. Por meio de iniciativas que conectam os conteúdos da formação

geral básica às realidades locais, os estudantes são incentivados a compreender os desafios de seu entorno. Essa abordagem torna o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e significativo. Além disso, a escola é um ambiente onde valores éticos e sociais podem ser fortalecidos. Como destaca Pimenta (2024, p. 6):

A escola é um acontecimento, ali acontecem muitas coisas e dentro dessa lógica, entre o que se pretende enquanto instituição concebida e aquilo que acontece no encontro dos corpos, há diversas pedagogias, geografias, estórias, que se passam e se lançam para além do prédio.

A construção do conhecimento crítico envolve a capacidade do aluno de analisar as informações, questionar estruturas e construir conhecimentos significativos. Dewey (1938) reforça a ideia de que a experiência é fundamental para a aprendizagem, pois os alunos aprendem melhor quando conectam os conteúdos à sua vida prática. O conhecimento se torna mais eficaz quando o aluno vincula a aprendizagem da sala de aula às suas experiências concretas.

Torna-se essencial compreender os objetivos dos estudantes para potencializar o papel da escola e do professor como mediador, possibilitando e tornando eficiente o processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo a concepção da educação na construção de uma identidade crítica e social dos estudantes pois a escola é mais do que um espaço homogêneo, mas sim um lugar de encontro, disputas e múltiplas narrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação deve ser encarada como prática significativa, com o objetivo de formar indivíduos conscientes e preparados para se tornarem protagonistas de suas próprias trajetórias. Esses indivíduos devem ser capazes de extrair do processo educativo valores, conhecimentos e experiências que contribuam ativamente para o seu desenvolvimento profissional, pessoal e social.

Ao combinar saberes teóricos e práticos, a educação amplia os horizontes dos alunos e oferece a oportunidade de vivências significativas para sua formação integral. Por isso, é fundamental investir em uma educação crítica e reflexiva, que capacite os alunos não apenas a compreender o mundo, mas também a transformá-lo de forma positiva.

Portanto, investir em uma educação de qualidade significa preparar indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida em sua totalidade, garantindo que sejam agentes de mudança capazes de transformar positivamente o mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA SILVA, César Augusto Alves. **Além dos muros da escola: as causas do desinteresse, da indisciplina e da violência dos alunos**. São Paulo: Papirus Editora, 2019.

DEWEY, John. **Experience and Education**. New York: Macmillan, 1938.

DE ANDRADA, P. C.; OLIVEIRA, M. C.; CRUZ, P. S. G.; CORREIA, C. M. R.; PAIVA, M. **O desinteresse dos alunos de ensino médio pela escola na atualidade**. Momentum, Atibaia, SP, v. 1, n. 16, 2018. Disponível em: <https://momentum.emnuvens.com.br/momentum/article/view/216>. Acesso em: 9 jan. 2025.

ONOFRI, K. C.; MARTINS, R. E. W. M.; STEINBACH, G.; LEOPOLDINO, A. P. de C. C. **Abordagens no ensino de geografia: Uma revisão de literatura na perspectiva da matriz epistemológica**. Cenas Educacionais, Caetité, BA, v. 6, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/16493>. Acesso em: 9 jan. 2025.

PIMENTA, T. A. de S. **Um ensaio sobre as Geografias da escola**. ENTRE-LUGAR, v. 16, n. 31, p. 143-165, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rei.v16i31.18150>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SANTOS, Edvander Ramalho dos. **Desinteresse escolar: revisão de literatura (2007–2021) em teses, dissertações e artigos de periódicos da América Latina**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782024290078>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: INVESTIGANDO OS DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS COM O GOOGLE MAPS

Ana Livia Santos Costa¹⁰³

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

Este estudo investigou a ferramenta digital Google Maps como instrumento didático para explorar as variações dos Domínios Morfoclimáticos brasileiros em diferentes Unidades de Conservação (UCs) para alunos do 7º ano da Escola Estadual Professor Gabriel Mandacaru, em Diamantina/MG. Foram analisadas seis UCs: Parque Nacional da Chapada Diamantina (Cerrado), Parque Nacional da Serra do Cipó (Campos Rupestres), Estação Ecológica do Taim (Pampas), Parque Nacional do Jaú (Amazônia), Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (Pantanal) e Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Mata Atlântica). Divididos em grupos, os alunos utilizaram o Google Maps para explorar as UCs, identificando relevo, vegetação, clima e solo, relacionando-os aos respectivos domínios. A abordagem cooperativa e interativa facilitou a compreensão prática dos conceitos, promovendo discussões e desenvolvendo habilidades digitais e cartográficas. Os resultados confirmam que o uso do Google Maps tornou o aprendizado mais acessível e visual, conectando teoria e prática de forma significativa e promovendo maior engajamento.

Palavras-Chave: Cerrado. Fitogeografia. Prática de Ensino. Educação Geográfica

INTRODUÇÃO

De acordo com Boligian e Alves (2019) o ensino de Geografia tem se beneficiado cada vez mais da incorporação de tecnologias digitais. Essas ferramentas têm o potencial de tornar o ensino de Geografia mais dinâmico, interativo e conectado à realidade dos estudantes.

O estudo de Oliveira (2012) enfatiza que essas ferramentas, em particular, ferramentas interativas, como o Google Maps, permitem a visualização de fenômenos geográficos de qualquer parte do planeta, facilitando a compreensão da linguagem cartográfica e promovendo a aprendizagem ativa.

As tecnologias digitais se alinham às metodologias ativas, que colocam o aluno como protagonista do processo de aprendizagem, estimulando a colaboração, o pensamento crítico e a resolução de problemas, pois, ao utilizar metodologias ativas, como o Google Maps, é possível superar as barreiras tradicionais do ensino de conceitos geográficos complexos, tornando o processo mais atrativo e significativo para os alunos (Bacich; Moran, 2018).

¹⁰³ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, ana.livia@ufvjm.edu.br.

A justificativa deste estudo está na crescente necessidade de metodologias inovadoras para facilitar o aprendizado dos Domínios Morfoclimáticos e promover a educação ambiental. As Unidades de Conservação, essenciais para a preservação dos biomas brasileiros, muitas vezes são difíceis de entender quando abordadas apenas teoricamente. O uso de tecnologias como o Google Maps permite visualizar e analisar esses conceitos, proporcionando uma compreensão mais clara da relação entre o espaço geográfico e os fatores ambientais.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo geral utilizar o Google Maps como uma ferramenta didática e interativa para melhorar a compreensão dos alunos sobre as Unidades de Conservação e sua relação com os Domínios Morfoclimáticos brasileiros. Além disso, buscou desenvolver habilidades tecnológicas nos alunos, preparando-os para uma sociedade digitalmente dependente, e oferecer uma experiência de aprendizado mais interativa e engajadora no ensino de Geografia.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada com uma turma de alunos do 7º ano da Escola Estadual Professor Gabriel Mandacaru, em Diamantina, MG, e fez parte do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

A escola oferece Ensino Fundamental, Médio e EJA, com uma infraestrutura bem equipada, incluindo biblioteca, laboratórios de informática e ciências, além de 22 computadores conectados à internet. Ela atende uma comunidade diversificada, composta por alunos de diferentes idades e contextos socioeconômicos.

A escola tem investido continuamente na integração de tecnologias digitais ao processo educacional. Projetos como “Computação Básica” buscam aprimorar as habilidades dos alunos preparando-os para as demandas do mundo digital. Nesse contexto, ferramentas digitais, como o Google Maps, se destacam ao ampliar o acesso a recursos educacionais, facilitar a compreensão de conceitos complexos e incentivar a aprendizagem ativa e colaborativa.

As Unidades de Conservação (UC's) utilizadas no presente estudo incluíram o Parque Nacional da Chapada Diamantina (Cerrado), o Parque Nacional da Serra do Cipó (Campos Rupestres), a Estação Ecológica do Taim (Pampas), o Parque Nacional do Jaú (Amazônia), o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (Pantanal) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Mata Atlântica).

A pesquisa foi dividida em três etapas: preparação, execução e avaliação. Na preparação, foi realizado um planejamento pedagógico, definindo objetivos específicos e selecionando as UC's a serem exploradas. Também foram fornecidos conhecimentos prévios sobre os Domínios Morfoclimáticos.

Na execução, os alunos foram divididos em grupos e cada um recebeu a tarefa de pesquisar uma UC no Google Maps, identificando aspectos como relevo, clima, vegetação, solo e paisagem. Os grupos deveriam relacionar essas características ao Domínio Morfoclimático correspondente, com base nos conhecimentos adquiridos em aulas anteriores. O trabalho foi colaborativo, com discussões em grupo para aprimorar as respostas. O professor e os bolsistas do PIBID atuaram como facilitadores, oferecendo suporte técnico.

A avaliação considerou a precisão das respostas de cada grupo sobre a UC e o Domínio Morfoclimático, além da participação ativa dos alunos nas discussões. A dinâmica também possibilitou avaliar a compreensão dos conceitos trabalhados e o desenvolvimento de habilidades digitais, devido ao uso do Google Maps como ferramenta de geotecnologia. Ao final, foi aplicada uma avaliação dissertativa, com a pergunta: “Como os diferentes Domínios Morfoclimáticos brasileiros podem ser identificados através das características físicas e ambientais das Unidades de Conservação que você analisou no Google Maps?”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa com os alunos do 7º ano da Escola Estadual Professor Gabriel Mandacaru destacam a eficácia do Google Maps como ferramenta didática para identificar aspectos geográficos das Unidades de Conservação (UC) e compreender os Domínios Morfoclimáticos. A atividade permitiu uma exploração interativa das UCs, facilitando a visualização de características físicas e ambientais. Os alunos demonstraram habilidade em identificar e descrever aspectos como relevo, clima, vegetação, solo e paisagem, além de conseguir relacionar corretamente as UCs aos Domínios Morfoclimáticos. O uso do Google Maps contribuiu para a conexão entre teoria e prática, proporcionando uma representação visual detalhada.

As metodologias ativas adotadas, com discussões em grupo e uso da geotecnologia, criaram um ambiente de aprendizado colaborativo e engajador. As discussões promoveram a construção conjunta do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades colaborativas, alinhando-se à literatura sobre metodologias ativas, que enfatiza a importância da participação ativa (Moraes; Castellar, 2018).

Entretanto, a complexidade dos conceitos dos Domínios Morfoclimáticos foi um desafio para a faixa etária dos alunos, dificultando a compreensão de alguns pontos. Além disso, o tempo disponível para a atividade foi um obstáculo, sugerindo a necessidade de ajustar a duração das atividades. Apesar dos desafios, o Google Maps se mostrou uma ferramenta valiosa, facilitando a compreensão dos conceitos geográficos e reforçando a importância da integração de ferramentas digitais no ambiente educacional, além de promover o desenvolvimento de habilidades digitais essenciais para os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo confirmou a eficácia do Google Maps como ferramenta educativa no ensino dos Domínios Morfoclimáticos, proporcionando uma aprendizagem envolvente e significativa. A exploração virtual das Unidades de Conservação permitiu aos alunos visualizar com mais clareza elementos naturais como relevo, vegetação, clima e solo, facilitando a compreensão de conceitos que poderiam ser abstratos no ambiente tradicional de aula.

A abordagem metodológica ativa, baseada na colaboração e na investigação autônoma, estimulou o interesse dos alunos e favoreceu a assimilação do conteúdo. Apesar da complexidade dos temas e da faixa etária dos participantes, a prática pedagógica contribuiu para a compreensão das interações entre os domínios morfoclimáticos e suas implicações ambientais. Além disso, o uso do Google Maps promoveu o desenvolvimento de habilidades digitais, preparando os alunos para acessar e interpretar informações geoespaciais de forma mais autônoma.

A experiência também evidenciou a importância da integração de tecnologias digitais no ensino, tornando os mapas digitais recursos valiosos para ampliar a consciência geográfica dos estudantes. No entanto, desafios foram identificados, como a necessidade de um tempo maior para adaptação inicial à ferramenta, aspectos a serem considerados em futuras implementações.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigar o impacto de outras ferramentas, como o Google Earth e softwares de geoprocessamento, além de expandir o estudo para diferentes séries e níveis educacionais. Tecnologias como realidade aumentada e virtual também podem enriquecer o ensino de biomas e formações geográficas, tornando a aprendizagem ainda mais interativa e acessível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BOLIGIAN, Levon; ALVES, Andressa. **Geografia espaço e vivência: volume único**. São Paulo: Atual Editora, 2019.

MORAES, Jerusa Vilhena de; CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. **Metodologias ativas para o ensino de Geografia: um estudo centrado em jogos**. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, v. 17, n. 2, p. 422-436, 2018. Disponível em: https://reec.webs.uvigo.es/volumenes/volumen17/REEC_17_2_07_ex1324.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

OLIVEIRA, Éder Geovani da Paz. **A utilização do Google Earth e Google Maps como recurso didático para o ensino de Cartografia escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2687/1/PDF%20-%20%C3%89der%20Geovani%20da%20Paz%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ENCONTROS E TROCAS DE SABERES: RELATOS DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NA UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE EM LAMARÃO-BA

Marcos de Jesus Lima¹⁰⁴, Fernando de Souza Nunes¹⁰⁵

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

O presente estudo se refere aos relatos de experiência, consideradas como escrita de vivências no projeto de extensão realizado na Universidade Aberta à Terceira Idade em Lamarão, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XI - Serrinha Bahia. Esse estudo tem como objetivo revelar as experiências vivenciadas na Universidade Aberta à terceira Idade em Lamarão/BA, elucidando como os encontros contribuíram para uma melhor qualidade de vida das participantes, através das oficinas desenvolvidas. A dimensão metodológica deste estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, com foco na análise da experiência vivenciada na Universidade Aberta para a Terceira Idade. Essa pesquisa fundamenta-se em um levantamento bibliográfico realizado na plataforma Periódicos Capes, permitindo a construção de uma base teórico-conceitual para análise dos dados. Além do mais, foram realizadas também 2 (duas) entrevistas, uma com 6 participantes da terceira idade e a outra com 2 colaboradoras da UATI-Lamarão 2024. As UATIs são espaços onde os sujeitos da terceira idade podem compartilhar suas respectivas histórias de vida, ampliando suas redes de apoio e desenvolvendo novos vínculos de amizade. Portanto, as Universidades Abertas para a Terceira Idade contribuem para diversos benefícios que vão além do aprendizado, já que é um ambiente de trocas de conhecimentos e experiências que são significativas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas.

Palavras-Chave: Projeto de Extensão. Educação. UATI. Oficinas. Lamarão.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se refere aos relatos de experiências, consideradas como escrita de vivências no projeto de extensão realizado na Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) em Lamarão, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XI-Serrinha Bahia. Segundo Nunes (2024), esse projeto de extensão visa selecionar estudantes de graduação, para atuar como monitor na UATI Campus XI-Serrinha, a fim de desenvolver oficinas referente lazer e qualidade de vida na terceira idade, por meio de trabalhos teóricos articuladas com o ensino e pesquisa em consonância com Componentes Curriculares de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Geografia e Pedagogia.

¹⁰⁴ Graduando em Geografia, UNEB, DEDC - Campus XI, marcoslima2702@gmail.com.

¹⁰⁵ Mestre em Estudos Territoriais - PROET/UNEB; Coordenador da UATI, fernandodsouzanunes@hotmail.com.

Esse estudo se justifica em abordar a relevância das oficinas nas UATIs, levando em consideração as atividades desenvolvidas na Universidade Aberta à Terceira Idade em Lamarão e o estudo bibliográfico para o referencial teórico, tendo em vista que as práticas colaboram para a socialização das pessoas na terceira idade e no desenvolvimento de habilidades cognitivas como coordenação motora, memória, criatividade entre outras, o que contribui para a elaboração de novas atividades que exigem habilidades mais avançadas, proporcionando um ambiente de aprendizado contínuo e com trocas de saberes. Em vista dos aspectos mencionados, esse estudo tem como objetivo revelar as experiências vivenciadas na Universidade Aberta à terceira Idade em Lamarão/BA, elucidando como os encontros contribuíram para uma melhor qualidade de vida das participantes, através das oficinas desenvolvidas.

Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015) indicam que as UATIs foram criadas em diferentes universidades pelo mundo, como uma modalidade de um processo educativo não formal e também uma educação permanente, ao mesmo tempo que, instrumentaliza o idoso com conhecimentos e saberes, possibilitando o exercício pleno da cidadania.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo constituiu-se a partir de um projeto de extensão denominado “*Lazer e Qualidade de Vida na Terceira Idade*”, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação Campus XI Serrinha- Bahia, realizado na Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) no município de Lamarão-Bahia. A dimensão metodológica deste estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, como finalidade analisar a experiência vivenciada na UATI. Assim, segundo Rodrigues, Oliveira e Santos (2021), a pesquisa qualitativa busca observar, descrever, analisar e realizar práticas interpretativas de fenômenos com o intuito de compreender seu significado. Essa pesquisa fundamenta-se em um levantamento bibliográfico realizado na plataforma Periódicos Capes, permitindo a construção de uma base teórico-conceitual para análise dos dados. Além disso, foram realizadas também duas entrevistas: uma com 6 participantes da terceira idade e a outra com 2 colaboradoras da UATI-Lamarão, no ano 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Breves Reflexões Sobre a Terceira Idade

O envelhecimento é um processo inato e biológico da vida, relacionada aos aspectos físicos, emocionais, que reverbera em aspectos socioeconômico entre outros. Nessa

perspectiva, Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015) enfatizam que a terceira idade faz parte de uma construção social, uma vez que em muitas culturas e civilizações em determinadas sociedades, a velhice é vista como sinônimo de aspectos positivos e otimistas, envolvendo respeito, sabedoria, qualidade de vida e valorização, mas contraditoriamente, também é vista de forma negativa e marginalizada, sendo a ela atribuída a discriminação, alienação, incapacidade e violência. Desse modo, a terceira idade é um momento em que esses sujeitos precisam estar equiparados a um processo de envelhecimento saudável, pois diante de diversas nuances, promover uma qualidade de vida para esses indivíduos é primordial, já que é de grande importância garantir a eles uma vida mais longa e com qualidade.

Educação Para a Pessoa Idosa na Universidade Aberta Para a Terceira Idade

A UATI se constitui num espaço educacional de trocas de saberes entre popular e o científico. Pires e Queiros (2016) destacam que a educação existe de formas diversas, isto é, em vários lugares como em pequenas sociedades tribais, sociedades camponesas, nos movimentos sociais, nos coletivos urbanos, enfim, nos mais diversos espaços. Assim, os autores enfatizam que a educação acontece de forma difusa em todos os universos sociais, nas variadas práticas. A partir do exposto, o estudo de Oliveira, Scortegagna e Oliveira (2015) indica a UATI enquanto um espaço educativo que tem como premissa as seguintes finalidades: valorizar a pessoa idosa, possibilitar a aquisição de conhecimentos, proporcionar uma melhor qualidade de vida para o idoso, elevar a autoestima dos sujeitos da terceira idade, desenvolver as potencialidades intelectuais, entre outros. As oficinas desenvolvidas em uma extensão universitária, a exemplo dos espaços da UATI voltados a terceira idade, contribui significativamente na qualidade de vida da pessoa idosa por meio das ações que promovem a integração educacional e social. De acordo com Nunes (2018), no que se trata de uma extensão universitária como uma perspectiva de educação continuada, essa não estipula prazos para conclusão de turmas e sua estrutura é tida como educação não formal o que difere das escolas.

Relatos do Projeto de Extensão na UATI em Lamarão-Bahia

A oficina “*Lazer e qualidade de vida: produção de hortas urbanas*”, teve como objetivo proporcionar uma atividade relaxante e de construir conhecimentos sobre solos. Para a elaboração dessa oficina, no primeiro momento houve diálogos sobre os conhecimentos prévios das participantes a partir das suas experiências adquiridas ao decorrer do tempo, como questões

de manejo do solo, adubos entre outros. As participantes ficaram muito satisfeitas com essa oficina, uma vez que é uma prática muito utilizada por elas para plantação.

A oficina intitulada “*Pinturas em seixos (Pedras/Rochas)*” teve como finalidade estimular a criatividade e a socialização das participantes, para o bem-estar por meio da pintura nos seixos, além de desenvolver habilidades motoras, artísticas e concentração. Assim, resultou um grande sucesso entre as uatianas, pois elas estavam acostumadas em realizar pinturas em outros tipos de materiais, como panos e papéis, por exemplo. Desse modo, essa prática promoveu a socialização e estimulou a criatividade, e durante essa dinâmica as senhoras aprenderam sobre a origem dos seixos e seu respectivo processo de formação natural.

A peça teatral, subprojeto incorporado na Universidade Aberta à Terceira Idade em Lamarão-BA, objetivou oportunizar momentos de expressões artísticas e culturais para as idosas, por meio de encontros para execução de uma peça teatral intitulada “Quando a Velhice chegar”. A peça foi algo muito significativo para as participantes, uma vez que ao apresentar o subprojeto como uma possibilidade de oficina, elas receberam de forma muito interessadas, pois foi algo novo que nunca tinha sido realizado na UATI-Lamarão.

Relatos de Experiências Para Além do Projeto de Extensão na UATI-Lamarão

As participantes na UATI-Lamarão realizam as oficinas de forma animada. Nessa perspectiva, indagada sobre o que motiva a participação delas na Universidade, a maioria respondeu que o encontro com as amigas e realização das atividades para descontrair, era o motivo. A entrevistada “A”, por exemplo, diz: “Me motiva participar pelo encontro das amigas e pelas atividades produzidas, porque mesmo com a idade que tenho não posso parar de me reinventar.” A UATI proporciona uma maior socialização entre as pessoas da terceira idade, oportunizando fazer novas amizades e manter diálogos através de (re)encontros. As participantes de um modo geral, almeja por novas oficinas e materiais para a UATI, como a entrevistada “N” destaca: “Espero que venha novas oficinas e materiais também, novidade é sempre bom, e com grau de dificuldade para trazer muito mais benefícios para nós.” A questão de não estar somente em casa foi mencionado por elas, pois a convivência com as servidoras Luzeni Silva, Jessica Lima e com as demais colegas se torna um ótimo lugar para distração. Desse modo, em uma entrevista com Luzeni e Jéssica, ambas destacaram que relatos como estes abordados pelas senhoras são um dos aspectos mais motivantes para trabalharem com a terceira idade, e que ao decorrer do tempo foi perceptível as mudanças significativas nas habilidades das participantes e melhoria na coordenação motora durante as produções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Universidades Abertas para à Terceira Idade contribuem significativamente para as pessoas que estão nessa fase natural da vida, uma vez que os benefícios adquiridos por meio desses espaços, vão além do aprendizado teórico conceitual, já que se trata de um ambiente de trocas de conhecimentos e experiências do saber popular dos/as participantes e do saber científico da academia. Assim, as UATIs também colaboram para o envelhecimento ativo da pessoa idosa, tendo em vista que incentiva a continuidade da aprendizagem ao longo da vida e combate às ideias de que a idade avançada apresenta limites para novos saberes e vivências.

Em vista dos aspectos mencionados ao decorrer deste estudo, fica evidente que as atividades desenvolvidas na Universidade Aberta à Terceira Idade em Lamarão colaboraram de forma crucial no cotidiano das participantes em diversas dimensões, tanto no que se refere às questões físicas como sociais. Nesse sentido, as participações de forma efetiva das idosas da UATI-Lamarão nas oficinas artísticas e culturais, por exemplo, ajudaram para o desenvolvimento de funções cognitivas e aumento da autoestima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NUNES, Fernando de Souza. **A Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) e a Extensão Universitária: Ressignificando a práxis acadêmica na UNEB Campus XI - Serrinha**. Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.1-12, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/cidadaniaemacao/article/view/12785>. Acesso em: 22 out. 2024.

NUNES, Fernando de Souza. **Monitoria de extensão Lazer e Qualidade de Vida na Terceira Idade – Lamarão**. Projeto de Extensão (Sistema de Planejamento e Gestão Universitária). Núcleo de Pesquisa e Extensão do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha, 2024. (Digitalizado).

OLIVEIRA, R. C. da S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F da S. **Universidades abertas à terceira idade: delineando um novo espaço educacional para o idoso**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 15, n. 64, p. 1-16, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641945>. Acesso em: 22 out. 2024.

PIRES, C. M. de S.; QUEIROS, P. P. **O estágio em espaços não formais de ensino: outras possibilidades de educar**. In: XI Seminário Internacional de La Red Estrado, 11., 2016, México. Anais [...]. México DF: [s. n.], 2016. Disponível em: http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo3/214.pdf. Acesso em 28 set. 2024.



A CAPITAL DE POUCOS, O ENEG PARA TODOS:
O PAPEL DA GEOGRAFIA NO ENFRENTAMENTO
AOS DESAFIOS SOCIOESPACIAIS



18 A 21 DE ABRIL DE 2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB), BRASÍLIA - DF

RODRIGUES, T. D. de F. F.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, J. A. **As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação.** Revista Científica de Educação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49>. Acesso em: 22 out. 2024.

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO A PARTIR DE RECURSOS RECICLÁVEIS PARA AS AULAS DE GEOGRAFIA

Jhessyca Pinto Paes¹⁰⁶, Deusiane Moia Viana¹⁰⁷.

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma proposta de ensino de Geografia interdisciplinar na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Santa Terezinha, como projeto de intervenção do Estágio Docente do Curso de Licenciatura em Geografia. Através da reutilização de materiais recicláveis, o projeto busca tornar as aulas mais lúdicas e dinâmicas, além de contribuir para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis pelo ambiente. Foi desenvolvida em conjunto com os professores de Geografia, Ciências e Artes, utilizando materiais recicláveis para a construção de mapas, globos, placas e outros recursos didáticos. Resultou em uma melhora na compreensão dos conteúdos de Geografia pelos alunos, um aumento da consciência ambiental, uma diminuição da quantidade de resíduos sólidos gerado na escola e a produção de materiais didáticos de baixo custo e alta qualidade. A metodologia interdisciplinar e a utilização de materiais recicláveis são os diferenciais dessa proposta, que tem o potencial de transformar o ensino de Geografia na escola.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia. Interdisciplinaridade. Sustentabilidade. Materiais Didáticos.

INTRODUÇÃO

A escola é o lugar de formar cidadãos conscientes e atuantes na sociedade, busca-se educar não somente para a edificação profissional, mas também para se bem viver na sociedade. O ensino da Geografia, assim como todas as disciplinas da área de humanas, é de suma importância para a formação cidadã, haja vista que é por esta ciência que se desenvolve nos alunos um pensamento crítico, conhecedor da realidade físico-natural-social a partir de construção de conhecimentos e habilidades referentes a esses aspectos.

De acordo com a observação e participação nas aulas de Geografia na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Santa Terezinha em Cametá-PA, observou-se a necessidade de contribuir com a formação dos alunos em vista de uma educação ambiental, trabalhando de forma interdisciplinar com os professores de Ciências e Artes a partir da conscientização do cuidado com o espaço vivido e a produção de material didático para as aulas, construído de recursos recicláveis. Perante o contexto que se vive da cultura do consumismo, do descarte sem pensar em uma forma de aproveitamento do material, este, muitas vezes, é jogado em vias

¹⁰⁶Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins/Cametá, jhessyca.fc@gmail.com.

¹⁰⁷ Universidade Federal do Pará, Campus do Tocantins/Cametá, moiadeusianne@gmail.com.

públicas e, com as chuvas, obstrui os bueiros, ocasionando enchentes, além de poluir os rios. Haja vista, que a Geografia em seus conceitos se relaciona com a natureza, não somente na explicação de seus fenômenos, mas também da forma de como preservar para evitar problemas ambientais relacionados a um desequilíbrio natural.

Sendo a geografia a ciência e área do saber que estuda o espaço geográfico, e a relação sociedade natureza, por meio de seus conceitos e categorias, a mesma deve promover uma discussão e reflexão acerca do meio ambiente e da sociedade pois a Educação Ambiental é uma temática, que deve ter um espaço especial e ser trabalhado e discutido na geografia, devido à proximidade entre os saberes, visto que, além de ser um tema integrador, e não constituir de uma disciplina específica, é também interdisciplinar (Sampaio, 2019 p. 2).

Percebe-se, de acordo com Sampaio (2019), a possibilidade de trabalhar esta formação no ensino de Geografia, como também através de outras disciplinas, pois a Educação Ambiental pode ser desenvolvida em vários âmbitos, haja vista que este tema não é próprio de uma disciplina, pois está relacionado com o bem viver em sociedade e o cuidado com o ambiente.

O presente trabalho, tem como objetivo, proporcionar aos alunos um ambiente escolar mais equipado e propício para o ensino de Geografia por meio da disponibilização de recursos didáticos essenciais produzidos por meio de materiais recicláveis como globos, mapas e outros recursos fundamentais, além de promover a conscientização e o cuidado com o ambiente escolar, estimulando a valorização dos espaços e equipamentos educacionais.

Como metodologia qualitativa, em um primeiro momento, realizou-se o estágio de intervenção, a observação nas aulas de Geografia no Fundamental II, em seguida, uma pesquisa bibliográfica sobre a educação ambiental para o desenvolvimento das etapas de intervenção na escola e aplicação do projeto desenvolvido com os alunos do 7º ano, cuja proposta metodológica será empreendida em três etapas juntamente com as educadoras de Ciências e Artes.

MATERIAL E MÉTODOS

Após uma revisão bibliográfica, analisando autores e pesquisadores sobre o ensino de educação ambiental, levando em consideração o objetivo geral, no primeiro momento, na turma do 7º ano foi realizado uma aula expositiva e dialogada sobre ambiente e sustentabilidade, buscando conscientizá-los a respeito da importância da preservação do espaço vivido e analisando os conhecimentos que os estudantes já tinham sobre o assunto.

No segundo momento, na aula de artes, foi desenvolvido a produção de materiais didáticos a partir de recursos recicláveis, vale ressaltar que estes materiais já estavam pré-montados. No terceiro momento, na aula de Ciências, foi abordado de forma resumida o que

havia sido aplicado nesses dois dias de projeto, a partir de um quadro interativo, avaliou-se o conhecimento adquirido pelos alunos, através de palavras-chaves sobre o que foi construído nestes dias de aplicação do projeto de intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação transforma o indivíduo e possibilita transformar nosso modo de vida e vivência em sociedade, além de contribuir para formação de cidadãos conscientes e autocríticos, principalmente o ensino da Geografia que, através de seus conceitos geográficos, como também dos aspectos físicos da natureza juntamente com o ensino de Ciências, auxiliam os alunos no despertar de suas consciências para o bem viver no meio social.

A Educação Ambiental teve seu surgimento no Brasil a partir dos anos 90, pois naquele momento o país estava participando de conferências sobre poluição, desmatamento e mudanças climáticas. É amparada por decretos e documentos como a Lei 9.795/1999, na qual se é estabelecido os princípios para a Educação Ambiental no Brasil. No Capítulo I, em seu Artigo 1º, a lei define o que se entende por educação ambiental:

[...] os processos por meio dos quais o Indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Nesse contexto, a escola se apresenta como um espaço crucial para a Educação Ambiental. Desde a educação infantil até o ensino superior, como preconiza a Lei 9.795/1999 que dispõe em seu Artigo 2º:

A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. O Artigo 3º, inciso II, complementa a ideia ao prescrever que cabe às “instituições educativas promover a Educação Ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem (Brasil, 1999).

Contudo, a Educação Ambiental não se restringe ao meio escolar. Ela deve permear o cotidiano das pessoas, tornando-se um estilo de vida. As escolas, além de ensinar os conceitos, devem vivenciar a Educação Ambiental, desenvolvendo trabalhos que promovam a vivência harmônica com o meio ambiente, a preservação e principalmente a sustentabilidade.

Com base no que foi proposto, a partir da interdisciplinaridade entre Geografia, Artes e Ciências, percebeu-se uma conexão positiva na sala de aula, o que a tornou mais atrativa e

facilitou o diálogo entre professor e aluno, por meio de diversas linguagens, de acordo com cada disciplina, e pela produção de materiais que contribuiu e irá contribuir na compreensão e construção de conhecimento pelos educandos.

De acordo com a proposta metodológica, percebeu-se nos alunos uma maior conscientização sobre a importância de preservar o meio em que vivem, no diálogo com eles, muitos estavam dispostos a colocar em prática a coleta seletiva em sua casa, evitar jogar resíduos sólidos nas ruas. Perceberam que muitos materiais que são descartados podem ser aproveitados até mesmo em sala de aula.

Figura 1. Material sendo construído pelos alunos no segundo dia da aplicação do projeto na aula de Artes.



Fonte: elaboração própria.

Como vemos na Figura 1, um dos resultados positivos foi o entusiasmo dos alunos tanto na construção dos materiais como no senso de localização geográfica entre eles. Os mapas que foram deixados na escola, segundo o relato dos educadores, serão bem aproveitados nas aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de material didático, a partir de recursos recicláveis nas aulas de Geografia revela-se uma estratégia pedagógica inovadora e sustentável, que conecta teoria e prática. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento de habilidades criativas e reflexivas nos estudantes, além de promover uma consciência ambiental crítica. O uso de recicláveis não apenas reduz custos, mas também demonstra como recursos simples podem ser transformados em ferramentas eficazes para o ensino de conceitos geográficos, como relevo, cartografia e dinâmicas ambientais.

Essa prática favoreceu o engajamento dos alunos, que se tornaram protagonistas do processo de aprendizado ao participar da confecção dos materiais. Além disso, incentivou o diálogo interdisciplinar ao abordar questões relacionadas à sustentabilidade, cidadania e responsabilidade socioambiental. Dessa forma, além do aproveitamento de resíduos sólidos que seriam desperdiçados, permitiu-se auxiliar aos alunos para um melhor entendimento e aproveitamento sobre as aulas de Geografia, e outras disciplinas, como também um ótimo material didático fornecido à escola.

Este projeto representou uma nova perspectiva para os educadores e estudantes da escola onde foi realizado a intervenção do Estágio Docente do curso de Licenciatura em Geografia, em que perceberam como esses objetos podem ser transformados em materiais didáticos tornando a sala de aula mais dinâmica, criativa e inovadora, cumprindo com a análise crítica e social do saber geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <https://jusbrasil.com.br/legislacao/110259/lei-da-educacao-ambiental-lei-9795-99>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SAMPAIO, L. S. **A educação ambiental no ensino de geografia, uma prática interdisciplinar.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Senhor do Bonfim, BA, 2019. Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/~tcc/000017/0000175e.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

DIDÁTICA CRÍTICA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA: BACIAS E MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DA ÁREA URBANA DE JATAÍ-GO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Geovanna Nawally Silva¹⁰⁸, Suzana Ribeiro Lima Oliveira¹⁰⁹

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

Este resumo aborda os resultados de uma pesquisa realizada sobre bacias e microbacias hidrográficas pela Geografia, com foco para estudantes do 6º ano do ensino fundamental de uma escola pública em Jataí-GO. A área urbana da cidade, marcada por diversas bacias e microbacias, foi utilizada para práticas pedagógicas que conectassem os estudantes à realidade local. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica, documental e o uso de mapas, maquetes e questionários, para o fortalecimento da leitura cartográfica, essencial para interpretar e compreender o relevo, cursos hídricos, divisores de água e os impactos socioambientais. Os estudantes puderam identificar e analisar as bacias e microbacias na paisagem urbana, relacionando-as aos aspectos socioeconômicos e ambientais. Os resultados indicaram que a metodologia aplicada ampliou a percepção dos estudantes sobre os recursos hídricos locais, promovendo uma visão crítica do espaço geográfico. Além disso, destacou-se a importância de metodologias que garantam o protagonismo dos estudantes de forma ativa, como a elaboração de maquetes e mapas, para garantir a indissociabilidade entre teoria e prática. Conclui-se que a linguagem cartográfica contribui para a formação do pensamento geográfico que fomenta a construção cidadã e promoção de ações objetivando prática sociais significativas e ambientalmente sustentáveis.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia. Linguagem Cartográfica. Bacias Hidrográficas. Microbacias. Didática Crítica.

INTRODUÇÃO

A água doce, fundamental para o consumo humano, representa apenas 2,5% da água disponível no planeta, sendo a maior parte dessa água de difícil acesso, como em geleiras e aquíferos (ANA, 2023). Apenas uma pequena parte se encontra em rios e cursos hídricos, essenciais para a manutenção dos seres vivos. A gestão e uso racional desses recursos hídricos são fundamentais para a manutenção da vida e para o desenvolvimento econômico e social, especialmente em áreas urbanas. As bacias hidrográficas possuem um papel central na organização e gestão territorial, pois elas conectam as dinâmicas naturais e sociais, influenciando diretamente as comunidades e as atividades humanas.

¹⁰⁸ Universidade Federal de Jataí, geovannanawally@gmail.com.

¹⁰⁹ Universidade Federal de Jataí, suzanarili@ufj.edu.br.

Nesse contexto, a compreensão da importância da conservação das bacias hidrográficas, enquanto recorte espacial local, vai além de um simples entendimento de possíveis ações individuais para sua manutenção; envolve também o desenvolvimento da leitura espacial, e entende-se que a linguagem cartográfica (Richter, 2017), enquanto elemento de uma didática crítica (Cavalcanti, 2024), é potencializadora da formação do pensamento geográfico (Cavalcanti, 2019) e consequentemente para a compreensão dos arranjos espaciais da paisagem local (Santos, 2009).

A linguagem cartográfica refere-se à habilidade de ler, interpretar e compreender mapas e outros elementos gráficos enquanto representação do espaço geográfico, que são fundamentais para entender a organização do território, a distribuição dos recursos naturais e as interações entre os diferentes elementos da paisagem. No ensino de Geografia, a linguagem cartográfica permite que os estudantes, por exemplo, não apenas localizem e identifiquem bacias e microbacias hidrográficas, mas também analisem as relações entre os recursos hídricos, as dinâmicas naturais e as intervenções humanas que influenciam e são influenciadas no ambiente (Richter, 2017).

Para que os estudantes possam desenvolver essa habilidade de leitura, interpretação e compreensão do espaço geográfico, é essencial que o ensino de Geografia seja contextualizado com a realidade onde os sujeitos em processo de ensino-aprendizagem estão inseridos. O estudo das bacias hidrográficas da cidade em que vivem é uma oportunidade de conectar o conteúdo acadêmico com o cotidiano dos estudantes, promovendo um entendimento conceitual da importância das águas para o bem-estar social e ambiental. Ao compreender as bacias e microbacias da sua cidade, os estudantes podem refletir sobre as implicações da ocupação urbana, as questões ambientais e os desafios da gestão dos recursos hídricos, desenvolvendo uma consciência crítica sobre o processo de ocupação e apropriação de territórios e de sua influência para a (con)formação da paisagem (Santos, 1988; Bertrand; Bertand, 2007) local.

Portanto, esta pesquisa buscou investigar se os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental conhecem e compreendem importância das bacias hidrográficas de Jataí-GO (Martins; Oliveira, 2013), a partir da aplicação de atividades pedagógicas que envolveram o uso da linguagem cartográfica, com destaque para análise de imagens e mapas, elaboração de maquete e a observação dos recursos hídricos locais. A proposta foi a de desvelar o ambiente local por meio da análise geográfica da realidade vivida pelos estudantes, para que eles possam, ao final do processo de ensino-aprendizagem, não apenas reconhecer as bacias e microbacias de sua cidade, mas também compreender sua importância para a vida urbana e a sustentabilidade ambiental.

MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos utilizados envolveram a pesquisa bibliográfica, foram utilizados artigos e livros científicos da área de Geografia; a documental, com a utilização de mapa das bacias hidrográficas da área urbana de Jataí fornecido pela Prefeitura e o Atlas Ambiental das Microbacias Urbanas de Jataí. Para diagnosticar o conhecimento prévio dos alunos sobre as bacias hidrográficas, foi aplicado um questionário antes (avaliação diagnóstica) e depois da aula (avaliação formativa), com perguntas sobre os recursos hídricos e os cursos d'água locais. A pesquisa também incluiu a elaboração e construção de uma maquete tátil para facilitar a visualização das bacias e microbacias, e a realização de atividades teórico-práticas com imagens e mapas para identificar e localizar os cursos hídricos da cidade e observação espacial geográfica orientada para identificação, nos locais de vivência, de possíveis elementos que compõem o estudo da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos evidenciaram o potencial do uso da linguagem cartográfica enquanto elemento de uma didática crítica como potencializadora da formação do pensamento geográfico e consequentemente para a compreensão dos arranjos espaciais da paisagem local para a formação da cidadania. Para isso, utilizou-se durante o processo de ensino-aprendizagem a Avaliação Diagnóstica (AD) e a Avaliação Formativas (AF).

Os dados obtidos na AD revelaram que 24% dos estudantes não sabiam a importância dos recursos hídricos em Jataí, após AF, 4% mantiveram a resposta "não sei", evidenciando a compreensão da maioria dos estudantes sobre o tema.

Quanto ao conhecimento das bacias, 68% dos estudantes não conheciam nenhuma bacia de Jataí na AD, após a AF, 96% passaram a identificar alguma bacia ou microbacia local. Isso mostra que os estudantes se conectaram com o ambiente próximo a eles, após refletirem criticamente durante as atividades propostas.

Um dado marcante, na questão sobre morar perto de cursos hídricos, 40% dos estudantes durante a AD responderam que moravam, mas não conseguiam citá-las, e esse número subiu para 72% após AF, evidenciando compreensão do que são recursos hídricos e identificação de onde estão localizados em sua cidade.

A maioria dos estudantes na AD não conheciam as bacias de Jataí, mencionando apenas locais turísticos (Quadro 1) como os lagos. Após a AF, 96% passou a identificar corretamente

as bacias e microbacias da cidade. A atividade teórico-prática de leitura de imagens e mapas, a construção da maquete, e a observação geográfica orientada, ajudaram os estudantes a entender a topografia local e a importância dos divisores de água, facilitando a compreensão dos cursos hídricos e seu impacto na vida cotidiana.

Quadro 1. Locais mencionados pelos alunos

Locais Mencionados	Avaliação Diagnóstica	Avaliação Formativa
Lagos e cursos hídricos	Lago Diacuí, Lago JK, Bom Sucesso.	Rio Claro, Córrego Açude, Córrego Queixada, Córrego Tatu, Córrego Jataí.

Fonte: elaboração própria.

Nota: os dados foram coletados durante do 2º semestre de 2024.

A comparação das respostas das avaliações revelou que os estudantes ampliaram seu conhecimento sobre os recursos hídricos locais, identificando outros cursos d'água além dos mais conhecidos. Os dados revelaram o potencial da linguagem cartográfica e da didática crítica, especialmente a utilização de recursos didáticos inovadores que problematizam a realidade vivida pelos estudantes para a formação do pensamento geográfico importante dimensão para a formação da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a didática crítica e o uso da linguagem cartográfica no ensino das bacias hidrográficas pela Geografia foi potencializador da construção do conhecimento dos estudantes sobre os recursos hídricos da cidade de Jataí. A utilização de atividades ativas e recursos visuais como imagens, mapas, maquetes, observação geográfica orientada, potenciaram a compreensão de conceitos geográficos essenciais, como a formação das bacias e os impactos da ocupação humana. Além disso, os resultados indicam que, ao conectar os conteúdos do ensino de Geografia com a realidade local dos estudantes, é possível ampliar sua percepção crítica sobre o espaço geográfico e os desafios ambientais nas cidades e não apenas nos ambientes rurais.

Esta pesquisa contribuiu para salientar a importância do uso da didática crítica para a formação de conceitos geográficos, para que, natureza e sociedade sejam entendidas de forma indissociável, e que os objetos de conhecimento (os conteúdos) tomem significado para os estudantes. Ao fazer isso, os conceitos deixam de ser abstratos e desconectados da realidade

deles. Também é importante ressaltar que as metodologias adotadas para o ensino precisam garantir que os estudantes sejam ativos no processo, permitindo que eles interajam e construam seu conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Água no mundo: parcerias e cooperação internacional**. Brasília: ANA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cooperacao-internacional/agua-no-mundo>. Acesso em: 2 dez. 2024.

BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude. **A paisagem entre a natureza e a sociedade**. In: PASSOS, Messias Modesto (org). Uma Geografia transversal e de travessias. Maringá, PR: Massoni, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar Pela Geografia: Ensino e Relevância Social**. 1. ed. Goiânia: C&A Alfa Comunicações, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ensinar e Aprender Geografia: elementos para uma didática crítica**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2024.

MARTINS, Alécio Perini; OLIVEIRA, Raquel Maria de (org.). **Atlas ambiental das microbacias urbanas de Jataí/GO**. UFG/Campus Jataí: Poligráfica indústria e Comércio, 2013. (material cartográfico).

RICHTER, Denis. **A Linguagem Cartográfica no Ensino de Geografia**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, SP, v. 7, n. 13, p. 277-300, 2017. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/511>. Acesso em: 10 maio 2025.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2009.

OS MAPAS MENTAIS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

Marcos Elielton Simões¹¹⁰

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

O presente relato de experiência tem como objetivo descrever as ações realizadas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência pela Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. O programa envolveu os cursos de Licenciatura em Geografia, Linguagem e Comunicação, e Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza. As ações descritas foram realizadas no Colégio Estadual Marcílio Dias no município de Guaraqueçaba, Litoral do Paraná. Destaca-se nesse resumo, as formas didáticas do uso dos mapas mentais no ensino de Geografia e a importância da representação cartográfica no Ensino Médio a partir, especificamente, da interdisciplinaridade entre as três áreas de conhecimento. A metodologia utilizada foi ancorada na proposta de Kozel e Galvão (2008) onde colabora-se com a construção da autoria cartográfica dos estudantes enquanto sujeitos extremamente vinculados à dinâmica espacial e territorial estabelecida em seus territórios e a formação docente do educador geógrafo. Verifica-se, portanto, que as contribuições do PIBID influenciam positivamente na formação do educador geógrafo promovendo a autonomia e a construção do profissional docente. Para além disso, a metodologia abordada destacou que a construção dos mapas mentais pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia. Mapas Mentais. Iniciação à Docência.

INTRODUÇÃO

Considerando que o relato de experiência indica que “o conhecimento humano está interligado ao saber escolarizado e aprendizagens advindas das experiências socioculturais” (Mussi; Flores; Almeida, 2021, p. 63). O objetivo deste relato é descrever ações desenvolvidas no PIBID¹¹¹ realizado na Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. O Projeto intitulado PIBID Interdisciplinar Ligeo, Lincom, Lecampo envolveu os cursos de Licenciatura em Geografia, Linguagem e Comunicação e Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e as ações aconteceram entre os anos de 2023 a 2024.

O PIBID tem como objetivo “estimular a integração da Educação Superior com a Educação Básica, estabelecendo projetos de cooperação que melhorem a qualidade do ensino nas escolas da rede pública” (Rausch; Frantz, 2013, p. 3). Considerando o exposto, as ações

¹¹⁰ Discente do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, marcossimoes@ufpr.br.

¹¹¹ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

desenvolvidas objetivaram fortalecer os laços entre a histórica local e sua cultura com o Colégio e sua comunidade escolar onde o projeto foi desenvolvido. Isso, porque a região litorânea do Paraná compreende a cultura caiçara¹¹² que cada vez mais tem sido reprimida culturalmente.

A região Litoral do Paraná compreende os municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaraqueçaba. Desse modo, a escolha do subprojeto em atuar no município de Guaraqueçaba se deu a partir da dificuldade em encontrar materiais didáticos-pedagógicos que abordassem a realidade local, além da falta de incentivo à cultura caiçara e de suas práticas socioculturais. Isso dificultou o reconhecimento dos próprios estudantes enquanto atores dessa cultura.

O subprojeto PIBID Guaraqueçaba em questão, reuniu cerca de dez bolsistas e quarenta estudantes do Ensino Médio. Além disso, houve a participação da professora-regente do Colégio e a orientação de três professores doutores da UFPR Litoral.

Destaca-se neste resumo, a importância do uso dos mapas mentais especialmente no Ensino de Geografia ancorados na proposta metodologia de Kozel (2005) e Kozel e Galvão (2008), a sua contribuição na formação do pensamento geográfico dos estudantes e a construção do educador geógrafo em formação.

MATERIAL E MÉTODOS

O projeto iniciou com reuniões quinzenais entre os bolsistas acadêmicos e os professores orientadores, seguidos de reuniões com a professora regente do Colégio a fim de verificar as temáticas necessárias a serem abordadas pelo projeto. Após as reuniões, foram destacados temas como mapeamento participativo, formação de leitores e escritores. A partir disso, em reunião entre os acadêmicos bolsistas e os professores orientadores, as ações iniciaram com a cartografia escolar a fim de verificar a realidade desses estudantes e como estes estabeleciam conexões com seus territórios, considerando que a situação-problema seria a falta de identificação dos mesmos com sua cultura local.

Desse modo, a busca pelo referencial teórico se deu nas metodologias criadas por Kozel (2005) e adaptadas por Kozel e Galvão (2008) pois indicam a produção dos mapas mentais como catalisadores do espaço em que se vive, a fim de aprimorar o elo entre o território e o estudante. Além disso, oportunizam a criação de planejamentos de aula com temáticas que dialoguem com a realidade local.

¹¹² Os caiçaras são povos tradicionais que habitam desde o litoral catarinense até o litoral paulista. Incluem-se em seus modos de vida a pesca, a agricultura e até mesmo a caça.

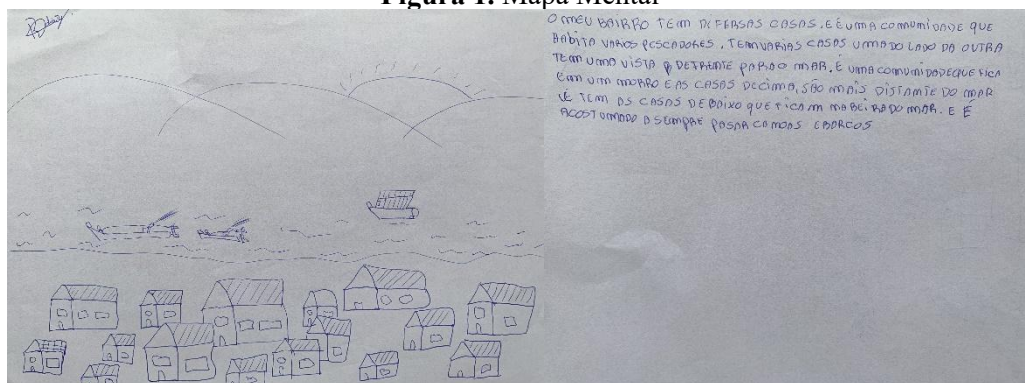
Para isso, foram realizados encontros entre os acadêmicos e os estudantes, onde a professora regente cedeu suas aulas para que pudéssemos atuar como educadores no formato de oficinas. Assim, as oficinas oportunizaram a construção de 40 mapas mentais que destacaram os territórios dos estudantes.

Considerando a interdisciplinaridade do projeto, a Geografia encontrou-se com a Linguagem e Comunicação. Assim, os croquis criados pelos estudantes partiram para a descrição subjetiva e objetiva de seus territórios. Essa mescla das áreas ampliou o reconhecimento dos estudantes, enfatizando suas territorialidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações envolveram quarenta estudantes, totalizando quarenta cartografias. Desses, vinte e quatro estudantes representaram suas casas (Figura 1). Já os outros dezesseis estudantes priorizaram suas representações ancoradas na paisagem natural, mesmo que todas evidenciassem aspectos da paisagem cultural.

Figura 1. Mapa Mental



Fonte: elaboração própria. (estudante participante do projeto).

Os mapas mentais contribuíram para o desenvolvimento do projeto e evidenciaram a necessidade do planejamento de aulas que abordassem conteúdos desde a realidade vivida utilizando conceitos geográficos e da linguagem alinhados no espaço vivido, para que futuramente os estudantes possam construir uma leitura crítica da realidade global.

Como apresentaram Kozel e Galvão (2008, p. 37) “o desenvolvimento do entendimento da teoria das representações sociais se constitui numa das principais abordagens para a análise e interpretação das representações produzidas pelos grupos sociais, como os mapas mentais”. Essas análises permitem o que os autores apresentaram mais adiante, sendo “um ensino de geografia que transcende e supera algumas ‘velhas’ formas de se fazer geografia na escola,

pautadas, sobretudo, na memorização de conteúdos e numa relação hierarquizada e autoritária entre o professor e os alunos” (Kozel; Galvão, 2008, p. 43).

Lopes e Richter (2014) e Richter (2010) destacaram que ao trabalharmos com a Cartografia e utilizarmos dos seus diferentes produtos, temos acesso a uma linguagem que busca expressar a realidade sob a perspectiva espacial e que isso pode ampliar o mapa mental como ferramenta de busca ao fazer um elo entre os saberes sistematizados com as práticas sociais dos alunos para que os mesmos possam desenvolver sua autonomia no trabalho de construção e interpretação da realidade a partir da construção dessa linguagem geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mapas mentais demonstram a necessidade de construir a autoria cartográfica dos estudantes enquanto sujeitos extremamente vinculados à dinâmica espacial e territorial estabelecida em seus territórios. Além disso, evidenciam fatores sociais, políticos, mas principalmente econômicos e culturais, tendo em vista que à luz do exposto (Figura 1), práticas de trabalho como a pesca eram representadas pelos estudantes. Ao todo, as representações sempre evidenciaram o trabalho e a cultura local como fatores simbólicos intrínsecos em suas percepções.

Para além do conhecimento sobre a realidade vivida pelos estudantes, o ato de cartografar exime um olhar sobre o território que nem sempre é visto a olho nu. A elaboração dos mapas mentais demonstrou que a atenção aos elementos naturais se fortalece sobre questões políticas. O cuidado para com a natureza evidencia um processo de simbiose entre homem x natureza, sem distanciar o ser humano como alheio às transformações naturais.

No que tange a formação docente, o PIBID fortaleceu a formação docente e aprimorou as práticas pedagógicas enquanto acadêmico bolsista. Além disso, a construção da profissão docente se destaca quando reafirma a escolha pela Licenciatura em Geografia, despertando cada vez mais o Educador Geógrafo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOZEL, Salete. **Comunicando e representando: Mapas como construções socioculturais.** In.: SEEMANN, Jörn (org.). *A aventura cartográfica: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana.* Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.



KOZEL, Salete; GALVÃO, Wilson. **Representações e Ensino de Geografia: Contribuições Teórico-Metodológicas**. Ateliê Geográfico, Goiânia, GO, v. 2, n. 3, p. 33-48, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ag.v2i3.5333>. Acesso em: 18 mar. 2025.

LOPES, A. R. C.; RICHTER, D. **A construção de mapas mentais e o ensino de Geografia: articulações entre o cotidiano e os conteúdos escolares**. Revista Territorium Terram, São João del-Rei, MG, v. 2, n. 3, p. 2-12, 2014. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/territorium_terram/article/view/606. Acesso em: 18 mar. 2025.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, BA, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>. Acesso em: 18 mar. 2025.

RAUSCH, Rita Buzzi; FRANTZ, Matheus Jorgen. **Contribuições do PIBID à formação inicial de professores na compreensão de licenciados bolsistas**. Atos de Pesquisa em Educação, Blumenau, SC, v. 8, n. 2, p. 620-641, 2013. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/3825>. Acesso em: 18 mar. 2025.

RICHTER, Denis. **Raciocínio geográfico e mapas mentais: a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, SP, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105074>. Acesso em: 18 mar. 2025.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE ESCALA CARTOGRÁFICA

Júlia de Oliveira Sena¹¹³

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

A escala cartográfica é um elemento primordial para elaboração e interpretação de mapas, sendo um instrumento de leitura essencial para a compreensão do espaço – vital, portanto, à geografia. Todavia, verifica-se cotidianamente que alunos de todas as idades passam por grandes dificuldades ao se depararem com o conteúdo, criando um hiato na educação e um verdadeiro desafio aos docentes. Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica que aborda as razões históricas e didáticas que legitimam a necessidade de um olhar mais atento à questão, e os referenciais teóricos que embasam o debate sobre alfabetização cartográfica. A partir de uma adaptação da árvore lógica de escala de Le Sann (2001), uma nova proposta foi elaborada. Por fim, também sintetiza um conjunto de atividades didáticas existentes, coletadas após uma pesquisa sistemática, a fim de fornecer parâmetros de comparação para que os docentes possam optar pela prática mais conveniente ao respectivo contexto educacional, com exercícios de escala sistematizados conforme os seguintes critérios: nível de participação dos alunos, potencial de reutilização, tempo, custo e respectivos pontos fortes e fracos.

Palavras-Chave: Escala. Ensino. Atividades Escolares. Alfabetização Cartográfica.

INTRODUÇÃO

Consoante Castro (2000, p. 117), a noção de escala apresenta-se “de tal modo incorporada ao vocabulário e ao imaginário geográficos que qualquer discussão ao seu respeito parece desprovida de sentido, ou mesmo de utilidade”. Entretanto, o desenvolvimento histórico da concepção de escala no contexto escolar brasileiro demonstra que se faz necessária uma contínua discussão sobre as bases de ensino cartográfico, bem como uma atualização dos padrões educativos.

Para além de tal herança histórica – que mais parece um fardo – de desafios e dificuldades no ensino de escala, verifica-se um problema recorrente: a dificuldade singular dos alunos diante do conteúdo. Do ensino fundamental e se perpetuando, muitas vezes, até o ensino superior, os estudantes revelam significativa dificuldade ao tratar os cálculos necessários para estabelecer a relação entre as medidas do terreno e do mapa, de modo que se criam lacunas na construção do pensamento espacial. A necessidade de reduzir algo real de maneira proporcional, a fim de tornar possível sua correspondência num espaço limitado, é resolvida

¹¹³ Graduanda em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). julia.sena@usp.br.

pela escala (IBGE, 1999). Segundo Álvarez (2017, p. 327), “dependendo da escala considerada, dados espaciais podem oferecer diferentes informações sobre as características estudadas e suas relações”. Assim, representações cartográficas ditam a forma como a realidade espacial será compreendida. O equívoco na elaboração ou leitura de uma escala tem consequências no plano real e como este será analisado, portanto, é essencial que os estudantes tenham um contato direto e satisfatório com a matéria.

À luz do exposto, a presente pesquisa visa sistematizar as estratégias de ensino de escala cartográfica. As principais questões são: como ensinar escala? Quais atividades contribuem para o bom entendimento por parte dos alunos? Para tanto, uma análise sistemática da bibliografia e das atividades didáticas existentes, disponíveis em diferentes plataformas (físicas e digitais) foi realizada. Esse acervo foi catalogado, classificado e suas metodologias foram avaliadas de forma a comparar as experiências didáticas e torná-las mais acessíveis aos docentes. Ademais, adaptou-se a proposta de árvore lógica de escala (Le Sann, 2001).

Os objetivos específicos são: (i) Investigar e entender as bases teóricas que sustentam a problemática; (ii) Coletar e organizar fontes de referência relacionadas ao ensino de escala cartográfica; (iii) Analisar atividades que ofereçam suporte inicial para abordagens pedagógicas voltadas ao ensino de escalas.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa elaborou uma revisão sistemática das referências bibliográficas sobre escala e suas estratégias de ensino. Visa integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinado tópico, cujos resultados podem ser conflitantes e/ou coincidentes, e identificar questões que requerem maior aprofundamento (Sampaio; Mancini, 2007). Nesta pesquisa, foram utilizados livros científicos e didáticos, artigos, teses e dissertações, disponíveis em bibliotecas e em meio online. As principais plataformas de busca foram: Scielo, Google Acadêmico e *Web of Science*. Os livros e exercícios foram selecionados conforme a proximidade temática. Todos os níveis educacionais foram considerados, desde o ensino fundamental até o superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Le Sann (2001), na obra “*A caminho das noções básicas de Geografia*”, volume I (livro do professor), concebeu a gênese da noção de escala na forma de árvore. A autora justificou o formato, pois considera que os conceitos podem ser representados como árvores lógicas, na

medida em que a construção de um conceito depende da estruturação de outros. Segundo a proposta da autora, o crescimento da árvore é comparado ao processo de conhecimento: o tronco e os galhos em desenvolvimento permanente constituem as estruturas; as folhas, as flores e os frutos seriam as noções, conceitos e suas fases de amadurecimento.

Contudo, ainda que o embasamento e a ordenação propostos por Le Sann (2001) sejam sólidos e coerentes, interpretou-se que a representação gráfica pode ser melhorada. Assim, considerou-se relevante apresentar uma proposta de adaptação gráfica da árvore (Figura 1).

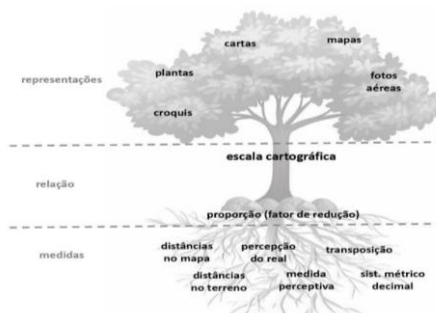
Figura 1. Representação do conceito de Escala.



Fonte: Adaptado de Le Sann (2001).

Foi concebida para melhor evidenciar a relação dos conceitos, mostrando de forma esquemática os seus principais componentes. Os termos foram mantidos, mas a estrutura e as relações foram parcialmente modificadas. O formato de fluxograma foi priorizado, ao invés do de árvore bifurcada (hierárquico). A ideia de ordenamento foi preservada, mas não a sequência paralela, e o número de ligações entre os elementos aumentou. No entanto, ponderou-se que o fluxograma não possui o mesmo impacto visual da árvore (percepção instantânea). Em decorrência, optou-se por mesclar o potencial didático da árvore de Le Sann (2001) e o conteúdo estruturado na forma de fluxograma (Figura 1). Os seus elementos esquemáticos foram convertidos para ressaltar o contexto de dependência e, ao mesmo tempo, realçar os padrões dendríticos dos dois extremos (Figura 2).

Figura 2. Revisão da árvore do conceito de Escala.



Fonte: Adaptado de Le Sann (2001).

Atividades com escala

A Tabela 1 está apresentada de forma reduzida neste resumo, sintetiza um grupo de atividades escolares sobre escala encontradas na revisão sistemática realizada. Sua estrutura foi adaptada do artigo de Cockrell e Petcovic (2022), sobre o ensino de topografia. Os exercícios obtidos no levantamento bibliográfico foram selecionados e descritos, e a participação dos alunos, potencial de reutilização, tempo, custo, pontos fortes e fracos foram avaliados.

Tabela 1. Sistematização e avaliação das atividades didáticas de escala cartográfica (versão reduzida).

Atividade	Descrição	Participação dos alunos	Reutilização	Tempo	Custo	Ponto forte (+) / Ponto fraco (-)
Planta da sala de aula em escala de barbante (1)	Em uma folha grande, desenhar a planta da sala de aula a partir de medições reais com barbante, mantendo a proporção.	Alta	Não reutiliza	1 aula	Baixo	(+) pratica proporcionalidade. (-) restringe a abstração.
Escala corporal (2)	Cada aluno deve deitar-se sobre um papel <i>kraft</i> e ter seu contorno desenhado. No fim, devem colar no canto inferior uma foto própria de corpo inteiro, para visualizarem quantas vezes eles foram reduzidos para caber na foto.	Alta	Não reutiliza	1 aula	Médio	(+) representações são reduções da realidade; noção espacial com a experiência do próprio corpo no mundo. (-) dificuldade em conseguir fotos impressas.

Fonte: elaboração própria.

(1) Almeida, Sanchez e Picarelli (1995)

(2) Souza et al. (2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa sobre ensino cartográfico escolar, com enfoque nas dificuldades encontradas com a escala cartográfica. Esta se verifica como essencial para a vivência dos alunos, justamente por auxiliar na representação e interpretação do mundo, além de desenvolver habilidades técnicas de múltiplas áreas do conhecimento. Levando em conta o desenvolvimento cognitivo dos alunos, a noção de escala pode ser introduzida de forma adequada a cada faixa etária e contexto, seguindo os princípios estruturantes e paralelos da Árvore Lógica de Le Sann (2001). A adaptação da proposta da professora é vista como uma importante contribuição desta pesquisa. Para a visualização e disseminação de práticas que convergem com a teoria estudada, a tabela 1, uma sistematização de práticas pedagógicas, pode ser adotada por docentes e preenchida com base em sua realidade, adicionando ou retirando parâmetros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. D.; SANCHEZ, M. C.; PICARELLI, A. **Atividades Cartográficas**. 1. ed. São Paulo: Atual, 1995. v. 1.

ÁLVARES, D. G. **Cartographic Scale and Minimum Mapping Unit Influence on LULC Modelling**. In: 3rd International Conference on Geographical Information Systems Theory, Applications and Management, 3., 2017, Porto, Portugal. Anais [...]. Setúbal, Portugal: SCITEPRESS, 2017. Disponível em: <https://shre.ink/tVDt>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CASTRO, I. E. **O problema da escala**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COCKRELL, J.; PETCOVIC, H. L. **Teaching topography using 3D printed terrain in an introductory earth science course: A pilot study**. *Journal of Geoscience Education*, v. 70, n. 1, p. 2-12, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/tVDe>. Acesso em: 15 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Noções Básicas de Cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: <https://shre.ink/tVDg>. Acesso em: 15 de mar. 2025.

LE SANN, J. G. **A caminho das Noções Básicas de Geografia: uma proposta metodológica**. 1. ed. Belo Horizonte: Dimensão, 2001.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. **Systematic review studies: a guide for careful synthesis of the scientific evidence**. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, SP, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <https://shre.ink/tVDr>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SOUZA, A. J. de; MEURER, C. C. B. de S.; CRISTIANO, D. B.; DOS SANTOS, W. M. (org.). **Cartografia**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E EJA: DIÁLOGOS COM PAULO FREIRE E MIGUEL ARROYO

Fábio Germano da Silveira Nóbrega¹¹⁴, Danilo Ravel Ribeiro¹¹⁵, Rodrigo da Cunha Gonçalves¹¹⁶

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

Busca-se refletir sobre o ensino da Geografia no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), partindo das premissas de Arroyo (2017) e Freire (1996). Para isso, se indaga como os conceitos teóricos desses autores podem ser aplicados para tornar a EJA mais inclusiva e eficaz na redução das desigualdades educacionais e sociais. Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura. Os textos foram coletados nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico e repositórios institucionais, considerando produções publicadas nos últimos dez anos, além das suas principais obras clássicas. Dessa forma, traz à tona uma reflexão crítica sobre a necessidade de promover uma educação mais inclusiva, emancipatória e leal ao enfrentamento das desigualdades sociais. Em suma, enfatiza-se a importância de valorizar as trajetórias educativas dos alunos que transitam entre espaços e tempos. Como também, injetar motivação e lógica nas práticas pedagógicas.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos. Ensino de Geografia. Vivências.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é mais uma forma de educação dentre os múltiplos espaços formativos possíveis para a educação dessas pessoas (Xavier 2019). O seu processo histórico no Brasil inicia buscando a capacitação técnica dos trabalhadores. No entanto, a proposta de escolas vinculadas à emancipação só ocorreu por meio das contribuições de Paulo Freire, com a construção do primeiro Plano Nacional de Alfabetização (PNA) através do Decreto nº 53.465/64 (Brasil, 1964).

O instrumento normativo não foi implementado, visto que foi revogado e substituído pelo Ensino Supletivo durante o governo militar, por meio da Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971), de caráter tecnicista. Somente com o fim da Ditadura Militar surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), focando nas competências da leitura, escrita e cálculo para a faixa etária dos quinze aos trinta anos (Porcaro, 2011).

A partir de 1985, a concepção de alfabetização passou a englobar as duas correntes: a instrumental e a formação humana integral, extinguindo-se o MOBRAL e criando a Fundação

¹¹⁴ UFPB, fabio.gsnobrega@outlook.com.

¹¹⁵ UFPB, daniloravel4@gmail.com.

¹¹⁶ UFPB, contato.rodricunhag@gmail.com.

Nacional para Educação de Jovens e Adultos. Nesse contexto, o analfabeto passou a ser visto como um sujeito que não teve oportunidade de estudar na idade adequada (Deon, 2024). A Constituição de 1988 assegura a educação como direito do cidadão e dever do Estado.

Desse modo, o trabalho propõe refletir sobre o ensino da Geografia na EJA com base nas obras de Paulo Freire e Miguel Arroyo. Para isso, faz-se uma análise de como pode se dar a aplicação dos conceitos teóricos desses autores, visando tornar o ensino de jovens e adultos inclusiva, consequentemente mais eficaz na redução das desigualdades educacionais e sociais.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura, cujo objetivo é investigar e sistematizar os principais conceitos teóricos sobre o tema, neste caso, tendo como referências principais as obras de Arroyo (2017) e Freire (1996).

Para a construção da revisão, foram utilizados como descritores as palavras-chaves e os operadores booleanos “AND” e “OR” nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico e repositórios institucionais. A seleção dos artigos seguiu critérios de inclusão, tais como: a) terem sido publicados nos últimos dez anos; b) estarem nos idiomas português, inglês e espanhol e; c) mencionarem um dos autores e a EJA nos documentos. Com isso, foram consultados oito artigos científicos que abordam os desafios dessa modalidade, com ênfase em dois aspectos: em sua falta histórica de reconhecimento e em suas desigualdades educacionais e sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ir além da mera transmissão de conteúdo, reconhecendo as trajetórias individuais e os saberes adquiridos ao longo da vida. Nesse contexto, questiona-se quais premissas podemos tirar das grandes teorias para a educação de jovens e adultos. Como tornar o ensino mais significativo para aqueles que tiveram sua escolarização interrompida? Esse questionamento nos leva a pensar sobre a necessidade de uma educação crítica e libertadora, capaz de dialogar com a realidade dos educandos e fomentar sua participação ativa no processo de aprendizagem.

Ao caracterizar-se como uma área fundamental para o desenvolvimento da inclusão social e da democratização ao ensino básico, a EJA deve ir além da simples transmissão de conteúdo, ela necessita reconhecer as trajetórias individuais e valorizar os saberes empíricos dos estudantes, dado que tal modalidade de ensino não deve limitar-se a uma oferta trivial de

escolarização tardia, ela também tem o dever de proporcionar o acesso aos “[...] conhecimentos ausentes, sobre seu sobreviver, seu resistir, saberes de outra história social, racial e de classe, saberes dessa outra história de segregação e de emancipação” (Arroyo, 2017, p. 14).

Em “Pedagogia da Autonomia”, Freire (1996) critica um modelo educacional que se baseia na pura transferência de conhecimentos sem que haja uma adaptação do conteúdo às realidades dos educandos: a educação bancária. Tal método de instrução caracteriza-se pela ação de “[...] transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos” (Freire, 1996, p. 38). Nesse âmbito, a partir da baixa inserção do conteúdo escolar à realidade dos alunos, o processo de aprendizagem torna-se frágil e pouco eficiente, visto que “[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador” (Freire, 1996, p. 33).

Ademais, Miguel Arroyo cita, em sua obra, que os frequentadores da EJA, marcados pela luta e resistência contra estruturas que os desumanizam, denominam-se passageiros da noite. Eles caracterizam-se como “[...] sujeitos-jovens-adultos trabalhadores interrogando-se pelos significados de seus itinerários desde crianças-adolescentes [...] do trabalho para escolas [...] à procura do seu direito a uma vida justa” (Arroyo, 2017, p. 7). Em um contexto educacional que apresenta seres que vivem à margem social, a educação deve atuar como um meio de revelar as raízes históricas dessas desigualdades, possibilitando aos alunos a habilidade de compreender e transformar as suas realidades.

A partir disso, a abordagem crítica, no processo educativo, torna-se fundamental para reduzir a evasão escolar, uma vez que a falta de conexão entre o conteúdo ensinado e a vivência dos estudantes gera desinteresse e desmotivação” (Callai, 2015). Nessa conjuntura, ensinar Geografia desempenha um papel essencial, uma vez que, havendo a ação de integrar a instrução escolar à realidade cotidiana dos alunos, tal componente curricular proporciona aos educandos a possibilidade de “[...] atuar no mundo de forma mais crítica e propositiva visando tornar a sociedade mais justa e igualitária” (Carvalho; Santos, 2023, p. 292).

Contudo, na abordagem tradicional do ensino de Geografia, observa-se uma predominância da transmissão mecânica de conteúdos, na qual, o professor assume um papel central e expositivo. Ao mencionar algum fenômeno social, cultural, político ou natural, percebe-se que a explicação ocorre de forma descontextualizada do lugar ou do espaço no qual o aluno se encontra inserido (Callai, 2015). No contexto da EJA, é fundamental valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes, reconhecendo as experiências adquiridas ao longo de

suas trajetórias de vida. Essa perspectiva contribui para um ensino mais significativo, ao articular saberes formais e informais, promovendo uma construção do conhecimento mais contextualizada e crítica.

Nessa perspectiva, a desvinculação da Geografia escolar de práticas mecanicistas e a sua afiliação às práticas pedagógicas transformadoras e reflexivas tornam o ensino geográfico mais significativo e impactante, pois tal disciplina possui “[...] papel chave para a formação de sujeitos mais críticos e reflexivos, posto que os estudantes irão estudar conteúdos que estão relacionados a sua vida, conduzindo assim o exercício da cidadania [...]” (Carvalho; Santos, 2023, p. 295). Desse modo, a Geografia escolar, partindo da perspectiva freiriana, reforça a necessidade de superar a visão tradicional de alunos como meros receptores passivos de conhecimento, a partir de um ensino que frequentemente “[...] que deforma a necessária criatividade do educando e do educador” (Freire, 1996, p. 25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões propostas por Paulo Freire e Miguel Arroyo evidenciam a necessidade de uma educação que promova a emancipação através do reconhecimento dos saberes e trajetórias dos estudantes da EJA. No entanto, observa-se que esses educandos requerem práticas de ensino coerentes com suas realidades, reforçando a ideia de que a invisibilização de suas experiências contribui para a evasão escolar, a desmotivação e a perpetuação das desigualdades sociais. Diante desse cenário, o ensino geográfico surge como uma alternativa para valorizar a cultura e o engajamento dos alunos, proporcionando um ambiente mais acolhedor e fortalecendo o vínculo entre o jovem, o adulto e a escola.

Para que a escola cumpra esse papel, é essencial que o ensino dialogue com a vivência dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa que faça sentido em suas vidas. Quando a educação rompe com estruturas opressoras e incentiva a autonomia, ela se torna um meio de emancipação e mudança social (Freire, 1996). Assim, ao valorizar as experiências dos estudantes e integrar abordagens pedagógicas mais humanizadas, como o ensino dialógico e o uso da geografia, é possível não apenas reduzir a evasão escolar, mas também fortalecer a identidade e a dignidade dos educandos, permitindo que reconstruam seus percursos educacionais e sociais de maneira crítica e consciente (Arroyo, 2017).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite – do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. São Paulo: Vozes, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964**. Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009. Acesso em: 18 mar. 2025.

CALLAI, H. C. **A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?**. Terra Livre, v. 1, n. 16, p. 133-152, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2001.353. Acesso em: 10 mar. 2025.

CARVALHO, J.; SANTOS, F. **Educação de jovens e adultos (EJA): ensinar e formar para a cidadania na escola com a geografia e a história**. Revista de Geografia, Recife, PE, v. 40, n. 2, p. 287-297, out. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/259262>. Acesso em: 10 mar. 2025.

DEON, V. A. **A trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil a partir das concepções de alfabetização instrumental e formação humana integral**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 23, jul. 2024. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/23/a-trajetoria-da-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil-a-partir-das-concepcoes-de-alfabetizacao-instrumental-e-formacao-humana-integral>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PORCARO, R. C. **Caminhos e desafios da formação de educadores de jovens e adultos**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8M3FKF>. Acesso em: 10 mar. 2025.

XAVIER, C. F. **História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades**. Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, PR, v. 19, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e068>. Acesso em: 18 mar. 2025.

REGIÃO COMO CONCEITO: REFLEXÕES SOBRE SEU ENSINO E APRENDIZAGEM NA GEOGRAFIA ESCOLAR

Alessandro Lamego e Silva¹¹⁷

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

A Geografia se coloca como um campo de conhecimento dinâmico e portador de uma profundidade particular, principalmente no que se refere às análises socioespaciais realizadas no âmbito desta ciência. Neste contexto, cabe ressaltar que a Geografia abrange cinco categorias de análise, a saber: Espaço Geográfico, Região, Lugar, Paisagem e Território. Desta forma, a pesquisa em questão decorre dos resultados do projeto exercido durante o período de estágio, na fase de regência no nível do Ensino Fundamental II. Foi realizada uma análise sobre os prováveis desafios enfrentados pelos alunos em relação à compreensão de conceitos geográficos, sobretudo o de região. Isso é necessário porque se trata de um assunto complexo com inúmeros significados e implicações. Portanto, é necessário explorar novos métodos para melhorar a compreensão deste conteúdo (região e regionalização), ao mesmo tempo em que leva em consideração suas peculiaridades e nuances.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia. Estágio. Ensino Fundamental II. Região.

INTRODUÇÃO

De acordo com Cavalcanti (2010, p. 51), trata-se de um conceito “[...] bastante utilizado na análise geográfica e na prática cotidiana”. O termo “Região” está diretamente ligado à Geografia, pois gira em torno da discussão da diferenciação espacial ou diferença espacial.

Assim, por conta da complexidade na compreensão do conteúdo exposto em sala de aula foram selecionadas questões-problema para nortear a pesquisa, visando subsidiar as concepções sobre os conceitos de região e regionalização e revelar os resultados do projeto de intervenção no estágio curricular de Geografia do Ensino Fundamental II: I- Quais as possíveis dificuldades dos alunos acerca da compreensão dos conceitos de “região” e “regionalização”?; II- Como são os fatores que determinam uma região numa abordagem que agregue valor de aprendizado ao aluno?; III- Que elementos são levados em consideração num processo de regionalização que dê sentido ao processo de ensino e aprendizagem?

O objetivo geral foi analisar as possíveis dificuldades que os alunos podem encontrar na compreensão dos conceitos de “região” e “regionalização”. Os objetivos específicos incluíam: examinar os fatores que determinam uma região em uma dimensão socioespacial que os alunos

¹¹⁷ Universidade Federal do Pará, alessandro.lamego.9@gmail.com.

podem aprender; ilustrar os elementos considerados em um processo de regionalização que os alunos podem decodificar; e avaliar a aprendizagem dos alunos em relação ao conteúdo após a conclusão do projeto. Portanto, os objetivos de modo geral e específicos foram atendidas ao longo da realização da pesquisa de campo com os alunos que fizeram parte dela.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e decorre da análise dos resultados do Projeto de Intervenção realizado durante a disciplina de estágio curricular na escola campo no Ensino Fundamental II. Foram utilizados os seguintes passos metodológicos para execução do projeto, o qual foi desenvolvido no decorrer de cinco aulas: 1) Diagnóstico do conhecimento prévio dos alunos acerca das “Regiões Brasileiras”; 2) Introdução aos conceitos de “região” e “regionalização”, enfatizando algumas das regionalizações do Brasil; 3) Aula expositiva-dialogada sobre região e algumas das regionalizações do Brasil - aprofundando a teoria e os conceitos; 4) Aula expositiva-dialogada sobre as regiões brasileiras e seus aspectos protuberantes; 5) Avaliação diagnóstica do conhecimento dos alunos acerca das “regiões brasileiras” após a execução do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das áreas de estudo mais importantes no campo da ciência geográfica é o estudo das regiões. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Artigo 32, aponta algumas finalidades a serem cumpridas na fase do Ensino Fundamental, sendo estas:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (Brasil, 1996).

Ademais, o conceito de Região visto pela lógica processual nos remete à origem do termo, ou seja, divisão, separação por circunstâncias que coletivamente geram uma dinâmica comum para áreas específicas e assim as intercorrelacionam na mesma dimensão. Assim, “[...] a ideia de região se vê presente, portanto, na construção da realidade e faz parte do senso comum” (Lencioni, 1999, p. 17). Ou seja, deixam de ser áreas específicas e limitadas, mas podem ser exploradas por meio de estudos e análises que modifiquem ou mesmo fragmentar

esse espaço.

Ao longo do desenvolvimento do projeto de estágio, tanto antes como depois da sua conclusão, foi realizada uma avaliação diagnóstica para aferir o nível de conhecimento dos alunos relativamente aos temas “região” e “regionalização”. Considerando o que eles sabiam antes do projeto e como o compreenderam depois. A atividade diagnóstica foi composta de cinco questões principais, a saber: 1) Para você, o que vem a ser uma região?; 2) De acordo com o que você já viu e ouviu falar, o que quer dizer o termo “regionalização”?; 3) Em qual região do Brasil mora atualmente? Cite três características dela? 4) Quantas e quais são as regiões brasileiras?; 5) Para você, qual a importância em conhecer melhor as regiões do país e seu processo de regionalização?

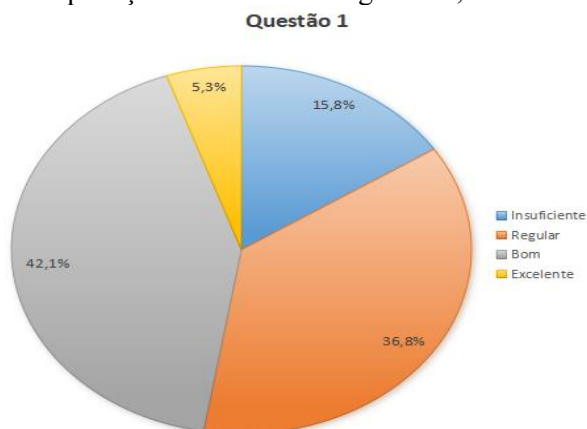
Tabela 1. Resultado da Aplicação dos questionários referentes as 5 questões antes e depois da realização do projeto, 2023.

Questões	Insuficiente		Regular		Bom		Excelente	
	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
1	3		7	2	8	8	1	11
2			5	2	12	12	2	10
3			8	1	8	8	3	11
4			9	3	9	9	1	7
5			7		10	10	2	8
TOTAL na 1ª Aplicação	3	x	36	x	47	x	9	x
TOTAL na 2ª Aplicação	x	0	X	8	x	35	X	47

Fonte: elaboração própria.

A partir da análise das respostas, elas foram tabuladas por meio de alguns critérios avaliativos, sendo eles: insuficiente (0 a 4,9), regular (5,0 a 6,9), bom (7,0 a 8,9) e excelente (9,0 a 10,0) como meio de mensurar, quantitativamente, os resultados. Após a análise e tabulação dos dados que foram alcançados, obtiveram-se os seguintes resultados sumarizados na Tabela 1, e que a partir desses, optou-se por destacar e comparar os números que foram obtidos por meio da questão 1 (Figura 1 e Figura 2). Vale ressaltar, que a turma em que o projeto foi desenvolvido possui 21 alunos matriculados, contudo, na aplicação da atividade diagnóstica, antes da execução da intervenção, estavam presentes 20 e, após o cumprimento, apenas 19 alunos estavam presentes no dia da aplicação da atividade diagnóstica.

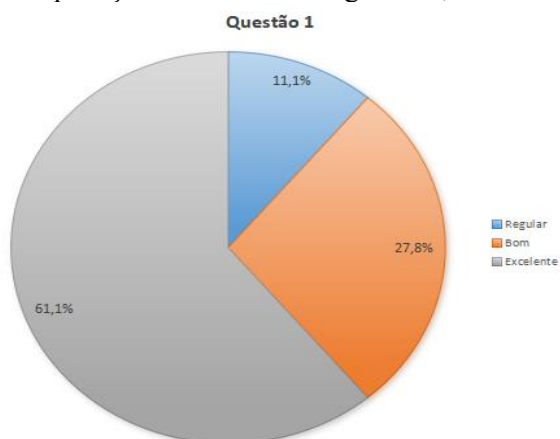
Figura 1. Gráfico com os dados percentuais em relação à questão 1 obtidos com os alunos na aplicação da atividade diagnóstica, 2023.



Fonte: elaboração própria.

Deve-se ressaltar, ainda, que houve uma mudança em relação aos resultados anteriores na reaplicação da atividade diagnóstica, mas, também, não apenas no sentido do percentual das variáveis de modo específico, como em relação aos valores visíveis. Vale destacar que o número de alunos em cada uma das aplicações da atividade diagnóstica era diferente, além de que os dados do segundo gráfico (Figura 2), apresentam-se bem mais positivos, sobretudo, por serem resultados gerados depois da realização do projeto com os alunos. Tais dados tornam-se mais relevantes a partir do momento em que é realizada a leitura das respostas atribuídas à atividade diagnóstica, o que após o cumprimento do projeto, pode ser verificado o uso de respostas e termos mais elaborados, tal qual o conhecimento dos alunos é mais evidenciado.

Figura 2. Gráfico com os dados percentuais em relação à questão 1 obtidos com os alunos na reaplicação da atividade diagnóstica, 2023.



Fonte: elaboração própria.

Logo após a realização da reaplicação da atividade do projeto (Figura 2), nota-se as possíveis mudanças nas dificuldades dos estudantes do Ensino Fundamental II, a respeito da compreensão do conceito de “região” e “regionalização”. Através deste trabalho foi possível obter a informação de que entre os vinte alunos que realizaram a atividade diagnóstica na primeira aplicação uma ampla maioria possuía conhecimento razoável sobre o tema. Contudo possibilitou ver também, que após a aplicabilidade pela segunda vez da avaliação de desempenho houve uma mudança que resultou no avanço de 5% para 61% dos alunos que passaram à compreender e 15% (que era um percentual insuficiente) para 11% (regular) e 27% (bom) sobre o entendimento das concepções de região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo após a implementação do projeto, foi possível perceber que ao fim do projeto de intervenção, os alunos conseguiram progredir no aprendizado sobre o conceito de região e regionalização. Notou-se, também, que eles estavam mais interessados em aulas versáteis (aulas que acontecem fora da sala de aula, em outros ambientes escolares e utilizando outras ferramentas além de pincéis e lousa). Porém, seus comportamentos iniciais causaram dificuldades por serem inseridos nessa nova dinâmica.

Por fim, destaco que trabalhar com os alunos sobre ambas concepções, foi uma grande experiência de aprendizado não só para eles, mas também para mim. Foi um processo repleto de trocas e informações mútuas, de criação coletiva, de uma parceria caracterizada pelo respeito recíproco. Acontece, então, que é preciso arriscar para vencer, mas correr riscos não significa sucesso, só pode ser uma tentativa, mas no final o importante é saber lidar com o experimento, erro e repetição também significa ganhar. Benefício, não necessariamente tangível, mas pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 mar. 2025.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos.** 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo, Editora USP, 1999.

PRÁTICAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO: MODELO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PRÁTICO SUSTENTÁVEL

Maria Luiza Barbosa Vendramine Magalhães¹¹⁸, Matheus Campos Pessoli¹¹⁹, Beatriz Landgraf¹²⁰

Eixo 6: Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço.

RESUMO

Este trabalho descreve a oficina pedagógica "Maquete - Bacias Hidrográficas", realizada por alunos de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental na EMEF/EJA Profa. Dulce Bento Nascimento. A atividade, parte do subprojeto interdisciplinar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), buscou superar desafios do ensino baseado predominantemente em aulas expositivas por meio de uma abordagem lúdica e interativa. O objetivo foi aproximar os alunos do conceito de bacias hidrográficas, permitindo a compreensão de dinâmicas hídricas e da influência do relevo no escoamento da água. A metodologia incluiu apresentação teórica com recursos visuais, discussões em roda de conversa e a construção de maquetes com materiais naturais, como argila, seixos, terra e folhas. Os resultados evidenciaram maior engajamento, autonomia e compreensão dos alunos, comprovando a eficácia da proposta em integrar teoria e prática. Conclui-se que estratégias pedagógicas inovadoras são eficientes para potencializar o aprendizado e estimular a consciência ambiental dos alunos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Bacias Hidrográficas. Metodologias lúdicas. Educação Ambiental. PIBID.

INTRODUÇÃO

É possível notar, no contexto educacional pós pandêmico, o crescimento dos estímulos digitais provenientes das tecnologias emergentes para as novas gerações. Esse contexto gera obstáculos para os docentes no cotidiano escolar. Sobretudo nas menores faixas-etárias, entende-se que seria de melhor proveito a utilização de tais métodos agregando atratividade para os alunos, ao relacionar o funcionamento básico de circulação das águas nas bacias hidrográficas às suas vivências através do uso de dinâmicas e ferramentas pedagógicas alternativas produzindo atividades mais lúdicas, considerando que “os alunos vivem em um mundo de complexas transformações socioeconômicas, tecnológicas, políticas e vão para sala de aula cheios dessas expectativas e agitações” (Santos; Chiapetti, 2011), com isso, um dos principais objetivos almejados é a aproximação da realidade dos alunos ao conteúdo do tema hidrografia anteriormente citado de forma criativa e crítica nesse novo cenário.

¹¹⁸ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), m168651@dac.unicamp.br.

¹¹⁹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), b251905@dac.unicamp.br.

¹²⁰ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), m168657@dac.unicamp.br.

Desse modo, surgem diferentes formas criativas para se trabalhar com os alunos através de dinâmicas que consigam ir além do foco exclusivo no conteúdo, possibilitando também despertar o interesse dos(as) alunos(as), evocando a utilização de práticas e temáticas específicas da disciplina de Geografia e estimulando seus conhecimentos tácitos e empíricos multidisciplinares. Através dessas lentes, o Edital Capes nº 23/2022 com o subprojeto interdisciplinar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas por discentes dos cursos de graduação de Geografia e Pedagogia, permitiu o desenvolvimento de uma atividade lúdica balizada por habilidades presentes no currículo específico das séries trabalhadas visando a superação das barreiras inicialmente mencionadas.

Este trabalho busca trazer o relato desta atividade realizada por alunos do curso de Geografia para as turmas do Ensino Fundamental I da escola EMEF/EJA Profa. Dulce Bento Nascimento em Campinas, a partir da oficina “Maquete - Bacias Hidrográficas”, que teve como tema o funcionamento das diferentes Bacias Hidrográficas com objetivo de construir modelos interativos de diferentes tipos de bacias hidrográficas, de forma com que os alunos fossem capazes de reconhecer premissas básicas de seu funcionamento. O caminho metodológico percorreu a apresentação do conteúdo, uma roda de conversa e a prática realizada com materiais naturais coletados para confecção das maquetes. Os resultados obtidos demonstraram a autonomia dos alunos na confecção dos modelos discutidos em sala de aula, além da plena capacidade de interpretação e esclarecimento do conteúdo produzido, evidenciando a aplicabilidade da metodologia na construção da aprendizagem e demonstrando sua efetividade.

MATERIAL E MÉTODOS

Para trabalhar a ideia de Bacias Hidrográficas, o conceito adotado foi de Tucci (2009):

uma área de captação natural da água de precipitação que faz convergir o escoamento para um único ponto de saída. Compõe-se de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos de água que confluem até resultar em um leito único no seu exutório.

A partir do conceito, trabalhou-se a ideia através da apresentação de figuras representativas do conteúdo, descritas a seguir. Utilizando a plataforma de design gráfico Canva®, foram apresentadas imagens de paisagens com diferentes tipos de relevo, dentre eles: montanhas, planaltos, planícies, colinas, vales, cânions, vulcões e ravinas. Foram também abordadas as interferências humanas nos processos naturais de configuração do relevo,

ênfatizando a poluição gerada no meio urbano e as obras de canalização e retificação de cursos hídricos. Outrossim, adicionou-se figuras representativas de paisagens semelhantes presentes no jogo Minecraft®, visando a maior familiaridade dos alunos com o conteúdo, por se tratar de um jogo popular nessa faixa-etária, buscando uma sensação de pertencimento, interesse e familiaridade, pois, de acordo com (Ferracioli, 1999, p. 184), essa fase compreende a fase das operações concretas, na qual “as intuições articuladas se transformam em operações-e.g, classificação, ordenamento, correspondência”, contudo, as experiências permanecem vinculadas ao mundo real, não sendo possível o uso de proposições e lógica, conferindo assim maior necessidade de vinculação entre o conteúdo aprendido e aquilo que vivenciam.

A partir dessa apresentação teórica, ainda em sala de aula, utilizou-se a plataforma Google Earth para apresentar aos alunos a unidade escolar e os cursos d’água da cidade de Campinas, lembrando e identificando os diferentes tipos de relevo pelos quais se desenvolvem. Doravante, a atividade prática proposta procedeu em ambiente externo com a montagem de um modelo de bacia hidrográfica em miniatura, visando um funcionamento demonstrativo das dinâmicas hídricas e trabalhando com a noção de escala dos alunos, utilizando de materiais naturais para sua confecção, sendo eles: folhas de árvores, rochas, brita, galhos de árvores, terra, flores e água. Já para a modelagem dos diferentes tipos de relevo foram utilizados nove pacotes de argila e duas bacias com água, além de garrafas PETs que contribuíram para a simulação da chuva. Os modelos foram desenvolvidos em 4 potes de acrílico, com seixos ao fundo do recipiente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em consonância com a proposta do edital PIBID visando a Educação Ambiental, a oficina desenvolvida teve como objetivo explorar a configuração das bacias hidrográficas e a influência do relevo nessas formações, discutindo problemas socioambientais a partir do entendimento desses conceitos.

Os resultados esperados para a oficina começaram a se evidenciar logo na primeira fase de seu desenvolvimento, especificamente durante a introdução por meio do Google Earth. Nesse momento, observou-se um aumento no interesse dos estudantes, os quais passaram a formular especulações e levantar questões sobre os rios situados nas proximidades de suas residências, além de refletirem sobre as possíveis configurações geográficas da área. Esse primeiro contato revelou-se crucial para o avanço da atividade, uma vez que os alunos necessitavam compreender o conceito central, reiterado ao longo da oficina: o entendimento do

percurso de um rio e a explicação para o direcionamento da água em seu trajeto preferencial até as áreas mais baixas do relevo e as influências antrópicas nessa dinâmica.

O envolvimento dos alunos na fase teórica da atividade foi significativo, especialmente pela relevância do conteúdo para suas realidades locais. Além disso, a construção da aula a partir do diálogo favoreceu o engajamento dos estudantes, complementando a exposição do conteúdo em conjunto com sua inserção ativa no processo de aprendizagem.

Na etapa subsequente, de caráter prático, foi realizada uma mudança de ambiente, em que os alunos deixaram a sala de aula e se deslocaram ao pátio da escola. Tal mudança estava prevista devido à necessidade de um espaço mais amplo, que possibilitasse ações práticas e a facilidade de acesso a materiais naturais para a confecção das maquetes. O novo ambiente visou estimular o interesse e o entusiasmo dos alunos, ao proporcionar um contexto menos baseado em aulas expositivas. A mudança para um ambiente dinâmico favoreceu maior atenção na realização da atividade prática.

No processo de finalização da atividade, foram produzidos 4 modelos, conforme ilustrado na Figura 1, semelhantes aos exemplos discutidos durante a aula teórica. Para simular o efeito da precipitação nos relevos, utilizou-se uma garrafa PET com furos, o que facilitou a compreensão do funcionamento do ciclo hidrológico. Ao término da atividade, os alunos, além de encontrarem-se orgulhosos de seus trabalhos, demonstraram uma boa compreensão sobre as dinâmicas naturais trabalhadas, tendo em vista que foram capazes de explicar, em conversa com os grupos realizada após o término da atividade, os motivos pelos quais a água se acumulava em pontos específicos de suas maquetes, identificando essas áreas como as mais baixas do relevo e a dinâmica que sucede esse fato.

Figura 1. Modelos produzidos pelos estudantes para determinação do baricentro.



Fonte: elaboração própria.

O cenário atual, no qual os estudantes estão imersos em um mundo digital e em um planeta em crise ambiental, a adoção de práticas pedagógicas que os reconectem com a natureza e os incentivem a compreender seu funcionamento por meio de diferentes contextos oferece uma oportunidade de aprimorar um saber mais profundo e crítico. Tais práticas, além de promoverem uma maior conscientização ambiental, estimulam o interesse pelo aprendizado e pelo entendimento dos fenômenos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina evidenciou como abordagens diversificadas podem impactar o processo de aprendizagem. Os exemplos utilizados na aula demonstraram o proveito de conectar o conteúdo teórico ao cotidiano dos alunos. Esse processo não apenas enriquece a compreensão individual, mas também contribui para o aprendizado coletivo, beneficiando toda a comunidade escolar.

O resultado da metodologia aplicada foi observado ao longo de toda a oficina, evidenciando o processo de aprendizagem e autonomia dos alunos. Seu entusiasmo criou um ambiente de aprendizado colaborativo, caracterizado pela troca de conhecimentos entre alunos e professores, com ênfase no tema: Educação Ambiental.

Por fim, tornou-se evidente a importância do ensino ambiental nas práticas pedagógicas. Ao negligenciar o processo de ensino que visa a compreensão e apreciação da natureza pelos jovens, corre-se o risco de cultivar uma visão distorcida do meio ambiente. Essa falta de entendimento pode levar a condutas prejudiciais ao meio ambiente, que podem ser graves no futuro. Se as gerações atuais não se preocuparem com a preservação do ecossistema e não refletirem sobre estratégias de proteção ambiental, quem o fará?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRACIOLI, Laércio. **Aspectos da construção do conhecimento e da aprendizagem na obra de Piaget**. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, SC, v. 16, n. 2, p. 180-194, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/6808>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SANTOS, R. de C. E. dos; CHIAPETTI, R. J. N. **Uma investigação sobre o uso das diversas linguagens no ensino de Geografia: uma interface teoria e prática**. Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, RS, v. 15, n. 3, p. 167-184, set./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/geografia/article/view/7353>. Acesso em: 19 jan. 2025.

TUCCI, C. E. M. **Hidrologia: Ciência e Aplicações**. 4. ed. Porto Alegre: ABRH, 2009.

AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DO ENSINO DE CARTOGRAFIA DO SÉCULO XXI: OS IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA APRENDIZAGEM

Robert Paixão de Cerqueira Soares¹²¹

Eixo 7: Geografia, Cartografias e Novas Tecnologias.

RESUMO

Na contemporaneidade, com as transformações tecnológicas, novas possibilidades de práticas pedagógicas emergem, principalmente no que diz respeito ao ensino de cartografia. Na educação básica do vigente cenário educacional, é essencial que os professores utilizem as geotecnologias para impulsionar a aprendizagem. Por isso, esse presente estudo busca investigar possibilidades de práticas educativas que tenham como base o uso das tecnologias para potencializar o ensino de cartografia dentro do escopo geográfico na educação básica e enfatizar as geotecnologias como fonte de construção de conhecimento no ensino de cartografia no âmbito da Geografia. Sendo que foi realizada uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, na qual houve a seleção de quatro trabalhos, foram escolhidos três artigos e uma monografia através do Google Acadêmico entre os anos 2023 a 2025. Entre os principais resultados encontrados, salienta-se: o uso do Google Earth e Google Maps aparecem em maior destaque; a plataforma Canvis aparece como uma sugestão para o mapeamento colaborativo e, em geral, observa-se que a utilização das tecnologias pode fortalecer a aprendizagem dos educandos frente aos conhecimentos cartográficos.

Palavras-Chave: Cartografia Digital. Geotecnologias. Mapeamento digital.

INTRODUÇÃO

Com as diversas transformações tecnológicas que vêm ocorrendo na sociedade global, a cultura digital cada vez mais está sendo inserida no cotidiano dos indivíduos, o que proporciona novas formas de se comunicar, informar e também produzir conhecimentos. Nessa perspectiva, o processo educacional é diretamente impactado, já que novas relações são instauradas no espaço escolar, como o caso do uso das tecnologias para potencializar a aprendizagem. A linguagem cartográfica, por exemplo, vem ganhando novos contornos no ensino de Geografia, uma vez que está disseminada em variadas tecnologias digitais, através de imagens de satélite, mapas digitais e interativos e outros. Sendo a utilização desses recursos fundamentais para compreender o espaço geográfico a partir de uma outra dimensão, principalmente a partir de imagens tridimensionais (Seccatto; Nunes, 2024).

¹²¹ Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, robertpaixaosoares@gmail.com.

Diante dessa conjuntura, é sem dúvidas fundamental, no contexto educacional vigente, investigar possibilidades de práticas educativas que tenham como base o uso das tecnologias para fortalecer o ensino de cartografia dentro do escopo geográfico na educação básica. Ademais, faz necessário também diante das mudanças tecnológicas e seus impactos na educação, enfatizar as geotecnologias como fonte de construção de conhecimento no ensino de cartografia na educação básica. Dessa forma, sendo uma pesquisa bibliográfica, mediante a seleção de obras que evidenciam a importância do uso das tecnologias geográficas no contexto escolar, esse presente estudo deixa em ênfase o quanto os recursos digitais podem facilitar a aprendizagem dos educandos. Em geral, esse estudo busca dar ênfase às práticas pedagógicas promissoras no ensino da cartografia contemporânea.

MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos realizados envolvem a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, através da busca de trabalhos publicados no Google Acadêmico (Google Scholar) entre os anos de 2023 a 2025, em qualquer idioma, sendo utilizado a ferramenta “pesquisa avançada” para pormenorizar o período a ser investigado. Para a seleção desses trabalhos, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “possibilidades do ensino de cartografia com tecnologias”.

Nessa pesquisa foram encontrados aproximadamente 5.330 resultados. Desse montante, foram selecionados 4 trabalhos que trazem experiências práticas com a utilização das tecnologias para potencializar o ensino de cartografia dentro da perspectiva geográfica no ensino básico. Essa escolha ocorreu mediante a relevância e pertinência trazida nas obras sobre o objeto de estudo investigado. Nessa circunstância, os trabalhos de Bastos (2023), Cruz e Moraes (2023), Silva, Rizzatti e Batista (2024) e Tomaz (2023) foram selecionados para fomentar as discussões nesse presente estudo. Sendo que os três primeiros trabalhos citados são artigos e o último uma monografia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as obras selecionadas associadas ao uso das geotecnologias no contexto do ensino da cartografia, destaca-se que as experiências práticas desenvolvidas através dos recursos virtuais podem impulsionar o processo de ensino e aprendizagem, principalmente no que se refere à alfabetização cartográfica dos educandos. Nessa circunstância, sendo alternativas interativas e atrativas para os estudantes, a utilização das geotecnologias podem

trazer uma série de benefícios para o alunado, a citar: maior aproximação dos conteúdos analisados em sala de aula com o espaço vivido – os conceitos são traduzidos na realidade; desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à orientação e localização no espaço geográfico; compreensão acerca de diferentes escalas, da dimensão local ao global; aprendizagem mais lúdica e autônoma que foge do tradicional e torna as aulas dinâmicas; etc.

Com base na revisão da literatura referida, observa-se a inserção de diversas tecnologias no espaço escolar como forma de fortalecer a aprendizagem dos educandos perante os conteúdos cartográficos. Cabe enfatizar que o uso de plataformas digitais conhecidas como Google Earth e Google Maps aparecem como principais ferramentas utilizadas. Outra ferramenta tecnológica como o *Canvis* aparece como forma de mapeamento colaborativo, mas ainda pouco difundida (somente citada em um único trabalho). No Quadro 1 é possível observar diferentes experiências práticas com o uso das tecnologias como forma de fortalecer o ensino de cartografia na educação básica.

Quadro 1. Experiências práticas mobilizadas a partir do ensino de cartografia com tecnologias nas obras selecionadas

Autor (es)/ tipo de trabalho	Título	Tipo (s) de recurso tecnológico usado no ensino cartográfico	Forma de utilização do recurso tecnológico no ensino cartográfico	Ano/grau	Principais conteúdos trabalhados
Cruz e Morais (2023) – artigo	O uso do Google Earth como metodologia no ensino de cartografia para estudantes do ensino médio.	Google Earth	Desenvolvimento de representação cartográfica do bairro de vivência contendo elementos de localização e orientação através da visualização tridimensional (município: Breu Branco – PA).	Ensino médio	Localização e orientação no espaço.
Tomaz (2023) – monografia	Tecnologias educacionais: relato de experiência do	Google Maps	Observação de pontos de referência do município de vivência dos estudantes (São José de Piranhas –	8º Ano	Localização e orientação no espaço/

	uso do Google Maps em uma turma do 8º Ano na escola Antônio Lacerda Neto.		PB), além de se ter a compreensão de diferentes escalas e dimensões (país, estado, cidade e rua).		pontos de referência.
Bastos (2023) – artigo	Prática de mapeamento com alunos do ensino médio: investigando a presença da população afrodescendente no Bairro da Capela em Vinhedo (SP).	My Maps – Google Maps	Mapeamento no bairro Capela em relação às paisagens que remetessem a presença da população negra no lugar.	Ensino médio	Delimitação de área; localização/ pontos de referência e edição de mapas.
Silva, Rizzatti e Batista (2024) – artigo	Múltiplas linguagens no ensino de Geografia: relato de práticas pedagógicas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio, Agudo, RS.	Google Earth Pro; StereoPhoto Maker; Plataforma Canvis.	At. 1: Busca de coordenadas geográficas no Google Earth Pro/ Função da latitude e longitude através do aplicativo. Obs.: O StereoPhoto Maker pode ser usado como complementação do Google Earth, oferecendo imagens tridimensionais/ verticais apuradas. At. 2: Construção de mapa de geossítios do Geoparque Quarta Colônia na plataforma Canvis.	6º a 9º Ano	Leitura de mapas; delimitação de área; localização; coordenadas geográficas; tipos de visão: frontal ou horizontal, vertical ou área.

Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos impactos do mundo cibernético no contexto educacional, não é possível invisibilizar as tecnologias como potencializadoras da aprendizagem. No caso do ensino da cartografia principalmente, uma vez que as geotecnologias estão por toda a parte, como é o caso das plataformas digitais: Google Earth, Google Maps e Canvis. Nesse sentido, a partir da revisão bibliográfica, percebe-se que o uso das geotecnologias no ensino de cartografia pode oportunizar maior atratividade nas aulas; maior aproveitamento pedagógico por parte dos educandos; desenvolvimento da criatividade e da ludicidade; etc. Portanto, usar as tecnologias geográficas no espaço escolar como forma de gerar novos saberes, tende a tornar o ensino de Geografia mais interessante e menos enfadonho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, D. M. **Prática de mapeamento com alunos do ensino médio: investigando a presença da população afrodescendente no Bairro da Capela em Vinhedo (SP).** In: X Fala Professor(a)!: Encontro Nacional de Ensino de Geografia, 10., 2023, Fortaleza-CE. Anais [...]. Fortaleza-CE: AGB, 2023. p. 1-6. Disponível em: https://www.falaprofessor2023.agb.org.br/resources/anais/9/fp2023/1693519985_ARQUIVO_9b25eb87e51bca5d4c3e0f78bb747eea.pdf. Acesso em: 03 fev. 2025.

CRUZ, L. O.; MORAIS, E. G. **O uso do google earth como metodologia no ensino de cartografia para estudantes do ensino médio.** Geoconexões, v. 3, n. 17, p. 4-23, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/14601>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SECCATTO, A. G.; NUNES, F. G. **Novos letramentos e a Cartografia Escolar no contexto das tecnologias digitais.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, SP, v. 14, n. 24, p. 05-30, 2024. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1202>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SILVA, R.; RIZZATTI, M.; BATISTA, N. **Múltiplas linguagens no ensino de Geografia: Relato de práticas pedagógicas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio, Agudo, RS.** Estrabão, Blumenau, SC, v. 5, n. 1, p. 369-380, 2024. Disponível em: <https://revista.estrabao.press/index.php/estrabao/article/view/261>. Acesso em: 06 fev. 2025.

TOMAZ, M. C. N. **Tecnologias educacionais: relato de experiência do uso do Google Maps em uma turma 8º ano na escola Antônio Lacerda Neto.** TCC (Graduação em Licenciatura em Geografia), Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2023. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/jspui/handle/riufcg/29551>. Acesso em: 06 fev. 2025.

CARTOGRAFIA HISTÓRICA DA DIVISÃO POLÍTICA- ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Danilo Soares¹²², Lindon Fonseca Matias¹²³

Eixo 7: Geografia, Cartografias e Novas Tecnologias.

RESUMO

O trabalho trata sobre o histórico da divisão política e administrativa do atual estado do Maranhão, buscando documentar o processo da ocupação e divisão do estado maranhense. Assim, o objetivo deste trabalho foi o de fazer o levantamento da divisão político-administrativa do estado do Maranhão por meio da cartografia histórica, com intuito de compreender o processo histórico das divisões administrativas do estado e das ações que motivaram essas mudanças no território. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico e cartográfico sobre o estado e seu processo de formação territorial. Após isso, foi produzido uma *geodatabase* usando os softwares QGIS e ArcGIS Pro, contendo o registro histórico-geográfico sobre as divisões político-administrativas do Maranhão e, assim, foram produzidos mapas temáticos da evolução da configuração territorial do estado. Com isso espera-se contribuir para a produção científica em relação à cartografia histórica do estado do Maranhão.

Palavras-Chave: Mapeamento, Maranhão, Cartografia Histórica

INTRODUÇÃO

Uma das definições de Cartografia é a de Rosa (2004, p. 4), que a considera como “a ciência e a arte de expressar (representar), por meio de mapas e cartas, o conhecimento da superfície terrestre”. Em vista disso, a cartografia possui a função de representar a produção do espaço geográfico, registrando a sua organização espacial num determinado período histórico. Esse registro pode servir como instrumento político de poder e domínio, e, portanto, constitui um “importante elemento de representação do espaço geográfico a ser usado para perpetuar ou transformar as desigualdades existentes” (Matias, 1996, p. 113).

Isso posto, o foco deste trabalho foi o estado do Maranhão, o qual possui 217 municípios (IBGE, 2022). Embora tenha atingido um crescimento econômico considerável no século XIX, em decorrência do cultivo de algodão e da pecuária, esse estado do nordeste brasileiro é, segundo o IBGE (2022), o estado com maior população em situação de extrema pobreza no país. Sua localização, “afastada” da dinâmica econômica da região sudeste do Brasil, influencia em seus índices sociais e econômicos. Ao longo de sua história, o estado do Maranhão apresentou diferentes configurações territoriais, estabelecendo novos municípios à medida que

¹²² UNICAMP, d252054@dac.unicamp.br.

¹²³ UNICAMP, lindon@unicamp.br.

seu território foi ocupado seguindo uma política de desenvolvimento e integração do território nacional, ao longo de um processo demográfico, político, social e econômico.

Dessarte, o objetivo desta pesquisa foi o de produzir a representação cartográfica e uma análise do processo de constituição e divisão político-administrativa do estado do Maranhão, desde o início da ocupação por parte da Coroa Portuguesa, até os dias atuais. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico de obras que tratam da formação do território maranhense, o levantamento de dados cartográficos e legislativos para a produção de uma *geodatabase* contendo a sequência de mapas da divisão municipal do estado e, por fim, a análise desses dados a fim de compreender a formação do território.

MATERIAL E MÉTODOS

A primeira etapa da pesquisa foi a de levantamento bibliográfico sobre a cartografia e a formação territorial do estado do Maranhão. Para isso, foram realizadas pesquisas em bibliotecas digitais de universidades públicas, além de publicações em revistas acadêmicas. A seguir, foi feito o levantamento da legislação de criação de municípios no estado, para conhecimento e periodização das datas das leis, em *websites* de prefeituras, através do Portal da Legislação - Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2021). Para complementar e auxiliar a produção cartográfica, foi realizado o levantamento de dados cartográficos, como de produções do IBGE, IMESC e atlas e mapas históricos em *websites* de bibliotecas virtuais.

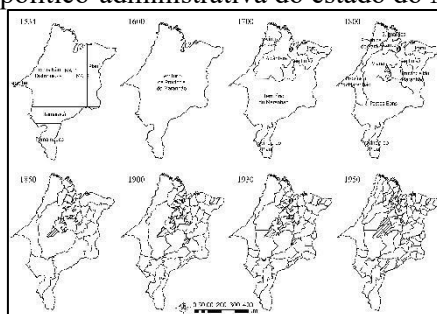
Na produção cartográfica, foi utilizado, no primeiro momento, o software de geoprocessamento QGIS, no qual, a partir da Malha Vetorial Municipal do estado do Maranhão (2021), disponível no sítio do IBGE, foi realizado o mapeamento dos municípios criados após 1990. Além disso, foi realizada a consulta das leis de criação disponíveis no Portal da Legislação, de onde foi utilizada a descrição dos limites municipais, a partir dos quais, com auxílio da cartografia histórica, realizou-se o mapeamento dos limites dos municípios anteriores.

Na etapa seguinte, a produção foi realizada com o software de geoprocessamento ArcGIS Pro, por meio da construção da *geodatabase* da pesquisa. Para mapeamento dos limites dos municípios nos anos de 1600, 1700, 1800, 1850 e 1900 foi adotada a informação que consta no fluxograma da publicação “Evolução Político-Administrativa do Estado do Maranhão”, do IMESC (2021). Para a conclusão, se propôs uma análise dos processos de desmembramentos políticos do Maranhão, dos agentes e dos fatores que causaram essa divisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O território que hoje é o Maranhão foi invadido por colonizadores europeus das nações portuguesa, francesa e holandesa, os quais construíram vilas, fortes e feitorias nessas terras. É importante mencionar que consta a presença e resistência de povos originários que estavam instalados nessas terras, como Caicazes, Krikatis e Guaianazes (Trovão, 2008). A primeira ocupação efetiva de europeus no Maranhão foi a dos franceses, em São Luís, no ano de 1612, sendo expulsos pelos portugueses três anos depois (Andrade, 1970). Antes disso, essa área (Figura 1) era reivindicada pelos portugueses e dividida entre capitanias, além de um pequeno pedaço à oeste, que pertenceria à Espanha, segundo o Tratado de Tordesilhas.

Figura 1. Divisão político-administrativa do estado do Maranhão por anos.



Fonte: elaboração própria¹²⁴

A ocupação do Maranhão aconteceu via duas frentes, uma litorânea, iniciada no Golfão Maranhense, onde os franceses se estabeleceram inicialmente, e outra pastoril, do interior, partida do médio vale do rio Parnaíba (Trovão, 2008). Para entender essas duas frentes, é importante considerar que as principais atividades econômicas do Nordeste naquele momento, século XVI, eram a pecuária e a plantação de cana-de-açúcar, com o clima litorâneo mais favorável comparado ao interiorano. Posto isso, o Maranhão possui uma frente de ocupação ligada às invasões europeias pelo litoral, através da navegação nos rios, e outra ligada à frente de expansão da pecuária do interior nordestino (Cabral, 1992; Trovão, 2008).

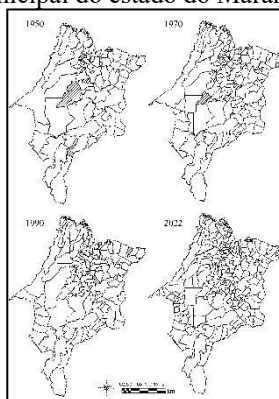
A frente litorânea, adentrando no continente pelos rios, promoveu embates e a evangelização forçada dos grupos indígenas, além de fundar vilas e povoados às margens dos rios, já inserindo a lógica colonial e produzindo um determinado espaço geográfico. A frente pastoril surge 118 anos depois da litorânea e está ligada à decadência da indústria açucareira no

Maranhão (Andrade, 1970). Os avanços do gado foram importantes para a ocupação e para as demandas econômicas do momento, mas foram lentas e em ciclos (Trovão, 2008).

Nesse sentido, uma terra habitada por grupos de diferentes povos originários é pouco a pouco incluída em um processo que acontecia mundialmente de dominação e sobreposição de um sistema financeiro, político, social e econômico específico, que funciona sob uma estrutura política estatal de poder e organização do espaço (Ferreira, 2008).

Seguindo, e, a partir da observação dos mapas produzidos, é possível perceber a recente concentração de divisões municipais no estado, sendo a última de 1995 (Figura 2). Alguns autores apontam o papel crucial do sistema viário para o crescimento do Maranhão (Ayres, 2001; Ferreira, 2008; Trovão, 2008), além do papel de políticas de integração nacional promovidas pelo governo federal, como o PROCEDERIII, que tiveram foco no sistema de transportes e promoveram um determinado ordenamento e uma disciplina do território (Ferreira, 2008). Além disso, a produção, comércio e iniciativa política são fatores apontados como determinantes para causarem os desmembramentos municipais, que, associados a um sistema de transportes, possibilitaram a urbanização de algumas áreas, mesmo que dispersas, que levaram a um aumento de escoamento de produtos e a formação de alguma organização política, que levaram a reivindicação por emancipação municipal (Ayres, 2001).

Figura 2 - Divisão municipal do estado do Maranhão por anos, entre 1950 e 2022.



Fonte: elaboração própria¹²⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento do histórico das divisões político-administrativas do estado do Maranhão através da cartografia histórica revela os processos de ocupação do território. Ao longo desse processo, a divisão político-administrativa municipal aconteceu por conta de

¹²⁵

dinâmicas políticas, sociais, econômicas e demográficas que acompanham a história brasileira e revela uma composição do território que expressa a territorialização das estratégias do Estado brasileiro e do capital na busca pela sua reprodução consorciada com a manutenção das elites locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. **A dinâmica do povoamento e a ocupação do espaço geográfico maranhense**. In: ANDRADE, Manuel C. Nordeste: espaço e tempo. Petrópolis: Vozes, 1970.

AYRES, E. O. J. **Processo e política atual de desmembramento municipal no Maranhão**. Tese de Doutorado (Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.16.2001.tde-13092024-110648>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado: conquista e colonização do sul do Maranhão**. São Luís, MA: SECMA, 1992.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Evolução Político-Administrativa do Estado do Maranhão**. 2. ed. São Luís, MA: IMESC, 2021. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Evolucao-Politico-Administrativa-do-Estado-do-Maranhao.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

FERREIRA, A. J. de A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2008.tde-11082009-141934>. Acesso em: 14 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: Maranhão**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em 02 ago. 2024.

MATIAS, Lindon Fonseca. **Por uma cartografia geográfica: uma análise da representação gráfica na geografia**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www.kufunda.net/publicdocs/Por%20uma%20Cartografia%20Lindon.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ROSA, Roberto. **Cartografia Básica**. Uberlândia: UFU, 2004.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís, MA: IMESC, 2008. (Cadernos IMESC, 5). Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Cadernos-IMESC-O-Processo-de-Ocupacao-do-Territorio-Maranhense.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ANÁLISE TEMPORAL DA EXPANSÃO DE UMA VOÇOROCA COM DADOS DE VANTS (RPA)

Alisson Davi Silva Gomes¹²⁶, David Dias Araújo¹²⁷, Leandro Faleiros Garcia¹²⁸, Mauricio Ferreira Lopes¹²⁹.

Eixo 7: Geografia, Cartografias e Novas Tecnologias.

RESUMO

A formação de voçorocas é um dos problemas mais graves relacionados à erosão do solo, impactando negativamente o meio ambiente e atividades humanas, como a agricultura, a infraestrutura e o uso do solo. Esse fenômeno erosivo pode crescer rapidamente, agravando os prejuízos ambientais e econômicos. Por isso, o monitoramento contínuo de sua evolução é essencial para compreender os fatores que impulsionam sua expansão e embasar ações de mitigação e recuperação ambiental. No entanto, a dificuldade de monitorar voçorocas aumenta proporcionalmente à sua extensão e à complexidade do terreno. Este trabalho tem como objetivo analisar a expansão de uma voçoroca em duas datas distintas, utilizando Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTS) como principal ferramenta de monitoramento e análise espacial. A metodologia adotada incluiu o mapeamento de alta resolução por meio de VANTS, permitindo identificar com precisão as mudanças ocorridas na área analisada ao longo do período de estudo. Os resultados confirmaram o grande potencial dos VANTS no monitoramento de áreas erosivas, demonstrando alta precisão na identificação no avanço da voçoroca.

Palavras-Chave: VANTS; Erosão; Voçoroca; Monitoramento ambiental.

INTRODUÇÃO

Os eventos erosivos são uma das maiores problemáticas das ciências do solo, manifestando-se principalmente na forma de sulcos, ravinas e voçorocas. O que diferencia as voçorocas das demais formas de erosão é o seu processo de formação, frequentemente associado ao lençol freático ou à presença de águas subterrâneas.

As voçorocas são feições erosivas em encostas que oferecem riscos significativos à segurança de moradores e à integridade de construções civis. O estudo da distribuição espacial da erosão nessas feições, bem como de seu avanço, é essencial para prever seu comportamento durante períodos chuvosos. Esse avanço pode comprometer áreas de manejo rural, causar contaminação e assoreamento de leitos a jusante e danificar ruas, moradias e outras infraestruturas (Parreiras, 2021).

¹²⁶ Universidade de Brasília, alisson.gomes@aluno.unb.br.

¹²⁷ Universidade de Brasília, araujo.david@aluno.unb.br.

¹²⁸ Universidade de Brasília, faleiros@unb.br.

¹²⁹ Universidade de Brasília, mauricio.ferreira@aluno.unb.br.

O monitoramento desse fenômeno, contudo, apresenta desafios devido à localização das voçorocas e à complexidade do terreno. Nesse contexto, os Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) têm se destacado como uma ferramenta eficaz, proporcionando eficiência e precisão no monitoramento de áreas afetadas. Garritano et al. (2018) e Guerra, Bezerra e Jorge (2023) destacam que as pesquisas sobre paisagens geomorfológicas e suas dinâmicas têm adotado cada vez mais geotecnologias, como os VANTs, para análises e monitoramentos, evidenciando sua utilidade no estudo de processos erosivos.

No caso em estudo, a voçoroca está localizada na porção norte do Distrito Federal, conforme ilustrado no Mapa 1, na região de Sobradinho. A área apresenta alta declividade e fluxo intenso de escoamento superficial, fatores agravados pela remoção da vegetação nativa para a construção de empreendimentos imobiliários. Esses processos aceleraram a degradação, ressaltando a necessidade de intervenções baseadas em monitoramentos precisos para mitigar os impactos observados.

Este trabalho teve como objetivo analisar a expansão de uma voçoroca localizada na região de Sobradinho, no Distrito Federal, entre duas datas distintas, utilizando (VANTs) como ferramenta principal de monitoramento. Justifica-se pela necessidade de compreender a evolução de processos erosivos em áreas de alta declividade, onde a remoção da vegetação nativa para construção de empreendimentos imobiliários agravou a degradação ambiental. A metodologia consistiu na obtenção de imagens de alta resolução por meio de voos com VANTs, permitindo o mapeamento detalhado das alterações na morfologia da voçoroca. Os resultados mostraram um aumento progressivo da área erodida, evidenciando o potencial dos VANTs como uma ferramenta eficaz para monitorar mudanças espaciais e fornecer subsídios para o planejamento de medidas de mitigação e manejo sustentável.

MATERIAL E MÉTODOS

O primeiro passo da pesquisa consistiu na instalação de pontos de controle georreferenciados, utilizando estacas de madeira, seguidos pela aquisição de suas coordenadas com o equipamento *GNSS Topcom* de alta precisão, no ano de 2023. Esses pontos de controle foram estabelecidos como referência para o monitoramento da evolução da voçoroca ao longo do tempo. Em seguida, o acompanhamento da feição erosiva foi realizado com o uso do VANT modelo *DJI AIR S*, em duas datas distintas: 21 de outubro de 2023 e 8 de abril de 2024. Os voos ocorreram a uma altura de 100 m, com sobreposição de 80%, sendo planejados no aplicativo *Dronelink*. Esse período abrange a estação chuvosa do Distrito Federal, permitindo a análise da

dinâmica erosiva sob condições climáticas que favorecem a intensificação dos processos de degradação.

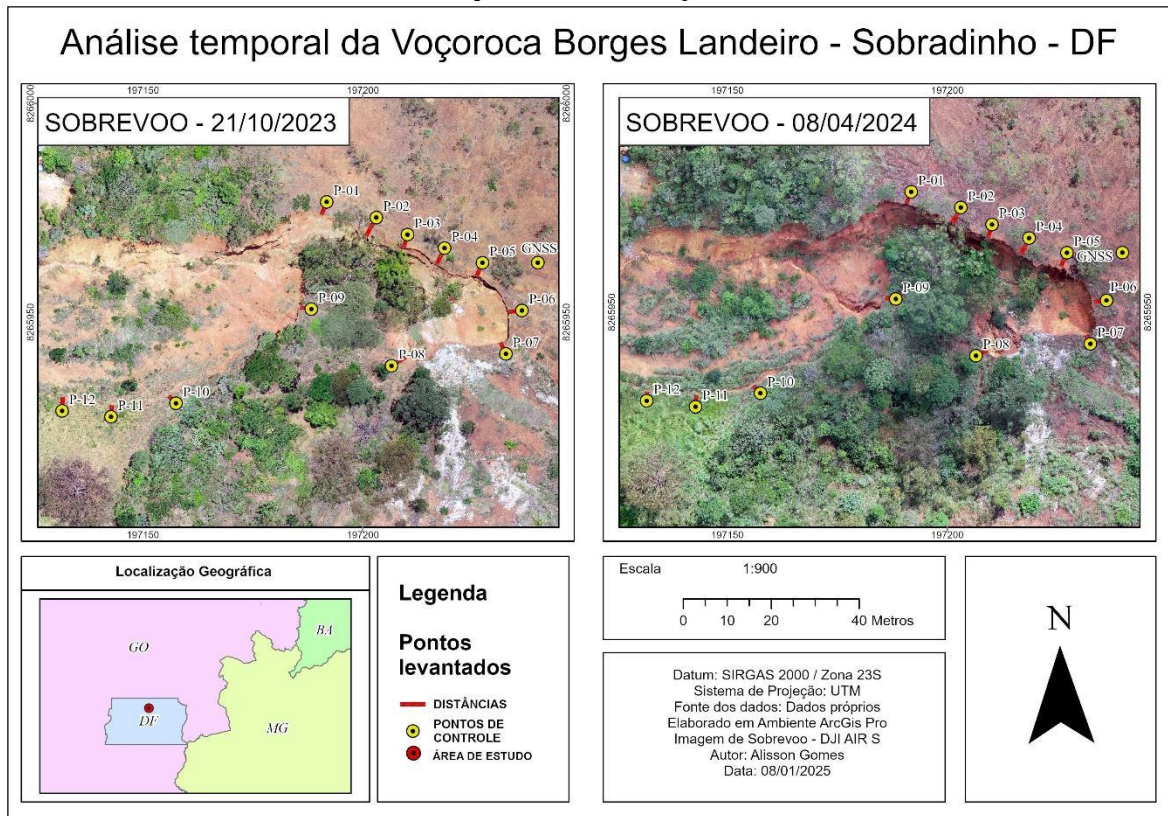
Após a aquisição das imagens, o processamento foi realizado de acordo com a metodologia descrita por Garritano et al. (2018), utilizando o software *Agisoft Metashape*. O processamento gerou um orthomosaico como produto, contando com uma resolução espacial de 4 cm/pixel, permitindo a realização de medições de alta precisão e a análise detalhada da evolução da voçoroca.

As medições foram realizadas manualmente no ArcGIS Pro e comparadas com as medições de campo, apresentando uma diferença centimétrica. Após a realização dessa análise nas duas campanhas, foi possível observar a evolução do processo erosivo durante o período chuvoso no Distrito Federal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar o modelo gerado, observou-se que, apesar de o período chuvoso, a voçoroca (Mapa 1) não apresentou uma perda morfológica significativa entre os meses analisados.

Mapa 1. Análise temporal.



Fonte: elaboração própria.

O ponto P-12 foi o que registrou a maior perda, cerca de 1 metro, o que pode sugerir uma possível regressão do processo erosivo. No entanto, conforme (Tavares, 2019), é necessário realizar diversas análises complementares para determinar com precisão a estabilização de uma voçoroca e avaliar a dinâmica do processo erosivo ao longo do tempo.

A Tabela 1 apresenta a comparação entre os períodos analisados e suas respectivas perdas. Observa-se que, de um total de 12 pontos monitorados, 6 não apresentaram alterações durante o período: P-03, P-04, P-05, P-09, P-10 e P-11. Três pontos sofreram perdas mais significativas: P-12 (1,00 m), P-08 (0,95 m) e P-02 (0,88 m). Por fim, três pontos mostraram perdas moderadas: P-01 (0,30 m), P-06 (0,13 m) e P-07 (0,63 m).

Tabela 1. Evolução da erosão

PONTO	DATA	DISTÂNCIA	DATA	DISTÂNCIA	DIFERENÇA
P-01		3,20 m		2,90 m	-0,30m
P-02		4,85 m		3,97 m	-0,88m
P-03		3,20 m		3,20 m	0m
P-04		4,10 m		4,10 m	0m
P-05		3,45 m		3,45 m	0m
P-06	21/10/2023	3,10 m	08/04/2024	2,97 m	-0,13m
P-07		2,90 m		2,27 m	-0,63m
P-08		3,80 m		2,85 m	-0,95m
P-09		2,45 m		2,45 m	0m
P-10		2,35 m		2,35 m	0m
P-11		2,70 m		2,70 m	0m
P-12		3,15 m		2,15 m	-1m

Fonte: elaboração própria.

Com base nos resultados observados, considerações importantes podem ser feitas. A necessidade de mais observações para entender melhor a dinâmica funcional da feição. A evolução desses processos, especialmente em áreas de alta declividade, pode ser influenciada por variáveis climáticas, uso do solo e outras condições ambientais que não são completamente capturadas em um curto intervalo de tempo. A continuidade do monitoramento ao longo de diferentes estações do ano e em períodos mais longos permitirá uma análise mais abrangente, possibilitando uma compreensão mais clara da estabilização ou progressão da voçoroca. Dessa forma, será possível validar e aprimorar o uso das tecnologias de sensoriamento remoto, como os VANTs, para o acompanhamento mais preciso e eficaz desses fenômenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstrou que o uso de VANTs pode ser eficaz no monitoramento de voçorocas, oferecendo uma ferramenta poderosa e de baixo custo para o acompanhamento de áreas degradadas, com grande potencial tanto para a comunidade científica quanto para as práticas de gestão ambiental. Com o auxílio dessa tecnologia, foi possível observar a expansão da voçoroca, embora o período chuvoso tenha ocasionado uma perda morfológica moderada, com variações na intensidade de degradação entre os pontos analisados, a dinâmica erosiva continua a ocorrer, embora de forma reduzida.

Entretanto, estudos complementares são necessários para validar o uso dessa ferramenta de forma mais precisa. Além disso, conforme (Tavares, 2019), diversas análises são necessárias para determinar a estabilização de uma voçoroca, de modo que este trabalho não foi capaz de fornecer uma resposta definitiva sobre a dinâmica futura dessa feição erosiva o que não era o objetivo deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GARRITANO, F. N.; LOUREIRO, H. A. S.; SANTOS, D. S.; MARTINS, V.; GUERRA, A. J. T. **Monitoramento, mapeamento e caracterização de voçoroca através de imagens do Google Earth Pro e uso de drone.** In: IV Jornada de Geotecnologias do Estado do Rio de Janeiro, 4., 2018, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://jgeotec.com.br/wp-content/uploads/2023/05/MONITORAMENTO-MAPEAMENTO-E-CARACTERIZACAO-DE-VOCOROCA-ATRAVES-DE-IMAGENS-DO-GOOGLE-EARTHPRO-E-USO-DE-DRONE.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GUERRA, A. J. T.; BEZERRA, J. F. R.; JORGE, M. C. O. **Recuperação de voçorocas e de áreas degradadas, no Brasil e no mundo: estudo de caso da voçoroca do Sacavém – São Luís – MA.** Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 24, n. Especial, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20502/rbg.v24i00.2306>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PARREIRAS, M. A. **Avaliação do uso de drones para monitoramento de erosões na região de Santo Antônio do Leite – MG.** Monografia (Graduação em Engenharia Geológica) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/3177>. Acesso em: 10 jan. 2025.

TAVARES, G. D. S. **Análise da estabilidade de taludes da voçoroca do Parque Cesamar - Palmas - TO.** Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Palmas, Palmas, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2161>. Acesso em: 10 jan. 2025.

IMPACTOS DA MINERAÇÃO NA COBERTURA E USO DO SOLO EM CANAÃ DOS CARAJÁS-PA: UM ESTUDO TEMPORAL DO ANO DE 1997 A 2023

Adria Gabriele Batista da Silva¹³⁰, Marcos Vinícius Costa de Souza¹³¹, Jamilli Oliveira Oliveira¹³², Luiz Celson da Silva Ramos¹³³

Eixo 8: Geografia, Natureza, Abordagens Físico-ambientais e Dinâmica das Paisagens.

RESUMO

Este trabalho investiga os impactos da mineração na cobertura do solo e na dinâmica socioeconômica de Canaã dos Carajás, Pará, destacando a importância da Geomorfologia para entender essas transformações. A análise temporal de 1997 a 2023 revela desmatamento, degradação do solo e contaminação hídrica, resultantes da extração de minérios como ferro e bauxita. A privatização da Vale em 1997 e a implantação da Mina do Sossego em 2004 impulsionaram o crescimento populacional e a urbanização, mas também geraram desafios como poluição e desigualdade social. A pesquisa, que utilizou dados do MapBiomas e do IBGE, enfatiza a necessidade de regulamentações rigorosas e de estudos de impacto socioambiental que considerem as comunidades afetadas. Portanto, embora a mineração seja vital para a economia local, é essencial gerenciar seus impactos negativos por meio de políticas públicas que integrem aspectos sociais, econômicos e ambientais, promovendo um desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Geomorfologia. Mineração. Canaã dos Carajás. Impactos ambientais.

INTRODUÇÃO

A Geomorfologia estuda as formas da superfície terrestre e suas transformações, sendo crucial para entender os impactos da mineração. Este trabalho analisa as mudanças na cobertura do solo no município de Canaã dos Carajás, no estado do Pará, destacando a relação entre exploração mineral e impactos ambientais. O Brasil, rico em recursos minerais, vê sua economia impulsionada por essa atividade, que altera significativamente a paisagem e a dinâmica socioeconômica local.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender como a mineração, particularmente a extração de minérios de ferro e bauxita, afeta as formas de relevo e a biodiversidade da Amazônia. Em Canaã dos Carajás, a utilização de uma análise temporal com

¹³⁰ Universidade Federal do Pará, adria.bsilva@outlook.com.

¹³¹ Universidade Federal do Pará, viniciusguillobel@gmail.com.

¹³² Universidade Federal do Pará, Jamilliolv@gmail.com.

¹³³ Universidade Federal do Pará, luizramos0701@gmail.com.

o recorte de 1997 exemplifica essas transformações, enfrentando desmatamento, degradação do solo e problemas hídricos, como contaminação e alteração no fluxo das águas.

Canaã desponta como uma das potências do Estado do Pará a partir da descoberta de uma jazida de minérios de cobre em 1997, mesmo ano em que o governo de Fernando Henrique Cardoso privatiza a Companhia Vale do Rio Doce. Em 2002, inicia-se a implantação da Mina do Sossego pela Vale em Canaã dos Carajás, que entrou em operação em 2004. Nesse período, também houve uma grande divulgação sobre a instalação de uma nova mina na região, a S11D (Aquino, 2019).

Os efeitos da mineração vão além das alterações físicas na cobertura do solo, essas modificações geram impactos socioambientais, como o empobrecimento do solo, que perde nutrientes e necessita de intervenções corretivas para viabilizar o cultivo agrícola. Ademais, a mineração impulsionou a expansão urbana, com o aparecimento de novos assentamentos e o aumento populacional em busca de trabalho. Esse crescimento também trouxe desafios, como o aumento da criminalidade, poluição e risco de inundações (Furtado et al., 2023).

O relevo irregular, com inclinações acentuadas em algumas áreas, amplia o risco de erosão, especialmente nas encostas e cumes de morros onde se concentram as atividades de mineração e as áreas de solo exposto. As formações ricas em ferro e a vegetação de canga, associada ao solo rochoso da Serra dos Carajás, constituem fatores únicos que tornam a região suscetível a impactos ambientais. A exploração mineral gera efeitos quase permanentes nessas áreas, além de comprometer as reservas de água subterrâneas e superficiais (Miranda, 2019).

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa sobre os impactos da mineração em Canaã dos Carajás foi realizada com uma abordagem multidimensional, utilizando diversos materiais e métodos para garantir uma análise robusta. Inicialmente, foram feitos levantamentos bibliográficos para identificar artigos sobre a atividade mineradora no município, explorando os fatores que levaram à sua introdução e os malefícios decorrentes desse processo. Além disso, foram coletados dados e imagens na plataforma MapBiomas, focando na análise da cobertura do solo de 1997 a 2023, o que foi fundamental para evidenciar os efeitos das atividades humanas na geomorfologia da região. Complementarmente, foram utilizados dados e relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para obter informações sobre a demografia da área, com ênfase na economia local. Essa análise permitiu identificar as mudanças ocorridas ao longo dos anos e compreender

o comportamento da população em relação a uma atividade de grande porte implantada no município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Canaã dos Carajás, nas coordenadas geográficas: Latitude: 6° 29' 51'' Sul e Longitude: 49° 52' 42'' Oeste (Figura 1), na mesorregião Sudeste, na microrregião de Parauapebas, estando localizado entre os municípios de Parauapebas, Curionópolis, Xinguara, Sapucaia e Água Azul do Norte, apresenta uma população estimada em 34.853 habitantes, distribuídos por uma área territorial aproximada de 3.146,749 km² (IBGE, 2023).

Figura 1. Mapa de Localização de Canaã dos Carajás



Fonte: Elaboração própria.

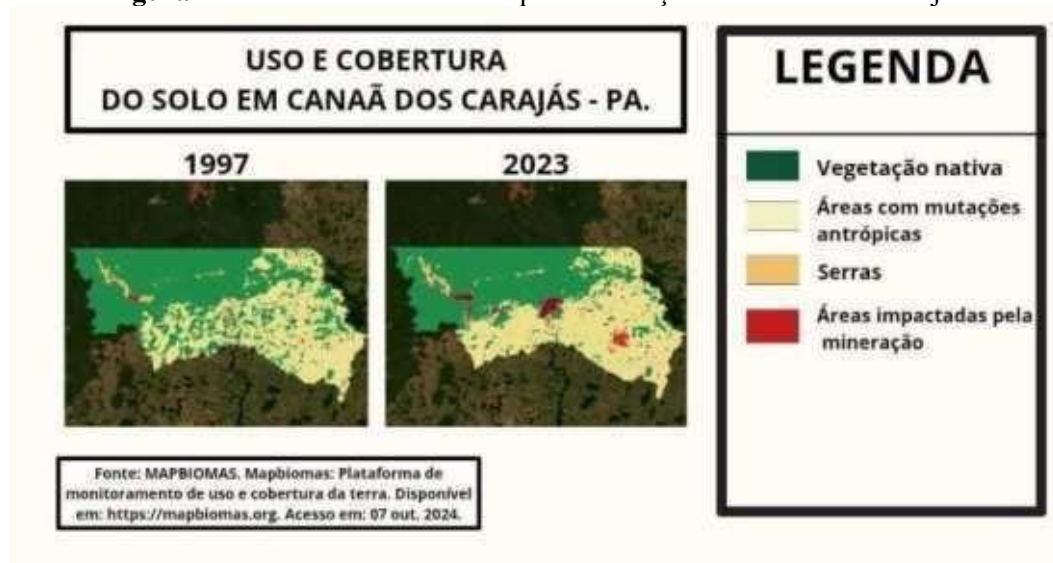
Segundo a Prefeitura Canaã dos Carajás (2024), a cidade surgiu do Projeto de Assentamento Carajás, criado em 1982 pelo Governo Federal para resolver conflitos de terra. Entre 1982 e 1985, 1.551 famílias foram assentadas, das quais 816 receberam títulos definitivos. Após 1985, as atividades de assentamento foram encerradas e o GETAT foi extinto. Em 1994, o assentamento foi desmembrado de Parauapebas, tornando-se o município de Canaã dos Carajás (Silva; Carneiro Junior; Costa, 2020).

O crescimento de Canaã dos Carajás é evidente pelo aumento populacional, que passou de 14 mil em 2004 para cerca de 32.400 em 2014 (IBGE, 2010 *apud* Silva; Carneiro Junior; Costa, 2020). Esse crescimento foi impulsionado pela migração de trabalhadores atraídos pela

mineração, mas também gerou desigualdades sociais, com problemas de qualidade de vida, como poluição e rachaduras nas casas causadas pelas explosões nas minas.

A análise dos dados de 1997 a 2023 (Figura 2), utilizando a plataforma MapBiomas, mostra alterações na cobertura do solo, com aumento do desmatamento e degradação das áreas naturais. A extração de ferro e bauxita gerou escavações profundas e grandes desmatamentos, afetando a biodiversidade local e os recursos hídricos.

Figura 2. Uso e Cobertura do solo pela mineração em Canaã dos Carajás



Fonte: Projeto MapBiomas (2024).

A imagem (Figura 2) retrata os impactos da mineração no uso e cobertura do solo dentro dos limites do município de Canaã dos Carajás, onde de 1997 a 2023 grandes mudanças podem ser percebidas, entre elas o crescimento das áreas de desmatamento, mutações no solo causadas pela atividade mineradora e a diminuição constante de áreas de vegetação nativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo sobre os impactos da mineração em Canaã dos Carajás destacou as profundas transformações na cobertura do solo e na dinâmica socioeconômica entre 1997 e 2023. A análise revelou aumento significativo do desmatamento, degradação do solo e contaminação hídrica, resultados da intensa atividade mineradora. Embora a mineração seja crucial para a economia local, seus impactos exigem uma abordagem mais equilibrada e responsável.

O crescimento populacional, impulsionado pela mineração, trouxe benefícios econômicos, mas também acentuou desigualdades sociais e problemas estruturais. A pressão

sobre a infraestrutura e os serviços públicos, além do aumento da poluição e da degradação da qualidade de vida, demanda atenção urgente dos gestores públicos para garantir um crescimento sustentável e justo.

Por fim, é preciso que a mineração em Canaã dos Carajás seja acompanhada de políticas públicas que integrem as dimensões social, ambiental e econômica. A implementação de práticas mineradoras mais sustentáveis e a recuperação ambiental podem minimizar impactos negativos e promover um desenvolvimento mais equilibrado, beneficiando tanto a economia quanto a qualidade de vida local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, N. D. **Mineração e crescimento urbano em Canaã dos Carajás-PA**. Revista Caribeña de Ciencias Sociales, n. 9, set. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9087975>. Acesso em: 07 jan. 2025.

FURTADO, L. G.; PEREIRA, C. B.; SILVA, D. F.; BELATO, L. S.; PEREIRA, B. W. **F. Detecção de mudanças do uso e cobertura do solo no município de Canaã dos Carajás-PA**. Revista Verde Grande, v. 5, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/rvg2675239520232116131>. Acesso em: 15 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Canaã dos Carajás – área da unidade territorial**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/canaa-dos-carajas/panorama>. Acesso em: 15 out. 2024.

MIRANDA, D. C. L. **Análise da fragilidade ambiental no Município de Canaã dos Carajás - PA (1998 - 2018)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Geoprocessamento Aplicado à Agroecologia e ao Uso dos Recursos Naturais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: https://www.bdm.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/3035/6/TCCE_%20AnaliseFragilidadeAmbienta.pdf. Acesso em: 07 out. 2024.

PREFEITURA CANAÃ DOS CARAJÁS. **História**. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://www.canaadoscaraajas.pa.gov.br/novo/historia/>. Acesso em: 15 out. 2024.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção [versão] da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SILVA, A. L. P.; CARNEIRO JUNIOR, J. F. C.; COSTA, J. A. **Análise das características estruturais e ocupação do solo do município de Canaã dos Carajás – Pará – Brasil**. Ambiência, Guarapuava, PR, v. 16, n. 1, p. 962-975, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/5660/>. Acesso em: 07 out. 2024.

MAPEAMENTO DO ÍNDICE DE POTENCIAL EM GEODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA-MG

Bruno Moraes Corrêa¹³⁴, Danielle Piuzana Mucida¹³⁵

Eixo 8: Geografia, Natureza, Abordagens Físico-ambientais e Dinâmica das Paisagens.

RESUMO

A geodiversidade, definida como a variedade de elementos abióticos na superfície terrestre, inclui aspectos geológicos, geomorfológicos, pedológicos e hidrológicos, além da influência de processos naturais e antrópicos. Embora a maioria dos estudos sobre geodiversidade tenha caráter qualitativo, a formulação de um Índice de Geodiversidade oferece uma abordagem quantitativa para sua análise e mapeamento. Este trabalho usa uma metodologia para elaborar um mapa do Índice de Potencial em Geodiversidade no município de Diamantina (MG), utilizando dados públicos processados no QGIS. Localizada na Serra do Espinhaço Meridional, Diamantina apresenta uma geodiversidade expressiva, refletida na diversidade de formações litoestruturais e compartimentos geomorfológicos. Os resultados indicam que as áreas com maior índice de geodiversidade concentram-se na porção centro-sul do município, associadas a rochas metassedimentares do Supergrupo Espinhaço, enquanto a região centro-norte, caracterizada por relevos mais aplainados e intensa atividade antrópica, apresenta valores mais baixos. O estudo contribui para o reconhecimento e a valorização da geodiversidade local, oferecendo suporte para estratégias de conservação e planejamento territorial.

Palavras-Chave: Geodiversidade. Mapeamento quantitativo: Conservação ambiental. Geoprocessamento. Vale do Jequitinhonha.

INTRODUÇÃO

Geodiversidade é caracterizada por toda a variedade natural de elementos abióticos na superfície terrestre em aspectos geológicos, geomorfológicos, pedológicos, hidrológicos bem como outros fatores associados à processos endógenos e exógenos, além também da ação antrópica (Koszlowski, 2004 *apud* Cañadas; Flaño, 2007, p. 82). Para Gray (2019), a pesquisa e produção de conhecimento científico sobre a geodiversidade apresenta um caráter revelador das potencialidades geológicas de uma região, substanciando ainda mais iniciativas de conservação e preservação. Contudo, os estudos sobre a geodiversidade tem predominância de caráter qualitativo. Na proposta de se produzir então um material quantitativo da distribuição da geodiversidade em determinada área, a partir de procedimentos utilizando indicadores mais objetivos, o conceito de Índice de Geodiversidade se mostra uma alternativa eficiente.

¹³⁴ UFVJM, bruno.correa@ufvjm.edu.br.

¹³⁵ UFVJM, danielle.piuzana@ufvjm.edu.br.

Adaptando a metodologia aplicada por Cañadas e Flaño (2007), buscou-se produzir um mapa do Índice de Potencial em Geodiversidade para o município de Diamantina (MG), utilizando bases de dados públicos processados no QGIS, um software livre de código aberto para Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Diamantina (MG) está localizada no Vale do Jequitinhonha, a cerca de 290 km da capital do estado, com uma área aproximada de 3.981 km². A grande extensão territorial mostrou-se um desafio para um reconhecimento de campo detalhado na investigação por sítios de geodiversidade. Incorporando a porção Meridional da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (SdEM), o município apresenta uma notável diversidade de elementos bióticos e abióticos, apresentando uma geodiversidade que condicionou os processos de uso e ocupação da terra, cujas marcas estão impressas desde o século XVII, condicionadas à busca de riquezas minerais.

O presente trabalho é um dos produtos de um projeto de Iniciação Científica que se finaliza após dois anos de pesquisa, e tem como objetivo geral elaborar um material cartográfico a partir do índice de geodiversidade do município de Diamantina, Minas Gerais. Como objetivos específicos busca-se identificar as regiões do município com maior potencial para sítios de geodiversidade, fortalecer o reconhecimento da geodiversidade e sua importância, procurando também contribuir com o setor administrativo na tomada de decisões sobre o território, conservação e preservação do meio ambiente.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a produção do material foram feitos levantamentos bibliográficos sobre o conceito de geodiversidade, bem como formas quantitativas de análise. Além disso, também se fez o levantamento cartográfico das bases identificadas como necessárias para se chegar ao índice de geodiversidade. Foram então confeccionados mapas e bases de unidades litológicas (geologia), compartimentos do relevo (geomorfologia), classes de solos (pedologia), malha de bacias hidrográficas e cursos d'água (hidrografia), e uso e ocupação do solo referente ao ano de 2022 (antrópico). Esses materiais foram extraídos de bases disponíveis da Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema) e dos modelos digitais de terreno da Missão Topográfica Radar Shuttle (SRTM), processados dentro do software QGIS.

A metodologia de Cañadas e Flaño (2007) indica a importância de evitar dados semelhantes que possam enviesar o valor do índice. Portanto, como a base de uso e ocupação do solo e a hidrografia classificam os cursos d'água, optou-se por utilizar apenas o uso e

ocupação, sendo esta a com maior quantidade de elementos analisados. O procedimento para se avaliar a geodiversidade, a partir da metodologia, parte de três princípios básicos: a) análise dos elementos abióticos; b) estabelecer as unidades de referência e; c) valoração das unidades. Partindo dessas três premissas, é possível aplicar a Equação 1: Gd = Índice de Geodiversidade; Eg = Número de elementos físicos diferentes existentes na unidade; R = Coeficiente de rugosidade da unidade; $\ln$ = Logaritmo Neperiano; e S = Superfície da unidade (km²).

$$Gd = Eg \times R / \ln(S) \quad (1)$$

O coeficiente de rugosidade, ou índice de concentração de rugosidade (ICR), representa a topografia e as variações micro e topoclimáticas da unidade. A utilização dessa variável se justifica pela influência nos fluxos de energia (insolação e umidade) e materiais (água e sedimentos), e consequentemente na distribuição e variedade de formas e processos que agem sobre o relevo (Cañadas e Flaño, 2007). O método utilizado para expressar o ICR é proposto por Sampaio e Augustin (2014) e seu valor é obtido pela vetorização do modelo digital de elevação para valores de declividade (%) e aplicação do Estimador de Densidade Kernel. Para a confecção de um produto cartográfico final, a partir da ferramenta de álgebra de mapas do QGIS, adaptou-se a metodologia de Pereira et al. (2013). Com os ajustes de escala necessários de acordo com as proporções do município, uma grade foi sobreposta na escala de 1:100.000 na qual foram contabilizados individualmente os elementos da geodiversidade, encontrando assim, para cada quadrante da grade, um valor de Eg . Posteriormente esses dados foram convertidos para o formato raster, foram implementados na equação (1) e aplicados na calculadora raster.

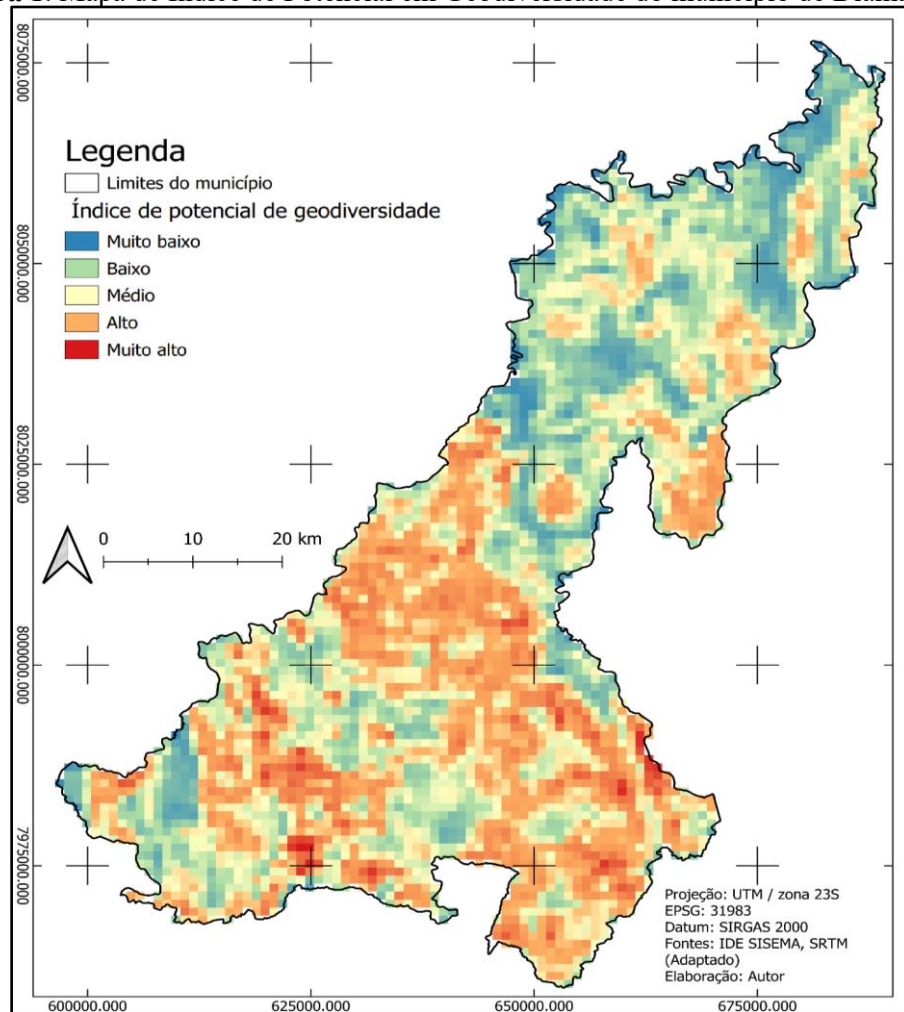
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da aplicação da equação (1) com as variáveis selecionadas (litologia, classes de solos, uso e ocupação da terra e compartimentos do relevo), se obteve um produto que foi processado e classificado de acordo com os intervalos de níveis de geodiversidade, alcançando o produto cartográfico final (Figura 1). Identifica-se que os valores mais altos do índice se encontram na porção centro-sul do município, caracterizada por rochas metassedimentares do Supergrupo Espinhaço, formadas em ambientes deposicionais fluviais e marinhos costeiros (Fogaça, 1997) e depositadas desde o Paleoproterozoico ao Neoproterozoico. As distintas unidades litoestruturais exercem influência direta na configuração dos compartimentos

geomorfológicos de Diamantina, demonstrando que esse tipo de formação rochosa expressa um potencial grande para a existência de sítios de geodiversidade.

Já na porção Centro-Norte do município, a rede de drenagem entalha essa superfície de aplainamento (Augustin; Fonseca; Rocha, 2011), criando feições de relevo características do Alto Jequitinhonha, condicionando um sistema de produção conhecido como "grota-chapada" (Ribeiro; Galizoni, 2000), que apresenta uma alteração muito maior devido ao seu potencial agrosilvopastoril, justificando os valores mais baixos nesta região.

Figura 1. Mapa de Índice de Potencial em Geodiversidade do município de Diamantina, MG



Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo demonstram que a diversidade de elementos abióticos influencia diretamente os valores do Índice de Geodiversidade. Áreas com maior variação litoestrutural, relevo acidentado e elevada energia geomorfológica apresentam índices mais altos, indicando um potencial significativo para a conservação de sítios de geodiversidade. Por

outro lado, regiões de relevo suavizado, com menor dinamismo geomorfológico e maior interferência antrópica, tendem a registrar valores mais baixos.

A metodologia utilizada mostrou-se eficaz para mapear quantitativamente a geodiversidade em escala municipal, destacando-se como uma ferramenta flexível e aplicável a diferentes contextos territoriais. Além de fornecer subsídios para o planejamento ambiental e a gestão do território, o Índice de Geodiversidade pode auxiliar na identificação de áreas prioritárias para conservação, turismo geológico e educação ambiental. O estudo reforça a importância da geodiversidade como um patrimônio natural que deve ser reconhecido, valorizado e protegido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTIN, A. H. R. R.; FONSECA, B. M.; ROCHA, L. C. **Mapeamento geomorfológico da Serra do Espinhaço Meridional: primeira aproximação**. Geonomos, v. 19, n. 2, p. 50-69, 2011. Disponível em: <https://shre.ink/tVgP>. Acesso em: 08 mar. 2025.

CAÑADAS, E. S.; FLAÑO, P. R. **Geodiversidad: concepto, evaluación y aplicación territorial: el caso de Tiernes Caracena (Soria)**. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, n. 45, p. 79-98, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2519782>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FOGAÇA, A. C. C. **Geologia da Folha Diamantina**. In: GROSSI-SAD, J. H.; LOBATO, L. M.; PEDROSA-SOARES, A. C.; SOARES-FILHO, B. S. (org.). Projeto Espinhaço em CD-ROM (textos, mapas e anexos). Belo Horizonte: COMIG - Companhia Mineradora de Minas Gerais, 1997. v. 16, p. 1575-1665.

GRAY, M. **Geodiversity, geoheritage and geoconservation for society**. International Journal of Geoheritage and Parks, v. 7, n. 4, p. 226-236, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijgeop.2019.11.001>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PEREIRA, D. I.; PEREIRA, P.; BRILHA, J.; SANTOS, L. **Geodiversity assessment of Paraná State (Brazil): an innovative approach**. Environmental Management, v. 52, p. 541-552, 2013. Disponível em: <https://shre.ink/tVDn>. Acesso em: 12 mar. 2025.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. **Sistemas Agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. In: TORRES, H.; COSTA, H. S. M. (org.). População e meio ambiente: debates e desafios. São Paulo: SENAC, 2000.

SAMPAIO, T. V. M.; AUGUSTIN, C. H. R. R. **Índice de concentração da rugosidade: uma nova proposta metodológica para o mapeamento e quantificação da dissecação do relevo como subsídio à cartografia geomorfológica**. Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 15, n. 1, 2014. Disponível em: <https://shre.ink/tVDH>. Acesso em: 12 mar. 2025.

RASTROS DA PAISAGEM: INDÍCIOS DE CAPTURAS FLUVIAIS NA BACIA DO CÓRREGO BELO VALE, JUIZ DE FORA-MG

Lailiane Evangelista de Almeida¹³⁶, Pedro Pussente Cavalier do Vale Neto¹³⁷, Miguel Felipe¹³⁸

Eixo 8: Geografia, Natureza, Abordagens Físico-ambientais e Dinâmica das Paisagens.

RESUMO

As capturas fluviais são importantes processos de rearranjo de drenagem que contribuem para as transformações da paisagem. Ocorrem quando um curso d'água recua sua cabeceira e alcança o interflúvio, capturando o curso d'água adjacente. Esse processo é evidenciado através de indícios observados na paisagem como vales secos e cotovelos de drenagem. Esta pesquisa busca estudar esses indícios de capturas fluviais na bacia do córrego Belo Vale, afluente do rio Paraibuna, que se encontra em um contexto de morfodinâmica ativa e progressiva. O trabalho utilizou mapeamentos interpretativos e reconhecimentos em campo para evidenciar esses indícios e fazer um panorama das mudanças da paisagem da área estudada.

Palavras-Chave: Rearranjo de drenagem. Córrego do Belo Vale. Cotovelos de drenagem. Vales secos. Capturas fluviais.

INTRODUÇÃO

O rearranjo de drenagem destaca-se como um dos processos mais importantes da morfogênese fluvial, sendo essenciais para a compreensão da paisagem e suas transformações. Esses processos são influenciados por condicionantes de âmbito climático, tectônico e litoestrutural (Magalhães Júnior; Barros, 2020). Um dos processos mais reconhecidos do rearranjo da drenagem é a captura fluvial. Ela ocorre quando um curso d'água avança sua cabeceira de drenagem, por meio da erosão remontante, e intercepta outro curso d'água, se apropriando de parte da drenagem a montante. A capacidade de um rio capturar outro está relacionada com as taxas de erosão mecânica do canal, que são definidas principalmente pelo seu grau de inclinação (Magalhães Júnior; Barros, 2020; Oliveira, 2010; Bishop, 1995).

A bacia do córrego Belo Vale se enquadra no contexto de morfodinâmica ativa e progressiva da bacia do rio Paraíba do Sul, caracterizado por um processo contínuo de rebaixamento do relevo e recuo de escarpas (Salgado; Cherém; Sordi, 2018), já que é uma sub-

¹³⁶ Graduanda pelo Curso de Geografia Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, lailiane.evangelista@estudante.ufjf.br.

¹³⁷ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, pedro.pussente@estudante.ufjf.br.

¹³⁸ Professor orientador: Doutor em Geografia, Instituto de Ciências Humanas - UFJF, miguel.felippe@ich.ufjf.br.

bacia do rio Paraibuna, um afluente desse rio. Está localizada a oeste no município de Juiz de Fora, sobre terrenos ocidentais da Faixa Ribeira, em um cinturão de dobramentos e de empurrões gerados durante a Orogênese Brasileira (Hasui, 2010; Heilbron et al., 1995).

Este trabalho pretende dar continuidade ao mapeamento que visa abranger toda a área da bacia do rio Paraibuna. A mesma metodologia aplicada neste trabalho foi aplicada anteriormente, na bacia do córrego São Pedro (Vieira et al., 2024), localizada ao sul da bacia do Belo Vale, investigada pelo atual estudo. Diante do complexo contexto geomorfológico e geológico em que está localizada a bacia, objetiva-se investigar os rearranjos de drenagens da bacia do córrego Belo Vale, a partir do mapeamento e da observação de evidências de capturas fluviais, entre elas os vales secos, os colos interfluviais e os cotovelos de drenagem. Dessa forma, a presente pesquisa busca entender as mudanças ocorridas na paisagem dessa área e dar continuidade ao estudo dos processos de morfogênese da bacia do Paraibuna.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir de técnicas de fotointerpretação (Oliveira, 2010), em um primeiro momento, foi realizada uma varredura interpretativa para a identificação dessas evidências, no *software* QGIS. Para esse fim, foram confeccionados shapes multipontuais separados por tipo de feição, sendo elas: vales secos, cotovelos de drenagem e colos interfluviais. A partir da aplicação dessas técnicas, realizou-se o estudo e identificação de evidências de rearranjo de drenagem e alguns outros aspectos morfológicos (Magalhães Júnior; Barros, 2020).

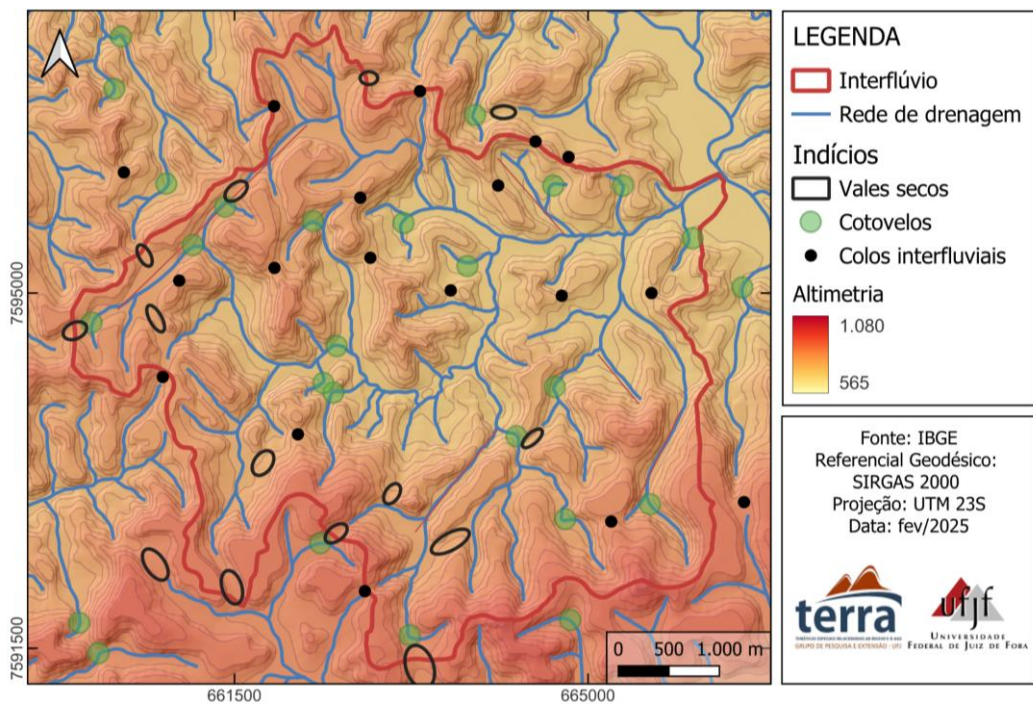
As bases de dados cartográficos utilizadas no estudo foram as cartas topográficas disponibilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na escala de 1:50.000, de Juiz de Fora (SF-23-X-IV-1), correspondente ao ano de 1975.

A partir da identificação e mapeamento das evidências de capturas foi realizado trabalho de campo objetivando-se confirmar primeiramente as evidências e, assim, verificar a possível ocorrência de capturas fluviais. Para a realização do campo foram selecionadas algumas áreas de interesse e evidências para a observação e, em seguida, confeccionado um roteiro de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o mapeamento dos indícios de capturas fluviais na bacia do córrego Belo Vale, levantou-se a ocorrência de 10 vales secos, 17 cotovelos e 14 colos interfluviais dentro da bacia (Figura 1). Também foram mapeados os indícios relacionados à bacia (Figura 1), que integram as bacias adjacentes, que são 7 vales secos, 11 cotovelos e 6 colos interfluviais.

Figura 1. Mapeamento dos indícios de capturas fluviais da bacia do Belo Vale



Fonte: Elaboração própria.

A partir de varredura interpretativa na bacia do Belo Vale, foi possível observar a presença de grandes afluentes na bacia, como os córregos Vilaza, Milho Branco e Cachoeirinha, indicando uma rede de drenagem mais desenvolvida. A distribuição desses grandes tributários na bacia tira o protagonismo do próprio córrego principal na bacia.

Desse modo, destaca-se que a forma mais circular da bacia estudada pode apresentar características que influenciam na sua dinâmica. Segundo Barros, Magalhães Júnior e Lopes (2022), as bacias de forma circular tendem a ter uma energia mais distribuída ao longo de sua extensão, além de ser mais favoráveis a cheias e inundações. Porém, a forma circular também significa que os fluxos da bacia chegam ao nível de base mais rápido. No caso dos cursos d'água da bacia do Belo Vale, essa chegada ao nível de base influencia a potência erosiva deles, que faz com que suas cabeceiras alcancem os dois altos estruturais do entorno da bacia.

Nas porções norte e sul da bacia se encontram dois altos estruturais, esses alinhados à direção preferencial das falhas da região (SO-NE), arregimentando o médio e o baixo curso da bacia a uma área deprimida, essa configuração influencia em sua grande potência erosiva e, consequentemente no seu papel como captora de áreas das bacias adjacentes.

O interflúvio sul da bacia é notavelmente mais alto que os demais, indicando o contato com o alto estrutural da bacia adjacente do córrego São Pedro. O rebaixamento da bacia do

Belo Vale em relação a essa bacia, evidencia uma vantagem erosiva dela sobre a vizinha. Isso indica a posição da bacia do Belo Vale como capturadora de algumas drenagens de sua bacia adjacente, como é evidenciado pela presença de diversos indícios de capturas fluviais nas proximidades do contato entre as duas bacias, em ambos os lados do interflúvio.

Na porção noroeste da bacia do Belo Vale, pode-se observar também um alto estrutural, no contato com a bacia do córrego Igrejinha. Dessa forma, percebe-se que a bacia está contida em três blocos altimétricos: o alto estrutural da bacia do São Pedro, o alto estrutural a noroeste, relacionado a bacia do Igrejinha e a porção mais baixa da bacia, no nível de base. Esses altos estruturais estão ligados com os lineamentos regionais.

Para a realização de expedição à campo foram visitadas 9 feições de indícios de capturas fluviais, agrupadas em 6 áreas de interesse. Foram confirmados 4 cotovelos de drenagem e duas delas se encontram canalizadas logo após o cotovelo, o que evidencia a influência da ação antrópica. Entretanto, não se especifica o grau dessa influência nem se está relacionada à alteração do fluxo. Foram confirmados também 3 colos interfluviais, a partir da morfologia típica da feição, além de 1 vale seco, que foi confirmado parcialmente, visto que a morfologia de vale seco foi identificada, mas estava coberta por uma plantação de milho, o que não permitiu uma observação clara.

A presença desses indícios na bacia do Belo Vale expressa a ocorrência de capturas fluviais ao longo de sua extensão, principalmente nos fluxos relacionados aos altos estruturais. A forma arredondada da bacia e sua facilidade de chegar ao nível de base são fatores que influenciam na ocorrência dos rearranjos de drenagem e caracterizam a bacia como possível captora, que usa de suas vantagens erosivas para capturar fluxos e, conseqüentemente, áreas das bacias adjacentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento interpretativo realizado nessa pesquisa visou evidenciar esses indícios na bacia do córrego Belo Vale, como parte de um projeto que pretende mapear as capturas fluviais em toda a bacia do rio Paraibuna, do qual esse córrego é afluente. Com este trabalho, ficou evidente a complexidade dessas bacias e a importância da continuidade da pesquisa ao longo de toda sua extensão, para compreender o papel dos rearranjos de drenagem no contexto morfotectônico complexo e na morfodinâmica da bacia do Paraibuna.

Os indícios observados foram significativos e interligados aos altos estruturais e a lineamentos regionais de direção SO-NE. A quantidade significativa de evidências de capturas

fluviais encontradas indica a ocorrência de rearranjos de drenagem na bacia e demonstram as transformações da paisagem.

Com isso, esse trabalho busca contribuir com as discussões acerca das capturas fluviais e dos rearranjos de drenagem no geral, como processos que modificam a paisagem e ajudam a contar a sua história. Porém, por conta da extensão limitada de sua área de estudo, salienta-se a necessidade da produção de mais pesquisas nessa temática, com o intuito de aprofundar no estudo das influências das capturas fluviais na dinâmica das paisagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, L. F. P.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. P.; LOPES, F. W. A. **Sistemas hídricos superficiais continentais**. In: MAGALHÃES JR, A. P.; LOPES, F. W. A. (org.). Recursos hídricos: as águas na interface sociedade-natureza. São Paulo, Oficina de Textos, 2022.

BISHOP, P. **Drainage rearrangement by river capture, beheading and diversion**. Progress in Physical Geography: Earth and Environment, v. 19, n. 4, p. 449-473, dez. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030913339501900402>. Acesso em: 20 mar. 2025.

HASUI, Y. **A grande colisão pré-cambriana do sudeste brasileiro e a estruturação regional**. Geociências, v. 29, n. 2, p. 141-169, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/71882>. Acesso em: 20 mar. 2025.

HEILBRON, M; VALERIANO, C. M.; VALLADARES, C. S.; MACHADO, N. A **Orogênese Brasiliana no Segmento Central da Faixa Ribeira, Brasil**. Revista Brasileira de Geociências, v. 25, p. 249- 266, 1995. Disponível em: <https://shre.ink/tVgJ>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MAGALHÃES JÚNIOR, A. P.; BARROS, L. F. P. **Morfogênese fluvial**. In: Hidrogeomorfologia: formas, processos e registros sedimentares fluviais. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. p. 163-173.

OLIVEIRA, D. **Capturas fluviais como evidências da evolução do relevo: uma revisão bibliográfica**. Revista do Departamento de Geografia, v. 20, p. 37-50, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.2010.0020.0003>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SALGADO, A. A. R.; CHEREM, L. F. S.; SORDI, M. V. **Grandes capturas fluviais no Brasil: síntese das novas descobertas**. Estudos do quaternário, n. 19, p. 23-31, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.30893/eq.v0i19.176>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VIEIRA, C. T. G.; ALMEIDA, L. E.; VALE NETO, P. P. C.; FELIPPE, M. F. **Indícios de reorganização da rede de drenagem na bacia do córrego São Pedro, Juiz de Fora, Minas Gerais**. In: XX SBGFA - Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 20.; IV ELAAGFA - Encontro Luso-Afro-Americano de Geografia Física e Ambiente, 4., 2024, João Pessoa, PB. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/117970>. Acesso em: 20 mar. 2025.

A EXPANSÃO URBANA NO BAIRRO SUBAÉ E SEU IMPACTO NA LAGOA DO SUBAÉ NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA/BA

Letícia Cerqueira Machado¹³⁹, Sidileide Borges¹⁴⁰

Eixo 8: Geografia, Natureza, Abordagens Físico-Ambientais e Dinâmica das Paisagens.

RESUMO

Com o avanço do capitalismo, o homem buscou estabelecer indústrias em áreas próximas à abundância em recursos naturais, com isso, era facilitada a extração de recursos e descarte. As mudanças na sociedade produziram as áreas urbanas, sendo fortemente ocupadas, e posteriormente, a volta para as áreas rurais pelos grandes empresários, na área industrial. Nesse resumo, iremos tratar sobre como a expansão das atividades industriais e seu impacto negativo na lagoa Subaé, no bairro Subaé, em Feira de Santana, Bahia. A partir de imagens de satélite, produtos da ferramenta Google Earth Engine e dados do MapBiomas será traçada uma série temporal sobre como os impactos da indústria atingem o corpo hídrico.

Palavras-Chave: Transformações Espaciais. Degradação. Atividades Urbanas. Análise.

INTRODUÇÃO

A lagoa Subaé, está no município de Feira de Santana, localizado a aproximadamente 116 km da capital da Bahia, Salvador, destaca-se devido suas mudanças na paisagem que atingem diretamente parcela que é banhada pelo rio Subaé, de forma negativa. A urbanização da localidade impacta diretamente na qualidade do corpo d'água, por conta de sua expansão imobiliária e industrial.

O estudo sobre a lagoa do Subaé, Bahia, aponta como a indústria intervêm na qualidade das águas, destacando a relação entre a cobertura do solo e implicações ambientais. A importância da lagoa supracitada não se deve apenas pelos seus recursos naturais, mas também pela relevância social. Abrigando um ecossistema essencial para a manutenção do meio natural. Porém, o progresso capitalista gera dificuldades para a conservação dessas áreas. Neste contexto, é indispensável investigar as transformações nas proximidades da Lagoa do Subaé, com destaque para o bairro Subaé de Feira de Santana, e como certas atividades, principalmente a imobiliária e industriais, têm contribuído para produzir modificações no espaço urbano e nas áreas naturais. Assim, o fato de uso e ocupação serem impulsionados por suas potencialidades e, que seja preciso, considerar suas fragilidades, desperta a preocupação com as questões ambientais (Santos; Jesus; Nolasco, 2014). Conforme a análise das transformações deve

¹³⁹ Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, letecerq15@gmail.com.

¹⁴⁰ Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, sidileide.borges.contato@gmail.com.

integrar aspectos sociais e considerar as mudanças na cobertura do solo que impactam diretamente em comunidades locais e suas relações com o meio ambiente. A interação entre a população e o ambiente natural é complexa, exigindo uma abordagem que leve em conta as necessidades, direitos das comunidades e o planejamento territorial sustentável. As reflexões de Santos (1996) sobre o espaço geográfico oferecem uma base teórica essencial para compreender tais dinâmicas. O autor, define o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico. Essa abordagem permite explicar as transformações espaciais de maneira integrada, conectando-as às necessidades sociais, culturais e econômicas. Ademais, ao aplicar as ferramentas do sensoriamento remoto, é possível analisar a expansão do bairro Subaé e a dinâmica temporal da lagoa do Subaé.

A pesquisa sobre as transformações na lagoa do Subaé é relevante não apenas para a região, mas também para o entendimento de fenômenos mais amplos que ocorrem também em outras bacias hidrográficas nacionais. A introdução deste trabalho busca contextualizar a lagoa do Subaé, apresentando a importância do tema e a necessidade de uma análise superficial acerca das transformações espaciais.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada para este estudo envolve uma abordagem integrada de técnicas de geoprocessamento e análise de dados qualitativos. Essa combinação de métodos permitirá uma compreensão abrangente das transformações espaciais na lagoa do Subaé.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica com artigos e uma tese de mestrado, sobre cobertura do solo, buscando identificar estudos anteriores que abordem as dinâmicas da cobertura do solo na área. Essa etapa foi fundamental para contextualizar a pesquisa e fundamentar as análises que serão apresentadas. Em seguida, foram coletados dados secundários, como imagens de satélite e informações sobre cobertura da terra. A análise das informações permitiu mapear as áreas de transformação e identificar padrões de cobertura do solo. Os mapas são ferramentas importantes para a comunicação dos resultados.

Para a obtenção das imagens de satélite, foi usado o *Google Earth Engine*, e produtos da plataforma do MapBiomas. A ferramenta foi configurada para selecionar imagens adequadas ao objetivo do estudo, usando as imagens geradas pelos satélites *Landsat*, *Sentinel-2* e *MODIS*, priorizando qualidade, cobertura da área e período temporal relevante para a análise

das transformações espaciais na lagoa. Após a seleção, as imagens foram processadas para minimizar interferências, como nuvens e sombras, e garantir a precisão e a representatividade das informações obtidas para a interpretação espacial e o desenvolvimento do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir da análise das transformações espaciais na Lagoa do Subaé revelam um cenário complexo, marcado por mudanças significativas na cobertura do solo. Com os dados, foi possível identificar as áreas de intensa atividade industrial, e a degradação que causa no corpo hídrico.

A análise das imagens de satélite mostrou a expansão dos bairros do município, a partir disso, podem ser levantadas hipóteses sobre a queda na qualidade da água na Figura 1. As transformações dessas áreas têm gerado preocupações com a perda de biodiversidade e a fragmentação dos habitats naturais.

Figura 1. Nascente do Rio Subaé e a ocupação urbana.



Fonte: elaboração própria. (*Google Earth Engine*).

Os resultados obtidos pelo estudo possibilitam observar as transformações durante o decorrer das décadas e como o uso do solo foi progressivamente ocupado, principalmente pelas atividades imobiliárias e industriais. A análise da série temporal revela um padrão preocupante de degradação da bacia, caracterizado pela redução do tamanho e a qualidade de sua água, é possível observar como a lagoa foi se degradando. Esse cenário demonstra como a expansão industrial, aliada à falta de efetivas políticas públicas de gestão territorial e conservação ambiental, tem impactado negativamente os recursos hídricos. Ademais, expõe consequências da falta de medidas preventivas e corretivas, resultando na degradação que não apenas compromete o ecossistema local, mas também afeta diretamente as comunidades que dependem desses recursos para sua qualidade de vida. Santos e Pinto (2017) destacam que o capitalismo,

ao impulsionar uma lógica produtiva na maximização dos lucros, desempenha papel na degradação ambiental. Este sistema econômico se apropria intensamente dos recursos naturais, promovendo transformações constantes na paisagem e modificando significativamente o meio ambiente. Embora o foco de Santos e Pinto (2017) esteja na exploração dos recursos naturais, essa exploração frequentemente resulta na transformação da cobertura do solo, seja pela urbanização, industrialização e outros. A análise dos impactos ambientais revelou que a erosão do solo e a contaminação da água são problemas significativos na Lagoa do Subaé. As ocupações das indústrias próximo da área da Lagoa, protagonizam a manifestação do revés, pois, com a construção de indústria nessas áreas, há o soterramento das beiras da lagoa ocasionando sua redução e o acúmulo de sedimentos nas águas, assim como as construções imobiliárias que provocam prejuízos semelhantes. A conscientização sobre a importância da conservação ambiental é fundamental para garantir a sustentabilidade da Lagoa do Subaé.

As imagens mostram a degradação da Lagoa do Subaé, localizada em Feira de Santana-BA, ao longo dos anos, destacando a influência da urbanização e da industrialização em seu entorno. A Figura 2 do ano 2002, a lagoa apresenta uma vasta área e é envolta por uma vegetação espessa. A ocupação urbana ainda é restrita, com poucas edificações nas proximidades. Na Figura 3 do ano 2014, a urbanização começa a se intensificar ao redor da lagoa, com um aumento nas construções residenciais e industriais. Há sinais de assoreamento e diminuição da lâmina d'água. A vegetação nativa também diminui.

Figura 2. Lagoa em 2003.

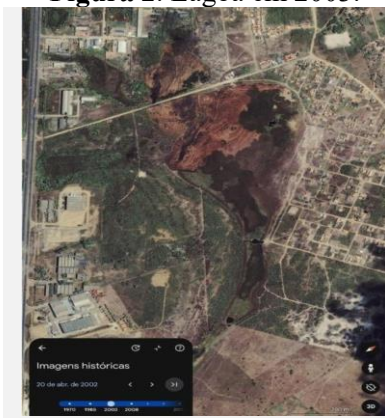
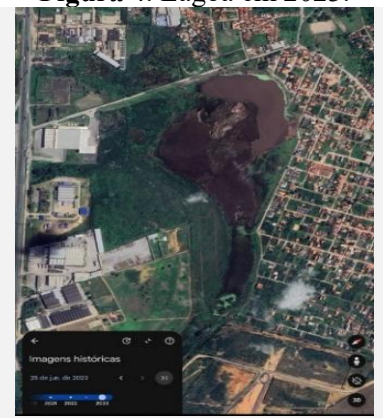


Figura 3. Lagoa em 2014.



Figura 4. Lagoa em 2023.



Fonte: elaboração própria. (Google Earth).

Na Figura 4 do ano 2023, a lagoa é visivelmente menor, com trechos já secos ou cobertos por sedimentos. A expansão imobiliária na área circundante está consolidada, e a vegetação foi severamente reduzida. A degradação ambiental torna-se mais pronunciada, colocando em risco a sobrevivência da lagoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo das transformações espaciais do rio Subaé sobre a dinâmica da cobertura do solo revelou um cenário complexo, marcado por desafios significativos para a conservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais. As alterações impulsionadas principalmente pelas indústrias e imobiliárias, têm gerado impactos profundos na biodiversidade e na qualidade dos recursos naturais.

Os resultados deste estudo destacam a importância de uma abordagem integrada para a gestão da bacia, assistindo as interações entre os aspectos ambientais e antrópicos. A conscientização sobre a importância da conservação ambiental deve ser uma prioridade, visando garantir a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações, outrossim, a comunicação entre atores sociais, como gestores públicos e a população, é essencial para enfrentar esses desafios. Segundo Saquet (2005 *apud* Abrão, 2012), o espaço geográfico refere-se aos espaços produzidos pelo ser humano ao longo do tempo, em suas relações entre si, e com a natureza no local em que habita. É de suma importância dar continuidade aos estudos, e a partir deles implementar as recomendações apresentadas, visto que são fundamentais para garantir um futuro mais equilibrado e sustentável para a região, ademais a conservação dessas áreas é importante até para que a exploração de forma consciente prossiga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. **Concepções de espaço geográfico e território. *Sociedade e Território***, v. 22, n. 1, p. 46-64, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3490>. Acesso em: 21 de nov. 2024.
- SANTOS, Leila Thaise Santana de Oliveira; JESUS, Taise Bomfim de; NOLASCO, Marjorie Cseko. **Influência do uso e ocupação do solo na qualidade das águas superficiais do Rio Subaé, Bahia**. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 68-79, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/got.2014.v1.18286>. Acesso em: 10 out. 2024.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 1996. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Sandra Freitas; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. **Configuração socioambiental da bacia hidrográfica do Rio Subaé**. In: XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 17.; I Congresso Nacional de Geografia Física, 1., 2017, Campinas, SP. Anais [...]. Campinas, SP: UNICAMP, 2017. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/1802>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ANÁLISE DA TEMPERATURA SUPERFICIAL TERRESTRE COM O USO DE SENSORIAMENTO REMOTO NO VERÃO EM LONDRINA/PR

Raul Moura Guimarães Pena¹⁴¹, Theo Goulart Tavares de Lima Araujo¹⁴², Marciel Lohmann¹⁴³,

Eixo 8: Geografia, Natureza, Abordagens Físicos-Ambientais e Dinâmicas das Paisagens.

RESUMO

O estudo analisou as Ilhas de Calor Urbanas Superficial (ICUS) em Londrina, Paraná, fenômeno que prejudica o conforto térmico e a saúde pública. Utilizando imagens do satélite Landsat 8 (banda 10), foi elaborada a carta de Temperatura da Superfície Terrestre (TST), identificando áreas de maior aquecimento. Os resultados apontaram temperaturas elevadas em locais de alta urbanização e de mau uso do solo, como no bairro Columbia (49,9°C), Shopping Catuaí (49,3°C) e no bairro Cinco Conjuntos (44,6°C). Em contraste, áreas com vegetação, como no bairro Alpes, registraram temperaturas mais amenas (31,57°C). A pesquisa reforça a necessidade de planejamento urbano sustentável para mitigar os efeitos das ICUS.

Palavras-Chave: Ilhas de Calor Urbana Superficial. Sensoriamento remoto. Cidades Médias.

INTRODUÇÃO

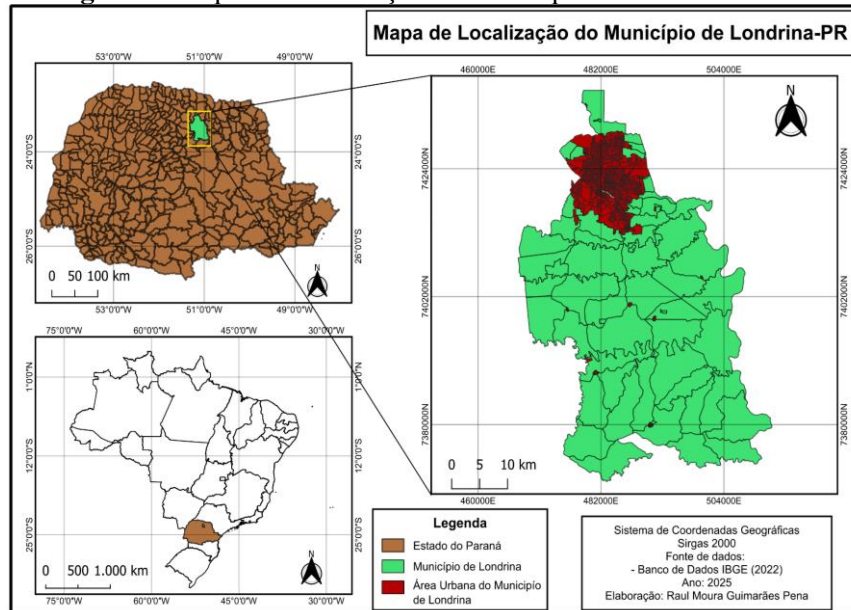
Londrina, uma cidade em crescimento localizada no norte do Paraná (Figura 1), situada na latitude média de 23°Sul, próximo ao trópico de capricórnio e com a classificação climática caracterizada como Cfa - clima subtropical úmido em que se tem tendências de concentração das chuvas nos meses de verão, porém sem estação seca definida (Sibaldelli; Farias, 2019). Sendo a segunda cidade mais populosa do Paraná, com uma população de 555.965 pessoas (IBGE, 2022), Londrina é considerada uma cidade de médio porte, devido a sua intermediação e centralidade (Conte; Fresca, 2011). A sua área urbana apresenta grande desenvolvimento no quesito pavimentação, locais comerciais, fluxo de pessoas, zonas domiciliares e verticalizações. Sua vegetação e arborização se concentram em algumas áreas segregadas, como parques e margens de rios que servem de proteção dos recursos hídricos como forma de mata ciliar. Ainda, a vegetação é encontrada também no entorno da área urbana, confundindo-se muitas vezes com áreas agrícolas, no qual possuem características morfoclimáticas e pedológicas excelentes para a agricultura.

¹⁴¹ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, raul.mouragpena@uel.br.

¹⁴² Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, theo.goulart.tavares@uel.br.

¹⁴³ Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, marciel@uel.br.

Figura 1. Mapa de Localização do município de londrina-PR



Fonte: Elaborado pelos autores.

Entretanto, todas essas dinâmicas da cidade podem interferir diretamente no subsistema de conforto térmico, que faz parte de um dos canais de percepção humana proposto no Sistema de Clima Urbano (SCU) por Monteiro (1976), no qual se destaca o canal termodinâmico, subsistema que produz as ilhas de calor (ICU), sendo resultante tanto de fatores naturais quanto antrópicos. Amorim (2019, p. 25) define as ICU da seguinte maneira:

As ilhas de calor atmosféricas são, portanto, definidas como bolsões de ar quente registrados nos ambientes urbanos decorrentes da capacidade diferenciada dos materiais encontrados na superfície de armazenar e refletir a energia solar e da produção do calor antropogênico. Resultam das diferenças no balanço de energia entre a área urbana e rural, além das diferenças existentes no interior da própria cidade.

As ICU, fenômeno que acontece principalmente em áreas com menor presença de árvores e cobertura vegetal (Amorim, 2019), podem causar diversos impactos negativos na saúde pública devido a qualidade do ar ou o conforto térmico, implicando diretamente no aumento do consumo de energia e redução da qualidade de vida (Monteiro, 1976). No entanto, segundo Callejas (2011, p. 209), “Os principais parâmetros nas análises de ICU são temperatura e umidade do ar, enquanto que na ICUS é a temperatura superficial”. Sendo assim, esta pesquisa objetiva identificar as ICU na cidade, em uma data específica do verão, por meio da carta de temperatura da superfície terrestre (TST), utilizando dados de sensoriamento remoto.

MATERIAL E MÉTODOS

Utilizou-se como uma das metodologias deste trabalho, a prática das revisões bibliográficas que abordam tal tema, viabilizando o progresso e incrementando possibilidades para a pesquisa, de conceitos já trabalhados e definidos por outros autores. Também para chegar ao objetivo proposto, necessitou-se o uso do sensoriamento remoto, utilizando a imagem raster do satélite Landsat 8 (nível 2), banda 10, do canal infravermelho termal/TIRS 1, com resolução espectral de 10.6 - 11.19 μm e resolução espacial de 100 metros, onde foi tratada e disponibilizada com pixel de 30 metros pela United States Geological Survey (USGS), do dia 05/02/2024. É importante evidenciar que a data está associada ao verão onde as condições atmosféricas provocam altos índices pluviométricos na área de estudo.

Acima de tudo, é importante lembrar que as imagens por satélite são úteis para estimar a temperatura da superfície, dependendo do tipo de uso e ocupação do solo. Trata-se apenas indiretamente da temperatura do ar ligada às medidas em abrigos por meio do balanço da energia local. No entanto, imagens de satélite podem ajudar a compreender a distribuição das fontes de calor dentro de uma área urbana que levam à formação de ICU (Amorim, 2009, p. 12-13).

A partir disso, utilizando o Sistema de informação geográfica QGIS, a imagem da banda 10 do satélite Landsat 8 foi tratada e reprojetada para SIRGAS 2000 UTM Zona 22S. Com a utilização da calculadora raster, a imagem em Números digitais (DN), que se trata da mesma corrigida da banda 10 nível 2 foi convertida em valores de temperatura em Kelvin com a seguinte Equação 1.

$$ImgK = Qcal \times MSF + AO \quad (1)$$

É importante constar que o MSF (*Multiplicative scale factor*) e AO (*Additive offset*), são os valores fixos do fator de escala e deslocamento da banda 10 e o Qcal se refere ao número digital (DN) que a imagem raster representa. Em seguida foi elaborado o cálculo de conversão de Kelvin para Celsius a partir da subtração da imagem raster gerada do último cálculo (ImgK) pelo valor fixo de conversão para celsius que é 273.15, utilizando a seguinte Equação 2.

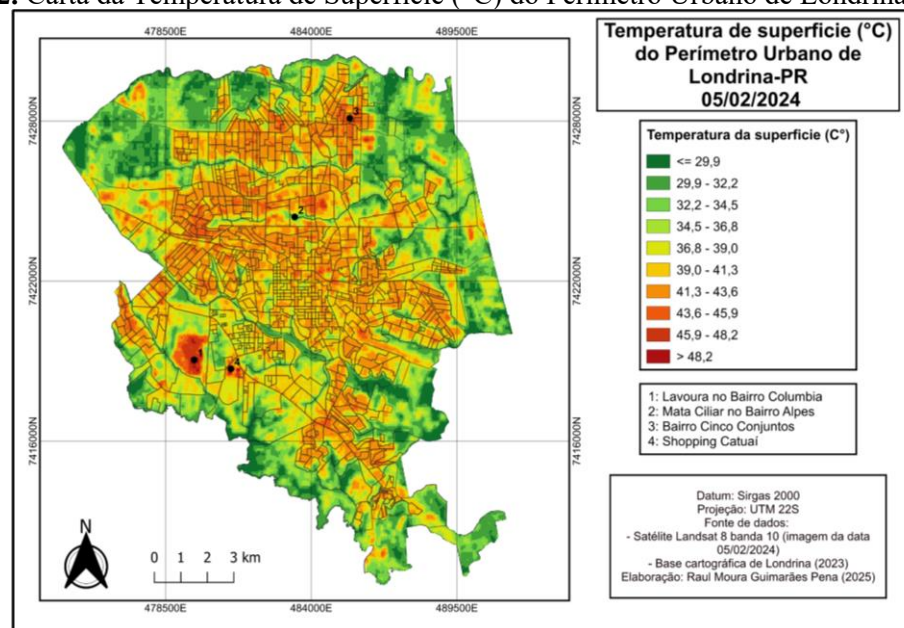
$$^{\circ}\text{C} = ImgK - 273.15 \quad (2)$$

A partir deste resultado foi gerado uma imagem com a precisão das temperaturas de superfícies mais apuradas para em seguida, realizar a configuração das matrizes e simbologias de tal, fazendo assim as informações serem mais visíveis e evidentes na carta gerada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A carta gerada (Figura 2) evidencia as diferenças na TST da área urbana, em que essas contraposições ocorrem muito por questões relacionadas ao uso e ocupação do solo, no qual as TST elevadas são encontradas em locais de alta urbanização, pavimentação, verticalizações e paisagens onde se predomina o solo exposto (falta de arborização ou uma cobertura necessária). No mapa é indicado algumas ICUS, como na lavoura localizada no bairro Columbia à sudoeste da cidade que apresenta uma temperatura de 49,9°C, no Shopping Catuaí com 49,3°C, em que a alta magnitude de TST pode ser devido ao tipo telhas em conjunto com a falta de vegetação adequada do seu entorno e no bairro Cinco Conjuntos no norte da cidade com 44,6°C, onde tal apresenta um alto fluxo de pessoas e de densidade urbana.

Figura 2. Carta da Temperatura de Superfície (°C) do Perímetro Urbano de Londrina-PR



Fonte: elaboração própria.

Nota-se que em contraste das localidades de ICUS estão as áreas com predomínio considerável de vegetação ou locais de lagos e rios, caso da mata ciliar no bairro Alpes próximo ao centro da cidade com 31,57 °C (Figura 2), esses locais apresentam valores mais amenos quando se trata de TST. Pela análise se passar no verão, em que se tem altas nas precipitações,

resulta que áreas rurais e de certa concentração de vegetação tendem a ter uma umidade maior, caracterizando-se temperaturas mais baixas se comparada com o urbano (Amorim, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ICUS estão presentes de forma evidente na área urbana de Londrina. Utilizando a ferramenta do sensoriamento remoto, foi possível elaborar a carta de TST, a partir da qual se chegou aos resultados que evidenciam esses fenômenos térmicos. Indicando a existência dessas em pontos onde a densidade urbana se destaca e locais de mau uso do solo que consequentemente apresentam menor vegetação. Ao contrário de locais com rios, lagos e cobertura vegetal que tendem a tornar o ambiente mais agradável e com temperaturas mais amenas. Entre essa e outras razões se faz necessário um planejamento urbano mais adequado em vista da sustentabilidade e conforto térmico da cidade. E para além dos resultados, um futuro trabalho poderá problematizar e apontar com mais destaques às ICU na área urbana de Londrina, com diferentes tipos de representações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, M. C. de C. T. **Ilhas de calor urbanas: métodos e técnicas de análise**. Revista Brasileira de Climatologia, Curitiba, PR, ano 15, edição especial, jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/abclima.v0i0.65136>. Acesso em: 23 jul. 2025.

AMORIM, M. C. C. T.; DUBREUIL, V.; QUENOL, H.; SANT'ANNA, J. L. **Características das ilhas de calor em cidades de porte médio: exemplos de Presidente Prudente (Brasil) e Rennes (França)**. Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia, n. 7, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.6070>. Acesso em: 11 mar. 2025.

CALLEJAS, I. J. A.; DURANTE, L. C.; OLIVEIRA, A. S.; NOGUEIRA, M. C. J. A. **Uso do solo e temperatura superficial em área urbana**. Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 207-223, dez. 2011. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/579>. Acesso em: 11 mar. 2025.

CONTE, C. H.; FRESCA, T. M. **Cidades médias: percursos conceituais e realidade – O exemplo de Foz de Iguaçu-PR**. Revista Geografar, v. 6, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/21809>. Acesso em: 16 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MONTEIRO, C. A. de F. **Teoria e clima urbano**. São Paulo: IGEOG/USP, 1976. (Série Teses e Monografias, n. 25).



A CAPITAL DE POUCOS, O ENEG PARA TODOS:
O PAPEL DA GEOGRAFIA NO ENFRENTAMENTO
AOS DESAFIOS SOCIOESPACIAIS



18 A 21 DE ABRIL DE 2025



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB), BRASÍLIA - DF

SIBALDELLI, R. N. R.; FARIAS, J. R. B. **Boletim agrometeorológico da Embrapa Soja, Londrina, PR - 2018**. Londrina: Embrapa Soja, 2019. (Embrapa Soja. Documentos, 411). Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1109091>. Acesso em 16 fev. 2025.

ANÁLISE DO USO DO SOLO RURAL NO NORTE DO PARANÁ EM 1970 E 2025

Malcol Fernandes Vilerá¹⁴⁴, Raul Moura Guimarães Pena¹⁴⁵, Vinicius Massoni de Macedo¹⁴⁶,
Theo Goulart Tavares de Lima Araujo¹⁴⁷, Osvaldo Coelho Pereira Neto¹⁴⁸

Eixo 8: Geografia, Natureza, Abordagens Físico-ambientais e Dinâmica das Paisagens.

RESUMO

O trabalho é um levantamento do uso do solo, em um território localizado na zona rural no norte do estado do Paraná, a fim de elencar as transformações ocorridas comparando os anos de os anos de 1970 e 2025. A ferramenta utilizada aérea e orbital foi o sensoriamento remoto, aliado à técnica de fotointerpretação, que permitiu evidenciar as diferenças na ocupação do solo e analisar as mudanças temporais. A área de estudo se localiza nas coordenadas 23° 47' 37'' S, 50° 37' 45'' W, ficando entre a sede dos municípios de São Jerônimo da Serra e Sapopema. Os resultados demonstraram que mesmo a região por um tempo ter sido alvo de extensa atividade agropecuária, ela conseguiu se recuperar com o cessar das atividades antrópicas no território, ocasionando a recuperação da vegetação arbórea do espaço.

Palavras-Chave: Uso do solo. Sensoriamento remoto. Fotointerpretação.

INTRODUÇÃO

A pesquisa investigou os 55 anos de diferença do uso de solo de uma mesma região, localizada nas coordenadas 23° 47' 37'' S, 50° 37' 45'' W, sendo essa uma área piloto para o posterior estudo da transformação da paisagem em toda a região. Trabalhamos com análises quantitativas ao destacarmos as mudanças ocorridas no território e qualitativas quando elencamos as transformações da natureza em um cenário micro, sendo o recorte espacial, voltado para o macro, pois é uma região de São Jerônimo e Sapopema, ambas no norte do Paraná. Feita as análises percebemos grandes modificações, as quais ditam um uso mais consciente e preservacionista da terra, o que antes em 1970 indicava uma extensiva atividade agropecuarista, hoje em dia remonta o cenário a partir da recuperação da vegetação.

Para elaboração do diagnóstico utilizou-se tanto foto aérea quanto imagem de satélite que denotam as alterações ocorridas no tempo espaço, o que nos possibilitou enumerar a

¹⁴⁴ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, malcol.fernandes@uel.br.

¹⁴⁵ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, raul.mouragpena@uel.br.

¹⁴⁶ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, vinicius.macedo@uel.br.

¹⁴⁷ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, theo.goulart.tavares@uel.br.

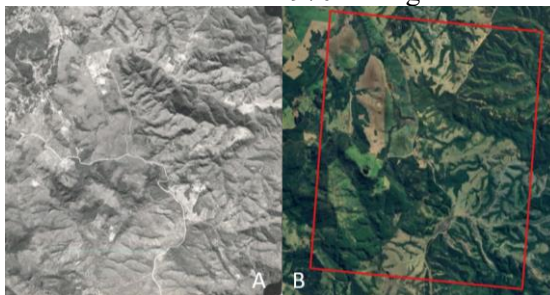
¹⁴⁸ Professor Associado do Departamento de Geologia e Geomática - CCE da Universidade Estadual de Londrina, coelho@uel.br.

evolução da região abordada, evidenciando o recuo das atividades antrópicas no sítio rural. Estudo semelhante como, Souto (2018), serviu de base.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi utilizado como base para o ano 1970 (Figura 1A) uma fotografia aérea obtida por aerolevanteamento, sendo georreferenciada com coordenadas obtidas do Google Earth para proceder às medições das classes de uso do solo. A interpretação da imagem teve que ser cautelosa devido à qualidade da visibilidade da foto, que não era tão clara nem tão passível de fotointerpretação quando comparada com a imagem de satélite (Figura 1B), representa a mesma área e foi retirada do Google Earth (2025).

Figura 1. O aerolevanteamento de 1970 e imagem de satélite de 2025.



Fonte: a 1ª imagem (A) é proveniente do PR IBC-Gerca (1970). A 2ª imagem (B) elaboração própria.

As duas imagens foram trabalhadas no software gratuito de SIG (Sistema de Informações Geográficas) QGIS, ambas foram reprojatadas para estar no mesmo sistema de coordenadas geográficas, sendo o EPSG: 31982 - SIRGAS 2000/UTM zone 22s. Após essa etapa delimitamos a área estudada sob a imagem de satélite de 2025, o que resultou no polígono em vermelho, conforme a figura 1B.

Posteriormente elaboramos uma chave de interpretação, pautada nos elementos forma, textura e sombra dos objetos presentes em ambas as imagens (Moreira, 2011), possibilitando assim a fotointerpretação que serviu de guia para identificarmos rapidamente os elementos no espaço que se tornaram a descrição dos alvos a serem estudados. Logo, dividimos os três principais objetos de estudo interessados para a pesquisa, que são: Estrato-arbóreos, Estrato-arbustivos e agropecuária.

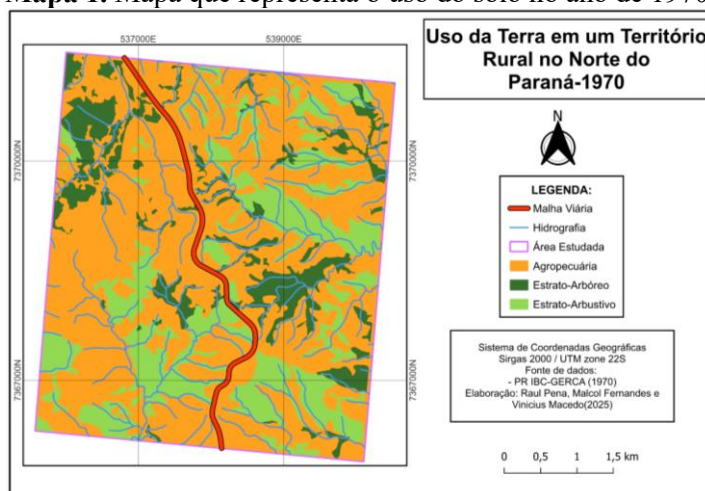
Criou-se as camadas dos polígonos para cada objeto, desenhemos manualmente as classes de uso e realizamos a categorização da simbologia, a fim de que a visualização dos dados fosse facilitada. Para finalizarmos, inserimos a camada de hidrografia do Paraná

disponível na ANA (2023) e as rodovias do Paraná obtidas pelo banco de dados do IBGE (2014), e a criação dos layouts cartográficos das duas imagens.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A chave de interpretação para a foto de 1970 (Mapa 1): Estrato-arbóreo (forma irregular, tamanhos pequenos, textura rugosa, tonalidade cinza escura, presença de sombras); Estrato-arbustivo (forma irregular, tamanhos pequenos, textura pouco rugosa, tonalidade cinza médio, presença de poucas sombras); Agropecuária (forma irregular, tamanhos grandes, textura lisa, tonalidade cinza claro, ausência de sombras). Para a imagem de 2025 (Mapa 2): Estrato arbóreo (forma irregular, tamanhos variados, textura rugosa, cor verde escuro, presença de sombras); Estrato arbustivo (forma irregular, tamanhos variados, textura pouco rugosa, cor verde, presença de poucas sombras); Agropecuária (forma irregular, tamanhos variados, textura lisa, cor verde acinzentado e marrom claro, ausência de sombras).

Mapa 1. Mapa que representa o uso do solo no ano de 1970.

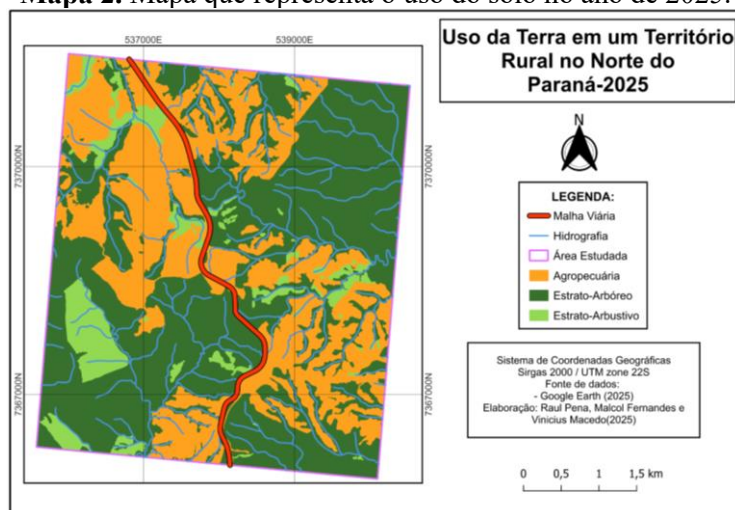


Fonte: elaboração própria.

O mapa de uso do solo referente ao ano de 1970 (Mapa 1), indica um grande predomínio das áreas de agropecuária, que representam cerca de 62% da área rural total, já o estrato-arbustivo representa 25% e o estrato-arbóreos 13% do território (tabela 1). Provavelmente por se passar antes da Lei 8.014 (Paraná, 1984), o solo da região em análise era influenciado pelas dinâmicas da época, refletindo no crescimento da agropecuária que se tornou um fator decisivo para o desmatamento de florestas, Ross (1996). Podemos observar poucas coberturas de estrato arbóreo, que é o elemento fundamental para manutenção deste espaço geográfico, pois funciona como mecanismo de defesa do solo contra as erosões.

Os resultados indicam que as transformações ocorridas ao longo de 55 anos demonstram diferenças significativas no território, especialmente após a implementação de um controle legal mais rigoroso, resultando em mudanças positivas na região. O Mapa 2, demonstra a capacidade de regeneração natural do ambiente quando a ação antrópica é reduzida, embora as atividades agropecuárias ainda estejam presentes.

Mapa 2. Mapa que representa o uso do solo no ano de 2025.



Fonte: elaboração própria.

Em colaboração com os mapas (Tabela 1), quantificamos cada um dos objetos em quilômetros quadrados (km²) e em porcentagem.

Tabela 1. Uso do solo nos anos de 1970 e 2025.

Uso do Solo	1970	1970%	2025	2025%
Estrato-arbóreo	3,146 km ²	13%	14,106 km ²	59,71%
Estrato-arbustivo	5,788 km ²	25%	1,639 km ²	6,90%
Agropecuária	14,688 km	62%	7,886 km ²	33,39%
TOTAL	23,622 km ²	100%	23,622km ²	100%

Fonte: elaboração própria.

Os dados expõem a evolução do sítio rural, que provavelmente se transformou depois que as iniciativas de proteção ambiental começaram a surtir efeito no espaço, evidenciando uma expressiva recuperação da cobertura arbórea do território, ou pela conscientização dos agricultores que possuem mais acesso ao conhecimento. Com a redução da atividade agropecuária, o estrato-arbóreo voltou a ser preponderante na região ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que a atividade agropecuária ainda esteja presente no recorte espacial de 2025, grande parte dela diminuiu se comparada ao ano de 1970. Os prováveis motivos pelo que os dados pesquisados indicam, é que seria por conta das leis estaduais e federais que incentivaram maior preservação do solo, ou também a conscientização dos produtores agrícolas que têm mais acesso à informação através de meios mais modernos de comunicação e, assim mudam seus costumes e hábitos através do conhecimento.

O presente ensaio busca incentivar outros pesquisadores a desenvolverem estudos periódicos sobre o uso do solo em sítios rurais. Elencando assim as diversas finalidades que ele tenha adquirido no passado ou que possua no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Base Hidrográfica Ottocodificada 2017 5K - trecho de drenagem**. Brasília: ANA, 2023.

Disponível em:

https://dadosabertos.ana.gov.br/datasets/5b97dc790ebc4307938d8a5b089c1aab_0/about.

Acesso em: 28 fev. 2025.

GOOGLE EARTH. **Imagem de satélite da região – 23°47'37"S, 50°37'45"W**. Google, 2025. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Logística dos Transportes**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15793-logistica-dos-transportes.html>. Acesso em: 1 mar. 2025.

MOREIRA, M. A. **Fundamentos de sensoriamento remoto e metodologias de aplicação**. Viçosa, MG: UFV, 2011.

PARANÁ. **Lei n.º 8.014, de 14 de dezembro de 1984**. Dispõe sobre o uso adequado do solo agrícola. Diário Oficial do Estado do Paraná, n.º 1930, 17 dez. 1984.

PR IBC-GERCA. **Levantamento Aerofotogramétrico - 23°47'37"S, 50°37"W**. 1970.

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

SOUTO, R. A. As geotecnologias aplicadas à gestão ambiental de pequenas propriedades rurais. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa, p.1-17, jul. 2018.

Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Geógrafos. Disponível em:

https://www.eng2018.agb.org.br/resources/anais/8/1533564126_ARQUIVO_AsGeotecnologiasaplicadasagestaoambientaldepequenaspropriedadesrurais-RogérioAntoniodeSouto-completo.pdf. Acesso em: 28 fev 2025.

ANÁLISE DA MALHA URBANA DO MUNICÍPIO DE MATINHOS A PARTIR DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM SOB A PERSPECTIVA DO CAMPO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE (CTS)

Nadyne Nikole Westephalen Matos¹⁴⁹, Emerson Luis Tonetti¹⁵⁰, Gislaine de Faria Garcia¹⁵¹, Antonio Marcio Haliski¹⁵², Luana Ribeiro Bueno¹⁵³

Eixo 8: Geografia, Natureza, Abordagens Físico-ambientais e Dinâmica das Paisagens.

RESUMO

Dentre as consequências da expansão urbana está a segregação socioespacial, modificadora da paisagem urbana. Nossa análise será a partir do litoral, especificamente no município de Matinhos-PR, que vem sofrendo uma forte expansão urbana, principalmente após a década de 1970. Atrelado a isso vemos que os moradores residentes estão majoritariamente em áreas de risco, sofrendo com as enchentes ou ainda fazendo pressão nas áreas de preservação permanente, como em unidades de conservação. Buscando regulamentar a política urbana, foi criada a Lei nº10.257/2021 denominada Estatuto da Cidade, prevendo instrumentos urbanísticos para eliminar os Vazios Urbanos e criar políticas públicas em prol da qualidade ambiental, como a criação de Espaços de Uso Público Livres de Edificações (EUPLES) destinados ao lazer e com potencial desempenho de serviços ecológicos. Nossa contribuição se dará a partir desse último item, destacando uma análise da paisagem através da visão sistêmica, permitindo a percepção da malha urbana. Para atualização do arruamento e entendimento de como o município vem expandindo, utilizou-se do Software livre Qgis, para recepção dos dados atualizados do arruamento. Como resultado, localizamos os EUPLES através de pesquisa de campo, com visitas in loco, constatamos desigualdade na distribuição e nos usos desses espaços pela população.

Palavras-Chave: Espaços de Uso Público Livres de Edificações. Vazios Urbanos. Planejamento da Paisagem. Ciência, Tecnologia e Sociedade. Geografia Urbana.

INTRODUÇÃO

As cidades costeiras têm atraído uma grande quantidade de migrantes, esse processo migratório, em cidades costeiras com potencial turístico existem duas categorias populacionais, a residente e a flutuante (em busca de segundas residências).

O crescimento de ambientes urbanos, ocupam áreas com desempenho de serviços ecológicos importantes para a qualidade ambiental urbana, esses espaços poderiam ser

¹⁴⁹ Universidade Federal do Paraná, nadynewest@gmail.com.

¹⁵⁰ Instituto Federal do Paraná, emerson.tonetti@ifpr.edu.br.

¹⁵¹ Instituto Federal do Paraná, gisa.faria@ifpr.edu.br.

¹⁵² Universidade Federal do Paraná, antonio.haliski@ifpr.edu.br.

¹⁵³ Universidade Federal do Paraná, luana.ribeiro1@ufpr.br.

destinados a Espaços de Uso Público Livres de Edificações (EUPLES) como praças, parques etc.

A paisagem urbana é mutável, e essa mutação origina uma nova tipologia e espaços comuns às cidades atuais “os vazios urbanos”, originados num planejamento que não contemplam a ocupação desses lugares, considerados residuais, remanescentes urbanos ou áreas ociosas (Dittmar, 2006). A lei nº 10.257/2001 denominada de Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), foi anexada à Constituição Federal, tendo em seu escopo os princípios básicos de planejamento participativo e a função social da propriedade.

No município de Matinhos, o processo de urbanização deu-se a partir da década de 1930, por suas belezas naturais e culturais, propício a recreação e lazer, Matinhos tornou-se procurada pelos novos turistas, para turismo de inverno (Bigarella, 2009).

Durante a década de 1960, iniciou a verticalização de Caiobá, porém foi a partir das décadas de 1970 e 1980 que houve uma significativa verticalização na região (Esteves, 2015). Segundo Moura e Werneck (2000) a ocupação contínua do litoral paranaense é diferente dos demais, pois o uso e ocupação são sazonais.

A população permanente (residente), encontra-se principalmente no entorno do Parque Saint Hillarie Lange, com predominância dos usos residenciais e de serviços, configurando o maior índice populacional de Matinhos (Vikou; Caneparo; Paula, 2017). Para Esteves (2015) “nas áreas onde habitam a população permanente, especialmente os mais pobres, estas situações constituem nas principais problemáticas socioambientais de Matinhos”.

MATERIAL E MÉTODOS

O litoral do Paraná consiste em sete municípios de atividades econômicas principais distintas como Paranaguá e Antonina (portuárias), Morretes e Guaraqueçaba (rurais), e Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná (turísticos praianos). O município de Matinhos, possui 117,899 km² de área territorial, sua população estimada é de 39.259 habitantes até o ano de 2022, segundo dados do IBGE (2022).

A caracterização da área de estudo, possibilitou a discussão acerca da distribuição e espacialização da malha urbana do município, para atualização do arruamento e entendimento de como o município vem se expandindo, utilizou-se o Software livre Qgis (versão 2.18). Sendo criada uma nova camada no QGis, para recepção dos dados atualizados da localização das ruas.

Os dados da localização dos EUPLES foram obtidos principalmente através de pesquisa de campo, com visitas in loco percorrendo as ruas do município de Matinhos. Os EUPLES

levantados e analisados foram aqueles que possuem potencial e/ou função de lazer à população. Para os vazios urbanos, foi realizada a obtenção das imagens de satélite do Software Google Earth Pró, foi criada uma nova camada no próprio Software para receber as novas informações. Foram realizados recortes no que tange sua tipologia, como terrenos sem nenhuma função na perspectiva de uso (comercial ou residencial) e sem edificação, desconsiderando áreas de parque, Unidades de Conservação, Zonas de Restrição Máxima, (de acordo com o Plano Diretor vigente até o ano de 2022) e Áreas de Preservação Ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A expansão urbana dentro do município de Matinhos está ocorrendo principalmente na região norte do município, sendo que a área central e a região sul já estão consolidadas, com pouca expansão do arruamento e vazios urbanos pequenos e médios. Por sua vez, as regiões centro e sul possuem maior infraestrutura, como a presença de EUPLES, enquanto na região norte, temos poucos EUPLES e sua maioria está concentrada na próxima ao mar. Ficando distante do real crescimento urbano, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1: Mapa Geral



Fonte: elaboração própria.

Para Moura e Werneck (2000) no âmbito litorâneo paranaense, há uma heterogeneidade da distribuição no espaço dos indicadores sociais e de infraestrutura urbana dos municípios balneários, convergindo com indicadores de melhor desempenho paralelo à orla, como o abastecimento de água, concentradas no Balneário de Caiobá. Dessa maneira, a população residente possui acesso limitado à infraestrutura urbana dentro do município, enquanto a população flutuante (veranistas) tem acesso a uma infraestrutura que apenas é utilizada alguns dias do ano, como alta temporada e feriados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando o mapa geral, conseguimos vislumbrar como estão ocorrendo os processos de modificações da paisagem urbana devido ao seu crescimento acelerado, ocasionado na maioria das vezes pela especulação imobiliária, empurrando a população residente para áreas de preservação ambiental. Com isso, as áreas mais próximas ao mar, possuem pequenos vazios urbanos e médios vazios urbanos, maior concentração de EUPLES no município, sendo que dos 26 EUPLES existem no município, 17 estão localizados na faixa mais próxima a orla, onde está a população flutuante e apenas 6 estão adentrando ao continente após a PR-412 onde encontra-se a população residente.

A cidade se expande adentrando o continente, a coleta de dados demonstra que muitos EUPLES destinados ao lazer não estão distribuídos de maneira que abranja a toda a população, muitas vezes implantados pela própria população, em locais que não viabilizam sua função, pois estão em más condições de uso, ou são lugares que não possuem uma boa taxa de permeabilidade, gerando poças de água abaixo dos equipamentos. Esses espaços que deveriam ser destinados ao lazer e ao auxílio da qualidade ambiental, não estão cumprindo sua função.

Enquanto não há espaços destinados ao lazer da população residente, os vazios urbanos existem em grandes quantidades onde, os vazios urbanos em Matinhos estão localizados em praticamente todos os loteamentos, constituindo aproximadamente 244 áreas, somando ao todo 2.040.638,58 m² (2,04 Km²), perfazendo 12,23% da área urbanizada do município, Matinhos.

O município de Matinhos carece de informações e atualização daquelas bases já existentes, visto que o Plano Diretor vigente ainda é o de 2006, a prefeitura do município tampouco se prestou a passar informações sobre os imóveis públicos do município, alegando que não os tinha, o atraso no Censo do IBGE que deveria ter ocorrido no ano de 2020 levam a cidade a um alto nível de comprometimento na Gestão Imobiliária e Gestão Territorial,

comprometendo a requalificação dentro da malha urbana, que por sua vez não cumpre sua função social e nem legal previstas no Estatuto da Cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIGARELLA, J. J. **Matinho: Homem e Terra Reminiscências**. 3. ed. Curitiba, PR: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 14 jan. 2025.

DITTMAR, A. C. C. **Paisagem e morfologia de vazios urbanos: análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba – Paraná**. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, 2016. Disponível em: <https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos/tede/adrianappgtu.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ESTEVES, C. J. O de. **Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação contínua do litoral do Paraná - Brasil**. RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, PR, v. 34, p. 214-245, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/raega.v34i0.39133>. Acesso em: 14 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Matinhos – População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matinhos/panorama>. Acesso em: 14 jan. 2025.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. **Ocupação contínua litorânea do Paraná: uma leitura do espaço**. Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD, Curitiba, PR, n. 99, p. 61-82, 2000. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/236>. Acesso em: 14 jan. 2025.

VIKOU, S. V. P.; CANEPARO, S. C.; PAULA, E. V. de. **Urbanização e crescimento demográfico no município de Matinhos (PR)**. In: LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo (org.). Planejamento e gestão territorial: gestão integrada do território. Criciúma, SC: UNESC, 2017. p. 209-225. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18616/plan15>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE EMBU DAS ARTES-SP

Raul Moura Guimarães Penas¹⁵⁴, Malcol Fernandes Vilerá¹⁵⁵, Marciel Lohmann¹⁵⁶, Theo Goulart Tavares de Lima Araujo¹⁵⁷

Eixo 8: Geografia, Natureza, Abordagens Físicos-Ambientais e Dinâmicas das Paisagens.

RESUMO

O uso da terra no município de Embu das Artes, passou por diversas transformações nos últimos 30 anos, em que diferentes dinâmicas interferiram neste processo, assim como a expansão da área urbanizada. Portanto, essa pesquisa teve como objetivo a comparação do uso da terra utilizando dados dos anos de 1993, 2003, e 2023. A evolução do uso foi elaborada a partir da utilização de dados do projeto MapBiomias Brasil. Tais dados foram compilados e trabalhados em ambiente SIG (Sistema de Informação Geográfica), no qual foi possível produzir os mapas comparativos com as classes de uso bem como extrair os dados de área que cada classe ocupava nas referidas datas. Como resultados, foi possível constatar que a classe formação florestal teve redução de área ao longo do período analisado e a classe área urbanizada teve grande acréscimo, passando de 21,30% em 1993 para 36,54% em 2023. Tais dados evidenciam a influência do crescimento da Região Metropolitana de São Paulo sobre Embu das Artes e reforçam a importância do monitoramento ambiental para compreender as dinâmicas urbanas e seus impactos nos recursos naturais.

Palavras-Chave: Geoprocessamento. Uso da Terra. Embu das Artes. MapBiomias.

INTRODUÇÃO

A análise do uso da terra por meio de técnicas de geoprocessamento é uma ferramenta essencial para identificar as transformações ocorridas em uma determinada área, sejam elas decorrentes da expansão das atividades humanas ou de mudanças naturais (Piroli et al., 2002). Tal técnica é fundamental na construção dessa análise, pois é a partir dela que as informações são filtradas e manejadas para facilitar a interpretação desses estudos (Cunha et al, 2012). Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa foi utilizar esse instrumento como forma de análise do uso da terra no município de Embu das Artes-SP, realizando um estudo temporal que observa e identifica as dinâmicas de ocupação nos últimos 30 anos.

O município de Embu das Artes está localizado a uma latitude média, no sudeste do Estado de São Paulo (Figura 1), fazendo parte da Região Metropolitana de São Paulo. O

¹⁵⁴ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, raul.mouragpena@uel.br.

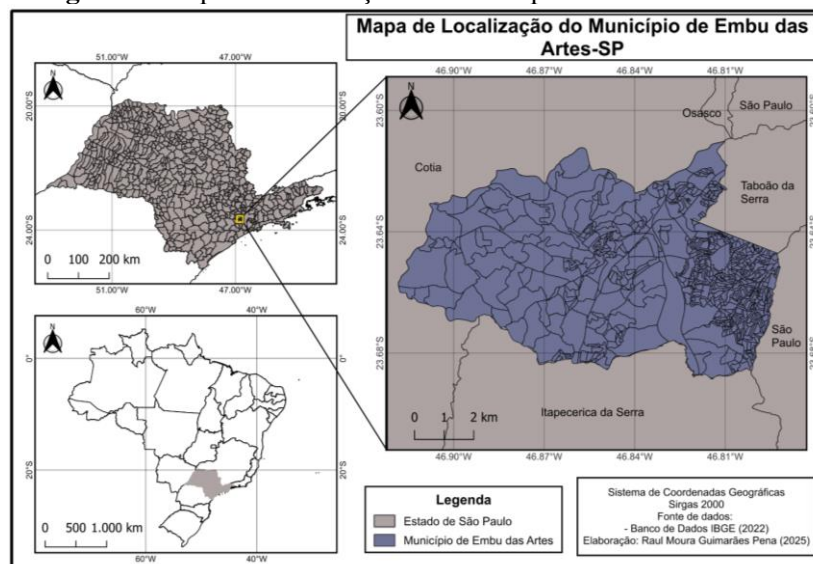
¹⁵⁵ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, malcol.fernandes@uel.br.

¹⁵⁶ Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, marciel@uel.br.

¹⁵⁷ Discente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, theo.goulart.tavares@uel.br.

município possui uma área de 70,398 km² e 250.691 habitantes (IBGE 2022). No ano de 2003 contava com 193.463 habitantes e em 1993 com 178.370 habitantes. O clima é classificado do tipo “C” (KOPPEN) subtropical, mas por conta da floresta de Mata Atlântica e os 776 metros de média de altitude, o município ganha características subtropical de altitude, onde as temperaturas são costumam ser mais amenas (Prefeitura Municipal de Embu das Artes, 2024). Em Embu das Artes se predomina na pedologia os Cambissolos, que se caracterizam por serem rasos, sendo suscetíveis a erosão (Rossi, 2017). Há presença de solos bem profundos como Argissolos no norte do município e de Gleissolos que por sua vez não estão associados às áreas urbanizadas em seu território devido ao seu hidromorfismo (Rossi, 2017; Embrapa, 2018).

Figura 1. Mapa de localização do Município de Embu das Artes



Fonte: elaboração própria.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa, foi necessário a utilização dos dados referentes ao uso da terra que foram obtidos por meio da coleção *Uso e Cobertura da Terra* (Projeto MapBiomas, 2025a, 2025b). As imagens utilizadas para a produção desses dados pertencem aos sensores dos satélites da série *Landsat*, apresentando uma resolução espacial de 30 metros. Os seguintes anos foram definidos para a análise do estudo: i) 1993; ii) 2003; e iii) 2023, sendo essas datas indicativas das transformações que o uso da terra teve nos últimos 30 anos de observação.

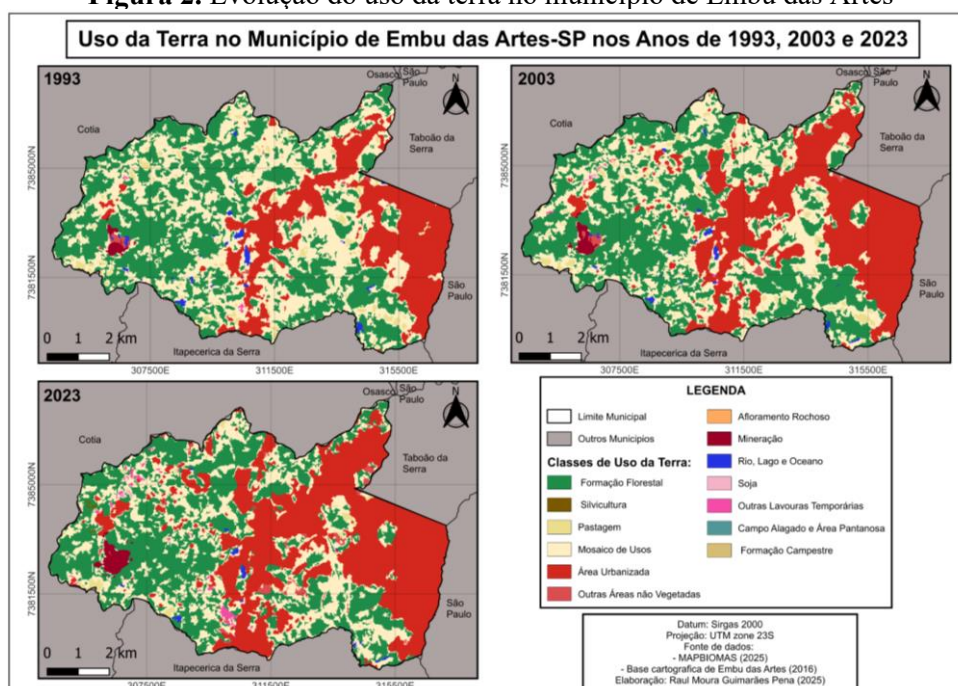
Posteriormente, a imagem foi geoprocessada em um sistema de informação geográfica (SIG), onde foi possível delimitar a área a ser estudada. Os dados sobre o limite municipal foram obtidos a partir do banco cartográfico de Embu das Artes (Prefeitura Municipal de Embu das Artes, 2016). Depois disso, a imagem foi paletizada e nomeada conforme os códigos das

classes da 9ª coleção de legendas do MapBiomas Brasil (Projeto MapBiomas, 2025a). Tais procedimentos foram realizados nas três imagens (anos escolhidos), possibilitando uma visualização das informações de modo a evidenciar a evolução de cada classe de uso da terra nesse período de análise. Ainda, foram extraídos os dados de área de cada classe de uso que foram utilizados para construção de uma tabela comparativa para o período analisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A classe de uso com maior acréscimo foi área urbanizada (Figura 2), que passou de 21,30% em 1993 para mais de 36% em 2023. Em contrapartida, a classe formação florestal obteve decréscimo de 3,73%. A classe mosaico de usos também teve decréscimo no período analisado, passando de 36,84% em 1993 para 25,38% em 2023. Tais decréscimos sugerem que as áreas perdidas se transformaram em área urbanizada, já que a mesma, como citado, teve mais de 15% de aumento de área. Interessante ainda constatar que a prática da silvicultura está presente no mapeamento de uso da terra de 2023, ao contrário dos outros anos de análises.

Figura 2. Evolução do uso da terra no município de Embu das Artes



Fonte: elaboração própria.

Observando a Figura 2, nota-se que o município por estar na região metropolitana recebe muita influência desta, principalmente nos seus limites que fazem divisa com a cidade de São Paulo, pois tendem a ter elementos que indicam aspectos de áreas urbanizadas de forma mais evidente e isso ocorre no processo temporal dos últimos 30 anos, como pode ser evidenciado.

A tabela 1 traz a análise de perdas e ganhos de cada classe observada em km² e porcentagem nos períodos de estudo.

Tabela 1. Uso da terra na área do município de Embu das Artes-SP nos anos de 1993, 2003 e 2023

Classes	1993 (Km ²)	%	2003 (Km ²)	%	2023 (Km ²)	%
Formação Florestal	26,515	37,75%	25,301	36,03%	23,892	34,02%
Silvicultura	0	0,00%	0	0,00%	0,052	0,07%
Pastagem	1,691	2,42%	1,155	1,64%	0,56	0,80%
Mosaico de Usos	25,87	36,84%	21,291	30,32%	17,827	25,38%
Área Urbanizada	14,96	21,30%	21,226	30,22%	25,661	36,54%
Outras Áreas não Vegetadas	0,396	0,56%	0,4	0,57%	0,849	1,22%
Afloramento Rochoso	0,007	0,01%	0,007	0,01%	0,005	0,01%
Mineração	0,283	0,40%	0,42	0,60%	0,71	1,01%
Rio e Lago	0,459	0,65%	0,307	0,44%	0,214	0,30%
Soja	0	0,00%	0,037	0,05%	0,045	0,06%
Outras Lavouras Temporárias	0,044	0,06%	0,08	0,11%	0,416	0,59%
Campo Alagado e Área Pantanosa	0	0,00%	0,007	0,01%	0	0,00%
Formação Campestre	0,006	0,01%	0	0,00%	0	0,00%
Total	70,231	100%	70,231	100%	70,231	100%

Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que nos últimos 30 anos, o município de Embu das Artes passou por transformações significativas no que se refere ao uso da terra. Infere-se que os efeitos antrópicos influenciaram nas reduções de áreas de formação florestal, rios e lagos, ao contrário da área urbanizada, que se expandiu na direção que favorece as ligações com a metrópole de São Paulo. Importante salientar que tal análise só foi possível em função da disponibilização das imagens via o MapBiomas, possibilitando elaborar de forma rápida e precisa ao longo das décadas, a evolução espaço-temporal das classes de uso da terra e sua dinâmica, vinculada principalmente à atividade humana sobre a superfície. E para além dos resultados, um futuro trabalho poderá problematizar a implementação de políticas de conservação ambiental e planejamento urbano sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, J. E. de B. L.; RUFINO, I. A. A.; SILVA, B. B.; CHAVES, I. de B. **Dinâmica da cobertura vegetal para a Bacia de São João do Rio do Peixe, PB, utilizando-se sensoriamento remoto.** Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina

Grande, PB, v. 16, n. 5, p. 539-548, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-43662012000500010>. Acesso em: 1 mar. 2025.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5. ed. Brasília, DF: EMBRAPA, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Embu das Artes – População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matinhos/panorama>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PIROLI, E. L.; BECKER, E. L. S.; BOLFE, E. L.; PEREIRA, R. **Análise do uso da terra na microbacia do Arroio do Meio – Santa Maria – RS por sistema de informações geográficas e imagem de satélite**. Ciência Rural, Santa Maria, RS, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-84782002000300007>. Acesso em: 1 mar. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES. **Aspectos Geográficos**. Embu das Artes, SP: [s. n.], [2024?]. Disponível em: <https://cidadeembudasartes.sp.gov.br/aspectos-geograficos/>. Acesso em: 1 mar. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES. **Mapas**. Embu das Artes, SP: [s. n.], 2016. Disponível em: <http://cidadeembudasartes.sp.gov.br/mapas/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PROJETO MAPBIOMAS. **Códigos da legenda – Coleção 9**. [S. l.: s. n.], 2025a. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/codigos-de-legenda/>. Acesso em 27 fev. 2025.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 2 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. [S. l.: s. n.], 2025b. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ROSSI, M. **Mapa pedológico do Estado de São Paulo: revisado e ampliado**. São Paulo: Instituto Florestal, 2017. v. 1, 118 p.

EVOLUÇÃO DO USO E COBERTURA DA TERRA UTILIZANDO O MAPBIOMAS (1993-2023): MICRORREGIÃO SUDOESTE DE MATO GROSSO DO SUL

Polyana Pinheiro Garcia Santos Ferreira¹⁵⁸

Eixo 8: Geografia, Natureza, Abordagens Físico-ambientais e Dinâmica das Paisagens.

RESUMO

Os estudos multi-temporais que monitoram o uso e cobertura das terras são essenciais para acompanhar as mudanças e o comportamento antrópico perante os recursos naturais. Com isso, as ferramentas de sensoriamento remoto têm sido eficientes para esse tipo de monitoramento. O objetivo deste artigo é avaliar a evolução do uso e cobertura das terras na microrregião sudoeste de Mato Grosso do Sul. Foram utilizados dados históricos disponibilizados pelo MapBiomas, entre os anos de 1993, 2003 e 2023. Os dados utilizados foram mosaicos anuais de cenas Landsat, com resolução espacial de 30 m baseados na coleção 9 para reclassificação. Os resultados demonstraram que as áreas agrícolas aumentaram significativamente no sentido centro-leste da microrregião, em relação às demais classes. Ao mesmo tempo que as áreas de formação vegetal sofreram redução. Diante do exposto, essa pesquisa contribuirá para a elaboração, planejamento e tomada de decisões mais sustentáveis quanto ao uso e ocupação das terras.

Palavras-Chave: Mudança de uso e cobertura da terra. Agricultura. Mapbioma.

INTRODUÇÃO

O Estado do Mato Grosso do Sul é caracterizado por uma rica biodiversidade que abrange três importantes biomas: Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica, a conservação destes ecossistemas é essência para a manutenção dos recursos naturais. No entanto, têm-se observado nos últimos anos, intensas transformações na cobertura das terras, devido às atividades antrópicas como a expansão agrícola, desmatamento, cultivo de pastagens, que impactam diretamente o meio natural. Estes processos têm ocorrido em todo o Estado, em especial na microrregião sudoeste.

A área de estudo, denominada Microrregião Sudoeste está localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, possui uma extensão territorial de 40.354,9 km² e é composta por oito municípios: Bodoquena, Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho (SEMADESC, 2015).

Conforme demonstraram os autores Ferreira e Ayach (2022), Ferreira (2023), Franco (2022) e Souza (2020) diversos pontos da microrregião evidenciaram o rápido avanço do setor

¹⁵⁸ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, polyana.pinheiro@ufms.br.

agropecuário e os múltiplos usos da terra e de seus recursos naturais, com o potencial de ocasionar em uma mudança significativa, a curto e longo prazo, na paisagem natural. Desse modo, a preocupação com a qualidade ambiental e a preservação dos recursos naturais, justifica o interesse em realizar um estudo científico que possibilite identificar e avaliar a evolução do uso e ocupação das terras.

Com o atual desenvolvimento tecnológico, com destaque para o sensoriamento remoto, é possível monitorar extensas áreas e seus manejos. A plataforma MapBiomas tem contribuído com esses estudos por fornecer dados orbitais online com eficiência. Por este motivo, o objetivo desse artigo é avaliar a evolução do uso e cobertura das terras, com ênfase na conversão das terras para o cultivo agrícola, na microrregião sudoeste- MS com o uso dos dados orbitais disponibilizados pelo projeto MapBiomas.

MATERIAL E MÉTODOS

A iniciativa do Mapeamento Anual de Uso e Cobertura do Solo (MapBiomas, 2025), foi desenvolvida para mapear séries anuais do uso e cobertura das terras utilizando dados orbitais para caracterizar a evolução histórica das áreas. O projeto MapBiomas disponibiliza produtos – dados em nuvem – na escala espaço temporal entre 1985 a 2023, com resolução espacial de 30 metros e 9 coleções de tipos de mapeamentos (MapBiomas, 2025).

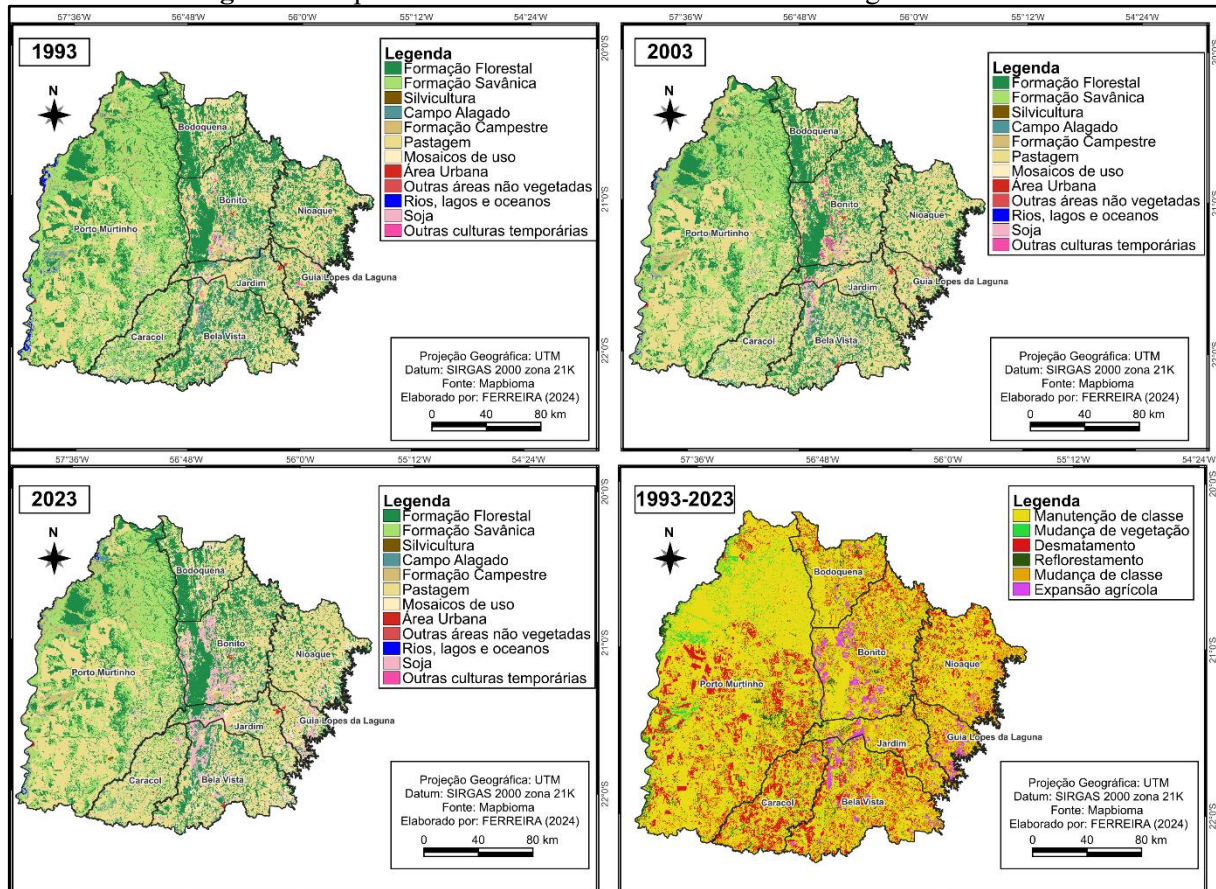
Utilizando os *softwares* de geoprocessamento *Qgis* os dados foram processados e reclassificados de acordo com o objetivo da pesquisa. Tendo os dados temporais reclassificados um novo mapa foi elaborado a partir da ferramenta *Cross Classification* disponível no *software*, para avaliar as mudanças de uso e ocupação no período de 1993 a 2023. Nesta nova classificação foram criadas 5 classes para descrever a evolução do uso e cobertura das terras, sendo elas, manutenção de classe, mudança de vegetação, desmatamento, reflorestamento, mudança de classe e expansão agrícola.

A partir dos dados foi possível realizar uma avaliação qualitativa e quantitativa das mudanças de uso no período analisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os mapas gerados de uso das terras possibilitam a análise multi-temporal, comparando os anos de 1993, 2003 e 2023. Além de um quarto mapa que traz uma comparação qualitativa de maneira sintetizada (Figura 1).

Figura 1. Mapa de uso e cobertura das terras da microrregião sudoeste.

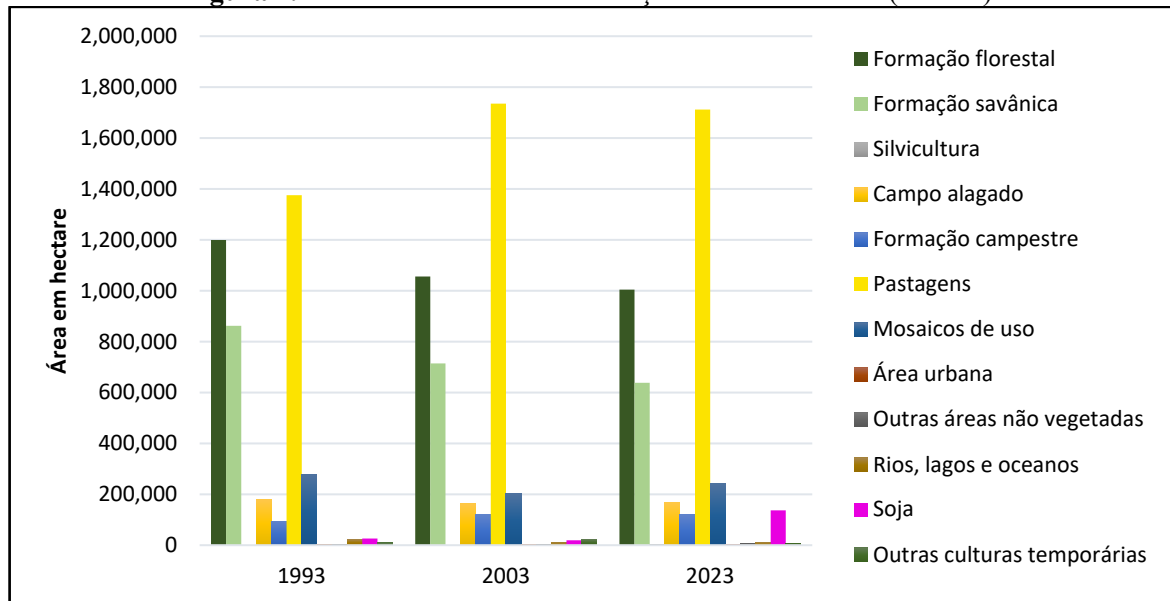


Fonte: elaboração própria.

Ao analisar os mapas nota-se que as áreas de formação vegetal sofreram uma redução no intervalo de 30 anos, como era esperado considerando o desenvolvimento das atividades antrópicas. Somando estas áreas (formação florestal, formação savânica, campo alagado e formação campestre) têm-se uma redução de 82,76%. Contudo, considerando cada ano estudado, nota-se que a maior classe sempre foram as pastagens, isto se deve, sobretudo, a cultura econômica da região ser voltada para a pecuária. As pastagens sofreram um aumento no período de 1993 a 2003, porém, até o ano de 2023 é possível notar um declínio em sua área de abrangência.

No período de 2003 a 2023, enquanto a pastagem (pecuária) declinou as atividades agrícolas tiveram um aumento significativo (Figura 2).

Figura 2. Gráfico de análise de mudanças no uso das terras (hectare).



Fonte: elaboração própria.

Nota-se que o cultivo de soja e outras lavouras temporárias representam uma área de 142.225 ha, estas mesmas culturas em 1993 representavam apenas 36.232 ha, caracterizando um aumento de 25,47%. A atividade agrícola demonstra-se em constante crescimento na parte centro-leste da microrregião, principalmente a cultura de soja. Muitas áreas de formação vegetal e pastagens estão sendo transformadas em campos de cultivo de soja e outras lavouras temporárias, esta ocorrência é possível ser observada no quarto mapa (Figura 1), que sintetiza as principais mudanças ocorridas durante os anos analisados, destacando principalmente o desmatamento e expansão da agricultura.

Sabe-se da importância da atividade agrícola para o crescimento econômico dos municípios, contudo, devido a suas demandas de irrigação, agrotóxicos e manejo dos solos existe grande potencial para a geração de impactos nos cursos hídricos e no equilíbrio ambiental na região.

Além de abranger uma diversidade biológica, a microrregião possui uma importante unidade de conservação, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, na figura 1- no mapa de 2023, é possível observar na parte centro-norte uma região concentrada de formação florestal rodeada de culturas de soja, é justamente a localização do Parque Nacional. Devido suas políticas de conservação não é possível cultivar na área do parque, porém por suas características geológicas seu entorno possui solos com nutrientes compatíveis com a atividade agrícola, tornando-se uma área visada economicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A microrregião sudoeste de Mato Grosso do Sul possui grande biodiversidade, esta riqueza de recursos naturais é a base de muitas atividades econômicas que estão presentes em sua área de influência, transformando-a em um recurso indispensável e insubstituível para a dinâmica ambiental, social e econômica.

Durante a pesquisa foi evidenciado um crescimento na atividade agrícola, e apesar de muitas áreas terem permanecido constante, o desmatamento de formações vegetais tem aumentado em diversos municípios, para a criação de áreas destinadas a lavouras. Considerando estes resultados, o monitoramento do uso das terras e possíveis impactos devem ser acompanhados por pesquisas científicas, a fim de evitar danos permanentes ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, P. P. G. S.; AYACH, L. R. **Planejamento e gestão de bacias hidrográficas: uma análise das atividades de turismo e de extração mineral no âmbito da bacia hidrográfica do Rio Salobra-MS.** Revista Pantaneira, Aquidauana, MS, v. 21, p. 21-32, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/tVgz>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FERREIRA, P. P. G. S. **Análise dos aspectos econômicos e ambientais como subsídio para a busca de uma gestão ambiental integrada na bacia hidrográfica do rio Salobra-MS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/7529>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FRANCO, D. E. B. L. **Qualidade da água superficial e aspectos do sistema ambiental da bacia hidrográfica do Rio Salobra, Serra da Bodoquena-MS.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4789>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MAPBIOMAS. **Coleção 9.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil.** [S. l.: s. n.], 2025. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SEMADESC). **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento.** Campo Grande, MS: SEMADESC, 2015. Disponível em: <https://shre.ink/tVgE>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SOUZA, N. J. S. **Análise da qualidade da água e percepção ambiental na bacia hidrográfica do córrego Campina, Bodoquena-MS.** TCC (Graduação em Geografia Licenciatura) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2020. Disponível em: <https://shre.ink/x9xU>. Acesso em: 27 jan. 2025.

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO ESTÁ NA BERLINDA? SÓ QUE NÃO CONTAVAM COM A ASTÚCIA DOS PENSADORES MALDITOS

Alex Rosa Campani¹⁵⁹, José Vandério Cirqueira Pinto¹⁶⁰

Eixo 9: Teorias da Geografia e Pensamento Geográfico.

RESUMO

A priorização a certos pensadores e categorias de análise ao estudo do pensamento geográfico, são subjacentes ao próprio sujeito da investigação. Identificado esse problema, o objetivo é em perscrutar os pensadores ditos malditos (geógrafos com linguagem de anarquismos e os anarquistas com linguagem geográfica) em sua crítica negativa ao Estado moderno. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo método é de revisão bibliográfica e análise imanente nos textos selecionados de Bakunin e Kropotkin. O principal resultado é de que as formas socioespaciais emancipatórias ao Estado se figuram na representação e participação política. Uma conclusão é de que a crítica negativa dos malditos ao Estado moderno tende a contribuir categorialmente, seja na gestação ou na precisão do conteúdo, ao estudo do pensamento geográfico.

Palavras-Chave: Anarquismos. Estado. Pensamento Geográfico.

INTRODUÇÃO

O estudo do pensamento geográfico frequentemente negligencia os pensadores malditos, apesar de suas contribuições para a análise crítica sobre território, poder e sociedade. Esta falta de inclusão reflete uma lacuna ao pensamento geográfico, que tradicionalmente favorece abordagens mais convencionais e institucionais. A despeito de não realizarmos nesta pesquisa um estudo geral da gênese e da função do Estado, de todo modo objetiva perscrutar as contribuições dos malditos – geógrafos com linguagem de anarquismos e anarquistas com linguagem geográfica – em sua crítica negativa do Estado e como sua perspectiva poderia enriquecer e desafiar o ensino de Geografia numa perspectiva emancipatória.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa consiste em uma análise imanente de textos selecionados de pensadores ditos malditos, os execrados pelo cânone acadêmico, ou em outras palavras, geógrafos com linguagem de anarquismos e os anarquistas com linguagem geográfica, a saber: i) Mikhail Bakunin (Estatismo e Anarquia; Três conferências feitas aos operários); e ii) Piotr

¹⁵⁹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Campus Riacho Fundo; alex.campani@estudante.ifb.edu.br.

¹⁶⁰ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Campus Riacho Fundo; jose.vanderio@ifb.edu.br.

Kropotkin (O Estado e seu papel histórico; A decomposição dos Estados). A abordagem de análise se assenta no campo da pesquisa qualitativa (Punch, 2021), pois envolve um conjunto de diferentes técnicas (métodos) interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de dado fenômeno do mundo social.

A pesquisa qualitativa não é meramente uma escolha arbitrária do pesquisador, mas sim, uma exigência do objeto investigado ao requerer ser escrutinado em decorrência da ortodoxia acadêmica tê-lo negligenciado nos estudos do pensamento geográfico. Por fim, esta pesquisa se restringirá ao século XIX e início do XX, em outros termos segundo Moreira (2022, p. 13): “o paradigma fragmentário da modernidade industrial”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os anarquismos, como corrente política e filosófica, emergiram como uma crítica radical ao Estado, à autoridade hierárquica e ao poder coercitivo (Springer, 2016). No entanto, os anarquismos não se limitam apenas à essas críticas, também oferecem alternativas acerca de como a prática revolucionária se conforma de modo socioespacial.

Desse modo, como os pensadores desta pesquisa se inscrevem no período classificado como modernidade, as influências paradigmáticas ao pensamento geográfico podem assim ser apreendidas segundo Moreira (2022, p. 13-45) como uma dada relação entre “fundamentos filosóficos” e “paradigmas”, sendo a primeira determinada pelas “fontes de referência filosófica” e a segunda pelo “formato”.

Os geógrafos com linguagem de anarquismos e os anarquistas com linguagem geográfica se imiscuem neste paradigma moderno argumentado por Moreira (2022, p. 24) como de “[...] uma fase de extrema fragmentação do conhecimento”. Não obstante esse fato, as categorias socioespaciais emergem em consonância as tensões políticas (de representação e participação) e econômicas (trabalho e capital) numa modernidade que se pretende à investigação entre sujeito e objeto. Ademais, numa cirúrgica argumentação de Gomes (1996, p. 26) a modernidade se assenta no “[...] território da razão, das instituições do saber metódico e normativo” como também nas “diversas ‘contracorrentes’, contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito científico universalizante”.

Sendo assim, segue-se o itinerário acerca da compreensão do Estado pelos pensadores ditos malditos e como podem categorialmente contribuir ao pensamento geográfico.

Mikhail Bakunin: anarquista com linguagem geográfica

O período que se estende do século XVI ao XIX é marcado por uma certa territorialização dos “movimentos reacionários” na Europa (Bakunin, 2003, p. 32), os quais se prefiguram para um novo tipo de sistema estatal que vai se aperfeiçoando até alcançar o seu acamamento final. O “mundo moderno”, o qual condiciona a formação do Estado moderno, é constituído por dois processos que se repercutem na hodierna sociedade, a saber, a “revolução religiosa”, doravante “Reforma” e a “Revolução de 1789” (Bakunin, 2011, p. 59-71).

A conformação de um período ressoa ao olhar atento deste revolucionário, embora geograficamente disposto na Europa, pois o que foi gestado ali se disseminou pelos demais continentes como uma força centralizadora e hierarquicamente instituída por dispositivos reguladores de tensão social, de representação política e de exploração econômica. É categórico em Bakunin (2003, p. 72-74) um diagnóstico multifacetado das tendências postas pelas lutas sociais advindas das revoluções burguesas, sejam elas: i) “república democrática”, e ii) “despotismo monárquico”. Sendo assim, o que está em disputa é o expediente “comum a toda a humanidade”, conhecido como “liberdade do indivíduo” (Bakunin, 2003, p. 72).

Nesse sentido, o programa da “revolução social” se resvala no paradigma do “mundo moderno”, porquanto consubstanciado como um inimigo a ser combatido pela classe burguesa que ascendeu nos processos socioespaciais de “tendências estatistas” (Bakunin, 2003, p. 73). Não se trata de um fim em si mesmo, mas o limiar – compreender como meio – em reconhecer não o que há de comum e, sim, o que há de diversidade no povo – suas inúmeras identidades – , uma vez que a unidade não sufoca a individuação, pelo contrário, ela numa sociabilidade assentada na fraternidade e livre associação propicia o empoderamento daquela última (Bakunin, 2003, p. 102-103).

Assim, a forja territorial do agente, o proletariado, como sendo segundo Bakunin (2003, p. 73) o responsável pela “[...] abolição de toda exploração e de toda opressão política ou jurídica, governamental ou administrativa, quer dizer, a abolição de todas as classes por meio do nivelamento econômico de todos os bens e da destruição de seu último bastião, o Estado”.

Piotr Kropotkin: geógrafo com linguagem de anarquismos

Para Kropotkin (2005, p. 28) o “Estado conseguiu imiscuir-se em todas as manifestações de nossa vida”, todavia, não passa de um produto historicamente construído (Kropotkin, 2000). Esta abstração da formação do Estado é de importância não somente científica como de possibilidade à revolução social (Kropotkin, 2000), uma vez que apresenta implicações socioespaciais de como se objetiva os princípios de igualdade e liberdade.

É premente à modernidade a dicotomia entre esses princípios, porquanto não haveria o porquê delas conferirem a este geógrafo anarquista uma simples digressão crítica do liberalismo burguês. A prática socioespacial que se predominou nesta disputa se deriva do surgimento do Estado em meados do século XVI, visto que conforme Kropotkin (2000, p. 55) se “[...] principiou por destruir todos os laços de união que existiam entre cidadãos, quer das cidades, quer das aldeias”. Não obstante esse fato, a forma acabada do Estado moderno coincide com a revolução francesa e, posteriormente – não só temporal, mas mediado por pressupostos teóricos e políticos-ideológicos consubstanciados espacialmente –, com a revolução industrial.

É neste recorte da modernização, concomitante às revoluções supracitadas, que o amadurecimento do Estado se engendra (Kropotkin, 2005), por conseguinte, açambarcando uma série de elementos – a título de exemplo: greve, lutas de classes, liberdade de pensamento, educação das crianças, imposto, recursos à guerra etc. –, por vezes, apropriados e convertidos em dispositivos/mecanismos de regulação.

Esta determinação socioespacial dos princípios de igualdade e liberdade tende a se subsumir na figura do cidadão em detrimento de sua figura antagônica das “fraternidades livremente ajuramentadas”¹⁶¹, ou seja, o Estado moderno na argumentação de Kropotkin (2000, p. 85) impele a “[esquecer] o teu vizinho, o teu camarada, o teu companheiro, visto que, como bom cidadão, só deves conhecê-los por intermédio dos organismos estatais”.

Uma bronca possível dos pensadores malditos ao pensamento geográfico

Numa perspectiva ontológica, Bakunin e Kropotkin podem assim ser encarados como os antagonistas de uma ciência, a Geografia, a qual já nasceu clivada (século XIX e primeira metade do século XX) nos marcos acadêmicos (Moreira, 2022). Não obstante esse fato, a modernidade açambarcou o processo de dispositivos reguladores do poder político e econômico, resultando no que Castro (2005, p. 106-110) categoriza como “Estado moderno territorial” – nos termos dos pensadores malditos: Estado centralizado e autoritário.

Bakunin (2003) argumenta que a formação dos Estados modernos ocorreu através de processos que concentraram poder nas mãos de burocratas, militares e capitalistas, em detrimento das liberdades individuais e da autonomia das livres associações. Kropotkin (2000, p. 92), por sua vez, ao analisar a evolução histórica do Estado e sua relação com a “livre federação dos interessados”, suscita a auto-organização dos povos de maneira descentralizada.

¹⁶¹ Ao longo do texto de Kropotkin se pode apreender como a oposição – até mesmo a negação – direta às arbitragens dos organismos desta instituição histórica, o Estado (Kropotkin, 2000, p.75-78).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escrutínio em textos não canônicos, dentre eles os de pensadores malditos, possibilita uma incursão à modernidade, a qual moldou igualmente a crítica negativa ao Estado. O método pelos quais se incorreu – na hodierna sociedade ainda se incorre – uma participação/intervenção socioespacial no tensionamento a forma política é diversa pelos pensadores analisados. Embora eles possam representar uma parcela da totalidade – aos menos no que se comumente emprega como clássico – daqueles que se debruçaram na forma política do Estado, escarafunchar os vestígios sedimentados nestes 200 anos reascende, ao menos é o que se intenta, o debate acadêmico acerca do modo como o estudo ao pensamento geográfico vem se desenhando.

Por fim, faz-se imprescindível escrutinar – este texto é parte preliminar de uma pesquisa em andamento – as formas políticas, mesmo que incipientes, das organizações socioespaciais emancipatórias propugnadas pelos pensadores malditos ao efetuarem a crítica negativa à representação étnica do Estado, na sua forma hodierna entendida como etnoestado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKUNIN, M. A. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Nu-Sol: Editora Imaginário, 2003.

BAKUNIN, M. A. **Três conferências feitas aos operários**. In: COELHO, P. A. (org.). O princípio do Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2011.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

KROPOTKIN, P. **O Estado e seu papel histórico**. São Paulo: Editora Imaginário: Nu-Sol, 2000.

KROPOTKIN, P. **A Decomposição dos Estados**. In: KROPOTKIN, P. Palavras de um revoltado. São Paulo: Editora Imaginário: Ícone Editora, 2005.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2022.

PUNCH, K. F. **Introdução à Pesquisa Social: abordagens quantitativas e qualitativas**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

SPRINGER, S. **Geografias anarquistas: uma breve genealogia**. Verve, São Paulo, SP, n. 30, p. 158-192, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/tVgy>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ETNOECOLOGIA, ETNOPEDOLOGIA E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO: CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS

Saulo Laranjeira Moreira¹⁶²

Eixo 9: Teorias da Geografia e Pensamento Geográfico.

RESUMO

O presente artigo visa levantar as intersecções teóricas e metodológicas da etnoecologia e etnopedologia com elementos do pensamento geográfico, especialmente em suas compreensões sobre a relação ser humano-natureza. A revisão bibliográfica realizada através deste trabalho revelou uma ampla produção, de caráter interdisciplinar, calcada na superação de limites dos paradigmas cartesiano-newtoniano e positivistas no entendimento das formas de mediação com a natureza. Este esforço de resgate e valorização de formas tradicionais de apropriação da natureza, seja em suas construções simbólicas ou práticas, levantou possibilidades metodológicas novas, sistêmicas e participativas, que se traduzem tanto no mapeamento e classificação de solos com comunidades locais, quanto em possíveis intervenções pedagógicas. Em relação ao paradigma ecológico, estruturante para a etnoecologia e etnopedologia e organizado pela articulação entre o simbólico, a técnica e a prática, sua aplicação ao pensamento geográfico significa um retorno às raízes holistas da geografia.

Palavras-Chave: Etnopedologia. Etnoecologia. Pensamento Geográfico.

INTRODUÇÃO

Ao analisar as relações de comunidades tradicionais com a natureza e o território, a etnoecologia oferece um rico olhar para conhecimentos sobre o meio natural que escapam de paradigmas da modernidade sobre a produção de saberes. Por sua vez, ultrapassando motivações práticas, como suprir lacunas no mapeamento pedológico de forma menos custosa (Correia, 2005, p. 8) ou outras necessidades relativas ao manejo da terra, há na etnopedologia a oportunidade de mergulhar no significado e peso antropológico dos estudos dos solos, revisando a abordagem deste elemento da paisagem pelo pensamento geográfico. Tratam-se de contribuições de grande potencial ao serem associadas a elementos e conceitos basilares para a geografia, sendo este o objetivo do presente trabalho.

As associações propostas por este artigo, através das lentes da etnoecologia, etnopedologia e da geografia, buscam superar compreensões desenvolvidas na modernidade sobre a natureza. Neste sentido, escolher a etnopedologia, ao invés de apenas tratar de etnoecologia, significa empreender também um esforço em superar uma abordagem estrita de natureza (e solo) como suporte inorgânico da vida (Moreira, 2006, p. 48). Das terras deste

¹⁶² Graduando em Geografia pelo Instituto de Geociências-UFBA, saulolaranjeira@hotmail.com.

mundo surgiram inúmeras fitofisionomias, mitos e fazeres, expressões de imensa vitalidade. O que se propõe, através deste artigo, é olhar para a natureza e o solo com as classificações e apropriações hegemônicas e populares do meio natural, mas também vendo além destes instrumentos e de suas práticas, nos voltando para as dimensões do simbólico sobre os territórios. Como levantado por esta revisão bibliográfica, já existem produções significativas, elaboradas por etnoecólogos, etnopedólogos e geógrafos, baseadas em um paradigma científico ecológico, produzindo além de inovações teóricas, novas técnicas de mapeamento e de práticas pedagógicas.

MATERIAL E MÉTODOS

Visando o entendimento do estado da arte para as elaborações teóricas e práticas da etnoecologia, etnopedologia e suas aplicações para a geografia, foi realizada uma revisão bibliográfica dos pilares teóricos para estas ciências. Inicialmente, este movimento de resgate teórico partiu de Correia (2005) e de outros trabalhos etnopedológicos nacionais, até alcançar suas bases conceituais, sistematizadas em grande medida por Barrera-Bassols e Zinck (2003) e Toledo e Barrera-Bassols (2009). Posteriormente, o foco deste movimento de revisão recaiu sobre os paradigmas científicos da modernidade (Campos, 2015; Moreira, 2006, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao entendermos ciência como representação do mundo, e que a representação oferecida pela geografia é fruto da associação de imagem e fala através da paisagem (Moreira, 2008, p. 108), podemos ver a aplicabilidade do complexo etnoecológico Kosmos-Corpus-Práxis, entendendo os processos de representação como associações do simbólico (Kosmos) e cognitivo (Corpus). Neste ponto, já se verificam convergências com elementos do pensamento geográfico que partem de necessidades teóricas impostas pelos próprios objetos da etnoecologia, etnopedologia e geografia. Estudar as relações entre ser humano e natureza, tarefa por excelência da geografia, organizada por esta ciência através da estrutura Natureza-Homem-Economia, segundo Moreira (2006, p. 9), nos obriga a olhar atentamente para as formas como os corpos que estão no mundo contam a suas próprias histórias através de diversas estórias, falando e fazendo a si mesmos e aos seus arredores.

Neste ponto, retomamos a última seção: em suas fases históricas, os paradigmas modernos da ciência se traduziram em alterações profundas sobre cosmovisões e mediações simbólicas entre o ser humano, o corpo, a mente e a terra. Como colocado por Campos (2015,

p. 127), o rompimento com o modelo aristotélico-ptolomaico se traduziu em uma inversão hierárquica entre o ser humano e os elementos do universo, afastando a humanidade da materialidade da paisagem. À esta primeira cisão, se soma outra: como colocado por Moreira (2006, p. 58), com a consolidação do paradigma cartesiano-newtoniano, a humanidade se torna tricotomizada, separando corpo e mente, e estes da natureza.

Expostos os limites do paradigma cartesiano-newtoniano, adentramos nas contribuições do paradigma ecológico, caminhando na direção de um resgate do holismo originário da geografia. Antítese de relações rígidas entre os elementos presentes na superfície terrestre, a ecologia se situa nos processos de transmutação da vida, indo do silêncio inorgânico ao dinamismo do tempo orgânico, sem perder de vista a vitalidade destes mundos. Ao incorporar o ser humano sem cair em dicotomias, e a partir de uma concepção de tempo cujos ciclos não se encerram em si mesmos, a concepção ecológica, e sua posterior evolução etnoecológica, permitem olhar para mediações ser humano-natureza que atravessam gerações de forma atenta a conjunturas e mudanças históricas, como colocado por Toledo e Barrera-Bassols (2009); “natureza é antes de tudo história” (Moreira, 2006, p. 73).

Aproximar novamente o ser humano de outros elementos da superfície terrestre, onde se é e está (Moreira, 2006, p. 74), abre novas possibilidades para entender as próprias formas de apropriação da natureza. Pensando a aplicação destas produções calcadas no paradigma ecológico, Farias, Corrêa e Ribeiro (2024) apontam de forma clara possíveis encontros teóricos, propondo a etnopedogeomorfologia como nova disciplina para a geografia física. Tal disciplina, além de seus usos para o planejamento territorial, também condensa importantes possibilidades pedagógicas em seu respeito metodológico pelas experiências de comunidades tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica realizada através deste artigo, atravessando as contribuições teóricas da etnoecologia, etnopedologia e geografia, assinalando suas convergências, apresenta um horizonte de diálogos interdisciplinares. Das sínteses teóricas e práticas, há um caminho a ser traçado, revisando as categorias do trabalho, da percepção, do simbólico e das relações ação-objeto para o pensamento geográfico, calcados em novas compreensões sobre a natureza e seus e territorialidades diversas. Entretanto, é necessário frisar que estas possibilidades, nascidas justamente de lacunas construídas por limites de paradigmas estabelecidos na modernidade, também denunciam campos ainda pouco desenvolvidos e absorvidos pelo pensamento geográfico, significando um possível salto teórico qualitativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRERA-BASSOLS, N.; ZINCK, J. A. **Ethnopedology: a worldwide view on the soil knowledge of local people**. Geoderma, v. 111, n. 3/4, p. 171-195, fev. 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0016-7061\(02\)00263-X](https://doi.org/10.1016/S0016-7061(02)00263-X). Acesso em: 23 mar. 2025.

CAMPOS, Hélio Silva. **Cosmovisões antigas e contemporâneas**. Salvador, BA: EDUFBA, 2015.

CORREIA, João Roberto. **Pedologia e conhecimento local: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de cerrado em Rio Pardo de Minas, MG**. Tese (Doutorado em Agronomia, Ciência do Solo) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2005. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/568052>. Acesso em: 23 mar. 2025.

FARIAS, P. L. C.; CORRÊA, A. C. de B.; RIBEIRO, S. C. **Fundamentos de Etnopedogeomorfologia: Âncoras Conceituais para uma Nova Disciplina da Geografia Física**. Espaço Aberto, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2024.63461>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1. ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

TOLEDO, V. M. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v20i0.14519>. Acesso em: 23 mar. 2025.

ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA CONCEPÇÃO DE NATUREZA

Mariana Santos Lima¹⁶³, Wylamys Bernardo Santos de Lima¹⁶⁴

Eixo 9: Teorias da Geografia e Pensamento Geográfico.

RESUMO

A concepção de Natureza, historicamente construída, reflete as dinâmicas sociais e econômicas de cada contexto. Na modernidade, a visão dualista que opõe o Ser Humano à Natureza, consolidada por pensadores como Bacon, Descartes e Kant, serviu de base para a exploração capitalista dos recursos naturais. A pesquisa baseia-se na revisão de literatura e a leitura ocorreu em três instâncias: exploratória, interpretativa e crítico-reflexiva. O estudo visa analisar as diferentes interpretações teóricas sobre a Natureza. A concepção de Natureza está ligada ao desenvolvimento da ciência e do capitalismo, resultando na dicotomia Ser Humano-Natureza. No entanto, perspectivas indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais apontam uma relação integrada com a Natureza. No contexto da crise ambiental e social, é essencial questionar: que tipo de sociedade e relação Ser-Humano Natureza desejamos construir?

Palavras-Chave: Sociedade-Natureza. Capitalismo. Povos e Comunidades Tradicionais.

INTRODUÇÃO

A Natureza é concebida pela humanidade, refletindo as dinâmicas sociais, culturais e econômicas de cada contexto histórico. No período da modernidade, a visão dualista que opõe o Ser Humano à Natureza preponderou, principalmente, pela contribuição de pensadores como Bacon, Descartes, Kant etc. Servindo de base para a exploração capitalista dos bens naturais.

Essa perspectiva, reforçada pela Revolução Industrial, transformou a Natureza em um recurso a ser dominado e mercantilizado, legitimando práticas predatórias que hoje culminam em uma crise civilizatória marcada pela emergência climática e desigualdades sociais. Este estudo analisa essa construção histórica, contrastando-a com as perspectivas de Povos e Comunidades Tradicionais, como indígenas e quilombolas, para quem a Natureza é parte integrante de sua existência.

Nesse sentido, esse estudo objetiva analisar a concepção moderna de Natureza e sua relação com o capitalismo e compreender o movimento da história no que concerne às perspectivas outras sobre a Natureza. O contexto atual – de crise – exige uma nova relação com a Natureza, baseada na compreensão de unidade Ser Humano-Natureza, em vez da

¹⁶³ Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: marybaptista18@outlook.com.

¹⁶⁴ Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: wylamys@gmail.com.

dominação e exploração. Essa reflexão é essencial para repensar a sociabilidade humana e a produção do espaço geográfico.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho é de caráter bibliográfico, originado a partir de debates realizados no Grupo de Estudos Teoria, Método, Geografia (GETEMEG). A ementa do grupo possibilita a articulação e discussão de questões contemporâneas fundamentais para a compreensão da Geografia, considerando as teorias e métodos que a sustentam. Nesse sentido, analisou-se obras como: Biral e Biral (2010), Batistela e Boneti (2008), Santos (2015), Kopenawa e Albert (2015), Oyěwùmí (2021), Porto-Gonçalves (2006), Ribeiro (2020), Ribeiro (2023) e Smith (1988).

Os procedimentos metodológicos adotados abrangeram a revisão de literatura, envolvendo, livros, artigos, dissertações e teses. A leitura ocorreu em três instâncias: exploratória, para identificação dos principais eixos; interpretativa, direcionada para a análise conceitual; e crítico-reflexiva, voltada para a análise crítica. Ademais, os dados foram organizados em categorias conceituais acerca das concepções de Natureza.

A pretensão desse estudo é contribuir com a discussão acerca do conceito de Natureza a partir de diversas perspectivas, nos interstícios que envolvem os diálogos e tensões entre a literatura filosófica clássica e produções contemporâneas que emergem no debate brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão de Natureza fundamentada na perspectiva moderna, intimamente aliada com o desenvolvimento da Ciência no processo de expansão da relação capital, se sustenta em uma perspectiva dual – Ser Humano *versus* Natureza – esta segunda sendo entendida como fonte de recursos, e o ser humano, seu possuidor e dominador, onde passa a ser explorada para o suprimento das suas necessidades e desejos. Esta dicotomia surge desde as formulações de Kant que compreendia essa suposta dualidade na natureza, afirmando a existência de uma natureza interior e uma exterior, a primeira compreende os humanos, suas paixões cruas, enquanto a segunda o ambiente social e físico no qual os seres humanos vivem (Smith, 1988).

Vários pensadores postularam acerca do entendimento da natureza, estabelecendo assim, os fundamentos da Ciência. Dentre estes se destaca Galileu Galilei (1564-1642), que desenvolveu os métodos experimentais e de observação; René Descartes (1596-1650), que estabelece a filosofia cartesiana, e através dela a natureza é vista como um recurso a ser utilizado para suprir as necessidades humanas. Francis Bacon (1561-1626), que entendia o Ser Humano

como mediador e intérprete da natureza, e que compreende e age apenas na medida em que observa os fenômenos e os analisa por meio do trabalho da mente (Biral; Biral, 2010).

No século XIX a ciência e a técnica ocuparam lugar central na sociedade, e a natureza cada vez mais foi vista como objeto a ser possuído e isto atingiu seu ápice com a Revolução Industrial que cristalizou a separação entre o ser humano e a natureza (Batistela; Boneti, 2008).

Esse processo ocorreu no limiar do modo capitalista de produção, como *conditio sine qua non* para seu desenvolvimento e expansão. Tendo em vista que, era necessária a subjugação da natureza (natureza-natural) ao ser humano (natureza-social) para se efetivar a sua exploração em prol do capital. A partir do processo de trabalho os seres humanos tratam os “materiais” naturais como objetos exteriores do próprio trabalho para serem transformados em mercadorias.

De acordo com Smith (1988) a concepção de natureza é demasiado complexa, em determinados períodos fora compreendida em sua totalidade, não havendo dicotomia sociedade-natureza, noutros, sua concepção apresenta um antagonismo, de um lado, uma natureza externa: que é o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade, natureza natural, composta por rios, rochas, florestas, etc. e segunda natureza, a natureza humana e o seu comportamento social são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos “externos” (Smith, 1988). A unificação da primeira natureza com a segunda, onde é realizada por intermédio do trabalho de cunho produtivo e social, assim o ser humano historiciza a natureza e, dessa forma, vai construindo o espaço geográfico (Porto-Gonçalves, 2006).

Nesse contexto, de compreensão das concepções de natureza, adentram nos debates perspectivas outras, como parte do movimento contínuo de produção e acúmulo quantitativo e qualitativo de conhecimento, em que englobam percepções que contribuem para a continuidade do debate, sobremaneira, no Brasil.

Oyèwùmí (2021) entende que a natureza pode ser compreendida e vivenciada de maneiras diversas entre diferentes sujeitos, povos e comunidades. Cada grupo social possui sua própria maneira de interagir com e interpretar a natureza, baseada em sua história, interesses, conhecimentos e práticas tradicionais. A natureza é condição fundamental para a existência de alguns povos e comunidades e seus territórios, contudo, se encontra na contramão da natureza reduzida a mercadoria encarada pelo modo de produção capitalista, alicerçado na exploração extensiva da natureza para gerar lucros e consumo, e que torna ao longo do tempo outros modos de vida e até a sobrevivência humana algo temerário.

No Brasil, os Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente distintos que se identificam como tais, possuindo modos próprios de organização social (Brasil, 2007). Eles

ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como parte essencial de sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, baseando-se em conhecimentos, inovações e práticas transmitidas pela tradição (Brasil, 2007).

Sobre Territórios Negros, como os Quilombos e Terreiros, Ribeiro (2020) explica que se trata de relações sociais de africanidade, construídas a partir de um coletivo socioancestral que encontram nos elementos da natureza um princípio essencial para o reforço e equilíbrio da reorganização existencial.

Santos (2015), caracteriza a relação dos quilombolas com a natureza a partir de sua própria experiência, no seu quilombo de origem, no estado do Piauí. Sobre a Roça Quilombola ele relata que eram livres para pescar em riachos e lagos, extrair frutos sem pedir permissão a quem os plantou, demonstrando o caráter coletivo do seu Quilombo de origem.

Já nas Roças de Terreiros, como também são chamados os territórios tradicionais dos Candomblés, construídos, organizados e sacralizados pelos Povos de Matrizes Africanas em diáspora no Brasil, desde tempos coloniais, a Natureza é a fonte dos conhecimentos ancestrais passados de geração para geração através da oralidade (Ribeiro, 2023).

A percepção sagrada e de unidade com natureza também pode ser percebida nos Povos e Comunidades Indígenas do Brasil. De acordo com Kopenawa e Albert (2015), a natureza é um presente dado pelos ancestrais para seu povo e relata que os *Xapiri* (espíritos sagrados) se comunicaram com seus antepassados e os instruíram a cuidar e viver felizes com o que a natureza lhes desse, e de forma alguma a entregasse para quem quisesse destruí-la.

Deste modo, as Comunidades Tradicionais possuem pontos em comum sobre a concepção da Natureza, como a necessidade de salvaguardá-la e o enfrentamento de modelos de sociedade que visam a sua degradação e destruição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que a concepção de Natureza tem sido amplamente pensada e debatida por diferentes sujeitos e grupos sociais ao longo dos últimos séculos, considerando os mais variados interesses, sejam coletivos ou não. De mesmo modo, a compreensão desse conceito é essencial para o processo de sociabilidade humana e da própria produção do espaço geográfico. Pensar, compreender e debater acerca das múltiplas concepções de Natureza no decurso da história, refletiu tendências sociais, culturais, econômicas, políticos etc. como é possível ser averiguado nas tentativas de dissociação Ser Humano-Natureza para o desenvolvimento e expansão do modo hegemônico de produção capitalista.

No atual momento histórico, marcado pela crise estrutural do capital, pela chamada emergência climática, pela instabilidade econômica e política – em suma, por uma crise civilizatória –, a lógica de sociabilidade sob a égide do modo capitalista de produção reflete na forma em que concebemos a Natureza e o processo de produção do espaço. Diante disso, cabe questionar: que tipo de sociedade e planeta (natureza) desejamos construir para o futuro?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTELA, A. C.; BONETI, L. **A relação homem/natureza no pensamento moderno**. In: VIII Congresso Nacional de Educação-Educere, 8., 2008, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: PUC-PR, 2008. Disponível em: <https://shre.ink/tVgS>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BIRAL, J. H.; BIRAL, R. B. **Definições de natureza, implicações para a educação ambiental**. In: I Senama-Seminário Nacional de Meio Ambiente e Extensão Universitária, 1., 2010, Marechal Cândido Rondon, PR. Anais [...]. Marechal Cândido Rondon, PR: [s. n.], 2010.

BRASIL. **Decreto N° 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: <https://shre.ink/tVg5>. Acesso em: 22 fev. 2025.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OYĚWUMÍ, O. **A Invenção das Mulheres: uma perspectiva africana sobre os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, K. **Mulheres negras e a força matricomunitária**. Revista Cult, São Paulo, n. 254, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-negras-e-a-forca-matricomunitaria/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

RIBEIRO, R. V. L. **O Habitar do Candomblé: Roça e Egbé**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/tVgA>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombos: Modos e Significados**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

QUESTÃO CAMPONESA, IMPERIALISMO E MONOPÓLIO

José Felipe Ribeiro de Santana¹⁶⁵, Wylamys Bernardo Santos de Lima¹⁶⁶

Eixo 10: Geografia Agrária, Lutas e Movimentos Sociais no Campo.

RESUMO

A lógica expansionista do capital se expressa na formação de monopólios, especialmente nos países periféricos, onde redes multinacionais dominam os mercados agrícolas. Esse processo intensifica a expropriação camponesa e reforça a subordinação ao agronegócio, ampliando as contradições do capitalismo no campo. Este trabalho, de caráter bibliográfico e teórico, analisa a Questão Agrária e o Imperialismo, abordando a monopolização da terra e a financeirização da agricultura. Lênin (2012) define o imperialismo como uma fase superior do capitalismo, marcada pelo controle monopolista e pela expropriação camponesa. Já Amin (2022) considera o imperialismo um elemento intrínseco à expansão capitalista, baseado no domínio dos monopólios, na globalização e no capital financeiro. Esse processo leva à proletarianização forçada, aprofundando a desigualdade social. Além da exploração econômica, o imperialismo se impõe por meio do controle estatal sobre a produção agrícola, com políticas de crédito, tecnologias e manipulação genética de sementes. Portanto, a transformação das relações sociais no campo, impulsionada pelo avanço tecnológico e pela substituição das práticas camponesas, intensifica a pauperização rural. E, compreender a dinâmica do imperialismo no campo é essencial para analisar seus rebatimentos na periferia do capitalismo.

Palavras-Chave: Relação Capital. Campesinato. Monopolização.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a expansão do capital ocorre por meio de contradições inerentes à sua lógica, manifestando-se na concentração de monopólios, especialmente nos países considerados periféricos. Nessa fase, o capital assume uma dimensão imperialista monopolista, instalando redes multinacionais de mercados agrícolas nesses locais. Esse processo perpetua a barbárie capitalista na produção de mercadorias no campo, impactando profundamente os camponeses, subalternizados diante as novas formas de expansão do capital.

É fundamental analisar o papel dos Estados nacionais no desenvolvimento e na sustentação desses monopólios, que se consolidam nos países considerados periféricos, resultando em intensa concentração e acumulação de capital. A fase imperialista não se desenvolveu de maneira uniforme ou pacífica, ao contrário, sua tendência sempre foi a conquista de novos espaços para centralizar poder e maximizar lucros. Esse processo se traduziu

¹⁶⁵ Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: joseesfelipe@gmail.com.

¹⁶⁶ Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: wylamys@gmail.com.

em saques, guerras, genocídios e endividamento, elementos que constituem o cerne da exploração desenfreada do capital.

Esse trabalho discute o imperialismo como lógica central para expansão de monopólios na contemporaneidade. Amin (2022) afirma que o conceito de capitalismo generalizado impacta o cenário agrário, especialmente por meio da expropriação do campesinato. Para os camponeses, a terra se torna vulnerável, e eles são afastados de seus meios de produção, uma situação exacerbada pela lógica do capitalismo, principalmente nos países periféricos.

Nesse contexto, Amin (2022) observa que países como os EUA, Japão e algumas nações da União Europeia exercem um controle significativo sobre os países da periferia. A discussão sobre imperialismo se torna indispensável para analisar como o campesinato é totalmente influenciado pela rede de monopólios, que se intensifica em regiões periféricas, impulsionado pela disseminação de tecnologias provenientes dos países centrais da economia

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consiste em uma pesquisa de caráter bibliográfico e teórico, originado a partir de debates realizados na disciplina “Seminários de Estudos Específicos I” (PPGEO/UFS, 2024), cuja ementa possibilitou a articulação de questões pertinentes da atualidade em diálogo com as linhas de pesquisa do programa e aos projetos dos discentes, em confluências com as discussões no Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho (GPECT/CNPq-UFS) e no Grupo de Estudos Pesquisas sobre Economia e Espaço (ECOE/CNPq-UFS). A centralidade dos debates perpassou a Questão Agrária e a categoria Imperialismo, analisando suas transformações no decorrer do século XX e início do Século XXI.

Nesse sentido, foram analisadas obras como Lenin (2012), Luxemburgo (1970) e Amin (2022) na discussão do Imperialismo como elemento central na expansão do capitalismo, destacando o papel dos monopólios centralizados nos países periféricos. Nesse contexto, Kautsky (1980) aborda a questão camponesa como consequência do crescimento dos monopólios nessas áreas. A expansão das empresas multinacionais no campo submete os camponeses à lógica do capital, subordinando-os e aprofundando a exploração.

Os procedimentos metodológicos incluíram a revisão bibliográfica (livros, artigos, dissertações e teses) com a busca em catálogos específicos; leitura exploratória (identificação dos eixos principais), interpretativa (análise dos conceitos) e crítico-reflexiva (análise crítica das perspectivas dos autores); sistematização dos dados por categorias e temas (Imperialismo,

Agricultura Capitalista, Campesinato, Monopólio, Território etc.); análise crítica entre as abordagens e perspectivas (Gil, 1991).

A contribuição deste estudo está circunscrita na renovação do debate teórico sobre Imperialismo e Questão Agrária, evidenciando como a lógica capitalista de produção monopoliza os territórios e acentua o processo de cerceamento das relações sociais de produção camponesa. A análise proporcionou a compreensão do movimento de acumulação de capital via expansão do agronegócio, bem como, os rebatimentos das determinações imperialistas para a financeirização da terra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Lênin (2012) o Imperialismo como fase superior do capitalismo, abrange os países imperialistas que exploravam terras ricas em recursos naturais, onde a acumulação e a concentração de capital se tornaram centrais para o capitalismo monopolista. O processo de monopolização do território se efetiva a partir das empresas de comercialização (*trading companies*) e/ou pelo processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, entretanto, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo.

Amin (2022) apresenta algumas controvérsias com relação aos postulados de Lênin. Ele compreende que o imperialismo não foi um estágio superior do capitalismo, mas sim, um elemento inerente à própria natureza e a expansão capitalista. Assim, o capitalismo monopolista generalizado é uma resposta à crise do capitalismo. Esse capitalismo monopolista contaria então, com o poder dos monopólios e dos oligopólios e o controle de montante a jusante do que é produzido. Contaria também com a globalização, com o capitalismo financeiro e a presença cada vez maior do capital fictício. Esses são os três elementos que constituem o capitalismo monopolista generalizado (Amin, 2022).

Os rebatimentos relacionados ao contexto agrário se dão ao passo em que esse processo se acentua e ocorre, assim, uma crescente expropriação da força de trabalho do camponês, bem como de sua terra. Empurrando-os a proletarianização. Ele avalia também que esse processo é ainda mais dramático e acentuado nas periferias do capitalismo, o que torna essencial a discussão acerca da questão agrária (Amin, 2022).

Kautsky (1980) argumenta que a crise da produção camponesa surge com a crescente presença dos grandes proprietários de terra, forçando muitos camponeses a se tornarem mão de obra nas indústrias ou nas grandes propriedades rurais. Essa crise no campo está intimamente

ligada à concentração do capitalismo monopolista, onde grandes empresas passam a dominar a agricultura, exemplificado pela lógica na produção de mercadorias voltada ao campo.

Nesse sentido, é necessário compreender o imperialismo no contexto histórico presente, bem como, as elucubrações acerca de sua atuação e influência no processo de acumulação de capital, seja numa fase superior do capitalismo, ou numa condição imanente da própria relação capital. Para compreender as transformações no interim das relações sociais camponesas, com intuito de capturar a tendência operante de aniquilação de sua própria condição.

Esse processo ilustra como o capitalismo aniquila a economia natural, enquanto a introdução de máquinas na agricultura altera a atividade, reduzindo a necessidade de trabalho humano. Luxemburgo (1970) aponta que a penetração do capitalismo no campo resulta na concentração de capital nas mãos dos proprietários de terra. O camponês, que antes produzia para suprir suas próprias necessidades, agora se vê expropriado de seus meios de produção. Essa expropriação é a essência do capitalismo, que destrói a economia natural em sua busca incessante por capital.

Nesse sentido, é importante compreender o papel do Estado enquanto força imperialista. Com o avanço da expansão capitalista no campo, especialmente no Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, etc.) tem desempenhado um papel fundamental no financiamento de pesquisas voltadas para o agronegócio, com ênfase no desenvolvimento de tecnologias agrícolas no país. Essas inovações têm sido amplamente disseminadas nas práticas agrícolas, impulsionando a produtividade e a competitividade do setor e articuladora em prol da acumulação de capital, para além do aparato de leis e da garantia à propriedade privada, que é outorga primordial deste processo, mas também, da aparelhagem de controle operado pelas instituições de pesquisa agropecuárias acerca das transformações genéticas de sementes etc. Além do Plano Safra que sustenta inúmeras produções agrícolas que beneficia principalmente o agronegócio. A atuação imperialista também se dá a partir do cerceamento da condição camponesa mediante os instrumentos creditícios operados pelos bancos em mancomunação com o Estado, em utilização de políticas orientadas para o controle do campo através das sementes, das tecnologias, etc.

O produto desse imbricado processo contraditório se materializa nas transformações das relações sociais no campo, com a substituição das práticas de produção camponesa, com a reconfiguração do Trabalho e a intensiva utilização de tecnologias de ponta. A análise dessa realidade a partir da compreensão da categoria Imperialismo se faz profícua para entender os rebatimentos do processo de acumulação capitalista nos países periféricos, especificamente o

Brasil. De acordo com Amin (2022) o imperialismo contemporâneo está a conduzir um ataque a três mil milhões de camponeses na periferia, o que os condena à mais dramática pauperização. O capitalismo obsoleto de monopólios generalizados entrou numa fase em que a prossecução da sua implantação é sinónimo de quase genocídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno das categorias e conceitos de Imperialismo, Agricultura Capitalista, Campesinato, Monopólio, Território se destaca quando observamos as análises de autores Vladimir Lênin, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo e Samir Amin. Eles fornecem uma compreensão aprofundada de como o capitalismo opera de maneira intrinsecamente exploradora e expropriadora. Um campo essencial de discussão e debate é a forma como o movimento do capital transforma as dinâmicas no campo, promovendo a expropriação do campesinato e a exploração da força de trabalho camponês via monopolização, submetendo-os a proletarianização e através da concentração de terras.

Deste modo, é fundamental destacar como até mesmo elementos considerados primordiais no processo de agricultura são metamorfoseados em mercadorias, como sementes, agrotóxicos e fertilizantes químicos que são dominados por empresas multinacionais que expande seu controle mundial com seus pacotes tecnológicos e perpetua à desigualdade social pelo sistema capitalista em sua busca por lucro. Portanto, é fundamental continuar este debate crítico para compreendermos melhor as complexidades do capitalismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, S. **Contemporary Imperialism and the Agrarian Question**. In: AMIN, Samir (org.). *The Agrarian Question Beyond Neoliberalism: Essays on the Peasantry, Sovereignty and Socialism*. New Delhi: Agrarian South Network Short Book Series, 2022. cap. 1, p. 1-17. Disponível em: <https://shre.ink/tVgt>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 1991.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LENIN, V. I. **O Imperialismo, Fase Superior Do Capitalismo**. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 144-224, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9412/6850>. 10 fev. 2025.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM FUNÇÃO DA GEOPOLÍTICA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO PARÁ: RELAÇÕES DE PODER, CONFLITOS TERRITORIAIS E OS IMPACTOS NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Lucas Venícius Nogueira dos Santos¹⁶⁷ Leandra Vitoria Bezerra Souza¹⁶⁸ Mateus dos Santos Rodrigues¹⁶⁹ Thiago Venicius Ferreira Paiva¹⁷⁰

Eixo 11: Geografia Política, Geopolítica e Território.

RESUMO

Este artigo busca explorar as relações de poder e os conflitos territoriais provocados pela expansão do agronegócio sobre territórios indígenas no estado do Pará, com foco nas comunidades Xikrin e Kayapó de São Félix do Xingu. Historicamente, o avanço sobre essas terras é uma continuidade de práticas coloniais que reverberam no atual regime democrático, onde o interesse capitalista impulsiona a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis. A presença de uma bancada ruralista e de mecanismos de hegemonia fortalece as demandas do agronegócio, contribuindo para o desmatamento acelerado e a perda de biodiversidade. A metodologia qualitativa adotada inclui análise documental e revisão de depoimentos, buscando captar as perspectivas indígenas sobre os impactos socioambientais. O estudo destaca como essa dinâmica prejudica a sustentabilidade ambiental e cultural das terras indígenas, expondo a necessidade de políticas públicas mais efetivas para a proteção desses territórios e a preservação das práticas culturais e dos recursos naturais das populações originárias.

Palavras-chave: Agronegócio; Territórios indígenas; conflitos Territoriais; Sustentabilidade

INTRODUÇÃO

Este tema abre-se uma discussão sobre as complexas dinâmicas políticas e sociais que estruturam os territórios indígenas no Pará, abordando as diversas formas de organização interna e as ameaças externas que afetam esses territórios. A expansão agrícola e o avanço do agronegócio na região têm gerado impactos profundos, afetando não apenas a autonomia das comunidades indígenas, mas também degradando o meio ambiente de maneira significativa.

Ao analisarmos a interação entre os interesses econômicos e as questões territoriais, será destacada a forma como o avanço dessas atividades compromete a integridade dos ecossistemas locais e representa uma ameaça às tradições culturais e ao modo de vida desses povos originários. Ademais, o impacto ambiental das práticas predatórias do agronegócio no Pará ultrapassa as fronteiras das áreas indígenas, afetando também outras localidades que, direta ou

¹⁶⁷ Universidade Federal do Pará, lucasveniciusn@gmail.com

¹⁶⁸ Universidade Federal do Pará, leandra.souza@ifch.ufpa.br

¹⁶⁹ Universidade Federal do Pará, rodrigues.mateus@ifch.ufpa.br

¹⁷⁰ Universidade Federal do Pará, thiagovinifp@gmail.com

indiretamente, sofrem as consequências de desmatamentos e perda de biodiversidade. Essa análise enfatiza o quanto essas expansões, motivadas pela busca de lucro no mercado econômico e comercial, geram pressões intensas e desafios para a preservação ambiental e cultural.

Portanto, a problemática não só contribuirá para uma compreensão mais ampla dos processos de impacto do agronegócio sobre as comunidades indígenas, mas também apontar para a urgência de políticas públicas eficazes que possam equilibrar desenvolvimento econômico com respeito aos direitos e à sustentabilidade dos territórios indígenas na Amazônia.

MATERIAL E MÉTODOS

Para este artigo sobre a invasão do agronegócio e seu impacto nas comunidades indígenas do sul e sudeste do Pará, como os Xikrin e Kayapó, a metodologia qualitativa se baseará em uma análise aprofundada de fontes documentais, observação indireta e entrevistas com foco nas vivências das comunidades. O objetivo da metodologia é compreender como a expansão do Agronegócio afeta diretamente os modos de vida dessas populações, enfocando os aspectos territoriais, culturais e ambientais.

Primeiramente, a metodologia nos permitirá construir um panorama histórico e atual da disputa territorial, incluindo a legislação pertinente (como o marco temporal) e relatórios de instituições como o Instituto Socioambiental (ISA) e o Imazon, que trazem dados específicos sobre o avanço do agronegócio nas terras indígenas e os níveis de desmatamento. Essa revisão também proporcionará uma base sólida para entender a relação entre o agronegócio e as políticas de ocupação de terras no município de São Félix do Xingu.

Em complemento, a metodologia qualitativa incluirá entrevistas semiestruturadas e depoimentos de representantes das comunidades Xikrin e Kayapó, caso sejam acessíveis em registros secundários de ONGs e instituições de apoio. As entrevistas visam captar percepções e vivências das comunidades sobre os impactos socioambientais do agronegócio, permitindo uma compreensão mais detalhada de como essas transformações afetam seu cotidiano e a preservação de seus territórios e culturas. Para isso, é essencial o contato com registros etnográficos e depoimentos, quando disponíveis, em publicações que abordem diretamente os impactos vividos.

Por fim, os dados qualitativos obtidos serão analisados por meio de uma abordagem interpretativa, permitindo identificar e correlacionar padrões e narrativas comuns nas fontes,

visando destacar os principais conflitos e impactos da expansão agrícola, abordando mapas dos territórios com maior degradação do ambiente, até os dados apresentados no futuro artigo.

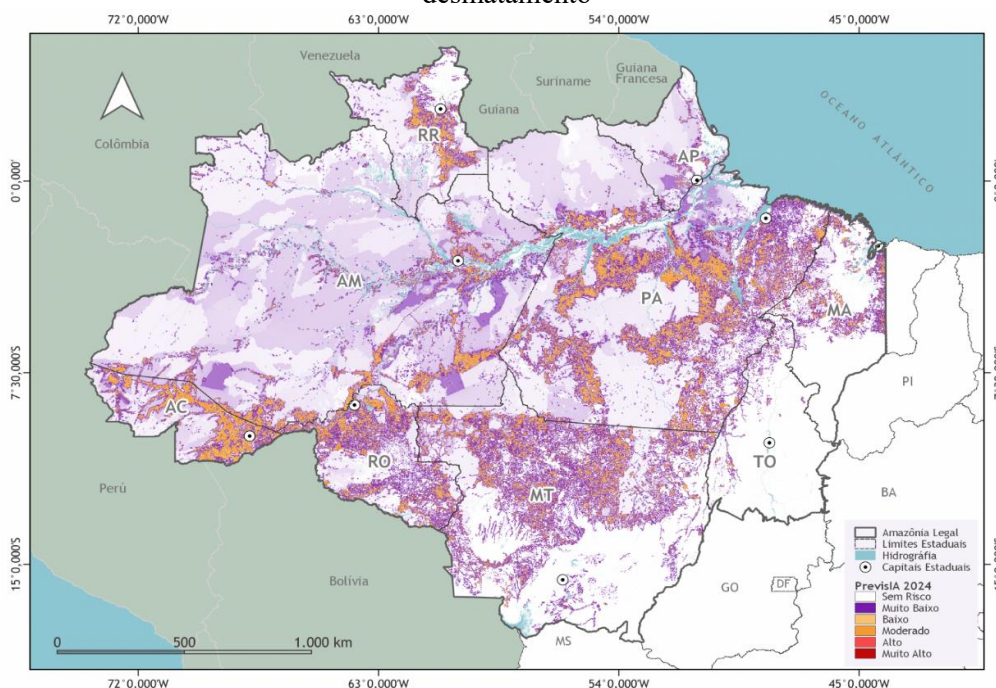
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da análise contextualizada, é possível compreendermos o grande propósito de empresas e fazendeiros que realizam atos de violência que geram fortes pressões políticas nas comunidades indígenas no Pará, é de extrema importância que não só as comunidades mantenham um posicionamento protestante diante dessas negligências governamentais, mas também grupos de movimentos sociais, universitários e gestores políticos que possam deixar em evidência esta problemática que se mantém atualmente.

Diante disso, essas ações podem gerar uma maior defesa dos direitos dos indígenas a suas terras de origem sem que possam ser interferidos ou prejudicados pelas ações do agronegócio (Pontes, 2014), além de gerar uma conscientização sobre as questões sociais, pois Pompeia (2023) analisa que, uma grande parte da população brasileira, principalmente da extrema direita, acaba levando muito mais em conta o desenvolvimento da economia nacional do que as relações da sociedade. O poder ativista provoca mudanças significativas na sociedade podendo gerar mudanças significativas na sociedade, influenciando a opinião pública, pressionando o governo a tomar uma postura de extrema importância. Além do mais, há um fortalecimento social, gerando maior visibilidade a comunidade e outras redes de apoio mútuo (Pontes, 2014). Logo, a importância dos movimentos introduz novas ideias e abordagens para a solução de problemas com essas comunidades indígenas e outros alvos, promovendo soluções inovadoras para uma maior aplicação do termo sustentabilidade conforme o relatório Brundtland, intitulado Nosso Futuro Comum, diz que “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988).

Utilizando como exemplo, a Hidrelétrica de Belo Monte é apenas um dos diversos problemas que afetam essas comunidades além de serem alvos de disputas territoriais pela expansão da agricultura (principalmente para o cultivo da soja) e pecuária de grandes fazendeiros e donos de terra no interior paraense. Logo, a Figura 1 mostra as áreas da região amazônica que estão sofrendo com o desmatamento conforme a PrevisIA para o calendário de 2024 que vai de agosto de 2023 até julho de 2024.

Figura 1. Mapa mostra as áreas sob risco alto, muito alto, médio, baixo e muito baixo de desmatamento



Fonte: IMAZOM (2024)

Pode-se analisar que a região sudeste e centro-oeste do Pará possui uma grande concentração de devastação das áreas habitadas pelas comunidades indígenas e tanto o Pará quanto, Amazônia e Mato grosso apresentam 72% de risco de desmatamento na região, porém, apenas o Pará apresenta 34% de risco dos 72% estando em destaque pelo seu alto índice, gerando diversos problemas ambientais e para comunidades da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo conclui mostrando que a expansão do agronegócio em terras indígenas no Pará é um processo fortemente influenciado pelas relações de poder e pela imposição de interesses econômicos que desconsideram os direitos e as demandas das comunidades tradicionais. Esta ampliação gera uma série de disputas territoriais, intensificadas pela ausência de uma regulamentação efetiva e pelo apoio político ao setor agrícola, que favorece o desmatamento e a deterioração ambiental de regiões de grande relevância ecológica. Os povos indígenas, particularmente Xikrin, Kayapó e Apyterewa, lidam com a destruição de suas formas de vida e da sustentabilidade de suas terras, sob ameaça de perda de biodiversidade e contaminação dos recursos hídricos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). **Risco de desmatamento da Amazônia ultrapassa mil campos de futebol por dia em 2024, aponta PrevisIA**. Belém, PA: IMAZON, 2024. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/risco-de-desmatamento-da-amazonia-ultrapassa-mil-campos-de-futebol-por-dia-em-2024-aponta-previsia/>. Acesso em: 5 nov. 2024.

POMPEIA, C. **As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas**. Revista de Antropologia, v. 66, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202839>. Acesso em: 5 nov. 2024.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **Terras indígenas na Amazônia Brasileira: Questões Geopolíticas**. In: I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 1., 2014, Rio de Janeiro. Anais [...]. Porto Alegre, RS: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. Disponível em: <https://www.editoraleta1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p816-825.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

VALE DO JEQUITINHONHA E O LÍTIO: CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO

Gabriel Carlos Costa dos Santos¹⁷¹, Cristhian Ferreira Delgado¹⁷²

Eixo 11: Geografia Política, Geopolítica e Território.

RESUMO

O presente trabalho analisa os impactos socioambientais da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, considerando as dimensões bélica, jurídica e ideológica da formação territorial. A pesquisa utiliza a metodologia PCC (Problema, Conceito e Contexto), com base em revisão bibliográfica e clipagem de fontes jornalísticas, para identificar as consequências da extração de lítio, como conflitos, flexibilização legal e desigualdades socioeconômicas. Os resultados revelam que, apesar de sua importância para a transição energética, a exploração intensifica desigualdades, comprometendo a sustentabilidade e os direitos das comunidades locais.

Palavras-Chave: Mineração. Lítio. Desigualdade. Transição Energética. Justiça Ambiental.

INTRODUÇÃO

A transição energética, embora crucial para enfrentar as mudanças climáticas, têm aprofundado desigualdades socioambientais, expondo as contradições da chamada economia verde. Ao mesmo tempo que busca mitigar e adaptar os impactos climáticos, ela impõe custos desproporcionais a territórios e populações vulnerabilizadas, transformando-os em zonas de sacrifício verde (Zografos; Robbins, 2020).

No Brasil, a exploração de minerais críticos, essenciais para sustentar uma economia de baixo carbono, já deixa marcas tangíveis de violência e degradação, evidenciando que os danos não são apenas uma ameaça futura, mas uma realidade presente que afeta corpos e territórios (Ali et al., 2017). Essa dinâmica reflete uma dualidade: enquanto promove uma economia sustentável, perpetua injustiças climáticas e socioambientais (Schlosberg; Collins, 2014).

O lítio é um elemento-chave para a transição energética na produção de baterias de íons de lítio, amplamente utilizadas em dispositivos eletrônicos e veículos elétricos, além de ter aplicações em indústrias como cerâmica e vidro. Cerca de 70% do lítio mundial é destinado à fabricação de baterias. No cenário global, o Brasil se destaca como um dos principais potenciais produtores, ao lado de países como Austrália, China, Estados Unidos, Chile, Argentina e

¹⁷¹ Graduando em Geografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), g168579@dac.unicamp.br.

¹⁷² Graduando em Geografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), c168728@dac.unicamp.br.

Canadá. Nacionalmente, a produção está concentrada no Vale do Jequitinhonha/MG, que, entre 2021 e 2023, passou a ocupar a terceira posição em faturamento, atrás do ferro e do ouro.

O presente estudo busca compreender a dinâmica da exploração de lítio e os impactos socioambientais gerados no Vale do Jequitinhonha por meio das três dimensões da formação territorial propostas por Moraes (2011): bélica, jurídica e ideológica, no contexto atual da transição energética. Para isso, foram realizadas clipagens de fontes jornalísticas e uma pesquisa bibliográfica estruturada com base na metodologia PCC (Problema, Conceito e Contexto).

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo utilizou a metodologia PCC (Problema, Conceito e Contexto) para estruturar a pesquisa e a análise de dados. A aplicação prática dessa metodologia consistiu em uma busca sistemática de publicações na base de dados ProQuest Central, com foco em informações sobre o tema "Lítio no Vale do Jequitinhonha". Essa busca foi realizada no dia 4 de outubro de 2024, e abrangeu publicações no idioma português, veiculadas em jornais, período entre 2023 e 2024.

Para garantir uma abordagem sistemática e exaustiva, foram criados cinco conjuntos de busca (identificados como S1, S2, S3, S4 e S5). Cada conjunto incorporava combinações específicas de palavras-chave e filtros, conforme o PCC. No "Quadro 1" seguem apresentadas as configurações de cada busca e os respectivos resultados:

Quadro 1. Resumo dos Conjuntos de Busca e Resultados na Base ProQuest Central

Conjunto	Termos Pesquisados	Filtros Aplicados	Resultados Encontrados
S1	"direitos humanos" OU "violência" OU "conflito" e "lítio" e "Vale do Jequitinhonha"	Tipo de publicação: "Jornais"; Categoria: "Notícias"; Idioma: "Português".	0 documentos
S2	"direitos humanos" OU "violência*" OU "conflito" e "lítio" e "Vale do Jequitinhonha"	Mesmos critérios de S1.	0 documentos
S3	"lítio" OU "lítio" e "Vale do Jequitinhonha"	Tipo de publicação: "Jornais"; Categoria: "Notícias"; Idioma: "Português".	19 documentos
S4	"lítio" OU "lítio" e "Vale do Jequitinhonha"	Mesmos critérios de S3.	17 documentos
S5	"lítio" OU "lítio" e "Vale do Jequitinhonha"	Tipo de publicação: "Jornais"; Categoria: "Notícias"; Idioma: "Português"; Período: 2023-2024.	12 documentos

Fonte: elaboração própria.

A utilização de múltiplos conjuntos de busca foi para testar diversas combinações de palavras-chave e filtros, aumentando a probabilidade de identificar publicações relevantes ao tema. Além disso, em colaboração na base ProQuest, foi elaborado quadro-síntese para organizar informações obtidas a partir da clipagem de fontes de Jornalismo Investigativo (JI).

Esse quadro considerou os seguintes critérios de sistematização: 1. Localidade – contexto espacial dos eventos analisados; 2. Atores envolvidos – indivíduos, organizações ou grupos impactados ou em atuação no cenário; 3. Dimensão bélica – aspectos relacionados a conflitos e disputas; 4. Dimensão jurídico-institucional – elementos legais e institucionais envolvidos; 5. Dimensão ideológica – visões, valores e discursos presentes nos conteúdos analisados. Como fonte principal de Jornalismo Investigativo, foi utilizado o Observatório da Mineração (Angelo, 2015). Essa abordagem está fundamentada em critérios da Geografia Histórica, especialmente no que diz respeito à análise da formação territorial.

A metodologia aplicada garantiu não apenas a sistematização e organização das informações, mas também a diversidade de perspectivas necessárias para abordar o tema sob diferentes dimensões – espacial, social, jurídica, e ideológica – consolidando uma análise interdisciplinar e contextualizada à exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação territorial, conforme Moraes (2011), é um processo contínuo, onde as heranças do passado se transformam à medida que novas relações e contextos emergem. Santos (1996) complementa essa visão ao destacar que o território é um espaço dinâmico, constantemente moldado pelas práticas sociais e pelas dinâmicas de poder. Dessa forma, a formação territorial não se limita a um legado estático, mas é um processo em constante evolução, refletindo as mudanças socioeconômicas e políticas que continuam a redefinir o uso e o significado do espaço geográfico (Santos, 1996).

A exploração do Vale do Jequitinhonha ilustra as contradições da transição energética nos países do Sul Global. Sob a ótica bélica, como define Moraes (2011), os conflitos pelo acesso e controle de recursos naturais se intensificam. A crescente demanda por lítio, impulsionada pela indústria de baterias e veículos elétricos (Ali et al., 2017), gera disputas territoriais que impactam diretamente as comunidades locais para benefícios do lucro privado. Mineradoras, atraídas pelo valor estratégico do lítio, confrontam populações tradicionais, resultando em deslocamentos forçados e fragmentação territorial, reforçando assimetrias de poder e marginalização histórica (Schlosberg; Collins, 2014).

Na dimensão jurídica, a flexibilização de legislações ambientais no Brasil evidencia a prevalência de interesses econômicos sobre direitos sociais e com isso reforça a exploração predatória do patrimônio natural. Segundo Zografos e Robbins (2020), a governança minerária no Brasil tem afrouxado regulamentações, facilitando licenças de exploração, muitas vezes emitidas sem consulta às comunidades locais, violando o artigo 231 da Constituição. Isso agrava a vulnerabilidade das comunidades frente à contaminação hídrica, perda de biodiversidade, deterioração das condições de vida e sua capacidade de ação sobre o território.

A dimensão ideológica revela como a narrativa da transição energética legitima práticas exploratórias sobretudo nos países do sul global. Conforme Brand e Wissen (2021), a extração de lítio é apresentada como uma oportunidade de inserção do Brasil no mercado global de tecnologias verdes, ocultando os custos sociais e ecológicos impostos às comunidades locais. No Vale do Jequitinhonha, enquanto mineradoras e investidores lucram, as populações locais convivem com a degradação ambiental e o aumento das desigualdades socioeconômicas, configurando uma “zona de sacrifício verde” (Zografos; Robbins, 2020).

É realidade os impactos sociais e ambientais da mineração de lítio. A contaminação de rios e nascentes, aumento de doenças respiratórias e perda de terras agricultáveis comprometem a sustentabilidade ambiental e a soberania alimentar da região (Ali et al., 2017). A análise dessas dimensões mostra que a transição energética no Brasil não cumpre com o seu discurso. No Vale do Jequitinhonha, os benefícios econômicos da exploração de lítio estão concentrados em atores hegemônicos, enquanto os custos recaem sobre comunidades. Como destacam Schlosberg e Collins (2014), uma transição energética justa requer reestruturação das relações de poder e uma governança efetivamente democrática.

A análise de contextos, como afirma Santos (1996), "a evolução que se busca é a dos contextos". Em cada período, é crucial compreender o impacto diferenciado da inovação e da tradição. A clipagem de fontes do Observatório da Mineração revelou como a Sigma Lithium usa discursos para valorizar a mineração, minimizando seus efeitos destrutivos. Matérias jornalísticas destacam como a atividade mineradora restringe o acesso à saúde e aumenta o custo de vida para a comunidade local, evidenciando os danos ambientais e à saúde humana, causados pela extração de lítio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises sobre a mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha expõem as contradições da transição energética no Sul Global. Embora essencial para a economia de baixo carbono,

essa atividade agrava desigualdades sociais e ambientais, transformando territórios em zonas de sacrifício. Mineradoras e investidores internacionais são os principais beneficiados, enquanto comunidades quilombolas e pequenos agricultores sofrem com deslocamentos forçados, conflitos territoriais e exclusão dos processos decisórios.

O Estado, ao flexibilizar leis e favorecer interesses empresariais, reforça um modelo que viola direitos constitucionais e desconsidera os impactos locais. A economia verde, nesse contexto, perpetua a exploração de territórios e invisibiliza os danos socioambientais, reforçando desigualdades históricas.

Para uma transição energética justa, é necessário questionar a lógica da economia verde, que prioriza o crescimento econômico em detrimento de populações vulneráveis e ecossistemas. A sustentabilidade não pode se restringir a tecnologias “verdes” que reproduzem exploração e marginalização. Um modelo verdadeiramente sustentável só será possível ao romper com sistemas que tratam a natureza e as pessoas como recursos exploráveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, S. H. *et al.* **Mineral supply for sustainable development requires resource governance.** *Nature*, v. 543, p. 367-372, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nature21359>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **The imperial mode of living: Everyday life and the ecological crisis of capitalism.** Brooklyn, NY: Verso Books, 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil. Capitalismo, Território e Periferia.** São Paulo: Hucitec, 2011.

ANGELO, M. **Frustração da COP 29 aumenta a temperatura para Belém em 2025, que deverá ser a “COP da mineração”.** Observatório da Mineração, 25 nov. 2024. Disponível em: <https://shre.ink/tVgg>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHLOSBERG, D.; COLLINS, L. **From environmental to climate justice: climate change and the discourse of environmental justice.** *WIREs Climate Change*, v. 5, n. 3, p. 359-374, maio/jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/wcc.275>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ZOGRAFOS, Christos; ROBBINS, Paul. **Green Sacrifice Zones, or Why a Green New Deal Cannot Ignore the Cost Shifts of Just Transitions.** *One Earth*, v. 3, no 5, p. 543-546, nov. 2020. Disponível em: <https://shre.ink/tVgD>. Acesso em: 20 nov. 2024.

A MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2018-2024)

Victor Aguiar Barbalho¹⁷³

Eixo 11: Geografia Política, Geopolítica e Território.

RESUMO

Este trabalho investiga a migração venezuelana para o estado do Rio de Janeiro, com foco no período de 2018 a 2024, buscando preencher lacunas na produção científica sobre esse fluxo migratório no território fluminense. Para compreender essa questão, a pesquisa resgata aspectos históricos e políticos da Venezuela do século XX ao XXI, com atenção à recente emigração para o Brasil e outros países da América Latina. Ademais, a pesquisa disserta sobre o papel do programa Operação Acolhida, que interioriza imigrantes venezuelanos no Brasil através de postos de triagem específicos. Utilizando dados do Painel de Interiorização (R4V) e do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) da Polícia Federal, o estudo apresenta a distribuição espacial dos imigrantes nos municípios fluminense, que se concentram majoritariamente na capital do estado, além de averiguar as particularidades desse percurso. Por fim, são apresentados aspectos da política venezuelana no ano de 2024 e algumas projeções do cenário migratório, econômico e político da Venezuela para o futuro.

Palavras-Chave: Migração. Venezuela. Interiorização. Estado do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Este presente trabalho tem origem a partir do projeto de pesquisa de Iniciação Científica¹⁷⁴ vinculado ao órgão de fomento da FAPERJ. A temática está relacionada às redes de organização da migração no Rio de Janeiro, objeto de investigação do Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP-UFRJ)¹⁷⁵. No curso desse projeto, passamos a interessar em entender o contexto econômico e político da origem destes migrantes e também compreender o papel do estado do Rio de Janeiro como um dos destinos deste curso migratório, indagação que deu origem a temática desta presente pesquisa.¹⁷⁶ A crise política na Venezuela é uma temática que gera muitas discussões entre acadêmicos nacionais e internacionais (Corazza; Mesquita, 2019), principalmente entre os estudiosos das migrações e da política internacional.

¹⁷³ Aluno do 8º Período de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), victoraguiar654@gmail.com.

¹⁷⁴ Redes de Organização da Migração na Cidade do Rio de Janeiro. Processo nº.: E-26/ SEI-260003/016378/2022 - Bolsa Ref.: 204.682/2022 Programa: IC 2022. Órgão de Fomento: FAPERJ.

¹⁷⁵ Grupo de Estudos Espaço e População (UFRJ), do qual participo desde 2022, desenvolve pesquisas sobre a imigração venezuelana com levantamento e organização de dados desde 2018.

¹⁷⁶ Metodologicamente, participamos de eventos sociais e políticos junto aos migrantes, o que nos abriu outras questões de pesquisa. Assim, durante a pesquisa, passou a nos interessar entender com mais profundidade a situação econômica da Venezuela, visto que os migrantes aqui no Rio, traziam em seus relatos esta preocupação.

O estudo desse assunto é de relevância para o entendimento do panorama geopolítico regional e global, além de enfatizar e reacender o debate do tratamento humanizado com os imigrantes, desde a escala da sociedade civil a escala estatal, sobretudo quando se trata de uma migração forçada por colapsos econômicos, como é o caso da Venezuela. O migrante, já vulnerável em ter que viver o “novo”, o “desconhecido”, lida com diversos desafios ao tomar a decisão de emigrar e ir em busca de uma vida melhor. Por isso, este presente trabalho visa preencher uma lacuna científica existente sobre a migração venezuelana para o estado do Rio de Janeiro, um dos destinos dessa migração para o país.

O objetivo central é apresentar o fluxo espacial e numérico de entrada dos imigrantes nos respectivos municípios do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2018 e 2024 através de duas plataformas de dados: 1) Painel de Interiorização (R4V), que apresenta os interiorizados venezuelanos para diversos estados e municípios do território brasileiro a partir de postos de triagem da Operação Acolhida; 2) Plataforma SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório) da Polícia Federal, que registra a entrada dos imigrantes nos municípios brasileiros, não necessariamente relacionados com a interiorização. Essa escala de anos foi escolhida pois a partir de 2018 se passou a ter registro sobre os dados de interiorização dos imigrantes venezuelanos no território brasileiro, e em 2024 é quando esta pesquisa foi produzida.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa é compreender, de fato, o desdobramento da crise venezuelana, retomando sua história política e econômica desde o século XX até o XXI, com a crescente emigração de nacionais para diversos países do mundo (Da Silva et al., 2024). Descreveu-se sobre o programa da Operação Acolhida e sua relação com a chegada dos migrantes no estado do Rio de Janeiro. Ademais, resgatou-se o panorama atual em que se encontra a escalada política da Venezuela no ano de 2024 e entender algumas nuances e projeções para o futuro.

MATERIAL E MÉTODOS

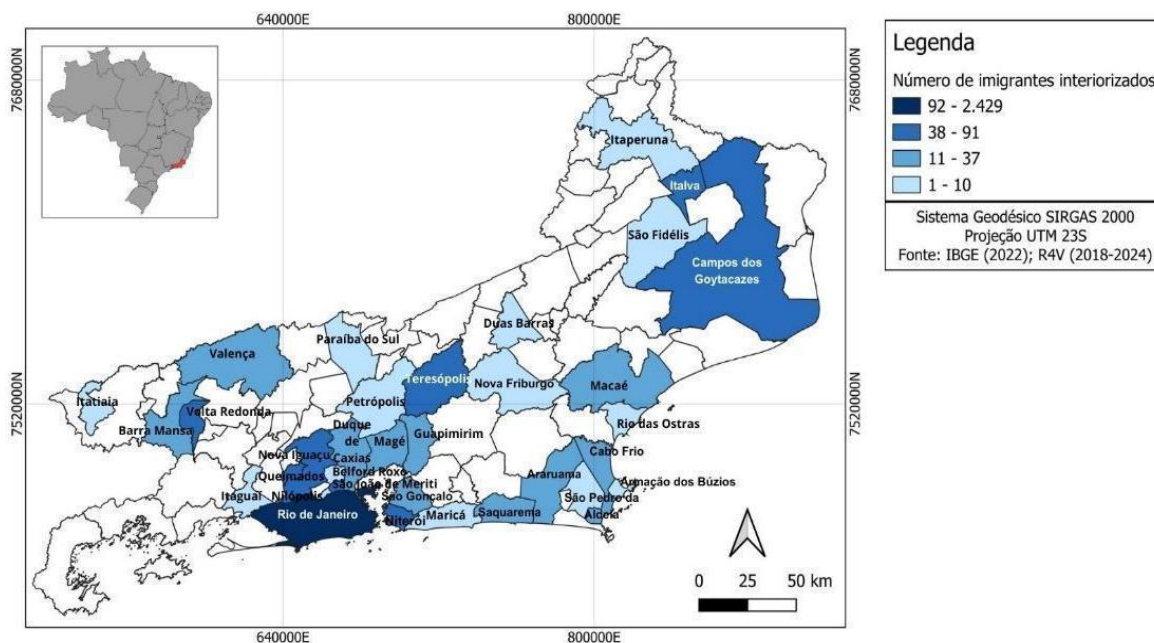
A abordagem utilizada foi a de revisão bibliográfica e filtragem de dados secundários de duas principais plataformas de dados: R4V e SISMIGRA. Houve análise de artigos, teses, dissertações e reportagens jornalísticas referentes à temática da migração venezuelana. Utilizou-se autores de diferentes perspectivas ideológicas da questão política venezuelana: Silva (2021), Ramón (2020) e Maringoni (2009). Para o processo de chegada dos venezuelanos no território brasileiro e seu processo de ingresso e distribuição pelo país através do programa Operação Acolhida do governo federal, foi utilizada: Portal da Interiorização (R4V), tanto para

a escala nacional quanto para a estadual referente ao Rio de Janeiro, além da dissertação de mestrado de Lisboa (2023). O Sismigra foi utilizado para verificar o registro de entrada dos imigrantes, não necessariamente relacionados a interiorização. Além disso, também foi utilizado como metodologia a participação em eventos sociais e políticos dos migrantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

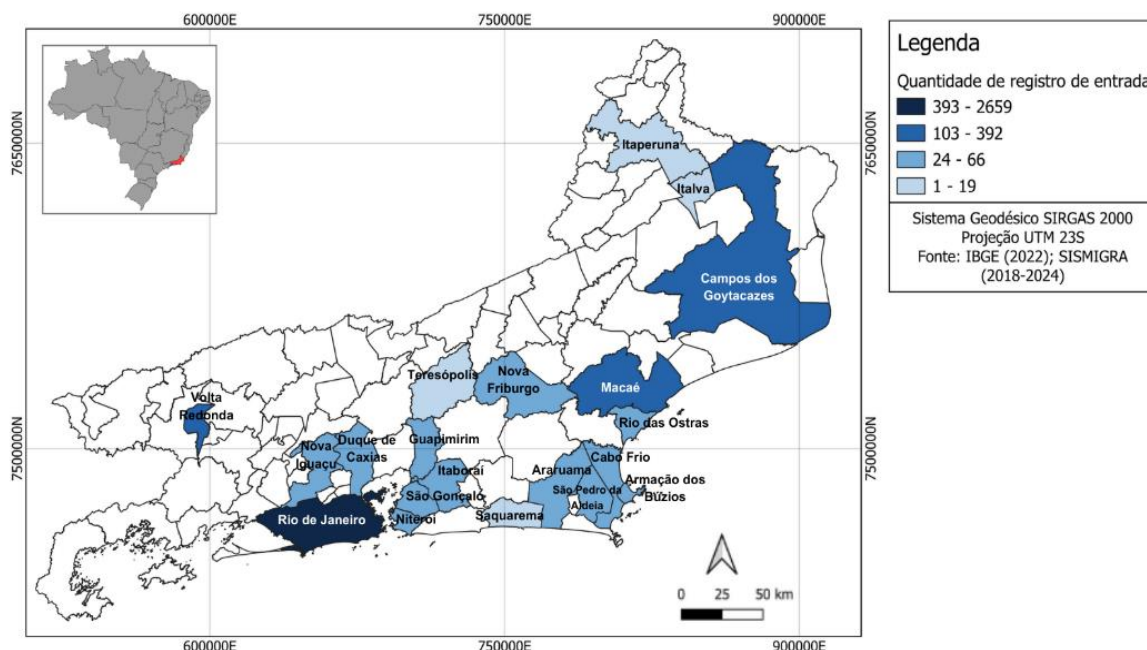
O Brasil é o 3º país da América Latina que mais recebe imigrantes venezuelanos sendo o estado do Rio de Janeiro o 11º estado das 27 unidades da federação que mais recebem imigrantes no território nacional. Com os dados coletados foram produzidos como resultados o Mapa 1 e Mapa 2. Os dados numéricos dos imigrantes interiorizados e com registro de entrada no estado do Rio de Janeiro entre 2018 e 2014. Nota-se a dispersão espacial por diversos municípios do estado, mas a predominância da capital fluminense no recebimento desse fluxo.

Mapa 1. Imigrantes venezuelanos interiorizados para o estado do Rio de Janeiro (RJ) por município entre 2018 e 2024.



Fonte: elaboração própria

Mapa 2. Registro de entrada de imigrantes venezuelanos no estado do Rio de Janeiro por município entre os anos de 2018 e 2024.



Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Venezuela, historicamente dependente do petróleo, enfrenta crises econômicas profundas, agravadas por sanções internacionais, principalmente dos EUA (Vera, 2018). Hugo Chávez (1999-2013) implementou políticas sociais que melhoraram a qualidade de vida da população (Bruce, 2016), mas, após sua morte, Nicolás Maduro assumiu em um cenário de queda nos preços do petróleo e descontentamento populacional com o regime socialista. Seu governo foi marcado por polarização, crise econômica, condutas repressivas e uma migração em massa de mais de 7 milhões de venezuelanos.

O Brasil, um dos principais destinos receptores desse fluxo, recebeu mais de 600 mil imigrantes até 2024, sendo o terceiro país na América Latina a acolher essa população, atrás de Colômbia e Peru. A Operação Acolhida, criada em 2018, organizou a entrada e interiorização dos imigrantes, com foco em Roraima, utilizando estratégias de logística militar, da qual também foram recebidas críticas sobre a seletividade do controle e o acionamento do ministério da defesa para essa questão. A interiorização ocorreu por quatro modalidades: abrigo-abrigo, reunificação familiar, reunificação social e vaga de emprego sinalizada (VES). No Rio de Janeiro, 3.153 imigrantes em 2024 foram interiorizados, com predominância da modalidade abrigo-abrigo (51,5%), diferentemente da tendência nacional, onde a reunificação social é a

principal. A capital fluminense concentra a maior parte dos imigrantes, mas há dispersão para 33 municípios. Dados da Polícia Federal (SISMIGRA) mostram que o fluxo migratório para o Rio de Janeiro intensificou-se a partir de 2018, com destaque para cidades como Macaé, Volta Redonda e Campos dos Goytacazes. A pandemia de COVID-19 reduziu temporariamente o fluxo em 2020, mas a tendência é de crescimento. A pesquisa enfrentou desafios devido à incompletude dos registros oficiais, problema comum na base de dados dos estudos migratórios. Atualmente, a Venezuela vive uma crise política pós-eleições de julho de 2024, com questionamentos sobre a transparência do pleito e o possível impacto na migração para o Brasil. Observa-se um aumento no fluxo migratório para Roraima após as eleições, mas os efeitos no Rio de Janeiro ainda estão em análise. Conclui-se que a migração venezuelana para o Brasil tende a continuar exigindo atenção às políticas de acolhimento e integração, além de mais pesquisas críticas sobre a gestão da Operação Acolhida e seus impactos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA SILVA, B. F. A. *et al.* **O Brasil e as eleições na Venezuela: visões da imprensa e da esquerda brasileira.** Brasil de Fato, São Paulo, 27 set. 2024. Disponível em: <https://shre.ink/tVgf>. Acesso em: 9 dez. 2024. (Observatório de Política Externa Brasileira).

BRUCE, Mariana. **Estado e democracia nos tempos de Hugo Chávez (1998-2013).** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

CORAZZA, F.; MESQUITA, L. **Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história 2018?** BBC News Brasil, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>. Acesso em: 2 out. 2024.

SILVA, B. O. G. **Migrantes e Refugiados Venezuelanos na Cidade do Rio de Janeiro: Trabalho e Territorialidades.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LISBOA, A. B. C. **A Interiorização na Operação Acolhida: Migrações Internas de Venezuelanos no Brasil.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39431>. Acesso em: 9 dez. 2024.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

RAMÓN, Paula. **Mãe Pátria: a desintegração de uma família na Venezuela em colapso.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

VERA, Leonardo. **¿Como explicar lá catástrofe económica Venezolana?** Nueva Sociedad, n. 274, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://shre.ink/tVgI>. Acesso em: 2 out. 2024.

TRÁFICO DE DROGAS NO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL

Danilo dos Santos Maia Júnior¹⁷⁷

Eixo 11: Geografia Política, Geopolítica e Território.

RESUMO

A transferência da capital referendou uma nova geopolítica brasileira. Impulsionado pela integração nacional, a ocupação do Centro-Oeste ganhou fôlego após 1950. Na época, a urbanização possibilitou migrações populacionais, principalmente do Sudeste e Nordeste. Não fugindo à lógica desde a concepção, o Distrito Federal ainda obtém problemas estruturais de segurança. Como reação, o Governo do Distrito Federal (GDF), observando Convenções Internacionais e legislações nacionais, propôs tardiamente a combater o tráfico de drogas. A hipótese é que pela letargia das ações governamentais facilitaram-se as ilicitudes. O objetivo geral é refletir sobre o tráfico de drogas no território do Distrito Federal. Os objetivos específicos explicam a transferência da capital; analisam as legislações internacionais e nacionais atinentes ao tema; e mostra que no Distrito Federal não houve uma tempestiva Política Pública aderente à realidade local. Justifica-se o estudo para iluminar a temática, que persevera até os dias atuais. A metodologia abordou literatura científica e legislações diversas. Os resultados revelam letargia do poder público distrital com políticas públicas de segurança para combater o polivalente tráfico de drogas. Considera-se, por fim, que a aderência às Convenções Internacionais e Políticas Públicas nacionais não surtiram o efeito esperado para o combate ao tráfico de drogas no Distrito Federal.

Palavras-Chave: Distrito Federal. Tráfico de drogas. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O uso de drogas, alucinógenos, psicotrópicos e derivados é milenar, cuja utilização é feita de forma lícita até o presente em rituais de povos andinos na América Latina. Grupos capitalistas principalmente no século XX descobriram que o prazer e a dependência gerados pelas drogas seriam um motivo para que fossem comercializadas de forma ilegal a distintos mercados consumidores.

Historicamente, Procópio (1999) revela que a integração paralela do Brasil ao tráfico de drogas ocorreu pela região amazônica. O autor também afirma que até meados de 1950, o Brasil foi denominado como um *país de trânsito*, pois as drogas passavam pelo território nacional por vias rurais, rios, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, e posteriormente eram exportadas. Outro apontamento sustenta Acselrad (2011), quando esclarece que a entrada das drogas no território nacional ocorreu pelos portos, aeroportos e rodovias interligadas à antiga capital, o Rio de Janeiro, utilizando-se também das fronteiras com o Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia.

¹⁷⁷ Universidade de Brasília, danilojunior@gmail.com.

Reforça-se que durante a década de 1950 e nas décadas seguintes, o País experimentou uma intensa urbanização, êxodo rural, crescimento desordenado das cidades, surgimento de metrópoles e largos deslocamentos populacionais. Esses novos movimentos geográficos que se materializavam no território nacional despertaram no narcotráfico transnacional a possibilidade de se fixarem paralelamente aos novos mercados consumidores.

Eleito em 1955, Juscelino Kubitschek – JK impulsionou os trâmites políticos e administrativos para transferir a capital, inaugurando Brasília, em 21 de abril de 1960. Ocorre que essa transferência não trouxe somente o aparato institucional da Administração Pública para o interior, mas também trouxe um contingente populacional que se fixou nas então cidades-satélites do Distrito Federal, gerando na concepção problemas de segurança pública.

Corrobora-se essa afirmação, quando com Farret (2010) e Procópio (1999), apontam que essa movimentação para o Brasil Central permitiu ao narcotráfico deslocar-se para o interior do País e para a nova capital federal. Nesse sentido, paralelo a essa dinâmica, o Brasil foi deixando de ser um *país de trânsito das drogas* e tornou-se num *país de trânsito e de consumo de drogas*.

Observando as ações internacionais, o Brasil publicou o Decreto n. 54.216, de 27 de agosto de 1964 (Brasil, 1964), aderindo à Convenção Única sobre Entorpecentes – 1961. Aderindo à Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas – 1988, publicou-se o Decreto n. 154, de 26 de junho de 1991 (Brasil, 1991) e, o Governo do Distrito Federal (GDF), há 10 anos, publicou o Decreto n. 36.628, de 22 de julho de 2015 (Distrito Federal, 2015). Identificando as movimentações ilegais do narcotráfico à nível internacional e que estavam se integrando ao Brasil, acelera-se a adesão às Convenções. Assim, o País, em definitivo, insere-se na geopolítica internacional relacionado às drogas.

Conforme noticiado pela mídia internacional, nacional e brasiliense, o tráfico de drogas tem atuado no Centro-Oeste e principalmente no Distrito Federal em virtude da integração paralela a que esta região foi submetida ao longo dos séculos XX e XXI. A oeste, os estados do Mato Grosso e Mato Grosso de Sul são fronteiriços com a Bolívia e com o Paraguai, países tradicionalmente produtores e exportadores de drogas. Noutro lado, o Distrito Federal é ponto irradiador de rodovias integrativas com diversas regiões e possui um aeroporto internacional que facilita a entrada e saída de drogas para consumo no Brasil e no exterior.

Portanto, diante dos fatos apresentados revela-se que historicamente o tráfico de drogas entrou no País por diversas rotas e regiões. Com a transferência da capital para o Brasil Central, o Distrito Federal foi inserido ao narcotráfico de forma paralela, pois o poder público

preocupou-se mais com os processos de urbanização e migração populacional, deixando de lado uma efetiva política pública de segurança que combatesse tempestivamente o tráfico de drogas.

Justifica-se o presente estudo, pois o GDF, de forma tardia buscou publicar leis e decretos similares às legislações nacionais, como a Lei n. 11.343/2006 (Brasil, 2006) e convenções internacionais. Foram publicadas Leis, na verdade, copiadas em grande parte, que não refletiram de fato às particularidades distritais. Objetiva-se refletir sobre o tráfico de drogas no território do Distrito Federal, usando literatura científica e legislações relacionada ao tema. Em síntese, a metodologia debruçou-se na literatura científica e legislações nacionais e internacionais. Os resultados apontam que a letargia na implementação de políticas públicas contribui para a consolidação e permanência do tráfico de drogas no território do DF.

MATERIAL E MÉTODOS

O material utilizado para este estudo aderiu a leituras de Convenções Internacionais, legislações nacionais, legislações do GDF, textos e livros acadêmicos. Tendo em vista que o método que prevaleceu foi em gabinete, não foi necessária aprovação em comissões de ética ou equivalente, e, sobre o direito de uso de imagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O crescimento de grupos capitalistas narcotraficantes internacionais e a utilização de drogas de forma ilícita pelas populações obrigou países e organizações supranacionais a legislarem sobre o combate às drogas. Para além exaustivas propostas de segurança, as vastas legislações pouco abrangem questões de saúde e conscientização, focando mais nas ações de repressão que não surtem efeitos a longo prazo. Após a década de 1960 propôs-se Convenções Internacionais, Legislações Nacionais e Legislações Distritais, como foi o caso do GDF.

Os resultados obtidos continuam enfraquecidos, pois revelam que o governo local foi letárgico ao propor Leis e em alguns casos utilizou-se de similaridades com as legislações nacionais, sem entender e debater de fato o contexto local. Essa negligência nas ações governamentais interfere no combate ao tráfico de drogas no território do Distrito Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos graves problemas que cresceram ao longo do século XX e XXI em âmbito internacional e nacional foi o tráfico de drogas transnacional. A ele atribui-se o aumento da violência nas cidades e a destruição de lares familiares. Para combater este problema universal,

desde 1961, Convenções Internacionais e diversos outros instrumentos legais foram publicados, mas sem muito sucesso devido à fraca ação governamental brasileira e distrital.

Apoiado em Bertolote (2011), revela-se que o crescimento do tráfico de drogas no Brasil ocorreu em virtude da integração paralela promovida pelo crime organizado e a região Centro-Oeste também fora integrada. Nesse contexto, a região e as diversas cidades cresceram, e assim como ocorreu no Sudeste, trouxe problemas para a nova capital e para o Distrito Federal. Face ao exposto considera-se que os processos de urbanização, o aumento do número de cidades, bem como a postura reativa e tardiamente propositiva de políticas públicas distrital colaboraram para que houvesse a entrada do tráfico de drogas no território do DF.

Em dados mais recentes sobre o Brasil, apurados pelo G1, “o Ministério Público estima que o Primeiro Comando da Capital (PCC) movimenta anualmente 1 bilhão de reais, dos quais apenas 20% circulam dentro do Brasil, enquanto 80% são movimentados no exterior” (Globo News, 2024). De acordo com outros dados contemporâneos, o Relatório Mundial sobre Drogas – 2024, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, aponta que “globalmente, mais de 292 milhões de pessoas usaram drogas em 2022, um aumento de 20% em relação à década anterior [...] essas atividades ilícitas estão contribuindo para a degradação ambiental, causada pela deflorestação” (UNODC, 2024).

Portanto, a reflexão que se faz é que o tráfico de drogas no território do Distrito Federal continua utilizando-se de outros modos de se perpetuar, tornando-se polivalente. Também no Brasil, as ilicitudes não cessaram. À nível internacional, revela-se que as movimentações financeiras continuam vultosas e que as estratégias de legislar somente para reprimir não tem surtido os efeitos desejados. São necessárias ações cooperadas e de inteligência no sistema educacional, saúde e segurança pública, pois o tráfico de drogas envolve o local e global ao mesmo tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Gilberta. **O Proibicionismo em questão – alternativas**. In: Geopolítica das drogas: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. (I Seminário Internacional Geopolítica de Drogas).

BERTOLOTE, José Manoel. **O que é droga, onde e quando? Uma leitura geopolítica mundial sobre algumas substâncias psicoativas**. In: Geopolítica das drogas: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. (I Seminário Internacional Geopolítica de Drogas).

BRASIL. **Decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964.** Promulga a Convenção Única sobre Entorpecentes. Brasília: Presidência da República, [1964]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54216-27-agosto-1964-394342-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991.** Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Brasília: Presidência da República, [1991]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0154.htm. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad [...]. Brasília: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm#. Acesso em: 07 abr. 2025.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 36.628, de 22 de julho de 2015.** Atualiza e consolida a legislação sobre o Comitê de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Distrito Federal: Governo do Distrito Federal, [2015]. Disponível em <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/04344410-fdf3-355d-8b4a-fde59be3cd7d/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20141.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2025.

FARRET, Ricardo Libanez. **O Estado, a questão territorial e as bases de implantação de Brasília.** In: PAVIANI, A. (org.). Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

GLOBO NEWS. **Maior parte do faturamento do PCC vem do tráfico internacional de drogas.** G1, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18/noticia/2024/11/12/faturamento-do-pcc-trafico-internacional-de-drogas.ghtml>. Acesso em: 06 abr. 2025.

PROCÓPIO, Argemiro. **O Brasil no mundo das drogas.** Petrópolis: Vozes, 1999.

PROCÓPIO, Argemiro. **Delinquência e integração continental.** In: ZAMORA, J. P.; ASSIS, D. R. D.; TRINDADE, A. A. C.; PROCÓPIO, A. (org.). Narcotráfico e segurança humana. São Paulo: LTr, 1999.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **Relatório Mundial sobre Drogas 2024 do UNODC alerta para o crescimento do problema das drogas no mundo em meio à expansão do uso e dos mercados de drogas.** Viena: UNODC, 2024. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2024/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2024-do-unodc-alerta-para-o-crescimento-do-problema-das-drogas-no-mundo-em-meio--expanso-do-uso-e-dos-mercados-de-drogas.html>. Acesso em: 05 abr. 2025.

HIDROCONFLITOS E GEOPOLÍTICA DA ÁGUA: UMA DISPUTA PELO USO DO TERRITÓRIO

Paulo Roberto da Silva Rufino¹⁷⁸, Antonio Carlos Vitte¹⁷⁹, Claudete de Castro Silva Vitte¹⁸⁰

Eixo 11: Geografia Política, Geopolítica e Território.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a gestão da água e sua influência nas disputas pelo uso do território sob a perspectiva de uma Geografia das Relações Internacionais. Neste sentido, buscou-se entender a interdependência hidrológica entre os Estados-nação, as empresas transnacionais, e a sociedade civil, entre o final do século XX e início do século XXI. Assim sendo, realizamos a leitura crítica e análise de bibliografias que abordam aspectos históricos e ideológicos sobre a disputa pela água, compreendendo esta como elemento desencadeador de conflitos territoriais, sobretudo em relação ao conceito de fronteira, já que as zonas em disputa analisadas são regiões de fronteira. Para tanto, apresentaremos o desacordo entre os Estados Unidos da América e o México referente ao uso das águas do rio Bravo/Grande e a disputa de acesso soberano ao Oceano Pacífico, na qual Bolívia e Peru perdem parte de seus territórios para o Chile. Tais embates foram escolhidos a fim de trazer concretude à análise com características latentes da relação assimétrica de poder entre os países pesquisados.

Palavras-Chave: Gestão da água. Geoeconomia da água. Conflitos territoriais.

INTRODUÇÃO

A motivação central para esta pesquisa é a análise da gestão da água sob a perspectiva das Relações Internacionais (RIs). Neste sentido, buscou-se entender a interdependência hidrológica entre os Estados-nação, as empresas transnacionais, e a sociedade civil, entre o final do século XX e início do século XXI. Para tanto, como forma prática de discutir e refletir a partir da bibliografia utilizada, apresentaremos o desacordo entre os Estados Unidos da América (EUA) e o México referente ao uso das águas do rio Bravo/Grande e a disputa de acesso soberano ao Oceano Pacífico, que remonta a um conflito do final do século XIX, a Guerra do Pacífico, em que a Bolívia e o Peru perdem parte de seus territórios para o Chile, território esse, muito caro à Bolívia, pois ele representava sua única zona de acesso ao mar.

Tais embates foram escolhidos a fim de trazer concretude à análise com características latentes, no que tange a relação entre os países, sendo perceptível uma disparidade de poderes,

¹⁷⁸ Graduando em Geografia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, paulorufino42@gmail.com.

¹⁷⁹ Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, vitte@unicamp.br.

¹⁸⁰ Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, claudete@unicamp.br.

estabelecendo uma relação assimétrica de poder, definida a partir das distintas capacidades de um Estado se impor diante dos demais pela força, constituindo-se como uma característica fundamental da sustentação das relações internacionais (Rinaldi, 2016). Contudo, também visamos, a partir desta pesquisa, elucidar por meio dos conceitos da geografia o enredo e a trama desses conflitos que, no caso da disputa pelo acesso soberano ao Oceano Pacífico, após mais de 100 anos ainda vive no imaginário da região Andina, já no caso da disputa do uso das águas do rio Bravo/Grande, através de um tratado para gestão compartilhada de 1944, desencadeou um conflito por água que ocorreu em setembro de 2020, tendo como estopim uma dívida do México com os EUA de milhões de metros cúbicos de água (Díaz, 2020).

MATERIAL E MÉTODOS

Para elaboração dessa pesquisa realizamos um levantamento bibliográfico, em base de dados tais como *Scielo*, Google Acadêmico, *Mendeley*, *ProQuest* e *Science Direct*. Também prospectamos documentos disponíveis em plataformas digitais de comissões e agências responsáveis pela gestão, regulação e proteção das águas dos países, para que pudéssemos consultar informações sobre os dados dos tratados oficiais com as deliberações referentes aos casos definidos, além de portais de *internet* dos países estudados e seus respectivos acervos digitais de jornais locais que também foram fontes de informações, de modo a acompanhar notícias que dessem suporte de estudo ao tema escolhido para validar a hipótese aventada da relação assimétrica de poder entre os atores identificados. Após todo o levantamento das obras analisamos com a chave de leitura do tema desta pesquisa. A investigação também buscou identificar as condições sócio-econômicas dos casos estudados por meio da leitura crítica da história de independência destes territórios, seu desenvolvimento econômico ao longo deste período e como isso desencadeou os conflitos destacados. Ademais, analisando as ações dos Estados-nação, compreender como o espaço onde se localizam esses recursos hídricos, que também apresentam fortes influências por serem zonas de fronteira, ficaram após os conflitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Costa (2008), hidroconflito é termo utilizado para designar todo conflito criado pelo homem, em que são violadas normas legais, restringindo acesso, uso e gestão da água. Realizando um breve levantamento de hidroconflitos através dos continentes e da história, podemos demonstrar o peso econômico deste recurso e a importância que ele exerce na vida de todos. Cooper (1983) argumenta que o primeiro registro de guerra com armas, datado de

aproximadamente 2525 a.C., entre as cidades-estado sumérias de Lagash e Umma, tem entre suas principais causas o controle e uso das águas dos rios Tigre e Eufrates.

Dando um salto cronológico, temos o continente americano, tal qual em outros continentes, vivenciado conflitos entre México e os EUA e o caso entre Bolívia, Peru e Chile. Entre as décadas de 1810 e 1820, os territórios dominados por Portugal e Espanha na América do Sul passaram por processos independentistas: as quatro colônias (três vice-reinos e um reino) existentes em 1810 tornaram-se dez Estados independentes em 1830 (Collier, 2004). Cada um desses processos teve suas especificidades, resultando em diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. O Chile foi o terceiro país sul-americano a se tornar independente, em 1818, apenas depois de Paraguai e Argentina. O militarismo era uma característica importante do Estado chileno, que buscava se afirmar como potência militar e econômica no Cone Sul.

Na década de 1830, a mineração tornou-se importante atividade na economia nacional, e os minérios consolidaram-se como principais produtos de exportação, levando a melhorias nas redes de transportes e comunicações do Chile (Collier, 2004). No Peru, independente em 1824, a organização se deu sem participação popular, ocorrendo pelas mãos da pequena elite *criolla* que buscava manter seus privilégios. A partir da década de 1840, a economia peruana passa a se basear na exploração de guano no litoral, sendo os lucros dessa exploração utilizados para pagar empréstimos contraídos com a Inglaterra (Bonilla, 1979, 2004). A Bolívia, após sua independência em 1825, manteve-se isolada do mercado internacional. Na prática, o território boliviano servia apenas como um “Estado-tampão” para evitar agressões entre Argentina e Peru, com a população composta majoritariamente por camponeses indígenas (Reyes, 2009).

Apenas na década de 1850 a economia boliviana voltou a crescer lentamente, quando a atividade mineradora passou a se recuperar (Bonilla, 1979). Como resultados das sucessivas disputas e guerras entre estes países, o Chile se consolidou enquanto principal potência militar no Pacífico Sul, recebeu fortes investimentos do capital inglês, e passou a ter o monopólio mundial de certos recursos naturais da região. Essa demonstração de “Poder”, ao longo da história, entre os estados da Bolívia e do Chile “[...] se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam recursos” (Raffestin, 1993, p. 52) desencadeando, entre outras consequências, as disputas destacadas por recursos hídricos. Já o caso entre México e EUA, o confronto ocorrido em 2020 teve como principal motivo uma dívida do México com os Estados Unidos.

Os agricultores da região reclamavam que a retirada da água acarretaria insuficiência de recursos para a irrigação das plantações, pois meses antes havia ocorrido uma forte seca.

Conflitos como esse podem ser analisados ao observarmos as características do Norte do México, onde está localizada a bacia do Rio Bravo, e verificar o tratado assinado entre México e EUA sobre a gestão compartilhada das águas. De acordo com o “Tratado sobre águas internacionais entre México e Estados Unidos”, de 1944, a *Comisión Internacional de Límites y Aguas* (CILA), formada por duas seções, uma estadunidense e outra mexicana, possui dupla atuação: técnica, na medida que é responsável pela gestão da qualidade do rio e diplomática, pois as seções também devem resolver os conflitos que possam ocorrer entre os países (Díaz, 2020). O tratado diz que o México deve entregar para os EUA, em ciclos de 5 anos consecutivos, 1/3 da água de seis afluentes mexicanos do Rio Bravo, exceto em casos de seca extraordinária quando o montante (1/3) é inferior a cerca de 432 milhões de metros cúbicos (Mm^3) por ano, caso isso aconteça o país pode pagar o que ficou faltando no próximo ciclo, como ocorreu no ano de 2020.

Enquanto isso, os Estados Unidos entregam para o país, a cada ano, 1.850 Mm^3 do Rio Colorado. O tratado também menciona que, quando a capacidade atribuída aos Estados Unidos em barragens internacionais for abastecida com água de sua propriedade, o ciclo atual termina e todas as faltas são consideradas totalmente canceladas. Assim, o tratado parece favorável ao México, já que os ciclos são maiores e a quantidade de água entregue é menor do que a recebida do Rio Colorado. No entanto, observando as características do norte do México, temos um clima na região predominante semiárido, com algumas manchas de clima árido (Díaz, 2020). Ou seja, é uma região muito seca, escassa em chuvas, menos de 600 mm por ano na região da bacia do Rio Bravo. Além disso, existe uma concentração de pessoas de aproximadamente 77% da população do país (Martínez Austria; Díaz-Delgado; Moeller-Chaves, 2019) e, grande parte das bacias do norte do México encontram-se super exploradas (Rekacewicz, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos argumentos e análises apresentadas temos algumas reflexões a serem realizadas. Traçando um panorama geral sobre a geopolítica e geoeconomia da água identificamos o papel estatal e de atores internacionais interessados na questão dos recursos hídricos e todas as porções territoriais nas quais tais recursos estão contidos. Vimos que os conflitos hídricos remontam tempos longínquos e despontam em todos os continentes, sendo que a mesma água relacionada às memórias, afetos e sacralidades, figura em táticas de guerra, crimes socioambientais, protestos e uma outra série de conflitos. Ilustramos a questão a partir de alguns casos, com enfoque no continente americano. Constatamos ainda, que os fatores

naturais e de poluição, ainda que urgentes e ameaçadores, são secundários no problema da crise hídrica. Sendo os principais desafios a gestão, a relação, o controle e a disputa de poder e de objetivos da sociedade moderna, em torno desse elemento natural essencial para a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONILLA, H. **La dimensión internacional de la Guerra del Pacífico**. Desarrollo Económico, Argentina, v. 19, n. 73, p. 79-92, apr./jun. 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3466496>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BONILLA, H. **O Peru e a Bolívia da independência à guerra do Pacífico**. In: BETHEL, Leslie (org.). História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Funag, 2004. p. 541-589.

COLLIER, S. **O Chile da Independência à Guerra do Pacífico**. In: BETHEL, Leslie (org.). História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Funag, 2004. p. 591-623.

COOPER, J. S. **Reconstructing History from Ancient Inscriptions: The Lagash-Umma Border Conflict**. California: Undena Publications, 1983.

COSTA, F. S. **A Gestão das Águas Públicas: o caso da bacia hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973**. Tese (Doutoramento em Geografia) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/8871>. Acesso em: 01 fev. 2025.

DÍAZ, M. G. **Por que o México deve milhões de metros cúbicos de água aos EUA - e como isso está gerando revolta na população**. BBC News Brasil, Correspondente da BBC News Mundo, México, 19 set. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54220366>. Acesso em: 01 fev. 2025.

MARTÍNEZ AUSTRIA, P. F.; DÍAZ-DELGADO, C.; MOELLER-CHAVEZ, G. **Seguridad hídrica en México: diagnóstico general y desafíos principales**. Ingeniería Del Agua, Valência, v.23, n.2, p. 107-121, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4995/ia.2019.10502>. Acesso em: 01 fev. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REKACEWICZ, P. **Water Scarcity Index**. Vital Water Graphics. fev. 2006. Disponível em: <https://www.grida.no/resources/5586>. Acesso em: 01 fev. 2025.

REYES, F. S. **As perdas territoriais do estado boliviano (1825-1935)**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 13, n. 3, p. 161-182, 2009. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74148>. Acesso em: 13 mar. 2025.

RINALDI, P. N. **A assimetria nas relações internacionais: Uma análise comparativa do conceito para Aron, Bull e Waltz**. Revista de Iniciação Científica da FFC, [s.l.], v. 14 n. 1, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/tY6r>. Acesso em: 01 fev. 2025.

POLÍTICA, VIOLÊNCIA E MILITARIZAÇÃO: ENTRELAÇANDO DESTINOS NA BAIXADA FLUMINENSE-RJ

André Luiz Teodoro Rodrigues¹⁸¹.

Eixo 11: Geografia Política, Geopolítico e Território.

RESUMO

A Baixada Fluminense, integrada à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, possui um histórico socioeconômico complexo, marcado por transformações estruturais e políticas ao longo das décadas. O fenômeno da militarização tem sido um fator determinante no aumento da violência e na dinâmica política local, influenciando diretamente o controle territorial e as disputas eleitorais. A presença de grupos armados, incluindo milícias e traficantes, tem se intensificado, criando uma intersecção entre o aparato de segurança, as elites políticas e os interesses econômicos na região. Este estudo busca compreender os impactos desse processo e sua relação com as dinâmicas políticas e sociais da Baixada Fluminense, fornecendo um panorama sobre as estruturas de poder que mantêm essa conjuntura.

Palavras-Chave: Baixada Fluminense. Política. Violência. Militarização.

INTRODUÇÃO

A Baixada Fluminense integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, embora não possua um status oficial reconhecido pelo estado. Seu território abrange treze municípios, historicamente marcados por desafios socioeconômicos e pela carência de infraestrutura urbana. Questões como saneamento, segurança e transporte refletem um quadro de vulnerabilidade social e agressão à cidadania.

Nos anos 1990, a região passou por um intenso processo de emancipações municipais, motivado por grupos locais que buscavam autonomia política e econômica (Simões, 2007). Esse fenômeno ocorreu simultaneamente à redemocratização do Brasil após a Ditadura Militar (1964-1985), período que cerceou a liberdade política e de imprensa. Apesar da expansão populacional e das oportunidades econômicas, a infraestrutura não acompanhou esse crescimento, resultando em precariedade urbana e desigualdade social.

A violência é traço marcante da Baixada Fluminense, associada a figuras clientelistas e a grupos paramilitares, como as polícias mineiras e os grupos de extermínio. Não se pode esquecer de personalidades como o parlamentar Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, um indivíduo que construiu sua imagem como o “homem do corpo fechado”, o mito que era

¹⁸¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO-UERJ). E-mail de contato: andre.rodrigues16@live.com.

associado ao poder, violência e assistencialismo com a população da Baixada Fluminense (Beloch, 1986). Nos anos 1980 e 1990, jornais retratavam a região como uma das mais violentas do país, com índices alarmantes de homicídios e sequestros (Alves, 2003). Esse contexto polarizou o cenário político-eleitoral, especialmente após as emancipações municipais.

Com uma população de aproximadamente 4 milhões de habitantes, representando 23% do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2023), a Baixada exerce influência significativa nas eleições estaduais e nacionais. A ascensão de clãs familiares, líderes religiosos neopentecostais e grupos ligados ao entretenimento, como o carnaval, reforça um sistema político complexo e consolidado. O processo eleitoral, frequentemente, reproduz um ciclo de poder benéfico às elites locais, onde a promessa de mudança se torna recorrente a cada pleito.

Além de sua relevância política, a Baixada Fluminense destaca-se economicamente, apresentando um mercado consumidor crescente e condições estratégicas para investimentos industriais e comerciais. Nos anos 1990, a autonomia dos municípios ampliou suas possibilidades econômicas (Simões, 2007). No entanto, a lógica de poder persiste: a economia e a política permanecem entrelaçadas, consolidando novas dinâmicas de produção e consumo atreladas à metrópole. Esse cenário evidencia a complexa interseção entre política, economia e poder na região, tornando-a peça-chave no entendimento do cenário fluminense.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem interdisciplinar, articulando geografia política, sociologia e ciência política para analisar a dinâmica eleitoral da Baixada Fluminense e a influência dos clãs familiares. Para isso, foram empregados três principais procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica, análise documental e interpretação crítica dos dados socioeconômicos e políticos.

A revisão bibliográfica fundamenta-se em autores como Beloch (1986), Simões (2007), Alves (2003, 2008) e Miagusko (2018), que analisam a estrutura política da região e a relação entre clientelismo, violência e poder. Complementarmente, estudos de geografia urbana e eleitoral auxiliam na compreensão do papel territorializado dos grupos políticos hegemônicos.

A análise documental inclui dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) e registros históricos sobre emancipações municipais e reestruturação político-administrativa da Baixada Fluminense. Esses dados permitem identificar padrões históricos e as transformações recentes na dinâmica eleitoral da região.

Por fim, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, combinando estatísticas com uma leitura crítica das práticas políticas locais. Esse método possibilita compreender a persistência das redes de poder e seus impactos na governança municipal e no cenário eleitoral estadual e nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A militarização da Baixada Fluminense tem intensificado a violência, reforçando um ciclo de repressão e controle territorial por grupos armados. A presença de milícias e sua relação com agentes do Estado evidenciam a complexidade desse fenômeno, uma vez que esses grupos são frequentemente compostos por agentes da segurança pública da ativa, aposentados ou ex-agentes, além de manterem conexões com setores do poder público (Alves, 2008). Essa proximidade possibilita a atuação das milícias no financiamento de campanhas eleitorais, na cooptação de políticos e na influência sobre a segurança pública, dificultando a repressão efetiva de suas atividades.

Como resultado, os processos eleitorais na região são atravessados por essas estruturas, permitindo a ascensão de grupos políticos que se beneficiam dessa dinâmica e consolidando redes clientelistas que perpetuam o domínio de determinadas elites. O controle político e econômico na Baixada Fluminense também é marcado pela atuação de clãs familiares, cujos membros se revezam em cargos eletivos e mantêm influência por meio da distribuição de favores, alianças estratégicas com setores religiosos e do entretenimento, e do controle sobre serviços essenciais. Essa estrutura dificulta a alternância democrática e reforça a manutenção do poder por um grupo restrito de agentes, garantindo a continuidade de privilégios e o aprofundamento das desigualdades regionais.

A violência política, frequentemente materializada em assassinatos e ameaças a candidatos e líderes comunitários, reflete a ausência de mecanismos democráticos consolidados e a fragilidade institucional na mediação de conflitos. Os homicídios de políticos na região, em sua maioria vinculados a disputas entre grupos armados e elites locais, são sintomáticos desse modelo de governança paralela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo confirma que a política na Baixada Fluminense é marcada pela continuidade de redes clientelistas, estruturadas por meio da troca de favores, do controle de cargos públicos e do acesso privilegiado a recursos estatais. Essas redes se consolidam por meio de alianças

entre políticos locais, empresários, grupos paramilitares e lideranças comunitárias, garantindo apoio eleitoral e a manutenção do poder.

O domínio de clãs familiares também se destaca nesse cenário, com dinastias políticas que há décadas controlam prefeituras, câmaras municipais e cargos estratégicos na administração pública. Em diversos municípios da Baixada, famílias como Reis, Cozzolino, David-Sessim, Zito, Carneiro, Ceciliano, Anabal, Bornier perpetuam sua influência por meio de sucessões eleitorais, nomeação de aliados e alianças estratégicas com setores econômicos e religiosos. Uns com maior protagonismo, outros no ostracismo, mas que podem aparecer novamente no cenário político.

Além disso, a influência crescente de grupos religiosos neopentecostais e do setor do entretenimento, especialmente ligado ao carnaval e à música popular, reforça esse modelo de governança. Essas lideranças atuam não apenas como formadoras de opinião, mas também como intermediárias no acesso a benefícios e serviços, fortalecendo o clientelismo e reduzindo as possibilidades de renovação política na região.

A relação entre política e violência segue como um fator determinante, com a atuação de milícias e grupos armados interferindo diretamente no processo eleitoral e na governança local. Além disso, a persistente precarização social e a falta de políticas públicas eficazes favorecem a manutenção do status quo, tornando as eleições um espaço de reprodução do poder, mais do que de transformação.

Dessa forma, a realidade política da Baixada Fluminense evidencia um modelo de governança baseado na manutenção de privilégios e na instrumentalização do eleitorado. O ciclo de poder estabelecido se perpetua por meio da desigualdade e da subordinação das estruturas institucionais aos interesses de grupos hegemônicos, tornando a região um reflexo das contradições do cenário político nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio uma história de violência na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003.

ALVES, José Cláudio Souza. **Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro**. In: Justiça Global (org.). Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 33-36. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/relatorio_milicias11.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

BELOCH, Israel. **Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada**.



Editora Record, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MIAGUSKO, Edson. **A pacificação vista da Baixada Fluminense: violência, mercado político e militarização**. In: FARIAS, J.; ROCHA, L. M.; LEITE, M. P.; CARVALHO, M. B. (org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita, RJ: Entorno, 2007. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/images/2/27/A_Cidade_Estilha%C3%A7ada.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E SAÚDE: DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DA DENGUE EM ITABORAÍ – RJ

Bruno Faria Gomes¹⁸², Paulo Henrique Maia de Moura¹⁸³.

Eixo 12: Geografia, Território e Saúde.

RESUMO

A dengue é uma das arboviroses que mais mata no país. O seu principal vetor, o *Aedes aegypti*, chegou a ser erradicado no país por conta do combate à febre amarela, mas com o relaxamento das ações sanitárias, retornou trazendo a epidemia de dengue dos anos 80. Para analisarmos como a doença se propaga, a análise da sociedade e da sua dimensão espacial é essencial, pois está diretamente ligada ao avanço técnico dos meios de transporte, com o aumento do fluxo de pessoas, da questão sanitária como o saneamento básico, da produção desigual dos espaços e da questão climatológica. Sendo assim, este trabalho traz um levantamento sobre como a dengue ocorre nos limites do município de Itaboraí – RJ.

Palavras-Chave: Dengue. Geografia. Saúde. Epidemia.

INTRODUÇÃO

Os casos de dengue estão em evidência anualmente, principalmente por conta de sua relação com a quantidade de óbitos. O município de Itaboraí – RJ é assolado por casos dessa arbovirose há décadas, mas não de forma uniforme dentro do limite territorial. Dessa forma, há de se analisar os casos tanto pela ótica da saúde, quanto pela ótica da geografia, a partir das desigualdades socioespaciais existentes que potencializam as vulnerabilidades que tangem a dengue, além das questões climáticas e sanitárias, em cada um dos oito distritos³, para se pensar no combate à doença. Segundo o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2022, o município conta com 224.267 habitantes (IBGE, 2022) e de acordo com o Instituto de Água e Saneamento no ano de 2022 apenas 1,29% da população é atendida com esgotamento sanitário (IAS, 2022), frente a média de 64,9% do estado do Rio de Janeiro e 55,5% do país. Cerca de 30,03% da população total de Itaboraí tem acesso aos serviços de abastecimento de água, a média do estado do Rio de Janeiro é 89,07% e, do país, 84,24%.

Em relação à Dengue, no Brasil, seu principal vetor é a fêmea do mosquito *Aedes aegypti*, da família Flaviviridae e no gênero *Flavivirus*, distribuídos em quatro sorotipos: DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4. Segundo o Instituto Oswaldo Cruz, os primeiros casos da

¹⁸² Estudante de Graduação em Geografia UERJ/FFP, brunofgomes92@gmail.com.

¹⁸³ Estudante de Graduação em Geografia UERJ/FFP, paulohenrique_mdm@hotmail.com.

³ Itaboraí, Porto das caixas, Itambi, Sambaetiba, Visconde de Itaboraí, Cabuçu, Manilha e Pachecos.

doença no país foram registrados no fim do século XIX, em Curitiba-PR e no início do século XX em Niterói-RJ (IOC, 2019). Porém, o vetor ficou mais conhecido a partir da epidemia de febre amarela ocorrida no país, tendo sido considerado erradicado em 1955, mas com o afrouxamento das normas sanitárias na época, o vetor retornou no fim da década de 1960 trazendo consigo, posteriormente, o vírus da dengue.

A partir de aspectos da urbanização com saneamento básico deficitário, o crescimento populacional sem planejamento e as condições climáticas pode se observar a forma como a doença se prolifera. A proliferação dessa arbovirose, além de ser uma questão sanitária, também é uma questão geográfica que envolve questões sociais, assim como qualquer outra doença.

Entender como a doença se prolifera, principalmente no espaço urbano, está diretamente relacionada a fatores que cabem análise à geografia, o contexto da globalização e o fluxo de pessoas e mercadorias, assim como as desigualdades socioespaciais, são fatores determinantes para entendermos o motivo pelo qual a doença ocorre de forma desigual dentro de um mesmo município, como é o caso de Itaboraí – RJ, com seus oito distritos (Itaboraí, Porto das Caixas, Itambi, Sambaetiba, Visconde de Itaboraí, Cabuçu, Manilha e Pachecos) assim como quais ações foram tomadas para o seu combate em cada um deles.

Portanto, ao vincular a saúde com a geografia, torna-se possível desenvolver pesquisas e trabalhos para melhor entendimento de como a dengue consegue resistir mesmo com inúmeras ações promovidas, seja pelo Ministério da Saúde ou pelas secretarias estaduais e municipais.

MATERIAL E MÉTODOS

Além do uso de informações do Ministério da Saúde (MS), da Secretaria Municipal de Saúde de Itaboraí (SEMSA) e do Programa Municipal de Combate as Arboviroses – PMCA (Prefeitura de Itaboraí, 2022), esta pesquisa utiliza de dados gerados através dos casos notificados para a elaboração de boletins epidemiológicos e através do Levantamentos Rápido de índice para *Aedes aegypti* (LIRAA). Além dos conceitos de espaço geográfico (Santos, 1996), a geografia enquanto construção natural e social (Silva, 1971) com um olhar interdisciplinar (George, 1972) e compreender a saúde do ponto geográfico (Guimarães, 2015), além das desigualdades socioespaciais e a vulnerabilização dos lugares (Albuquerque; Ribeiro, 2020), a história do conceito de saúde (Scliar, 2007), o conceito de espaço e epidemiologia (Czeresnia; Ribeiro, 2000), o Sistema Único de Saúde (SUS) como um macrossistema (Ribeiro, 2017).

Além do mais, o presente trabalho fundamenta-se em todos os componentes relacionados no combate as arboviroses do município de Itaboraí – RJ, como o laboratório de epidemiologia, que determina a distribuição do vetor numa determinada área através dos resultados das amostras recolhidas durante o LIRAA e o tipo de abordagem para a contenção tanto da doença quanto do mosquito, além dos agentes de combate das endemias (ACEs), que são responsáveis pelas visitas focais, que visam combater diretamente os focos dos vetores. É também de suma importância, as notificações tanto dos casos confirmados quanto dos possíveis casos informados pelas unidades de saúde do município.

É a partir desses levantamentos e dessas ações que se pode determinar, geograficamente, quais as características da disseminação do vírus e suas particularidades entre os distritos do mesmo município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inserção de outras arboviroses como a Zika e a Chikungunya no município de Itaboraí-RJ não impediu que a dengue continuasse sua crescente infestação nos últimos anos, havendo nos três primeiros meses de 2024 quase 4.000 casos notificados, segundo o boletim epidemiológico do município (SEMSA, 2024). Dentre os 5 bairros com os maiores números de casos, 3 são pertencentes ao 1º distrito de (Itaboraí), somando 585 casos (SEMSA, 2024).

As questões que tangem os irregulares e desiguais fatores como: saneamento básico, fornecimento de água em alguns pontos e o número insuficiente de agentes de combate às endemias, para abranger todos os domicílios do município, alinhados as desigualdades socioespaciais e a questão climática são vistos como fatores fundamentais para a permanência dessa doença endêmica.

Mesmo com toda a dificuldade enfrentada no combate a essa doença fatal, o trabalho realizado pelo Programa Municipal de Combate as Arboviroses – PMCA (Prefeitura de Itaboraí, 2022), assim como outras ações, é de suma importância para que cada vez mais o número de casos diminua e para compreender a relação da doença e da circulação do vírus com os fixos e fluxos (Santos, 1996), no que diz respeito aos fixos, destaca-se a questão do saneamento básico e do abastecimento de água e em relação aos fluxos, os transportes e demais dinâmicas de deslocamento de pessoas, sobretudo com a capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho está em fase de elaboração, a pesquisa e coleta de novos dados auxiliará o ainda mais na construção do artigo, porém com os dados obtidos até o momento já se pode esboçar um panorama da questão que envolve a relação espacial com a disseminação do vírus da Dengue no município de Itaboraí-RJ. Em breve, novos dados irão colaborar no aperfeiçoamento do trabalho, assim como a utilização da base empírica já coletada até o momento. Por fim, há de se destacar essa vertente pouco explorada no âmbito universitário, a Geografia com seus conceitos atrelados à Saúde, devido ao seu potencial não só de mapear, mas também de discorrer de forma crítica acerca das questões que envolvem a parte sanitária e o espaço geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M. V.; RIBEIRO, L. H. L. **Desigualdade, Situação Geográfica e Sentidos da Ação na Pandemia da COVID-19 no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208720>. Acesso em: 07 de fev. 2025.

CZERESNIA, D.; RIBEIRO, A. M. **O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(3):595-617, jul-set, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000300002>. Acesso em: 07 de fev. 2025.

GEORGE, P. **Os métodos da Geografia**. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GUIMARÃES, R. B. **Geografia da saúde: categorias, conceitos e escalas**. In: GUIMARÃES, R. B. *Saúde: fundamentos de Geografia humana*. São Paulo: Editora UNESP, 2015. cap. 4, p. 79-97. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/4xpyq/pdf/guimaraes-9788568334386.pdf>. Acesso em: 07 de fev. 2025.

INSTITUTO DE ÁGUA E SANEAMENTO (IAS). **Municípios e Saneamento – Itaboraí (RJ)**. Rio de Janeiro: IAS, 2022. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/rj/itaborai>. Acesso em: 07 de fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados – Itaboraí - RJ**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/itaborai>. Acesso em: 07 fev. 2025.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ (IOC). **Longa Trajetória**. Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://www.ioc.fiocruz.br/noticias/longa-trajetoria>. Acesso em: 07 fev. 2025.

PREFEITURA DE ITABORAÍ. Secretaria Municipal de Saúde de Itaboraí. **Programa**



Municipal de Combate as Arboviroses – PMCA. Itaboraí, RJ: Prefeitura de Itaboraí, 2022.

RIBEIRO, L. H. L. **O Sistema Único de Saúde (SUS) como um macrossistema: território, técnica e política.** Geosp – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 737-754, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.118291>. 07 fev. 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SCLIAR, M. **História do Conceito de Saúde.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003>. Acesso em: 07 fev. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITABORAÍ (SEMSA). **10º Boletim Epidemiológico Arboviroses.** Itaboraí, RJ: SEMSA, 2024.

SILVA, A. C. **Notas sobre o método científico e a observação em geografia.** São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 1971. Disponível em: <https://shre.ink/t4kn>. Acesso em: 07 fev. 2025.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DO USO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: EXPERIÊNCIA NA ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR AZEVEDO, EM BELÉM – PA

Johnny Ruan Santiago dos Santos¹⁸⁴

Eixo 13: Patrimônio, Cultura e Memória.

RESUMO

A pesquisa destaca a importância da Educação Patrimonial através da arquitetura Raio Que o Parta (RQP) presente em Belém do Pará, considerando a necessidade de estabelecer diálogos sobre patrimônio no ensino básico. O objetivo foi aproximar os estudantes da arquitetura, considerado um fenômeno que fortemente se espacializou na cidade de Belém em meados do século XX. Amparado em autores que desenvolveram pesquisas sobre o tema aqui explicitado, foi realizada uma oficina utilizando resíduos sólidos, resultando em uma nova maneira de reproduzir esse fenômeno. Concluiu-se que o trabalho se apresentou como uma alternativa de exercício da Educação Patrimonial em diálogo com distintas realidades, a medida em que a atividade, realizada em uma escola próxima ao rio Guamá, também garantiu a participação de estudantes ribeirinhos. Por fim, foi possível aproximá-los de um objeto de pesquisa discutido entre acadêmicos, pesquisadores e interessados na temática, mas escasso a prática pedagógica nas instituições públicas de ensino.

Palavras-Chave: Educação. Patrimônio. Cidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho revela a importância da Educação Patrimonial experienciada na Escola Estadual Monsenhor Azevedo no bairro Condor, em Belém, cujo objetivo foi aproximar os estudantes da arquitetura Raio Que o Parta (RQP). Esse estudo é compreendido a partir da reflexão de Bezerra e Paes (2023) ao ressaltar que, no campo patrimonial, os marcos arquitetônicos são importantes forma-paisagens presente na sociedade. Embora tenha sido verificado o apagamento dessas construções, ainda é possível encontrar residências que contém, em suas fachadas, os cacos de cerâmica - lembrando raios e formas geométricas - que chegavam até a cidade por meio da caótica rodovia Belém-Brasília. Já Nunes, Gomes e Nunes (2023, p. 123) consideram que essa foi a maneira encontrada pela classe média em ascensão para se inserir ao moderno nas décadas de 40 a 60.

Para a realização da pesquisa, adotou-se, enquanto procedimento metodológico, pesquisas bibliográficas e a aplicação de uma oficina utilizando resíduos sólidos, resultando em uma nova maneira de representar a arquitetura estudada. Concluiu-se que esse exercício, além

¹⁸⁴ Universidade Federal do Pará, johnnyruanufpa@gmail.com.

de incentivar a criatividade, foi capaz de aproximar os estudantes ribeirinhos de um fenômeno específico da cidade de Belém, tendo em vista que a escola onde o trabalho foi realizado fica próxima ao rio Guamá.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi aplicado a oficina, intitulada “Raio Que o Parta: releitura a partir do uso de resíduos sólidos” aos alunos do 6º ano do ensino fundamental durante o VII Encontro de Estudos Amazônicos. Para a realização, foi necessário impressões em papel A4 contendo a fotografia da residência que possui a arquitetura RQP (Figura 1), folhas de papel A4 branca, revistas, lápis de cor, cola e tesouras. Com esses materiais, os estudantes criaram a própria residência, deixando-a semelhante à da fotografia, atentando-se aos raios, já que essa combinação de formas é a identidade da arquitetura.

Figura 1. Fotografia da residência RQP em Belém.



Fonte: elaboração própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado, houve a produção de um quadro (Figura 2) criado pelos próprios participantes da oficina. Durante esse momento, esses sujeitos despertaram o olhar para a releitura da arquitetura, onde cacos de azulejos são substituídos pelo uso do papel das revistas. Mesmo diante dessa adequação, foi possível identificar os traços que recordam as residências RQP, fazendo-os refletir sobre a importância de reutilizar materiais que, ao invés de serem descartados, são reaproveitados, mas que, ainda assim, garantiram a identidade da arquitetura.

Essa prática não apenas incentivou a sustentabilidade, como também despertou a interpretação dos alunos a partir da Figura 1 (fotografia) da residência RQP.

Figura 2. Residência RQP produzida pelos estudantes.



Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a importância de inserir os estudantes em atividades interativas dialogando com a preservação do patrimônio. Esse exercício é crucial, principalmente na cidade de Belém, que adota poucas iniciativas de Educação Patrimonial voltada ao ensino básico, seja através de atividades nas escolas ou em outros espaços. Apesar de não atender esse público em específico, roteiros e aulas livres são iniciativas interdisciplinares que acontecem no Centro Histórico de Belém, principalmente no bairro da Cidade Velha, onde também é possível encontrar as residências RQP, mas que ainda não são incluídas nessas propostas de roteiro pela cidade. É importante dizer que, embora a metodologia tenha sido bem desenvolvida, alguns impasses foram encontrados na escola, como a falta de material para a realização da atividade. Mesmo diante disso, foi possível compreender a importância desse exercício para repassar a história da cidade, principalmente na escola onde a pesquisa foi realizada, que recebe grande quantidade de alunos das ilhas próximas de Belém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Kaique; PAES, Maria Tereza Duarte. **Geografia, turismo e patrimônio cultural: a contribuição de alguns conceitos miltonianos à análise.** In: Comemoração dos



20 anos do Programa de Pós-Graduação em Geografia Instituto de Geociências – Unicamp, 2022, Universidade Estadual de Campinas. Anais [...]. Campinas, SP: Unicamp, 2023. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/20anosppgg/article/view/3927>. Acesso em: 22 mar. 2025.

NUNES, Matheus; GOMES, Yasmin; NUNES, Denise Vianna. **O fenômeno do Raio que o Parta entre a arquitetura e a arte**. Asas da Palavra, Belém, PA, v. 20, n. 2, p. 120-143, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/asas.v20i2.3176>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CIDADANIA E DIREITO À CULTURA: O CARNAVAL DE RUA DO PCB EM RIO CLARO/SP

Vinicius Cesar Sitolin¹⁸⁵, Dayana Aparecida Marques de Oliveira¹⁸⁶

Eixo 13: Patrimônio, Cultura e Memória.

RESUMO

No presente trabalho buscamos compreender como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) utiliza o carnaval de rua em Rio Claro/SP como uma ferramenta de sua territorialidade, através do desfile de seu bloco, o Bloco Vermelho. Este evento do partido visa criar um espaço emancipatório para a população local, que o utiliza como meio de acesso à cultura. O direito à cultura se faz presente na condição de cidadão, por isso temos como objetivo enriquecer o debate acerca da cidadania e do carnaval não só como uma manifestação cultural, mas um palco político. Como metodologia da pesquisa foi adotado a revisão bibliográfica, análise de notícias, trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas com os militantes do partido. Com os resultados desta pesquisa ficou evidente que o carnaval para o PCB carrega consigo um caráter simbólico, tendo a apropriação do espaço público por conta de seu patrimônio e memória em torno de uma identidade, evidenciando as pautas do partido, além de servir como meio de arrecadação financeira.

Palavras-Chave: Cidadania. Territorialidade. Carnaval. Partido Comunista Brasileiro (PCB).

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de um recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica dedicada à compreensão da territorialidade do PCB em Rio Claro/SP, a qual denomina-se “Partido Comunista Brasileiro (PCB) e novas territorialidades em Rio Claro/SP”. Observamos ao longo da pesquisa que o PCB se utiliza de estratégias para reafirmar a construção de sua territorialidade na cidade, dentre as quais destaca-se o Bloco Vermelho, o qual é objeto de investigação neste texto. A relevância deste trabalho justifica-se pela discussão do carnaval não só como manifestação cultural, mas, sobretudo, como espaço político e de apropriação do espaço público.

O Bloco Vermelho faz parte do carnaval de rua de Rio Claro, tendo sido iniciado em 11 de fevereiro de 2024. Diante desta premissa, algumas colocações precisam ser feitas, como o fato do Partido Comunista Brasileiro ter retomado a sua atividade em Rio Claro no ano de 2023, após 76 anos de interrupção de suas atividades. Desde então, o partido tem buscado fortalecer suas ações junto a outros grupos da cidade, o que contribui para o estabelecimento de sua

¹⁸⁵ Universidade Estadual Paulista (UNESP), vc.sitolin@unesp.br.

¹⁸⁶ Universidade Estadual Paulista (UNESP), dayana.marques@unesp.br.

territorialidade. A investigação sobre as ações protagonizadas recentemente pelo partido contribuem para discutir sobre o acesso à cultura como prática de cidadania na cidade de Rio Claro.

Neste contexto, o objetivo principal deste trabalho é compreender como o carnaval de rua organizado pelo PCB integra a sua territorialidade. Além disso, os objetivos específicos são: 1. Discutir o acesso à cultura e a prática da cidadania na cidade. 2. Analisar a ocupação e a apropriação do espaço público pelo Bloco Vermelho.

Para atingir os objetivos mencionados, a discussão basilar baseia-se nos seguintes autores: Haesbaert (2005) para a discussão sobre territorialidade; Guimarães (2012) no intuito de compreender as conexões pretéritas entre o PCB e o carnaval; Burgos (2005) e Santos (2013) para discutir sobre o direito à cidadania, que passa, dentre outras coisas, pelo acesso à cultura. Além da discussão sobre o tema com o uso de bibliografia especializada, o percurso metodológico da pesquisa que deu origem ao texto contou com trabalho de campo no qual foram entrevistados quatro militantes do partido, bem como análise de notícias sobre o Bloco Vermelho.

Através da investigação concluímos que o PCB utilizava-se do carnaval como um mecanismo de territorialização, de divulgação e de arrecadação. As discussões e a análise das informações que corroboram para este resultado encontram-se nas páginas seguintes deste texto.

MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foi adotada como metodologia a revisão bibliográfica sobre conceitos pertinentes à pesquisa; a análise de notícias de veículos de comunicação do partido sobre a festividade, para compreender o posicionamento da instituição; trabalhos de campo que foram realizados em um primeiro momento através de uma visita ao local onde ocorreu o Bloco Vermelho, e logo após na forma de entrevistas semiestruturadas com membros da organização partidária, onde foram entrevistados 4 militantes com cargos dentro do coletivo, nos dias 06/02/2025, 10/02/2025 e 13/02/2025. Os militantes que concederam as entrevistas foram escolhidos pelo PCB, sendo esta uma escolha da própria organização partidária. Ocultamos os nomes dos entrevistados em função do compromisso ético da pesquisa, portanto neste trabalho, eles serão denominados como: Homem, 38 anos, Professor; Homem, 25 anos, Professor; Mulher, 22 anos, Supervisora; Homem, 31 anos, Metalúrgico.

Vale ressaltar que este trabalho foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) por meio do Protocolo 83738124.2.0000.5408. Além do que já foi feito na discussão proposta aqui, pretendemos comparecer ao Bloco Vermelho no dia 02/03/2025 para observar e acompanhar o desfile do bloco de rua.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a organização do Bloco Vermelho, o PCB participa ativamente da festividade do carnaval. Este não é um comportamento inusitado do partido e não se restringe apenas à célula de Rio Claro. Após uma pesquisa bibliográfica encontramos outros pesquisadores da área da História que vem estudando o PCB e a sua articulação com o carnaval, especificamente no período de 1945-1947 no Rio de Janeiro. O trabalho de Guimarães (2012) é um dos exemplos que retratam esse contexto, porém esses exemplos estão muito distantes do caso aqui estudado, possuindo temporalidades e espacialidades distintas. Por conta disso, desenvolvemos nesta pesquisa uma leitura aplicada ao contexto atual, uma vez que a influência política do partido não é mais a mesma de 1945, além disso, como mencionado anteriormente, nosso recorte espacial escolhido para este trabalho trata-se de Rio Claro, no interior do estado de São Paulo.

O carnaval carrega consigo um caráter popular, estando largamente presente na cultura popular brasileira, dando-lhe uma certa universalidade e amplo acesso às massas. Dada a essas potencialidades a festa se torna uma zona de interesse do PCB, pois serve como porta de entrada para o diálogo entre o coletivo partidário e a população local, como ficou marcado na sua história. Mais do que isso, segundo Barroso (2017), o carnaval é uma festa subversiva contestadora da ordem vigente, abordando temas recorrentes da sociedade considerados como tabus desde a sua origem, essa característica torna a festividade um terreno fértil para a exposição e construção de ideias emancipatórias, resultando em um ambiente palco de disputas políticas pela sua própria natureza.

Por se tratar de uma manifestação cultural que integra a identidade brasileira, o carnaval possui um aspecto simbólico para a população, além de contribuir para a apropriação dos espaços públicos, cada vez mais sucateados em função da tendência à privatização (Serpa, 2007). A apropriação do espaço público, no caso do PCB, através do Bloco Vermelho, é também uma territorialização. No caso de Rio Claro, o próprio trajeto do bloco passa por espaços simbólicos da cidade e do partido, a saber: a Praça dos Artesãos, onde ocorre a concentração do bloco, neste local há um monumento em homenagem a um comunista morto

na Guerrilha do Araguaia; e o Sindicato dos Metalúrgicos, destino do desfile e um dos locais territorializados pelo partido na cidade (Sitolin; Oliveira do Ó; Oliveira, 2024).

Haesbaert (2005) discute que há dois tipos de território, um funcional e outro simbólico, o primeiro se trataria de um território físico mas sem territorialidade, enquanto o segundo seria uma territorialidade sem um território. Nesse sentido, o processo de apropriação do espaço público pelo PCB se enquadraria como um território simbólico, visto que a territorialidade se fundamenta em torno de uma identidade e vínculo ao patrimônio e memória da Praça dos Artesãos.

Desde sua reabertura em Rio Claro, o PCB tem discutido temas relevantes para a cidade, tais como: o acesso à saúde para pessoas trans, direitos trabalhistas dos funcionários públicos, o desmonte na educação pública, o direito à cultura, entre outros. Esses temas contribuem para a ampliação da discussão sobre cidadania na cidade, a qual, embora seja garantida pela legislação, não é colocada em prática e acaba sendo alvo de luta pelos mais pobres (Burgos, 2005; Santos, 2013; Oliveira; Oliveira do Ó; Santiago, 2024). Cabe ressaltar que dentre os direitos garantidos aos cidadãos, a cultura aparece como prerrogativa. Nas entrevistas os militantes abordam o carnaval quando perguntado “Quais atividades do partido são abertas para população?”, dos 4 entrevistados, 3 mencionam o carnaval nesta pergunta, demonstrando a relevância do evento. Ainda diante desta pergunta, ao mencionar o carnaval foi dito “A gente acredita que o Brasil tem uma cultura e ela deve ser seguida [...] A gente viu que em Rio Claro estava se formando um pequeno cenário de carnaval de blocos e seguimos esse movimento” (Homem, 25 anos, Professor).

O papel do Bloco Vermelho na articulação do PCB em Rio Claro, centra-se na propagação da existência e das ações do próprio partido, além de servir como forma de levantamento de fundos que garante o funcionamento do mesmo. Em entrevista, é questionado a um dos militantes “Como surgiu a ideia do carnaval?”, o mesmo diz que “A gente precisa dessas políticas de finanças, alguma forma de conseguir dinheiro, ao mesmo tempo que não é só uma forma de conseguir dinheiro, é um ato político, um ato público.” (Homem, 25 anos, Professor), sendo esse um mecanismo de manutenção política e financeira do partido.

Para fins de conclusão, retomaremos os pontos centrais desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho ficou evidente que o carnaval é sim um ato político, sendo um palco em disputa devido ao teor subversivo da festa. Diante deste contexto, o PCB se faz presente ao criar

um espaço emancipatório para a população que o ocupa para ter acesso à cultura e plena cidadania, nesse processo o partido utiliza-se da festividade para criar vínculos com as massas e propagar as suas ideias. No decorrer da atividade, o PCB se apropria de um espaço simbólico, articulando a sua territorialidade na cidade através de uma identidade, proporcionando visibilidade ao coletivo e também servindo como política financeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, F. M. **Subversão e purpurina: o carnaval de rua não-oficial do Rio de Janeiro**. Entremeios: Revista Discente da Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://entremeios.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=110&sid=19>. Acesso em: 18 fev. 2025.

BURGOS, M. B. **Cidade, Território e Cidadania**. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 189-222, jan./mar. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000100007>. Acesso em: 18 fev. 2025.

GUIMARÃES, V. L. **Craques e bambas comunistas: as relações entre a cultura partidária e a cultura popular durante a legalidade do PCB (1945-1947)**. In: ROXO, M.; SACRAMENTO, I. (org.). *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, Universidade de São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <https://catedrataller.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/haesbaert-r-compilacic3b3n-de-textos.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

OLIVEIRA, D. A. M.; OLIVEIRA DO Ó, A. P.; SANTIAGO, P. P. **Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social**. In: CAPEL, H.; OLIVEIRA, F. G.; ALGEBAIL, E.; ZAAR, M.; TUNES, R.; RODRIGUES, T. (org.). *A Geografia ibero-americana no contexto contemporâneo: um balanço crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024. v. 2, cap. 14, p. 344-364.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão e outras reflexões**. 2. ed. Porto Alegre: Fundação Ulisses Guimarães, 2013. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v. 3).

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SITOLIN, V. C.; OLIVEIRA DO Ó, A. P.; OLIVEIRA, D. A. M. **Apropriação do espaço urbano e territorialidades: uma discussão sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro em Rio Claro/SP**. In: XVIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 18., 2024, Universidade Federal Fluminense, Campus Praia Vermelha. Anais [...]. Niterói, RJ: UFF, 2024. Disponível em: <https://shre.ink/tVbO>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GEOGRAFIA DOS SABORES E ESPACIALIDADES CULTURAIS

Leonardo Marim Pomilio¹⁸⁷

Eixo 13: Patrimônio, Cultura e Memória.

RESUMO

O conceito de alimentação, para a antropologia, trabalha os vínculos sociais que se estabelecem entre os indivíduos de um grupo, durante todo o processo de preparo deste alimento, não se restringindo apenas à questão nutricional. O estudo da alimentação humana, quando incorporado pelas ciências humanas, passou a representar este ato necessário para manutenção das funções vitais do corpo, como também vital para as relações sociais. A incorporação deste termo nas pesquisas por geógrafos pode servir de instrumento para compreender territorialidade e espacialidade a partir do conceito “alimentação”, além de auxiliar nos temas já explorados, como a globalização e o êxodo rural.

Palavras-Chave: Alimentação. Globalização. Cultura alimentar.

INTRODUÇÃO

O conceito de alimentação e dieta, quando estudado pelas ciências humanas, é abordado de maneiras que ultrapassam a necessidade nutricional para o bom funcionamento das funções corporais e se concentra em aspectos ligados à cultura e as práticas sociais que se sustentam pela alimentação.

O estudo da alimentação pelas ciências humanas, também chamada de cultura alimentar, busca entender as relações que o cultivo, o preparo e o consumo dos alimentos podem manter, e como a organização social de um grupo se volta para isso. A exemplo dessas relações entre os indivíduos de um grupo pelo alimento, nós temos a prática do mutirão, tradicional de diversos grupos de agricultores, como os caipiras e os caiçaras.

Dentro da geografia cultural, temos a área da geografia dos sabores que estuda as relações dos indivíduos com o meio que habitam através da lente da alimentação. Esses estudos não se limitam a descrição massiva de atos e práticas que o grupo estudado desenvolve com seu trabalho voltado a conquista do alimento, o estudo analisa também os processos históricos e econômicos que transformam a relação das pessoas com a sua alimentação, como a entrada de alimentos super processados na dieta, a globalização e as migrações.

Questões como o êxodo rural, a rotina do dia-a-dia e a grande presença de super processados nos mercados, ajudam a compreender a realidade contemporânea na relação que os indivíduos, principalmente os urbanos, têm com sua própria alimentação. Essa relação, cada

¹⁸⁷ Universidade Federal do Paraná, leonardo.marim@ufpr.br.

vez mais fragilizada, passa a ser subvalorizada pela população, voltando a discussão apenas para a área da saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

Com o objetivo de defender a importância do estudo do conceito “alimentação” pela geografia, esta pesquisa busca encontrar elementos que se relacionam com o objeto de estudo da geografia, o espaço geográfico, na área da geografia cultural, buscando evidenciar a importância que este elemento presente em todas as culturas e sociedades têm na formação de territorialidades e paisagens.

Para a realização desta pesquisa, foi realizada a leitura de artigos e livros que tivessem como tema central o estudo dos conceitos “Alimentação” e “cultura alimentar”. Os livros agiram como instrumento para auxiliar na compreensão do tema, além de evidenciar aspectos da cultura, como no caso de Laraia (1986) que evidencia como questões de gênero ou idade influenciam na participação dos indivíduos na cultura da qual eles fazem parte. Essas questões ficam claras no artigo de Holzer (2012), que evidencia o papel da mulher caçara no cuidado da roça e no preparo das refeições, enquanto os homens saíam para pescar, consertar redes e canoas, mostrando além da divisão do trabalho, a maneira como a espacialidade dos indivíduos auxiliava a construir sua cultura alimentar.

A busca por estes artigos e livros se iniciou pela pesquisa do termo “alimentação” dentro da plataforma *Google Scholar*. Após isso, para buscar os textos que mais se enquadraram em minha pesquisa, busquei na bibliografia destes artigos, os livros e artigos que foram citados.

Os textos que fundamentam este resumo são pautados nas pesquisas sobre cultura alimentar e o papel que a alimentação possui na cultura e na nossa sociedade brasileira. Além de como nossas identidades estão diretamente relacionadas às memórias e relações afetivas que possuímos com nossa alimentação, identidades essas que se estruturam além das práticas alimentares, mas também na nossa territorialidade e nas paisagens culturais que as compõem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a leitura dos textos, fica evidente a importância da alimentação não apenas para a saúde do corpo, mas também para a manutenção dos laços sociais e da cultura de todos os grupos humanos. Para DaMatta (1986), por exemplo, explora os termos “alimento” e “comida” pela visão dos brasileiros, como o alimento sendo qualquer coisa para manter o corpo sadio e a comida sendo o alimento com significado, com sua validação cultural. Para ele, os brasileiros

têm bem marcada a sua visão do que é comida e do que é alimento. Por exemplo quando falamos que estamos com “fome de comida”, nos referindo ao tradicional arroz com feijão.

A globalização é também um tema abordado em alguns textos em que se busca explicar a transformação ou processo de abandono de uma tradição. A implementação de empresas e atividades turísticas, servindo de fator de atração de indivíduos, gera um processo de reestruturação do espaço das cidades. Como no caso de Rio das Ostras, município do estado do Rio de Janeiro, que teve sua população aumentada de 36.419 pessoas, para 105.757 pessoas. O município possuía uma população com cultura e pratos próprios, que acabaram sumindo dos restaurantes devido ao aumento da população por pessoas vindas de fora.

A abertura cultural e econômica presenciada no século XX, fez com que alimentos industrializados fossem inseridos cada vez mais nas grandes redes de mercado, sendo muitas vezes mais acessível para os consumidores do que o alimento in natura ou feito artesanalmente. Como movimento de resistência à globalização e aos super processados nos mercados, as pessoas passam a ver nas feiras-livres um mercado com o qual se pode comprar comidas tradicionais com

qualidade simbólica presente nesses alimentos, como tradição, origens e raízes, pois esses alimentos trazem arraigados na sua constituição a história particular de uma comunidade, de um território, de um grupo ou de uma região que o fizeram como únicos. (Zuin; Zuin, 2008, p. 111).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito “alimentação”, assim como “cultura alimentar”, é muito trabalhado dentro da antropologia, principalmente na relação dos indivíduos com o processo da alimentação. Estes conceitos, dentro da geografia dos sabores, possuem a capacidade de explorar as relações coletivas que grupos humanos têm com sua espacialidade além do plano material, mas também no imaginário cultural do grupo.

Cabe a geografia dos sabores, parte da geografia cultural, investigar cada vez mais a alimentação brasileira, através da leitura dos cenários geopolíticos, econômicos e históricos que podem levar a um processo de ruptura do tradicional e cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.



HOLZER, Werther. **Cozinhas e comida caseira: pratos com peixe e paisagens de restinga.** Geograficidade, Niterói, v. 1, n. 1, p. 68-75, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3986705>. Acesso em: 23 mar. 2025.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil.** Rio de Janeiro. Rocco. 1986. *E-book*.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. **Produção de alimentos tradicionais, contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, SP, v. 4, n. 1, p. 109-127, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/117>. Acesso em: 23 mar. 2025.

ANÁLISE DA ESTABILIDADE SEDIMENTOLÓGICA DO RIO REAL, NA ESTAÇÃO 50290000, A PARTIR DA METODOLOGIA HIDROLOGIA AVANÇADA EXPERIMENTAL (HAE)

Pedro Inocêncio Santos de Oliveira Lima¹⁸⁸, Mário Jorge de Souza Gonçalves¹⁸⁹, Antonio Puentes Torres¹⁹⁰

Eixo 14: Hidrosfera, água e seus desafios.

RESUMO

Este trabalho investiga as alterações na estabilidade sedimentológica na bacia hidrográfica do rio Real (BHRR), situada nos estados de Sergipe e Bahia entre os paralelos -10°25'3''S e -11°38'48''S e meridianos -38°36'58''O e -37°22'56''O, na Estação 50290000, entre 1966 e 2021, com destaque para a influência da barragem Capim Duro com início de operação em 2003. O objetivo é compreender a evolução desta estabilidade no rio e fornecer subsídios para a gestão de seus recursos hídricos. A pesquisa utilizou dados de séries históricas obtidos na estação fluviométrica Itanhhy (50290000), analisados com base na metodologia de Hidrologia Avançada Experimental (HAE), dividindo o período trabalhado em quatro subperíodos. Os resultados indicaram que 66,6% dos subperíodos apresentaram estabilidade na cota mínima da régua, enquanto 33,3% evidenciaram erosão. O subperíodo 2001-2014 coincidiu com a entrada em operação da barragem, apontando possível influência na redução da cota mínima. Conclui-se que a BHRR mostra diferentes dinâmicas de escoamento, que podem ser influenciadas tanto por fatores naturais quanto antrópicos, destacando a importância da análise estatística para o planejamento hídrico.

Palavras-Chave: Bacia Hidrográfica. Bahia. Sergipe. Gestão hídrica.

INTRODUÇÃO

A bacia hidrográfica é um elemento fundamental para a análise na fase terrestre do ciclo hidrológico. Pode ser definida em uma área de captação natural da água oriunda da precipitação, responsável por convergir os escoamentos para um único ponto de saída, que é o exutório. Portanto, a bacia hidrográfica pode ser considerada um Geossistema natural, que, segundo Bertrand (2004) "sendo assim uma categoria espacial de componentes relativamente homogêneos, cuja dinâmica resulta da interação entre o potencial ecológico, a exploração biológica e a ação antrópica" (Rosolém; Archela, 2010, p. 3).

Sendo assim, a bacia hidrográfica do rio Real (BHRR) está situada nos estados de Sergipe e Bahia entre os paralelos -10°25'3''S e -11°38'48''S e meridianos -38°36'58''O e -37°22'56''O, perpassando pela mesorregião do Nordeste Baiano e duas mesorregiões do

¹⁸⁸ Graduando de Geografia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, pedrosato222@outlook.com.

¹⁸⁹ Pós Doutor em Geografia Física pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, mariotaboca@gmail.com.

¹⁹⁰ Doutor em Hidrologia Florestal pela Universidad de Córdoba - UCO, puentes@ufba.br.

Estado de Sergipe, a do Agreste e a do Leste. Segundo a Divisão Hidrográfica Nacional, instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) n.32, de 15 de outubro de 2003, a BHRR está inserida na sub-bacia 50 da Região Hidrográfica do Atlântico Leste, sendo uma bacia de gestão compartilhada entre os dois estados onde se situa.

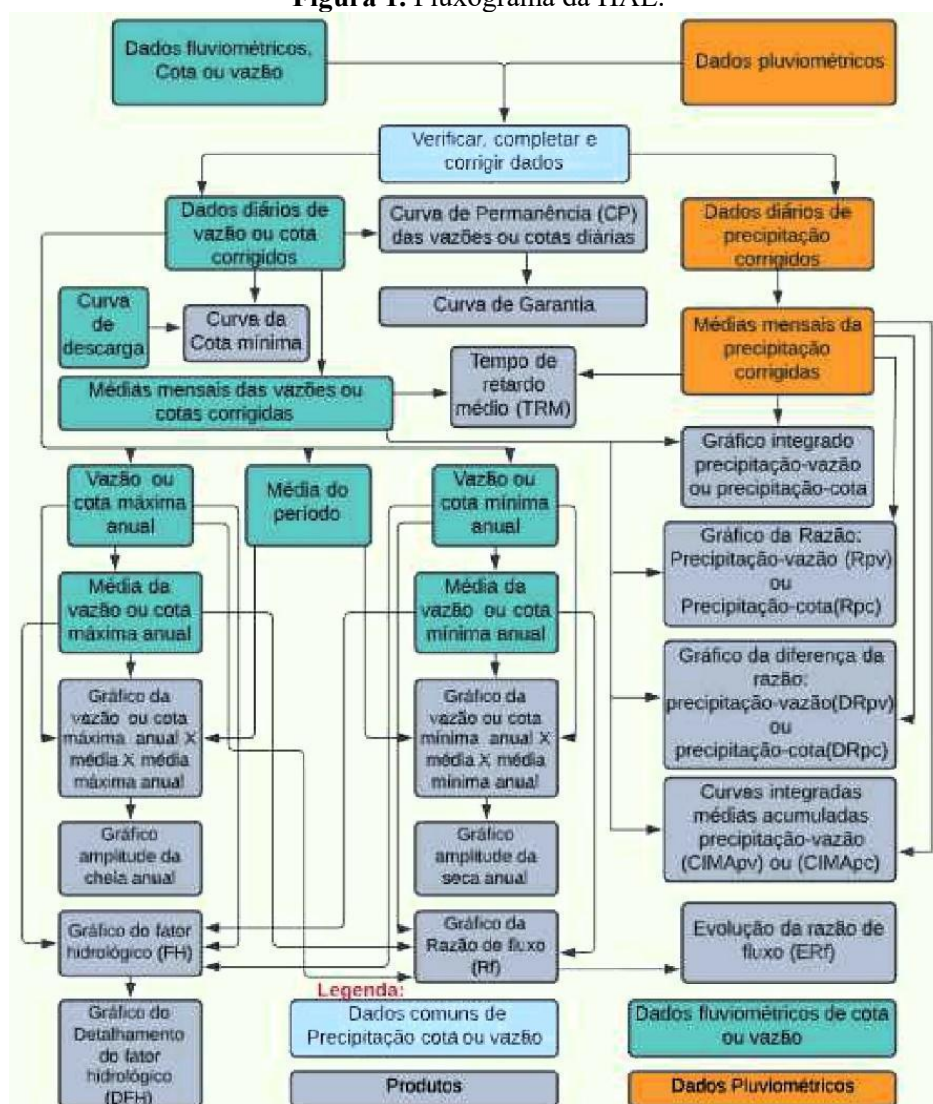
A BHRR engloba parte do Nordeste da Bahia e do Sudoeste de Sergipe, sendo limitada ao sul pela bacia do rio Itapicuru e ao Norte pela bacia do rio Vaza Barris, e tem área total de 8.946,67 km², onde se distribuem 27 municípios com população estimada em 810.129 habitantes (CODEVASF, 2021), o rio Real, que marca a divisa entre Bahia e Sergipe, nasce entre os municípios de Poço Verde/SE e Heliópolis/BA e deságua no oceano Atlântico na vila de Mangue Seco, em Jandaíra/BA, e tem como principais afluentes os rios Mocambo e Baixa do Tubarão. As nascentes principais localizadas em áreas de clima semiárido, e segundo a classificação climática de Köppen (1931) em seu percurso passa por áreas de clima tropical de savana e tropical de monção no percurso até o exutório no litoral Norte da Bahia e Sul de Sergipe.

A análise estatística proporciona um entendimento da forma como a dinâmica dos sedimentos acontece ao longo do período amostral e desta forma auxilia no planejamento e gestão de recursos hídricos, possibilitando uso sustentável aguado rio, sua balneabilidade e navegabilidade, O objetivo desse estudo é analisar as possíveis alterações na estabilidade dos sedimentos no período estudado (1966-2021), assim, compreendendo sua dinâmica no escoamento superficial e disponibilizar informações úteis ao planejamento e gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Real (BHRR).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia usada no trabalho se deu a partir da utilização de dados quantitativos e das séries temporais de vazão, tendo como base a metodologia desenvolvida por Gonçalves (2014), intitulada Hidrologia Avançada Experimental (HAE), cujo fluxograma pode ser observado na Figura 1. Para desenvolvimento do trabalho, se dividiu o processo em diferentes etapas para chegar aos resultados pretendidos: a compilação de bibliografia e obtenção dos dados quantitativos, a revisão destes dados coletados, sistematização e consolidação para gerar os quadros e a interpretação dos dados.

Figura 1. Fluxograma da HAE.



Fonte: Gonçalves (2020).

As informações sobre os aspectos físicos da bacia hidrográfica em estudo, foi feita a partir da verificação dos dados fluviométricos, obtidos a partir do acesso ao banco de dados digital pertencente a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o HidroWeb, com a coleta dos dados disponíveis na seção de séries históricas de cotas no período de 1966 a 2021 (Brasil, 2023), na Estação Itanhy, codificada como 50290000, no município de Jandaíra - BA, localizada nas coordenadas -11°32'22.92"O e -37°34'5.16"S, na BHRR, com destaque para a construção e operação da barragem Capim Duro, a montante e voltada para abastecimento humano, situada no município de Cícero Dantas, no riacho Cambassé, nas coordenadas geográficas -38°12'55,6"O e -10°40'10,9"S, que teve início de operação no ano de 2003, ressaltando que a barragem se encontrava em clima semiárido e em região próxima a nascente.

Após a coleta de dados de cotas foi necessário colocá-los em ordem crescente e verificá-los devido a probabilidade da existência de lacunas com dados em branco e linhas repetidas, que tem influência sobre o resultado da pesquisa. Foi realizado o preenchimento das lacunas ausentes e correção de existentes que apresentavam incoerências através do método de média aritmética e progressão aritmética, consistidas na subtração entre os valores preenchidos, prosseguido da divisão do valor encontrado na subtração pelo número de intervalos que faltam ser preenchidos acrescido de mais 1 unidade, no programa Excel, propriedade da *Microsoft*.

Com a HAE, no período de 1966 a 2021 (56 anos) foi dividido em 4 subperíodos, determinados a partir da curva de descarga (curva-chave), a fim de avaliar o valor da cota mínima da base da régua do subperíodo superior com o valor do subperíodo imediatamente inferior, podendo desta forma caracterizá-lo, como sendo de erosão, quando a cota posterior é menor que a anterior, assoreamento, quando a cota posterior é maior que a anterior e estável, quando a cota posterior é igual a cota anterior. Salienta-se que o primeiro período não é analisado em relação à estabilidade, já que não há outro acima para se fazer a comparação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como pode ser observado no Quadro 1, dos 4 subperíodos analisados, 2 (66,6%) apresentam estabilidade na cota mínima da régua, já 1 (33,3%) indica que ocorreu processo de erosão. O período de 07/2001 a 12/2014 coincide com o momento que a barragem Capim Duro entrou em operação, no ano de 2003, podendo indicar influência da barragem sobre a dinâmica de escoamento superficial na BHRR. Não foi observado períodos de assoreamento, indicando que a retenção de sedimentos na barragem vem acontecendo e que a redução de vazão não foi suficiente para que o rio perdesse sua competência de transporte.

Quadro 1. Subperíodos da BHRR, no período de 1965 a 2021.

PERÍODO	COTA MÍNIMA DA RÉGUA	COTA MÍNIMA DA ÁGUA NA RÉGUA	LÂMINA D'ÁGUA CRÍTICA	SITUAÇÃO
11/1965 - 05/1990	50	51	1	-
06/1990 - 06/2001	50	50	0	Estabilidade
07/2001 - 12/2014	30	36	6	Erosão
01/2015 - 12/2021	30	37	7	Estabilidade

Fonte: Brasil (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise dos resultados obtidos após correção e tratamento dos dados disponibilizados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), é perceptível que a bacia apresenta tendência à estabilidade no transporte de sedimentos, porém, no período em que a barragem começou a operação (a partir de 2003) houve indicação de erosão, apresentando comportamentos de transporte de partículas no leito do rio Real próximo a sua foz, podendo, assim, causar diminuição do volume de água na área estudada. É importante salientar que esses fenômenos podem ser intensificados por ações antrópicas e eventos climáticos extremos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global. Esboço Metodológico.** Ra'e ga: O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, PR, v. 8, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/raega.v8i0.3389>. Acesso em: 4 jan. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). **Rede Hidrometeorológica Nacional - SNIRH.** ANA, 2023. Disponível em: <https://www.snirh.gov.br/hidroweb/serieshistoricas>. Acesso em: 2 mar. 2024

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Bacia hidrográfica do Rio Real.** Brasília: CODEVASF, 2021. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/area-de-atuacao/bacia-hidrografica/real>. Acesso em: 12 mar. 2025.

GONÇALVES, M. J. de S. **Estudo hidrológico do rio Parnaíba, na bacia hidrográfica do rio Parnaíba, visando a compreensão da dinâmica fluvial e a garantia hídrica para a tomada de decisão utilizando a metodologia: Hidrologia Avançada Experimental.** 2020. Apresentação em Power Point.

GONÇALVES, M. J. de S. **Gestão Quantitativa das Águas Superficiais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu no Estado da Bahia – Brasil.** Tese (Doutoramento) – Programa de Pós-Graduação em Geologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21527>. Acesso em: 6 jun. 2024.

KÖPPEN, W. **Grundriss der Klimakunde: Outline of climate science.** Berlin: Walterde Gruyter, 1931.

ROSOLÉM, N. P.; ARCHELA, R. S. **Geossistema, Território e Paisagem Como Método de Análise Geográfica.** In: VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, 6.; II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, 2., 2010, Universidade de Coimbra. Anais [...]. Coimbra, Portugal: [s. n.], 2010. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema1/nathalia>. Acesso em: 3 jan. 2025.